UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Aníbal Renan Martinot Chaim

Futebol, corações e mentes: Os torcedores na perspectiva do Estado

v.1

Versão corrigida

São Paulo
2018

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política

Futebol, corações e mentes: Os torcedores na perspectiva do Estado

Aníbal Renan Martinot Chaim

Tese de doutorado apresentada ao
Departamento de Ciência Política da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de Doutor em
Ciência Política.

**Orientador: Prof. Dr. Adrian Gurza
Lavalle**

v.1

Versão corrigida

**São Paulo
2018**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C434f Chaim, Aníbal Renan Martinot Chaim
Futebol, corações e mentes: Os torcedores na perspectiva do Estado / Aníbal Renan Martinot Chaim Chaim ; orientador Adrian Gurza Lavalle Lavalle. - São Paulo, 2018.
314 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Ciência Política. Área de concentração: Ciência Política.

1. Futebol. 2. Política. 3. Torcidas organizadas. 4. Estado. 5. Ciência Política. I. Lavalle, Adrian Gurza Lavalle, orient. II. Título.

Folha de aprovação

CHAIM, A.R.M. **Futebol, corações e mentes: os torcedores na perspectiva do Estado.** Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção de título de Doutor em Ciência Política.

Aprovado em: ____/____/____

Comissão examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

Ao CNPq, pelo apoio financeiro.

Lista de tabelas

Tabela 1. Evolução da liderança das Torcidas Uniformizadas entre os anos 1940 e 1960

Tabela 2. Segunda geração de TOBR, por data de fundação

Lista de siglas

AERP	Assessoria Especial de Relações Públicas
AFRJ	Associação de Football do Rio de Janeiro
AI-5	Ato Institucional número 5
AM	Amazonas
AMEA	Associação Metropolitana de Esportes Athleticos
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BA	Bahia
C-13	Clube dos 13
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
CE	Ceará
CMTC	Companhia Municipal de Transportes Coletivos
CND	Conselho Nacional de Desportos
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COI	Comitê Olímpico Internacional
CONI	Comitê Olímpico Italiano
Contel	Conselho Nacional de Telecomunicações
CPDOC-FGV	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Faculdade Getúlio Vargas
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
Crea	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
CRF	Clube de Regatas do Flamengo
CRVG	Clube de Regatas Vasco da Gama
DF	Distrito Federal
DFB	Deutscher Fussball-Bund e.V.
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DND	Delegación Nacional de Deportes
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSC	Deutscher Sport Club
EUA	Estados Unidos da América
FBF	Federação Brasileira de Futebol

FFC	Fluminense Football Club
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associação
FIGC	Federazione Italiana de Giuoco Calcio
FMF	Federação Metropolitana de Futebol
GE	A Gazeta Esportiva
GV	Getúlio Vargas
ICCE	Instituto de Criminalística Carlos Éboli
JH	João Havelange
JS	Jornal dos Sports
LCF	Liga Carioca de Futebol
LMDT	Liga Metropolitana de Esportes Terrestres
LMF	Liga Metropolitana de Football
LMSA	Liga de Metropolitana de Sports Athleticos
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MG	Minas Regais
PA	Pará
PR	Paraná
PE	Pernambuco
PM	Polícia Militar
RFEF	Real Federación Española de Fútbol
RGP	Torneio Roberto gomes Pedrosa
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SA	Sturmabteilung
SCCP	Sport Club Corinthians Paulista
SEP	Sociedade Esportiva Palmeiras
SFC	Santos Futebol Clube
SFG	Sindacato Fascista dei Giornalisti
SP	São Paulo
SPFC	São Paulo Futebol Clube
Suderj	Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro
TOBR	Torcidas Organizadas de Futebol do Brasil
TOF	Torcida Organizada do Fluminense

TOV	Torcida Organizada do Vasco
TTI	Torcida Tricolor Independente
TU	Torcida Uniformizada
TUP	Torcida Uniformizada do Palmeiras
TUSP	Torcida Uniformizada do São Paulo

CHAIM, A.R.M. Futebol, corações e mentes: os torcedores na perspectiva do Estado.

Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção de título de Doutor em Ciência Política.

Resumo

A presente tese ambiciona apresentar o fenômeno das torcidas organizadas de futebol do Brasil (TOBR) sob a ótica do Estado brasileiro. O objetivo deste estudo é apresentar não somente o protagonismo do Estado no processo que levou à fundação das primeiras TOBR nos anos 1940, mas também a influência de suas instituições para o crescimento e difusão das TOBR, que atingiram seu auge nos estádios de futebol nos anos 1990. Além de analisar a importância do Estado, esta tese também se dedica à compreensão das funções exercidas pela mídia esportiva, pelos clubes de futebol e pelos *governing bodies* do esporte brasileiro no que diz respeito à mediação da relação entre Estado e torcedores de futebol.

Para a produção desse texto foram usadas fontes primárias como jornais de época, revistas de época, entrevistas, relatos e arquivos pessoais e também fontes secundárias como livros, dissertações, teses e artigos produzidos sobre as temáticas pertinentes a este estudo.

Concluiu-se que as associações de torcedores no Brasil têm uma existência fortemente vinculada ao que se chamou de regime de *Futebol de Estado*, um arranjo político-institucional no qual o esporte de um país passa a ser usado como ferramenta política pelo Estado. O regime de Futebol de Estado é uma criação nazifascista que foi importada por Getúlio Vargas para o Brasil no início dos anos 1940. É durante este regime que se formam as primeiras associações de torcedores no Brasil. O expediente do Futebol de Estado foi também utilizado em toda a década de 1970 pelo Regime Militar, durante o qual as TOBR se desenvolveram de forma mais intensa. Foi também durante esse período que a violência entre torcedores se tornou mais frequente, o que contribuiu para que a relação entre Estado brasileiro e as TOBR entrasse em crise, uma consequência do fim do interesse estatal no esporte e da consolidação de um novo regime esportivo no Brasil nos anos 1990, o de *Futebol para Mercado*.

Palavras-chave: Futebol. Política. Estado. Torcidas organizadas. Ciência Política

Abstract

CHAIM, A.R.M. **Football, hearts and minds: the football-supporter on the State's perspective.** Ph.D. Thesis. Faculty of Philosophy, Languages, and Literature and Human Sciences. University of São Paulo, 2018.

This study aims to present the phenomenon of football-supporters' associations in Brazil (or TOBR, acronym in Portuguese language for *torcidas organizadas de futebol brasileiras*) on the historical perspective of the Brazilian State. It focuses not only on the State's role in the process that led to the foundation of the first TOBRs during the 1940's, but also on the influence of its institutions for the growth and diffusion of TOBRs, who experienced their golden age in football stadiums in the late 1980's and early 1990's.

In addition to the analysis of the State's role within this process, this study is also dedicated to understand the role played by the sports media, the football clubs and the governing bodies of the Brazilian sport in mediating the relationship between the State and football supporters.

This text was written upon primary sources such as coeval newspapers, magazines, periodicals, personal files, reports and non-coeval interviews, as well as secondary sources such as books, dissertations, theses and papers produced on the issues which are pertinent to this study.

It was concluded that the TOBRs' existence in Brazil is strongly linked to what was called a setting of *Football of State*, which is a political-institutional arrangement in which the sport of a nation is used as a political tool by its State.

The *Football of State's* setting is a Nazi-fascist creation that was brought to Brazil by Getúlio Vargas in the early 1940's. It was precisely during this regime that the first TOBRs were founded. The device of the Football of State was also used during the military regime throughout the 1970's, and it was under this rule that the TOBRs developed more intensely. It was also during this period that violence among supporters started to happen more frequently. The violence among football-supporters increased substantially during the 1980's and led to a crisis between the TOBRs and Brazilian State in the early 1990's, which was also triggered by the end of State's interest in sports and the consolidation of a new sports setting in Brazil during the 1990s, the *Football for the Market*.

Keywords: Football. Politics. State. Football-supporters associations. Political Science.

Sumário

Folha de aprovação	3
Agradecimentos	4
Lista de tabelas.....	5
Lista de siglas.....	6
Resumo	9
Abstract	10
Sumário	11
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1. AS ORIGENS DO REGIME DE FUTEBOL DE ESTADO.....	31
1.1. O regime de Futebol de Estado na Alemanha	33
1.2. O regime de Futebol de Estado na Itália	41
1.3. O regime de Futebol de Estado na Espanha.....	47
1.4. O papel da mídia nos regimes de Futebol de Estado europeus	51
1.5. A posição dos torcedores nos regimes de Futebol de Estado europeus	58
1.6. Conclusão do capítulo	63
CAPÍTULO 2. A CONSTRUÇÃO DO REGIME DE FUTEBOL DE ESTADO NO BRASIL	64
2.1. O regime de Esporte em Sociedade Civil no Brasil	67
2.2. A emergência de interesses de Mercado no regime de Esporte em Sociedade Civil	71
2.3. O Jornal dos Sports e a defesa de interesses de Mercado no futebol	79
2.4. O interesse do Estado pelo esporte.....	83
2.5. O Estado se aproxima ainda mais do comando do esporte	92
2.6. A mídia esportiva simpática ao Esporte de Estado	97
2.7. A instituição do regime de Esporte de Estado no Brasil	102
2.8. O regime de Esporte de Estado brasileiro nacionaliza os clubes de esporte	108
2.9. Os torcedores num regime de Futebol de Estado.....	114
2.10. O modelo ideal de torcidas uniformizadas	121
2.11. A relação entre TUs e violência nos anos 1940	122
2.12. Conclusão do capítulo	129
CAPÍTULO 3. O DESENVOLVIMENTO DAS TORÇEDORIAS DENTRO DO REGIME DE FUTEBOL DE ESTADO	131
3.1. Tendências de Mercado no futebol brasileiro pós-Vargas	133
3.2. A popularização e o envelhecimento das TUs varguistas	146

3.3. Os jovens torcedores e a ruptura final com a moral esportiva estadonovista	159
3.4. As novas bases do Estado e da Mídia brasileira.....	173
3.4.1. As bases do Regime Militar brasileiro	173
3.4.2. Televisão e comunicação no Regime Militar	177
3.5. As bases para a restauração do Futebol de Estado pelo Regime Militar.....	188
3.6. O regime de Futebol de Estado do governo militar	197
3.7. A era de ouro da segunda geração das TOBR, e sua lua de mel com a mídia esportiva e o Estado.....	208
3.8. Conclusão do capítulo	221
CAPÍTULO 4. AS TOBR NUM REGIME DE FUTEBOL PARA MERCADO	224
4.1. Giulite Coutinho e os primeiros anos da CBF.....	226
4.2. A ruptura dos grandes clubes com a CBF	231
4.3. O Clube dos 13 e a eleição de Ricardo Teixeira para a CBF	236
4.4. O torcedor sob uma perspectiva de Mercado	241
4.5. O destaque às causas exógenas de tumultos no futebol	243
4.6. A tolerância da mídia esportiva com atos violentos de torcedores	247
4.7. O torcedor como consumidor	254
4.8. A ruptura entre mídia esportiva e TOBR	257
4.9. A violência das TOBR se torna notícia	266
4.10. O destaque midiático para a agência das TOBR	270
4.11. As TOBR da perspectiva das TOBR.....	287
4.12. Conclusão do capítulo	299
CONCLUSÃO DA TESE.....	302
NOVAS QUESTÕES TRAZIDAS POR ESTA TESE	308
REFERÊNCIAS:.....	311
Arquivos:.....	311
Cartas:	311
JORNAIS E REVISTAS:	311
Áudio-visual:	312
Filmes:	312
Sites na internet:	313
Leis e decretos pertinentes:	313
Bibliografia:	314
ANEXOS	319

Anexo 1: Relatório do embaixador Lindon Gordon ao Departamento de Estado norte-americano, datada de 14 de agosto de 1965.	319
Anexo 2: João Lyra Filho. <i>A Função Social dos Desportos</i> . Secretaria da presidência da República, 03 de maio de 1941.....	322
Anexo 3: Informante JA. <i>Relatório sobre a Situação Esportiva no Brasil</i> . Gabinete do Ministro Gustavo Capanema, 03 de janeiro de 1937.....	345

INTRODUÇÃO

O ano de 1995 é um divisor de águas no que diz respeito à relação entre as torcidas organizadas de futebol brasileiras (TOBR) e Estado brasileiro, pois, neste ano, pela primeira vez na história do país, o Ministério Público decretou o fechamento de duas das mais importantes TOBR do estado de São Paulo e do Brasil: a Torcida Tricolor Independente, do São Paulo, e a Mancha Verde, do Palmeiras.

O fechamento dessas duas entidades por parte do Ministério Público foi uma medida tomada em represália a uma batalha campal promovida entre os torcedores das duas agremiações no Estádio do Pacaembu, no dia 20 de agosto do mesmo ano, durante a disputa final da Supercopa de Juniores, entre os dois clubes. Essa batalha campal ficou posteriormente conhecida como a “Batalha do Pacaembu”.

A intervenção direta do Estado no funcionamento de duas TOBR é um importante marcador porque, até o ano de 1995, nenhuma instância do governo brasileiro havia legislado de forma direta sobre as instituições das TOBR. O fato de a primeira decisão jurídica importante em relação às TOBR ter sido tomada justamente em decorrência do caso mais escandaloso e notório de violência entre elas pode sugerir que a única configuração em que as associações de torcedores de futebol geram interesse no Estado é aquela na qual, após a barbárie promovida, o Estado é obrigado a intervir.

Não é exagerado afirmar que, de fato, o principal interesse do Estado em relação às TOBR, de 1995 em diante, diz respeito à prevenção de atos violentos por parte delas em dias de jogos de futebol. Contudo, apesar de a questão da violência ser a principal pauta na relação entre Estado e TOBR, desde 1995, pode ser um erro tomar tal período como uma amostra significativa do que foi essa relação ao longo da história.

Nesse sentido, o primeiro ponto que deve ser levantado é que, embora o primeiro contato direto entre a legislação estatal e as TOBR, enquanto associações civis, tenha se dado em 1995, a relação entre Estado e TOBR existe, pelo menos, desde os anos 1940. Isso significa que, para além do período mais recente, em torno de cinco décadas devem ser levadas em consideração para que se possa traçar um quadro claro da relação existente entre as TOBR e o Estado.

Além desse, outro ponto que merece destaque é o fato de a violência não ser uma característica inerente às TOBR, mas um elemento que ganhou força e se difundiu entre as associações de torcedores especialmente no início dos anos 1980 em diante. Nos anos 1940 e

1950, por exemplo, a violência era um expediente que definitivamente se situava fora das práticas comuns às TOBR.

O terceiro ponto que deve ser mencionado é que o principal agente responsável pelo surgimento das primeiras associações de torcedores nos anos 1940 foi o próprio Estado brasileiro, por meio da figura do presidente da República, Getúlio Vargas, quem implementou em sua gestão uma nova política para Esportes e Educação Física no país.

Os três pontos acima elencados sugerem que, além de a relação entre Estado e TOBR ser mais longa do que muitas vezes se supõe, essa ligação foi iniciada a partir de uma política esportiva gestada por um presidente da República – Getúlio Vargas – e nem sempre se deu em função da questão da violência das TOBR. Cabe reiterar que a violência é um elemento tornado característico dessas associações somente em meados dos anos 1980.

Esta tese tem por objetivo mais geral, portanto, agregar uma série de elementos ou marginalizados ou mesmo desconhecidos, a respeito da relação entre o Estado brasileiro e as TOBR desde seu início. Além da inserção de novos elementos para pensar tal relação, esta tese também examinará a atuação de entidades mediadoras entre Estado e TOBR, como a mídia esportiva, os clubes de futebol e os *governing bodies* do esporte.

A proposta é, portanto, apresentar o que foi a relação entre Estado e TOBR, desde seu início, de modo a apontar quais elementos presentes em momentos anteriores nessa relação são os definidores da situação de conflito na qual as duas partes se encontram desde 1995.

Apresentada a proposta desta pesquisa, cabe apresentar quais foram as motivações para a realização de tal estudo.

A inspiração para a realização desta pesquisa surge em 2009 quando, durante uma visita ao site “Torcidas Organizadas do Brasil”¹, encontrou-se um dado bastante curioso no que diz respeito ao período de fundação das principais associações de torcedores então existentes no Brasil: grande parte delas havia sido fundada entre o fim dos anos 1960 e o início dos anos 1970. Esse dado é curioso por duas razões: além de a fundação de boa parte das TOBR estar concentrada num curto período de tempo (como veremos adiante na tese, foram fundadas dezessete associações de torcedores entre os anos de 1969 e 1972, no Brasil), esse fenômeno se deu em plena vigência do Ato Institucional nº 5, sob o Regime Militar, que marcou o período mais repressivo vivenciado no país na segunda metade do século XX.

Esses dados levaram a uma pesquisa de iniciação científica que se centrou na leitura de fontes secundárias sobre o tema. Nessa pesquisa preliminar, a ideia era colocar foco em textos

¹ Disponível em <<http://www.organizadasbrasil.com>>, acessado em 05 de junho de 2018.

que versassem sobre as associações de torcedores durante o período do Regime Militar no país. Foi nesse esforço que se chegou à esclarecedora obra de Bernardo Borges Buarque de Hollanda², na qual muitas informações foram encontradas. Uma delas é que a agência da mídia esportiva, especialmente o *Jornal dos Sports*, foi um fator importantíssimo para o processo de fundação e consolidação das TOBR do Rio de Janeiro entre os anos 1960 e 1970, as chamadas “torcidas jovens”.

Outra importante informação encontrada na obra de Hollanda foi o fato de que as torcidas, cujos registros de fundação foram encontrados na pesquisa exploratória mencionada anteriormente, em 2009, eram, em sua grande maioria, componentes de um segundo movimento de fundação de TOBR pelo país. Na verdade, antes das TOBR fundadas na vigência do AI-5, houve uma outra onda de fundação de TOBR sob a vigência do Estado Novo, a ditadura comandada por Getúlio Vargas, entre 1937 e 1945.

Essa informação elevou o nível da questão inicial: se a fundação de uma série de TOBR, durante o AI-5, já era um fato interessante da perspectiva do Estado, o que dizer então depois de saber que a fundação de TOBR em regimes ditatoriais era, aparentemente, um padrão no Brasil? Seria mera coincidência?

O caminho percorrido para responder essa questão foi o estudo do contexto político e esportivo no qual foram fundadas as TOBR tanto sob o regime estadonovista de Getúlio Vargas quanto sob a vigência do AI-5 durante o Regime Militar. Esse estudo foi realizado em fontes primárias, especialmente *A Gazeta Esportiva*, um diário esportivo publicado na cidade de São Paulo, entre os anos de 1928 e 2001. Para se ter acesso às publicações de época desse jornal, visitou-se o Arquivo Público do Estado de São Paulo, o arquivo da Federação Paulista de Futebol, o arquivo da Biblioteca Mário de Andrade e o arquivo do Museu do Futebol. Uma pequena parte da visita em arquivos foi feita durante a pesquisa de mestrado, mas a maior parte ocorreu durante o período de produção desta tese de doutorado.

Durante as pesquisas de arquivo, foram investigadas todas as publicações diárias de *A Gazeta Esportiva* (também *GE*, daqui em diante) entre 1928 e 1947; 1964 e 1974; 1983 e 1990; entre 1992 e 1995. Foram mais de 40 anos de jornal revisitados, o que totaliza aproximadamente 22.500 edições do jornal diário, contendo aproximadamente 300 mil páginas, se somadas todas as edições.

² HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. *O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro (1967-1988)*. Tese. Departamento de História PUC-RJ. Rio de Janeiro, 2008.

A *Gazeta Esportiva* foi a fonte primária mais constante para a construção do argumento que será desenvolvido nesta tese. Em relação ao período da Era Vargas, outra fonte primária de fundamental importância foi encontrada por meio da leitura do livro de Denaldo Alchorne de Souza³. A obra de Souza não é direcionada à compreensão das TOBR, mas à interação entre Estado e Esporte na Era Vargas e, em algum sentido, à política esportiva gestada nesse período. Souza menciona a existência de um arquivo onde estariam reunidas as cartas, os documentos e os registros da atividade política de Gustavo Capanema, ministro de Educação e Saúde do governo Getúlio Vargas. Esse arquivo estaria localizado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Faculdade Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), na cidade do Rio de Janeiro.

Sabendo-se que foi exatamente sob a autoridade de Gustavo Capanema que as principais políticas esportivas da Era Vargas foram gestadas, decidiu-se por fazer uma viagem ao Rio de Janeiro para explorar o material que lá estaria disponível. Ao abrir o referido arquivo, verificou-se a existência de documentos que atestavam a influência nazifascista para a política esportiva que seria gestada no país. O principal documento encontrado, nesse sentido, é a carta produzida em 1937 por um informante do governo Vargas enviado a Berlim para acompanhar *in loco* a realização dos Jogos Olímpicos de 1936 e entender exatamente como o esporte estava sendo usado politicamente pelo governo nazista.

Além do documento que atesta o interesse do Estado brasileiro nos Jogos Olímpicos de Hitler, há ainda outro documento, datado de 1941, assinado por João Lyra Filho e direcionado ao próprio ministro da Educação e Saúde, no qual ele propunha expressamente a criação do cargo de *líderes* de torcida, os quais seriam responsáveis pela organização do apoio disciplinado uniformizado aos clubes de futebol.

Ambos os documentos encontrados no arquivo do CPDOC-FGV foram essenciais para o desenrolar desta pesquisa. Em primeiro lugar, porque o documento de João Lyra Filho, enviado ao Ministério de Educação e Saúde, trouxe a certeza de que o Estado varguista esteve relacionado com a criação das TOBR durante o Estado Novo; em segundo, porque o documento sobre os Jogos Olímpicos de Berlim registra a inspiração nazifascista do governo varguista para o uso político do esporte.

Após uma semana no CPDOC-FGV, tinha-se certeza de que o surgimento das TOBR esteve, de alguma maneira, vinculado com o governo estadonovista, o qual estava interessado

³ SOUZA, Denaldo Alchorne de. *O Brasil entra em campo! – Construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)*. São Paulo: Annablume, 2008.

na instrumentalização política do esporte, da mesma forma que estava sendo feita pelos alemães, nos anos 1930. Isso permite pensar que, possivelmente, as TOBR e os esforços de Getúlio Vargas para instrumentalizar o esporte seriam duas expressões de um mesmo processo.

Ao ter ciência da inspiração nazifascista de Vargas para a instrumentalização política do esporte, julgou-se importante entender de forma mais profunda a gênese dos esforços nazifascistas para o uso político de eventos esportivos, que – agora se sabia – era uma tendência que atravessaria o Atlântico, no final dos anos 1930 e início dos anos 1940.

Para se ter acesso ao conhecimento produzido sobre a instrumentalização política do esporte, ocorrida na Europa dos anos 1920 e 1930, foi feita uma viagem para a Alemanha, onde foi consultada a bibliografia sobre o tema existente nas bibliotecas da Universidade Europeia Viadrina, da Universidade Humboldt de Berlim e da Universidade Leibniz de Hanover. Foram também indagados alguns especialistas na temática na Universidade de Hamburgo e na Escola Superior de Estudos de Esporte de Colônia.

As consultas realizadas nesse período permitiram o contato com distintas fontes de literatura secundária que ofereceram orientação no sentido da compreensão do modo pelo qual se deu a instrumentalização política do esporte não somente na Alemanha, mas também na Itália e na Espanha. Mais do que a instrumentalização política, a literatura secundária também deu sugestões sobre como se estabeleceu a relação entre Estado e torcedores nesses países, durante regimes totalitários, servindo de elemento de comparação para o que aconteceu no Brasil tanto no Estado Novo quanto no Regime Militar.

Muitas obras secundárias encontradas na Europa destacam o modo pelo qual a interação entre Estado e mídia foi importante para o processo de instrumentalização política dos esportes durante regimes totalitários. Para o caso brasileiro, a interação mais importante entre Estado e mídia de que se pôde ter conhecimento foi uma carta enviada pelo embaixador estadunidense no Brasil, em meados dos anos 1960, para o Departamento de Estado dos Estados Unidos, liberada pelo próprio Departamento de Estado norte-americano por ocasião do 50º aniversário do Golpe Militar no Brasil, em 2014. Nesse documento, o embaixador cita o nome de Roberto Marinho e a importância do dono do grupo de comunicações *Globo* tanto para os rumos políticos tomados pelo país, num momento de instabilidade política, quanto para o estabelecimento de uma parceria estável entre Brasil e EUA. Esse documento dá a entender que Roberto Marinho foi, por algum tempo, o informante do Departamento de Estado dos EUA sobre a situação política brasileira e exerceu influência nos rumos políticos tomados pelo país dos anos 1960 em diante.

Marinho é um em uma série de atores que não são, *a priori*, nem torcedores nem quadros do Estado, mas que influenciou de forma decisiva o esporte brasileiro por meio de seu canal de televisão, a *Rede Globo*. Outro ator que influenciou de forma decisiva os rumos tomados pelo futebol brasileiro – e, por consequência, o processo que envolveu as TOBR – que não pertence nem aos quadros do Estado nem ao mundo dos torcedores é João Havelange, cujo papel no processo se deu, via de regra, por meio de *governing bodies* do esporte. O protagonismo dessas figuras indica que há setores externos ao mundo dos torcedores e ao Estado cuja agência não pode ser ignorada quando se trata do processo envolvendo as TOBR. É possível separá-los em três entidades de mediação entre Estado e torcidas organizadas, sejam elas:

Governing bodies. Apesar do frequente desprezo de torcedores às entidades dirigentes do esporte, é muito comum que o primeiro esforço de um governo decidido a investir recursos e energia no esporte seja justamente a criação de um órgão de gestão esportiva dentro do Estado ou o aparelhamento com quadros próprios de um órgão preexistente. Em qualquer um dos casos, o processo passa pela absorção de quadros já presentes no esporte nacional antes do interesse estatal e, portanto, pela redefinição de uma lógica interna ao mundo do futebol que era, até então, alheia aos interesses do Estado. No Brasil, os *governing bodies* que exerceram a conexão entre Estado e esporte foram dois: o Conselho Nacional de Desportos (CND), uma entidade estatal criada por Vargas no início dos anos 1940, auge do Estado Novo, e a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), que, por influências dos governantes militares, incorporou o poder que residia no CND a partir da edição do AI-5, em 1968. Ao contrário do CND, a CBD nunca foi uma entidade formalmente estatal; os poderes de comando sobre o esporte nacional somente foram a ela atribuídos, porque, naquela época, João Havelange, dirigente com relações estreitas com os primeiros presidentes do Regime Militar, estava em seu comando. Por serem entidades de gestão esportiva com vínculos muito próximos ao Poder Executivo, entendemos que, das três entidades mediadoras que estamos mencionando, os *governing bodies* do esporte são as que estão mais próximas do Estado e mais distantes dos torcedores.

Clubes. Por terem sido essenciais para os projetos estatais que envolveram o esporte no Brasil do século XX, não parece exagerado afirmar que os clubes de futebol foram os mediadores mais importantes entre Estado e TOBR.

É dentro dos clubes de futebol que ídolos e mitos são formados, que uma história de experiências passadas em comum é construída, que o sentimento de comunidade é sentido de forma mais íntima, que paixões e repulsas comuns se encontram. É nos clubes de futebol onde se forma a torcida. Essas entidades reúnem uma sociedade em miniatura: uma elite esportista, uma elite dirigente, uma relativa concentração de recursos econômicos e uma massa popular que não pertence a seus quadros associativos, mas está interessada no que será produzido a partir da mistura ou justaposição de todos esses elementos. É justamente a identificação de significativa parcela da massa popular com clubes de futebol o que torna esse esporte alvo de interesse do Estado: são raras as instituições sociais que penetram de forma tão difusa e tão profunda a vida dos cidadãos como os clubes de futebol. Dito de outro modo, é a sua capacidade de atração da atenção popular o que tende a torná-los objeto de interesse do Estado.

Quando o Estado se interessa por futebol, a tendência é que ele aja de modo a garantir que os clubes e todos os atores agirão em sintonia – ou, na pior das hipóteses, de forma neutra – em relação a seus interesses. Há, no Brasil, casos de clubes cujo funcionamento foi dramaticamente prejudicado pela ação do Estado. Clubes de futebol respondem antes a seus associados e torcedores – a razão de sua existência – do que ao Estado; Portanto, eles estão mais próximos dos torcedores que do Estado.

Mídia esportiva. A mídia esportiva exerce um papel *sui generis*. Por um lado, trata-se de entidades de mercado que produzem um bem de consumo (jornais, revistas, programas de TV, conteúdos em geral, etc.) e dependem de consumidores fiéis para sobreviver. Por outro, são entidades cuja função é informar a população sobre o esporte local. Enquanto formadoras de opinião, tais entidades exercem uma função que é de interesse do Estado. Como esta tese trata de um período que se inicia nos anos 1930 e se encerra nos anos 1990, cabe pontuar que, tratando-se de uma sociedade off-line, a capacidade de comunicação de um clube com um torcedor que não frequentasse suas dependências físicas – ou seja, a grande maioria – era praticamente nula. Nesse contexto, a mídia esportiva assumia a função de comunicadora da rotina dos clubes e de seus jogadores com seus torcedores e simpatizantes. Não é exagero afirmar que a mídia esportiva estava muito mais presente no dia a dia dos torcedores de futebol do que os próprios clubes. Dessa forma, a mídia esportiva tinha que caminhar entre três balizas: em primeiro lugar, deveria produzir conteúdo que fosse interessante a seus consumidores, de modo a se

sustentar economicamente; em segundo lugar, deveria caminhar dentro dos limites traçados pelo Estado, comunicando de forma a não colocar nem sua existência nem sua licença para funcionamento em risco. Por fim, tinha a função de levar o cotidiano dos clubes para a grande massa de torcedores que não possuíam nenhuma outra forma de acessar esse conteúdo. É o mediador mais fluido e mais presente na relação entre Estado e torcedores.

Governing bodies, clubes e mídia são, portanto, estruturas situadas num nível intermediário entre Estado e torcedores, de forma que exercem um papel fundamental nessa relação não somente no Brasil, mas também em uma série de países europeus.

Os atores inseridos em cada uma dessas estruturas de mediação possuem uma perspectiva própria e – com exceção do Estado – seus interesses não seguem necessariamente a lógica da política, mas podem também seguir a lógica do Mercado, ou mesmo a lógica da Sociedade Civil. A distinção entre lógicas do Estado, do Mercado e da Sociedade Civil deriva de uma pesquisa empírica e de uma consequente reflexão que levou à identificação de atores centrais na evolução das torcidas organizadas no Brasil, processo que foi informado pelo estudo do papel exercido pelo futebol – e pelo esporte em geral – em regimes políticos totalitários na Europa. A diferenciação dos atores de Sociedade Civil, de Mercado e de Estado é essencial para os propósitos desta tese porque a trajetória das TOBR envolve a intersecção dos interesses de atores que tomam suas decisões baseados em interesses diferentes e em compreensões distintas do que *deve* ser o futebol. Essa diferenciação coincide com a conhecida compreensão habermasiana que separa a lógica dos “sistemas” – onde se encontram Mercado e Estado – da lógica do “mundo da vida” – onde se encontra a Sociedade Civil. Tal coincidência é, nesta tese, um ponto de chegada e não um ponto de partida. Como tal, não traz consigo implicações teóricas de índole emancipatória ou deliberativa sobre esta tese, que é empírica e segue uma lógica de reconstrução histórica. Nada impede, contudo, que a reconstrução histórica aqui oferecida seja reinterpretada em chave habermasiana ou em outros registros dessas três esferas de ação.

A existência de diferentes atores com diferentes perspectivas para si próprios e para o futebol implica que, a depender do arranjo produzido ao redor do esporte, ele pode ser orientado para finalidades diversas. O interesse desta tese reside principalmente nas circunstâncias em que existe uma instrumentalização política por parte do Estado ou de atores estatais sobre o esporte.

À tentativa de instrumentalização política do esporte por parte do Estado dar-se-á o nome de *regime de Esporte de Estado*, quando se tratar de um esforço estatal que incida sobre o esporte como um todo, e o nome de *regime de Futebol de Estado*, quando se tratar de um esforço estatal que incide especificamente na instrumentalização política do futebol.

É possível identificar, além do regime de Futebol de Estado, pelo menos mais dois arranjos institucionais para a gestão dos esportes em nível nacional, sejam eles: o *regime de Futebol em Sociedade Civil* e o *regime de Futebol para Mercado*. É o momento de definir em mais detalhes cada um dos três:

i) **Futebol de Estado** significa que o Estado instrumentaliza o futebol para seu próprio benefício. Por meio dessa instrumentalização, o Estado traz para si todos os atores relevantes do campo do futebol e, se necessário, aparelha os *governing bodies* do esporte, segundo seu critério. Não raro, promove objetivos que não são necessariamente inerentes à competição esportiva, mas são necessariamente ligados às próprias demandas em relação ao esporte. Na maioria das vezes, o objetivo do Futebol de Estado é promover o nacionalismo e o sentimento de comunidade, a confraternização e a harmonia entre os cidadãos de uma mesma Nação. Num regime de Futebol de Estado, os jogadores podem ser tanto amadores quanto profissionais. A característica marcante desse regime é que os clubes e os jogadores se tornam, eles mesmos, *representantes da Nação* e, enquanto tais, devem possuir uma conduta que honre e enobreça a Pátria antes de tudo. Valores como *nacionalismo*, *patriotismo* e *amor à camisa* têm prioridade sobre carreira profissional, remuneração e interesses pessoais. Nesse regime, o Estado tende a criar uma estrutura de comunicação que seja capaz de levar ao grande público a mensagem que deseja ver transmitida à população por meio do esporte. Na maioria dos casos, essa mensagem envolve valores como amor à Pátria, obediência a hierarquias e abnegação em prol de um bem maior. A prática mais comum nesse sentido é ou a censura de canais que se recusem a transmitir a mensagem estatal ou a concessão de privilégios e benefícios para os canais que incorporam a mensagem estatal em suas linhas editoriais. As mídias aliadas são a principal via de acesso do Estado para as preferências dos cidadãos e dos torcedores. Nesse regime, o Estado possui interesse efetivo no engajamento dos cidadãos com a prática esportiva e no estabelecimento de relações de simpatia dos cidadãos tanto com clubes esportivos quanto com representações esportivas nacionais.

ii) **Futebol em Sociedade Civil** é a forma mais simples do esporte, que é praticado de forma amadora e, na maioria das vezes, como autofinalidade. Engloba futebol jogado em nível escolar, universitário, sindical, interbairros, intercomunidades e etc. Sua definição se dá em

oposição aos outros dois, o que significa que sua razão de ser é recreativa. Seu caráter amador significa que não é orientado nem para o lucro ou ganho financeiro e também não está submetido a uma entidade política estatal que pretenda obter qualquer tipo de benefício por meio do jogo. Em condições ideais, é jogado por jogadores não-remunerados que comparecem aos jogos por propósitos de recreação, lazer ou autorrealização e possuem uma filiação voluntária a suas respectivas equipes. Os torcedores, nesse regime de futebol, são em geral pessoas pertencentes à mesma comunidade que a equipe representa: ou parentes, ou pessoas do mesmo bairro (no caso de um time de bairro), ou pessoas da mesma escola/universidade (no caso de escolas e universidades) ou do mesmo sindicato (no caso de sindicatos), e assim por diante. A figura do torcedor se inicia e se encerra em si mesma.

iii) **Futebol para Mercado** é um regime onde também há instrumentalização, mas uma instrumentalização que ocorre em outro nível. A instrumentalização operada pelo Mercado não visa legitimação ou apoio político, mas, sim, lucro e ganhos financeiros. É um regime necessariamente profissional onde, no caso dos jogadores, a carreira e a remuneração podem estar e, via de regra, estão acima de qualquer sentimento de pertencimento a clubes e até mesmo a países. Em regime de Futebol para Mercado, categorias como “nacionalismo”, “patriotismo” ou “amor à camisa” não são uma questão. No Futebol para Mercado, os torcedores de futebol são consumidores. A passionalidade e o engajamento do torcedor com o esporte são menos importantes que sua vontade e disposição para consumir. Nesse sentido, é mais interessante possuir três milhões de consumidores de futebol não-engajados com o esporte do que 40 mil de engajados que afugentem os outros por sua passionalidade exacerbada, por exemplo.

As preposições usadas na construção dos conceitos dos distintos regimes de instrumentalização Futebol são importantes: o Futebol é *de* Estado quando o Estado desenha suas instituições políticas de modo a coagir clubes, federações e mídia esportiva para que caminhem numa certa direção. No Futebol *de* Estado, os atores são coagidos e/ou pertencem ao Estado. Muitas vezes, o Estado aparelha todas as instituições envolvidas com a administração esportiva para obter o maior controle possível sobre os rumos do futebol em nível nacional. Tanto o aparelhamento como as medidas que dele seguem passam pelo uso de coerção e poder estatal. Os atores que não pertencem ao Estado têm que se adaptar ao ingresso forçado desse no campo do futebol.

No Futebol *para* Mercado, clubes, federações e mídia esportiva não são coagidos nem ameaçados: possuem livre-arbítrio para perseguirem seus interesses. Boa ou ruim, a decisão dos atores do ramo futebolístico de caminharem no sentido do Mercado – em condições normais – acontece de forma voluntária. Parcerias de patrocínio, comercialização de direitos de imagem, contratos entre clubes e jogadores, jogadores e empresas, clubes e empresas, enfim, todas essas interações se dão sob a vigilância do Estado, que não interfere nas decisões dos atores privados. No Futebol para Mercado, os atores caminham para o Mercado, sem que haja uma ordem de autoridade, lei ou coerção política para isso.

Ao passo que legitimação política e apoio popular são demandas estatais impostas de fora para dentro num regime de Futebol de Estado, lucro e ganhos financeiros são demandas que partem dos próprios atores num cenário em que a coerção estatal está ausente. Os clubes querem ter mais recursos para investir; os jogadores querem ter salários mais altos; as federações querem ter receitas maiores; a mídia quer ter mais audiência. Isso significa que a agenda do Mercado não necessita ser imposta aos atores da mesma forma que a agenda do Estado. Nesse sentido, a instrumentalização de Mercado se dá muito mais por atração do que por coerção (no sentido de uso de força física).

O caminho dos regimes de Futebol no Brasil é bastante similar ao de outros países que também vivenciaram um regime de Futebol de Estado ainda na primeira metade do século XX, como a Itália, a Alemanha e a Espanha. Em todos eles, cronologicamente abordados, o primeiro regime é sempre o Futebol em Sociedade Civil. Em algum momento, surge um governante ou estadista que enxerga potencial político subutilizado no esporte – no caso, o futebol – e então adota o regime de Futebol de Estado. Em algum momento da história, ou o governante/estadista deixa o poder, ou algum de seus sucessores deixa de possuir interesses sobre o futebol. Ocorre, então, que sua administração sai do Estado. O fim da tutela estatal ao esporte é, normalmente, a circunstância que leva à transição para o regime de Futebol para Mercado.

Na história, os estadistas que mais se interessaram por esporte foram os ditadores. No caso específico da implementação do regime de Futebol de Estado, na primeira metade do século XX, ditadores totalitários. Na Itália, o responsável pela adoção do regime de Futebol de Estado foi Benito Mussolini. Na Alemanha, o responsável pela adoção do regime foi Adolf Hitler. Na Espanha, o responsável foi Francisco Franco. No caso brasileiro, foi o governo de Getúlio Vargas o responsável pela instituição do regime de Futebol de Estado em meio a uma estrutura que, até então, era de Futebol em Sociedade Civil. O Futebol de Estado não foi, contudo, uma exclusividade de Getúlio Vargas, pois o Governo Militar também decidiu usar o futebol como ferramenta política, algumas décadas depois.

Nesse contexto, cabe pontuar que os regimes de Futebol de Estado e Futebol em Sociedade Civil não são mutuamente excludentes, pois o Estado não se interessa por todo e qualquer futebol praticado dentro da sociedade, mas somente por aquele futebol onde se situa a maior quantidade de interesse social. Isso significa que as disputas de futebol entre times de bairro, comunidades, colégios, faculdades, empresas e etc., raramente são objeto de atenção ou do Estado ou mesmo do Mercado, já que estes tendem a visar os clubes que catalisam a atenção social, e a parcela da sociedade a se interessar pelas disputas de futebol mencionadas é, normalmente, bastante restrita. A implementação do regime de Futebol de Estado não significa o fim do Futebol em Sociedade Civil, mas o início do (esforço político para o) controle estatal dos níveis mais competitivos e/ou mais socialmente notórios do esporte.

A experiência brasileira de Futebol de Estado situa-se na esteira de outras experiências entre regimes políticos ditatoriais e regimes de Futebol de Estado no mundo. Isso significa que o caso brasileiro é uma experiência local de um movimento de proporções mundiais. Portanto, para compreender o que aconteceu com as TOBR e o Estado, no Brasil, temos que saber qual ou quais elemento(s) dos regimes de Futebol de Estado da Europa convenceu(ram) Getúlio Vargas, o estadista brasileiro, de que o regime de Futebol de Estado poderia ser uma opção interessante também por aqui.

Com essa informação, saberemos quais eram os elementos de Futebol de Estado que os implementadores desse regime no Brasil tinham em mente para a elaboração de política esportiva própria. Juntando esses elementos teremos um parâmetro para avaliar quais pontos da experiência brasileira foram similares aos de experiências europeias e quais foram inéditos. Conforme será mostrado, as TOBR certamente são um ponto inédito nas experiências de Futebol de Estado até então.

Partindo da premissa de que as TOBR são um peculiar desdobramento da versão brasileira do regime de Futebol de Estado, o que significa a atribuição de um papel central ao Estado no processo de constituição e evolução das TOBR, é muito pertinente o questionamento da razão pela qual a Ciência Política brasileira nunca se debruçou sobre o tema. A essa questão serão dedicados os próximos parágrafos desta Introdução.

Por diversas razões, as vertentes de maior prestígio da Ciência Política contemporânea são aquelas que se focam em questões especialmente vinculadas às instituições do Estado e do governo. Entre os subcampos de estudo de instituições políticas podem ser mencionados aqueles dedicados ao estudo de leis e legislações, os que estudam as ações e interações das diferentes instâncias de governo e Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário, nesse caso), os que pesquisam eleições e elementos a elas vinculados, como sistemas eleitorais e

comportamento eleitoral. Podem-se mencionar também as linhas de estudo da Constituição, de estudo da efetividade e/ou viabilidade de políticas públicas ou da política internacional.

Não há dúvidas de que o estudo das instituições políticas é fundamental, uma vez que são manifestações do poder político que ordenam o funcionamento do Estado, do governo e de suas relações com a sociedade. Além disso, as instituições regulam o comportamento dos atores e dão relativa previsibilidade para o jogo político.

Considerando-se as TOBR entidades civis nas quais a participação e a associação são voluntárias, não seria plausível esperar que esse objeto pudesse ser abarcado pelas agendas de pesquisa dos subcampos que se dedicam aos estudos institucionais. Existem outros campos da Ciência Política que, embora menos centrais, atentam para o mundo dos atores sociais. Entre esses campos, aquele que é mais pertinente aos propósitos desta tese é o que se dedica aos chamados estudos de sociedade civil, definido pela busca da compreensão da ação política de atores sociais, mesmo que não estejam diretamente vinculados ao Estado ou a suas instituições. O foco nos atores *sociais* demarca a fronteira desse campo em relação a outros atores sociais ou privados, atores de mercado, normalmente não contemplados em suas agendas de pesquisa. Os objetos de pesquisa mais comumente encontrados no campo dos estudos de sociedade civil são associações voluntárias, movimentos sociais e, em menor medida, sindicatos e uniões de trabalhadores.

Pelo que foi descrito acima sobre os estudos de sociedade civil, poder-se-ia concluir que este campo representa uma via de entrada das TOBR na agenda de pesquisa da Ciência Política. Não seria descabido afirmar que o objeto desta tese corresponde às distinções conceituais que definem o foco da literatura de sociedade civil, a saber: TOBR são associações civis voluntárias e supõem um interesse coletivo e comum. Em termos práticos, a organização das TOBR em pouco difere da organização de movimentos sociais, por exemplo.

A despeito das aparentes afinidades acima mencionadas, nem mesmo os estudos de sociedade civil no país têm conferido atenção às TOBR como objetos da Ciência Política. Qual seria a razão disso? Acreditamos que, apesar de se dedicarem à compreensão de atores que estão ou nas margens ou fora das instituições do Estado, os estudos de Sociedade civil tendem a selecionar normativamente objetos (atores) cuja ação política busca incidir sobre as instituições políticas do Estado e do governo. Nesse sentido, tanto os sindicatos quanto os movimentos sociais possuem em comum a propriedade de organizarem suas pautas políticas de modo a pressionarem o Estado – ou atores estatais de diversos níveis – a aceitarem suas demandas, da mesma forma como fazem diversas organizações da sociedade civil.

A diferença das TOBR em relação àqueles atores é que as últimas não se constituem como “atores de transformação”. Ao centrarem suas atenções em atores sociais coletivos, cuja ação política é voltada para o Estado, portanto, os estudos de sociedade civil no país acabam por marginalizar um grande conjunto de atores com outras lógicas de atuação, sendo as TOBR um deles.

Partindo do que foi dito, sabe-se que as TOBR não têm recebido atenção nem sob a perspectiva institucional nem da perspectiva de estudos de sociedade civil. Para o debate geral do campo, é como se as TOBR não colocassem problemas pertinentes para a Ciência Política. Comparativamente, outras disciplinas das Ciências Sociais têm dedicado maior atenção às TOBR. É o caso dos estudos de Antropologia, que foram os responsáveis pelo ingresso das TOBR na agenda de pesquisa das Ciências Sociais brasileiras. A obra que deu início ao estudo desse objeto é a do antropólogo Luiz Henrique de Toledo⁴, cujo título é *Torcidas Organizadas de Futebol*. Possivelmente por sua influência, a maior parte dos estudos produzidos sobre as associações de torcedores até hoje concentra-se no campo da Antropologia.

Entre as obras antropológicas de maior destaque sobre a temática das TOBR podem ser mencionadas a de Teixeira⁵, Damo⁶, Monteiro⁷, Souza⁸, Palhares e Schwartz⁹; trata-se de esforços de pesquisa no sentido de compreender – na maioria das vezes por meio do método da observação-participante – elementos como os mecanismos de funcionamento dessas associações, a forma como a sociabilidade acontece nelas tanto internamente quanto externamente (em relação a torcidas rivais, por exemplo), além da formação da identidade, do sentimento de pertencimento e a criação, operação e sentido das categorias nativas a partir de sua perspectiva interna. Os estudos de Antropologia são os responsáveis pela maior parte do conhecimento produzido até hoje no Brasil sobre as TOBR, tendo influenciado outras disciplinas a produção acadêmica sobre este objeto. Tomando a obra de Toledo¹⁰ – publicada pela primeira vez como dissertação de mestrado, em 1994 – como marco inicial dos estudos

⁴ TOLEDO, Luiz Henrique de. *Torcidas Organizadas de Futebol*. São Paulo: Editora Autores Associados, 1996.

⁵ TEIXEIRA, Rosana da Câmara. *Os perigos da paixão: visitando jovens torcidas cariocas*. São Paulo: Annablume, 2004.

⁶ DAMO, Arlei Sander. *Futebol e identidade social: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

⁷ MONTEIRO, Rodrigo de Araújo. *Torcer, lutar, ao inimigo massacrar: Raça Rubro-Negra*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

⁸ SOUZA, Eduardo Araripe Pacheco de. *Paixão perigosa: uma etnografia das torcidas organizadas de futebol de Recife-PE*. Olinda: Livro Rápido, 2014.

⁹ PALHARES, Marcelo Fadori Soares; SCHWARTZ, Gisele Maria. *Não é só a torcida organizada: o que os torcedores organizados têm a dizer sobre a violência no futebol?*. São Paulo: Edunesp, 2015.

¹⁰ Toledo, *Torcidas Organizadas de Futebol*, op. cit.

sobre TOBR, pode-se dizer que a Antropologia possui uma produção de quase 25 anos sobre o objeto, de modo que os estudos de campo realizados com olhar etnográfico e sincrônico constituem a predominante maioria das fontes de dados e informações para aqueles que se interessam pelo tema.

Para além da Antropologia, outra vertente de conhecimento onde as TOBR foram abordadas com interesse é a dos estudos de violência. Os estudos de violência não se constituem em uma área de conhecimento homogênea, havendo contribuições de diversos campos – inclusive antropologia e sociologia. No âmbito dos estudos da violência que enquadram as TOBR, podem ser mencionados autores como, Pimenta¹¹, Reis¹², Bezerra¹³, Pavan Filho¹⁴, Cunha¹⁵, Nery¹⁶, Michael¹⁷, Lopes¹⁸, entre outros. Essas são obras que se propõem a produzir uma explicação sobre a causa do fenômeno da violência nas TOBR, e/ou a avaliar os discursos inculcados no debate sobre a violência no futebol e seu potencial ideológico, e/ou a produzir recomendações para a solução ou controle desse fenômeno sob a ótica da segurança pública. Em outras palavras, a partir do momento em que a literatura de estudos de violência aponta seus holofotes para as TOBR, autores de disciplinas como Sociologia, Antropologia, História, Psicologia, Educação Física, Estudos do Esporte passam a oferecer seus respectivos diagnósticos e propostas para a questão das TOBR e a segurança pública.

A despeito de a formulação de políticas públicas na área de segurança constituir uma área de atuação que envolve um tipo de *expertise* tradicionalmente presente na Ciência Política e de este debate já estar estabelecido há ao menos duas décadas, os autores de Ciência Política continuam ausentes dele.

A relação entre Segurança Pública, TOBR e Estado é a mais evidente, mas não é a única questão pertinente para a Ciência Política. No plano eleitoral, por exemplo, desde meados dos anos 1980, a quantidade de associados de algumas das TOBR passou a atingir a ordem de grandeza da dezena de milhar e, em casos excepcionais, a ordem da centena de milhar. A grande

¹¹ PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. *Torcidas organizadas de futebol: violência e auto-afirmação, aspectos das novas relações sociais*. Taubaté: Vogal, 1997.

¹² REIS, Heloísa H. Baldy. *Futebol e violência*. Campinas: Autores Associados, 2006.

¹³ BEZERRA, Eliseu. *Futebol: paixão, violência e segurança*. Rio de Janeiro: MW Comunicação, 2014.

¹⁴ PAVAN FILHO, Hélio. *Torcidas organizadas: reflexões e a violência no futebol*. Campinas: Edição do Autor, 2000.

¹⁵ CUNHA, Fábio Aires da. *Torcidas no futebol: espetáculo ou vandalismo?*. São Paulo: Scortecci, 2006.

¹⁶ NERY, André Luís. *Violência no futebol: mortes de torcedores na Argentina e no Brasil*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.

¹⁷ MICHAEL, Raphael. *Entre derrotas e vitórias: a guerra das torcidas*. Barueri: Novo Século, 2010.

¹⁸ LOPES, Felipe Tavares Paes. *Discursos sobre violência envolvendo torcedores de futebol: ideologia e crítica na construção de um problema social*. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

quantidade de associados dessas entidades confere-lhes potencial para atingir relevância política em alguns níveis. O primeiro deles é, naturalmente, o nível eleitoral, já que dezenas de milhares de pessoas, se unidas em prol de um candidato, podem decidir uma eleição a depender de seu engajamento político. Nesse sentido, podem ser citados alguns casos de presidentes de clubes de futebol que foram eleitos para o cargo de deputado federal, como Wadih Helu e Andrés Sanchez (que presidiram o Corinthians), e para o cargo de governador do estado de São Paulo, como Laudo Natel (presidente do São Paulo nos anos 1960).

No plano da mobilização social, as TOBR exprimem interesses coletivos e procuram incidir sobre as diretorias e comandantes de seus respectivos clubes de futebol. Nesse sentido, as TOBR estão para seus clubes assim como outras organizações da sociedade civil e movimentos sociais estão para o Estado. Há uma contínua busca da institucionalização dos interesses das TOBR dentro dos clubes.

O objetivo desta tese não é designar o objeto das TOBR para algum dos subcampos específicos da Ciência Política, mas, antes, usar ferramentas de análise disponíveis no arcabouço da disciplina para produzir uma compreensão política do fenômeno das TOBR. Tendo em mente que o propósito da presente tese é compreender o atual antagonismo entre TOBR e Estado, a partir do histórico da relação entre TOBR e Estado, pode-se dizer que a sequência lógica do argumento é expressa pelas seguintes premissas:

1. A compreensão da atual relação das TOBR com o Estado envolve a compreensão da relação entre esses dois entes desde seu início.
2. O início da relação entre TOBR e Estado se deu no momento de surgimento das TOBR, durante o regime de Futebol de Estado varguista.
3. TOBR somente podem ser compreendidas à luz do regime de Futebol de Estado.
4. Futebol de Estado é uma criação nazifascista que foi importada por Getúlio Vargas.

O caminho desta tese será cronológico e dividido em quatro partes. Na primeira delas, apresentaremos o que foi o regime de Futebol de Estado no mundo e as influências nazifascistas que foram absorvidas pelo governo brasileiro por ocasião da elaboração de seu próprio regime de Futebol de Estado. Na segunda, desenvolveremos como o Futebol de Estado foi implementado no Brasil, levando a uma série de consequências para o esporte brasileiro, sendo a fundação das TOBR a principal delas para nossos interesses. Na terceira, acompanharemos de perto como algumas das estruturas institucionais do regime de Futebol de Estado varguista sobreviveram após o final do Estado Novo, e como três décadas depois foi formado o regime de Futebol de Estado no Regime Militar, quando ocorreu a fase mais importante do

desenvolvimento das TOBR. Na quarta e última, terá destaque o fim do regime de Futebol de Estado dos militares, quando a instrumentalização política do esporte foi definitivamente deixada de lado pelo governo, abrindo espaço para a emergência e predomínio do regime de Futebol para Mercado.

CAPÍTULO 1. AS ORIGENS DO REGIME DE FUTEBOL DE ESTADO

O regime de Futebol de Estado é um arranjo entre instituições e atores situados dentro e fora do Estado que funciona como fundamento para a instrumentalização política do esporte. O contexto histórico-político da fundação das primeiras TOBR é justamente o regime de Futebol de Estado varguista.

Se o ponto de partida para a trajetória das TOBR no Brasil é o regime de Futebol de Estado varguista, torna-se totalmente pertinente rastrear as motivações que envolveram o governo Vargas para que instituisse tal regime esportivo.

Como já foi afirmado na Introdução desta tese, o Brasil não foi o primeiro país do mundo a adotar o regime de Futebol de Estado. A implementação deste regime se deu sob a influência dos regimes de Futebol de Estado europeus, que serviram como modelo de instrumentalização política do esporte no Brasil, ocorrida nos primeiros anos da década de 1940.

Sabendo-se que a inspiração para a edificação do regime de Futebol de Estado no Brasil foram as experiências de Esporte de Estado nazifascistas e que foi exatamente o regime de Futebol de Estado no Brasil o contexto em que emergiu a primeira geração das TOBR, conclui-se que a compreensão das origens do regime de Futebol de Estado é essencial para a compreensão de todo o processo que envolve as TOBR. Este capítulo se dedicará, portanto, a esclarecer as origens do regime de Futebol de Estado na Europa, de modo a tornar-se modelo para diversos países do mundo, o Brasil inclusive.

Para o desenvolvimento deste capítulo não foi possível o acesso a fontes primárias. Isso significa que as informações aqui reunidas foram obtidas a partir de fontes secundárias, notadamente livros que se dedicaram ao estudo da interação entre política e esporte durante regimes totalitários em países como a Alemanha, a Itália e a Espanha.

Este capítulo não tem a pretensão de fazer uma reconstrução minuciosa e detalhada dos processos que levaram à instituição do regime de Futebol de Estado em cada um dos países europeus onde ele vigeu – o que é impossível sem acesso a fontes primárias –, mas, por meio da literatura local dedicada a essa temática, construir um quadro que sirva para situar o contexto político-esportivo internacional em que o regime de Futebol de Estado brasileiro esteve inserido.

A instituição de um regime de Esporte de Estado em determinada sociedade supõe a preexistência da prática esportiva nessa mesma sociedade, pois o esporte não é uma criação do Estado. Desse modo, a implementação do regime de Esporte de Estado supõe a substituição de uma estrutura de poder não-estatal no esporte por outra fortemente vinculada ao Estado. A transição do comando esportivo de atores societais para atores estatais em uma sociedade é fonte de uma série de informações relevantes sobre a feição e os propósitos do regime de Esporte de Estado. As entidades que comandam a gestão esportiva em um país são os *governing bodies*. A implementação de tal regime passa, necessariamente, pelo controle estatal dos *governing bodies* do esporte.

Outro componente essencial de um regime de Esporte de Estado são os veículos de comunicação, pois eles constituem a principal fonte de informação e formação de opinião dos cidadãos em relação a seu governo. Sendo os objetivos de um regime de Esporte de Estado a geração de apoio popular, nacionalismo e legitimidade de poder para aqueles que ocupam o governo, é de fundamental importância para o sucesso desse arranjo político-esportivo que o controle estatal do esporte gere junto à população a repercussão social ambicionada pelo Estado, o que confere à Mídia um papel central nesse arranjo.

Por fim, o público-alvo de um regime de Esporte de Estado: os cidadãos. Os efeitos políticos almejados por um regime Futebol de Estado ocorrem no nível dos cidadãos, na Sociedade Civil. O controle estatal do esporte é uma via que visa justamente produzir e/ou alterar a postura e as disposições dos cidadãos em relação ao Estado. Quando tomados do ponto de vista do futebol, os cidadãos são transfigurados em torcedores. É sobre eles que os resultados desse regime esportivo devem ser produzidos.

Dessa forma, as primeiras seções deste capítulo se dedicarão a narrar o processo de instituição do regime de Esporte de Estado na Alemanha, Itália e Espanha, respectivamente. Em tais experiências, o foco de análise será o processo de entrada do Estado nas estruturas de comando do esporte em nível nacional, os *governing bodies*. Feito isso, a seção seguinte dedicar-se-á aos esforços estatais para a formação de uma mídia esportiva que transmitisse a seu público mensagens em consonância com os propósitos estatais para o esporte, bem como a eventual censura a veículos que se negavam a fazê-lo, ou faziam-no de forma insatisfatória. Por fim, a última seção deste capítulo se dedicará à relação travada por regimes de Futebol de Estado europeus e torcedores de futebol, de modo a identificar os elementos dessa relação que possam ser relevantes para a análise da relação do Estado brasileiro com as TOBR.

1.1. O regime de Futebol de Estado na Alemanha

Os Jogos Olímpicos de 1936 – realizados na cidade de Berlim – são, possivelmente, a maior referência em nível mundial no que diz respeito à instrumentalização política do esporte. Sendo a experiência nazista a mais conhecida entre todas as que envolveram tal instrumentalização, parece ser uma boa opção para o início deste capítulo a apresentação do modo pelo qual o regime de Esporte de Estado no país germânico.

A história do Esporte de Estado na Alemanha começa, ao contrário do que se poderia pensar, quinze anos antes da implementação do regime nazista. Os primeiros movimentos nesse sentido datam dos meses posteriores ao encerramento oficial da Primeira Guerra Mundial.

A Primeira Guerra é um marcador na relação entre o Estado alemão e o cuidado com os corpos de seus cidadãos. A derrota no conflito mundial gerou a necessidade de uma ação estatal no sentido de sanar o quadro de miséria, fome e doenças que assolavam o país nos últimos anos da década de 1910. Nesse sentido, as primeiras ações do Estado alemão foram direcionadas aos elementos de Saúde Pública, envolvendo a orientação para questões de higiene pessoal, limpeza de ambientes, alimentação e outros tipos de cuidados profiláticos¹⁹. Conforme as questões mais urgentes foram equacionadas, o foco foi paulatinamente se deslocando dos cuidados sanitários para a sobrevivência e preparação física dos corpos.

A priorização do aproveitamento do potencial físico dos corpos dos cidadãos não visava somente torná-los úteis e aptos ao trabalho na sociedade, mas também conferir-lhes potencial de defesa do país em caso de novos conflitos no continente. A preparação da população para uma nova guerra estava nos horizontes do Estado alemão nos anos 1920.

Deve ser destacado que os *loci* onde a preparação física dos corpos foi trabalhada com intensidade não eram vinculados ao Estado alemão, mas a uma série de entidades esportivas e recreativas dispersas por toda a sociedade. Isso quer dizer que o protagonista do esporte alemão, durante a República de Weimar, não foi o Estado, mas as diversas associações civis que estavam espalhadas pelo país nesse período.

O protagonismo dos clubes esportivos e das associações recreativas no esforço para promover o esporte e a atividade física pode ser notado a partir do discurso de parte de seus diretores, que frequentemente se referiam à Educação Física como uma forma de contribuir

¹⁹ Cf. BAADER, Gerhard & PETER, Jürgen. Public Health, Eugenik und Rassenhygiene in der Weimarer Republik und im Nationalsozialismus. Gesundheit und Krankheit als Vision der Volksgemeinschaft. Mabuse-Verlag, Alemanha, 2018.

para a recuperação popular [*Volksgesundung*] e, de certa forma, compartilhavam uma concepção militar que era amplamente difundida na Alemanha *weimarista*, segundo a qual os cuidados com o corpo eram uma forma de serviço à comunidade.

O discurso da prática esportiva como “serviço à comunidade”, característico do período *weimarista*, era constantemente enunciado por representantes de diversas associações civis, como pode ser notado nas linhas seguintes:

Alguns sindicatos publicavam em seus estatutos²⁰ referências positivas às atividades físicas e destacavam sua importância para o desenvolvimento da força popular [*Volkskraft*] e/ou da saúde pública [*Volksgesundheit*], de forma que essas eram apresentadas como uma necessidade da classe para a busca e a conquista de seus propósitos políticos. Não raro, os líderes do esporte sindical [*Arbeitsportbewegung*] colocavam a preparação esportiva como um *dever* do trabalhador perante sua classe²¹.

Os comunistas alemães também atrelavam a educação do corpo [*Körperkultur*] a um dever para com a comunidade (a comunidade revolucionária, nesse caso)²². Mesmo entidades religiosas, fossem elas católicas²³ ou judias²⁴, compartilhavam a concepção de que práticas esportivas e a Educação Física estavam à serviço da comunidade. Há, na República de Weimar, registros nos quais judeus sionistas se referem à Educação Física como a mais alta obrigação de um cidadão judeu na preparação para sua emigração para a Palestina, visando a construção de seu próprio Estado²⁵.

Sabendo-se que o mote “*Esporte e Educação Física a serviço da comunidade*” era um consenso que interseccionava ideologicamente a sociedade civil alemã durante a República de Weimar, independentemente de divergências de cunho político, ideológico, classista, estamental ou religioso²⁶, cabe apresentar os diferentes significados do termo “comunidade” [*Gemeinschaft*] em cada situação e o discurso onde ele era enunciado.

Na perspectiva de militares e estadistas, serviço à comunidade significa serviço à Nação. Na perspectiva de comunistas, serviço à comunidade significa atuação conjunta com os camaradas empenhados na causa revolucionária. Na perspectiva de religiosos, servir à

²⁰ OSWALD, Rudolf. "Fussballvolksgemeinschaft" - Ideologie, Politik und Fanatismus im deutschen Fußball 1919-1964. Frankfurt Main: Campus Verlag, 2008, p. 34.

²¹ Oswald, op. cit., p. 56.

²² Oswald, op. cit., p. 60.

²³ Oswald, op. cit., p. 62.

²⁴ Oswald, op. cit., p. 63.

²⁵ Cf. FRIEDLER. Makkabi Chai, S. 35f.; “Unsere besondere zionistische Ausgabe”, JR, 1.2.1929; Bloch, Werner, “Körperliche Ertüchtigung”, JR, 12.10.1926, apud Oswald, op. cit., p. 63.

²⁶ Oswald, op. cit., p. 49.

comunidade significa unir-se a comungantes de uma mesma fé visando os propósitos daquela doutrina. Na concepção de sindicalistas, servir à comunidade significava servir à classe dos trabalhadores na batalha de interesses contra os interesses de outras classes.

Como foi afirmado, a associação da prática esportiva à saúde do povo ou mesmo à defesa – militar – constitui uma perspectiva sobre esporte que é exclusiva do Estado e dos militares alemães, durante a República de Weimar. Nesse período, as instituições estatais já promoviam a ideia do esporte como uma forma de serviço à Nação pelos canais que tinham à disposição, como a Revista do Departamento Nacional de Educação Física [*Deutsche Reichsausschuss für Leibesübung*], que já no ano de 1920 afirmava o seguinte: “a Educação Física é um dever moral do indivíduo perante seu povo”²⁷.

A despeito da equiparação das categorias Estado e comunidade já na República de Weimar, para os propósitos desta tese é importante esclarecer que o discurso estatal de acordo com o qual a Educação Física era uma forma de “servir a seu povo”, o período weimarista não se constitui em um regime de *Esporte de Estado*, como caracterizado na Introdução de nossa tese. Isso porque, nesse período, o sentido da preparação física e da prática esportiva não era orientado para o Estado, mas sim às diversas comunidades de pertencimento dos cidadãos.

A perspectiva estatal não era hegemônica e exclusiva, mas era capaz de influenciar as opiniões de atores que não pertenciam aos quadros estatais, como o teórico do esporte Otto Billmann²⁸, quem, em 1928, dizia que o esporte já não era um fim em si mesmo, mas um dever nacional, ou uma obrigação do indivíduo para com o povo e a Pátria.

Não é um equívoco afirmar que, em vez de opostas e contraditórias, as perspectivas sobre o papel do esporte sustentadas pelo Estado e por distintos setores da Sociedade Civil alemã eram complementares. Há evidências de que, durante a República de Weimar, o esporte e a Educação Física eram práticas que produziam não conflitos, mas um modo de confraternização entre todas as camadas, seções e estamentos da sociedade. As práticas esportivas encontravam entusiastas em todos os setores da sociedade alemã, bem como no Estado.

A rotinização da prática esportiva na sociedade alemã aliada à publicidade positiva que recebia tanto das associações civis quanto dos militares e do próprio Estado contribuiu para que o esporte fosse incorporado como o lugar de encontro e de confraternização de todos os

²⁷ Cf. “Die Bedeutung der Leibesübungen im Spiegelbild der Gegenwart”, *Körper und Geist*, 29 (1920), 1.8, apud Oswald, op. cit., p. 49. Trecho original: “[...] erhob das Fachblatt “Leibesübungen” zur “sittlichen Nationalpflicht”, die der “einzelne seinem Volke” schuldig sei”.

²⁸ BILLMANN, Otto. “Deutscher Volkssport”. Berlin, 1928, apud Oswald, op. cit., p. 49.

cidadãos alemães. Além da preparação física para diversos propósitos de distintas comunidades e do Estado, a prática esportiva também funcionava como uma celebração da igualdade entre os homens, o que era um elemento fundamental da constituição político-ideológica da República de Weimar. As relações horizontais vivenciadas nas práticas esportivas por parte de indivíduos oriundos de distintos setores da sociedade alemã era um elemento inovador, que apresentava uma ruptura em relação a um arranjo que destacava os estamentos e as distinções de classe, vigentes até o início da Primeira Guerra Mundial, cuja máxima expressão estava na figura do *Kaiser*.

Em uma proposta de enaltecer a harmonia social e a igualdade entre os cidadãos, a prática esportiva aparecia como o meio mais eficiente para a experimentação da comunhão entre os diferentes setores da sociedade. Esporte e Educação Física eram uma língua comum a todos os níveis da Sociedade Civil alemã que, antes fragmentada, agora possuía uma forma de se integrar. O esporte foi um dos principais meios – se não o principal – para promover a comunhão entre as pessoas, ou a comunidade popular [*Volksgemeinschaft*]²⁹.

Dentre todos os esportes à disposição, foi o futebol aquele que se destacou na função de promover e fortalecer a comunidade popular [*Volksgemeinschaft*]. Richard Girulatis, ex-jogador, técnico e teórico do esporte já afirmava, em 1919, que o futebol era, por excelência, o “esporte do povo” [*Volkssport*]³⁰. Nas palavras dele, “O futebol se desenvolveu como o verdadeiro esporte do povo [*Volkssport*], que envolve grandes e pequenos, pobres e ricos, trabalhadores intelectuais e braçais; ele é capaz de despertar o interesse de todas as camadas da sociedade.”³¹

O discurso de Girulatis reflete exatamente o que era esperado do esporte pelos governantes durante a República de Weimar. O fato de gerar interesse e permitir a participação de indivíduos provenientes de todos os setores da sociedade fazia que o futebol fosse um dos principais – se não o principal – meios de expressão dos ideais políticos alemães após a Primeira Guerra.

Além da possibilidade de integração de diferentes setores da sociedade, o futebol também era um veículo perfeito para a transmissão da mensagem da disciplina igualitário-coletivista: independentemente das origens de cada jogador, dentro de campo, o importante era

²⁹ Oswald, op. cit., p. 23.

³⁰ GIRULATIS, Richard: *Fussball, Theorie, Technik, Taktik*. Berlin, 1919.

³¹ Tradução minha de Girulatis, op. Cit., p. 3, apud Oswald, op. cit., p. 35.

Citação original: „Der Fußballsport hat sich [...] zum wahren Volkssport entwickelt, den hoch und niedrig, arm und reich, Kopf- und Handarbeiter ausüben, dem alle Schichten der Bevölkerung Interesse entgegenbringen“

que cada um se dedicasse para cumprir sua função da forma mais eficiente possível de modo a conduzir sua equipe à vitória. O *Fussballsport* era um elemento importante na difusão da cultura da igualdade entre os cidadãos, o que era sabido pelos homens responsáveis por sua gestão. Nas palavras de Félix Linnemann, presidente da Deutscher Fußball-Bund (DFB)³² desde 1925: “A reconstrução do esporte alemão teve por objetivo a superação de todas as oposições sociais, religiosas e político-partidárias. Nenhum movimento contribuiu de forma tão intensa com a comunidade popular como o esporte”³³. Ao final dos anos 1920, o futebol já era tão popular e difuso na Alemanha que foram produzidos alguns filmes tematizando esse esporte, entre os quais: “Os onze diabos” [*Die elf Teufel*]³⁴ e “O rei dos centroavantes” [*Der König der Mittelstürmer*]³⁵, ambos de 1927. O sucesso dos filmes nos cinemas da época pode evidenciar que o interesse popular não residia somente no jogo em si, mas também em representações diversas que o envolviam.

A filosofia de “Esporte/Educação Física a serviço da comunidade” não foi abandonada com a chegada dos nazistas ao poder, em 1933. O que ocorreu, porém, foi que Hitler e seus asseclas tornaram a perspectiva estatal para o conceito de “comunidade” hegemônica em relação a todas as outras.

Como foi dito anteriormente, durante a República de Weimar, o conceito de comunidade era polissêmico. Tanto é assim que mesmo os judeus sionistas e os comunistas alemães eram livres para ter e divulgar suas concepções sobre prática esportiva e suas consequências para a comunidade judaica e para a comunidade revolucionária.

Com o início do Regime Nazista, a polissemia do conceito de comunidade acaba. A concepção que, até então, era restrita aos círculos dos estadistas e militares passa a ser difundida e propagandeada como a concepção consensual a toda a sociedade. Nesta concepção, comunidade significa Estado: Estado nazista.

Com essa mudança, o esporte – sobre o qual já havia um consenso social transversal de que deveria servir à comunidade e à comunhão dos cidadãos alemães – passou

³² A Deutscher Fussball-Bund é o órgão máximo do comando do futebol alemão. Nos dias de hoje (fevereiro de 2018), a entidade equivalente no Brasil seria a CBF.

³³ Tradução livre da Fala de Félix Linnemann, presidente da DFB registrada pelo periódico *Der Kicker*, 14 (1933), 11.7, apud Oswald, op. cit., p. 46. No original: Den “Neuaufbau des deutschen Sports” im dritten Reich damit, dass bisher schon “unser Ziel [...] die Überbrückung aller sozialen, religiösen und parteipolitischen Gegensätze” gewesen sei. Da keine Bewegung im Sinne der Volksgemeinschaft so erfolgreich gearbeitet hat, wie gerade der Sport“.

³⁴ *Die elf Teufel*. Dirigido por Zoltan Korda e Carl Boese. Alemanha, 1927, 1h38m.

³⁵ *Der König der Mittelstürmer*. Dirigido por Fritz Freisler. Alemanha, 1927, 1h35m.

automaticamente a servir à instituição que reivindicava representar tudo isso (comunhão popular, comunidade, etc) de uma só vez: o Estado.

A entrada de Hitler no governo alemão marca o momento em que o esporte deixa de servir às diversas comunidades existentes no país e passa então a servir ao Estado. É este o início do regime de Esporte de Estado na Alemanha. A mudança da função da Educação Física na Alemanha gerou uma série de mudanças nos *governing bodies* do esporte, pois o comando esportivo na Alemanha era, até então, plural e pulverizado. A primeira medida adotada pelo Regime Nazista em relação aos esportes foi acabar com a pluralidade e centralizar seu comando. Em 09 de julho de 1933 a assembleia da DFB publicou o seguinte despacho: “*Nós éramos, até aqui, uma Federação que se baseava numa constituição antiga, partida de princípios liberais. Atualmente nós temos a evidente obrigação de abandonar esta direção liberal e adotar a organização afirmada pelo Estado*”³⁶. Este documento é a certidão de nascimento do regime de Futebol de Estado nesse país.

Como é possível notar na resolução da DFB citada, os dirigentes que até então serviam ao “futebol alemão” passaram a servir ao Estado alemão. A entidade foi mantida sob o mesmo nome, tal como a maior parte dos funcionários e dirigentes. Sua função social a partir de então passou, porém, a ser evidentemente outra³⁷.

O futebol foi escolhido como a atividade na qual o sentimento de pertença à comunidade seria vivenciado na prática³⁸. Na semântica do nazismo, experimentar o sentimento de pertencimento à comunidade – mesmo que sem uma ligação notória e evidente com o corpo estatal – significa experimentar o sentimento de pertencimento a um Estado, o Estado alemão nazista.

É evidente que os esportes não eram os únicos eventos de massa promovidos pelo governo nazi. Possivelmente, os maiores eventos de massa do período eram os próprios comícios políticos, que reuniam multidões ao redor do *Führer* e de sua comitiva. Além dos comícios, havia apresentações artísticas de diversas ordens onde grandes públicos eram reunidos. Invariavelmente, em todos esses eventos, o propósito era gerar nos indivíduos

³⁶ Tradução livre do despacho da assembleia da DFB, noticiada pelo jornal Der Kicker em nº 28, dia 11 de julho de 1933, p. 1078, apud HAVEMANN, Nils. “Fußball unterm Hakenkreuz – Der DFB zwischen Sport, Politik und Kommerz”. Frankfurt/New York: Campus Verlag, 2005, p. 116.

Citação original: „Wir waren früher ein Verband, der sich auf dem alten Recht gegründet hat und sich liberalistisch aufbaute. Heute haben wir die selbstverständliche Pflicht, von diesem Wege abzugehen und die vom Staat ganz neu gestellte Ordnung, das Prinzip der Führerschaft, zu übernehmen.“

³⁷ HAVEMANN, Nils. “Fußball unterm Hakenkreuz – Der DFB zwischen Sport, Politik und Kommerz”. Frankfurt/New York: Campus Verlag, 2005, p. 93.

³⁸ Oswald, op. cit., p. 130.

presentes o encantamento e o sentimento de pertencimento a uma opulenta comunidade, o Estado alemão nazista.

Mesmo tendo em mente a importância dos comícios de massa do Partido Nazista, não se pode ignorar que foram muito poucas as formas de aglutinação de massas criadas no século XX que foram tão eficientes para produzir o sentimento de pertencimento à comunidade como o futebol. Comparativamente, um jogo de futebol se desdobra de maneira muito mais amigável, espontânea e convincente ao espectador do que um comício político. A vigilância estatal sobre o comportamento de um torcedor na arquibancada era bastante branda, de modo que todas as expressões que não resultassem em violência física tendiam a ser toleradas.

Além disso, um jogo de futebol opõe duas comunidades distintas e, a qualquer uma a que o indivíduo pertença, ele se sentirá tocado com a entonação de hinos e músicas próprias de sua comunidade, coreografias de incentivo, saudação à equipe, despedida da equipe e todas as formas de demonstração do poder de ação e organização de sua comunidade³⁹, em oposição a uma representação rival.

Sobre o poder possuído pelo futebol de produzir uma momentânea sublimação das diferenças sociais e criar uma atmosfera de comunidade homogênea e unívoca, o historiador francês Alfred Wahl⁴⁰ afirma que “[Durante um jogo de futebol] Forma-se uma aliança sagrada onde, por um pequeno momento, as diferenças culturais e as oposições de classe desaparecem, ao mesmo tempo em que uma cultura homogênea e uma sociedade harmoniosa se formam⁴¹”.

Uma partida de futebol envolve uma série de rituais coletivos que possuem pouquíssimos impedimentos sociais para participação; basta que o indivíduo se anime a tomar parte naquilo. Ao participar de um jogo, sentir a emoção que emana do evento e da comunidade presente e escolher um time como “seu”, o indivíduo torna-se um torcedor de futebol, uma figura que rompe com o isolamento e a insignificância dentro da multidão e converte-se num componente orgânico de uma numerosa comunidade⁴².

Quando não se trata de um time, mas da Seleção Nacional, o apelo à emoção da comunidade é ainda maior. Todos os símbolos nacionais como bandeiras, estandartes,

³⁹ Oswald, op. cit., p. 136.

⁴⁰ WAHL, Alfred. “Fußball und Nation in Frankreich und Deutschland”, in: FRANÇOIS / SIEGRIST / VOGEL (Hg), Nation und Emotion. Göttingen, 1995, pp. 342-352.

⁴¹ Tradução minha de Wahl, op. cit., p. 350.

Trecho original: „Es kommt zu einer ‘heiligen Allianz’, in der für einen kurzen Moment die kulturellen Unterschiede und Klassengegensätze verschwinden, während sich eine einzige Kultur und eintrachtige Gemeinschaft bildet“.

⁴² Oswald, op. cit., p. 134.

tradições, história, músicas, costumes são invocados dentro dos estádios⁴³. Fora deles, não raro, milhões de ouvintes de rádio têm acesso ao desenrolar dos fatos da partida⁴⁴ e permanecem ávidos na torcida pelo sucesso de seu país no campo de jogo.

O regime de Futebol de Estado faz que os onze jogadores vestindo o uniforme com as cores da federação nacional deixem de representá-la de forma direta e objetiva. A Seleção Nacional de futebol torna-se a representação da própria Nação, de tudo o que a envolve e de todos aqueles que se identificam com aquela “comunidade nacional”.

O ambiente de *culto à Nação* gerado por uma partida decisiva de uma Seleção Nacional é tão envolvente – e de certa forma até coercitivo – que poucas pessoas são capazes de dissociar o esporte da política. Nem mesmo Goebbels, nem mesmo Hitler: “O Führer está muito agitado, eu mal consigo me segurar. Os nervos estão à flor da pele. A torcida está correndo. Uma guerra como nunca. É o jogo influenciando as massas”⁴⁵.

Retirado do diário pessoal de Joseph Goebbels, o excerto é uma evidência de como o regime de Futebol de Estado possuía a capacidade de gerar nos indivíduos – inclusive em seus conceptores – um fervor nacionalista em altas proporções. Trata-se evidentemente de um processo de transfiguração dos 11 jogadores em campo na mais importante representação nacional.

Embora o caso alemão seja aquele em que o processo de construção do regime de Esporte de Estado – e depois de Futebol de Estado – a partir de uma estrutura de Esporte em Sociedade Civil é mais claro e intuitivo, os germânicos não foram os primeiros a fazê-lo.

⁴³ Oswald, op. cit., p. 139.

⁴⁴ Oswald, op. cit., p. 131.

⁴⁵ Tradução minha do Diário pessoal de Joseph Goebbels, p. 978, registro do dia 8 de Agosto de 1936, por ocasião do jogo entre Alemanha e Noruega pelas quartas de final das Olimpíadas de 1936, disputadas em Berlim. Apud Havemann, Nils, p. 194.

Trecho original: „Der Führer ist erregt, ich kann mich kaum halten. Ein richtiges Nervenbad. Das Publikum rast. Ein Kampf wie nie. Das Spiel als Massensuggestion.“

1.2. O regime de Futebol de Estado na Itália

O primeiro país a estabelecer o regime de Futebol de Estado foi a Itália fascista de Mussolini, e é interessantíssimo observar como a história do uso político do esporte entre esses dois países se comunica: a citação do diário pessoal de Göbbels, algumas linhas acima, foi feita por ocasião da partida entre Alemanha e Noruega, válida pelas quartas de final do torneio de futebol dos Jogos Olímpicos de 1936, disputados em Berlim. O principal concorrente da Alemanha para sediar essa edição das Olimpíadas foi justamente a Itália⁴⁶, fato que sugere alguma tendência teleológica no sentido de que os Jogos Olímpicos deste ano estivessem destinados a ser uma celebração do Esporte de Estado, independentemente de onde fossem sediados.

O processo de difusão da Educação Física e da prática esportiva aconteceu de forma relativamente simultânea nesses dois países. Conforme mencionado acima, durante a República de Weimar (1919-1933) foram lançadas as bases para a instrumentalização política do esporte pelo Estado alemão. Isso se deu efetivamente a partir da entrada do Partido Nazista no comando nacional em 1933.

A principal diferença entre as experiências italiana e alemã é que o regime totalitário da primeira teve início já nos anos 1920. Nesse tempo, quinze mil jogadores⁴⁷ já tinham registro na entidade administradora do esporte em nível nacional, a *Federazione Italiana de Giuoco Calcio* (FIGC)⁴⁸, cuja estrutura administrativa era plural com o poder descentralizado, nos mesmos moldes que a DFB antes do governo nazi.

Na Alemanha, como afirmado na seção anterior, a implementação do regime de Esporte de Estado se deu tão logo os nazistas chegaram ao poder. Na Itália, o governo fascista conviveu por algum tempo com o regime de Esporte em Sociedade Civil que o precedeu. No início dos anos 1920, a Itália dividia-se em 83 províncias, a maioria possuidora de ao menos um clube de futebol. Diante da diversidade de equipes e regiões participantes no futebol italiano, não eram raros os casos de desentendimento entre clubes e dirigentes no âmbito da FIGC.

O regime de Futebol de Estado teve início na Itália, quando a FIGC se deparou com uma situação de crise que, aparentemente, não conseguiria resolver com as próprias forças. A

⁴⁶ Cf. Martin, op. cit., p. 184.

⁴⁷ Cf. IMPIGLIA, Marco. *Fußball in Italien in der Zwischenkriegszeit*. In Koller, Christian & Brändle, Fabian (org.): *Fussball zwischen Kriegen - Europa 1918-1939*. Deutschland: Lit Verlag, 2010. pp. 145-181. Página 150. Dado referente ao ano de 1922.

⁴⁸ *Federazione Italiana de Giuoco Calcio*, ou Federação Italiana de Futebol, em português. Era a entidade privada responsável pela gestão do futebol italiano em nível nacional. Exercia função equivalente à da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) nos dias de hoje (2018).

referida crise foi deflagrada por problemas com a arbitragem: alegando uma série de erros da equipe de árbitros, a FIGC decidiu anular uma partida entre Casale e Torino em 1925. A classe dos árbitros de futebol tomou como uma afronta a interposição da FIGC sobre decisões tomadas por um árbitro dentro do campo de jogo. Houve uma reação no âmbito classista e, em 1926, os árbitros de futebol italianos deram início a uma greve⁴⁹.

Uma greve de árbitros em meio à Itália fascista é, analiticamente, um acontecimento inusitado. Por um lado, trata-se de uma afronta ao poder de Mussolini, o *Duce*, que em 1922 obteve do rei da Itália a autoridade para combater qualquer tipo de greve. Por outro lado, árbitros de futebol não são trabalhadores no sentido clássico da palavra, como operários de uma fábrica. Tampouco fazem parte de um sistema que produzisse riqueza financeira para o país – como seria o caso de uma indústria ou do agronegócio, por exemplo. Num sistema de futebol amador, sequer teriam condições de demandar altos salários. O paradoxo nessa situação é que, apesar de não gerarem riqueza, e de sequer terem grandes demandas financeiras em relação a seus empregadores – a FIGC e suas afiliadas, nesse caso –, a possibilidade de colocar times em campo para se “autogovernar” não era sequer cogitada. Isso significava que o futebol não voltaria a ser jogado no país enquanto uma solução de consenso não fosse alcançada em relação a esta questão.

O caos instalado no futebol nacional, após o início da greve, gerou um clamor popular por uma solução imediata para o problema. Tendo a FIGC poucos ou nenhum meio à disposição para resolver a situação com suas próprias forças, resultou que estava criada a oportunidade perfeita para uma intervenção estatal na FIGC.

Lando Ferretti, membro do Partido Fascista responsável pela colocação do Comitê Olímpico Italiano (CONI) sob o comando do Partido, alguns anos antes, foi em 1926 o responsável por proibir a greve dos árbitros, por sacar Luigi Bozino da Presidência da FIGC e por convocar uma assembleia a ser realizada na cidade de Viareggio, onde o destino do futebol italiano – agora sob o direto comando do Partido Fascista – seria decidido⁵⁰.

A assembleia realizada em Viareggio é o marco do início do regime de Futebol de Estado na Itália, o primeiro nesses moldes da história⁵¹. As decisões tomadas nesse encontro foram sumarizadas em um documento que ficou posteriormente conhecido como a *Carta de Viareggio*.

⁴⁹ Cf. Impiglia, op. cit., p. 151.

⁵⁰ Cf. Impiglia, op. cit., p. 152.

⁵¹ Apud MARTIN, Simon. “Football and Fascism – The national game under Mussolini”. New York: Berg, 2004.

The Carta [de Viareggio] substituted the Old Federal Council with the theoretically elected *Direttorio Federale*, although the board of governors was selected by the president of CONI for the first two years, after which a further reform established that all federation heads would be appointed by an assembly nominated by the Duce. In effect, the president's role was to approve rather than nominate officers, the FIGC having been subordinated beneath CONI that was already an organ of the party. The FIGC president and the *Direttorio Federale* now exercised absolute power and authority over all football matters [...].⁵²

O primeiro ato do regime de Futebol de Estado na Itália, que foi repetido na Alemanha, quando o futebol local foi “nazificado”, em 1933, foi a concentração do poder esportivo local em uma só entidade, que respondia ao Estado. No caso italiano, todas as instituições do futebol italiano foram submetidas ao poder da FIGC, agora submetida ao controle do regime fascista.

Além da centralização do poder do futebol em nível nacional, a instalação do regime de Futebol de Estado na Itália também passou por medidas como: a) o estabelecimento de uma liga de elite, que após alguns ajustes seria batizada de *Serie A* em 1929; b) a separação estatutária entre jogadores amadores e não-amadores⁵³; c) a nomeação de Leandro Arpinati⁵⁴ como presidente da FIGC.

A consequência prática da criação de um torneio de futebol nacional que era mais seletivo do que todos os outros disputados no país até então foi a exclusão de diversos clubes que tinham lugar na disputa até então. A proposta do Estado era fazer um campeonato com poucos e bons times, que carregassem a representação simbólica de suas respectivas comunidades.

É importante notar que, para o Regime Fascista, a identificação local possuía precedência sobre a identificação clubista. Na prática, isso significou a necessidade de alguns clubes italianos fundirem-se com outros clubes outrora rivais em nome do fortalecimento das possibilidades técnicas e financeiras, com vistas à participação no torneio nacional.

O objetivo da fusão de clubes, no final da década de 1920, era bastante simples: aglutinar as forças da comunidade local ao redor de somente uma associação, que representaria a comunidade perante todo o país. Esse processo, apoiado pelo próprio Estado, na figura dos Entes Esportivos do Esporte Fascista⁵⁵ (braços regionais do CONI para organizar o esporte em nível local) – deu origem a alguns dos clubes mais tradicionais de futebol da Itália até hoje, como a A.S. Roma (fusão de *Alba Audace*, *Roman* e *Fortitudo Pro Roma*), A.C.F. Fiorentina

⁵² Martin, op. cit., p. 58.

⁵³ Cf. Impiglia, op. cit., p. 152.

⁵⁴ Cf. Martin, op. cit., p. 68.

⁵⁵ Cf. Martin, op. cit., p. 43.

(fusão de *Palestra Ginnastica Fiorentina Libertas* e *Club Sportivo Firenze*) e S.S.C. Napoli (fusão de *Naples Foot-Ball Club* e *l'Unione Sportiva Internazionale di Napoli*), por exemplo.

Além do estabelecimento de um campeonato nacional outra medida adotada pelo regime de Futebol de Estado italiano no sentido de nacionalizar o esporte e reduzir a influência de poderes locais⁵⁶ sobre a FIGC foi o deslocamento de sua sede para o Sul do país. Num primeiro momento, ela foi sacada de Turim e levada para Bologna; num segundo momento, foi de Bologna para Roma. Essa era uma tentativa de balancear o domínio e a sobre-representação de clubes e federações do Norte em detrimento das do Sul.

O responsável por este movimento foi Leandro Arpinatti, presidente da FIGC sob o comando fascista. Levando o comando da FIGC para Bologna, Arpinatti logrou em atender tanto a seus propósitos políticos quanto a seus propósitos pessoais: do ponto de vista político, a retirada da FIGC do Norte do país significava o fim do controle burocrático do esporte pelos clubes do norte da Itália, os mais fortes tanto no âmbito financeiro quanto no âmbito técnico; do ponto de vista pessoal, significava tornar Bolonha, a cidade da qual era prefeito⁵⁷, o centro do futebol italiano fascista.

Arpinatti conheceu Mussolini nas batalhas contra os socialistas no início da década de 1920. Radicado em Bologna, foi deputado e vice-secretário do Partido Fascista. Ao levar a sede do futebol fascista para sua cidade, quando já era prefeito, o dirigente criou a oportunidade para si de usar sua cidade como um modelo para o que o futebol italiano deveria se converter nas próximas décadas. Possivelmente, o principal evento nesse contexto foi a construção do estádio *Il Littoriale*, o maior do país à época, para cuja inauguração, em 31 de outubro de 1926, esteve presente o próprio *Duce*.

Il Littoriale foi um marco político, esportivo e também arquitetônico da Itália fascista. Foi o primeiro, na Itália, a adotar estruturas de concreto no lugar das arquibancadas de madeira que circundavam 100% do campo de futebol, além da pista olímpica de atletismo e a capacidade para receber até 55 mil pessoas. Por sua monumentalidade, acabou por servir de modelo para uma série de estádios que seriam feitos dentro e fora da Itália. Foi usado não somente na Copa do Mundo de 1934, mas também na 1990, com as estruturas originais de sua inauguração, 64 anos antes.

A ocasião da inauguração do *Il Littoriale* foi tão sugestiva que, passados os fatos, Arpinati foi publicamente agradecido pelo próprio Mussolini:

⁵⁶ Cf. Martin, op. cit., p. 68.

⁵⁷ Cf. Martin, op. cit., p. 113.

I want to renew my joy and applause for the unforgettable display of yesterday; Bolognese Fascism was, as ever, at the height of its glorious tradition, of its completed Works, of future power [...] it is truly the architrave of Italian Fascism. I will never forget the spectacle of the Littoriale, I believe there was never such a perfect adhesion between the Regime and the people in the History of Italy; never was there a more formidable collection of people in spirit.⁵⁸

A percepção, por parte de Mussolini, da harmonia entre povo e regime fascista pela ocasião da inauguração do *Il Littoriale* é comparável à manifestação de Göbbels registrada em um jogo da seleção alemã de futebol pelos Jogos Olímpicos de 1936, citada anteriormente. Os homens responsáveis pela gestão de Estados totalitários têm plena ciência da importância dos esportes – principalmente dos esportes que geram interesse popular suficiente para encher um estádio para 50 mil pessoas – para propaganda do regime e difusão de sua doutrina nacionalmente.

Além da dimensão doméstica de propaganda nacionalista e ideológica, os esportes assumiam a partir do fim dos anos 1920 o caráter de afirmação das capacidades de um Estado perante outros Estados. O principal canal para isso eram os Jogos Olímpicos, coisa que era sabida pelos dirigentes esportivos italianos: *“There is no need to tell you how important the Olympics Games can be globally; its significance goes beyond sporting competition and reaches the level of a first order political event”*.⁵⁹

As palavras de Lando Ferretti, presidente do CONI, evidenciam a importância política atribuída pelos fascistas ao esporte, já em 1926, o primeiro ano de vigência do regime de Futebol de Estado na Itália. De acordo com Martin⁶⁰, à época a ideia era conquistar o direito de sediar os Jogos Olímpicos de 1936. Cabe lembrar que a primeira Copa do Mundo de futebol foi disputada somente em 1930, na periferia do mundo – a América do Sul – e de forma experimental. Portanto, a única competição de destaque que um estadista em 1926 poderia sonhar em sediar seriam justamente os Jogos Olímpicos. A despeito do interesse italiano em sediar os referidos jogos em Roma, os alemães foram mais eficientes e, em 1931, ganharam o direito de sediar o torneio.

Sem paciência para esperar até 1940 para concorrer novamente, os italianos executaram seu plano B, e foram ao Congresso da Federação Internacional de Futebol (FIFA, na sigla em

⁵⁸ Carta de Benito Mussolini a Leandro Arpinati, reportada pelo jornal *L'Assalto*, no dia 06 de novembro de 1926, p.3. Apud Martin, op. cit., p. 132.

⁵⁹ Carta de Ferreti a Giacomo Sguardo, subsecretário do Primeiro Ministro, datada de 10/11/1926. Archivio Centrale dello Stato, Presidenza del Consiglio dei Ministri 1928-1930, f. 3.2.5, n° 269. Apud Martin, op. cit., p. 184.

⁶⁰ Cf. Martin, op. cit., p. 184.

francês), em Estocolmo, no dia 9 de outubro de 1932. Aos comandantes da entidade internacional, fizeram uma oferta de 3,5 milhões de liras⁶¹ em investimentos estruturais e logísticos para sediar a segunda Copa do Mundo da História, a primeira em solo europeu. Essa surpreendente oferta foi superior inclusive à feita pelos anfitriões do Congresso – os suecos –, que nessa data testemunharam a conquista do direito de sediar a Copa do Mundo de 1934 pelos italianos - da qual, por fim, acabariam por se sagrar campeões.

A descrição dos jornais italianos sobre o ambiente no dia da final do torneio, jogada contra a Tchecoslováquia no Estádio Nacional do Partido Nacional Fascista, em Roma, em 10 de junho de 1934, leva a entender que o alto investimento feito pelos fascistas teve o retorno esperado:

[...] on Duce's arrival, having forgot they were there for a sporting contest, fans offered him a staggering sight of their passion. The tender acclamation exploded in the immense bowl with a supernatural persistence. The display continued as the teams entered the stadium, handkerchiefs being waved to the cries of 'Duce, Duce', as the Militia band played a selection of Fascist hymns.⁶²

A Copa de 1934 contribuiu demasiadamente para o apoio popular ao regime fascista e a seu líder⁶³. Todo o fervor emocional criado ao redor do futebol italiano como o maior símbolo do sucesso do país fez com que, já em 1938, da receita provinda dos mais de 10 milhões de ingressos vendidos para eventos esportivos no país, o fisco italiano faturasse 27 milhões de liras somente com o futebol, o esporte mais lucrativo do país de forma disparada. O ciclismo, ocupante da segunda posição na lista, havia gerado apenas dois milhões de liras para o fisco local, ou seja, menos de dez por cento que o *Calcio*⁶⁴.

⁶¹ Jornal *Il Resto del Carlino*, 25/05/1934, p. 6. Apud Martin, op. cit., p. 186.

⁶² Jornal *Il Popolo d'Italia*, 12/06/1934, p. 8. Apud Martin, op. cit., p. 189.

⁶³ Ironicamente, um time composto por universitários italianos ainda se sagraria campeão olímpico em 1936 – o primeiro objeto de desejo dos próprios fascistas – na cidade de Berlim.

⁶⁴ Impiglia, op. cit., p. 156.

1.3. O regime de Futebol de Estado na Espanha

Os regimes de Futebol de Estado italiano e alemão tornaram-se referência mundial, especialmente após as Copas do Mundo de 1934 e 1938 – ambas vencidas pela Itália – e dos Jogos Olímpicos de 1936, vencidos pela Alemanha. Esses eventos demonstraram como o uso político do esporte e de representações esportivas nacionais era capaz de gerar boa reputação para um Estado, tanto em nível doméstico como em nível internacional.

Lançadas as bases por Hitler e Mussolini para o uso político sistemático dos esportes em nível nacional e obtendo muito sucesso pela exploração dos regimes de Esporte de Estado implementados em seus respectivos países, ao final da década, outros países já estavam interessados na exploração política do esporte nos moldes nazifascistas. Um deles era a Espanha, então governada por Francisco Franco.

O primeiro passo dado no sentido da instituição do regime de Esporte de Estado na Espanha aconteceu poucos dias após o final da Guerra Civil (ocorrido em abril de 1939), quando o governo espanhol enviou José Moscardó para Berlim, a fim de tomar parte nas celebrações de aniversário do chanceler alemão, Adolf Hitler⁶⁵.

A missão de Moscardó na Alemanha era estabelecer contatos com membros das administrações esportivas da Itália e Alemanha, que também estariam presentes às festividades. Em meio às pessoas mais importantes do regime de Futebol de Estado da primeira metade do século XX, Moscardó foi bem-sucedido em sua missão e conseguiu estabelecer acordos com os dirigentes de ambas as federações (alemã e italiana)⁶⁶.

À luz da experiência nazifascista, os espanhóis objetivavam atrelar ao esporte um sentido de virtude patriótica e serviço à Nação, o que pode ser averiguado por meio da fala do presidente da *Real Federación Española de Fútbol* (RFEF), o Coronel Troncoso:

Será necesario que todos vayan habituándose a la idea de que en el futuro inmediato el deporte no es una alegre distracción, sino un modo complementario e indispensable por el que la Patria mejora y depura a sus hombres para tenerlos aptos en todo instante en que pueda necesitarlos⁶⁷.

A comparação dos termos da fala de Troncoso com os termos apresentados nos textos do Departamento Nacional de Educação Física [*Deutsche Reichsausschuss für Leibesübung*],

⁶⁵ Apud BOWEN, Wayne H. *Spain during World War 2*. Columbia/London 2006, p. 144.

⁶⁶ Cf. Bowen, op. Cit., p. 144.

⁶⁷ Fala original do coronel Julian Troncoso, presidente da *Real Federación Española de Fútbol*, reportada pelo jornal *La Voz de Galicia* em 5 de dezembro de 1939, in FERNANDEZ SANTANDER, Carlos. *El fútbol durante la guerra civil y el franquismo*, Madrid, 1990, p. 65, apud Ackermann *Zwischen politischer Instrumentalisierung und Eskapismus*, op. cit., pp. 114-5.

durante a República de Weimar, na Alemanha é inevitável: em ambos os casos, pessoas responsáveis pela elaboração de políticas esportivas em âmbito nacional apontavam a educação física e a prática esportiva como essenciais para a construção e o fortalecimento da “*Pátria*” e destacavam a necessidade de seu progresso, inclusive para propósitos militares⁶⁸.

A importância dos modelos de Esporte de Estado italiano e alemão para a experiência espanhola são externadas pelo General José Moscardó, o responsável do governo franquista pela gestão dos esportes:

El engranaje no es aún perfecto; la máquina tardará en funcionar el tiempo preciso para su total constitución dadas las dificultades económicas naturales; pero, por vez primera, sabemos que, si hoy somos poco, mañana seremos mucho, porque hemos encontrado un ideal y unos medios para allegar a él, como antes llegaron las juventudes de Italia y Alemania⁶⁹.

Da mesma forma que a implementação dos regimes de Esporte de Estado nazifascistas ocorrera, também na Espanha esse processo veio acompanhado da centralização do comando esportivo nacional em uma entidade, cujo comando era exercido por uma pessoa alinhada ao regime. No caso espanhol, a entidade estatal criada com a função de gerir nacionalmente o esporte foi a *Delegación Nacional de Deportes* (DND), criada oficialmente no dia 22 de fevereiro de 1941.

A DND foi criada pelo governo Franco para controlar a organização dos esportes nacionais de acordo com os interesses falangistas, cujos principais quadros eram militares. Dessa forma, o discurso que associava a Educação Física do povo ao aumento da potência de defesa militar do país era uma das premissas básicas do funcionamento da entidade:

La política del Estado Falangista, orientada hacia la unidad y fortalecimiento de cuantas actividades conduzcan a la más firme potencia de la patria, no puede descuidar de modo alguno al deporte, en que encuentra uno de los principales instrumentos para la entera educación del hombre español⁷⁰.

O homem designado por Franco e seus aliados para presidir este *governing body* foi o próprio Moscardó, cuja missão principal seria, portanto, dar conteúdo ideológico à educação física e aos esportes na Espanha, isto é, estabelecer um modelo de Esporte de Estado aos mesmos moldes da Alemanha nazista⁷¹.

⁶⁸ Cf. ACKERMANN, Jürg. *Zwischen politischer Instrumentalisierung und Eskapismus: Der spanische Fußball während des weiten Weltkriegs*, in Herzog, Markwart & Brändle, Fabian (org): *Europäische Fussball während des zweites Weltkriegs*, 2015, pp. 111-127, p. 114.

⁶⁹ Fala original do General José Moscardó, chefe da Casa Militar do governo Franco entre 1939-1943, reportada pelo jornal *El Alcazar* em 23 de novembro de 1941, in SHAW, Duncan. *Fútbol y Franquismo*, Madrid 1987, p. 78. Apud Ackermann *Zwischen politischer Instrumentalisierung und Eskapismus*, op. cit., p. 115.

⁷⁰ Boletim oficial da *Delegación Nacional de Deportes*, órgão falangista para gestão esportiva na Espanha. Publicado em 1º de Abril de 1943. Cf. Shaw, op. cit., p. 31.

⁷¹ Cf. Bowen, op. cit., p. 143.

A DND de Moscardó tinha poderes sobre todos os esportes praticados em território espanhol, o que inclui o futebol, modalidade cuja entidade máxima na Espanha era a *Real Federación Española de Fútbol* (RFEF). Da mesma forma que a FIGC, na Itália, a DFB, na Alemanha, e CBD, no Brasil, a RFEF era uma entidade privada que, com a instituição do regime de Esporte de Estado no país, passou a servir como instrumento político para o ditador local.

Dessa maneira, a interação existente entre DND e RFEF é interessante para os propósitos dessa tese, porque é nela onde se pode perceber a transição do regime de Futebol em Sociedade Civil, vigente até então, para o regime de Futebol de Estado. Sobre a relação entre DND e RFEF, Shaw faz a seguinte descrição:

DND domination of the RFEF reached its height during the iron reign of General Moscardó from 1941 to 1956. [...] The war hero hired and fired the RFEF Presidents, Vice-Presidents and directors at will, regularly demonstrating his lack of patience with men who were not sufficiently zealous in applying Fascist symbolism to the game, or men who were unable to make the national team an unstoppable force in world football.⁷²

O controle do General Moscardó sobre a RFEF, entre 1941 e 1956 – por meio da DND, o *governing body* estatal para controle esportivo nacional –, sugere que o regime de Futebol de Estado na Espanha durou ao menos quinze anos.

O regime de Futebol de Estado espanhol possui uma particularidade em relação aos outros regimes de Futebol de Estado apresentados anteriormente: embora Alemanha e Itália tivessem passado por processos de unificação nacional num tempo não muito distante em relação à instituição de seus respectivos regimes de Futebol de Estado, naqueles países o Futebol não era veículo para a expressão de tendências separatistas. Sobre esse assunto, deve-se dizer que na Itália, principalmente, o futebol foi veículo para expressão de identidades locais em detrimento da nacional, o que ficou conhecido como *campanilismo*.

O *campanilismo* do futebol italiano não se traduzia, porém, em uma tendência antinacionalista. Tratava-se meramente de um destaque da identidade local perante outras identidades locais italianas.

Na Espanha, especificamente a região da Catalunha e a do País Basco antepunham suas identidades locais à identidade de abrangência nacional que o governo franquista, sediado em Madrid, queria lhes impor. Conforme o regime de Futebol de Estado passou a vigorar sob a

⁷² SHAW, Duncan. *The political instrumentalization of professional football in francoist Spain, 1939-1975*. PhD Thesis, University of London, 1988, p. 29. A fórmula é disponível em <https://qmro.qmul.ac.uk/xmlui/bitstream/handle/123456789/1899/SHAWPoliticalInstrumentalization1988.pdf?sequence=1>, consultado em 05 de junho de 2018.

batuta franquista, o catalão F.C. Barcelona e o basco A.C. Bilbao passaram a concentrar as manifestações de orgulho identitário local de tendências separatistas contra as imposições identitárias nacionalistas – de viés alegadamente madridista –, vindas do governo nacional.

Num contexto de grande censura à expressão de elementos da identidade catalã em meio à ditadura franquista, há registros de que o estádio do Barcelona, o *Camp Nou*, era o único lugar em que a identidade catalã podia ser vivida e exaltada sem restrições nesse período⁷³.

Por essa razão, F.C. Barcelona e A.C. Bilbao foram os clubes que mais sofreram durante a implementação do regime de Futebol de Estado franquista, que interferiu na composição de seus quadros diretivos de ambos os clubes, interveio em suas respectivas gestões e impôs a adequação dos nomes dos clubes à língua espanhola sob o argumento da *espanholização* do futebol nacional⁷⁴.

A intervenção do Estado em assuntos internos da gestão de clubes e mesmo a cassação da licença de funcionamento de clubes considerados uma ameaça à ordem pública ocorreu também durante a implementação do regime de Futebol de Estado no Brasil sob o argumento da nacionalização do esporte. Esse assunto será tratado com mais densidade no próximo capítulo.

Os elementos trazidos nesta seção apontam, portanto, que Franco, assim como seus inspiradores Hitler e Mussolini, acreditava que os esportes poderiam ser uma ferramenta para atrair os jovens para as atividades do Partido, para melhorar a qualidade da “*raça nacional*” e demonstrar a superioridade desta raça perante o próprio país e perante o mundo em competições internacionais, como os Jogos Olímpicos ou a Copa do Mundo⁷⁵. Além da propaganda estatal, o esporte também foi usado para atender a demandas militares no sentido de garantir melhores condições para a formação de quadros e soldados empenhados para a defesa nacional em caso de conflitos bélicos internacionais.

⁷³ Cf. Ackermann, Zwischen politischer Instrumentalisierung und Eskapismus, in Herzog & Brändle, op. cit., p. 125.

⁷⁴ Cf. Ackermann, Zwischen politischer Instrumentalisierung und Eskapismus, in Herzog & Brändle, op. cit., p. 116 e 124.

⁷⁵ Cf. Shaw, *Political Instrumentalization*, p. 85.

1.4. O papel da mídia nos regimes de Futebol de Estado europeus

O regime de Futebol de Estado tem por objetivo promover a instrumentalização política do futebol, isto é, trata-se da expectativa de um governo específico em obter frutos políticos como legitimidade, apoio popular e mesmo nacionalismo. Tanto legitimidade quanto apoio popular e nacionalismo são elementos que dizem respeito à disposição dos cidadãos em relação a quem lhes governa.

Legitimidade implica atribuição de correção e/ou justeza por parte dos cidadãos em relação a quem os governa. Apoio popular significa suporte, concordância ou entusiasmo por parte dos cidadãos em relação à direção de gestão adotada por aqueles que os governam. Nacionalismo significa identificação com a Nação, que na maioria das vezes é traduzida por identificação com o Estado, o que, no caso de governos eficientes em suas tarefas de publicidade é ainda transmutado para a identificação com o governo ou regime político. É notável, portanto, que a disposição dos cidadãos em relação ao Estado é tudo o que lhe importa, nesse caso. O investimento maciço em um regime de Esporte de Estado visa, entre outras coisas, criar uma boa disposição dos cidadãos em relação à Nação, cuja expressão política é o Estado.

No que tange à interação entre Estado e cidadãos, cabe pontuar que a capacidade comunicativa do Estado em relação a seus cidadãos numa sociedade “*off-line*” é significativamente menor do que numa sociedade “*conectada*”. Isso significa que, apesar de alguns Estados ditatoriais dos anos 1930 e 1940 terem a pretensão de adentrar as preferências e as escolhas mais íntimas de seus cidadãos, eles simplesmente não possuíam meios para fazê-lo da forma como queriam.

É evidente que os Estados possuíam seus próprios meios de comunicação – como rádios e jornais impressos estatais, por exemplo –, mas esses eram alguns em meio a muitos outros meios privados e/ou independentes que representavam alternativas às mensagens oficiais do governo.

A incapacidade ou a impossibilidade de o Estado levar a mensagem do esporte a seu público de forma exclusiva e contundente tornava-o relativamente dependente dos outros atores que também possuíam a capacidade de fazê-lo. Esses atores são os setores de imprensa e mídia privada. A solução estatal para a situação de dependência em relação aos meios de comunicação privados foi, na maioria dos casos, a censura.

Na Itália, o controle de imprensa por parte do Partido Fascista foi estabelecido antes mesmo que o regime de Futebol de Estado entrasse em vigor, o que, cabe lembrar, aconteceu após a publicação da Carta de Viareggio, em 1926.

Em dezembro de 1925 foi aprovada uma lei⁷⁶ que criava um registro profissional para o exercício do jornalismo. O órgão responsável pela emissão do registro de jornalistas profissionais eram as sedes regionais do sindicato fascista dos jornalistas [*Sindacato Fascista dei Giornalisti (SFG)*]. O registro no *SFG* passou a ser obrigatório em 1928, quando um decreto régio deu aos sindicatos poder para, por exemplo, suspender o registro profissional – e portanto, o direito a exercer a profissão – de jornalistas que “desonrassem” a profissão⁷⁷.

O regime condicionou o exercício do jornalismo à filiação ao Sindicato Fascista dos Jornalistas. Isso quer dizer que, a partir de 1928, tudo o que era escrito nos jornais italianos tinha origem nas mãos de escribas autorizados pelo Partido a exercer a profissão, cujo exercício era condicionado, no mínimo, a uma linha editorial não-socialista e não-contestadora do Regime.

A criação do *SFG* foi a forma encontrada pelo regime italiano de colocar a comunicação no país dentro dos parâmetros desejados pelos governantes fascistas. Portanto, apesar de ser exercida por entidades privadas e por pessoas que não necessariamente eram fascistas ou leais a Mussolini, este regime político encontrou neste arranjo a forma de levar a mensagem arquitetada por seu estafe aos cidadãos italianos.

No que diz respeito à imprensa esportiva italiana, uma figura central foi Orlando Ferretti, quem esteve próximo dos esportes italianos desde o início de sua trajetória profissional: foi diretor de “*La Gazzetta dello Sport*”, entre 1919 e 1924, e posteriormente editor da revista “*Lo Sport Fascista*”. Após a Marcha de Roma⁷⁸, em 1922, tornou-se deputado, membro do Grande Conselho Fascista e foi assessor-chefe⁷⁹ de imprensa de Mussolini de 1928 a 1931. Como dito anteriormente, foi também presidente do Comitê Olímpico Italiano (CONI) entre 1925 e 1928. Como assessor de imprensa de Mussolini, cumpriu a tarefa controlar a imprensa de modo a produzir uma mensagem que conciliasse política, esporte e cultura fascista⁸⁰.

⁷⁶ Cf. Lei n° 2307, editada em 31 de dezembro de 1925. Disponível em: http://www.mcreporter.info/normativa/125_2307.htm

⁷⁷ Cf. Decreto Régio n° 384, publicado em 26 de fevereiro de 1928. Disponível em: http://www.mcreporter.info/normativa/rd28_384.htm

⁷⁸ Evento que levou Mussolini e o partido fascista ao poder, em 28 de outubro de 1922.

⁷⁹ Cf. Martin, op. cit., p. 33.

⁸⁰ Cf. Martin, op. cit., p. 33.

Em relação à mídia, as preocupações dos fascistas não se limitavam à qualidade e pertinência das mensagens que eram transmitidas pelos meios de comunicação, mas também com a quantidade de pessoas que tinha acesso às informações da mídia controlada. De nada adiantaria o controle de imprensa se somente uma pequena parcela da população tivesse acesso ao que era publicado por ela.

Por esta razão, o governo investiu no desenvolvimento da radiodifusão, que foi fundamental para a propagação dos ideais fascistas pela população, e também contribuiu para a popularização da paixão pelo futebol. As transmissões esportivas via rádio saltaram do terceiro para o primeiro lugar na preferência dos ouvintes italianos entre os anos de 1930 e 1939, sendo que as transmissões de futebol eram as preferidas⁸¹.

É evidente que o Regime Fascista, por meio de seu assessor de imprensa, Lando Ferretti, estava por trás da grande importância adquirida pelos programas esportivos nas rádios. Nesse sentido, é pertinente notar que até mesmo o vocabulário utilizado pelos narradores de futebol era alvo de atenção do regime. Um dos ideólogos desse movimento foi o jornalista Amerigo Bresci, que desenvolveu um glossário italianizado para os termos de futebol que ainda eram enunciados em inglês⁸². A ideia de Bresci era que a terminologia anglófila para o esporte fosse substituída pela italiana, como forma de valorizar o futebol como algo essencialmente italiano, afastando-o assim da ideia de uma “importação da Inglaterra”.

O maior responsável por levar a cabo o ideal da “italianização” da linguagem do futebol, projetado por Bresci, foi o narrador Niccolo Carosio. Em seu estilo narrativo, promovia a troca inadvertida de termos ingleses por equivalentes italianos – mesmo que inusitados – e, às vezes, criava suas próprias expressões, que persistiram na cultura do futebol italiano após sua saída das cabines de transmissão⁸³.

Apesar de se apresentar desde seu debut profissional como um membro forte e atuante na causa da construção de uma “cultura nacional” para o futebol italiano – o que ia totalmente ao encontro do que era ambicionado pelos governantes fascistas –, mesmo ele não escapou da censura do Partido.

Em 1933, quando a presidência da FIGC foi transferida de Leandro Arpinati para Giorgio Vaccaro, este último abordou o narrador⁸⁴ e perguntou-lhe: “*Como é possível que você*

⁸¹ Apud Impiglia, op. cit., p. 167.

⁸² Apud Martin, op. cit., p. 66.

⁸³ Cf. Martin, op. cit., p. 66.

⁸⁴ Apud BOSCO, Andrea: Carosio, una voce in campo. Modena, 1991.

fale no rádio sem as devidas instruções, camarada?”⁸⁵. As “devidas instruções” mencionadas por Vaccaro eram, evidentemente, as instruções do Partido Fascista, isto é, as diretrizes formais do governo sobre a forma como o esporte deveria ser propagado no rádio.

Dessa forma, dois dias depois de o narrador ser abordado pelo dirigente, dois homens da milícia fascista vieram até Carosio e entregaram-lhe um documento e uma insígnia do partido fascista. O documento do Partido Fascista com nome e foto do narrador representava seu ingresso formal nos quadros do Partido⁸⁶.

Com o caso italiano, podemos aprender que o Estado fascista buscou o domínio total da imprensa nacional, tendo controle sobre as mensagens publicadas pelos jornais e rádios em todos os níveis, inclusive na mídia esportiva.

É interessante avaliar o crescimento da importância da mídia esportiva nos países totalitários durante os anos 1920 e 1930. Na Itália, sabe-se que os programas esportivos na rádio saltaram da terceira colocação na preferência do público⁸⁷, em 1930, para o primeiro lugar, em 1939. Na Alemanha, o setor do jornalismo esportivo impresso cresceu vertiginosamente⁸⁸ durante os anos 1920.

No ano de 1920 o número de jornais dedicados à temática esportiva na Alemanha era de 160. Em 1928, eram 380 jornais. Ao mesmo tempo em que o jornalismo esportivo impresso decolava, as transmissões esportivas radiofônicas também começavam a ganhar destaque. Em abril de 1926 foi feita a primeira transmissão radiofônica de um jogo de futebol, que a partir daí seguiu os mesmos rumos da mídia esportiva impressa e não mais parou de crescer. Este crescimento justificou a fundação da Associação de Imprensa Esportiva Alemã [*Verband der deutschen Sportpresse*], em abril de 1927.

Diferentemente do que aconteceu na Itália, onde o crescimento da imprensa esportiva se deu já durante o governo fascista, na Alemanha a cobertura jornalística sobre esportes se agigantou durante a República de Weimar, ou seja, antes que os nazistas chegassem ao poder e instituíssem o regime de Futebol de Estado.

Isso significa que todos os setores da imprensa alemã gozaram de altos níveis de liberdade editorial até 1933. Como dissemos acima, governos totalitários não podem prescindir do controle midiático. Para seu sucesso, é de fundamental importância que a mídia esteja

⁸⁵ Cf. Bosco, op. cit., apud Impiglia, op. cit., p. 167.

⁸⁶ Cf. Bosco, op. cit., apud Impiglia, op. cit., p. 167.

⁸⁷ Cf. Impiglia, op. cit., p. 167.

⁸⁸ Apud EGGERS, Erik. *'Deutsch wie der Sport, so auch das Wort' – Zur Scheinblüte der Fussballpolitik im Dritten Reich*. In Herzog, Markwart (Hrsg.). *Fussball zur Zeit des Nationalsozialismus*. Stuttgart: Verlag W. Kollhammer, 2008. Pp. 161-181.

controlada e que a mensagem levada aos cidadãos siga todos os parâmetros ideológicos desenhados pelo governo.

Dessa forma, já em 1933 foi fundada a Câmara de Cultura do Reich [*Reichskulturkammer*], cuja função era controlar todos os meios de comunicação do Terceiro Reich⁸⁹. Para o seu comando foi designado Joseph Göbbels, que ganhou fama internacional por ser o responsável pela concepção da propaganda de Estado na Alemanha nazista. Sobre a mídia esportiva, Göbbels entendia que se tratava de “*um meio para a propaganda do esporte, ao mesmo tempo que um meio para controle político*”⁹⁰.

Um ano depois da criação da Câmara de Cultura do Reich foi criada a Agência Alemã de Notícias [*Deutsche Nachrichten-Büro*], que possuía nominalmente um departamento dedicado à mídia esportiva, cuja missão era, de acordo com Hans von Tschammer und Osten – o responsável pela gestão esportiva do Reich –, “*reorganizar a imprensa esportiva, de modo a torná-la um instrumento útil e confiável, pronta para o uso do Estado no processo de reconstrução dos esportes nacionais*”⁹¹.

A entrada dos nazistas no comando da imprensa nacional levou à demissão de aproximadamente dez por cento dos jornalistas⁹². O presidente da Associação Estatal da Imprensa Alemã [*Reichsverband der Deutsche Presse*], Wilhelm Weiss, afirmou em 1934 que a imprensa nacional havia dispensado 1300 jornalistas judeus e/ou marxistas. Aproximadamente dois mil foram para o exílio⁹³.

Tendo o controle da produção jornalística esportiva no país, os nazistas ambicionavam criar ao redor do futebol a narrativa de que este esporte era o meio onde a comunhão popular efetivamente se realizava. Este é um discurso encampado pelo próprio chefe de imprensa da DFB, Guido von Mengden, que cumprimenta o Regime Nazista por ter “*restaurado o sentido do esporte, tendo-o colocado a serviço da comunidade popular [Volksgemeinschaft] alemã*”.

Tal como na Itália, na Alemanha o rádio também teve fundamental importância para a difusão e para a construção do sentimento de comunidade popular por meio do esporte. O fato

⁸⁹ Cf. Eggers, op. cit., p. 164.

⁹⁰ Tradução livre de Cf. GÖPEL, Rolf H. . *Die deutsche Sportfachpresse 1932-1934*, p. 38. Editora Triltsch, 1937. Apud Eggers, op. cit., p. 164. Trecho original: „Sportfachpresse als Mittel der Sportpropaganda immer zugleich politisches Führungsmittel.“

⁹¹ Tradução minha de BOLLMANN, Hans. *Vom Werdegang der Sportpresse*. Frankfurt a.M., 1938, p. 14. Apud Eggers, op. cit., p. 165. Trecho original:

„[...] den Auftrag, die Sportpresse zu reorganisieren, um sie für den vom Staat gewünschten Neuaufbau des Sports als brauchbares und zuverlässiges Instrument einsatzfähig zu machen.“

⁹² Apud Eggers, op. cit., p. 165.

⁹³ Cf. FREI, Norbert & SCHMITZ, Johannes. *Journalismus im Dritten Reich*. Munique, 1989, p. 28. Apud Eggers, op. cit., p. 165.

de transmitir exatamente a mesma informação para milhões de pessoas, que de forma simultânea experimentam as mesmas emoções, tornava-o um veículo muito mais propício que a mídia impressa para a experiência esportiva num regime de Futebol de Estado.

A transmissão de jogos em tempo real, com as manifestações dos torcedores do estádio como sonoridade de fundo, dava a possibilidade de os narradores criarem seus próprios estilos para transmitir os acontecimentos das partidas e tocar os sentimentos da opinião pública.

A possibilidade das transmissões radiofônicas de jogos de futebol criou ícones midiáticos no rádio. Na Itália, o mais famoso foi, possivelmente, Niccolo Carosio. Na Alemanha, esta posição foi ocupada por Paul Laven, que com seu emotivo estilo de transmissão conseguia criar o sentimento de comunidade popular em suas transmissões.

O dinamismo da comunicação via rádio tornou este veículo um importantíssimo instrumento de comunicação entre Estado e povo. O esporte era, em boa parte das vezes, o veículo da criação da emoção de pertencimento à comunidade estatal que ganhava forma nas transmissões esportivas via rádio⁹⁴.

O rádio e a imprensa escrita também foram elementos fundamentais na experiência de Futebol de Estado espanhol, ocorrida alguns anos depois das nazifascistas. Durante o regime franquista, o diário esportivo *Marca*⁹⁵ destacava de forma deferente a presença do general Franco em eventos esportivos nacionais⁹⁶, e era totalmente alinhado com a política do Regime para os esportes espanhóis.

Nos três casos evidencia-se a ação do Estado no sentido de controlar a ação da imprensa esportiva e o tipo de mensagem que será por ela transmitida para os cidadãos interessados por esporte.

É importante destacar que o controle da imprensa produziu, para os regimes de Futebol de Estado mencionados, uma total escassez de informações sobre esporte que não passasse pelo crivo do Estado. Criou-se uma situação de monopólio da informação. Dessa forma, a associação do esporte ao “culto à Nação”, ao “amor à Pátria” era feita de forma unívoca, constante e sem contraponto. A mídia foi o principal condutor da ideia de que o Esporte e a Educação Física eram elementos que tinham a ver com a identificação dos cidadãos com seus respectivos Estados.

⁹⁴ Cf. Oswald, op. cit., p. 169.

⁹⁵ Apud ACKERMANN, Jürg. *Fußball und Nationale Identität in Diktaturen - Spanien, Portugal, Brasilien und Argentinien*. Alemanha: Lit Verlag, 2013, pp. 60-3.

⁹⁶ Cf Ackermann *Fußball und Nationale Identität in Diktaturen*, op. cit., p. 97.

Os veículos de mídia esportiva operaram basicamente como entidades de relações públicas esportivas de um regime ditatorial enquanto vigorou o regime de Esporte de Estado na Europa. É evidente que o ator responsável pela assunção deste papel por parte da mídia esportiva era foi o próprio Estado ditatorial.

1.5. A posição dos torcedores nos regimes de Futebol de Estado europeus

O controle ou a influência sobre a mídia esportiva foi de fundamental importância para o sucesso dos regimes de Futebol de Estado apresentados até este ponto da tese. Isso porque, especialmente no momento de instituição do regime de Futebol de Estado, a recepção dos novos códigos esportivos não acontece de forma natural e espontânea por parte daqueles que frequentam as praças de esporte.

Como afirmado na Introdução, a Educação Física e o Esporte não pertencem ao Estado *a priori*. Trata-se de atividades praticadas em Sociedade Civil, passíveis de serem ou não instrumentalizadas politicamente pelo Estado. Isso significa que a instituição do regime de Futebol de Estado rompe com o ordenamento prévio das coisas no mundo esportivo, o que gera, por parte do Estado, a necessidade de um ente que consiga orientar a população dentro das novas normativas estabelecidas pelo poder político.

Foi afirmado que, nos anos 1930, os Estados não possuíam capacidade comunicativa suficiente para atingir suas populações com meios próprios, e por esta razão acabaram por cooptar as mídias em nível nacional, tornando-as ferramenta para a transmissão de suas próprias mensagens.

A partir do momento em que o Esporte e a Educação Física se tornam questões de Estado, torna-se interesse do próprio Estado que a mídia esportiva – que já penetrava o cotidiano dos cidadãos interessados no assunto – tenha vida própria e participe da construção do novo significado político do Esporte.

A imprensa esportiva era o único veículo capaz de estabelecer, no nível dos torcedores e simpatizantes de esporte, o comportamento esperado pelo Estado que, apesar de ser superpoderoso, não possuía canais de comunicação difusos o suficiente para penetrar o fluxo informativo da vida cotidiana dos cidadãos.

Conforme o interesse popular pelo esporte aumenta, alguns efeitos inesperados começam a se manifestar. Os efeitos inesperados que interessam aos propósitos desta tese são aqueles que envolvem os torcedores de futebol. No caso dos regimes de Futebol de Estado europeus, as únicas ocorrências sobre torcedores que são informadas são aquelas que envolvem práticas violentas de sua parte. Dessa forma, é a partir desse tipo de registro que se deve reconstruir a maneira como a relação entre mídia e torcedores e a relação entre Estado e torcedores se dava nesses contextos.

No que diz respeito a brigas de torcidas, possivelmente o registro mais importante a ser mencionado nesta seção é o de uma briga de torcidas ocorrida na Itália, antes mesmo que o futebol local tivesse ingressado num regime de Futebol de Estado. Trata-se provavelmente da primeira grande briga entre torcidas de futebol registrada na história. Os fatos relatados aconteceram na cidade de Turim, na Itália, no dia 25 de maio de 1925, por ocasião de um jogo entre Genoa e Bologna⁹⁷. Conta Martin que se tratava de um jogo de *playoff* entre as duas equipes pela *Lega Nord*, antecessora nortista da *Serie A* italiana. Os jornais de cada uma das cidades trocaram insultos durante a semana que antecedeu o jogo e os ânimos já estavam extremamente acirrados. Acabada a partida, os torcedores de cada uma das equipes se dirigiram à estação de trens para voltar a suas respectivas cidades e, por coincidência, as plataformas dos trens de destino Bologna e Gênova eram adjacentes.

Havendo uma multidão de torcedores das duas equipes ainda inflamados com os ânimos da partida dividindo o mesmo espaço, a briga começou já na plataforma e se alastrou por toda a estação até seus trilhos. No ápice do conflito, um tiro foi disparado, aparentemente de um vagão onde estavam os torcedores do Bologna. O clube foi punido pela FIGC a pagar uma multa de cinco mil liras pelo incidente.

Diante da punição imposta pela FIGC, o próprio presidente do Bologna tomou partido em favor dos torcedores de seu clube, argumentando que os atos obscenos, as pedras atiradas e os tiros com armas de fogo haviam começado com os torcedores do Genoa.

Mesmo após a instituição do regime de Futebol de Estado na Itália, os confrontos entre torcidas continuaram acontecendo. O jornal *Lo Stadio* registrou, em 1932, informações sobre um conflito ocorrido entre bolonheses e florentinos, por ocasião de uma partida disputada em Bologna. O jornal relata que florentinos foram atacados por locais bolonheses em seu caminho de volta para casa, uma ato de covardia que fazia o jornal questionar o status de torcedor [*fan*] dos bolonheses⁹⁸.

O Futebol de Estado italiano possui uma peculiaridade: ele foi desenhado pela própria FIGC – comandada por gente do CONI, fascista – para representar comunidades locais com identidades pré-formadas perante um país de recente e conflituosa unificação. Nesse contexto, as rivalidades inter-regionais eram dadas, e o futebol acabou por tornar-se uma válvula de escape para a expressão de todos os sentimentos localistas que foram aniquilados tanto pela unificação quanto pelo próprio regime fascista. O termo em italiano para se referir aos diversos

⁹⁷ Cf. *La Voce Sportiva*, 26 de maio de 1925, apud Martin, op. cit., p. 72.

⁹⁸ Cf. *Lo Stadio*, na página 1 no dia 20 de novembro de 1932, Editorial: *Finiamola*. Apud Martin, op. cit., p. 165.

pertencimentos locais que se convertiam em beligerância e desarmonia é *campanilismo*. O governo fascista tomava o *campanilismo* como um movimento antinacionalista e, portanto, um mal a ser combatido.

O paradoxo é que, ao mesmo tempo em que o Futebol de Estado italiano fomentava a integração nacional, ele fomentava também a união de identidades locais ao redor de cada clube. Nesse contexto, não raro surgiam questionamentos a respeito do quão interessante era – do ponto de vista do Estado – mobilizar uma relevante quantidade de força e investimento público para promover um evento esportivo que, no fundo, tendia a agravar rivalidades locais em detrimento da comunhão entre diferentes setores da Itália:

On the other hand, if a football match needs to mobilize such public force, as much as used to be necessary to check an attempt against the powers of the State, it has to be asked if it is right to allow the public the opportunity to participate in certain Sporting events. [...] As interpreters of the feeling of our sporting public we do not want Florentines to forget the offence in the Bolognese city, when 'Fiorentina' hosts 'Bologna' and its supporters. But we also demand for the prestige of the Italian sport, for that spirit of fraternity and brotherhood that needs to tie all of the sporting masses of Italy, for the good name of our people... the hour has truly arrived to end certain habits that, in the 11th year of the Fascist revolution, cannot and need not be tolerated.⁹⁹

Em termos disciplinares, talvez seja possível dizer que a Itália foi o mais brando entre os regimes de Futebol de Estado. As primeiras medidas de segurança adotadas pela FIGC em relação ao comportamento dos torcedores envolviam a proibição da venda de bebidas alcoólicas, e entrada com objetos que pudessem ser atirados em campo, como pode ser checado no trecho abaixo:

Com o início da disputa da Série A, passou a ser proibido entrar nos estádios com guarda-chuvas e bengalas. A venda de bebidas também foi proibida por os torcedores com frequência as atiravam contra jogadores e dirigentes. A presença da política também foi fortalecida. No caso de invasão do campo de jogo, intervinha a cavalaria¹⁰⁰.

Não há, na bibliografia sobre o caso italiano, nenhum registro de medidas adotadas pelo próprio governo no sentido de punir os próprios torcedores de futebol por comportamento violento dentro ou fora dos estádios. Isso não se aplica aos casos de Alemanha e Espanha. Já durante a República de Weimar, conta Oswald, os clubes eram responsabilizados pelo eventual

⁹⁹ Cf. *Lo Stadio*, na página 1 no dia 20 de novembro de 1932, Editorial: *Finiamola*. Apud Martin, op. cit., p. 165.

¹⁰⁰ Tradução livre de Impiglia, op. cit., p. 169.

Trecho original: „Mit der Gründung der Serie A wurde es verboten, Regenschirme und Stöcke ins Stadion mitzunehmen. Auch der Getränkeverkauf wurde untersagt, da die Zuschauer diese häufig gegen Spieler und Funktionäre warfen. Die Präsenz der Polizei (vor allem in Zivil) wurde verstärkt. Kam es zu einer Invasion des Spielfeldes, intervenierten berittene Carabinieri.“

mau comportamento de seus torcedores¹⁰¹: “*Por fim, os clubes eram responsabilizados pelo comportamento de seus torcedores. Eventuais ataques ou qualquer violência contra os árbitros eram punidos com fechamento do estádio ou até exclusão de torneios*”¹⁰².

A punição aos clubes era uma resposta da Federação alemã de futebol à usual parcialidade das equipes de segurança que trabalhavam nos jogos de futebol, que tendiam a proteger torcedores, dirigentes e jogadores dos clubes locais, e deixar desprotegidos árbitros e torcedores adversários.

Ao falar sobre violência nas arquibancadas de futebol durante a República de Weimar, Oswald menciona as punições de federações aos clubes, mas não há menção a punições a torcedores mal comportados, individualmente falando. Esse quadro de aparente tolerância a mau comportamento de torcedores muda radicalmente após o ingresso dos nazistas no comando do esporte alemão.

Depois da *nazificação* [*Gleichschaltung*] do esporte e a introdução do sistema de ligas locais, em 1933, o primeiro passo foi o endurecimento das regras disciplinares. Punições draconianas foram estabelecidas. Jogadores ou torcedores que incorressem em atos de violência tinham que levar em conta que poderiam ficar banidos dos estádios por anos, ou – dependendo da gravidade do ato – para sempre. Clubes cujos torcedores fossem reconhecidos como perpetradores de violência eram ameaçados com a liquidação. Em alguns casos do Terceiro Reich, era planejada também a proteção aos estádios. Além das unidades policiais ordinárias e das equipes de segurança dos clubes, a partir de 1933 a própria SA¹⁰³ passou a operar no serviço de segurança¹⁰⁴.

A participação das milícias do partido nazista (SA) no serviço de segurança de partidas de futebol evidencia a importância atribuída pelo Regime Nazista ao ritual futebolístico. O governo mobilizava suas melhores e mais potentes forças para garantir que as emoções vividas numa partida de futebol, vinculadas ao pertencimento a uma comunidade (agora, submetida ao Estado) pudessem ser vividas em sua plenitude pelo público.

¹⁰¹ Oswald, op. cit., p. 288.

¹⁰² Tradução livre de Oswald, op. Cit., p. 289. Trecho original: „Schließlich wurden die Vereine für das Verhalten ihrer Fans in Haftung genommen, wurden Übergriffe sowie Tötlichkeiten gegenüber den Schiedsrichtern mit Platzsperrn und Verbandsausschlüssen geahndet.“

¹⁰³ SA [*Sturmabteilung*], a milícia paramilitar do partido nazista, foi responsável por considerável fatia das atrocidades cometidas pelo regime contra a população civil. Sua presença para assegurar a segurança em jogos de futebol diz muito sobre a importância do esporte para o regime.

¹⁰⁴ Tradução livre de Oswald, op. Cit., p. 291. Trecho original: „Nach der Gleichschaltung des Sports und der Einführung des Gauligensystems 1933 wurde zunächst verstärkt auf Disziplinierung gesetzt. Drakonische Strafen waren an der Tagesordnung. Als Schläger auffällig gewordene Spieler oder Zuschauer mussten damit rechnen, auf Jahre, manchmal sogar auf Lebenszeit, von den Plätzen verbannt zu werden. Klubs, deren Fans sich als Gewalttäter zu erkennen gaben, drohte die Liquidation. In einigen Fällen rüstet wurde im Dritten Reich auch der Schutz der Stadien. Neben regulären Polizeieinheiten und den Ordnungskräften der Vereine fungierte seit 1933 die SA als Sicherheitsdienst.“

Por fim, cabe mencionar que o regime alemão de Futebol de Estado não foi o único a impor um código de comportamento extremamente rígido para aqueles que participavam de eventos esportivos.

O jornal espanhol *Marca*, em 1943, menciona expressamente a possibilidade do envio de torcedores indisciplinados para campos de concentração, como pode ser conferido abaixo:

Una importante nota de la dirección nacional de seguridad: Sobre la antideportiva actitud del público en los partidos de fútbol. Serán detenidos aquellos que realicen cualquier agresión de obra o de palabra y internados en campos de concentración. Por informes procedentes de distintas provincias, se observa en esta Dirección General que cada día más se va poniendo de relieve una actitud antideportiva del público que presencia los partidos de fútbol con lamentables manifestaciones¹⁰⁵.

Muito embora possa-se suspeitar que a SA também mandasse torcedores indisciplinados para campos de concentração – não soaria absurdo dentro da lógica nazista –, isso não é em nenhum momento dito abertamente por Oswald, nosso interlocutor.

De todo modo, sabemos que os três países europeus que adotaram um regime de Futebol de Estado ainda na primeira metade do século XX tiveram, de alguma maneira, que lidar com a questão dos comportamentos "desviantes" dos indivíduos que compareciam aos estádios para assistir uma partida de futebol.

¹⁰⁵ Cf. Jornal *Marca*, 02 de dezembro de 1943. In: Ackermann *Zwischen politischer Instrumentalisierung und Eskapismus*, op. cit., p. 116.

1.6. Conclusão do capítulo

Os regimes totalitários que governaram a Itália, a Alemanha e a Espanha na primeira metade do século XX enxergaram no esporte uma ferramenta política. Essa ferramenta política começou a ser colocada em uso ao fim da Primeira Guerra Mundial, mas ganhou grande notoriedade a partir dos anos 1930, quando eventos esportivos de grande escala, como Copas do Mundo e Olimpíadas, passaram a ser usados por esses países como vitrine do sucesso de seus respectivos Estados-Nação. Foi nesse período que a competição entre atletas tomou contornos de competição entre países.

A transfiguração do esporte de assunto de Sociedade Civil para assunto de Estado passou pela forte atuação dos veículos de imprensa locais que, normalmente submetidos a um alto grau de censura, contribuíram para a difusão dos valores projetados pelos ideólogos do Estado para o Esporte.

Do ponto de vista institucional, a entrada do Estado no comando esportivo de uma nação promoveu a centralização de poder e uma hierarquização das entidades esportivas em nível nacional. Especialmente o futebol foi veículo de criação e afirmação de identidade nacional, de forma que a figura do torcedor de futebol se tornou polo de atenção tanto do Estado (enquanto cidadão) quanto da própria mídia esportiva (enquanto consumidor).

Um efeito colateral interessante que emerge a partir da implementação do regime de Futebol de Estado é a atribuição de agência social àqueles que comparecem aos estádios de futebol. A agência social dos torcedores de futebol que possuiu algum destaque na mídia esportiva, durante os mencionados regimes de Futebol de Estado, foi a violência. A resposta dos Estados europeus à violência nos estádios nos anos 1940 foi, via de regra, a repressão policial.

A repressão policial aos torcedores europeus diz muito sobre o que eram seus respectivos regimes de Esporte de Estado: pretendia-se que o povo se reunisse nos eventos esportivos para desfrutar do espetáculo da forma como havia sido planejada pelo Estado. A violência entre torcedores, ou entre torcedores e participantes do jogo, era um elemento que não estava previsto pelos idealizadores do regime de Esporte de Estado. A violência policial contra torcedores mal-comportados indica que os regimes de Futebol de Estado europeus não estavam dispostos a produzir adequações do idealizado para o mundo real.

CAPÍTULO 2. A CONSTRUÇÃO DO REGIME DE FUTEBOL DE ESTADO NO BRASIL

A Revolução de 1930 marcou uma ruptura política no Brasil, inaugurando a entrada do gaúcho Getúlio Vargas na Presidência da República, com uma plataforma de governo de viés modernizante, relativamente tecnocrata¹⁰⁶ e antagônica à vigente até então, basicamente comandada por oligarquias estaduais.

Vargas foi o responsável pela entrada das massas¹⁰⁷ na política brasileira, num movimento que posteriormente passou a ser referido como “populismo”¹⁰⁸. A interação entre Vargas e as massas ganhou corpo por meio de um Estado “corporativista”¹⁰⁹, marcado pela proximidade entre o Poder Executivo Federal e as unidades de representação dos trabalhadores – os sindicatos. A estrutura corporativista do Estado brasileiro a partir de 1930 visava pavimentar o caminho para a industrialização do país e possibilitar um maior controle das massas por parte do Estado¹¹⁰.

O principal veículo para a criação de uma identificação e simpatia entre massas populares e o presidente da República foi a concessão de direitos trabalhistas. Em seus discursos, Vargas tratava os novos direitos trabalhistas não como uma conquista dos trabalhadores, mas como um presente do governo para os trabalhadores. Essa era a estratégia de Vargas para se estabelecer no imaginário popular como o “pai dos pobres”¹¹¹.

Entre as concessões de Vargas para a classe trabalhadora na década de 1930 estiveram a jornada de trabalho de oito horas por dia, a carteira de trabalho obrigatória, a estipulação de um salário mínimo, as férias remuneradas, a previdência social e o descanso semanal, que se consolidaram finalmente na Constituição, proclamada em julho de 1934. Fora da Legislação Trabalhista, podem ser mencionadas a introdução do voto secreto nas eleições, a criação da Justiça Eleitoral, a instituição do voto feminino e da representação classista¹¹².

¹⁰⁶ FAUSTO, Boris. *Revolução de 30*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

¹⁰⁷ CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

¹⁰⁸ FERREIRA, Jorge (org.). O nome e a coisa. In: *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, editora Civilização Brasileira, 2002.

¹⁰⁹ VIANNA, Luis Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

¹¹⁰ SOUZA, Miguel Nicacio Oliveira. O discurso político do Estado Novo. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 43.

¹¹¹ LEVINE, Robert. *Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

¹¹² Cf. CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Ideologicamente, a estratégia varguista era apresentar o Brasil como um país harmônico, em oposição às disputas internas de fundo localista que predominaram entre 1891 e 1930. No nível intelectual, esse discurso ganhou corpo a partir de obras como *Casa Grande & Senzala*¹¹³ (1933) e *Raízes do Brasil*¹¹⁴ (1936) que buscavam traçar uma genealogia de um “espírito nacional”, remetendo ao período da colonização pelos portugueses, passava pelo Império e chegava na contemporaneidade.

O governo de Getúlio Vargas deu vazão a um processo de centralização do poder político no Governo Federal, em detrimento de poderes locais. O processo centralizador de poder promovido por Vargas no Brasil dos anos 1930 tem muitas semelhanças com o processo ocorrido na Itália na década de 1920, na Alemanha e na Espanha a partir dos anos 1930.

Já sabemos que na Itália e na Alemanha o futebol foi um elemento de fundamental importância para a construção e a experimentação do sentimento nacionalista que fundamentava a ideologia dos governos fascista e nazista, respectivamente. A exploração política do futebol, nesses dois países, se deu por meio da implementação de um regime de Futebol de Estado.

Na Itália fascista o regime de Futebol de Estado foi instituído pela *Carta di Viareggio*, em 1926, quatro anos depois do início do regime fascista. Na Alemanha, muito embora a ideologia nacionalista para o esporte já estivesse dada desde a República de Weimar – iniciada ainda no fim da década de 1910 –, o regime de Futebol de Estado foi instituído apenas com a entrada dos nazistas no poder, em 1933.

O primeiro capítulo desta tese teve por função descrever o que foi o regime de Futebol de Estado na Itália, na Alemanha e na Espanha. O presente capítulo cumprirá a função de apontar o caminho percorrido pelo esporte brasileiro durante a transição do regime de Futebol em Sociedade Civil para o regime de Futebol de Estado. Além disso, pretende-se também situar os torcedores e as TOBR no contexto de entrada do Estado nos assuntos esportivos do país. Assim, este capítulo se dividirá em quatro subseções.

A primeira diz respeito ao regime de Esporte em Sociedade Civil no Brasil. Nesta primeira seção, o objetivo é contextualizar o regime esportivo que vigorou no Brasil desde antes da entrada de Getúlio Vargas no Governo Federal até suas primeiras iniciativas em relação a esse campo. Dessa forma, em termos de periodização, esta seção abordará desde a década de 1910 até meados de 1936. A principal característica desse período é que a prática

¹¹³ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*, 50ª edição. Global Editora. 2005.

¹¹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras, Edição comemorativa. 70 anos. 2006.

esportiva no Brasil ainda era restrita a estratos sociais superiores da sociedade, de modo que a ética amadora, característica do Esporte em Sociedade Civil, ainda era hegemônica. Em 1933, sem que o Estado interferisse, houve a primeira grande cisão no futebol brasileiro, opondo defensores da legalização do futebol profissionalizado a opositores do futebol profissional. Essa cisão ficou conhecida como “dissídio esportivo”. O dissídio esportivo dos anos 1930 foi a cisão mais importante ocorrida no esporte brasileiro até então, além de ser reputado como a principal causa para o fraco desempenho das representações esportivas brasileiras em competições internacionais de grande prestígio, como a Copa do Mundo, de 1934, e os Jogos Olímpicos, de 1936.

A segunda seção deste capítulo foca-se no início do período em que a prática profissional de futebol passou a ser legalizada em todo o país, o que marcou uma ruptura em relação à ética amadora e ao regime de Futebol em Sociedade Civil que predominou no país até este momento. O início do profissionalismo difundido no futebol brasileiro se deu de forma praticamente simultânea à instituição do regime ditatorial por parte de Getúlio Vargas, que foi batizado como Estado Novo e teve início em 10 de novembro de 1937. O profissionalismo no futebol marcava uma orientação para Mercado no futebol brasileiro, ao passo que a ação do governo apontava uma tendência estatista. De todo modo, este é o período em que o regime de Futebol em Sociedade Civil e a ética amadora dão seus últimos suspiros no Brasil.

A terceira seção deste capítulo foca-se na marginalização dos valores de Mercado – que ganharam destaque com a profissionalização do futebol – em relação aos valores de Estado, que ganharam prioridade total a partir do momento em que o Governo Federal decretou a criação de uma entidade estatal para a gestão dos esportes brasileiros, o Conselho Nacional de Desportos (CND), em abril de 1941. O CND foi criado para dar à atividade esportiva a direção e o sentido pretendidos pelo Estado, da mesma forma que foi feito na Itália e Alemanha. Sua instituição marca o início do regime de Futebol de Estado no Brasil.

A quarta e última seção deste capítulo foca-se no nível de torcedores e TOBR durante o período do Estado Novo. Seu foco é apresentar a perspectiva mediante a qual os homens do Estado olhavam para aqueles que compareciam aos estádios de futebol no final dos anos 1930 e início dos anos 1940, e também quais eram os objetivos desses homens em relação à sociedade brasileira ao planejar e executar um regime de Futebol de Estado de inspiração nazifascista no Brasil.

2.1. O regime de Esporte em Sociedade Civil no Brasil

Ao contrário da Alemanha, onde a prática esportiva já era bastante disseminada em diversos níveis da Sociedade Civil antes que o governo nazista assumisse o poder, no Brasil dos anos 1920 e início dos anos 1930 a Educação Física e a prática esportiva eram restritas a pequenos setores da sociedade, normalmente setores economicamente abastados.

O futebol veio ao Brasil como um *sport* para a elite, ao final do século XIX. Os clubes que o praticavam eram poucos, os torneios que disputavam eram pequenos e restritos, bem como sua organização era pulverizada e conflituosa.

A organização e o funcionamento das ligas de futebol nas duas maiores cidades do país nas primeiras décadas do século XX evidenciam o quão precárias eram as disputas esportivas no Brasil até então.

No Rio de Janeiro, a primeira liga de futebol foi criada em 1905 e chamava-se Liga Metropolitana de Football (LMF)¹¹⁵. Em 1907, mudou o nome¹¹⁶ para Liga Metropolitana de Sports Athleticos (LMSA). Em 1911, alguns clubes criaram a Associação de Football do Rio de Janeiro (AFRJ), que teve um torneio paralelo ao da LMSA até 1917, quando foi criada a Liga Metropolitana de Esportes Terrestres (LMDT), que voltou a agregar todos os clubes. Ela manteve a união dos clubes cariocas até 1924, quando foi criada a Associação Metropolitana de Esportes Athleticos (AMEA), que nesse ano dividiu espaço com a LMDT, mas passou a absorver todos os clubes em 1925. A AMEA foi hegemônica até 1933, quando os clubes profissionais fundaram a Liga Carioca de Futebol (LCF), para rivalizar com a AMEA¹¹⁷.

As inúmeras siglas do parágrafo acima sugerem que o futebol na capital do Brasil era livre da ação de forças exteriores ao jogo, e ao mesmo tempo totalmente dependente da boa-vontade dos dirigentes dos clubes. A ausência de uma coerção de ordem superior fazia – para o bem e para o mal – com que, ao menor sinal de descontentamento ou desfavorecimento esportivo ou político, dirigentes de clubes não titubeassem na hora de dissidiar e criar federações de futebol concorrentes. Os efeitos disso eram que as federações e torneios possuíam uma existência bastante efêmera, mudavam de nome ou de estrutura praticamente todo ano, e não havia nada que se pudesse apontar como referência estável no futebol nacional.

¹¹⁵ NAPOLEÃO, Antônio Carlos. História das Ligas e federações do Rio de Janeiro (1905-1941). In: *Memória Social dos Esportes II - Futebol e Política: a Constituição de uma identidade nacional*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, Faperj, 2006, pp. 81-106.

¹¹⁶ Cf. Napoleão, op. cit., p. 84.

¹¹⁷ Cf. Napoleão, op. cit., pp. 81-101.

Boa parte dos conflitos entre clubes e federações de futebol ocorridos no Rio de Janeiro nos primeiros 40 anos do século XX dizem respeito à regulação do regime de Esporte em Sociedade Civil.

Por ser praticado por distintos clubes privados, o sucesso e a organização eficiente do futebol carioca eram totalmente dependentes do consenso entre os atores da Sociedade Civil interessados na modalidade. No entanto, por ter sido trazido e iniciado no Brasil pela elite nacional, a prática do futebol mantinha contornos claramente aristocratas. Entendia-se, a princípio, que o esporte deveria ser praticado de forma espontânea e voluntária por pessoas que possuíam uma formação social superior e condições financeiras para ser sócios pagantes dos clubes onde este jogo era praticado. Ser sócio de um clube implicava possuir um *ethos* social distinto. A distinção social por meio da prática esportiva ganhava vida e significação no vocábulo *sportsmen*, utilizado pela mídia para se referir a tal grupo seletivo.

Dentro da ideologia amadora característica do regime de Esporte em Sociedade civil, que prescreve a prática esportiva entre homens iguais e livres com o objetivo de produzir mutuamente o bem-estar mental e corporal, o recebimento de compensações financeiras para participação em competições esportivas era visto como uma subversão dos valores morais do esporte.

Moralidade à parte, é evidente que no âmbito competitivo poderia ser extremamente vantajoso para um clube “adotar” um jogador tecnicamente diferenciado em seus quadros, mesmo que não fosse sócio, para competir com outras equipes formadas exclusivamente por sócios. É neste momento que se delineia o dilema da remuneração e do profissionalismo.

Num modelo puro de Futebol em Sociedade Civil, o fundamento moral é a voluntariedade da participação de cada jogador e seu pertencimento social à equipe cuja camisa veste. A introdução do dinheiro representa a corrupção desta ideologia no sentido do Mercado, já que converte em trabalho para uns aquilo que era tido como uma diversão para os outros.

A maior parte das brigas, desentendimentos e dissídios ocorridos no futebol carioca, do início do século XX, deveu-se a dissensos em relação à entrada ou não do dinheiro no futebol, o que implicava, conseqüentemente, na entrada de elementos de origem social mais humildes no campo de jogo até então dominado por fidalgos. Isso fica evidente no seguinte trecho, retirado do regulamento do torneio carioca de futebol¹¹⁸ de 1917:

Serão aceitos os *sportsmen* que preencherem as seguintes condições: a) ser amador; b) ser sócio do clube proponente; c) residir na região jurisdicionada da Liga; d) exercer profissão honesta; e) estar no gozo de seus direitos civis e políticos; f) saber

¹¹⁸ Torneio promovido pela – então – recém-fundada Liga Metropolitana de Desportos Terrestres, LMDT.

ler e escrever; g) ter moralidade comprovada. Será negado registro aos *sportsmen* que estiverem incursos nas seguintes disposições: a) aos profissionais; b) aos mendigos; c) aos analfabetos.¹¹⁹

Como se pode notar, em 1917 os jogadores profissionais eram colocados na mesma categoria de analfabetos e mendigos pelo redator do regulamento. Esse trecho é sintomático da forma pela qual parte dos praticantes do esporte sentiam-se incomodados ao dividir o campo com jogadores assalariados que – em boa parte das vezes – eram de origem pobre.

O caso mais ilustrativo dessa questão é o do Clube de Regatas Vasco da Gama (somente “Vasco”, daqui em diante), que no início dos anos 1920 deu passos mais contundentes no sentido do Mercado e incorporou uma série de jogadores oriundos da periferia da cidade do Rio de Janeiro. As práticas adotadas pelo Vasco eram claramente profissionalistas, mas como o profissionalismo ainda era proibido devido à hegemonia da moral amadora no esporte, o expediente utilizado pelos portugueses vinculados ao Vasco¹²⁰ era registrar os jogadores contratados pelo clube como funcionários de seus respectivos comércios. Tendo um quadro que possuía jogadores assalariados como seus representantes em campo, o Vasco foi campeão carioca em 1923, o que abalou as estruturas institucionais do futebol local.

O “profissionalismo marrom”, vitorioso com o Vasco em 1923, indicava que a ruptura com a moral amadora e a introdução de práticas de Mercado no futebol eram extremamente vantajosas do ponto de vista da competitividade de um time de futebol. As práticas de Mercado adotadas pelo Vasco abriram o precedente para que qualquer cidadão que soubesse jogar futebol pudesse ter um emprego estável como jogador. Era um prenúncio de que o talento com a bola no pé teria prioridade sobre as origens sociais dos jogadores.

Desse momento em diante, apesar de socialmente condenadas pela moral amadora que ainda era hegemônica nos esportes brasileiros, as práticas de Mercado foram ganhando cada vez mais espaço, notadamente pelo expediente do chamado profissionalismo marrom.

A despeito da resistência de alguns setores do esporte brasileiro em adotar o profissionalismo no futebol, ainda nos anos 1920 países como Argentina e Uruguai já o haviam instituído¹²¹.

O primeiro efeito da instituição de um regime profissional para jogadores de futebol é a criação de um mercado de jogadores. A qualidade de um jogador com a bola nos pés passa a ter valor financeiro. Nesse contexto, a instituição do profissionalismo nos países vizinhos ao

¹¹⁹ Napoleão, op. cit., p. 90.

¹²⁰ Cf. Napoleão, op. cit., p. 95.

¹²¹ RODRIGUES FILHO, Mário. *O negro no foot-ball brasileiro*. Rio de Janeiro: Irmãos Pognetti, 1947. Pp. 227-31.

Brasil funcionava como um forte mecanismo de pressão para sua instituição no Brasil, pois, a despeito da proibição do recebimento de dinheiro para a prática do futebol no país, era possível para qualquer jogador cruzar a fronteira e lucrar com seu talento esportivo nos países platinos, por exemplo. Dessa forma, com exceção dos jogadores de origem nobre que possuíam um meio alternativo ao futebol para se sustentar, os jogadores viam condições de trabalho muito mais interessantes no estrangeiro¹²² do que em seu próprio país.

¹²² Segundo Rodrigues Filho, op. cit., além de Uruguai e Argentina, Espanha e Itália também já haviam adotado o modelo profissional de jogadores de futebol, e também eram concorrentes dos clubes brasileiros no mercado de jogadores, que ainda era sequer existente no país, ao menos na formalidade.

2.2. A emergência de interesses de Mercado no regime de Esporte em Sociedade Civil

Um dos primeiros dirigentes brasileiros a dar-se conta do problema da evasão de jogadores brasileiros para o exterior foi Arnaldo Guinle, importante figura ligada ao Fluminense Football Club (também só “Fluminense” daqui em diante).

Arnaldo Guinle não era um idealista do profissionalismo no futebol, tanto que foi um dos principais idealizadores da exclusão do então campeão Vasco¹²³ (o primeiro a adotar a prática do profissionalismo marrom) do campeonato carioca de 1924 por meio da criação de uma nova entidade para o futebol carioca em 1924, a amadora AMEA.

A principal diretriz das ações de Guinle era sua própria manutenção no comando da direção do esporte brasileiro. Dessa forma, manteve-se firme na amadora AMEA até 1932, quando o comando da entidade passou para as mãos de Rivadávia Meyer, vinculado ao Botafogo.

Rivadávía chegou ao comando da entidade com o apoio de uma série de pequenos clubes, com a promessa de que ampliaria a quantidade de disputantes do Campeonato Carioca de modo a promover a participação de todos. A ideia de inflar a quantidade de participantes do torneio da AMEA, desagradava aos dirigentes dos maiores clubes da cidade, como Fluminense, Flamengo, Vasco da Gama, América, Bangu e São Cristóvão¹²⁴, pois com esse expediente as médias de arrecadação com bilheteria de jogos tendia a despencar.

Tendo em vista os interesses de seu clube, o Fluminense¹²⁵, e também seus interesses pessoais, Guinle decidiu juntar seus aliados, abandonar a AMEA e abandonar o regime de Futebol em Sociedade Civil, criando a Liga Carioca de Futebol (LCF), um torneio de futebol com orientação francamente profissionalista.

A LCF, criada por Guinle com o apoio dos outros grandes clubes do Rio de Janeiro, causou uma divisão do futebol carioca no ano de 1933, conhecida como o “dissídio esportivo”. De um lado, reuniram-se Fluminense, Flamengo, América e Vasco com orientação profissionalista; de outro, ficaram Botafogo e uma série de clubes pequenos com orientação amadora.

¹²³ SOUZA, Denaldo Alchorne de. *O Brasil entra em campo! – Construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 42.

¹²⁴ Cf, Souza, op. cit., p. 43.

¹²⁵ Cf, Souza, op. cit., p. 43.

O dissídio esportivo escancarou a existência de duas concepções antagônicas e inconciliáveis para o esporte brasileiro: de um lado, os defensores do amadorismo, vinculados a uma concepção de Esporte em Sociedade Civil, advogando a manutenção de uma moral aristocrática nos esportes brasileiros; do outro, os defensores do profissionalismo, mais simpáticos a um modelo de Futebol para Mercado, advogando a legitimidade do uso de dinheiro como forma de montar equipes de futebol mais competitivas.

O ano de 1933 marcou, portanto, o início da batalha entre amadoristas e profissionalistas pelo controle do esporte em nível nacional. O confronto entre ideais amadores e profissionais no futebol é uma metáfora para o conflito entre dois regimes distintos de futebol que se apresentavam: o regime de Futebol em Sociedade Civil, defendido pelos amadoristas, e um regime de Futebol para Mercado ainda incipiente, defendido pelos profissionalistas.

Ao mesmo tempo em que a oposição entre Futebol em Sociedade Civil e Futebol para Mercado estava presente na cabeça dos dirigentes de clubes, a mesma oposição passou a orientar alguns setores da mídia esportiva no início dos anos 1930. Possivelmente o maior expoente dessa oposição pelo lado do Mercado foi o jornalista Mário Filho.

Mário Leite Rodrigues Filho (somente Mário Filho, daqui em diante) nasceu em uma família de jornalistas. Seu pai, Mário Leite Rodrigues (somente Mário Rodrigues, daqui em diante) era o dono do jornal *A Crítica*, de perfil francamente sensacionalista. Mário Filho dedicava-se à seção esportiva do jornal da família e reproduzia tal perfil à cobertura esportiva de *A Crítica*, algo bastante incomum no jornalismo esportivo da época.

Durante a campanha presidencial de 1930, *A Crítica* recebeu recursos publicitários para apoiar o paulista Júlio Prestes contra Getúlio Vargas. Com a vitória da Revolução de 1930, no dia 24 de outubro deste ano, a redação do jornal foi invadida e depredada, e o periódico nunca mais voltou a circular¹²⁶.

Um ano após a tragédia familiar e profissional sofrida pela família Rodrigues¹²⁷, Mário Filho começou a trabalhar para Roberto Marinho na página de esportes de *O Globo*. Marinho contratou Filho consciente de seu ato: estava colocando numa posição de destaque de sua seção de esportes um jornalista cujo principal apelo era o sensacionalismo e o pouco apreço pela

¹²⁶ Cf. *A Crítica*. Verbete do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CR%C3%8DTICA.pdf>, acesso em 09/10/2015.

¹²⁷ No início de 1930, publicou-se nas páginas de *A Crítica* o caso de infidelidade conjugal de Sylvia Serafim Thibau, que, após ter sido exposta, invadiu a redação do jornal armada para matar seu dono. Como ele estava ausente, atirou em Roberto Rodrigues, filho de Mário Rodrigues e irmão de Mário Filho. O assassinato de Roberto lançou Mário Rodrigues na depressão e no alcoolismo, e ele veio a falecer ainda em março daquele ano. O julgamento de Sylvia foi o primeiro do Brasil a ser transmitido ao vivo pelo rádio.

escrita imparcial. Isso ocorreu em maio de 1931. Até então, a seção era comandada por Netto Machado, representante do estilo clássico de jornalismo imparcial, que naquele momento era o *mainstream*.

Netto Machado era defensor da moral amadorista cara ao regime de Esporte em Sociedade Civil, tal como todos os principais veículos da mídia brasileira até este período. Em sua seção n’*O Globo*, Netto Machado dedicava mais atenção ao futebol do que a outros esportes, mas enaltecia-o como uma atividade que promovia a sociabilidade entre os sócios de diferentes clubes, num registro aristocrata da prática esportiva frequente nos anos 1910 e 1920.

Conforme as primeiras práticas de Mercado foram sendo deflagradas no futebol carioca, Netto ainda manteve sua linha de destaque aos eventos sociais dos grandes clubes, e em suas reportagens sobre jogos estavam presentes críticas ao mau comportamento de atletas e torcedores, o que muitas vezes era reputado à origem humilde deles. A linguagem utilizada por Netto era livre da terminologia inglesa comum à década de 1910, mas ainda possuía um “tom empolado e laudatório, repleto de maneirismos retóricos de estilo bacharelístico”¹²⁸.

Mário Filho começou a trabalhar na redação esportiva d’*O Globo*, no segundo semestre de 1931, e então duas linhas editoriais francamente antagônicas começaram a se digladiar. De um lado, colocava-se¹²⁹ uma orientação profissionalista e favorável a práticas de Mercado no futebol, cujo representante era Mário Filho; do outro, colocava-se uma orientação amadorista de apologia ao regime de Esporte em Sociedade Civil, cujo representante era Netto Machado.

Roberto Marinho, dono do jornal, aparentemente não se importou que duas visões de mundo francamente opostas e incongruentes dividissem meio a meio a seção de esportes d’*O Globo*, a qual tinha duas páginas: a página 7, de Netto Machado, e a página 8, de Mário Filho. Sensacionalismo e passionalidade de um lado, razoabilidade e imparcialidade do outro.

Machado era abertamente contra análises passionais e distorcidas da realidade. Prezava pela busca da verdade por meio da racionalidade e desprezava o viés que Mário Filho dava ao noticiário esportivo. Por outro lado, o que Mário Filho promovia era exatamente a polêmica, a distorção e o sensacionalismo, elementos que são atrativos para os leitores da seção esportiva de *O Globo*.

Mário Filho tornou-se uma atração no jornalismo esportivo do jornal de Roberto Marinho. Sua dedicação à construção de histórias grandiosas, aumentadas e não necessariamente conectadas com a realidade era um sucesso de vendas. Ao trazer o público

¹²⁸ SILVA, Marcelino Rodrigues da. *Mil e uma noites de futebol: O Brasil moderno de Mário Filho*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 101.

¹²⁹ Silva, op. cit.

consumidor da seção esportiva de *A Crítica* para *O Globo*, Mário Filho incorporou um novo público consumidor ao jornal de Roberto Marinho que, como qualquer empresário, queria obter retorno financeiro por meio de sua empresa.

A vitória de Mário Filho sobre Netto Machado nas páginas do d'*O Globo* se deu, portanto, porque, do ponto de vista do Mercado, o filho de Mário Rodrigues era mais interessante para o jornal do que Netto Machado, que perdeu definitivamente a guerra após pouco mais de seis meses. Ao perceber que a luta contra o ingresso de práticas de Mercado não somente nos clubes de futebol mas também na seção esportiva d'*O Globo* era perdida, Machado publicou um texto, do qual extraímos o seguinte excerto: “[...] é preciso que a imprensa, que tem consigo o elevado papel orientador, não descambe também para o terreno das paixões adulterando os fatos e descrevendo a seu modo acontecimentos para tomar partido”.¹³⁰

Saído vitorioso da disputa com Machado, a página 7 d'*O Globo* foi definitivamente designada a Mário Filho, já em fevereiro de 1932, ao passo que o espaço de Netto Machado foi reduzido a uma seção no meio da página oito, além de duas páginas nas edições de segunda-feira.¹³¹

O comando de Mário Filho fez que a seção esportiva de *O Globo* se diferenciase de toda a mídia esportiva nacional. Em vez de buscar a informação imparcial – o que fez fracassar Netto Machado –, ele dava espaço a opiniões, emoções e expectativas de atletas e torcedores, detalhes cômicos ou dramáticos dos treinos e dos jogos, às polêmicas que agitavam os bastidores dos clubes e mesmo à vida privada dos jogadores. A partir da influência Mário Filho, *O Globo* passou a enviar repórteres não só aos jogos, mas também aos treinos dos times, vestiários dos jogos, às casas dos atletas e aos bares e cafés frequentados por eles. A fórmula do sucesso de Filho foi aplicar aos esportes o método agressivo de investigação jornalística, característico de periódicos sensacionalistas¹³².

Nas antigas análises das atuações de times e atletas, os cronistas buscavam atenuar o clima de conflito, sobrepondo aos interesses e paixões clubísticas um critério imparcial, que deslocava a atenção para valores que deveriam ser compartilhados pelos adversários. Nas páginas dirigidas por Mário Filho, todo o esforço se destinava justamente a estimular a disputa, explorando o caráter conflituoso do esporte e a subjetividade dos personagens esportivos.¹³³

¹³⁰ *O Globo*, 07/10/1931, página 7. Apud Silva, op. cit., pp. 103-4.

¹³¹ Cf. Silva, op. cit., p. 104.

¹³² Cf. Silva, op. cit., p. 108.

¹³³ Silva, op. cit., p. 114.

A substituição de Netto Machado por Mário Filho no comando da seção de esportes d’*O Globo* evidencia que tanto o filho de Mário Rodrigues quanto Roberto Marinho estavam muito mais preocupados com a venda de jornais e a produção de conteúdos que atraíssem o público consumidor do que com a manutenção da moral amadora característica do regime de Esporte em Sociedade Civil. Isso significa que ambos operavam dentro de uma lógica de Mercado.

No início dos anos 1930, o tema mais palpitante no esporte carioca era exatamente o dilema entre profissionalismo e amadorismo no futebol. As polêmicas e as distintas opiniões sobre o tema eram um prato cheio para a abordagem entusiasmada de Mário Filho, que na seção esportiva d’*O Globo* não possuía nenhum pudor em dar igual ou maior espaço para opiniões pró-profissionalismo em relação a opiniões pró-amadorismo¹³⁴.

A abertura de Mário Filho em relação à livre defesa da legalização do futebol profissional no Brasil trouxe-lhe a simpatia de uma série de dirigentes que se empenhavam na defesa da mesma causa. Arnaldo Guinle, presidente do Fluminense, foi um dos primeiros dirigentes a aliar-se a Mário Filho. José Bastos Padilha¹³⁵, presidente do Clube de Regatas do Flamengo (apenas “Flamengo”, daqui em diante) chegou em sequência.

Ao contrário de Guinle, cujas principais motivações davam-se no âmbito pessoal da conquista de poder e comando da direção dos esportes no Brasil, as motivações de Padilha eram majoritariamente clubistas. O profissionalismo entrava na agenda de Padilha não como uma ferramenta para a conquista de poder no âmbito da dirigência do futebol carioca e/ou brasileiro – o que o tornaria um concorrente de Guinle, aliás – mas sim como uma ferramenta para fazer que seu clube ganhasse importância não somente na capital federal, mas em todo o país.

A trajetória de Padilha à frente do Flamengo começou em 1932, quando o clube era referido pela mídia local como o clube da *finá flor* carioca¹³⁶. Nesse período o clube passava por uma severa crise financeira, o que gerava instabilidade política interna e uma série de questionamentos em relação à diretoria do clube¹³⁷. Em janeiro de 1933, houve eleições para a

¹³⁴ A visão profissionalista era extremamente mal vista no meio esportivo do início dos anos 1930, e poucos eram aqueles que tinham coragem de defendê-la publicamente.

¹³⁵ Coutinho, op. cit., p. 31.

¹³⁶ Apud Coutinho, Renato Soares. *Um Flamengo grande, um Brasil maior: o clube de Regatas do Flamengo e o imaginário político nacionalista popular (1933-1955)*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013. P. 31. Apud *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 15/11/1912.

¹³⁷ Cf. Coutinho, op. cit., p. 59.

Presidência do Flamengo, e o eleito, Paschoal Segretto Sobrinho, renunciou ao cargo antes mesmo de concluir o primeiro mês de seu mandato devido à falta de recursos em caixa.

Enquanto no Flamengo a política interna pegava fogo, no futebol carioca Arnaldo Guinle estava implodindo a AMEA e criando uma associação na qual a prática de futebol profissional seria permitida, a LCF. Guinle estava plenamente interessado na saída do Flamengo dos quadros da AMEA e em seu ingresso nos quadros da recém-fundada LCF. Dessa forma, foi levado ao Conselho Deliberativo a proposta de ruptura com a AMEA e adesão à LCF. Essa pauta causou grande polêmica na instância deliberativa do clube, que acabou por recusar a troca. Coincidentemente ou não, apenas dois dias depois dessa decisão Segretto Sobrinho anunciou sua renúncia do cargo¹³⁸, o que deixou uma lacuna na estrutura de poder do clube, que acabou por ser preenchida justamente por José Bastos Padilha.

Padilha, empresário do ramo da litografia, era extremamente bem-relacionado na cidade do Rio de Janeiro. Era, por exemplo, concunhado de Mário Filho, o jornalista esportivo mais prestigioso da cidade. Era também amigo pessoal de Roberto Marinho, o dono do jornal *O Globo*¹³⁹. Ao assumir a Presidência do Flamengo, seu primeiro desafio era eliminar as chances de ser defenestrado da mesma forma que Segretto fora. O principal recurso utilizado para conseguir estabilidade política dentro do clube foi apelar a seus contatos fora dele, especialmente no alto escalão de todas as esferas de governo.

Uma das primeiras conquistas de Padilha na presidência do Flamengo foi a doação pública de um terreno na Gávea para a construção de um estádio para o clube, que já não possuía um lugar para jogar desde 1932. O incremento do patrimônio do clube após pouco tempo de mandato e a possibilidade da construção de um campo de futebol próprio foram suficientes para que Padilha obtivesse no Conselho do clube apoio suficiente para aceitar o convite de Guinle e migrar da AMEA para a LCF, a liga profissional, ainda em 1933.

Além da conquista do terreno da Gávea, em 1933, Padilha ainda viabilizou, por meio da ação do interventor Pedro Ernesto, em 1934, um empréstimo para a realização das obras no estádio¹⁴⁰. Tendo todas as questões relativas ao futebol equacionadas, em 1935, Padilha conseguiu mais uma doação de terreno por parte do governo Federal: tratava-se de alguns lotes de terra no Morro da Viúva, cuja finalidade seria a construção de uma piscina e de um ginásio poliesportivo para o clube¹⁴¹.

¹³⁸ Cf. Coutinho, op. cit., p. 61.

¹³⁹ Cf. Coutinho, op. cit., p. 55.

¹⁴⁰ Cf. Coutinho, op. cit., p. 69.

¹⁴¹ Cf. Coutinho, op. cit., p. 69.

Amparado numa série de benesses estatais cedidas a seu clube, Padilha conseguiu em seus três primeiros anos de gestão ampliar e modernizar o clube de modo a fazer com que o número de sócios disparasse de pouco mais de seiscentos, no início de sua gestão, para mais de sete mil¹⁴², no início de 1936.

Padilha, homem de rara visão empresarial, enxergou um nicho de mercado totalmente inexplorado no futebol brasileiro: a despeito do rápido crescimento do interesse popular pelo futebol, a Nação que tomava forma nos discursos do presidente Getúlio Vargas ainda não tinha *seu* clube, já que todos os clubes de futebol existentes até então eram veículos ou para a afirmação de diferentes identidades comunitárias ou para a simples afirmação da distinção social de seus associados.

O projeto de Padilha era dar ao Flamengo uma roupagem popular totalmente distinta da aristocrata que vigorava inquestionada no clube até o começo da década. Em poucas palavras, o projeto do dirigente para o Flamengo era convertê-lo no clube da Nação, exatamente no sentido varguista da palavra.

Padilha foi o homem que se propôs a entregar à população brasileira interessada em futebol, mas até então alijada de uma instituição que a representasse no campo de jogo, um clube para chamar de “seu”. Para conquistar seu novo público-alvo, Padilha precisava fazer que a mensagem do “Flamengo da Nação” chegasse da forma mais simples e contundente possível à maior quantidade de pessoas. É nesse ponto que os interesses de Padilha interseccionaram-se com os de Guinle, os de Roberto Marinho e os de Mário Filho:

José Padilha era, em 1936, o presidente do clube mais rentável da capital nacional – após a explosão do número de sócios, produzida pelas melhorias nas instalações físicas do clube – e tinha em mente tornar seu clube numa máquina de fazer dinheiro, contando para isso com o apoio popular. Mas qual seria o caminho para chegar ao “povo”? – A resposta é simples: um jornal barato, de linguagem popular, cuja pauta básica era o esporte que mais interessava ao povo – o futebol.

Arnaldo Guinle estava interessado em afirmar-se como o mais poderoso dirigente do esporte nacional. Para isso precisaria derrotar toda a estrutura amadora que ainda vigorava no comando do esporte brasileiro em nível nacional. Sendo ele um proponente da ruptura do *status quo*, necessitava de um meio alternativo à mídia tradicional para defender suas posições pró-profissionalismo no futebol sem restrições e também enfraquecer as posições de seus adversários.

¹⁴² Cf. Coutinho, op. cit., p. 73.

Mário Filho, com sua cobertura diária sobre as atividades dos clubes – inclusive, nos dias sem jogos – criou um público interessado em ver o conflito, a batalha, dentro e fora de campo. Desde *A Crítica*, nunca esteve preocupado com a imparcialidade. Enquanto os outros jornais esportivos – com exceção de *O Globo* – olhavam para o futebol como um esporte de cavalheiros, onde a boa educação deveria prevalecer em relação à passionalidade gerada pelo espetáculo, Filho fomentava a emotividade no jogo. O público das páginas esportivas de Filho não era aquele que tradicionalmente consumia jornais na cidade do Rio de Janeiro, mas sim aquele que se interessava pelo esporte como uma expressão das emoções, das subjetividades e das paixões humanas. O jornalista esportivo convidava seus leitores a tomarem parte do dia a dia dos jogadores, dirigentes, das atividades dos clubes, etc.

Por fim, Roberto Marinho, dono d'*O Globo*, viu as vendas de seu jornal dispararem com a entrada de Mário Filho na editoria de esportes do periódico. O empresário tinha ciência do talento do jovem jornalista e do potencial de vendas que um jornal esportivo dirigido por ele poderia ter em nível nacional.

Os quatro homens mencionados tinham em comum uma agenda de interesses relacionada com o Mercado: os dirigentes Padilha e Guinle eram, por razões distintas, os dois principais advocantes da causa profissinalista no futebol brasileiro. O profissionalismo é, por definição, uma prática de Mercado. Os jornalistas Roberto Marinho e Mário Filho estavam interessados na maior vendagem possível de jornais com vistas à obtenção de lucro e prestígio no mercado editorial nacional.

2.3. O Jornal dos Sports e a defesa de interesses de Mercado no futebol

A intersecção dos interesses dos quatro atores mencionados levou à constituição de um jornal diário que se dedicaria exclusivamente à cobertura esportiva sob a perspectiva profissionalista e parcial, uma junção do estilo editorial de Mário Filho com os interesses de Marinho, Guinle e Padilha¹⁴³. O *Jornal dos Sports* (daqui em diante, também somente “JS”), comprado de Agemirol Bulcão – seu fundador – por meio de uma sociedade de Mário Filho – o acionista majoritário – com os outros três em 1936.

Por influência de Guinle, o JS dava destaque positivo às empreitadas profissionalistas no futebol brasileiro durante o dissídio esportivo, sendo o principal canal de defesa das causas da profissionalista LCF, comandada por Arnaldo Guinle, sobre a amadorista AMEA, comandada por Rivadávia Meier.

O JS dava ampla retaguarda aos esforços de Guinle contra as estruturas amadoras de administração futebolística no Brasil, como a AMEA (que atuava na cidade do Rio de Janeiro) e a própria Confederação Brasileira de Desportos (também “CBD” daqui em diante), que atuava em nível nacional.

Para concorrer com a CBD, Guinle criou também a Federação Brasileira de Futebol¹⁴⁴ (também FBF daqui em diante), que reunia os clubes de futebol profissional do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Guinle era um homem que estava lutando pela manutenção de seu poder à frente do comando do esporte brasileiro. Uma das principais ferramentas à sua mão era a conquista do apoio e da lealdade de atores de interesses similares aos seus no sentido de bloquear o sucesso econômico e esportivo de seus adversários.

Esse expediente funcionou de forma eficiente por duas vezes seguidas, e em eventos esportivos de alcance internacional: a Copa do Mundo de Futebol, de 1934, e os Jogos Olímpicos, de 1936.

Com o início do dissídio esportivo, em 1933, que dividiu o futebol brasileiro em dois – o amador e o profissional – coube à CBD, entidade máxima do esporte brasileiro, decidir-se sobre quais os jogadores estariam autorizados a representar o Brasil no torneio de 1934. É importante lembrar que a CBD era a oponente amadora da FBF, dirigida por Arnaldo Guinle,

¹⁴³ Posteriormente, Padilha e Mário Filho se tornaram parte de uma mesma família ao casarem-se, respectivamente, com as irmãs Célia e Lília.

¹⁴⁴ Cf. SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, p. 50.

cujos esforços se davam justamente no sentido de enfraquecer as estruturas amadoras no futebol brasileiro.

Ao entender que a convocação de jogadores de futebol profissional poderia representar uma cessão indesejada à agenda profissionalista que Guinle tentava impor à própria CBD, o Conselho dessa entidade decidiu que jogadores de clubes profissionalistas não estariam autorizados a representar a CBD em competições internacionais¹⁴⁵. Dessa forma, como o único clube remanescente no regime amador era o Botafogo, a equipe enviada para a Itália para a disputa da Copa do Mundo de Futebol, em 1934, era composta basicamente por jogadores deste clube. Leônidas da Silva, o maior astro do futebol brasileiro à época, teve que rescindir seu contrato com o Vasco da Gama para estar em condições jurídicas de representar o país. Com uma equipe juridicamente amadora, a representação brasileira enviada à Itália foi eliminada no primeiro jogo, uma derrota por 3x1 ante a Seleção espanhola¹⁴⁶, a eliminação mais precoce de uma Seleção do Brasil na História das Copas do Mundo realizadas até 2018.

Dois anos depois da Copa de 1934 seriam realizados os Jogos Olímpicos de Berlim. Como a FBF não tinha competência para opor-se à CBD no tocante a esportes olímpicos, a estratégia utilizada por Guinle para vencer nesse âmbito foi uma associação com os homens do Comitê Olímpico Brasileiro (COB).

Dessa forma, no início de 1936, Guinle estabeleceu contatos com o Comitê Olímpico Internacional¹⁴⁷ (COI) e, após algumas semanas de tratativas e negociações, conseguiu o reconhecimento internacional para o COB, entidade que há algum tempo media forças com a CBD¹⁴⁸ pelo controle dos esportes olímpicos brasileiros. O reconhecimento do COI à legitimidade do COB colocou a entidade apoiada por Guinle em condições superiores às da própria CBD para representação dos esportes brasileiros em nível olímpico internacional.

Tal disputa pelo controle do comando dos esportes brasileiros gerou uma situação paradoxal para os esportes olímpicos brasileiros: a CBD, que contava com todo o suporte estatal do regime varguista para a gestão esportiva nacional, não era reconhecida pelo Comitê Olímpico Internacional como a legítima representante do esporte olímpico brasileiro. Por outro lado, o COB, entidade de gestão privada e desvinculada dos poderes estatais, não contava com

¹⁴⁵ Cf. Souza, op. cit., p. 48.

¹⁴⁶ Cf. Sarmiento, op. cit., p. 53.

¹⁴⁷ O COI é o *governing body* mais importante no nível dos esportes olímpicos. É o órgão responsável pela organização dos Jogos Olímpicos.

¹⁴⁸ Cf. Coutinho, op. cit., p. 70.

o apoio do governo, mas tinha pleno reconhecimento das entidades olímpicas como o legítimo representante do esporte olímpico brasileiro em nível internacional.

A concorrência entre as duas entidades deveria ser resolvida ou dissolvida até a data de embarque dos atletas para a Europa, prevista para julho de 1936. Por um lado, os dirigentes da CBD, respaldados pelo poder estatal, não cederam em nada. Por outro lado, Arnaldo Guinle, respaldado pelo reconhecimento do COI, tampouco reviu suas posições.

O resultado da manutenção das posições por parte de cada um dos lados foi que duas delegações brasileiras foram enviadas para a disputa dos jogos de 1936, uma em nome da CBD, outra em nome do COB. A situação dos atletas nesse contexto era extremamente delicada, já que a escolha da delegação que seria apontada como a legítima representante do Brasil ficaria a cargo dos próprios organizadores dos Jogos Olímpicos, que nada tinham a ver com a situação. O risco de metade dos atletas brasileiros ter que tomar o navio de volta para o Brasil sem sequer entrar na arena de competições era real.

Chegando em Berlim, os organizadores dos jogos teriam que optar por uma das alternativas: ou deslegitimar seu próprio parecer enviado a Guinle e autorizar a CBD a competir no lugar do COB, ou correr o risco de gerar um entrave diplomático com o Estado brasileiro e autorizar o COB a competir no lugar da CBD.

Para evitar problemas para si, organizadores dos Jogos adotaram uma inimaginável postura conciliadora: permitiram que os dois “times” brasileiros representassem o país, que assim se tornou o único país com esse “privilegio” nesta edição das Olimpíadas¹⁴⁹.

Apesar da solução conciliadora adotada pelos alemães, tal evento significou mais um enorme constrangimento para a CBD, e outra grande vitória para Arnaldo Guinle, que além de ver os atletas do COB representarem o Brasil com o reconhecimento legítimo do COI lançou sobre a CBD o simbólico estigma de ter competido em 1936 apenas pelo sentimento de compaixão dos nazistas, os organizadores dos Jogos.

Enquanto no Brasil os dirigentes batalhavam pelo controle nacional sobre os esportes, na Europa a disputa de atores privados para o controle dos esportes já não era um ponto de disputa há algum tempo. Os dois eventos internacionais em que foi travada a batalha de Guinle contra as estruturas amadoras do futebol brasileiro foram exatamente os dois torneios que apresentaram para o mundo o vigor do regime de Esporte de Estado, a saber: a Copa de 1934, sediada na Itália, para celebrar o Estado fascista, e os Jogos Olímpicos de 1936, sediados na Alemanha para celebrar o Estado nazista. Tais eventos foram exitosos na missão de realizar

¹⁴⁹Cf, Sarmiento, op. cit., p. 55.

propaganda doméstica e internacional, e mostraram para o mundo os resultados políticos obtidos por meio da instalação de um regime esportivo que colocava a Educação Física e a prática esportiva a serviço do Estado.

Foi nas duas ocasiões mencionadas que as competições esportivas de âmbito internacional adquiriram outro vulto: nelas, os esportistas alemães e italianos não mais competiam por si próprios, individualmente, mas representavam seus próprios Estados-Nação perante o mundo, com a incumbência de promover seu sucesso em escala mundial por meio do esporte.

2.4. O interesse do Estado pelo esporte

O Governo brasileiro, embora não tenha agido no sentido de evitar que as divergências entre Arnaldo Guinle e a CBD chegassem até onde chegaram, estava atento ao movimento de maiores proporções desenhado no cenário internacional, protagonizado pelos regimes de Itália e Alemanha, que após aproximadamente uma década e meia de investimento intensivo em Esporte de Estado conseguiam produzir publicidade positiva, a despeito de seus regimes políticos.

Atento ao significado político projetado pelo governo alemão para os Jogos Olímpicos de 1936, o Governo brasileiro enviou – por meio de seu ministério de Educação e Saúde – para a Europa um funcionário com a incumbência de fazer um minucioso relato sobre a organização esportiva alemã. O enviado deveria relatar o que mais lhe saltasse aos olhos no esporte alemão, e atentar-se a práticas e instituições que poderiam servir de inspiração para uma eventual réplica da experiência de Esporte de Estado alemã no Brasil. Não é possível saber a identidade do informante devido à indecifrável caligrafia da assinatura no documento¹⁵⁰. Pode-se identificar a inicial “J” como prenome e a inicial “A” como sobrenome. Na dúvida em relação à identidade do informante, adotar-se-á o epíteto “Informante J.A.” ou simplesmente “JA”, para fazer referência ao produtor do referido documento. Diz ele:

O último acontecimento esportivo de Berlim [referência aos Jogos Olímpicos de 1936] veio pôr em realce os esportes e demonstrar ao mundo a importância das competições olímpicas bem como o partido que delas se pode tirar para a afirmação das nações não só no consenso mundial, como ainda na sua vida interna. O governo alemão, precursor desse novo movimento, mobilizou a nação inteira e conseguiu apresentá-la, vitoriosa, na grande reunião esportiva, considerando o esporte como caso nacional mostrando assim que como tal deve ser estimado, mesmo nos países de tradição liberal.

Quem quer que tenha assistido a demonstração de força e organização que a Alemanha preparou para as Olimpíadas de Berlim não terá dúvida sobre o papel histórico que do esporte. E esta nova orientação é a atuação direta do governo nos esportes, proporcionando-lhes toda uma eficiência mal conhecida até agora, abrangendo todos os setores da vida nacional, a causa dos esportes confunde-se mesmo com a vida associativa da Nação inteira. É o esporte como fator eugênico. A preparação esportiva da criança, do adolescente a até do adulto, com processos racionais e dentro dos preceitos de higiene e medicina esportiva. O fortalecimento da raça com o crescimento individual, sob o controle de órgãos especializados. É o esporte concorrendo decisivamente para a formação social dos povos. É um novo

¹⁵⁰ Arquivo de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde do Brasil, entre 1934 e 1945. Acessado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), no Rio de Janeiro. Está em microfilme no rolo 41, fotos de 821 a 827.

horizonte aberto para a educação das massas no sentido da cooperação e desprendimento individual em benefício da causa comum. É a formação esportiva preparando a formação militar e economizando-lhe um tempo precioso. As organizações esportivas da Alemanha e da Itália são verdadeiras formações para militares. A unidade de conjunto, tão laboriosamente obtida nos exercícios de ordem unida, a resistência à fadiga e a adaptação à vida simples, a rusticidade que demanda uma preparação cuidadosa e demorada, são problemas de defesa nacional resolvidos automaticamente pela preparação esportiva nacional.

É o esporte um dos mais poderosos meios de propaganda de que se tem notícia, pois efetiva a demonstração prática do valor de uma Nação perante o mundo inteiro, ostentando suas qualidades de raça, inteligência, valor associativo e disciplina. A espetacularidade das cerimônias de Abertura e encerramento de Berlim excedeu a todos os acontecimentos do mundo contemporâneo. A simples apresentação dos atletas vale por um juízo sobre o valor real de cada uma das nações representadas. Uma após as outras desfilam as delegações com suas bandeiras nacionais desfraldadas, a passo firme, postando-se em formação quadrada no meio campo para prestar o juramento olímpico, que vale por um credo grande e simples. Nesse quadrado de duas ou três mil pessoas estavam representadas todas as principais nações do universo, as raças mais variadas, desde os gigantes louros do norte, finlandeses e suecos, até os minúsculos japoneses. Tanto os volumosos alemães, campeões de peso e martelo como os magríssimos hindus, atletas medíocres. Uma verdadeira para humana, à qual todas as nações terão fatalmente que comparecer, seja para afirmar suas qualidades, seja para confessar suas fraquezas.

O início da carta do “Informante J.A.” dá a entender que ele era um enviado do próprio Getúlio Vargas, já que seu documento se inicia da seguinte forma: “Exmo. Sr. Dr. Presidente Vargas”. Era um estudo direcionado ao Presidente da República, o que indica que ele foi encomendado pelo Poder Executivo do Governo Federal. A missão de JA é anunciada na apresentação de seu trabalho:

Dando desempenho da missão que me foi confiada e que muito me honra, apresento a V. Exa. um relatório sobre a situação esportiva do Brasil e os graves problemas que dela decorrem. Junto ainda um ligeiro esquema de organização de um Departamento centralizador das atividades desportivas do Brasil.¹⁵¹

Ele deveria fazer um relatório sobre a situação esportiva do Brasil, avaliada como problemática pelo governo e sugerir uma forma de organização a ser adotada pelo esporte brasileiro, de modo a torná-lo mais prestigioso tanto nacional quanto internacionalmente. Tendo observado o quadro do Esporte de Estado nazifascista e atentado para a situação de dissídio esportivo a vigorar no Brasil, JA afirmou:

¹⁵¹ *Relatório sobre a situação esportiva do Brasil*. Documento endereçado a Getúlio Vargas em 03/01/1937. Na apresentação diz-se tratar de um estudo requerido pela própria presidência da República. Disponível no acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (CPDOC-FGV-Rio). Arquivo de Gustavo Capanema em microfilme. Rolo 41, foto 821. Conferir anexo no fim da tese.

Poucos países poderão, como o Brasil, apresentar no estado natural matéria-prima mais favorável para uma organização nacional dos esportes. Enquadrando os quatro setores de ação social moderna: eugenia, educação social, defesa nacional e propaganda, os esportes, pela sua importância, justificam uma ação especial dos poderes públicos, com razões muito maiores que o motivo do dissídio que toda hora é invocado.¹⁵²

Como se nota, JA dá destaque para eugenia, educação social, defesa nacional e propaganda como “os quatro setores da ação social moderna”. Para os propósitos desta tese, focar-se-á apenas nos dois últimos: Defesa Nacional e Propaganda, deixando de lado os aspectos da eugenia e da educação social.

No que diz respeito à Defesa Nacional e ao processo de formação de novos quadros do Exército brasileiro, o diagnóstico de JA não era exatamente animador:

Sob o ponto de vista da Defesa Nacional, o esporte assume importância definitiva. Quando recebemos nos corpos de tropas sorteados ou engajados vindos do interior do país ou das pequenas cidades do litoral, a primeira impressão é desoladora. O cuidado inicial do instrutor é tirar o aspecto bisonho do recruta. Semanas a fio de educação física para ensinar-lhes a marchar sem corcunda e proporcionar elasticidade aos músculos para movimentos rápidos. [...] Além da tarefa de preparação individual, os esportes colaboram com as classes armadas nos de exercícios de conjunto nas demonstrações coletivas, em verdadeiras formações paramilitares. Afora o conhecimento técnico da arma, um atleta é um homem perfeitamente mobilizável.¹⁵³

Diante da alegada ausência da Educação Física e da prática esportiva na formação básica da juventude brasileira, JA defendia sua difusão em todos os níveis por todo o país por entender que esse expediente facilitaria o treinamento militar de recrutas após sua chegada nas Forças Armadas. Do ponto de vista militar, uma população esportivamente ativa significa uma população apta a servir militarmente ao país.

No que diz respeito à Propaganda, JA aludia à boa publicidade em nível mundial que era produzida ao redor de uma nação que fosse vencedora em um grande evento internacional como as Olimpíadas. Tratava-se de boa propaganda não somente para o Estado, mas também em relação às virtudes de seu povo.

Com vistas à vinculação dos sucessos esportivos de cidadãos de um país a seu Estado de origem, JA entendia que o esporte nacional deveria ser gerido pelo próprio Estado com propósitos de Estado, e não por privados descomprometidos com a “causa nacional”, como era o caso do Brasil:

¹⁵² Cf. Relatório sobre a situação esportiva do Brasil, op. cit. Conferir anexo.

¹⁵³ Cf. Relatório sobre a situação esportiva do Brasil, op. cit. Conferir anexo.

Observando o surto do esporte no Brasil, facilmente verificamos que não apresenta a menor característica nacional. É criação colonial pura. E as consequências do agrupamento da mocidade em associações despidas de toda e qualquer finalidade nacionalista redonda no culto natural à mentalidade que as originou. Esse culto está em antagonismo com as necessidades nacionais. Não se verifica clara e decisivamente. Mas atua de forma profunda no subconsciente dos associados que repetem, na competição esportiva, os recalques raciais e históricos de seus antepassados, originando-se, assim, rivalidades que acabam fomentando os regionalismos e os bairrismos tão prejudiciais ao espírito de brasilidade que é dever de todo governo incentivar e desenvolver.¹⁵⁴

O trecho acima é uma crítica escancarada ao regime de Esporte em Sociedade Civil, vigente com certa primazia no Brasil até então. Da perspectiva de JA, o regime de Esporte em Sociedade Civil era exatamente o oposto indesejável dos regimes de Esporte de Estado nazifascistas, tomados como exemplos de gestão esportiva em nível nacional. JA foi, possivelmente, o primeiro homem pertencente aos quadros do Estado brasileiro a enunciar sem ressalvas que o regime de Esporte em Sociedade Civil era prejudicial aos interesses do Estado brasileiro em relação aos esportes. Mais do que isso, sua proposta para a solução deste problema apontava para a instauração de um regime de Esporte de Estado no próprio Brasil: “É necessário, antes de mais nada, a constituição de um centro de gravidade, um núcleo central de ação que sirva de elemento coordenador das atividades desportivas no Brasil”.¹⁵⁵

A criação de um núcleo central para coordenar os esportes brasileiros, proposta por JA a Getúlio Vargas, em janeiro de 1937, visava primeiramente organizar o esporte brasileiro ao redor de uma única entidade, reconhecida pelo Estado, com poder de regular todas as outras. Um centro organizador dos esportes brasileiros representaria um início de ruptura no regime de Esporte em Sociedade Civil, e o primeiro passo nessa direção foi dentro da entidade que melhor representava a moral amadora no esporte brasileiro: a CBD.

O próprio Poder Executivo Federal promoveu, ainda em 1936, uma intervenção sobre a CBD que resultou na escolha de Luiz Aranha para a presidência da entidade. A escolha de Aranha foi dada por meio de uma eleição, mas Sarmento¹⁵⁶ aponta que as urnas eram apenas uma fachada intervenção do Governo Federal na CBD.

Luiz Aranha tinha participado ativamente da Revolução de 1930 e foi uma das principais lideranças a apoiar o endurecimento e a centralização que marcariam o governo Vargas, a partir de 1935. Era um homem de confiança do presidente da República e por isso foi alçado ao cargo de regente do Conselho Administrativo da CBD – o que lhe dava poderes

¹⁵⁴ Relatório sobre a situação esportiva do Brasil, op. cit. Conferir anexo

¹⁵⁵ Relatório sobre a situação esportiva do Brasil, op. cit. Conferir anexo

¹⁵⁶ Cf. Sarmento, op. cit., pp. 57-8.

superiores inclusive aos do presidente da CBD – em 1933, e posteriormente à Presidência da entidade, em 1936.

Respalado pelo Presidente da República, Luiz Aranha era o incumbido de conduzir o processo de centralização do comando esportivo nacional.

O maior dilema a ser resolvido por Aranha – todos sabiam – era o dissídio esportivo, produzido a partir de tendências de Mercado que eram representadas na figura de Arnaldo Guinle num regime de Esporte em Sociedade Civil controlado pela própria CBD.

No momento em que Aranha assumiu o comando da CBD, os maiores problemas vividos pela entidade eram dois: por meio da FBF, Arnaldo Guinle estava reunindo em uma entidade paralela e concorrente os clubes de futebol profissional do Brasil, o que representava uma ameaça política e econômica para a entidade. Além disso, no contexto dos problemas tidos durante os Jogos Olímpicos de Berlim, uma série de federações especializadas passaram a manifestar seu interesse em desmembrar-se da CBD, como se pode notar no excerto abaixo, retirado de um documento assinado pelas Federações de Remo, Tênis, Natação, Atletismo e Basquete do estado de São Paulo.

A Confederação Brasileira de Desportos continuará a superintender todos os esportes na parte relativa à centralização dos mesmos, para efeito das relações internacionais. Cada ramo de esporte, que terá vida própria, será dirigido, técnica e administrativamente, por uma federação nacional especializada, que se regerá por leis adequadas a serem elaboradas e estudadas oportunamente, a qual será constituída pelas federações ou ligas estaduais.¹⁵⁷

A missão de Aranha era restaurar o respeito e a credibilidade da CBD perante as federações e clubes esportivos do país, e dessa forma recentralizar o poder esportivo que tinha se dispersado nos anos anteriores. Com esse propósito, já em 1937, reuniu-se com Guinle e outros representantes da dissidente FBF para propor-lhes uma trégua, cujos termos seriam os seguintes: de um lado, a FBF seria incorporada à estrutura institucional da CBD, com autonomia para gerir o futebol de clubes profissionais no Brasil sem reservas; do outro, caberia exclusivamente à CBD a gestão do futebol da Seleção Nacional de futebol.

A proposta de Aranha a Guinle representa muito mais do que uma conciliação entre uma entidade até então gestora de esportes amadores e o principal protagonista do movimento profissionalista no futebol brasileiro: significa a relativa marginalização de elementos de

¹⁵⁷ Trecho do documento assinado por representantes das federações de remo, tênis, natação, atletismo e basquete do estado de São Paulo, propondo assim uma revisão nos estatutos da CBD. apud MAZZONI, Tomás. *História do Futebol no Brasil*. P.264.

Esporte em Sociedade Civil em detrimento de elementos emergentes de Esporte de Estado e Esporte para Mercado: ao delegar a Guinle e ao *staff* da FBF a gestão do futebol de clubes no Brasil, Aranha acenava o reconhecimento das demandas de Mercado, presentes por meio de Guinle no futebol brasileiro desde 1933; era o atestado de que Guinle havia derrotado o amadorismo no futebol brasileiro.

Mediante cessão da gestão do futebol de clubes à FBF, Aranha garantiu a renúncia de Guinle aos propósitos de comandar politicamente também a Seleção brasileira, agora inexoravelmente nas mãos da CBD. A proposta de consenso aprovada por Aranha e Guinle encerrou, portanto, o regime de Futebol em Sociedade Civil nos grandes clubes de futebol e na Seleção brasileira: os primeiros tornaram-se livres para caminhar na direção do Mercado; a segunda havia ficado sob os cuidados do Estado.

Com a legalização do futebol profissional no Brasil, foi então criada no Rio de Janeiro a *Liga de Futebol do Rio de Janeiro*, que reuniu todos os clubes – profissionais ou não – do estado. Da mesma forma, em São Paulo, foi criada a *Liga de Futebol do Estado de São Paulo*, que exerceu o mesmo papel. Cada uma dessas duas ligas passou a possuir, a partir de então, autonomia para organizar seus respectivos torneios¹⁵⁸.

A trégua negociada entre Aranha e Guinle pôs fim ao *dissídio esportivo*, caracterizado pela hegemonia do regime de Esporte em Sociedade Civil e suas disputas com atores com inclinações para o Mercado no futebol.

Já foi afirmado anteriormente que, além de Guinle, outro ator que teve protagonismo na promoção das tendências de Mercado no futebol brasileiro foi José Padilha, presidente do Flamengo, que aumentou significativamente o patrimônio físico e a quantidade de sócios de seu clube nos primeiros anos de gestão, e no futebol tinha o intuito de alçá-lo ao posto simbólico de *Clube da Nação*, posto ainda ocioso a despeito do interesse popular – e também estatal, de 1936 em diante – no esporte.

Ciente da afinidade de seus propósitos para seu clube e dos propósitos políticos do governo Vargas para os esportes no país, já em 1936 Padilha iniciou seus esforços para trazer a simpatia do presidente da República para seu clube. Um dos principais meios utilizados para a consecução desse objetivo foi o *Jornal dos Sports* de Mário Filho, do qual era sócio.

O JS se esforçou para criar junto a GV a imagem de “defensor do Flamengo”. O primeiro esforço nesse sentido se deu logo após o encerramento dos jogos em Berlim, no dia 9 de julho de 1936. Nesse dia, Padilha convidou Vargas para receber o título de presidente de

¹⁵⁸ Cf. Sarmiento, op. cit., p. 59.

honra do Flamengo. Na cerimônia, Vargas elogiou a equipe de regatas do clube e sua participação na Olimpíada. O detalhe é que a equipe de regatas do Flamengo tinha ido à Alemanha por meio do COB, entidade que rivalizava com a CBD que, à época, possuía contatos mais próximos com o Estado do que o próprio COB ou o próprio Flamengo. Nesse contexto, a fala de Vargas desmoralizou os dirigentes da CBD¹⁵⁹, o que despertou simpatia em parte de dirigentes e torcedores do clube da Gávea.

O capítulo da visita de Vargas ao Flamengo para a outorga do título de Presidente de Honra do Clube foi apenas um entre os diversos atos promovidos por Padilha no sentido de vincular o clube a Getúlio Vargas e à ideologia varguista. Outro ato nesse sentido foi uma campanha promovida por Flamengo e JS, em outubro de 1936, quando foi organizado o canto do Hino Nacional de forma voluntária antes de um jogo contra o Fluminense.¹⁶⁰

Possivelmente, a ação publicitária mais eloquente no sentido de atrelar ao Flamengo a representação esportiva da ideologia nacionalista varguista foi quando o JS lançou um concurso fotográfico cujo tema era “*Uma vez Flamengo, sempre... Tudo pelo Brasil*”. Além dessas, em fevereiro de 1937, numa parceria entre *Jornal dos Sports* e *O Globo*, foi lançado um concurso cujo escopo era a associação das palavras *Flamengo* e *Brasil*, que permitia a participação de crianças de até 15 anos¹⁶¹.

A exaltação do sentimento nacionalista era a principal marca das campanhas midiáticas do clube, que além disso enfatizavam o progresso da “raça” brasileira¹⁶² por meio da atividade física. O clube era colocado como um promotor do desenvolvimento das virtudes do povo brasileiro, em todos os aspectos. Nas palavras do próprio Padilha, “*O Flamengo trabalha para a Pátria*”¹⁶³.

Principal veículo de propaganda flamenguista, o JS se converteu no canal de divulgação e propaganda de um projeto de popularização e de nacionalização do futebol, que, além de promover o interesse do Estado levando o futebol para o imaginário popular como forma de fomentar o amor à Pátria e a adesão a um novo projeto de país, articulava isso aos interesses dos três sócios (a saber: Padilha, Guinle e Roberto Marinho) do jornal, pois defendia o profissionalismo em detrimento do amadorismo (Guinle e Padilha), promovia o Flamengo como um clube popular (Padilha) e vinculado à Nação (Padilha e Estado), fomentando o

¹⁵⁹ Cf. JS, 10 de julho de 1936. Apud Coutinho, op. cit., p. 81.

¹⁶⁰ Cf. Coutinho, op. cit., pp. 41-5

¹⁶¹ Cf. Coutinho, op. cit., pp. 86-7.

¹⁶² Cf. Coutinho, op. cit., p. 85.

¹⁶³ Transcrição e fala de José Padilha, presidente do Flamengo, feita pelo JS em 13 de fevereiro de 1937. Apud Coutinho, op. cit., p. 85.

nacionalismo (Estado) e o amor ao futebol (todos), gerando muito lucro (Marinho e Filho) e sob uma linguagem popular, passional e parcial (Filho), que em sua linha editorial exaltava o esporte como símbolo da brasilidade popular (Estado, Padilha e Filho), integrando *via* esporte o novo país que se formava sob a batuta de Getúlio Vargas.

O público leitor do *JS* era, portanto, exatamente o mesmo que tanto Padilha quanto Vargas tinham a intenção de atingir com seus discursos populares e nacionalistas ao redor do Flamengo e do Brasil, respectivamente.

Os méritos de Padilha em colocar o Flamengo como o genuíno representante do Brasil Novo podem ser divididos em duas linhas: a linha de ação interna ao clube e a linha de ação externa ao clube. Tudo o que envolveu os contatos com o Estado, doações de terreno e empréstimos de dinheiro, além das campanhas publicitárias com o *JS* e *O Globo* dizem respeito ao nível de ação exterior ao Flamengo. No nível interior, o mérito de Padilha foi convencer seus pares a retirar de si o *ethos* da distinção e da notabilidade da elite carioca para dirigir-se às pessoas humildes que não faziam parte do cenário esportivo brasileiro e, até 1930, sequer direito a voto tinham. O Flamengo foi o único clube da capital federal que, ainda antes do Estado Novo, se dispôs a se apresentar como clube *popular*, num momento em que essa alcunha poderia ser escarnecedoramente vergonhosa perante os outros clubes da elite carioca. Não surpreende que o Estado varguista tenha sido tão prestativo com o Flamengo popular e nacionalista que Padilha construiu entre 1933 e 1937.

A propaganda flamenguista não se limitava ao *JS*. Nas transmissões radiofônicas, o único clube que era referido pelo *JS* e pelas transmissões esportivas comandadas por Ary Barroso como o “time do povo brasileiro” ou como o “time da Nação brasileira”, era o Flamengo¹⁶⁴; nenhum outro clube fora tratado pela mídia como representante da nacionalidade popular que se forjava nos anos 1930 como o Flamengo .

O novo Flamengo era, na cabeça de Padilha, Barroso, Filho e todos aqueles que contribuíram para o estabelecimento desse clube, o representante futebolístico do *Brasil Novo*. Não era um clube como os outros, mas a consolidação de um projeto político que trazia a simpatia da massa popular para a ideologia de Estado que estava sendo gestada e aplicada durante a década de 1930 no Brasil. Ser torcedor do Flamengo não significava possuir simpatia por um clube como todos os outros, mas sim dar suporte a um projeto popular-nacionalista de poder. Em última instância, significava ser nacionalista e antielitista.

¹⁶⁴ Cf. Coutinho, op. cit., p. 52.

Padilha deu significado político à torcida de seu clube, o qual foi levado para todos os cantos do Brasil, fosse nas palavras de Mário Filho e dos outros colunistas do *JS*, fosse na voz de Ary Barroso nas transmissões radiofônicas dos jogos.

2.5. O Estado se aproxima ainda mais do comando do esporte

Sob a batuta de Luiz Aranha, o futebol brasileiro passou por um rápido processo de reestruturação. Conforme foi visto anteriormente, uma de suas primeiras medidas foi absorver a FBF de Arnaldo Guinle na estrutura institucional da CBD, entidade da qual (ele, Aranha) era presidente por influência de Getúlio Vargas. O preço pago por Aranha para convencer Guinle a subordinar sua entidade à CBD foi o reconhecimento da legalidade da prática de futebol profissional no Brasil.

O reconhecimento da legalidade do futebol profissional por parte da CBD alterou rapidamente as relações de poder no futebol brasileiro. Se, em 1934, o Botafogo – por meio de seu presidente, Rivadávia Meyer –, único grande clube remanescente no regime amador, teve por esta razão praticamente exclusividade na convocação de jogadores para a Seleção brasileira, quatro anos depois todos os clubes brasileiros eram elegíveis para ter jogadores representando a Nação. Tal possibilidade ampliava de forma sensível as possibilidades de escolha da comissão técnica, e criava condições para a montagem de um time mais competitivo.

Além disso, o estabelecimento do *Jornal dos Sports*, no Rio de Janeiro, d'A *Gazeta Esportiva*, na cidade de São Paulo, associado à difusão do rádio como meio de comunicação em massa, permitiam que as emoções do futebol fossem propagadas país adentro de forma muito mais direta e eficiente. Não é equivocado afirmar que, em 1938, o futebol já era, sem margem para questionamentos, o *esporte do povo* no Brasil. Isso se dava não somente pelo interesse popular no jogo, mas também pelo protagonismo de elementos provindos das classes populares dentro de campo, como Leônidas da Silva, o ícone da época.

Tendo Getúlio Vargas agido no sentido de conferir uma hierarquização de poder clara e minimamente eficiente ao esporte brasileiro, ainda no ano de 1936, quando conduziu Luiz Aranha à presidência da CBD, pode-se dizer que o futebol brasileiro teve aproximadamente dois anos para a preparação para a Copa do Mundo de 1938 e, assim, para apagar a péssima impressão deixada na Itália de Mussolini quatro anos antes.

A Copa de 1938 foi o primeiro evento esportivo de alcance mundial no qual a influência varguista sobre os esportes se evidenciou. O fim do dissídio esportivo e a possibilidade de formação de uma equipe realmente forte para representar o país na França animavam não somente os torcedores brasileiros, mas também a mídia esportiva, que enxergava no evento a primeira Copa do Mundo na qual o time brasileiro chegaria com chances efetivas de ganhar o título.

A expectativa gerada ao redor da competição fez com que jornais esportivos organizassem campanhas para pagar viagens de torcedores para a Europa. A própria CBD organizou a “campanha do selo”, cujo intuito era financiar a viagem da delegação para a França em troca de concorrer a uma passagem para ir assistir os jogos¹⁶⁵.

[...] os jornais utilizaram inúmeras páginas para noticiar o acontecimento. Edições extras foram publicadas. Concursos foram organizados para escolher os torcedores que iriam a Paris. Novos periódicos surgiram, como a revista *Sport Ilustrado*. Já a rádio Club do Brasil se organizou para irradiar diretamente da França as partidas da seleção para todo o país. [...] A irradiação foi custeada pelo Cassino da Urca e pelo jornal *O Globo*, com gastos divididos ainda com as rádios retransmissoras de cada estado.¹⁶⁶

O torneio de 1938 foi a primeira Copa do Mundo na qual os jogos da Seleção Brasileira foram transmitidos ao vivo pelo rádio. Isso permitiu que, pela primeira vez, os brasileiros pudessem acompanhar o desempenho de seus compatriotas em terras ultramarinas praticamente em tempo real.

Foi a primeira vez que o potencial político do futebol se realizou no Brasil. O país, literalmente, parou. As pessoas entravam praticamente em estado de transe:

Moças, rapazes, saindo em bandos rumorosos dos escritórios centrais, vinham para a Avenida e abandonavam-se às mais contagiosas demonstrações de alegria. E faziam roda como crianças: e isso ao coro de “Brasil!, Brasil!, Brasil!”. Imaginem a alegria dessa gente moça e entusiasmada cirandando pela Avenida Central.¹⁶⁷

A conexão entre torcedores e “Brasil” foi tão grande que se chegou a relatar inclusive ataques cardíacos, paradas respiratórias e outros tipos de mal súbito ocorridos em decorrência das partidas da Seleção Nacional na França: “O popular Agenor Palmeira, preso de grande emoção pela vitória dos brasileiros, foi acometido de uma síncope. Conduzido para a Assistência, ao se reanimar, as suas primeiras palavras foram: “Viva o Brasil! ”.”¹⁶⁸

Infelizmente, para toda a torcida brasileira, a equipe foi eliminada do torneio na fase semifinal, após polêmico jogo contra a Itália, que se sagraria campeã sobre a França, na disputa final. Contudo, o maior vitorioso da Copa de 1938 em terras brasileiras foi o governo Vargas, que conseguiu ver nas ruas a corporificação do discurso nacionalista que vinha proclamando desde sua entrada no poder, em 1930.

¹⁶⁵ Cf. Souza, op. cit., p. 62.

¹⁶⁶ Souza, op. cit., p. 62.

¹⁶⁷ JS, 15 de junho de 1938. Apud Souza, op. cit., p. 66.

¹⁶⁸ Diário de Pernambuco, 15 de junho e 1938. Apud Souza, op. cit., p. 66.

A comoção popular em torno da seleção de futebol mostrou que os corações dos brasileiros foram conquistados pelo orgulho nacional¹⁶⁹, e que o esporte havia sido um veículo essencial para o desenvolvimento e a expressão desse sentimento.

A Copa de 1938 foi jogada num momento em que havia uma disputa entre os interesses de Estado e os orientados para Mercado no futebol brasileiro. O primeiro elemento dessa disputa foi a legalização do profissionalismo, que visava tornar os clubes nacionais mais competitivos especialmente em relação aos vizinhos platinos, que já tinham um regime profissional de futebol há tempos e eram destino comum de profissionais brasileiros que queriam fazer dinheiro. O segundo elemento dessa disputa foi o efeito político percebido pelo Estado brasileiro a partir da Copa do Mundo de 1938, o que gerou no governo Vargas o desejo de administrar não somente a Seleção Nacional de futebol – o que já estava sob a alçada de Aranha, um homem leal a Vargas – mas também tudo o que envolvesse o futebol de alto nível no país.

Cabe nesse contexto a lembrança de que a legalização do futebol profissional em 1937 foi uma concessão feita por Aranha em nome de um bem maior, o fim do dissídio esportivo no Brasil. O profissionalismo era defendido por algumas vertentes, mas não a primazia do Mercado (de forma que pudesse deixar os próprios interesses do Estado em segundo plano, queremos dizer). A primazia do Mercado no esporte, aliás, já era apontada pelo próprio informante JA como uma ameaça para os interesses do Estado no esporte, como se pode averiguar no excerto abaixo:

O esporte no Brasil, em sua forma moderna, surge como criação das classes liberais estrangeiras e do comércio, localizadas definitiva ou provisoriamente em nossas cidades. (...) Observando o surto do esporte no Brasil, facilmente verificamos que não apresenta a menor característica nacional. É criação colonial pura.¹⁷⁰

A primazia do profissionalismo no futebol brasileiro tendia a tornar os clubes de futebol entidades interessadas na captação de recursos para a criação de equipes competitivas, e formação de ligas e campeonatos lucrativos, como havia sido a tentativa do torneio *Rio-SP*, disputado nos anos de 1933 e 1934 pelos clubes profissionais do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro.

A despeito das potenciais vantagens competitivas que poderiam ser geradas no futebol brasileiro a partir da instituição de um regime de Futebol para Mercado, o Estado brasileiro não

¹⁶⁹ Cf. Souza, op. cit., p. 67.

¹⁷⁰ Cf. Relatório sobre a situação esportiva do Brasil, 1937, op. cit. Conferir anexo.

enxergava grandes benefícios para si dentro de uma estrutura de Futebol para Mercado no país, mesmo na situação hipotética de esta estrutura funcionar de forma perfeitamente eficiente.

A avaliação de JA, por exemplo, era que o comando do esporte no Brasil não deveria atender aos interesses privados dos clubes, mas sim aos interesses da Nação. Isso significa que, de acordo com aquele parecerista, o fim do dissídio esportivo e a pacificação da CBD não eram suficientes para dar um rumo nacional aos esportes brasileiros; faltava ainda evitar que o processo de *mercantilização* do esporte atingisse níveis que pudessem ser inconvenientes para o propósitos políticos do Estado:

[A mercantilização do esporte] Em toda sua posição se afasta da concepção nacionalista ou mesmo da finalidade eugênica. Passa a ser não já o “mens sana in corpore sano”, mas tão somente centro de diversões, mais ou menos mercantilizado.
171

O trecho acima aponta para dois eixos principais: o primeiro é a defesa do regime de Esporte em Sociedade civil como prática a ser difundida de forma maciça entre as classes populares, de modo a promover o desenvolvimento da raça. Isso se conecta de forma muito íntima ao que era defendido em Alemanha e Itália, especialmente os períodos que antecederam a Segunda Guerra Mundial. Cabe lembrar que é justamente na experiência destes dois países que JA mira para fazer recomendações ao governo brasileiro.

O segundo eixo é uma franca crítica à mercantilização do esporte, ou o que podemos chamar de implantação do regime de Esporte para Mercado. A legalização do esporte profissional contribuiu para a conversão do esporte – notadamente o futebol – num espetáculo para entretenimento, o que o distanciava em muito da noção de instrumento para treinamento e preparação física dos cidadãos, que por meio dele poderiam preparar fisicamente seus corpos para torná-los mais saudáveis, dispostos, disciplinados e aptos ao trabalho, além de contribuir para o desenvolvimento da raça e até para o serviço militar, se necessário.

O Esporte para Mercado, profissionalizado, direcionado para o deleite das massas populares representava, dessa forma, a completa subversão dos ideais pensados pelos ideólogos do governo em relação ao esporte: por um lado, centralizava a atividade esportiva em cidadãos notáveis, atraindo a atenção do público, que – no entender de analistas do governo – acabava optando por assistir disputas esportivas ao invés de praticar esportes. Além disso, mesmo os esportes de massa não inspiravam seus praticantes a aderir-los pelo espírito olímpico, mas por dinheiro. É o pior dos dois mundos da ótica de JA: por um lado, a grande massa prefere ser

¹⁷¹ Cf. Relatório sobre a situação esportiva do Brasil, 1937, op. cit. Conferir anexo.

espectadora a praticante de esportes; por outro, os poucos que praticam são atletas notáveis que o fazem por dinheiro e não por amor à atividade.

2.6. A mídia esportiva simpática ao Esporte de Estado

A proposta de criação de um regime de Esporte de Estado, feita por JA em seu relatório, datado de janeiro de 1937, não encontrou muito respaldo no *Jornal dos Sports*. Este é um dado relevante, porque em 1937 o JS já estava consolidado como a voz mais importante do jornalismo esportivo impresso. Em relação a seus concorrentes de fora do Estado da Guanabara, tinha a enorme vantagem de estar sediado na capital federal, que era também a cidade mais populosa do país. Em relação a seus concorrentes da cidade do Rio de Janeiro, tinha a vantagem de ser propriedade de alguns dos homens mais poderosos e influentes da cidade (a saber, Roberto Marinho, José Padilha, Arnaldo Guinle), além de contar com uma rede de colaboradores de muito poder e prestígio nos esportes brasileiros. Boa parte deles era inclusive vinculada ao Poder Executivo Federal pela figura do Presidente Getúlio Vargas. Entre as figuras mais prestigiosas presentes no quadros do *Jornal dos Sports*, podem ser mencionados¹⁷²:

1. João Lyra Filho¹⁷³, professor e reitor da Universidade do Estado da Guanabara (atual UERJ), vinculado ao Botafogo FR, clube do qual foi presidente entre 1940 e 1941. Não possuía muita simpatia pelo profissionalismo no futebol, mas enxergava o esporte como *locus* de exercício do nacionalismo e da formação do amor à Pátria. Por esta razão, ainda em 1941, foi escolhido por Gustavo Capanema, Ministro da Educação de Getúlio Vargas, para presidir o Conselho Nacional de Desportos (CND), tornando-se o primeiro Presidente da referida entidade. Era aliado de Rivadávia Meyer, quando Guinle rompeu com a AMEA, em 1933, no capítulo que deu início ao dissídio esportivo.
2. José Lins do Rego¹⁷⁴, influente literato que, por indicação de Carlos Drummond de Andrade – então chefe de gabinete de Gustavo Capanema, o ministro da Educação e Saúde de Getúlio Vargas –, foi indicado para tornar-se funcionário do CND.
3. Manuel do Nascimento Vargas Neto¹⁷⁵, sobrinho do então Presidente Getúlio Vargas. Foi, por uma década, Presidente da Federação Metropolitana de Futebol (FMF).

¹⁷² Cf. HOLLANDA, Bernardo Buarque Borges de. *O cor-de-rosa: ascensão, hegemonia e queda do Jornal dos Sports entre 1930 e 1980*. In: *O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil*. Bernardo Borges Buarque de Hollanda e Victor Andrade de Melo (org.). Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora Ltda, 2012. Pp. 91-6.

¹⁷³ Cf. Hollanda 2012, op. cit., p. 92.

¹⁷⁴ Cf. Hollanda 2012, op. cit., p. 93.

¹⁷⁵ Cf. Hollanda 2012, op. cit., p. 94.

4. Luiz Gallotti¹⁷⁶, foi Deputado Federal e interventor do estado de Santa Catarina. No campo jurídico, foi Procurador-Geral da República, Ministro do Supremo Federal e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Participou da gestão do CND ao lado e João Lyra.

Como se pode notar, todas as pessoas mencionadas possuíam algum vínculo com o Estado varguista, o que sugere a existência de laços de cooperação e confiança entre alguns ramos da elite política do Estado varguista e os comandantes do *Jornal dos Sports*. A despeito dessa proximidade, a linha editorial do *JS* seguia uma tendência que era mais facilmente associável à lógica de Mercado do que à lógica de Estado.

Embora o jornal de Mário Filho apresentasse e defendesse firmemente uma ideologia popular e nacionalista para os esportes brasileiros, sua técnica jornalística para alavancar vendas e repercussão era o vasto uso de recursos sensacionalistas, como o fomento de polêmicas, rivalidades e discussões de todas as ordens. A característica editorial popular e polemista do *JS* afastava-o do perfil de um veículo de imprensa característico de um regime de Esporte de Estado.

Como foi visto no capítulo anterior, em relação aos regimes nazifascistas, quando o regime de Esporte de Estado foi instituído naqueles países, uma das primeiras medidas adotadas que diz respeito à mídia esportiva foi seu imediato controle por órgãos do Estado, no sentido de direcionar a abordagem que seria conferida pela mídia esportiva ao desporto nacional. No caso do *JS*, seria necessário implementar uma série de mudanças para que ele se enquadrasse nesses termos, e deve-se refletir se Filho estaria disposto a abrir mão de sua autonomia editorial para adequar-se a uma linha editorial conveniente aos propósitos de um regime de Esporte de Estado.

As divergências ideológicas entre Filho e os propósitos anunciados por JA para um regime de Esporte de Estado no Brasil abriram espaço para que outro jornal esportivo assumisse o protagonismo durante o período da ditadura varguista. Esse espaço foi ocupado pelo jornal impresso *A Gazeta Esportiva*, editado pelo ítalo-brasileiro Thomaz Mazzoni, sediado na cidade de São Paulo.

Mazzoni ocupava, na capital paulista, uma posição social funcionalmente equivalente à de Mário Filho: editor-chefe do jornal esportivo com maior circulação da cidade, com bom trânsito pessoal entre políticos, dirigentes de clubes e da própria CBD. Tinha profundo

¹⁷⁶ Cf. Hollanda 2012, op. cit., p. 95.

conhecimento da experiência de Futebol de Estado na Itália fascista, e apresentava-a por muito tempo como o exemplo ideal de regime de esporte a ser seguido pelo Brasil. Por possuir uma postura francamente favorável ao controle estatal dos esportes, era titubeante em relação à questão do profissionalismo no futebol, já que sua premissa era a de que os interesses do Mercado no futebol deveriam estar submetidos aos da sociedade, representada pelo Estado – em sua perspectiva pessoal.

A principal diferença entre Mazzoni e Mário Filho diz respeito ao olhar que cada um deles possuía em relação ao papel que o Estado deveria ter sobre os esportes de um país. Mário Filho possuía, como desenvolvido anteriormente, uma visão de esporte que pendia para o Esporte para Mercado. Sua linha editorial era essencialmente orientada para as vendas. Era defensor do crescimento do futebol brasileiro, mediante profissionalismo dos jogadores. Via na popularização do esporte uma forma de alavancar seus lucros e também de levar adiante os interesses possuídos por alguns de seus sócios no mundo do esporte, especialmente José Padilha e Arnaldo Guinle.

Mário Filho concebia o esporte como instrumento de integração social interclassista e inter-racial; Mazzoni o concebia como um elemento construtor de *moralidade*, isto é, o esporte como elemento de transformação pedagógica daquele que o pratica e/ou assiste. A oposição entre as ideologias esportivas de Mário Filho e Mazzoni é comparável à existente no início da década entre o próprio Mário Filho e Netto Machado nas páginas d’*O Globo*, embora o jornal de Mazzoni não abordasse o esporte com o viés aristocrático de Netto Machado.

O editor-chefe da *GE* condenava a utilização dos meios de comunicação esportivos como forma de fomento de rixas e rivalidades interclubísticas, interestaduais ou mesmo pessoais – quando referentes a dois dirigentes ou dois jogadores –, pois ele estendia à imprensa a missão moralizadora presente na concepção de esporte defendida por ele. Segundo essa concepção, a imprensa não deveria insuflar os ânimos de dirigentes, jogadores e torcedores rivais, mas fomentar a comunhão entre todos para a conquista de um bem maior: a harmonia e o sucesso do esporte brasileiro.

O ideal de Mazzoni pela moralidade no esporte o levou a ir além das páginas do jornal. No ano de 1939, por exemplo, ele publicou um livro, intitulado *Problemas e Aspectos do Nosso Futebol*¹⁷⁷, no qual, a partir de sua perspectiva, apontava todos os aspectos falhos do futebol nacional e a solução que lhe parecia mais eficiente. Entre diversas críticas, seus alvos mais

¹⁷⁷ MAZZONI, Thomaz (sob o pseudônimo *Olimpicus*). *Problemas e aspectos do nosso futebol*. São Paulo: A Gazeta, 1939.

constantes são o espírito clubista ou faccioso dos dirigentes esportivos brasileiros e o instinto sensacionalista de parte significativa da imprensa esportiva. Sobre o facciosismo dos dirigentes esportivos, Mazzoni escreve:

O presidente de um nosso clube [...], quando é necessário, atira-se contra as próprias entidades superiores, desrespeita leis, provoca cisões, faz uso do Judiciário, enfim, o presidente clubista é sem tirar nem pôr o chefe da tribo, cuja única política que adota consiste em exterminar o próximo, julgando que resulta em progresso próprio.¹⁷⁸

Sobre o sensacionalismo de parte da mídia esportiva:

[...] Se a imprensa foge de sua verdadeira missão, se é escandalosa e perniciosa, envenena o ambiente. Os jogadores vão a campo mal-intencionados, os torcedores ficam de prevenção contra tudo que não seja do seu lado, degeneram, e a tara da indisciplina, que é horivelmente antiesportiva quando se manifesta no futebol indígena (sic), tudo desvirtua, tudo arruína.¹⁷⁹

Mazzoni reconhecia a mídia esportiva como um ator cujo comportamento influenciava de forma decisiva o desempenho do esporte brasileiro. Em sua compreensão, a mídia esportiva era tão responsável pelo fomento das boas práticas no esporte quanto todos os outros atores envolvidos, inclusive técnicos, jogadores e dirigentes. O editor da *GE* conseguia enxergar o "lado bom" e o "lado mau" da imprensa esportiva, e esforçava-se para que seu veículo fosse sempre reconhecido como a "boa imprensa esportiva do Brasil", como pode ser conferido na seguinte citação:

A boa imprensa esportiva do Brasil tem combatido essa tara [clubismo, indisciplina, e etc.]. Às vezes esse trabalho tem sido inútil, mas outras vezes tem feito milagres para o nosso meio, sempre desde muito tempo afetado de maus educadores e orientadores na imprensa especializada, os quais são, em grande parte, culpados pela atrasada mentalidade, pelos maus hábitos, pela nossa indisciplina esportiva.¹⁸⁰

Possivelmente, o principal marcador prático de diferenças entre as concepções de esporte vislumbradas pelo carioca e pelo ítalo-brasileiro pode ser avaliado no período do dissídio esportivo. Do lado do Rio de Janeiro, Mário Filho era um dos maiores fomentadores do movimento ao lado de alguns jogadores e de seus sócios Arnaldo Guinle e José Padilha. Do lado paulista, Mazzoni ressentia-se dos prejuízos esportivos de ordem nacional causados pela briga entre amadoristas e profissionalistas, e clamava por uma ordem de consenso que trouxesse sucesso e progresso para o esporte brasileiro.

¹⁷⁸ Mazzoni, *Problemas e aspectos*, p. 179.

¹⁷⁹ Mazzoni, *Problemas e aspectos*, p. 31.

¹⁸⁰ Idem.

Não é necessária muita reflexão para concluir que a postura de Mazzoni era muito mais simpática aos propósitos do Estado do que a de Mário Filho. A proximidade de Mazzoni com os valores estatais para o esporte ganhou um importante atestado em 1938, quando por ocasião do encerramento da Copa do Mundo o editor da *GE* publicou o livro *O Brasil na Taça de 1938*, cujo *Prefácio* foi escrito pelo próprio presidente da CBD, Luiz Aranha¹⁸¹.

É pertinente pontuar que Mário Filho, à época muito mais influente que Mazzoni, também esteve na França para a cobertura esportiva da Copa de 1938. O fato de o presidente da CBD, homem de confiança de Vargas, ter tomado parte na publicação do paulista é um indicador do início de uma mudança na correlação de forças entre Estado brasileiro e mídia esportiva ao final da década de 1930.

O *Jornal dos Sports* tinha, tal como *A Gazeta Esportiva*, uma linha editorial de perfil bastante nacionalista. No jornal carioca, o nacionalismo se manifestava com um viés popular-integracionista via esporte, notadamente o futebol. No jornal paulista, o nacionalismo se manifestava de forma moralista. O carioca era franco defensor do regime profissional de futebol. O paulista tinha simpatia pela ética do esporte amador.

Mazzoni expressava seu nacionalismo de forma idealista, no sentido de acreditar no progresso do esporte nacional e colocar seu jornal a serviço dessa proposta. Estava genuinamente interessado no desenvolvimento do esporte no país e se incomodava profundamente com os desmandos ocorridos no campo esportivo brasileiro entre os anos 1920 e o início dos anos 1930. Por outro lado, Mário Filho estava fazendo muito dinheiro para si e para seus sócios com o estilo sensacionalista de seu jornal, e não tinha pudor em fomentar a polêmica e a discórdia, externando em seu jornal os pontos de vista mais diversos e controversos.

O protagonismo de Mazzoni na mídia esportiva em nível nacional tornou-se mais evidente quando o regime de Esporte de Estado foi definitivamente instalado no Brasil.

¹⁸¹ Cf. *A Gazeta Esportiva*, dia 15/08/1938, p. 3.

2.7. A instituição do regime de Esporte de Estado no Brasil

O regime de Esporte de Estado foi instituído oficialmente no Brasil em abril de 1941, por meio do decreto de nº3199, publicado no *Diário Oficial da União* pelo presidente Getúlio Vargas. A principal medida desse decreto foi a criação de uma entidade vinculada ao Ministério da Educação e Saúde – chefiado por Gustavo Capanema – que teria a função de organizar a prática e os eventos esportivos em território brasileiro em conformidade com os interesses de seu Estado. O nome dado a esta nova entidade foi Conselho Nacional de Desportos (CND, daqui em diante). Entre os Artigos mais importantes do referido decreto, podem ser citados os seguintes:

Art. 1º Fica instituído, no Ministério da Educação e Saúde, o Conselho Nacional de Desportos, destinado a orientar, fiscalizar e incentivar a prática, dos desportos em todo o país.

Art. 12. As confederações, imediatamente colocadas sob a alta superintendência do Conselho Nacional de Desportos, são as entidades máximas de direção dos desportos nacionais.

Art. 27. Nenhuma entidade desportiva nacional poderá, sem prévia autorização do Conselho Nacional de Desportos, participar de qualquer competição internacional.

Art. 34. Em toda praça de desportos, haverá lugar próprio para alojamento das autoridades policiais incumbidas de manter a ordem durante as competições.

Art. 36. Não poderão promover exibições públicas de qualquer modo remuneradas, as entidades desportivas que não sejam direta ou indiretamente vinculadas ao Conselho Nacional de Desportos.

Art. 40. As exibições públicas, promovidas pelas entidades desportivas filiadas direta ou indiretamente ao Conselho Nacional de Desportos, serão isentas de quaisquer impostos ou taxas federais devendo as autoridades estaduais e municipais expedir os atos necessários a todas as isenções da mesma natureza.

Art. 46. Toda a matéria relativa à organização desportiva do país deverá ser regulada por lei federal.¹⁸²

Como se nota nos artigos do Decreto nº 3199 mencionados, a criação do CND e a delegação de poder praticamente total a esta entidade para a gestão dos esportes em nível nacional promoveu a centralização do comando do esporte brasileiro, deixando margem mínima para a ação de atores privados, como dirigentes, clubes e federações.

É notável como uma de suas principais inspirações é o cerceamento da possibilidade de um novo dissídio esportivo em território brasileiro. Outro propósito claro do decreto é deixar na mão do Estado o controle sobre praticamente todos os eventos esportivos realizado em solo nacional. Segundo Manhães¹⁸³, a criação do CND foi o marcador final do ingresso dos esportes dentro da lógica corporativista de GV.

¹⁸² Texto original do Decreto nº3199 de 1941, disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹⁸³ MANHÃES, Eduardo Dias. *Política de Esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

[Estado] corporativizador pressupõe a intervenção do Estado na dinâmica e no funcionamento das entidades civis, superpondo o público ao privado em nome da *harmonia social*, cuja base é a ilegitimidade do conflito como forma de convivência e, consequentemente, do pluralismo.¹⁸⁴

Mesmo tendo um homem de confiança do Estado – Luiz Aranha – em seu comando desde 1936, a CBD ainda era uma entidade relativamente porosa às demandas de atores com interesses diversos em relação aos do Estado, como clubes e federações interessados na profissionalização e na implementação de práticas de Mercado. Nesse sentido, a criação do CND significou a majoração da influência do Estado sobre as questões do esporte nacional e a minoração do poder dos outros atores, notadamente os mais afeitos às tendências de Mercado.

A contenção das tendências de Mercado no esporte brasileiro foi um dos principais propósitos da instituição do regime de Esporte de Estado no Brasil. Desde o relatório de JA já havia a menção aos potenciais prejuízos para o Estado que as práticas de Mercado no esporte poderiam trazer. No decreto nº 3199, as movimentações para Mercado passam a ser submetidas à conveniência para os propósitos estatais, como o esporte, conforme pode ser notado no Artigo 48, cujo texto proíbe o investimento em clubes esportivos com vistas à obtenção de lucro: “Art. 48. *A entidade desportiva exerce uma função de caráter patriótico. É proibido a organização e funcionamento de entidade desportiva, de que resulte lucro para os que nela empreguem capitais sob qualquer forma.*”¹⁸⁵

No mesmo ano da criação do CND, Thomas Mazzoni produziu um livro em celebração à intervenção federal nos esportes brasileiros, intitulado *O Esporte a Serviço da Pátria*¹⁸⁶. Em um de seus trechos mais sugestivos, Mazzoni afirma:

Com essa nova realização do governo, o Brasil se orgulhará de ser a primeira nação da América do Sul a dar ao esporte uma função oficial [...] É fácil compreender o que representa para o esporte brasileiro estar integrado nas leis e no espírito do Estado Novo. Passará a colocar-se a serviço da Pátria, eis tudo! [...] os clubes devem obedecer e não mandar. As entidades devem disciplinar, dirigir e orientar os respectivos esportes, os dirigentes selecionados devem ser servidores da coletividade, serão administradores e técnicos e não simples politiqueiros leigos. Hierarquia, disciplina, ordem, idealismo, responsabilidade e competência, eis o que deve garantir a oficialização para o esporte nacional.¹⁸⁷

¹⁸⁴ Manhães, op. cit, p. 29.

¹⁸⁵ Artigo 48 do Decreto nº 3199 de 1941, disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>

¹⁸⁶ MAZZONI, Thomaz (sob o pseudônimo *Olimpicus*). *O Esporte a Serviço da Pátria*. São Paulo: Gazeta, 1941.

¹⁸⁷ Mazzoni, *O Esporte a Serviço da Pátria*, pp. 16-7.

Ao dizer “a primeira Nação da América do Sul”, fica evidente como o editor da *GE* tomava os regimes de Esporte de Estado nazifascistas como exemplo a ser seguido pelo Brasil. Fosse nessa obra, fosse em obras anteriores, ou ainda nas edições diárias da *GE*, Mazzoni não fazia nenhuma questão de ocultar o fato de que a intervenção formal do governo sobre a administração esportiva em nível nacional representava aquilo que ele considerava a melhor solução possível para os males do esporte – e do futebol – brasileiro.

Mais do que implementar um controle estatal praticamente total sobre a administração dos clubes de futebol e federações estaduais, o Decreto nº 3199 deixava aberta a possibilidade do exercício do controle estatal sobre a própria imprensa esportiva, nos mesmos moldes do que ocorreu nos regimes de Esporte de Estado alemão e italiano.

A possibilidade de a imprensa esportiva também passar a ser vigiada pelos representantes do Estado sugeria o fim da autonomia editorial, uma significativa limitação do alcance e do potencial de vendas dos diários esportivos. Era o pesadelo da maioria dos setores da mídia esportiva brasileira. Da perspectiva de Thomaz Mazzoni, porém, isso soava como uma solução:

[...] A esta [imprensa], exclusivamente a esta [imprensa], cabe a dupla degeneração do espírito esportivo de nossa gente através de tantos anos de envenenamento do ânimo do público esportivo, contaminando-o totalmente de paixão facciosa, longe, muito longe das verdadeiras virtudes esportivas. Essa tem sido obra de uma irresponsabilidade criminoso, em prejuízo de nossa mocidade esportiva, a dano total do ideal e da causa esportiva do Brasil!¹⁸⁸

O editor da *GE* entendia que a imprensa esportiva como um todo deveria possuir um papel orientador e apaziguador sobre aqueles para os quais se dirigia tanto por meio de jornais quanto por meio de transmissões radiofônicas. Se isso não ocorresse de forma espontânea, o autor defendia que cabia efetivamente ao Estado agir no sentido de exercer controle sobre aquilo que era publicado pela imprensa esportiva:

Nossa nobre função [função da imprensa esportiva] deve ser bem compreendida. Não é o caso de recusarmos reconhecer essa responsabilidade, como o exterioriza um nosso prezado colega carioca, vendo na inovação de um futuro controle do D.I.P [Departamento de Imprensa e Propaganda]. somente um “arrolamento”, uma “censura”, como se tudo que tem feito, até o presente, parte dessa nossa imprensa esportiva tenha sido obra sã! Não! Nossa função, infelizmente, tem sido errada, [...] e é justamente com a doutrina e os princípios do Estado Novo que devemos,

¹⁸⁸ Mazzoni, *O Esporte a Serviço da Pátria*, p. 89.

colaborando disciplinadamente com o D.I.P., ser dignos de elevada missão, toda educacional.¹⁸⁹

A questão da subordinação da imprensa esportiva ao controle do Departamento de Imprensa e Propaganda¹⁹⁰ (DIP) do governo Vargas colocou Mazzoni e Mário Filho definitivamente nos polos do espectro da mídia esportiva brasileira. O ítalo-brasileiro, alinhado às pretensões estadonovistas para o esporte, defendia que o DIP deveria, de fato, exercer controle sobre as informações publicadas pela imprensa esportiva.

Mário Filho, referido por Mazzoni no excerto acima como o “colega carioca” não tinha na constituição editorial de seu jornal um projeto *moral* nos termos que eram requeridos pelo Estado Novo de Getúlio Vargas. Por esta razão, o *Jornal dos Sports* era muito mais receoso do que *A Gazeta Esportiva* em relação aos rumos que seriam tomados pela imprensa esportiva brasileira a partir de então. A *GE*, por meio de seu Editor-chefe, não somente apoiou como também foi coidealizadora da regulação que agora se apresentava para a mídia esportiva brasileira.

Sob a ótica *mazzonista* a desarmonia no esporte, representada por posturas *indisciplinadas* e *clubistas*, deveria ser controlada não somente no âmbito dos *governing bodies*, mas também na Mídia. A tendência ao dissídio deveria ser controlada em todas as dimensões do esporte:

A trindade maldita do esporte brasileiro tem sido constituída pela cisão, indisciplina e clubismo. [...] desde que nasceu o esporte no Brasil, sua história está cheia de capítulos de dissídios, consequência do mau espírito clubístico e da degenerada disciplina. Exterminar a cisão é missão muito simples, pois sendo oficializada e reconhecida uma só entidade, para cada modalidade, não será possível, futuramente, qualquer outra cisão, por questões mesquinhas pessoais ou por ambição de clubes. Fora de cada entidade oficial nenhuma atividade será permitida. Fecha-se, desse modo, automaticamente, a válvula do dissídio, culpado de tantos males ao esporte brasileiro.¹⁹¹

O CND veio para preencher uma lacuna existente no espaço entre esporte e política brasileiros desde meados dos anos 1930, e o homem nomeado para seu comando por Getúlio Vargas foi João Lyra Filho, jurista e professor da Universidade do Estado da Guanabara. Acredita-se que Lyra Filho foi um dos redatores do Decreto nº 3199, responsável pela criação do próprio CND. A seu lado, foi nomeado como membro permanente Luiz Aranha, presidente

¹⁸⁹ Mazzoni, *O Esporte a Serviço da Pátria*, p. 96. Grifos meus.

¹⁹⁰ O D.I.P.: sigla para Departamento de Imprensa e Propaganda era um órgão estatal, criado por Vargas, durante o Estado Novo para exaltar o regime e controlar as informações que circulavam no país enquanto ele vigorasse.

¹⁹¹ Mazzoni, *O Esporte a Serviço da Pátria*, pp. 27-8.

em exercício da CBD, que acumularia dessa forma os dois cargos. Além desses, outros dois homens comporiam a cúpula da entidade estatal responsável pela gestão do Esporte de Estado no Brasil: José Lima Figueiredo e José Eduardo Macedo Soares¹⁹².

O projeto de Lyra Filho evidentemente não era abolir o profissionalismo no futebol brasileiro de forma retroativa, já que os custos políticos seriam gigantes e isso romperia com todo o trabalho para conciliação de interesses promovido por Luiz Aranha desde 1936. O que, de fato, estava no horizonte projetado por Lyra era a restauração de uma moralidade esportiva que – segundo seu discurso – havia sido “perdida” com a vitória do projeto profissional de futebol no Brasil nos anos 1930. Esse resgate da “moral amadora” não se daria no âmbito das relações entre clubes e jogadores, mas sim no âmbito da mensagem passada pelo esporte para o público que o acompanhava, e isso passava necessariamente pela cobertura jornalística feita sobre o futebol brasileiro.

Durante o tempo em que o futebol profissional vigorou com alguma liberdade no país (1937-1941), Mário Filho e seu *JS* foram os principais comunicadores do esporte brasileiro. A fundação do CND e sua evidente disposição em abraçar uma moral nacionalista amadora em detrimento da profissional – que era um dos pilares do *JS* – foi um balde de água fria na cabeça de Mário Filho e seus sócios.

Apesar de manter seu nível de vendas relativamente estável e de continuar sendo o periódico esportivo mais vendido no Brasil durante o Estado Novo, do ano de 1941 em diante o *JS* deixou de ser a voz oficial dos esportes brasileiros, justamente pelo fato de não possuir uma linha editorial em harmonia com os propósitos do regime de Esporte de Estado que se instaurava no Brasil e pelo fato de haver, em São Paulo, um concorrente disposto a exercer esta função em sua plenitude. O regime de Esporte de Estado varguista retira, portanto, o protagonismo político de mídia esportiva do *JS* e o coloca sobre a *GE*.

Dessa forma, a partir de 1941, o governo Vargas começou um processo de adequação de todos os setores relacionados ao esporte brasileiro com os propósitos estatais planejados para ele.

O primeiro passo foi a instituição de um *governing body* estatal para a gestão esportiva, o Conselho Nacional de Desportos, que colocou todos os outros *governing bodies* do Brasil a serviço do Estado. O segundo passo foi o estabelecimento de um vínculo de afinidade com um

¹⁹² Cf. Carta de João Lyra Filho a Gustavo Capanema, Ministro da Educação e responsável pelo CND, datada de 28 de dezembro de 1943. Disponível no acervo do CPDOC-FGV, microfilme. Rolo 42, foto 645.

canal da imprensa simpático à ideia de um regime de Esporte de Estado no Brasil, a saber, *A Gazeta Esportiva*, de Thomaz Mazzoni.

Tendo o regime de Esporte de Estado varguista aumentado os controles exercidos sobre os *governing bodies* e a Mídia Esportiva, o passo seguinte foi o aumento do controle sobre as atividades dos clubes de futebol propriamente ditos.

2.8. O regime de Esporte de Estado brasileiro nacionaliza os clubes de esporte

Ao passo que o governo Vargas foi se interessando por esporte – futebol –, seus caminhos se cruzaram com o de José Padilha, cuja ideologia para o novo Flamengo caminhava de mãos dadas e no mesmo passo que o projeto de Vargas para o *Brasil Novo*.

A saída de Padilha da presidência do clube¹⁹³ no ano de 1937, em nada alterou o tom da campanha midiática que se dava ao redor de seu clube, cujo conceito principal – já vimos – era a associação do Flamengo aos ideais nacionalistas-populares do governo varguista. As intenções de manter a associação entre Flamengo e nacionalismo varguista durante o Estado Novo ficam evidentes na fala proferida por Raul Dias Gonçalves, sucessor de José Padilha na presidência do clube, por ocasião de sua posse do cargo: “Concluir o que Padilha iniciou é fazer tudo pelo rubro-negro”¹⁹⁴.

As matrizes conceituais que guiavam a propaganda do Flamengo na mídia esportiva eram as mesmas que guiavam a propaganda do Estado Novo na mídia oficial. Eram elas: educar o povo para a modernidade, exaltar as particularidades da nação e incluir os agentes populares nos eventos cívicos¹⁹⁵.

Foi justamente durante o Estado Novo que o novo Flamengo começou a obter sucesso também dentro dos campos. Em 1939, encerrou o jejum que já durava 12 anos sem um título carioca. Entre 1942 e 1944, sagrou-se tricampeão carioca, período no qual ocorreu o apogeu de sua divulgação midiática. A *brasilidade estadonovista* do Flamengo era frequentemente contraposta ao *ethos* elitista – Fluminense FC – ou estrangeiro – CR Vasco da Gama – de seus rivais¹⁹⁶.

A (re)criação do Flamengo como o clube representante da Nação brasileira, estratégia de Mercado concebida por José Padilha ainda no início dos anos 1930, foi algo bastante conveniente para o Governo Vargas. Diante de toda a campanha midiática promovida tanto na mídia impressa como na mídia de radiodifusão, o governo estadonovista não teve a necessidade de – ele próprio – *criar* um clube para se dirigir como representante dos ideais nacionalistas que eram apregoados durante a ditadura varguista. Mediante os esforços de Padilha, esses ideais já estavam dados na instituição do Flamengo, que pelos esforços da mídia se tornou uma

¹⁹³ Cf. Coutinho, op. cit., p. 90.

¹⁹⁴ JS, 28/12/1937. Apud Coutinho, op. cit., p. 92.

¹⁹⁵ Cf. Coutinho, op. cit., p. 106.

¹⁹⁶ Cf. Coutinho, op. cit., p. 111.

representação esportiva do progresso brasileiro e da cara antielitista, popular-nacionalista que o governo de Getúlio Vargas atribuía a si e a seu regime.

A consolidação do Flamengo como “time da Nação”, nos anos 1930, em tempos de paz, dispensou o regime varguista de eleger também um clube de futebol simbolicamente antitético aos ideais da Nação, como aconteceu na Espanha franquista, quando em meio aos esforços no sentido da *nacionalização* do futebol, o ditador local elegeu F.C. Barcelona e A.C. Bilbao como antagonistas do regime de Esporte de Estado local, por supostamente reunirem tendências separatistas e *antiespanholas*.

A ausência de antagonistas ao regime de Esporte de Estado varguista foi alterada quando o Brasil tomou partido na Segunda Guerra Mundial, após embarcações brasileiras terem sido atacadas e naufragadas por submarinos que, supostamente, pertenciam aos países do Eixo. As vidas brasileiras dizimadas nesse ataque produziram grande comoção pública, e o trauma da tragédia acabou por produzir um inimigo estrangeiro para o Brasil: os países do Eixo.

Uma das primeiras reações do Estado brasileiro em nível doméstico à agressão militar vinda dos países do Eixo foi o confisco de bens e direitos de cidadãos originários de algum dos países agressores (a saber: Itália, Alemanha e Japão), mesmo que tivessem ingressado legalmente no país e comprovadamente não tivessem nenhuma relação com os ataques militares de seus países de origem ao Brasil. Este conteúdo foi publicado no Decreto nº 4166, em cujo Artigo primeiro se estabelecia:

Os bens e direitos dos súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas, respondem pelo prejuízo que, para, os bens e direitos do Estado Brasileiro, e para a vida, os bens e os direitos das pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, domiciliadas ou residentes no Brasil, resultaram, ou resultarem, de atos de agressão praticados pela Alemanha, pelo Japão ou pela Itália.¹⁹⁷

Por meio de decreto, o Estado brasileiro deu a si mesmo o poder de se apropriar de quaisquer bens ou direitos de pessoas físicas ou jurídicas cuja origem remontasse aos países do Eixo.

No âmbito do esporte, antes mesmo da edição deste Decreto já havia movimentações no sentido de retirar parte da influência estrangeira nos esportes nacionais, que era enunciada já em 1937 como uma ameaça aos interesses do Estado no esporte nacional pelo “*Informante J.A.*” em seu relatório. Ainda em fevereiro de 1942, a Diretoria de Esportes do Estado de São

¹⁹⁷ Decreto 4166 de 11 de março de 1942, publicação original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4166-11-marco-1942-414196-publicacaooriginal-1-pe.html>, consultado em 09/11/2015.

Paulo ameaçou cassar os registros das associações de estrangeiros, ou vinculadas a estrangeiros que não tivessem se nacionalizado nos termos do Decreto nº 3199:

As sociedades esportivas que não se nacionalizarem nos termos da legislação em vigor, bem como as estrangeiras, serão dirigidas, fiscalizadas ou mesmo terão cassados os seus registros por esta Diretoria, de acordo com as conveniências.¹⁹⁸

Neste ponto é importante um esclarecimento histórico: para que chegasse ao poder, Vargas lutou contra um paulista – Júlio Prestes – em 1930. Dois anos depois enfrentou a chamada Revolução Constitucionalista, em São Paulo, que tentou derrubar seu Governo Provisório. Além de ser, historicamente, a maior ameaça ao poder do chefe da Nação e o estado mais rico do país, São Paulo era a unidade federativa que reunia, com folga, a maior quantidade de imigrantes do Brasil, muitos deles oriundos especificamente de Itália, Alemanha e Japão, os países do Eixo.

A grande quantidade de imigrantes, vindos principalmente nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX, proporcionou a existência de uma grande quantidade de associações recreativas e esportivas de caráter étnico, especialmente na cidade de São Paulo. O projeto de nacionalização esportiva – trazido pelo decreto nº 3199 – somado aos ataques a embarcações brasileiras por países do Eixo e à comoção popular contra esses países gerou a oportunidade perfeita para que o regime declarasse a existência de um inimigo a ser combatido dentro do regime de Esporte de Estado em vigor no Brasil: as associações esportivas e recreativas de imigrantes na cidade de São Paulo, especialmente aquelas constituídas por imigrantes e descendentes de países do Eixo.

É neste ponto da história que o Estado brasileiro começou a exercer autoridade sobre a gestão e organização dos clubes esportivos e recreativos, inclusive do ponto de vista de seus estatutos internos. A intervenção estatal na gestão dos clubes sob o pretexto de nacionalização do esporte e defesa dos interesses brasileiros perante a ameaça dos inimigos do Eixo, avalizada com a edição do Decreto nº 3199, foi uma medida inédita na relação entre entidades esportivas e Estado no país.

Ainda no primeiro trimestre de 1942 foi iniciada a caça a associações e clubes “inimigos”. O principal foco da caça foi a cidade de São Paulo, sede de uma série de clubes de imigrantes de diversas partes do mundo. No ano de 1942, essas associações esportivas ainda eram uma categoria bastante heterogênea, não só em termos étnicos – o que é óbvio – mas

¹⁹⁸ *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 03/02/1942.

também em termos de poder econômico e influência em relação ao poder público, tanto em nível nacional quanto no nível estadual.

Na iminência do início da caçada varguista aos considerados inimigos da Nação, os maiores clubes de imigrantes da capital paulista eram dois: o Sport Club Germânia, ligado à colônia alemã da Zona Sul paulistana, e o Palestra Itália, ligado à colônia italiana radicada nas terras paulistas.

O principal clube da colônia germânica em São Paulo já estava nacionalizado desde 1938, mas teve suas atividades colocadas em risco em 1942, ano em que ficou com portas fechadas por tempo indeterminado, até que seu nome fosse mudado para Esporte Clube Pinheiros, e a Diretoria de Esportes do Estado de São Paulo designasse um interventor para o clube¹⁹⁹, Henrique Villaboim²⁰⁰.

Já o clube da colônia italiana teve que, num primeiro momento, retirar a menção ao país europeu de seu nome; num segundo momento, teve que substituir todos os diretores que não eram nascidos no Brasil por brasileiros natos (mesmo os italianos naturalizados brasileiros tiveram que sair); num terceiro, teve que nomear um capitão do Exército Brasileiro – Adalberto Mendes – como segundo vice-presidente da entidade e; num quarto, teve que retirar palavra *Palestra* de seu batismo, e renomear-se Sociedade Esportiva Palmeiras.²⁰¹

Germânia e Palestra Itália, os atuais E.C. Pinheiros e S.E. Palmeiras, eram os clubes mais poderosos e influentes de suas respectivas colônias nessa época. Possuíam circulação política para articular sua sobrevivência e dinheiro suficiente para garantir que nenhum político mudasse sorrateiramente de ideia durante o processo. Ambos são exceções na História, pois são clubes cuja existência chega até nossos dias, quase um século depois. Houve, porém, uma série de clubes menores e menos influentes que não sobreviveram para contar suas histórias.

O *Deutscher Sport Club* (DSC) foi um deles: menos influente que Germânia e Palestra Itália, o clube dos alemães da Zona Norte de São Paulo foi colocado contra a parede pelo delegado da Diretoria de Esportes do Estado de São Paulo, que era também integrante do Conselho Deliberativo do São Paulo Futebol Clube, Nelson Fernandes. No processo de nacionalização do clube, o delegado colocou dois caminhos para os sócios do *Deutscher SC*: ou uma reforma estatutária que mudasse o nome do clube e colocasse brasileiros natos em seu

¹⁹⁹ Cf. CAMPOS JR, Celso de. *1942: O Palestra vai à Guerra*. Santos-SP: Realejo Edições, 2012. Página 105.

²⁰⁰ Cf. Acervo do E. C. Pinheiros; Centro de Memória Hans Nobiling. Ata da primeira reunião do Conselho Deliberativo, realizada em 18/04/1942.

²⁰¹ Cf. Campos Jr, op. cit., p. 184.

comando, ou a incorporação do clube por outro clube que fosse 100% brasileiro²⁰². Segundo o próprio, os sócios do clube teuto decidiram por unanimidade pela incorporação a um clube brasileiro, e o clube “escolhido” foi o São Paulo FC, que com isso passava a ter um clube de campo, mas continuava obrigado a receber os associados do *Deutscher SC*, já que o acordo entre as partes previa a *incorporação* do segundo pelo primeiro e não o *confisco*. Duas semanas depois do feito, Fernandes foi glorificado com o título de sócio benemérito do São Paulo²⁰³.

Ao incorporar o patrimônio do Deutscher Sport Club, incluindo o quadro associativo, o São Paulo conseguiu dar um grande salto de qualidade e quantidade de instalações esportivas. Pavimentava-se, assim, o caminho para o crescimento do clube em âmbito municipal e estadual. Este caminho ficou ainda mais aberto quando, apenas seis meses depois da incorporação do DSC pelo São Paulo, a diretoria deste último autorizou a secretaria do clube a interromper direitos e obrigações de sócios que fossem de origem italiana ou alemã²⁰⁴. Com esta medida, todos os alemães que frequentavam o clube acabaram por abandoná-lo, e seu patrimônio ficou integralmente em posse do São Paulo e seus sócios.

O caso do *Deutscher SC* mostra que não somente o governo nacional, mas também os pequenos poderes estaduais e locais buscaram defender seus interesses no contexto de perseguição política a cidadãos de alguma forma vinculados a países do Eixo. Em vez de colocar-se contra o confisco e a cassação de clubes coirmãos, houve entidades que usaram dessa situação para aumentar seu patrimônio.

Outros clubes da capital paulista – inclusive alguns não relacionados a países do Eixo – tiveram um destino ainda mais cruel que o *Deutscher SC*. Entidades como o Esporte Clube Húngaro de Santo Anastácio; o Clube Atlético Colonial Japonês; a Aliança da Juventude Lituana; a Sociedade Japonesa de São Paulo, entre outras tantas agremiações ligadas a imigrantes, foram fechadas pela superintendência de Segurança Política e Social “por falta de registro e motivo de ordem pública”²⁰⁵.

O Estado Novo delineou o quadro associativo-clubístico brasileiro à sua forma e semelhança. Todos os clubes foram obrigados a submeter-se à regulação varguista, que previa a nacionalização dos clubes, associações esportivas e esportes brasileiros. Com efeito, o processo de nacionalização do esporte brasileiro, disparado pelo início do regime de Esporte

²⁰² Cf. *Folha da Noite*, 21/03/1942, p. 8.

²⁰³ Cf. Campos Jr., op. cit., p. 182.

²⁰⁴ Cf. *O Estado de São Paulo*, 02/09/1942. Apud: Renato Campos Araújo. *Imigração e futebol: o caso Palestra Itália*. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1996.

²⁰⁵ Cf. Campos Jr., op. cit., p. 105.

de Estado em 1941, alterou definitivamente a relação de forças entre clubes de futebol em nível nacional, especialmente no que diz respeito às cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

Na capital federal, cidade leal ao presidente da Nação, foi escolhido um clube que representava o Estado Novo e toda a ideologia popular-nacionalista que o sustentava: o *Clube de Regatas do Flamengo*, que a partir disso caminhou a passos largos para tornar-se o clube mais popular não somente da cidade do Rio de Janeiro e do estado da Guanabara, mas de todo o país, onde era apresentado por todos os tipos de mídia como o time da Nação, forma como era referido inclusive pelo próprio Getúlio Vargas. Além da escolha de um clube da cidade como o representante da Nação, o Rio de Janeiro acabou por concentrar toda a estrutura burocrática do regime de Futebol de Estado que se implementou no Brasil a partir dos anos 1940. Essa cidade já era a sede da CBD, e em 1941 tornou-se também a sede do CND.

Já a cidade de São Paulo, terra de abundante imigração nipo-europeia, viu a maioria de suas associações esportivas constituídas por imigrantes ser drasticamente alterada ou mesmo cassada, e boa parte dos clubes com este perfil dizimada. Houve, porém, clubes da cidade que souberam tirar proveito do espólio dos imigrantes, como foi mencionado anteriormente.

O resultado desse processo foi que, ao final do ano de 1942, o quadro clubístico brasileiro já havia tomado a feição que JA havia delineado, ainda no início de 1937, antes que tudo começasse: clubes nacionalizados dirigidos por brasileiros, submetidos a uma autoridade esportiva estatal, que além de tudo era a responsável por gerir os torneios e as atividades internacionais nas quais aqueles clubes participariam e eventualmente representariam o Brasil.

2.9. Os torcedores num regime de Futebol de Estado

O relatório de JA tratava basicamente sobre como o Estado deveria aparelhar-se institucionalmente para produzir, por meio do esporte, os resultados políticos desejados pelo governo varguista. Dirigia-se basicamente aos *governing bodies*, e foi possivelmente a maior inspiração para a criação do CND, em 1941.

Evidentemente que, para a instituição de um regime de Esporte de Estado, as instituições são o ponto de partida. Tanto na Itália, como na Espanha e Alemanha o primeiro passo dado na implementação de um regime de Esporte de Estado foi o estabelecimento de uma entidade – ou o aparelhamento de uma já existente – estatal para a gestão dos esportes no sentido de lhes dar caráter *nacional*.

Sendo os *governing bodies* do esporte colocados sob o comando do Estado, o passo seguinte é usá-los para produzir e difundir conteúdos – de fundo patriótico, nacionalista, e etc. – convenientes ao regime de Esporte de Estado. É neste ponto que entra a Mídia. Nos três regimes europeus mencionados a mídia esportiva possuiu fundamental importância para a construção da importância social do esporte, e também para levar aos cidadãos a mensagem nacionalista desejada pelos implementadores do regime de Esporte de Estado.

No caso brasileiro, a preocupação com a harmonização do discurso midiático com os propósitos do regime de Esporte de Estado é notável especialmente nos escritos de Thomaz Mazzoni, que defende um comportamento midiático em conformidade com os valores esportivos apregoados pelo Estado. Na Europa, essa era uma preocupação que partia do próprio Estado, que produziu – inclusive para a mídia esportiva – uma censura de imprensa mais pragmática que o Estado Novo varguista.

A partir do momento em que existe um esforço coordenado de Estado e Mídia para atribuir conotação política ao esporte, que se converte de prática lúdica espontânea em compromisso com os interesses nacionais, a sociedade civil é afetada. É nesse processo que a figura do torcedor de esportes é criada. A figura do torcedor de esportes se confunde em vários níveis com a figura do cidadão patriota. Isso é uma decorrência do próprio regime de Esporte de Estado que iguala atletas a representantes da Nação. Torcer por um atleta significa torcer pela Nação.

Na Europa, tanto quanto no Brasil, a politização da figura do torcedor gerou algumas consequências indesejadas. No caso italiano, por exemplo, o regime de Futebol de Estado deu vazão ao sentimento *campanilista*. No caso espanhol – em algumas regiões, como Catalunha e

País Basco – o futebol foi a válvula de escape para a manifestação de desejos separatistas. Em todos os casos em que se desenvolveu uma massa torcedora, os casos de violência entre torcedores emergiram e se tornaram uma questão com a qual os respectivos regimes de Futebol de Estado tiveram que lidar.

Os registros disponíveis indicam que nos três casos europeus citados os respectivos regimes de Esporte de Estado tomaram medidas contingenciais e paliativas, via de regra passando pela repressão de torcedores violentos.

Nesse ponto, o regime de Futebol de Estado brasileiro apresenta uma peculiaridade em relação aos regimes de Futebol de Estado europeus que o inspiraram e antecederam cronologicamente. Os arranjos de instrumentalização política do esporte produzidos na Alemanha, Itália e Espanha levaram em conta os *governing bodies* do esporte, os clubes de futebol – na medida em que isso foi necessário – e a mídia esportiva. Nenhum desses três arranjos levou em consideração, porém, o comportamento dos torcedores nos estádios de futebol. Essa é uma das razões pelas quais eles tiveram que apelar para a repressão policial nos casos onde ocorria o comportamento violento de torcedores de futebol.

O regime de Futebol de Estado brasileiro, além de levar em conta *governing bodies*, clubes de futebol e mídia esportiva em seu arranjo, levou também em conta o comportamento dos torcedores nos estádios. O ideólogo por trás da iniciativa de incluir também os torcedores de futebol no arranjo de Futebol de Estado brasileiro foi o jurista paraibano João Lyra Filho, radicado no Rio de Janeiro e professor da Universidade do Estado da Guanabara. Segundo seu entendimento, o futebol era um espetáculo que tendia a exacerbar a passionalidade dos espectadores que, se mal canalizada, poderia gerar efeitos deletérios para os propósitos do Estado com o esporte. A passionalidade das plateias esportivas poderia ser canalizada para a “ordem do bem” ou para a “ordem do mal”: “Como escola, os desportos educam os indivíduos e preparam os cidadãos. Como espetáculo, animam as multidões, enchem a vida de seiva e geram tendências, que se adensam para a ordem do bem ou para a ordem do mal.”²⁰⁶

Tal excerto contém palavras de Lyra direcionadas ao ministro da Educação e Saúde do Estado Novo, Gustavo Capanema. Sabendo que essas palavras estão situadas em um momento em que o regime de Futebol de Estado está sendo implementado no Brasil, parece razoável supor que o que Lyra chama de “ordem do bem” é aquela que convém ao Estado Novo e ao projeto varguista para o Esporte de Estado, e a “ordem do mal” é aquela que não convém ao regime em questão.

²⁰⁶ LYRA FILHO, João. *A função social dos desportos*. RJ, 1941. Conferir anexo.

Embora nenhum dos regimes de Futebol de Estado europeus, nem os redatores do Decreto n° 3199 e nem mesmo o Informante JA. tenha levado a dimensão dos torcedores em conta para o sucesso do regime de Esporte de Estado, João Lyra Filho demonstrava estar totalmente atento a essa questão:

Quando as multidões se aglomeram, nos espetáculos desportivos, encontram um momento de evasão, que é capaz de despi-las até ao próprio instinto, impondo ao Estado o dever de regular as suas manifestações sociais, por meio de processos educativos, que não deturpem o sentido das diretrizes a que se propõe.²⁰⁷

O ponto levantado por Lyra era que o Estado deveria preocupar-se com o conteúdo das manifestações das multidões em partidas de futebol, porque se essas fossem deixadas livres, poderiam tender à ordem “do bem” ou à “do mal”, aleatoriamente. Lyra entendia que uma ação precisa do Estado sobre essa questão poderia romper com a aleatoriedade da manifestação das multidões nos estádios e fazer com que essa se dirigisse inequivocamente para a ordem “do bem”, ou seja, alinhada às diretrizes convenientes ao Estado²⁰⁸.

Sendo o futebol um espetáculo que produz emoções nas multidões e tendo o Estado interesse nos efeitos gerados por essas emoções nessas multidões, no entendimento de Lyra, os representantes do governo deveriam preocupar-se com o gesto [mensagem] para/das multidões:

[O gesto] é veículo da emoção coletiva. Interessa ao Estado regular o sentido desse gesto, para disciplinar as emoções a que [o gesto] dá causa, de modo que sirva de retempero às energias necessárias à vida e não de força negativa.²⁰⁹

De nada adiantaria ao Estado ter o controle de todas as variáveis que envolviam o esporte se lhe faltasse o controle das emoções das multidões, que eram justamente a razão de ser de todo o aparato construído para regime de Futebol de Estado no governo varguista. A sugestão de Lyra Filho passa por educar o público, levando em conta que este se divide de acordo com as partes envolvidas na disputa esportiva: “Para disciplinar os espetáculos desportivos, faz-se mister educar o público, que se divide em conformidade com as tendências das simpatias em razão desse ou daquele competidor”.²¹⁰

²⁰⁷ LYRA FILHO, João. *A função social dos desportos*. RJ, 1941. P. 11. Conferir anexo.

²⁰⁸ Cf. LYRA FILHO, João. *A função social dos desportos*. RJ, 1941, p. 7. Conferir anexo.

²⁰⁹ Cf. Lyra Filho, op. cit., p. 5. Conferir anexo.

²¹⁰ Lyra Filho, op. cit., p. 12. Conferir anexo.

A sugestão do acadêmico para que se consiga obter algum controle sobre a manifestação das massas em jogos de futebol é a instituição da música nos estádios:

No intervalo dos espetáculos desportivos, a música é uma parada da alma, que não se contrafaz, que se expande, que se escancara à sugestão da calma, do contentamento, do enlevo envolvente do espírito. [...] para desmerecer as provocações do instinto, para atenuar a força das ondas que se destemperam na linguagem e nas manifestações do explosivo, do indignado, do rebelde, suscetível a generalizar estados mórbidos da paixão, a música é o prestígio que adoça, suaviza, enleva, faz subir a alma à projeção onde ela pode espairecer para o bem. [...] Eis porque admitiríamos a necessidade de juntar-se aos espetáculos desportivos o concurso da música, que sacode os nervos, que aligeira os ambientes carregados, que enche de frenesi as ânsias apavoradas em prelúdio de revoltas, de conflitos e de motins.²¹¹

Lyra compreendia que a música possuía uma capacidade apaziguadora em relação à multidão que assistia às disputas esportivas, e supunha que seu concurso aos eventos poderia produzir um efeito calmante na multidão, o que contribuiria para que tendesse à ordem “do bem”, como ele próprio havia se referido na carta a Capanema em 1941.

O que passava pela mente do comandante do CND não era, porém, música em sentido abstrato. Tampouco tratava-se de uma sonoridade qualquer, que pudesse ser executada de qualquer forma por qualquer ator do espetáculo esportivo. O que Lyra pensava em relação à música nos espetáculos esportivos passava por parâmetros bem delineados. Sua proposta envolvia a criação de *orientadores* de torcida, cuja operação seria semelhante à de um maestro diante da orquestra, isto é, a figura de uma autoridade entre os torcedores que ordenasse a atividade do público assistente: “*Nos jogos de football, a presença dos orientadores das torcidas é tão útil quanto a do maestro diante da orquestra sob sua regência*”.²¹²

A figura do chefe de torcida teria o papel de moralizar a multidão que comparecia aos espetáculos esportivos, conduzindo-a a uma uniformidade que seguisse seu próprio modelo. Esse arranjo é melhor desenvolvido no seguinte excerto: “A torcida arregimentada, explodindo em uniforme manifestação, contida pelo sentimento da disciplina, daria beleza e vida aos espetáculos, além de ordem”.²¹³

Diante do exposto nos parágrafos e excertos anteriores, entende-se que a proposta de Lyra Filho era que a música operasse nos estádios como um elemento *disciplinador* das massas. Ela seria um elemento gerador de disciplina, e não de agitação, porque seria monopolizada por

²¹¹ Lyra Filho, op. cit., p. 11. Conferir anexo.

²¹² Lyra Filho, op. cit., p. 12. Conferir anexo.

²¹³ Lyra Filho, op. cit., p. 12. Conferir anexo.

um grupo específico que giraria ao redor de um *líder*, incumbido justamente de liderar o apoio disciplinado e *uniforme* a seu clube.

De um lado, no sinal do *leader*, uma multidão partidária, deixando-se levar pelo ritmo dos mesmos gestos, das mesmas palpitações, das mesmas manifestações a favor de seu *club*. Em represália, do outro lado, o mesmo quadro, armando uma luta de torcidas, cada qual das correntes disputando ser a mais destra, mais apurada, mais viva, na maneira de imaginar e definir a vitória honesta de uma torcida sobre a outra.²¹⁴

Os mesmos gestos, as mesmas palpitações, as mesmas manifestações, e etc. A compreensão de Lyra era a de que a ação eficiente de um "*leader*" de torcida levaria a um comportamento *uniformizado* da multidão ao seu redor, o que tenderia a produzir uma reação em cadeia controlável que era plenamente conveniente aos propósitos do Estado pois, uma vez existente a figura de uma pessoa cuja função é coordenar as grandes massas nos grandes espetáculos esportivos, tornava-se absolutamente factível a possibilidade de o próprio Estado exercer algum grau de influência sobre esta pessoa, e dessa forma influenciar o *gesto* da multidão, a primeira preocupação de Lyra Filho.

O vislumbre de Lyra era que a torcida de cada clube teria um líder, e durante jogos de futebol as torcidas se enfrentariam da mesma forma que os jogadores deveriam se enfrentar dentro de campo, isto é, de forma honesta, respeitosa e disciplinada, submetendo-se às autoridades responsáveis pelo espetáculo e promovendo uma manifestação popular que, se realizada com eficiência, poderia tornar-se ainda mais bela e vistosa que o próprio jogo de bola em si. Essa manifestação deveria, porém, ser absolutamente cordial e regrada, de forma que o objetivo primeiro seria garantir a disciplina dos torcedores no apoio ao clube, e em segundo lugar a vitória esportiva em si. Contudo, a ideia de Lyra não era exatamente algo original.

A própria cidade do Rio de Janeiro, de onde o paraibano despachava, já havia presenciado algo muito semelhante ao que Lyra propunha meia década antes que este o fizesse. A primeira campanha no sentido de organizar as assistências²¹⁵ de jogos de futebol que se tem notícia é justamente do JS de Mário Filho em 1936. O evento em questão foi a "competição de torcidas".

A competição de torcidas promovida por Mário Filho por meio do JS em 1936 era uma tentativa de demarcar definitivamente um novo significado de torcer, o que já vinha sendo

²¹⁴ Lyra Filho, *idem*. Conferir anexo.

²¹⁵ Essas torcidas não são, porém, consideradas por nossa análise porque além de não terem durado mais do que duas semanas, não há evidências de que tenham se constituído propriamente em uma *associação de torcedores*.

desenhado pelo próprio jornalista desde que este assumiu o editorial de esportes de *O Globo*, em 1931.

Mário Filho tinha em mente, ao promover aquela competição de torcidas, o modelo norte-americano. Sua ideia era fomentar a agência dos torcedores nas arquibancadas e gerais, como forma de torná-los, enquanto coletividade, coparticipantes do espetáculo. Foi a primeira tentativa de conversão da assistência em torcida:

A competição de torcidas terá início hoje. [...] A iniciativa do *Jornal dos Sports* promovendo o sensacional certâmen [*de torcidas, no caso*] objetivou a arregimentação de torcedores. Não somente os dois *teams* adversários se empenharão em um grande cotejo. Também haverá nas arquibancadas, nas gerais, nas cadeiras, o duelo de torcidas – gritos, hurras, cartazes, hinos, *alleguas*. Tentaremos portanto introduzir no Brasil o que se faz nos Estados Unidos, adaptando porém essa competição de torcidas ao feitio brasileiro.²¹⁶

A experiência de Mário Filho em relação à competição de torcidas durante a década de 1930 não foi muito longeva. Ela foi promovida somente nos últimos três finais de semana do ano de 1936, o que foi suficiente para o próprio *JS* afirmar que “O football no Brasil conseguiu dar o primeiro passo na ‘americanização’ da torcida, que agora está pronta a se organizar definitivamente como fator preponderante de estímulo aos bandos que correspondem”.²¹⁷

Mário Filho tinha o propósito de dar perenidade à competição de torcidas, coisa que não logrou em fazer. Esse assunto voltou à baila justamente pelas palavras e iniciativa de Lyra Filho, cinco anos depois. Cabe lembrar que, durante o tempo em que vigeu o regime de Futebol de Estado varguista, o *JS* perdeu para a *GE* de São Paulo o papel de *pauteiro* oficial dos esportes brasileiros. Conforme dissemos anteriormente, o diário paulista chefiado por Mazzoni era politicamente muito mais alinhado à filosofia estadonovista do que o prestigioso diário carioca chefiado pelo filho de Mário Rodrigues.

Ademais, a tentativa do *JS* em 1936 era a de tornar a assistência em coparticipante do evento esportivo, porém sem nenhuma vinculação à moral do Estado. Após o contato com os escritos de Lyra Filho, já se sabe que a concessão de autonomia para manifestações da multidão em jogos de futebol não era um dos propósitos dos políticos que estavam debruçados sobre esta questão durante a ditadura varguista.

Estando o *JS* de Mário Filho fora dos planos do regime de Futebol de Estado varguista, coube a *A Gazeta Esportiva* o protagonismo da interação do regime esportivo estadonovista com os torcedores.

²¹⁶ *Jornal dos Sports*, 15/12/1936. Apud Coutinho, op. cit., p. 47.

²¹⁷ *Jornal dos Sports*, 29/12/1936. Apud Coutinho, op. cit., p. 47.

Em 1943, seguindo as diretrizes estabelecidas por Lyra – que à época já ocupava o cargo de presidente do CND – a *GE* patrocinou²¹⁸ seu primeiro concurso de torcidas. Diferentemente do que foi posto em prática no Rio pelo *JS*, a ideia de Mazzoni era dar protagonismo para os torcedores nas arquibancadas e nas páginas do jornal na medida em que, também eles, estivessem a “serviço da Pátria”.

²¹⁸Cf. *A Gazeta Esportiva*, dia 22/03/1943, p. 4.

2.10. O modelo ideal de torcidas uniformizadas

O modelo de Torcidas Uniformizadas (TUs, daqui em diante) que vigeu durante o governo varguista foi previamente planejado por agentes do Estado. As associações de torcedores que se formaram nesse contexto tinham uma *performance* específica a cumprir nas arquibancadas. As diretrizes da *performance* ideal de uma associação de torcedores foram estabelecidas no regulamento do concurso de torcidas da GE: elementos como disciplina, *fair play*, respeito aos torcedores da equipe adversária e cordialidade determinariam qual seria a torcida vencedora, ao lado de aspectos técnicos como a quantidade de torcedores uniformizados, volume da banda, tamanho de bandeiras e etc.²¹⁹

O jornal, que era o criador e patrocinador do concurso, seria também o avaliador das *performances* das torcidas, o que garantiria para si a possibilidade de direcionar seu comportamento de acordo com o que lhe parecesse mais conveniente. Os torcedores passariam a ser protagonistas, mas somente na medida em que agissem da maneira prescrita pelos organizadores do concurso, que estavam em fina sintonia com a ideologia do regime de Esporte de Estado estadonovista.

O modelo de torcida que surgiu no contexto estadonovista encaixava-se perfeitamente nos moldes cunhados por Lyra Filho e seguia muito de perto a lógica corporativista, característica do Governo Vargas desde os anos 1930: havia uma – e somente uma – torcida por clube, que era liderada por um *chefe* que, nas arquibancadas, era reconhecido como referência tanto pelos torcedores quanto pelos dirigentes do clube quanto pela própria polícia²²⁰.

A constante divulgação das notícias relacionadas ao duelo de torcidas pelo jornal fez que as diretorias dos próprios clubes passassem a dar suporte (inclusive financeiro) para a criação de uma associação de torcedores (nesse caso, não haveria mais de uma torcida por clube) que os representasse no torneio.

²¹⁹ Cf. *A Gazeta Esportiva*, dia 22/03/1943, p. 4.

²²⁰ HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. *O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro (1967-1988)*. Tese. Departamento de História PUC-RJ. Rio de Janeiro, 2008. página 103.

2.11. A relação entre TUs e violência nos anos 1940

O leitor contemporâneo talvez não consiga imaginar o cenário que será apresentado a seguir, o que torna sua descrição ainda mais necessária para a compreensão deste argumento: a relação entre violência e torcidas uniformizadas durante a Era Vargas se dava de forma oposta ao que se dá em nossos dias.

No século XXI e nas décadas finais do século XX, acostumou-se a associar violência no futebol à presença das associações de torcedores. Nos anos 1940s, porém, a relação era oposta: a violência estava onde as TUs *não* estavam.

Isso se deve muito ao fato de a composição das TUs varguistas ainda possuir um alicerce fortemente vinculado à moral do regime de Esporte em Sociedade Civil. Muito embora o futebol nos anos 1940 já fosse profissionalizado no país e atraísse para os estádios assistentes de todos os estratos sociais, as TUs da época eram majoritariamente compostas por associados dos respectivos clubes sociais, o que significa que havia um filtro social para a participação nesse tipo de associação, da mesma forma que havia um filtro social – o pertencimento à casta dos *sportsmen* – para disputar um jogo válido por um torneio de futebol no Brasil dos anos 1910, por exemplo.

Essas associações de torcedores não tinham a incumbência de produzir seu próprio sustento financeiro e tinham a função *lyrista* de ordenar a manifestação das multidões nos estádios de futebol:

[O chefe de torcida] se destacava nas arquibancadas por sua seriedade e compromisso, figura assídua e tradicional nos jogos, com uma capacidade de comunicação e com uma liderança tidas como inatas, reconhecidas pelos torcedores, pelos dirigentes e pelo policimento na coordenação do incentivo aos jogadores.²²¹

O reconhecimento dos líderes de torcida por parte de policiais, dirigentes e pelos outros torcedores é uma importante evidência do papel de organização exercido pelos líderes de torcida durante a Era Vargas. Os propósitos de ordenamento de disciplinarização das multidões por meio das TUs é matéria de interesse do regime de Futebol de Estado e d'A *Gazeta*

²²¹ Holanda, op. Cit., p. 103. Grifos meus.

Esportiva, o jornal esportivo que assumiu a missão de promover os valores estadonovistas para o esporte.

Uma ilustração da apologia feita pelo jornal ao papel das TUs como fomentadoras do bom comportamento dos torcedores nas arquibancadas dos estádios pode ser encontrado numa matéria produzida sobre a TU do Corinthians, que foi realizada com seu líder, Tantã:

As torcidas uniformizadas dão um cunho de beleza e elegância ao nosso futebol. Enfeitam os campos, contribuem para a educação dos adeptos e constituem organizações úteis aos clubes. [...] Na garrida turma corintiana o respeito à disciplina deve ser cultivado rigorosamente. Um só gesto incompatível com sua finalidade acarreta ao seu integrante a suspensão ou exclusão.²²²

Tantã, líder da torcida do Corinthians, dizia em 1941 que elegância e disciplina eram elementos fundamentais para que um membro permanecesse nos quadros da associação. Segundo o jornal, mau comportamento ou indisciplina não eram tolerados.

Além de chefe da torcida, Tantã era um associado do clube. Era, portanto, uma pessoa que se destacava – socialmente, inclusive – em relação à massa. Sua missão era ser exemplo e motivação para os *assistentes*, isto é, todos aqueles que iam aos estádios mesmo sem possuir vínculo oficial com o clube, o que se tornou cada vez mais comum dos anos 1930 em diante. Os componentes das torcidas do estado de São Paulo – público para o qual Mazzoni se dirigia – eram “sobretudo jovens de classe média, na sua maioria sócios dos próprios clubes, cujas atividades torcedoras somavam-se aos interesses e aspirações dos diretores das referidas associações esportivas”²²³.

Para o caso paulista, as torcidas mais importantes são as do São Paulo FC (daqui em diante, também somente “São Paulo”), SC Corinthians Paulista (daqui em diante, também somente “Corinthians”) e SE Palmeiras (daqui em diante, também somente “SEP” ou “Palmeiras”). As manifestações das associações de torcedores dessas equipes são extremamente ilustrativas do que foi desenvolvido até aqui. É pertinente destacar alguns capítulos dessa história, pois será a partir desses que se terá o parâmetro de comparação com o que virá no futuro.

As associações de torcedores, enquanto modelo de torcida para toda a massa *assistente*, eram incumbidas de dar o exemplo do “bom torcer” a todo momento. Portanto, era praxe que

²²² Cf. *GE*, 01º de novembro de 1941, p. 10. Entrevista com o Presidente da torcida uniformizada do Corinthians, Tantã.

²²³ TOLEDO, Luiz Henrique de. *Lógicas do Futebol: dimensões simbólicas de um esporte nacional*. Tese de Doutorado, disponível online em http://www.ludopedio.com.br/rc/upload/files/115801_Tese_completa.pdf. Página 251.

os chefes de torcida se cumprimentassem e eventualmente, inclusive, trocassem as bandeiras de seus respectivos clubes antes ou durante as partidas para demonstrar seu espírito esportivo.

Um exemplo do “bom torcer” esperado pela *GE* e pelos ideólogos do regime de Futebol de Estado varguista acontece no dia 23 de maio de 1943. O jornal do dia seguinte mostra fotos das torcidas de SEP e Corinthians num dia de jogo entre as duas equipes no estádio do Pacaembu. Verifica-se que a torcida uniformizada do Corinthians elaborou um mosaico com a letra “P” – de Palmeiras – em homenagem a seu rival. Já a torcida uniformizada da SEP ostentava dezenas de bandeiras individuais com o símbolo do clube rival²²⁴. Isso parece surpreendente? A confraternização entre torcidas rivais era bastante comum nesse período, e as ações que envolviam trocas de símbolos clubísticos entre torcidas eram muito frequentes durante a vigência do concurso de torcidas da *GE*. Os atos que geravam mais repercussão na *GE*, entretanto, eram aqueles que se inclinavam à exaltação do nacionalismo, ou do presidente da Nação.

Em 14 de abril de 1943, a *GE* reporta que a torcida do São Paulo levou retratos do presidente Getúlio Vargas²²⁵ para o Pacaembu para homenageá-lo por ocasião de seu aniversário. Em 03 de maio de 1943, reporta-se que a torcida do Corinthians também levou retratos do presidente da República para o estádio, além de retratos de Cásper Líbero,²²⁶ fundador e dono de *A Gazeta Esportiva*.

A violência entre torcedores por razões interclubistas não era uma questão nem para a mídia esportiva nem para o Estado nos anos 1940. Mesmo em jogos decisivos entre grandes equipes rivais da cidade – os chamados *clássicos* – não era comum haver conflitos entre distintos grupos de torcedores por essas razões.

Por serem constituídas majoritariamente por sócios dos clubes – que por definição pertenciam a um estrato social superior – e por carregarem a missão de serem os portadores dos ideais esportivos do regime de Esporte de Estado varguista nas arquibancadas, as associações de torcedores possuíam um convívio pacífico entre si. Brigas entre associações de torcedores de clubes rivais era algo que estava absolutamente fora do radar do policiamento ou dos organizadores dos eventos esportivos, e não era raro que uma TU comparecesse a um jogo que não fosse disputado por sua equipe para fazer uma apresentação válida pelo Duelo de Torcidas da *GE*.

²²⁴ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 24/05/1943, p. 3.

²²⁵ Cf. *GE*, 19/04/43. P. 14.

²²⁶ Cf. *GE*, 03/05/43. P. 6.

Em 19 de Junho de 1943, num jogo disputado no Pacaembu entre São Paulo e SEP, que teve público de 60 mil pessoas, fizeram-se presentes as torcidas uniformizadas de São Paulo, SEP e Corinthians. Esta última, a despeito da ausência de sua equipe no gramado, produziu nas arquibancadas um mosaico cuja unidade formava a bandeira do Brasil. Essa construção foi um ato inédito e encantou os avaliadores da *GE*, que deram à torcida do Corinthians a vitória no concurso daquele dia²²⁷.

As torcidas uniformizadas do estado de São Paulo contribuíam para a manutenção da ordem em eventos públicos que frequentemente recebiam milhares de pessoas. Além disso, promoviam o culto ao futebol – elemento já vinculado à identidade brasileira popular consagrada nos anos 1930 por Mário Filho, entre outros – e, mais importante que isso, o culto à Pátria e à figura de seu presidente.

Esse modelo foi tão bem-sucedido que foi levado à capital federal. Muito embora as torcidas do RJ se reivindicuem cronologicamente anteriores às de SP, há registros na mídia carioca que apontam que foram, na verdade, as paulistas que lhes serviram de modelo. E não se trata de qualquer jornalista carioca, mas do próprio Mário Filho:

[...] destaque para as duas torcidas [Corinthians e São Paulo, no caso]. O Pacaembu engalanou-se todo [...] aquela multidão que encheu literalmente as suas dependências, ganhando um colorido ainda mais pronunciado com a atuação destacada, cheia de bom humor e originais números, das duas torcidas uniformizadas.²²⁸

Nesse mesmo mês Mário Filho afirmou que “um exemplo que o público carioca deve imitar é o apoio de São Paulo ao futebol bandeirante”²²⁹. As duas últimas citações de Filho sugerem que o projeto de João Lyra Filho levado a cabo por Mazzoni por meio da *GE*, em São Paulo, se tornou hegemônico em todo o Brasil, inclusive na capital federal, cujo principal editor esportivo tentara de forma fugaz, ainda em 1936, via *concurso de torcidas* de seu próprio jornal, fomentar um tipo de torcida bastante diverso do paulista dos anos 1940.

É notável que a difusão do modelo de torcida uniformizada do Estado Novo, proposto por Lyra e executado por Mazzoni em SP, tenha se deslocado para a capital federal não por imposição, mas espontaneamente.

Pode-se dizer que as torcidas uniformizadas da Era Vargas eram, por um lado, uma extensão da própria direção do clube – que, não custa lembrar, era a principal financiadora das

²²⁷ Cf. *GE*, 19/06/43. P. 16.

²²⁸ Cf. *JS*, 04 de maio de 1943. P. 2. Apud BRAGA, Jorge Luiz Medeiros. *As Torcidas Uniformizadas (Organizadas) de Futebol no Rio de Janeiro nos anos 1940*. In *Esporte e Sociedade*, ano 5, n° 14, mar.2010/jun.2010. p. 14.

²²⁹ Cf. Braga, op. cit., p. 3.

atividades das torcidas – e, por outro, a corporificação de um projeto estatal-midiático que visava produzir determinados efeitos sociais.

Algumas páginas acima foi afirmado que a violência entre as associações de torcedores de clubes rivais não era uma questão para o Estado nem para os organizadores das partidas nos anos 1940. Isso não significa, porém, que não houvesse violência, ou atos de indisciplina em jogos de futebol. Significa apenas que eles somente não aconteciam entre torcidas uniformizadas.

O papel das TUs dos anos 1940 não era conter a violência interclubista, mas sim a violência e indisciplina da massa *assistente*, frequentemente composta por classes populares. O "bom comportamento" entre as torcidas uniformizadas nesse período nada diz sobre o comportamento dos torcedores não-uniformizados nesse mesmo período.

Conforme foi anteriormente, as TUs eram um elemento de auxílio à manutenção da *ordem* nos estádios, o que leva a concluir que, se houvesse algum caso de *desordem*, esse tenderia a acontecer não dentro, mas fora da TU. Essa situação é evidenciada durante o primeiro torneio de torcidas promovido pela *GE*. Em algumas passagens do jornal sobre o tema fica claro que a postura das TUs não era compartilhada pela totalidade do público que frequentava os estádios de futebol.

Em junho de 1943, Mazzoni escreve um editorial criticando os torcedores passionais, que não entendiam o verdadeiro espírito esportista e se deixavam dominar pelos impulsos: “vingativos, passionais, prejudicam o espetáculo”²³⁰. Não é difícil notar a similaridade desse discurso com o de Lyra Filho, em *A Função Social dos Desportos*. A sequência do argumento de Mazzoni também o aproxima de Lyra:

Contudo, o que tem melhorado um pouco esse fanatismo pessoal são as torcidas uniformizadas, que reúnem os sócios em um grande grupo sob o controle de pessoas equilibradas e de mais responsabilidade, e sob a ação direta da diretoria. [...] Aí, nesse conjunto, não há lugar para afeiçoados de má conduta.²³¹

Um caso muito ilustrativo sobre a forma como a relação entre violência e torcidas uniformizadas se dava nos estádios durante a Era Vargas aconteceu com a torcida da SEP. Em julho de 1943, a *GE* reporta que, num jogo entre Palmeiras e Corinthians, houve um caso de indisciplina em meio à torcida da SEP. O chefe da torcida foi acionado, e tentou repreender o infrator, mas foi desacatado e quase agredido²³². Foi um escândalo.

²³⁰ Mazzoni, Thomaz “Torcedores!”. In *GE*, 26/06/1943. P. 2.

²³¹ Mazzoni, idem. In *GE*, 26/06/1943. P. 2.

²³² Cf. *GE*, 12 de julho de 1943, p. 7.

A ameaça de um assistente a um chefe de torcida reconhecido pela *GE*, pelo próprio clube e – indiretamente – pelo Estado, colocava toda a estrutura pensada por João Lyra, Thomaz Mazzoni e colaboradores varguistas em xeque. A atitude do torcedor indisciplinado representava um insulto ao planejamento que vinha sendo meticulosamente desenvolvido pelo Estado e pela mídia esportiva até então.

Diante disso, Thomaz Mazzoni se dirigiu diretamente às "autoridades oficiais de nosso futebol" e exigiu que estas garantissem a integridade e a soberania do chefe da torcida da SEP durante os jogos de sua equipe. A *GE* cobrou o poder público e o poder esportivo para que esta figura – do líder de torcida – fosse respeitada²³³.

As torcidas uniformizadas de futebol na cidade de São Paulo – que foram as precursoras do modelo institucional no Brasil – reuniam o que imprensa, dirigentes, polícia e Estado reconheciam como os *bons torcedores* ou, se tomados coletivamente, a *boa torcida*. Os componentes das TUs de SP eram incumbidos de dar ordem à parte do espetáculo esportivo que transcendia o campo de jogo. A eles cabia dar a todos os torcedores, incluindo os "passionais" e os "vingativos", o exemplo de como o barulho deveria ser produzido, quais gritos poderiam ou deveriam ser entoados, como os gestos coreográficos deveriam ser executados, enfim. Estavam lá para ensinar à massa assistente um jeito de torcer que era o *certo*.

Dos anos 1940 em diante, conforme a figura do jogador profissional de futebol foi ganhando força, o *ethos* amador que envolvia jogar pela camisa sem cobrar nada por isso praticamente sumiu dos círculos de jogadores de alto nível do país²³⁴. Se dentro dos campos a ética amadorista sumiu, a mídia julgava tê-la encontrado fora deles:

[...] o discurso referente ao torcedor perseverava-o e reinventava-o sincronicamente como um dos últimos elos da cadeia imaginária com o amadorismo no futebol [...], haja vista o fato de seu pertencimento clubístico não se pautar em interesses financeiros, utilitários ou pecuniários diretos, mas em uma filiação de ordem afetiva e passional.²³⁵

As principais consequências do regime de Futebol de Estado varguista foram, portanto, a) a conclusão do processo de profissionalização dos jogadores de futebol; b) a nacionalização das administrações de todos os clubes; c) a implementação de uma entidade estatal (o CND) para controle do esporte; d) o fim da disputa entre diferentes entidades para o controle nacional e local do esporte; e) a popularização da prática e da *assistência* do jogo; f) a criação de um clube *nacional e popular* (o Flamengo) à imagem e semelhança que o próprio Estado Novo

²³³ Cf. *GE*, 12 de julho de 1943, p. 7.

²³⁴ Apud HOLLANDA. *O clube como vontade e representação*, p 112.

²³⁵ Holanda, op. cit., p. 112.

tinha de si e, por fim, g) o surgimento de grupos de torcedores cujo escopo era apoiar seus respectivos clubes dentro dos limites cívicos e morais delineados pelos próprios representantes do Estado que se debruçaram sobre esta questão.

Por fim, é necessário levantar um comentário sobre a peculiaridade do regime de Futebol de Estado adotado no Brasil durante a Era Vargas em relação aos regimes de Futebol de Estado experienciados no nazifascismo europeu: como mencionou-se no capítulo 1, as medidas adotadas para a contensão da violência nos estádios, especialmente na Alemanha e na Espanha, passaram pela brutal repressão policial e punição individual para torcedores violentos e/ou malcomportados.

Na Alemanha, temos registro²³⁶ de que o governo nazista designava à SA²³⁷, a milícia Partido Nazista, a missão de fazer o controle de segurança em grandes partidas de futebol. Na Espanha, o jornal *Marca*²³⁸ registra a ameaça do Estado de que torcedores com comportamento violento nos estádios poderiam ser conduzidos para campos de concentração como punição a seus atos.

Não há nenhum registro de medidas ou ameaças similares adotadas pelo Estado brasileiro no sentido do controle da violência nos estádios de futebol. Se os regimes de Futebol de Estado acima mencionados optaram pelo caminho repressor para promover o bom comportamento dos torcedores nos estádios, o regime de Futebol de Estado brasileiro – por meio de seu ideólogo, João Lyra Filho – optou por um caminho *educador* para resolver a mesma questão.

É neste ponto que as TOBR se tornam um objeto de relevância internacional, pois elas foram a primeira resposta não-repressiva dada de forma planejada e sistemática por um regime de Futebol de Estado ao problema da violência e do mau comportamento de torcedores nos estádios de futebol dentre todos os regimes de Futebol de Estado analisados até este ponto da tese.

²³⁶ Oswald, op. cit., p. 291.

²³⁷ Sigla para *Sturmabteilung*

²³⁸ Cf. Jornal *Marca*, 02 de dezembro de 1943. In Ackermann *Zwischen politischer Instrumentalisierung und Eskapismus*, op. Cit., p. 116.

2.12. Conclusão do capítulo

A criação do Conselho Nacional de Desportos, o CND, em 1941, é o ato marcador do início do regime de Esporte de Estado no Brasil; sua missão – apresentada mais de uma vez no decreto de sua criação, o nº3199 – era dar caráter nacional para os esportes brasileiros.

A autoridade do CND colocou os esportes brasileiros a serviço do Estado, da mesma forma como já havia sido feito na Itália desde os anos 1920 e na Alemanha desde 1933. A inspiração nazifascista da política esportiva brasileira que se corporificou no CND é evidenciada pelo fato de o governo Vargas ter enviado um emissário para a Alemanha em plenos Jogos Olímpicos de Berlim, realizados em 1936, para a realização de um estudo sobre a forma como os esportes estavam sendo organizados e politicamente instrumentalizados pelo regime nazista.

No nível dos clubes, a criação do CND significou o fim da liberdade dos atores da sociedade civil na disputa pela hegemonia na gestão do esporte nacional, já que este ato submeteu tanto os defensores do profissionalismo quanto os defensores do amadorismo à autoridade esportiva estatal. Um efeito dramático da nacionalização dos esportes foi a perseguição de muitas associações civis fundadas por imigrantes (mesmo daqueles não ligados ao “Eixo”) mediante a acusação da “ameaça estrangeira” no contexto da Segunda Guerra Mundial.

A mídia esportiva, que já vivia sob censura desde dezembro de 1939 por ocasião da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, foi também protagonista no processo de implementação do regime de Esporte de Estado do governo Vargas. Um importante ator deste processo foi o editor-chefe d’A *Gazeta Esportiva*, Thomaz Mazzoni, um ítalo-brasileiro que tomava o modelo fascista de gestão esportiva como inspiração para o devir do esporte brasileiro. Foi Thomaz Mazzoni o responsável pela operacionalização do plano estadonovista (arquitetado pelo acadêmico paraibano João Lyra Filho) para os eventos esportivos que atraíam grandes massas de espectadores para os estádios: por meio da criação de um Duelo de Torcidas sob a tutela da própria *Gazeta Esportiva*, a mídia esportiva simpática ao Estado Novo possuía um eficiente canal para orientar o sentido das manifestações de torcedores dentro dos estádios de futebol e, ao premiar as associações de torcedores que se comportassem da forma prescrita pelos organizadores do torneio, fazer com que o esporte promovesse uma mensagem amplamente conveniente aos propósitos estadonovistas.

Foi, portanto, sob a tutela do Duelo de Torcidas d'A *Gazeta Esportiva* que ganharam institucionalidade as primeiras associações de torcedores de São Paulo, cujo perfil era o seguinte: formadas basicamente por gente socialmente *distinta* (associados do clube social), monopolistas na organização das atividades das arquibancadas (só havia uma torcida por clube), financiadas por dirigentes ou pelo caixa dos próprios clubes, agrupadas aos redor de um líder [de torcida] que possuía bom relacionamento tanto com os dirigentes (os responsáveis pelo financiamento direto ou indireto das atividades da torcida), quanto com policiais (a quem auxiliavam nas questões de segurança), quanto com jogadores, técnicos, e torcedores não-uniformizados. Mário Filho, do *Jornal dos Sports*, registra que as torcidas do Rio de Janeiro, ao ganharem institucionalidade também nos anos 1940, seguiram o modelo paulista-mazzonista de associações de torcedores.

As TOBR dos anos 1940 tinham a missão de levar a paz aos estádios e a de ser o exemplo do “*bom-torcer*”, isto é, servir de modelo para todos aqueles que iam assistir às partidas, mas não eram sócios do clube, os chamados *assistentes*. Nesse arranjo, a violência nos estádios, quando havia, se dava fora das TOBR.

CAPÍTULO 3. O DESENVOLVIMENTO DAS TOBR DENTRO DO REGIME DE FUTEBOL DE ESTADO

Somente é possível afirmar a plenitude de um regime de Futebol de Estado quando existe um controle institucional do governo sobre a entidade que gere os esportes de um país. No Brasil, isso aconteceu pela primeira vez no ano de 1941, quando o governo de Getúlio Vargas criou uma entidade estatal para a gestão dos esportes em nível nacional, o Conselho Nacional de Desportos (CND); aconteceu pela segunda vez, ao final de 1968, quando João Havelange – cuja trajetória será detalhada adiante – se dispôs a colocar a Confederação Brasileira de Desportos (CBD, uma entidade privada) a serviço do Regime Militar.

O regime de Futebol de Estado varguista operou em plenitude desde a criação do CND até o fim do Estado Novo, ocorrido em 1945. A partir de sua fundação até meados dos anos 1960, o CND operou como a entidade mais importante da administração esportiva em nível nacional, mantendo a própria CBD – outrora hegemônica na administração esportiva brasileira – sob seu comando.

Como foi visto no capítulo anterior, o regime de Futebol de Estado varguista reprimiu algumas das tendências de Mercado que rondavam o esporte nacional e canalizou seus esforços para a criação de uma moral esportiva altruísta e abnegada em relação à Pátria, em oposição a uma moral profissional e economicamente interessada que caracteriza os interesses de Mercado.

Um dos principais canais para a difusão da referida moral esportiva estadonovista foi o periódico esportivo paulista *A Gazeta Esportiva (GE)*, editada pelo ítalo-brasileiro Thomaz Mazzoni, que tinha as referências do regime de Futebol de Estado fascista e acreditava firmemente ser este o regime esportivo mais apropriado também para o esporte brasileiro.

A estrutura institucional do CND varguista, aliada ao apoio midiático da *GE*, levou à institucionalização das primeiras torcidas uniformizadas de futebol do Brasil. Registros atestam que o modelo nacional para as torcidas uniformizadas brasileiras foi posto em prática pela primeira vez não na capital federal – como se poderia esperar –, mas na capital paulista. Acreditamos que *A Gazeta Esportiva* e o apoio de Thomaz Mazzoni para a criação e consolidação do Duelo de Torcidas, no início dos anos 1940, foram essenciais nesse processo.

Com a institucionalização das torcidas uniformizadas que possuíam uma estrutura hierarquizada ao redor de um “líder”, responsável por organizar as atividades da instituição e conferir-lhe um ordenamento moral, o alcance do regime de Futebol de Estado varguista se apresentava como quase total.

Em primeiro lugar, os *governing bodies* ficaram sob total controle do Estado. O CND foi criado como entidade centralizadora das operações esportivas no Brasil, submetendo a própria CBD a essa estrutura. Seguindo o Decreto 3199, de 1941, nenhuma representação ou entidade esportiva brasileira possuía o direito de representar o país onde quer que fosse sem o devido consentimento do CND.

Em segundo lugar, os clubes passaram por um processo final de *nacionalização*. Foi visto que, especialmente em 1941 e 1942, uma série de clubes esportivos brasileiros fundados por imigrantes estrangeiros – especialmente europeus ou japoneses – foram ou fechados ou tiveram que reestruturar todas as suas diretorias com quadros nacionais. Isso por vezes implicou a perda de patrimônio ou sua transferência para as entidades que não possuísem vínculos com imigrantes.

Ainda nesse sentido, por influência de José Padilha e Mário Filho, o Clube de Regatas do Flamengo foi alçado à categoria de clube da *Nação*, por ter aberto mão de seu *ethos* elitista e passar a apresentar-se ao povo brasileiro – por meio do *Jornal dos Sports* – como o clube do Brasil, do Novo Brasil, em sintonia com a ideologia popular-nacionalista característica do governo de Getúlio Vargas desde os anos 1930.

Em terceiro lugar, a produção midiática esportiva foi direcionada para um conteúdo nacionalista. O *Jornal dos Sports* adotou essa linha a partir de 1936, quando Mário Filho e seus associados o compraram de Agemirol Bulcão. Contudo, como o filho de Mário Rodrigues não era simpatizante do uso do esporte como ferramenta de culto ao Estado, acabou perdendo sua hegemonia para Mazzoni e a *GE* nos anos em que vigorou o regime de Futebol de Estado de Getúlio Vargas.

Por fim, com a colaboração de Mazzoni, a moral do regime de Futebol de Estado varguista alcançou pela primeira vez as arquibancadas dos estádios, por meio das Torcidas Uniformizadas²³⁹, as primeiras associações de torcedores. Com o Duelo de Torcidas e o destaque social a elas destinado nesse período, a mensagem do bom-comportamento nas arquibancadas e da disciplina em prol do Brasil atingiu seu último nível de difusão.

²³⁹ As Torcidas Uniformizadas dos anos 1940 eram bandas de música, cujo comando era centralizado em um líder. No decorrer desta tese, elas também serão designadas como “Bandas” ou “Charangas”.

3.1. Tendências de Mercado no futebol brasileiro pós-Vargas

Durante aproximadamente meia década, o regime de Futebol de Estado operou de forma plena na gestão de Getúlio Vargas. *Governing bodies*, clubes, mídia esportiva e torcedores estavam todos circunscritos ao projeto do Estado de tornar o esporte uma forma de integrar a população à ideologia pregada por seus governantes. A pergunta que fica é: como ficou toda essa estrutura após a saída de Getúlio Vargas da Presidência da República? O regime varguista de Futebol de Estado resistiu à saída de seu idealizador e executor do poder? A resposta é: “não”.

A saída de Vargas da Presidência da República acarretou uma série de mudanças na política brasileira em diversos âmbitos, não apenas no esportivo. Um dos dados mais relevantes nesse sentido provavelmente é o de que o Congresso Nacional foi reaberto após ter ficado fechado por sete anos. Além da reabertura do Congresso, foram convocadas as primeiras eleições livres no país, que resultaram na eleição de Eurico Gaspar Dutra, que assumiu o cargo no dia 31 de janeiro de 1946.

O fim do Estado Novo, a eleição de Eurico Dutra e a reabertura do Congresso evidenciam que a centralização de poder político que caracterizou o período de 1937 a 1945 havia acabado. Os poderes possuídos por Vargas durante aquele tempo já não mais estariam à disposição de nenhum presidente, o que levou a um processo de pluralização das instâncias de decisão política do país.

A estrutura de poder do regime de Futebol de Estado varguista persistiu à sua saída da Presidência da República. Os clubes e as federações mantiveram-se submetidos à autoridade da CBD, a qual continuou a operar como a entidade centralizadora do poder no esporte nacional, subordinada ao CND, o órgão estatal para controle do esporte.

Apesar da persistência da mesma estrutura de poder no esporte nacional, a ausência de GV – figura que fiava seu funcionamento orientado para os propósitos estadonovistas – da Presidência da República gerou margem para alguma flexibilização das práticas das entidades esportivas civis em relação ao que era preconizado pelo CND durante o Estado Novo.

Uma das práticas flexibilizadas, a partir do fim do Estado Novo, foi a do teto de gastos para os clubes de futebol brasileiros, que era também chamado de “convênio dos clubes”²⁴⁰. A ideia do convênio era evitar a expansão do mercado de jogadores de futebol no Brasil. Para isso, foi imposto aos clubes um limite de Cr\$ 4000,00 para pagamento de luvas e/ou premiações para jogadores de futebol. O objetivo dessa medida era conter gastos dos clubes de futebol e a

²⁴⁰ Cf. GE, 09 de março de 1946, p. 6.

prevenção a altos salários no esporte, já que esses poderiam representar uma ameaça à moral de amor altruísta e abnegado à Pátria instituída ao esporte brasileiro.

A instituição de tal convênio acabou por causar um transtorno aos clubes: tendo seus gastos com jogadores limitados por lei, os clubes mais ricos ofereciam – por baixo dos panos – a seus jogadores mais do que os Cr\$ 4000,00 convencionados. O excedente variava de clube para clube.

Evidentemente, os clubes de maior orçamento poderiam fazer ofertas muito maiores a jogadores do que clubes de menor orçamento. Para tornarem-se competitivos no incipiente *mercado de jogadores* – que aos olhos do CND não existia –, esses clubes de menor orçamento endividaram-se para oferecer compensações similares a seus atletas.

O paradoxo gerado por essa situação é que, apesar de boa parte dos clubes estar altamente endividada, por força do decreto do CND todos tinham suas contas no azul, e sequer poderiam se declarar com problemas financeiros, já que os problemas financeiros se davam por fora da contabilidade oficial²⁴¹.

Dessa forma, uma das primeiras medidas adotadas pelos clubes de futebol, após o fim do regime de Futebol de Estado varguista, foi a abolição do convênio.

Outro desajuste de Mercado produzido pelo regime de Futebol de Estado varguista foi a disputa de um Campeonato Brasileiro de Seleções Estaduais. De inspiração pré-profissional, esse torneio reunia os melhores jogadores de cada federação estadual e promovia um torneio de alcance nacional entre as federações, no mesmo formato da Copa do Mundo.

O problema desse formato de Campeonato é que os clubes que pagavam os salários dos jogadores eram obrigados a cedê-los sem custos para as Seleções Estaduais – o que certamente faziam contra a própria vontade²⁴². A interrupção na disputa do Campeonato Brasileiro de Seleções Estaduais²⁴³ foi outro entre os desdobramentos práticos do fim do regime de Futebol de Estado varguista.

Como foi anteriormente mencionado, os clubes estavam voltando a se deslocar na direção do Mercado, mas algumas estruturas de Esporte de Estado estadonovista ainda existiam e influenciavam os rumos a serem tomados pelo esporte brasileiro.

No âmbito da CBD, por exemplo, em substituição a Luiz Aranha – homem de confiança de Getúlio Vargas – foi eleito Rivadávia Meyer, ligado ao Botafogo e pivô (pelo lado amadorista) do dissídio esportivo no Rio de Janeiro, ocorrido em 1933. Embora não exatamente

²⁴¹ Cf. *GE*, 14 de março de 1946, p. 5.

²⁴² Cf. Sarmiento, op. cit., p. 106.

²⁴³ Cf. *GE*, 31 de dezembro de 1947, p. 11.

possuidor de uma moralidade estadonovista para o esporte, é indubitável que os ideais de Meyer estavam muito mais distantes do profissionalismo do que da ideologia moralista-nacionalista de Vargas para o esporte.

Até 1955, a filosofia varguista para o esporte encontrou respaldo na CBD com o próprio Rivadávia Meyer, e ainda tinha seu maior alicerce no CND presidido por Lyra Filho, que foi sucedido no comando da entidade por Manoel Vargas Netto, o filho de Getúlio Vargas.

A Era Vargas na política brasileira teve fim definitivo em 24 de agosto de 1954, quando Getúlio Vargas, no exercício da Presidência da República, cometeu suicídio. Se, após a saída de Vargas da Presidência, em 1946, os clubes já haviam iniciado movimentações no sentido de mudar algumas práticas herdadas do regime de Futebol de Estado estadonovista, o suicídio do presidente deixou a estrutura estadonovista de Esporte de Estado ainda mais fragilizada.

No contexto pós-1954, alguns atores do esporte brasileiro cujos ímpetus modernizantes e/ou reformistas eram travados devido às instituições estatais de gestão esportiva passaram a ter mais espaço para defender e – eventualmente – colocar em prática suas ideias.

A primeira grande mudança na estrutura de poder do esporte brasileiro aconteceu menos de um ano após o suicídio de GV: em janeiro de 1955, devido a problemas de saúde, Rivadávia Meyer teve que deixar a Presidência da CBD. Em seu lugar assumiu Sylvio Pacheco, tendo João Correa da Costa como vice-presidente e Emanuel Viveiros de Castro como secretário-geral²⁴⁴.

Sylvio Pacheco assumiu a Presidência da entidade quando ela passava por um momento inédito do ponto de vista institucional. O ineditismo da situação da CBD assumida por Pacheco em 1955 residia tanto no fato de ela ser oficialmente a instituição designada pelo Estado para gerir os esportes brasileiros em nível nacional quanto na ausência de um poder estatal forte sobre as ações do Poder Executivo da entidade. O CND continuou existindo, mas na ausência de um presidente da República que pretendesse usá-lo efetivamente, tornou-se uma ferramenta ociosa.

Para destacar a excepcionalidade das condições em que Pacheco assumiu a Presidência da CBD, é pertinente retomar brevemente um pouco da história da entidade, incluindo algumas passagens já contadas anteriormente: até meados dos anos 1930, não havia nenhuma estabilidade institucional no esporte brasileiro. Isso significa que a CBD, além de ser menor e contar com menos recursos, não tinha exclusividade sobre a gestão do desporto brasileiro, e não raro tinha que desviar de seu foco da administração esportiva para adentrar disputas

²⁴⁴ Cf. Sarmiento, op. cit., p. 91.

políticas, como foi o caso com a FBF de Arnaldo Guinle durante o dissídio esportivo, de 1933 a 1937.

Em 1937, veio a pacificação no esporte brasileiro, e a CBD se converteu na entidade hegemônica para a gestão esportiva no Brasil. A pacificação do esporte teve um preço, porém: a colocação de um homem do governo – Luiz Aranha – no comando da entidade, e sua posterior submissão ao comando de uma entidade estatal para a gestão esportiva – o CND, criado em 1941.

A estrutura de Esporte de Estado construída por Vargas vigorou com lastro político – o próprio Getúlio Vargas – até 1954, portanto, não é exagero dizer que nenhum presidente da CBD teve tanto poder e tanta autonomia à frente da entidade como Pacheco, Correa da Costa e Viveiros de Castro tiveram à frente da entidade, de 1955 em diante.

Com autonomia para delinear seus projetos à frente da entidade, Pacheco entendeu que era o momento de canalizar os esforços da CBD no futebol, o único esporte que lhe trazia lucros²⁴⁵. O veículo escolhido por Pacheco para direcionar seus investimentos no futebol foi a própria Seleção Brasileira de futebol. Com efeito, o dirigente elaborou um plano trienal de preparação para a equipe que contou com alguns torneios internacionais que geraram uma receita de mais de Cr\$ 2 milhões para a CBD²⁴⁶.

O foco na promoção do futebol brasileiro, por um lado, resultou no desinvestimento das modalidades esportivas amadoras, por outro. Em 1952, ainda sob a gestão de Rivadavia Meyer, a CBD havia enviado 107 atletas para os Jogos Olímpicos de Helsinque. Sob a gestão de Pacheco, a CBD enviou apenas 48 atletas para a disputa²⁴⁷ dos Jogos Olímpicos de Melbourne em 1956.

A priorização do futebol em detrimento dos outros esportes da CBD não foi benéfica para o poder de Pacheco à frente da entidade. Os representantes de todas as modalidades esportivas que não o futebol acabaram por atacar o sucessor de Rivadavia Meyer como um ignorante dos esportes olímpicos; sendo a CBD responsável pela gestão de todos os esportes brasileiros, inclusive os olímpicos, a posição de Pacheco acabou por tornar-se inviável para uma tentativa de reeleição. Havia um clamor por um candidato que mantivesse em bom nível as atividades do futebol brasileiro, mas que conseguisse conciliar essa missão com um maior investimento nos esportes amadores, cujos representantes eram a maioria do colégio eleitoral

²⁴⁵ Cf. *GE*, 05 de novembro de 1947, p. 12.

²⁴⁶ Cf. Sarmiento, op. cit., p. 92.

²⁴⁷ Cf. Sarmiento, op. cit., p. 93.

da CBD²⁴⁸.

Dessa forma, para o pleito a ser realizado em dezembro de 1957, Pacheco sequer chegou a lançar sua candidatura. Em vez disso, chegou a um consenso com Jean-Marie Faustin Goedefroid Havelange, vulgo João Havelange, que se candidatou como cabeça de chapa tendo o próprio Sylvio Pacheco como vice.

Havelange (daqui em diante também *JH*) não era oriundo do mundo do futebol. Sua experiência esportiva estava muito mais vinculada aos esportes aquáticos, como natação e polo aquático, do que ao esporte bretão. JH foi presidente tanto da Federação Paulista de Esportes Aquáticos como da Federação Metropolitana de Esportes Aquáticos. Conhecia profundamente a estrutura esportiva brasileira porque foi também conselheiro do CND²⁴⁹.

Seu primeiro desafio foi conquistar o apoio e a confiança daqueles setores que ficaram insatisfeitos com a gestão de Sylvio Pacheco: os esportes amadores. Dessa forma, Havelange despendeu muita energia e recursos sobre esses setores no início de seu mandato: dedicou um orçamento de 10,4 milhões de Cruzeiros para a realização de torneios de atividades olímpicas – especialmente atletismo e natação – e custeio de viagens de atletas para as respectivas competições, o que representava mais que o dobro do total de recursos arrecadados com os jogos de futebol promovidos pela CBD em 1958 – 4,8 milhões de Cruzeiros²⁵⁰. No ano seguinte, a soma destinada aos esportes amadores chegou a 19 milhões de Cruzeiros²⁵¹. JH não tinha vergonha de percorrer gabinetes de autoridades do Poder Legislativo e Executivo Federal para solicitar recursos, nem pudor de fazer grandes empréstimos com longos prazos de pagamento para financiar as atividades referidas²⁵².

O empenho demonstrado por JH em relação aos esportes olímpicos era brutalmente superior em relação ao mostrado por Sylvio Pacheco, seu antecessor. Sua eficiência em obter recursos para os esportes olímpicos nacionais foi convertida em apoio e confiança das federações e representantes de esportes amadores na CBD. De forma paralela ao suporte às modalidades olímpicas, sob a gestão de Havelange, a Seleção Brasileira de futebol chegou à sua primeira conquista de Copa do Mundo, ocorrida na Suécia de 1958.

O apoio das modalidades olímpicas associado à conquista da Copa do Mundo gerou para JH uma estabilidade política inédita à frente da CBD. Possivelmente não seria exagero

²⁴⁸ Cf. Sarmiento, op. cit., pp. 90-5.

²⁴⁹ Cf. Sarmiento, op. cit., p. 96.

²⁵⁰ Cf. Sarmiento, op. cit., p. 103.

²⁵¹ Cf. Sarmiento, op. cit., p. 104.

²⁵² Cf. Sarmiento, op. cit., p. 96.

dizer que até então nenhum presidente teve tanta estabilidade política no cargo.

Estabilidade política, no caso de Havelange, implicou em ainda maior confiança de seus representados e mais liberdade para o dirigente executar as propostas que tinha em mente para o futebol brasileiro.

A ausência da figura de Getúlio Vargas e, conseqüentemente, de um CND atuante e influente nas decisões da entidade permitiu ao dirigente orientar a entidade para práticas mais sintonizadas ao Mercado, algo que já era ambicionado por parte dos clubes e federações de futebol desde o final do Estado Novo.

Sabendo que a unidade geradora de lucros do futebol brasileiro eram os clubes de futebol, em seu segundo ano à frente da CBD, JH criou o primeiro torneio de clubes de âmbito nacional. Cabe lembrar que, até então, o futebol brasileiro ainda não havia assistido a nada que pudesse remeter a um campeonato nacional de clubes. O que mais se aproximava disso era o torneio entre seleções estaduais, criação do período pré-Vargas que fazia muito sentido durante o auge da rivalidade entre as federações paulista e carioca nos anos 1920 e 1930, mas já estava bastante obsoleta às vésperas dos anos 1960.

A criação de um torneio brasileiro que fosse atraente tanto do ponto de vista esportivo quanto do ponto de vista econômico não era de interesse somente dos clubes, mas também da própria Confederação, que dessa forma poderia arrecadar mais recursos para financiar suas atividades, que haviam crescido intensamente nos anos anteriores.

O campeonato de clubes criado por JH chamava-se Taça Brasil. Sua fórmula de disputa era a seguinte: reunia-se todos os campeões regionais do Brasil, organizando-os em chaves de “mata-mata”, sendo que aquele que sobrevivesse à final sagrar-se-ia campeão brasileiro.

O maior mérito do primeiro torneio de clubes de futebol de dimensão nacional foi dar protagonismo esportivo a clubes de unidades federativas menos ricas do país que constantemente ficavam à margem das disputas de futebol, polarizadas principalmente pelo eixo Rio-SP.

Coincidentemente ou não, o primeiro campeão do torneio foi o E.C. Bahia, proveniente do estado homônimo, que eliminou o Vasco da Gama na semifinal e o Santos de Pelé na final, para conquistar o título.

Do ponto de vista da política na CBD, era muito importante para João Havelange que os clubes e as federações de futebol de estados periféricos do país se sentissem atendidos pela entidade. Ao oferecer protagonismo às partes mais longínquas do país por meio da Taça Brasil, o dirigente cativou muitos poderes locais, que o apoiaram à frente da entidade por mais de uma

década²⁵³.

A Taça Brasil era, portanto, um grande negócio para a CBD e seu presidente, já que gerava receitas importantes com grandes jogos e também prestígio político de alcance nacional a seu dirigente. Da perspectiva dos grandes clubes do eixo Rio-SP, porém, não era o mais interessante dos torneios. Como a Taça Brasil reunia os campeões de cada estado, os estados do Rio de Janeiro e São Paulo (cada um possuidor de, ao menos, quatro grandes equipes) ficavam com, no mínimo, três de seus maiores clubes alijados da disputa e, portanto, sem as rendas auferidas pelo respectivo campeão estadual por meio da disputa da Taça Brasil. Neste ponto, cabe um parêntese: o início da década de 1960 foi, possivelmente, o período em que os clubes brasileiros de futebol, e mesmo a própria CBD, mais autonomia tiveram em relação ao Estado desde os anos 1930. O CND ainda existia, mas sua influência sobre as decisões tomadas pela alta cúpula do futebol brasileiro – concentrada na CBD – era sensivelmente inferior à exercida durante a Era Vargas.

Por esta razão, tanto a CBD – por meio de seu presidente João Havelange – quanto os próprios clubes puderam se tornar novamente senhores de seu próprio destino. Como foi dito anteriormente, a CBD movimentou-se no sentido de capilarizar-se e tornar-se presente em todas as regiões do Brasil. A Taça Brasil foi uma das principais ferramentas utilizadas para este fim.

A elite dos clubes de futebol do país buscava formas de tornar suas atividades mais lucrativas e rentáveis. Em meados dos anos 1960, os grandes clubes do eixo Rio-SP chegaram à conclusão de que os torneios estaduais geravam para eles menos receita e público do que poderiam. Gunnar Goransson, vice-presidente do CRF – clube mais rico da capital federal –, afirmou em outubro de 1966 que “*o futebol carioca só dá prejuízo*”,²⁵⁴ e que, com exceção dos clássicos, todos os jogos do campeonato estadual eram deficitários²⁵⁵.

Em São Paulo, a situação era menos dramática do que a descrita pelo dirigente carioca, mas os clubes de maior torcida também se ressentiam da falta de um torneio em que se jogasse exclusivamente contra outros times de grandes torcidas.

O anseio dos grandes clubes paulistas e cariocas era a criação de um torneio que fosse maior que os estaduais, porém mais interessante quanto ao aspecto técnico e ao aspecto financeiro do que a Taça Brasil.

Muito embora este anseio tenha sido externado publicamente somente na segunda

²⁵³ Cf. Sarmento, op. cit., p. 115.

²⁵⁴ Cf. *GE*, 24/10/1966, p. 10. Entrevista do vice-presidente de futebol do Flamengo, Gunnar Goransson, ao jornal.

²⁵⁵ Cf. *GE*, 24/10/1966, p. 10.

metade dos anos 1960, desde o início da década dirigentes cariocas e paulistas já discutiam qual seria a forma mais apropriada para gerar certa regularidade ao futebol em nível interestadual.

Estando o Estado mais ausente da gestão dos esportes nacionais do que esteve desde os anos 1930, o início dos anos 1960 apresentou a oportunidade mais promissora para que os grandes clubes de futebol do Brasil caminhassem na direção do Mercado. Não se falava em outra coisa que não um campeonato de alto nível técnico e rentável, não necessariamente nessa ordem.

A ideia de paulistas e cariocas era elaborar um torneio que reunisse os maiores clubes dos dois estados num formato similar ao Torneio Rio-SP, jogado pela primeira vez em 1933, sob organização da FBF de Guinle, disputado apenas por clubes grandes. Nas discussões para organização do torneio, falava-se em estabelecer um filtro de renda para a classificação para a disputa do tal torneio interestadual de elite²⁵⁶.

A discussão nesses termos é uma evidência do quanto os clubes de futebol brasileiro estavam se voltando para o Mercado. A cogitação de uma barreira de renda para a classificação de uma equipe para um torneio significa afirmar que o desempenho esportivo de uma equipe, por melhor que fosse, poderia não importar tanto quanto seu desempenho financeiro nas bilheterias. Esta postura significa a submissão dos valores esportivos aos valores financeiros.

Se tal critério fosse adotado, tornar-se-ia real a possibilidade de que um clube que se sagrasse campeão estadual fosse impedido de disputar o torneio interestadual de elite, caso não desempenhasse boas rendas durante o primeiro torneio. Esportivamente tal critério soa absurdo, mas a maioria dos envolvidos nas discussões não se opunha a ele *a priori*.

De fato, os clubes que mais se incomodaram com a sugestão deste critério foram os que se sentiram ameaçados de serem privados da disputa, caso ele entrasse em vigor: em terras paulistas, era a Portuguesa de Desportos-SP e, em terras cariocas, o Bangu-RJ²⁵⁷. Na mesma época em que se discutia a possibilidade da classificação por rendas para o interestadual de elite, também divagava-se sobre qual seria o critério mais justo para a fixação do valor do *passe* de um jogador. Este é outro elemento muito importante quando se fala sobre práticas de Mercado no futebol.

A discussão em torno da forma como deveria ser mensurado o valor do *passe* de um jogador tinha como objetivo encontrar uma forma não-enviesada para calcular o valor

²⁵⁶ *Folha de S. Paulo*, 01/02/1964, 1º Caderno, p. 38.

²⁵⁷ *Folha de S. Paulo*, 01/02/1964, 1º Caderno, p. 38.

financeiro do futebol de um jogador. Ao encontrar uma forma uniforme e homogênea para definir o valor do futebol de um jogador, estaria sendo dado o passo definitivo para a criação formal de um *mercado de jogadores*.

À época, o acordo produzido sobre o valor do passe de um jogador de futebol foi o de duzentos e quarenta vezes seu salário mensal.

Sobre a fixação do passe em 10 vezes o total de salário do craque em dois anos, o representante do Fluminense disse que os “pequenos” clubes serão prejudicados pela medida. ‘Um clube pequeno paga pouco ao jogador e seu passe, consequentemente, também custará pouco’.²⁵⁸

Tanto da perspectiva da tentativa da elaboração de um interestadual de elite quanto pela perspectiva da estipulação de um valor objetivo para o passe de jogadores de futebol, fica evidente que o período marca um movimento sistemático e constante dos clubes ricos do país no sentido de ampliarem suas diferenças competitivas em relação aos clubes menos ricos por meio de regras de Mercado.

Ao criar um torneio de futebol exclusivista com alto critério técnico e financeiro, ao mesmo tempo que se estabelecia regras para a compra de jogadores de clubes sabidamente menos potentes financeiramente, a elite dos clubes de futebol do eixo Rio-SP afirmava-se como os embaixadores do regime de Futebol para Mercado no Brasil.

No que tange o campeonato interestadual de elite, a concepção inicial era agregar num mesmo torneio os dez maiores e mais ricos clubes das duas principais cidades do país. Na visão dos dirigentes, isso dispensaria estes dez clubes de buscarem formas alternativas de captação de recursos, como diz o presidente do SCCP, Wadih Helu: “[*este torneio será*] *um grande negócio para os clubes, que poderão arrecadar muito mais do que nas excursões [para o exterior]*”²⁵⁹.

Dessa forma, o torneio interestadual de elite foi disputado pela primeira vez com esta proposta em 1964, quando foi batizado de Torneio Rio-São Paulo. Como o planejado, reuniu cinco clubes do RJ e cinco clubes de SP.

Em meados de 1966, começaram as discussões sobre a agregação de novos clubes à disputa. As federações de SP e RJ, organizadoras do torneio, estavam cientes de que os estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul possuíam clubes de apelo comercial e torcidas da mesma importância que os protagonistas do eixo Rio-SP. Em relação a Minas Gerais, 1965 foi o ano

²⁵⁸ *Folha de S. Paulo*, 01/02/1964, 1º Caderno, p. 38.

²⁵⁹ *Folha de S. Paulo*, 01/02/1964, 1º Caderno, p. 38.

de inauguração do Estádio Magalhães Pinto, conhecido por “Mineirão,” que era o segundo maior do Brasil na época e deslocou alguns dos holofotes do futebol nacional para o estado. Além da capital mineira, a cidade de Porto Alegre também contava com dois clubes importantes que possuíam equipes e instalações esportivas equiparáveis às de RJ e SP. Além de estruturados esportivamente, os clubes de MG e RS possuíam torcida em grande número para manter o nível econômico proposto da disputa entre os clubes de elite, de 1964 em diante.

Encerradas as negociações, ainda em dezembro²⁶⁰ de 1966 foi decidido que no ano seguinte o torneio interestadual de elite mudaria de formato. Até então disputado apenas por clubes de RJ e SP – o que lhe conferia o nome de Rio-SP –, agora o torneio passaria a extrapolar os limites das duas maiores cidades do país. O nome dado ao torneio de 1967 foi “Taça Roberto Gomes Pedrosa” (daqui em diante, RGP).

Dessa forma, além de cinco cariocas e cinco paulistas, o torneio RGP, de 1967, contou com dois mineiros, dois gaúchos e ainda um paranaense. A fórmula de disputa foi “todos contra todos” na primeira fase, de onde se classificaram quatro clubes, que em seguida jogaram entre si um quadrangular final.

O torneio foi um sucesso. A primeira fase do RGP de 1967 foi disputada no sistema de pontos corridos, fórmula que pela primeira vez colocou todos os grandes clubes do Brasil para jogarem entre si, inclusive os de fora do RJ e de SP.

Para o ano seguinte, as Federações de SP e RJ resolveram repetir a fórmula, mas não encontraram um consenso a respeito da quantidade de clubes que cada federação estaria autorizada a colocar na disputa do torneio. Remetendo às discórdias que levaram ao dissídio esportivo nos anos 1930, o torneio RGP de 1968 – sucesso de bilheteria no ano anterior – teve sua realização ameaçada por desentendimentos entre os dirigentes de federações estaduais.

Nesse sentido, ainda no final de 1967 já se propunha à CBD que assumisse a organização do RGP. Sendo a CBD a organizadora da Taça Brasil, seu presidente JH não era o ator mais interessado em assumir os encargos de organização de um torneio como o RGP. Quando indagado a respeito da possibilidade, afirmou que era “*justo que a supervisão [do RGP] ficasse a cargo de paulistas e cariocas que são os ‘donos da festa’*. Não pode a CBD ‘tomar conta’.”²⁶¹

Às vésperas da competição, porém, conforme paulistas e cariocas não chegavam a um consenso sobre a quantidade de clubes e a fórmula de disputa, decidiram então que a CBD seria

²⁶⁰Cf. *Folha de S. Paulo*, 02/12/1966. Ilustrada, p. 8.

²⁶¹ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 28/04/1968. p. 6.

a entidade mais indicada para organizar o torneio:

Não tendo havido unanimidade quanto ao número de participantes do RGP, na reunião do Comitê executivo, entendemos que deveríamos levar a questão à diretoria da CBD. Fundamentada nos Estatutos, a Entidade assumiu a responsabilidade do torneio em questão [...] ²⁶²

Foi assim que, ainda em 1968, a CBD assumiu a organização do RGP. A novidade deste torneio foi a inclusão de mais duas unidades federativas na disputa: foram incluídos os nordestinos EC Bahia e Clube Náutico Capiberibe. O fato inusitado em relação ao torneio de 1968 foi que a participação de dois clubes grandes do Nordeste brasileiro alçou o RGP à categoria de torneio nacional.

O paradoxo é que a CBD já possuía seu próprio torneio nacional, a Taça Brasil, que perdeu muito de seu prestígio após o RGP de 1967. Com as mudanças ocorridas em 1968, a CBD passava então a ser a responsável pela gestão de dois torneios de alcance nacional: o RGP, de elite, e a Taça Brasil, mais abrangente, porém menos prestigiosa técnica e financeiramente. A concorrência do RGP e a assunção de sua organização por parte da CBD acarretou na abolição da disputa da Taça Brasil, no ano seguinte, 1969.

O RGP, torneio organizado por grandes clubes com propósitos declaradamente de lucros financeiros e orientados para o Mercado, tornou-se o único torneio de clubes em nível nacional no ano de 1969.

Do ponto de vista da CBD, embora ela fosse a responsável pela organização do RGP a partir de 1968, ela não o geria como sua propriedade. O RGP era uma criação das federações de SP e RJ, cuja organização ficou com a CBD após a delegação daquelas. A Taça Brasil – essa sim, propriedade da CBD – permitia a Havelange uma margem muito maior de manobras políticas do que o RGP, um torneio concebido para fomentar as melhores práticas de Mercado no futebol.

A primazia do Mercado no RGP fez sua primeira vítima em São Paulo, no ano de 1970. No campeonato paulista deste ano, a Associação Portuguesa de Desportos, tradicional clube da cidade de São Paulo, foi superada tanto tecnicamente quanto financeiramente pela Ponte Preta, clube da cidade de Campinas²⁶³.

Até então, a Portuguesa havia disputado os três RGP da história, e também os Rio-São Paulo de 1964 a 1966. No entanto, bastou que o clube do interior paulista superasse o da capital e sua vaga no RGP trocou de dono. Durante o período de disputa do RGP deste ano, o clube

²⁶² Cf. *A Gazeta Esportiva*, 18/05/1968. p. 4.

²⁶³ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 07/09/1970. p. 5.

luso – sem ter onde jogar – teve que excursionar para fora do país para arrecadar dinheiro.

A necessidade da Portuguesa em ter que fazer excursões para bancar os custos de seu time de futebol profissional após ser alijada da disputa do RGP em 1970 é uma evidência de quão parcas eram as fontes de renda dos clubes de futebol nesse período: elas provinham basicamente das bilheterias de jogos e de eventuais festas promovidas nos clubes sociais.

A arrecadação com bilheteria era a principal base de sustento dos clubes, que somente com boas rendas tinham seu acesso garantido ao RGP entre os anos 1967 e 1970. Sendo as rendas com jogos um componente essencial para a participação no torneio de maior nível técnico e retorno financeiro do país, uma consequência da primazia de Mercado do RGP foi a construção ou ampliação dos estádios por clubes privados. Especialmente em São Paulo, onde teoricamente a quinta vaga estaria sempre em aberto, clubes tomaram a iniciativa de aumentar suas capacidades de receber público. Foi neste movimento que o Guarani de Campinas empreendeu a construção do Estádio ‘Brinco de Ouro’²⁶⁴ e a Portuguesa de Desportos empreendeu a reforma do Estádio do Canindé²⁶⁵, ambos particulares.

A instituição e consolidação do RGP como principal torneio nacional de clubes de futebol profissional alterou a dinâmica do esporte. Alterou o orçamento e o calendário dos clubes. Alterou a relação entre federações e CBD. Alterou também as relações de poder entre clubes de grande e de pequeno orçamento.

No nível dos torcedores, produziu uma mudança importante: por tratar-se de um campeonato de alcance nacional de médio prazo²⁶⁶, disputado somente entre clubes de grande torcida, o RGP contribuiu²⁶⁷ para a criação de uma nova rotina entre os torcedores dos clubes participantes, como as caravanas interestaduais a partir de 1967:

[...] A organização da Taça de Prata [outro nome dado ao RGP] no ano de 1967 permitiria aos cronistas do jornal a percepção do alargamento desse fenômeno no seu presente. As excursões agora não eram a Bangu, a Madureira ou a outros campos do subúrbio. Se as viagens a São Paulo também não eram inéditas, começava ao menos a se desenvolver de modo mais regular a partir de então. Os jogos fora do Rio estimulavam as viagens entre os torcedores, que travavam conhecimento com os adeptos de outros clubes e, desse contato, algum tipo de relação acabava por se estabelecer.²⁶⁸

²⁶⁴Cf. *A Gazeta Esportiva*, 14/07/1968. p. 20.

²⁶⁵Cf. *A Gazeta Esportiva*, 19/08/1970. p. 4.

²⁶⁶O RGP consumia, aproximadamente, 20 datas de jogo por clube.

²⁶⁷Este torneio era também chamado de “Taça de Prata”, um nome mais polido para referir-se internacionalmente ao torneio, internamente conhecido como ‘Robertão’.

²⁶⁸Hollanda, op cit, p. 463. Grifos meus.

Como evidencia o trecho acima, extraído de Hollanda, o RGP trouxe regularidade às viagens interestaduais de torcidas. As torcidas dos clubes do *núcleo duro*²⁶⁹ do RGP passaram quatro anos viajando atrás de seus clubes enquanto esse torneio existiu. A nacionalização da disputa futebolística e a regularização da mobilidade entre torcedores trouxeram novos aspectos para a dinâmica das torcidas.

O perfil de composição das associações de torcedores de futebol dos anos 1960 era, porém, sensivelmente diferente do perfil típico das associações de torcedores fundadas nos anos 1940, apresentadas nós em capítulos anteriores. A próxima subseção se dedicará a descrever a trajetória da mudança do perfil dessas associações durante este intervalo de tempo.

²⁶⁹ Adotaremos a expressão *núcleo duro* para referirmo-nos aos clubes que participaram de todas as quatro edições do RGP, que foram somente 12: Flamengo, Fluminense, Vasco e Botafogo pelo RJ; São Paulo, Santos, Corinthians e Palmeiras por SP; Atlético e Cruzeiro por MG; Internacional e Grêmio pelo RS.

3.2. A popularização e o envelhecimento das TUs varguistas

O fato de as primeiras Torcidas Uniformizadas da História brasileira terem sido fundadas no âmbito do regime de Futebol de Estado varguista, passando pelo rigoroso crivo moral de Thomaz Mazzoni, contribuiu para que sua relação com a *massa assistente*²⁷⁰ fosse muito mais de *distinção* do que de *integração*.

Conforme foi desenvolvido em capítulos anteriores, a concepção que orientou as Torcidas Uniformizadas paulistas foi fortemente inspirada nos valores de Mazzoni e de João Lyra Filho – o principal ideólogo do regime de Futebol de Estado varguista –, que as pensava como exemplo e educação para todos os outros elementos que compareciam aos estádios de futebol, mas ainda não compartilhavam dos códigos de conduta idealizados pelo Estado para aquele espaço.

Também foi dito anteriormente que, pelo fato de compartilhar a ideologia estadonovista para o esporte, Thomaz Mazzoni levou *A Gazeta Esportiva* a exercer na mídia esportiva brasileira um protagonismo desproporcionalmente grande, que até os anos finais da década de 1930 era exercido por Mário Filho e a coalizão administradora do *JS*.

Dessa forma, durante o período de vigência do Estado Novo, a *GE* foi o principal veículo de difusão no que diz respeito às torcidas de futebol. Pelo fato de ter sido a própria *GE* a promotora das primeiras temporadas do Duelo de Torcidas (em 1943, 1944 e 1945) e a definidora dos critérios para titulação das campeãs, o periódico paulista influenciou decisivamente a forma de organização e manifestação dessas associações durante este período.

Não é exagero afirmar que o protagonismo da *GE* em relação às torcidas de futebol durante os anos em que vigorou o regime de Futebol de Estado varguista no Brasil se deve totalmente ao apoio institucional conferido pelo CND – não custa lembrar, comandado por João Lyra Filho, que possuía muita afinidade moral com Thomaz Mazzoni – para que as arquibancadas dos estádios paulistas adquirissem as feições planejadas pelos homens do governo.

O final do regime estadonovista em 1946 não representou necessariamente o fim do protagonismo da ideologia esportiva de Thomaz Mazzoni dentro de *A Gazeta Esportiva*. Como

²⁷⁰ Massa assistente, ou simplesmente assistentes, é o nome dado por alguns setores da mídia e da literatura sobre torcidas de futebol aos outros torcedores que compareciam aos estádios na primeira metade do século XX, mas não eram associados do clube nem faziam parte das TUs

foi dito acima, a estrutura de poder varguista no esporte só foi definitivamente deixada para trás em meados dos anos 1950, após o suicídio do então presidente da República.

A despeito da permanência de boa parte das estruturas erguidas durante o regime de Futebol de Estado varguista, a saída de Vargas do comando do Poder Executivo Federal, a restauração do regime democrático no país e o fim da censura fizeram com que a narrativa mazzoniana a respeito do Futebol de Estado ficasse relativamente descontextualizada e obsoleta.

Além da perda de vigor da narrativa de Futebol de Estado, o fim da censura trazia novamente aos cariocas do *JS* a possibilidade de recuperar o protagonismo perdido durante o Estado Novo, cujo projeto moralista para o esporte destoava dos propósitos editoriais do jornal.

Essas foram, portanto, as duas principais consequências do final da ditadura varguista tanto para a mídia quanto para as torcidas: o *JS* recuperou sua autonomia editorial e, portanto, seu protagonismo na mídia nacional. Além disso, o fim da operação do regime de Futebol de Estado no Brasil descontinuou o ímpeto da própria *GE* em promover o Duelo de Torcidas nos mesmos moldes em que era promovido entre 1943 e 1945.

De modo geral, a forma de interação entre mídia esportiva brasileira e torcidas de futebol mudou após o fim do regime de Futebol de Estado. Uma importante evidência disso situa-se na própria *GE*: já no ano de 1946 não é possível encontrar no jornal nenhuma menção ao Duelo de Torcidas, torneio promovido de forma insistente pelo periódico em anos anteriores.

Além da ausência de menções ao Duelo de Torcidas – devido à ausência de menções no jornal, não é possível sequer saber se ele foi realizado em 1946 –, é notável como a abordagem do jornal paulista em relação aos torcedores de futebol muda: no Estado Novo, era comum que as TUs saudassem o presidente Vargas com faixas e mesmo retratos do político nas arquibancadas, o que faz sentido nesse contexto de plena operação do regime de Esporte de Estado. Finda a ditadura varguista, o culto ao Estado e mesmo o culto à pessoa do presidente perderam muito de sua força. Como esses eram alguns dos elementos das TUs que mais interessavam ao jornal que promovia o Duelo de Torcidas (a *GE*), faz sentido que elas tenham perdido muito de seu destaque midiático a partir de 1946.

Com o fim do Estado Novo e da operação plena do regime de Futebol de Estado que nele vigorou, o foco das lentes da *GE* foi deslocado das TUs para torcedores individualmente

clicados nos estádios²⁷¹, a quem eram oferecidos prêmios em dinheiro a ser retirados na sede do jornal.

A mudança de foco da câmera do jornal que foi o maior fomentador das associações de torcedores durante o Estado Novo para os torcedores que nada tinham a ver com as TUs representa um importante rompimento do jornal em relação a sua ideologia esportiva de outrora. A atribuição de protagonismo a torcedores não-uniformizados dava relevância social àqueles que não eram associados ao clube e, na grande maioria das vezes, provinham de classes sociais inferiores e compareciam aos estádios por uma simples questão de vínculo afetivo com seus respectivos times de futebol. Os torcedores tomados individualmente eram, na maioria das vezes, *assistentes*, isto é, indivíduos que pagavam pelo ingresso para assistir à partida mesmo sem possuir nenhum vínculo associativo com os clubes cujos times se enfrentavam em campo.

A convergência da *GE* para um caminho editorial que, dez anos antes, poderia ser reputado como tradicional do *JS* indica a vitória do último no que tange ao relacionamento entre mídia esportiva e torcedores de futebol a partir da segunda metade da década de 1940. Após o interstício estadonovista, a abordagem passional-popular sobre o futebol característica do *JS* saía vitoriosa em relação à abordagem moralista-nacionalista da *GE*, o que se verifica no próprio periódico paulista no período pós-1946.

O deslocamento da representação da figura do torcedor nas páginas dos principais jornais esportivos no Brasil indicava uma mudança de perspectiva em relação ao que significava ser torcedor de futebol no regime de Futebol de Estado varguista e o que significava ser torcedor de futebol após o fim do Estado Novo, quando o regime de Futebol de Estado parou de funcionar em plenitude:

Ao invés de ser inferiorizada, a posição social desses torcedores era exaltada e tipificada pelos cronistas como expressão genuína de espíritos altruístas, abnegados e amadores, capazes de quaisquer renúncias em âmbito individual, familiar ou econômico para a sua vivência esportiva. [...] os cronistas realçavam nos torcedores os traços do despojamento e da devoção incondicional ao clube, manifestos em toda sorte de sacrifícios pessoais empreendidos em prol do acompanhamento dos jogos de seu time.²⁷²

O foco atribuído a torcedores de estratos populares nas arquibancadas significava uma mudança definitiva na forma como o futebol era tratado e experimentado no Brasil. O fato de *A Gazeta Esportiva* – outrora defensora do controle das emoções dos torcedores – também

²⁷¹ Cf. *GE*, 04 de dezembro de 1947, p. 3. A fotografia de torcedores individualmente tomados perdurou por alguns meses no jornal.

²⁷² Holanda, op. cit., pp. 112-3.

passar a adotar a linha editorial até então característica do *JS*, segundo a qual o futebol era um esporte popular cujo protagonista era o torcedor humilde, abnegado e apaixonado, representou um relativo abandono da concepção estadonovista de Torcida Uniformizada.

Com o fim da pauta moralizadora para o esporte, em 1946, ficou evidente o quão excepcional era o caso das TUs nos estádios, já que representavam uma minoria organizada de origens sociais privilegiadas perante uma grande massa de assistentes desorganizados de origens sociais majoritariamente humilde.

A massa de torcedores humildes e não-uniformizados que era marginalizada na cobertura esportiva durante o período estadonovista se tornou o foco das atenções da mídia esportiva brasileira, a partir da segunda metade dos anos 1940. O torcedor apaixonado e abnegado, estereótipo desenhado por Mário Filho no *JS*, desde meados dos anos 1930, ganhou nas páginas do jornal carioca algumas personificações ilustres a partir dos anos 1940. Esse processo foi registrado por Holanda²⁷³.

Por influência de José Padilha e dos interesses da coalizão dominante do *JS*, a personificação de torcedor-modelo mais querida pelo *JS* de Mário Filho foi encontrada justamente na Torcida Uniformizada do CRF, à época conhecida por “Charanga do Flamengo”. A figura em questão era o chefe desta torcida, cujo nome era Jaime de Carvalho. Há inclusive um livro escrito por Filho, cujo título é *Histórias do Flamengo*, de 1945, no qual ele dedica²⁷⁴ algumas páginas à atuação de Jaime à frente da Charanga, especialmente durante a conquista do tricampeonato carioca pelo clube entre 1942 e 1944.

Jaime de Carvalho nasceu²⁷⁵ na Bahia e chegou ao RJ com 15 anos de idade, em 1927. Servidor público do Ministério da Justiça, Carvalho associou-se ao Flamengo justamente nos anos dourados da gestão Padilha: 1936. Começou as atividades com sua banda em 1942, mas ganhou notoriedade a partir de 1944 no jogo final disputado contra o Vasco na Gávea. Tendo a máquina publicitária do *JS* trabalhando a seu favor, Jaime – apresentado como uma figura “humilde”, “honesta”, “trabalhadora” e dedicada a seu clube – ganhou notoriedade nacional. Era o mais conhecido torcedor do Brasil e por isso foi escolhido para chefiar a torcida da Seleção Brasileira na Copa de 1950 – disputada no Brasil –, além de ter sido convidado para

²⁷³ Holanda, op. cit.

²⁷⁴ Cf. Holanda, op. cit., p. 113.

²⁷⁵ Os dados aqui compilados sobre Jaime de Carvalho foram integralmente retirados do apêndice do já referido livro de Holanda. O capítulo em questão chama-se Jaime de Carvalho, o criador da Charanga, e está entre as páginas 614 e 623 de *O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro (1967-1988)*, op. cit.

viajar com a Seleção para a Suíça, na Copa de 1954; para o Chile, em 1962; para o México, em 1970 e para a Alemanha, em 1974.

Apesar de ser o preferido da mídia esportiva carioca, Jaime de Carvalho não era o único torcedor a ganhar destaque no *JS*. O destaque à figura de Jaime provavelmente se deu porque – além, claro, de liderar a Charanga do clube de Padilha, sócio do dono do *JS* – ele era, entre os líderes de torcidas uniformizadas cariocas, o único de origem popular a fundar e liderar uma Torcida Uniformizada na Era Vargas.

A Charanga do Vasco da Gama, por exemplo, foi fundada nos anos 1940 por João de Lucca, sócio do clube²⁷⁶. Lucca presidiu a Torcida Organizada do Vasco, desde sua fundação até 1956, quando Dulce Rosalina assumiu a direção da entidade. Rosalina era casada com o atleta Ponce de Leon e dedicava-se exclusivamente à torcida, participando também da política interna do clube e tomando partido em suas eleições. Reivindicava ser a introdutora da tradição dos papéis picados entre as torcidas, e nos anos 1960 chegou a vencer o concurso de “melhor torcedora do Brasil”. Era também cognominada a “primeira dama” das arquibancadas²⁷⁷.

A Charanga do Botafogo foi criada em 1944 por Herlito Machado Fonseca, vulgo “Tolito”. A banda tinha ajuda direta do presidente do clube, Carlito Rocha, para a compra de painéis, bandeiras e serpentinas. Em 1949, Tolito dissolveu o grupo por conta de frequentes brigas causadas por torcedores com propósitos diferentes do mero incentivo ao clube²⁷⁸. Alguns anos depois, seu lugar foi assumido por Tarzan, um pedreiro proveniente de Minas Gerais e que havia chegado ao posto de chefe da torcida do Atlético Mineiro naquele estado. Independente e polêmico, o mineiro ficou famoso²⁷⁹ pelas críticas à falta de profissionalismo de Garrincha nos anos 1960.

Não há informações sobre quem comandava a Charanga do Fluminense nos anos 1940. O que se sabe é que, em 1952, o escriturário e almoxarife Carlos Guilherme Krüger, vulgo “Paulista”, fundou a Torcida Organizada do Fluminense (TOF). No ano anterior, Paulista havia sido o responsável pela vitória de seu clube no Concurso de Torcidas ao entrar em campo fantasiado de casaca, cartola e portando pó de arroz. Paulista comandou a TOF desde sua fundação até meados dos anos 1960.

²⁷⁶ Disponível em: . <http://torcidasdovasco.blogspot.com.br/2013/04/torcedores-simbolos-1930-joao-de-lucca.html>, consultado em 05/01/2017.

²⁷⁷ Cf. Holanda, op. cit., p. 117.

²⁷⁸ Cf. Holanda, op. cit., p. 118.

²⁷⁹ Cf. Holanda, op. cit., p. 118.

Além dos quatro acima mencionados, havia também os torcedores-símbolo dos clubes menores do Rio de Janeiro, como Elias Bauman, do América; Hamilton de Oliveira, do Bonsucesso; Júlio, da Portuguesa e Juarez, do Bangu.

Como se pode notar, o perfil popular possuído pela Charanga do Flamengo, liderada por Jaime de Carvalho, desde os anos 1940, acabou por se tornar uma tendência para a qual todas as Charangas de clubes de futebol carioca acabariam por convergir anos ou décadas depois. Em meados dos anos 1960, como foi descrito nos parágrafos anteriores, todas as associações de torcedores da cidade do Rio de Janeiro eram lideradas por alguém de origens humildes e dissociadas do clube social, o que não era verdadeiro nos anos 1940.

Em São Paulo, a torcedora mais famosa era Elisa²⁸⁰, do Corinthians. Negra e trabalhadora de origens proletárias, Elisa corporificava de forma perfeita a imagem projetada pelos idealizadores do regime de Futebol de Estado nas arquibancadas. Elisa obteve tanta fama nas arquibancadas entre os anos 1940 e 1960 que chegou até a aparecer no filme *O Corintiano*²⁸¹ do comediante Mazzaropi. Contudo, o chefe da torcida nesse período era “Tantã”, pseudônimo de João Constantino Casanova, conhecido sócio do clube²⁸², que participou da fundação da torcida nos anos 1940 e nela perdurou até os anos 1960.

Conforme é possível perceber na situação descrita, houve importantes alterações do perfil das lideranças das torcidas entre o Estado Novo e o início dos anos 1960, quando praticamente todas elas haviam passado por ao menos uma mudança de chefia ou liderança, embora as associações de torcedores carregassem o mesmo nome com o qual haviam sido batizadas duas décadas antes:

A banda dos anos 1940 do Fluminense era desprezível como instituição na década seguinte, o que permitiu que Paulista, um migrante que não era associado ao clube, criasse a Torcida Organizada do Fluminense, na década de 1950, e fizesse dessa torcida a principal de seu clube pela década de 1960.

A banda de Tolito, do Botafogo, foi dissolvida por brigas e confrontos ainda no final daquela década e abriu espaço para que Tarzan, um migrante humilde sem ligações institucionais com o clube, assumisse sua torcida e a mantivesse como principal do clube também até a década de 1960.

A Torcida Organizada do Vasco (TOV), criada pelo sócio João de Lucca, a qual tradicionalmente ficava nas cadeiras sociais de São Januário, após a construção do Maracanã,

²⁸⁰ Cf. Holanda, op. cit., p. 110.

²⁸¹ *O Corintiano*. Brasil, 1966, P & B. Diretor: Milton Amaral.

²⁸² Cf. Holanda, op. cit., p. 110.

foi deslocada para a arquibancada. Em 1956, passou para o comando de Dulce Rosalina que, embora fosse sócia do clube, era uma figura muito mais popular que o fundador da torcida. A TOV se manteve como principal torcida do Vasco até o fim da década de 1960.

As torcidas de Corinthians e Flamengo são dois casos peculiares. A semelhança entre os dois é que não houve troca de comando da torcida entre o Estado Novo e a década de 1960. No caso dos paulistas, porém, a *chefia* da torcida e o torcedor-símbolo não eram concentradas na mesma pessoa: o comando cabia a Tantã, sócio do clube, e a imagem midiática se associava a Elisa, torcedora-símbolo. Nota-se aqui que, a despeito do comando político da torcida não ter se alterado, sua representação simbólica ganhou um intenso apelo popular com Elisa, uma mulher negra de origem pobre.

No caso do CRF, Jaime de Carvalho constitui a exceção a todos os casos de torcida que lhe foram contemporâneos: além de acumular as funções de chefe de torcida e torcedor-símbolo, ocupou essa posição por mais de trinta anos, de meados de 1940 até sua morte, em 1976.

É importante destacar que todas as mudanças nas chefias de torcida que ocorreram nesse período se deram no sentido da popularização da liderança, e nunca da elitização. O perfil elitista característico das TUs dos anos 1940, enquanto vigia o regime de Futebol de Estado, foi gradativamente sendo abandonado e, em meados dos anos 1960, era praticamente inexistente.

Tabela 1: Evolução da liderança das Torcidas Uniformizadas entre os anos 1940 e 1960²⁸³.

CLUBE	NOME DA TORCIDA	LÍDER NO PERÍODO ESTADONOVISTA	LÍDER DA TORCIDA NO INÍCIO DOS ANOS 1960
Flamengo	Charanga do Flamengo	Jaime de Carvalho	Jaime de Carvalho
Vasco da Gama	Charanga do Vasco (ou Torcida Organizada do Vasco, TOV)	João de Lucca	Dulce Rosalina
Fluminense	Charanga do Fluminense	(Desconhecido)	Carlos Guilherme Krüger, vulgo <i>Paulista</i>

²⁸³ Tabela 1 construída a partir de dados encontrados em Hollanda, op. cit., p. 110-8.

Botafogo	Charanga do Botafogo	Herlito Machado Fonseca, vulgo <i>Tolito</i>	Otacílio Batista do Nascimento, vulgo <i>Tarzan</i>
Corinthians	Torcida Uniformizada do Corinthians	João Constantino Casanova, vulgo <i>Tantã</i>	Elisa Alves do Nascimento, vulgo <i>Tia</i> <i>Elisa e Tantã</i>
São Paulo	Torcida Uniformizada do São Paulo (TUSP)	Manoel Raymundo Paes de Almeida	Hélio Silva

A popularização do futebol e o ingresso de cada vez mais torcedores nos estádios para a assistência das partidas consagrou a figura do torcedor em detrimento da figura do associado, inclusive em meio às torcidas dos clubes de futebol. A grande massa torcedora não-associada não se interessa pelas instalações do clube social, como piscinas e quadras poliesportivas. Seu interesse reside unicamente no time de futebol. A instituição que, da perspectiva de um dirigente esportivo é *clube de esportes*, da perspectiva de um torcedor não-associado nada mais é que um *time de futebol*. Essa transição é captada pela cientista social Elisabeth Murilho da Silva, que afirma que a pergunta deixa de ser “para que clube você torce?” e se torna “para que time você torce?”²⁸⁴. O foco no time de futebol em detrimento do clube de esportes é um índice da mudança do papel social desempenhado por estas instituições.

Entre o Estado Novo e o início da década de 1960, as torcidas uniformizadas brasileiras penderam de um perfil que refletia o quadro associativo do clube para um que refletia o perfil da grande maioria dos espectadores, que não tinha vínculo associativo com seus respectivos clubes e comparecia aos jogos por uma questão de laço afetivo, mas não institucional. Nesse processo, a associação do estereótipo da figura do torcedor com a do sócio do clube saiu de cena para dar lugar à do torcedor não-associado.

A tendência à *popularização* das lideranças das Torcidas Uniformizadas as colocou diante de um quadro contraditório no que dizia respeito à função que deveriam desempenhar nos campos de futebol das maiores cidades do país, pois, a despeito da espontânea substituição dos líderes de torcida associados aos clubes e distintos socialmente por elementos não-

²⁸⁴ SILVA, Elisabeth Murilho da. *As torcidas organizadas de futebol: violência e espetáculo nos estádios*. Dissertação de mestrado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). 1996. p. 109.

associados e de origens populares, as funções de um chefe de Charanga eram, nos anos 1960, exatamente as mesmas que haviam sido pensadas por João Lyra Filho e consagradas por Thomaz Mazzoni n’*A Gazeta Esportiva* para figura do “*leader*”²⁸⁵ de torcida, ainda no início dos anos 1940.

Segundo a prescrição de Lyra Filho e Mazzoni, a função a ser desempenhada pelo chefe de torcida durante uma partida de futebol era a de *orientar* os torcedores no estádio, independentemente da origem social deste chefe. Dentro dessa função, estavam inclusas as missões de coibir o arremesso de objetos no gramado, reprimir o emprego de palavras de baixo calão na arquibancada e comandar a festa da torcida de seu clube.

É interessante notar que, vinte anos após o fim do Estado Novo e dez após a morte de Getúlio Vargas, a crença no papel disciplinador dos líderes de torcida ainda era plena não somente por parte dos próprios líderes e componentes das torcidas uniformizadas, mas também por parte da imprensa esportiva.

Embora o *ethos* elitista proveniente do Estado Novo já não mais pairasse sobre as associações de torcedores, a crença em seu papel educador e disciplinador se manteve praticamente intacto duas décadas depois. A conduta moral esperada pelos jornalistas em relação aos torcedores e TUs nas arquibancadas era exatamente a mesma que fora construída na Era Vargas, e envolvia bom comportamento, disciplina, respeito, entre outros elementos. No caso da cidade do Rio de Janeiro, as atribuições de liderança de torcida na década de 1960 eram designadas principalmente às figuras de Jaime de Carvalho, Dulce Rosalina, Tarzã e Paulista. Esses torcedores, respectivamente chefes das torcidas de Flamengo, Vasco, Botafogo e Fluminense, gozavam de prestígio e confiança perante a mídia esportiva.

Entretanto, nos anos de 1966 e 1967, parte das mensagens veiculadas pelas torcidas de futebol nas arquibancadas dos estádios cariocas começou a mudar. A incidência de coros de torcida que envolviam ofensas, palavras de baixo calão e mesmo palavrões aumentou de forma suficiente para gerar incômodo em alguns setores da mídia. Evidentemente o *JS* era um dos que menos se incomodava com este quadro, já que o filho – e posteriormente, o neto – de Mário Rodrigues nunca advogou a moral esportiva estadonovista não via problemas em polêmicas no futebol. Por esta razão, o veículo que escolheremos para ilustrar a resistência de parte da mídia esportiva à mudança de comportamento de parte dos torcedores nos estádios de futebol não é o *JS*, mas sim o jornal *Correio da Manhã* da cidade do Rio de Janeiro, por meio de seu colunista Achilles Chirol, que escreve:

²⁸⁵ Cf. Lyra Filho, op. cit. Conferir anexo.

Urge uma campanha que acabe para sempre com a falta de educação que se manifesta em coro no estádio Mário Filho. Como informei ontem, o Juiz de Menores pensa em proibir o ingresso de menores no estádio, se os palavrões continuarem agredindo mais a sensibilidade dos espectadores do que os brios dos juízes de futebol.²⁸⁶

O colunista manifesta, no início de 1966, seu descontentamento com algumas palavras, que julgava inapropriadas, verbalizadas nos núcleos das próprias torcidas uniformizadas. A primeira reação de Chirol é bastante ilustrativa do arranjo das relações entre mídia esportiva e torcedores na época. Perante o quadro de flagrante imoralidade das manifestações vindas das arquibancadas, o apelo do colunista se destina ao exercício da autoridade dos chefes de torcida para que contenham as manifestações indesejadas de alguns dos componentes de suas hordas:

Os chefes de torcida precisam colaborar. Por sinal, é deles a maior responsabilidade, porque o xingamento sai do núcleo da torcida organizada. Se Dulce Rosalina, Tarzan, Jaime de Carvalho, Paulista, Juarez e Elias têm força de comando para arrancar aplausos e vaias dos torcedores que lideram, também devem ter para controlá-los nas expansões negativas.²⁸⁷

Tendo notado que boa parte dos xingamentos inapropriados tinha origem no núcleo das próprias torcidas uniformizadas, Chirol clamava pela ação de todos os chefes de torcida envolvidos no sentido de reprimir este tipo de ação.

Conclamo os chefes de torcida a uma enérgica repressão desse xingamento. Um dia o Vasco, outro o Fluminense, amanhã a de um terceiro clube e, se não houver uma providência, dentro em breve todos estarão contaminados pelo hábito lamentável. Julgo chocante e vergonhosa a simples ideia de que um dia a palavra agora pronunciada se identifique com o grito de guerra dos cariocas.²⁸⁸

Os textos de Chirol para o *Correio da Manhã* nos anos de 1966 e 1967 evidenciam que apesar da obsolescência e desuso das estruturas características ao regime de Futebol de Estado varguista, a moral e as expectativas ao redor da figura do chefe de torcida haviam permanecido intactas desde o Estado Novo, pois a forma como o colunista d'O *Correio da Manhã* se refere aos chefes de torcida no final dos anos 1960 é muito similar à que Thomaz Mazzoni se referia às lideranças das TUs paulistas durante o auge do regime de Futebol de Estado varguista. O conteúdo moral dos discursos de Chirol, Mazzoni e Lyra Filho no que diz respeito ao comportamento das torcidas é praticamente o mesmo.

A principal diferença entre os anos 1940 e 1960 no tocante à sustentação de uma expectativa moral para o comportamento das torcidas de futebol nos estádios é a existência de

²⁸⁶ *Correio da Manhã*, RJ, 09 de agosto de 1967, Segundo Caderno. Coluna de Achilles Chirol.

²⁸⁷ *Correio da Manhã*, RJ, 09 de agosto de 1967, Segundo Caderno. Coluna de Achilles Chirol.

²⁸⁸ *Correio da Manhã*, RJ, 26 de outubro de 1966, Segundo Caderno, coluna de Achilles Chirol.

um Regime de Futebol de Estado que preconizava esta moral (anos 1940) e a ausência deste regime como fiador desta moral 20 anos depois. A consequência mais importante disso é que a mídia esportiva de moral estadonovista (como Mazzoni e Chirol, por exemplo) já não mais encontrava no Estado suporte técnico ou político para fazer valer seus anseios de controle sobre o comportamento dos torcedores nos estádios de futebol.

Se, nos anos 1940, Thomaz Mazzoni era a própria vocalização da moral varguista para o esporte, o que tornou o concurso de torcidas uniformizadas da Gazeta Esportiva uma expressão fiel ao plano do Estado-Novo para o futebol no mundo dos torcedores, nos anos 1960 os partidários da moral estadonovista para o esporte – inclusive o próprio Mazzoni²⁸⁹ – estavam totalmente desamparados para a defesa desta mesma moral.

Os interesses envolvidos no futebol brasileiro nos anos 1960 já eram bastante distintos em relação aos que eram hegemônicos nos anos 1940. Conforme foi discutido em seções anteriores, o fim da década de 1950 e o início da década de 1960 foram marcados por importantes passos dos clubes e federações de futebol do Brasil no sentido do Mercado. O próprio presidente da CBD, João Havelange, não era um nomeado político de um presidente da República, mas sim um carreirista oriundo do mundo dos esportes, com clara orientação mercadológica.

A liberdade de imprensa, retomada após o encerramento do Estado Novo, devolveu à coalizão proprietária do *JS* o protagonismo na mídia esportiva brasileira, e sua linha editorial, embora nacionalista, possuía uma série de divergências em relação à ideologia de Futebol de Estado implementada plenamente por Getúlio Vargas, em 1941.

Estando o Estado mais afastado do esporte em relação aos anos 1940; estando os interesses em relação ao futebol brasileiro mais direcionados ao Mercado do que estavam nos anos 1940; estando, por fim, o discurso da imprensa esportiva mais pulverizado e livre do que nos anos 1940, a consequência foi que a parcela da imprensa esportiva que permaneceu firme aos ideais e à moralidade estadonovista para o esporte se viu incapaz de forçar, com os meios que tinha à disposição, um retorno à moral esportiva estadonovista.

Dessa forma, a campanha midiática contra as manifestações hostis das torcidas acabou por fracassar:

O Maracanã está caminhando a passos largos para se transformar numa espécie de concha acústica do palavrão, por obra e graça do mau costume oficializado por certas torcidas uniformizadas e organizadas de gritar em coro epítetos pouco

²⁸⁹ Em matéria publicada em 11 de setembro de 1967, intitulada “Silêncio, marmanjos: tem criança vendo o jogo!”, a *Gazeta Esportiva* toma o mesmo partido do *Correio da Manhã* ao querer coibir o emprego de palavras de baixo calão por parte dos espectadores de futebol.

recomendáveis, dirigidos geralmente ao juiz da partida, e de quando em quando a algum jogador. O negócio principiou com invectivas à virilidade do árbitro, mas já no jogo entre Vasco e Fluminense algumas coisas mais cabeludas foram gritadas em primeira, segunda e terceira voz por estes corais antiesportivos.²⁹⁰

O diagnóstico dado por Chirol datado de novembro de 1968, transcrito acima, é praticamente o reconhecimento de que sua empreitada na defesa da moral esportiva nas arquibancadas falhou. Os apupos e xingamentos atingiram um nível “*antiesportivo*”, e difundiram-se nas práticas dos torcedores de forma tal que se tornou inviável para a imprensa de moral varguista seguir no esforço de fazer voltar a moral da disciplina nas arquibancadas.

A moral estadonovista para torcedores de futebol foi, paulatinamente, substituída por outra de caráter mais espontâneo e passional. Essa mudança de moralidade, reconhecida a contragosto pelos setores da mídia esportiva alinhados à moral estadonovista para o esporte, atingiu em cheio o padrão de interação entre mídia esportiva e líderes de TUs, que acabavam de dar uma demonstração pública de sua incapacidade de controlar e ordenar os componentes de suas próprias entidades da forma como sempre fizeram desde os anos 1940. Parceiros de longa data, chefes de torcida e imprensa esportiva viveram então um momento de divórcio.

Grande parte do prestígio social desfrutado pelos líderes de torcida se dava pelo suporte que obtinham tanto da imprensa esportiva, quanto dos dirigentes de seus respectivos clubes, quanto do próprio policiamento e organização dos jogos. A moeda de troca para a obtenção deste prestígio era fazer com que suas respectivas torcidas se portassem da forma mais conveniente para os organizadores, os policiais, os dirigentes e a imprensa esportiva, isto é, de forma comportada, disciplinada e *esportiva*.

Como vimos acima, 20 anos depois do final do Estado Novo – cujo regime de Futebol de Estado moldou as TUs que perduraram até então –, a *esportividade* já não mais se colocava acima do desejo de vencer. A moral esportiva havia mudado, tal como o padrão de comportamento dos torcedores nas arquibancadas dos estádios de futebol.

Nos anos 1960, apupar o árbitro do jogo já não era um ato que necessariamente gerava vergonha nas associações de torcedores. Nos anos 1940, o direcionamento de ofensas por parte de uma TU a um árbitro era inimaginável; seria tomado como um escárnio. O comportamento das TUs, totalmente regrado – seguindo aos moldes estadonovistas desenhados por João Lyra Filho e aplicados por Thomaz Mazzoni –, cordial e cavalheiresco nos anos 1940, tornou-se mais espontâneo, “indisciplinado” e agressivo duas décadas depois.

²⁹⁰ *Correio da Manhã*, RJ, 19 de novembro de 1968, Segundo Caderno, Coluna de Achilles Chirol.

Como se pôde notar por meio dos escritos de Chirol, a despeito do clamor de relevantes setores da mídia esportiva, nenhum dos chefes de torcida foi bem-sucedido na missão de *redisciplinar* sua torcida. Um líder de torcida que não consegue controlar sua torcida é – aos olhos daqueles que esperam liderança e controle de sua parte sobre sua horda – uma figura inútil.

Deflagrado o quadro de impotência dos líderes das TUs diante das novas manifestações que ocorriam dentro de suas entidades, a mídia esportiva que se dirigia a eles com deferência passou a lhes dar menos destaque, já que se tornou evidente que o protagonismo das arquibancadas já não mais residia em suas respectivas figuras. Paulatinamente, o prestígio midiático dos chefes de TUs foi sendo deslocado para outro tipo de associação de torcedores. Sobre isso discorrerá a próxima subseção.

3.3. Os jovens torcedores e a ruptura final com a moral esportiva estadonovista

Sendo a recuperação da moral estadonovista nas arquibancadas por meio da ação dos próprios líderes de torcida uma batalha perdida, os defensores da moral derrotada decidiram que uma forma de tentar contra-atacar o problema seria o fomento do aumento da quantidade de crianças, jovens e mulheres nos estádios. Os idealizadores desse projeto possivelmente partiam da premissa segundo a qual ao tornar os estádios de futebol mais diversos do ponto de vista etário e de gênero, a emotividade agressiva então reinante poderia arrefecer em benefício da moral estadonovista da *esportividade*.

Dessa forma, homens como o próprio Achilles Chirol, Armando Nogueira²⁹¹, Waldir Amaral²⁹², Ricardo Serran²⁹³ e Doalcey Camargo²⁹⁴, alinharam-se à campanha de concessão a condições especiais para que crianças, jovens e mulheres tivessem seu acesso aos estádios de futebol facilitado²⁹⁵.

Na esteira desses fatos, em abril de 1967, foi decidido que para o Rio de Janeiro crianças de até 14 anos de idade não pagariam ingresso para assistir a jogos de futebol na cidade:

Com a presença do Juiz de Menores, sr. Alírio Cavalieri, ficou também decidido [na Assembleia Geral da Federação Carioca de Futebol] que será permitida a entrada de menores de até 14 anos sem pagamento de entrada em todos os estádios da cidade. Caberá, no entanto, ao Juizado dar permissão para a presença dos mesmos em jogos de maior público, quando a possibilidade de acidentes aumenta consideravelmente.²⁹⁶

Em São Paulo, a política de gratuidade para crianças abaixo de 14 anos foi iniciada cinco meses depois²⁹⁷. Ironicamente, o aumento da quantidade de adolescentes e jovens nos estádios de futebol causou o efeito oposto ao esperado por seus idealizadores, os jornalistas esportivos de moral estadonovista.

Os anos finais da década de 1960 foram mundialmente marcados por uma série de mobilizações juvenis, que se caracterizavam pela apresentação de um comportamento contestador, independente e, por vezes, agressivo. Conforme a adesão de jovens aos valores propagados por esses movimentos crescia, aumentou também o interesse da mídia (rádios,

²⁹¹ Armando Nogueira, colunista do *Jornal do Brasil*, impresso na cidade do Rio de Janeiro, de 1961 a 1973.

²⁹² Waldir Amaral, radialista e locutor da Rádio Globo (RJ) entre 1961 e 1983.

²⁹³ Ricardo Serran, jornalista de *O Globo* (RJ), pivô da saída de Mário Filho do jornal em 1949, o que também representou a dissolução de sua aliança com Roberto Marinho segundo CASTRO, Rui. *Anjo Pornográfico*. A vida de Nelson Rodrigues. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 224.

²⁹⁴ Doalcey Bueno de Camargo, Diretor do Departamento de Esportes da Super Rádio Tupi (RJ).

²⁹⁵ Cf. *Correio da Manhã*, RJ, 9 de agosto de 1967, 2º Caderno. Coluna de Achilles Chirol.

²⁹⁶ Cf. *Correio da Manhã*, RJ, 12 de Abril de 1967, 2º Caderno.

²⁹⁷ Cf. *GE*, 11 de setembro de 1967, p. 2.

canais de TV e jornais) em promover essa agenda, com vistas à conquista de um novo público consumidor.

No meio esportivo brasileiro, o canal de mídia mais influente a adotar e difundir valores dessa nova cultura foi justamente o *Jornal dos Sports*, o que se deu somente após a morte de Mário Filho, em 1966, e do suicídio de sua esposa, Célia Rodrigues, em 1967. A morte do casal no intervalo de um ano abriu espaço para a ascensão de seu filho, Mário Júlio Rodrigues (somente Júlio, daqui em diante) no comando do jornal.

Júlio Rodrigues, responsável pela administração do *JS* a partir do final dos anos 1960, era tão sensível à lógica do mercado editorial quanto seu pai, Mário Filho, e seu avô, Mário Rodrigues. Ele tinha ciência de que para um periódico ser bem-sucedido ele deveria estar atento ao interesse social da época. Além disso, ele também nutria alguma simpatia pelas mobilizações de jovens que tomavam corpo no Brasil e no mundo.

Seguindo suas preferências ideológicas e comerciais, portanto, Júlio promoveu uma importante guinada na linha editorial do *JS*. O primeiro passo em sua execução foi a inserção de uma seção estudantil e outra cultural nos conteúdos diários do *JS*; o segundo passo foi o estabelecimento de uma parceria com a TV Excelsior e o Museu da Imagem e do Som para promover concursos de música que privilegiassem jovens artistas; o terceiro passo foi a inclusão de figuras como Zuenir Ventura, Reynaldo Jardim, Ziraldo e Henfil²⁹⁸ para o quadro de colaboradores de jornal; o quarto foi a criação do *O Sol*, cujo lema era “*Gente jovem faz um jornal jovem*”²⁹⁹. Apenas dois meses após sua primeira edição como suplemento do *JS*, *O Sol* passou a circular de forma autônoma, e constituiu-se num marco juvenil durante o Regime Militar.

As mudanças promovidas por Júlio Rodrigues na linha editorial do *JS* fizeram com que o jornal fosse responsável por reportar não apenas temas esportivos, mas também assuntos de interesse do público jovem, como as passeatas estudantis de 1968, de seus confrontos com a polícia, suas negociações com o ministério da Educação³⁰⁰ e temas mais amplos como educação superior e vestibular. As ações do neto de Mário Rodrigues tornaram o *JS* o ponto de encontro dos jovens do Rio de Janeiro.

A centralidade do *JS* em relação aos jovens é de especial importância no final dos anos 1960 quando, além das movimentações jovens, foi implementado o direito à gratuidade em

²⁹⁸ Cf. Holanda, op. cit., pp. 163-4.

²⁹⁹ *Jornal dos Sports*, 18 de setembro de 1967, Anúncio de O Sol. Apud Holanda, op. cit., p. 178.

³⁰⁰ Cf. Holanda, op. cit., pp. 188-9.

ingressos de jogos de futebol para menores de 14 anos nos estádios nos estados de RJ, MG e SP, em 1967.

O efeito imediato dessa medida foi o aumento da participação de indivíduos dessa faixa etária nas arquibancadas. Ao pisarem nelas, eles encontravam bandas com um perfil estadonovista: eram as Torcida Uniformizadas ou Charangas que, embora lideradas por pessoas humildes, tinham seus custos bancados pela direção dos clubes. A composição etária das TUs era majoritariamente de gente adulta, que – seguindo os parâmetros morais segundo os quais elas haviam sido criadas nos anos 1940 – zelava pela disciplina e tinham um perfil pedagógico herdado das ideias de Lyra Filho. Esse movimento é descrito em detalhe por Rosana Teixeira:

De modo geral, os entrevistados relacionam o surgimento das torcidas jovens ao desejo de um grupo de amigos, torcedores que frequentavam juntos os estádios, de ir além do incentivo ao time, (como as outras organizadas), mas igualmente protestar frente ao clube. [...] Para o presidente de uma das torcidas, o nome jovem tem a ver com a conjuntura do final dos anos 1960 e início da década de 1970 quando se observava a explosão do movimento jovem, não apenas no Brasil, mas em vários países. A formação de tais torcidas teria recebido a influência, em sua opinião, desse contexto mais amplo.³⁰¹

Não são raros os relatos de jovens dos anos 1960 e 1970 cujo primeiro contato foi a própria *Torcida Oficial* do clube³⁰², muitas vezes fazendo parte delas. Sua maior insatisfação em relação às torcidas oficiais era a alegada passividade em momentos de fraco desempenho do time de futebol em campo.

O motivo maior para a insatisfação dos jovens torcedores com as TUs de moral varguista não residia exatamente em sua não-manifestação em caso de mau desempenho em campo, mas sim na razão pela qual elas se silenciavam: os chefes de torcida gozavam, por sua posição, de uma situação de notoriedade social, além de uma série de privilégios.

Além de chefiarem a hierarquia de uma associação de torcedores inteira, chefes de torcida tinham acesso facilitado a técnicos, jogadores e dirigentes de seus respectivos clubes. Muitas vezes possuíam bom trânsito em todos os setores da imprensa esportiva. Tinham a autoridade nos estádios reconhecida até pela polícia³⁰³. Além da circulação em uma série de meios que – em condições normais – são vedados a cidadãos comuns, os chefes das torcidas

³⁰¹ TEIXEIRA, Rosana da Câmara. (2003) “Os perigos da Paixão: visitando as torcidas jovens cariocas”. São Paulo, Annablume. Capítulo 3, pp. 53-4. Grifos meus.

³⁰² É comum, entre torcedores jovens, a referência às torcidas uniformizadas de modelo estadonovista como torcidas oficiais, especialmente a partir do momento em que os próprios jovens começaram a fundar associações de torcedores concorrentes às primeiras TUs.

³⁰³ Cf. Holanda, op. cit., p. 103.

tradicionais ocupavam uma posição que era financeiramente dependente das diretorias de seus clubes. Por serem oficiais, as TUs da década de 1940 tinham a maior parte de suas atividades e atrações financiadas pelas direções dos próprios clubes.

Sendo os líderes de torcida dependentes dos próprios dirigentes de seus respectivos clubes para a manutenção de sua posição de notoriedade social, o custo pessoal e político da adoção de uma postura crítica em relação a jogadores, treinadores ou diretoria era muito alto. Além dos custos políticos e pessoais de potenciais atitudes contestadoras de chefes de torcida, cabe lembrar que essas pessoas tiveram uma mentalidade de *torcer* moldada pela pelos ideais de João Lyra Filho e Thomaz Mazzoni, que preconizavam disciplina, respeito e esportividade antes de quaisquer outros valores, inclusive antes da vitória esportiva.

As associações de torcedores dos anos 1940 não foram criadas para o propósito da *crítica* ou para o propósito da *fiscalização*. A razão de ser das TUs originadas no regime de Futebol de Estado varguista era – como preconizou João Lyra Filho – *educar*.

A diferença de propósitos entre os jovens torcedores – que representavam uma fatia cada vez maior do público dos estádios – e os "torcedores oficiais" era inconciliável. Ao passo que os últimos buscavam manter-se firmes na missão de educar o público dos estádios, por meio do *exemplo*, os primeiros focavam-se no sucesso esportivo de seus respectivos clubes, sendo a preocupação com os modos e o comportamento nos estádios algo totalmente marginal.

Tal incompatibilidade de disposições de parte a parte disparou um processo de *destacamento* dos jovens torcedores das torcidas oficiais de seus respectivos clubes. A princípio, sua ideia não era fazer uma nova associação de torcedores, mas somente reunir num mesmo setor da arquibancada os jovens de uma mesma torcida, com relativa independência em relação aos adultos da torcida oficial. O fim visado por esses jovens com o destacamento em relação às torcidas oficiais de seus clubes foi a liberdade de expressão.

O anseio de liberdade de expressão por parte de torcedores era, também isso, algo inédito na trajetória das torcidas brasileiras. Desde a criação das TUs, na Era Vargas, a imprensa de viés estadonovista contribuía para controlar a mensagem que era veiculada pelas torcidas oficiais nas arquibancadas. Especificamente no caso d'A *Gazeta Esportiva*, possuía inclusive poderes investidos para fiscalizar o tipo de mensagem que era veiculado por essas associações, quando da realização do Duelo de Torcidas.

Como as torcidas existentes até então eram leais aos ideais estadonovistas para associações de torcedores, a questão da liberdade de expressão nas arquibancadas nunca havia verdadeiramente se constituído como um ponto real de discussão. A partir do momento em que os jovens sessentistas passaram a se organizar neste sentido, a expressão das arquibancadas

começou a ser ponto de debate.

O uso da liberdade de expressão para o exercício de críticas e apupos a jogadores, dirigentes e técnicos dos clubes foi um dos principais elementos no processo de consolidação dos agrupamentos jovens como os principais representantes da torcida de cada clube em detrimento das torcidas oficiais, que iniciavam um processo de decadência, o qual é ilustrado por Teixeira no seguinte trecho:

[...] A relação torcedor-futebol assume outros aspectos. Afirmam-se as primeiras organizações burocratizadas de torcedores com certa autonomia em relação aos clubes. Ao invés das torcidas personificadas predominantemente até então, surgem agrupamentos mais independentes, inaugurando um novo padrão de relacionamento entre si e com os dirigentes dos clubes. Através deles, a paixão individual pelo time é canalizada para uma ação organizada pautada por projetos comuns. Assumindo um papel de pressão política junto aos clubes, essas associações torcedoras são mais autônomas e impessoais se comparadas às anteriores. Nelas observa-se cada vez mais a presença de jovens em detrimento de adultos que predominavam até então.³⁰⁴

O destacamento dos jovens das torcidas oficiais lhes conferiu autonomia política em relação ao próprio clube. Como suas atividades nas arquibancadas não eram financiadas por entes externos, e eles possuíam independência política em relação aos dirigentes, tinham, portanto, margem para criticar o trabalho de quem estava dentro da administração do clube ou mesmo em campo.

A ação dos jovens torcedores dos clubes cariocas encontrou amplo apoio no *Jornal dos Sports*. Júlio Rodrigues nessa época passou a publicar em seu jornal matérias investigativas sobre desmandos e irresponsabilidades cometidas pelos dirigentes dos clubes. Abriu espaço no jornal para que fossem publicados textos de autoria das próprias lideranças juvenis das torcidas de diferentes clubes da cidade³⁰⁵.

Em meados de 1968, por exemplo, o jornal deu espaço para que os jovens torcedores de Flamengo e Fluminense demonstrassem sua insatisfação com a gestão dos presidentes de seus respectivos clubes. No dia nove de abril deste ano, o líder do movimento *Jovem Flu* foi objeto de uma reportagem de uma página inteira cujo escopo eram explicitações sobre o que havia levado o movimento de jovens torcedores a declarar o então vice-presidente do clube, Dílson Guedes, *persona non grata* sob a acusação de ser ele o responsável pela pífia campanha do time no campeonato carioca daquele ano³⁰⁶.

No final de setembro, o *Jornal dos Sports* publicou uma série de matérias assinadas por Marco Aurélio Guimarães intitulada “Os coveiros do Fla”, que apontava corrupção, inépcia

³⁰⁴ TEIXEIRA, op cit, p. 50. Grifos meus.

³⁰⁵ Cf. Hollanda, op. cit., p. 266.

³⁰⁶ Cf. Hollanda, op cit, p. 190.

administrativa e problemas estruturais no clube. Poucos dias após a publicação dessa série, o jornal passou a destacar as iniciativas tomadas pelo movimento *Poder Jovem do Flamengo* contra o presidente Veiga Brito³⁰⁷. Não era raro o jornal equiparar vários dos dirigentes cariocas à figura de ditadores³⁰⁸.

A movimentação jovem que surgia nos grandes clubes do Rio de Janeiro teve muita vocalização no *JS* de Júlio Rodrigues, que não tinha receio em publicar opiniões e/ou matérias nas quais se contestasse tanto a má gestão dos clubes por seus dirigentes quanto a subserviência das torcidas tradicionais em relação aos maus momentos vividos pelo time dentro de campo.

O trabalho de Holanda³⁰⁹ não deixa dúvidas de que o *JS* acabou por ser não somente o veículo da afirmação dos movimentos jovens das torcidas de cada um dos clubes cariocas, mas também o veículo de críticas e denúncias em relação às decisões e posturas adotadas pelas próprias torcidas oficiais.

O apoio do *JS* a revoltas e afrontas das torcidas de Flamengo e Fluminense contra seus respectivos diretores serviu de inspiração para que torcedores de outros clubes do Rio de Janeiro, e mesmo de fora da capital federal, também adotassem uma postura contestadora em substituição à passividade política das torcidas oficiais, gerando assim um efeito cascata³¹⁰.

Não é exagero afirmar que o *JS* foi um grande catalisador desse processo: em primeiro lugar, ele contribuiu para a construção de uma imagem positiva em relação à postura politizada dos jovens torcedores. Isso possibilitou que uma avaliação positiva em relação a eles pudesse ser feita pela opinião pública nacional e local.

Ao gerar publicidade positiva para a movimentação de jovens torcedores e um espaço para eles em suas páginas, estava criada uma nova possibilidade para a juventude carioca ganhar notoriedade social: ao politizar-se e engajar-se nas atividades do movimento jovem de seu respectivo clube, existia a chance de o indivíduo “aparecer no jornal”. Com essa postura, o *JS* passava a assumir para os movimentos de jovens torcedores do final da década de 1960 a mesma função que a *GE* exercia para as TUs estadonovistas, com uma diferença: *A Gazeta Esportiva* dos anos 1940 representava a vocalização do regime de Futebol de Estado varguista; o *JS* do final dos anos 1960 não estava a serviço de um regime de Futebol de Estado.

O Duelo de Torcidas da *GE* era a consubstanciação do que foi planejado por João Lyra Filho – que posteriormente se tornou o presidente da entidade estatal para controle dos esportes,

³⁰⁷Cf. Holanda, op cit, p. 195.

³⁰⁸Cf. *Jornal dos Sports*, 02 de outubro de 1968. Apud Holanda, op cit, p. 198.

³⁰⁹Holanda, op cit.

³¹⁰Holanda, op cit. Grifos meus.

o CND – para o comportamento das massas nos estádios de futebol. A relação entre TUs e a *GE* se dava de forma direta, sendo a última uma representante do regime de Futebol de Estado vigente.

A trajetória de aproximação do *JS* das torcidas jovens, no final dos anos 1960, foi totalmente diferente. Júlio Rodrigues enxergou por conta própria a existência de uma tendência contestadora entre os jovens torcedores cariocas, e teve o mérito de direcionar seu jornal a esse público, de modo a conquistá-lo.

Da mesma forma que as torcidas do Estado Novo seguiam determinados comportamentos para – entre outros objetivos – conquistar mídia positiva para si n’*A Gazeta Esportiva*, os jovens dos anos 1960 tinham suas atividades de contestação uma forma de obter o mesmo tipo de destaque no *Jornal dos Sports*.

Tendo reunido os primeiros torcedores ainda em meados da década de 1960, os movimentos jovens começaram a ganhar institucionalidade nos últimos anos do decênio. Dessa forma, em 1969 foi fundada a Torcida Jovem do Flamengo, uma continuação do *Poder Jovem* do Flamengo, que surgiu em 1967 diante do adoecimento do chefe da torcida Jaime de Carvalho; também em 1969, o *Poder Jovem* do Botafogo institucionalizou-se em Torcida Jovem do Botafogo.

Cabe a observação de que, conforme novas associações de torcedores foram se formando, nomes genéricos como *Charanga do Flamengo*, *Torcida Uniformizada do São Paulo*, entre outros, passaram a entrar em desuso. As novas torcidas traziam, em sua maioria, nomes próprios, como a *Torcida Jovem do Flamengo* e a *Torcida Tricolor Independente*, para os casos dos dois clubes citados acima. Os nomes próprios significam o reconhecimento de uma pluralidade de associações de torcedores e também da necessidade de se criar uma identidade própria e desvinculada da *torcida oficial*.

Seguindo essa mesma tendência, a *Força Jovem do Vasco* foi fundada oficialmente em 1970, após tentativa fracassada de destituição de Dulce Rosalina da chefia da TOV, a torcida oficial do clube. Ainda em 1970, foram fundadas a *Força-Flu* e *Young-Flu*, precedidas historicamente pelo movimento *Jovem Flu*, criação de um grupo de artistas que reunia entre outros, o ator Hugo Carvana, o compositor Chico Buarque e o jornalista Nelson Motta.³¹¹

As torcidas jovens representavam a completa antítese do modelo estadonovista de torcida uniformizada. Seu perfil ideológico não era o de evitar, mas sim o de fomentar o protesto e a contestação a diretores, jogadores, treinadores, e etc. Do ponto de vista

³¹¹ Cf. Hollanda, op cit, pp. 249-251. Também pp. 625-6.

organizacional, as diferenças também eram marcantes: a primeira geração de torcidas caracterizava-se pela estruturação ao redor de um ‘chefe’, cujo poder e autoridade derivavam majoritariamente de seu carisma, respeito ou prestígio adquirido perante torcedores, jogadores e dirigentes devido aos muitos anos (ou décadas) à frente do comando da torcida. Já as torcidas que surgiam a partir do final dos anos 1960 eram dotadas de estruturas de poder mais burocratizadas, contando internamente, por exemplo, com cargos de diretoria e um presidente; sua burocracia funcionava como meio de despersonalizar a gestão, uma novidade que as diferenciava e afastava morfologicamente de suas precursoras. As associações dos “jovens” possuíam um perfil mais democrático e horizontal que as associações dos chamados “velhos”.

O processo de substituição de torcidas oficiais por torcidas contestadoras formadas por jovens não foi, porém, exclusividade da cidade do Rio de Janeiro, muito embora o suporte institucional do *JS* na antiga capital federal tenha sido um facilitador das organizações e manifestações de jovens naquela cidade.

Na capital paulista, caso que merece mais destaque é o da *Gaviões da Fiel*, torcida do SCCP, cuja trajetória é praticamente idêntica à de suas congêneres cariocas. Sobre o processo de nascimento dos ‘Gaviões’, Pimenta escreve:

[Sabe-se que eles] nascem na época em que o presidente do S. C. Corinthians era o Sr. Wadi Helu e que, na ótica de certos torcedores, realizava um trabalho incorreto. Insatisfeitos, começaram a cobrar do comandante da nação corintiana atitudes mais sensatas e satisfatórias para o sucesso do clube.³¹²

O nascimento de uma torcida de perfil francamente contestador na cidade de São Paulo possui um significado diferente do nascimento de uma torcida nesse mesmo perfil na cidade do Rio de Janeiro.

Já sabemos que o principal veículo da imprensa esportiva carioca, o *JS*, nunca esteve alinhado à ideologia de Futebol de Estado varguista. Muito pelo contrário, o jornal da família Rodrigues sempre buscou a promoção dos contraditórios e das polêmicas. Nesse sentido, a contestação exercida por jovens torcedores locais era não somente bem-vinda como também incentivada pelo jornal, que com isso conquistava um novo público cativo e via suas vendas aumentarem.

O principal veículo da imprensa esportiva paulista, por outro lado, foi justamente um dos coidealizadores do regime de Futebol de Estado varguista. Mais que isso, a *Gazeta Esportiva*, de Thomaz Mazzoni, foi a responsável por dar formato às primeiras associações de

³¹² PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. (1997) Torcidas organizadas de futebol – Violência e autoafirmação – Aspectos da construção das novas relações sociais. página 66

torcedores de que se tem notícia no país.

Desse modo, a ruptura com o modelo estadonovista de associações de torcedores, na cidade de São Paulo, significava a ruptura com um modelo concebido pelo principal jornal esportivo da cidade, em consonância com os anseios do Estado Novo para o futebol.

O resultado disso é que, ao mesmo tempo em que o *Jornal dos Sports* fomentou ideologicamente, deu publicidade e até se tornou ponto de encontro de jovens torcedores – dando-lhes inclusive espaço para escrever no jornal – o veículo paulista que poderia exercer função similar – a *GE* – não dedicou muita atenção às novas associações de torcedores no começo da década. Dessa forma, o veículo de imprensa paulista que mais se aproximou dessa pauta no início dos anos 1970 foi a *Folha de São Paulo*.

Diferente do *JS*, que possuía uma linha editorial francamente favorável às torcidas jovens, a *Folha* olhava para as novas associações de torcedores do estado com certa desconfiança, a qual fica evidenciada nas palavras do colunista A. Mendes sobre a recém-formada torcida *Gaviões da Fiel*, do Corinthians, ao afirmar que associações como a *Gaviões* aparentemente “*foram organizadas com o único objetivo de vaiar*”³¹³.

Mais do que criticar a atuação da referida associação de torcedores nas arquibancadas, o jornalista ainda coloca em questão os objetivos dessa torcida, e a avalia como inútil para os propósitos do clube: “*O Corinthians não precisa de uma torcida organizada; sua torcida sempre foi espontânea. É independente, e sabe muito bem quando é momento de exigir uma substituição e está sempre ao lado de seus ídolos.*”³¹⁴

As palavras de Mendes em relação a *Gaviões da Fiel* são o retrato mais fidedigno da reação de uma vertente da imprensa esportiva paulista cujas raízes morais ainda estavam fortemente ligadas ao estadonovismo e avaliavam com indisposição este novo tipo de associação de torcedores que não era *educadora*, mas *contestadora*.

É interessante notar, porém, como a postura do jornal perante a entidade de torcedores corintianos muda após a constatação de que esta operava no clube em oposição a um político que também era desafeto da própria *Folha de São Paulo*: tratava-se de Wadih Helu, presidente do SCCP e influente deputado federal pelo partido dos governantes militares, a Arena.

Não mais que dois meses após as críticas palavras de A. Mendes à *Gaviões da Fiel*, o jornal flagrou um ataque sofrido pelos torcedores desta organização por elementos que, suspeitava-se, eram capangas do próprio presidente do clube, contratados para machucar os

³¹³ *Folha de S. Paulo*, 05/08/1970. Primeiro Caderno, p. 15.

³¹⁴ *Folha de S. Paulo*, 05/08/1970. Primeiro caderno, p. 15. Coluna de A. Mendes

componentes da torcida:

[Os torcedores] comemoravam a vitória e quando passavam pela Avenida Pacaembu, com suas bandeiras e charangas dando vivas ao Corinthians, foram cercados por mais de 80 pessoas que espancaram com porretes, barras de ferro, paus de bandeiras e outros objetos contundentes. [...] Os agressores, segundo informações das vítimas, eram pessoas contratadas pela direção do Corinthians e pertencem a outros times. Mas nestas ocasiões vestem a camisa do Corinthians e seu objetivo é fazer com que os < Gaviões da Fiel > desapareça³¹⁵.

O ataque perpetrado por pessoas supostamente vinculadas ao deputado arenista contra uma associação de torcedores desarmada e despreparada para o confronto parece ter gerado certo grau de empatia entre os componentes do jornal – de tendência opositora ao Regime – e os membros da associação de torcedores.

Adquirido certo grau de notoriedade, após ser vítima do ataque supostamente mandado por Helu, a *Gaviões da Fiel*, por meio de seu presidente Flávio La Selva, foi convidada pelo jornal para uma entrevista³¹⁶ apenas um mês depois do confronto.

Nessa entrevista, o presidente do então “movimento”³¹⁷ Gaviões da Fiel teve a oportunidade de vocalizar publicamente todas as acusações que sua torcida tinha em relação ao presidente do clube:

Em dez anos, Wadih só tirou do Corinthians: os votos para se eleger deputado estadual, os bilhões dos títulos patrimoniais, que nunca foram aplicados na construção do estádio. Wadih prometeu título e estádio, mas nada conseguiu para a torcida. E ele teima em se eternizar no cargo. Deve haver alguma coisa de podre em sua administração, para um homem se agarrar tanto a um cargo.”³¹⁸

No dia seguinte, o jornal publicou a continuação da reportagem a respeito dos ‘Gaviões’. A matéria esclarece o objetivo pelo que norteava sua organização:

a organização da torcida corintiana, através dos Gaviões da Fiel, como movimento de esclarecimento e de politização dos demais torcedores para combater um presidente que, segundo eles, é o único responsável pelos 16 anos sem título [...] Seus principais objetivos: atuar politicamente, esclarecendo a torcida e aumentando seus quadros, a fim de adquirir condições de negociar com as principais forças de oposição a Wadih Helu e à atual diretoria. Deste modo, pensar em chegar a ter voz ativa no Conselho de Orientação.³¹⁹

De característica fortemente contestadora e politizada, os Gaviões, por meio de seu presidente, afirmavam-se como “uma força esclarecedora da torcida”³²⁰, em oposição à torcida

³¹⁵ *Folha de S. Paulo*, 03/11/1970. Primeiro caderno, p. 8. Grifos meus.

³¹⁶ *Folha de S. Paulo*, 25/12/1970. Primeiro caderno, p. 15.

³¹⁷ Assim o jornal se referiu à Gaviões da Fiel na edição do dia 25/12/1970, p. 15.

³¹⁸ Fala do presidente da Gaviões da Fiel reportada por *Folha de S. Paulo*, 25/12/1970. p. 15.

³¹⁹ *Folha de S. Paulo*, 26/12/1970. Primeiro caderno, p. 14.

³²⁰ *Folha de S. Paulo*, 26/12/1970 Primeiro caderno, p. 14.

oficial. Nesse sentido, reproduziam exatamente o mesmo discurso feito pelos movimentos jovens de torcidas do Rio de Janeiro.

Os *Gaviões da Fiel* insistiram tanto na posição de opositores incondicionais de Wadih Helu, que conseguiram influenciar o resultado das eleições presidenciais do clube, realizadas em março de 1971. Apoiaram a chapa de oposição a Helu, encabeçada por Miguel Martinez, que chamava-se “Revolução Corintiana”³²¹.

A chapa de Miguel Martinez trazia consigo propostas inovadoras do ponto de vista da gestão de um clube de futebol, como a implementação do limite de apenas uma reeleição por presidente do clube para evitar o continuísmo, obrigatoriedade de desvinculação de um dirigente do clube com um mínimo de seis meses caso este quisesse concorrer a um cargo eletivo público (Wadih concorria como deputado enquanto era presidente do clube), além da proposta de descentralização do poder no clube pela criação de seis vice-presidências³²². Com o apoio dos ‘Gaviões’, Martinez venceu a eleição e comemorou a vitória com Flávio La Selva a seu lado³²³.

O movimento dos *Gaviões da Fiel* não era uma inovação, pois como o próprio presidente La Selva reconhecia, eles haviam se inspirado nos movimentos das torcidas de Atlético-MG, Flamengo-RJ e Internacional-RS³²⁴.

O caso do SCCP e da *Gaviões da Fiel* é, sem dúvidas, o mais famoso para a cidade de São Paulo. Não é, contudo, o único, já que a Torcida Tricolor Independente (também *TTI*, daqui em diante), do São Paulo FC, apresenta uma trajetória similar.

A TTI foi fundada em oposição à torcida oficial que comandava as ações da torcida são paulina até então, a TUSP.

[A Torcida Tricolor Independente] foi fundada em 25.01.1972, por um grupo de pessoas dissidentes da TUSP – ‘Torcida Uniformizada do São Paulo’³²⁵, e seu objetivo era “formar uma grande ‘Torcida Organizada’, totalmente ‘Independente’ da instituição São Paulo F.C., ocupando os espaços nas arquibancadas para apoiar o time e a diretoria ou criticá-los quando necessário.”³²⁶

A parte interessante do nome da nova torcida do SPFC – *Independente* – é a referência indireta ao *status* de dependência que os componentes desta entidade atribuíam aos membros da TUSP – a torcida oficial do clube – em relação à diretoria do clube. Independente era um

³²¹Cf. *A Gazeta Esportiva*, 03/04/1971. p. 5.

³²²Cf. *A Gazeta Esportiva*, 03/04/1971. p. 5.

³²³Cf. *Folha de S.Paulo*, 29/03/1971. Primeiro Caderno, p. 10.

³²⁴Cf. *Folha de S.Paulo*, 26/12/1970 Primeiro Caderno, p. 14.

³²⁵PIMENTA, op cit, p. 68.

³²⁶PIMENTA, op cit, p. 68.

significante não apenas da fundação de uma nova entidade de torcedores, mas também de um *status* de autonomia em relação a forças exteriores à torcida, inclusive a torcida oficial e a própria diretoria do clube.

As narrativas contadas tanto a respeito da fundação dessas duas torcidas paulistanas quanto a respeito das torcidas jovens cariocas evidenciam que o contexto no qual nasceram as torcidas organizadas de SC Corinthians Paulista, São Paulo FC, CR Flamengo, CR Vasco da Gama e Fluminense FC foi bastante semelhante. A principal marca dessa nova geração de torcidas foi a independência política e financeira em relação aos dirigentes, ao próprio clube e às próprias torcidas oficiais.

Tomadas em conjunto, elas representaram um momento de mudança em relação à forma como torcedores se relacionavam com as diretorias, jogadores e treinadores de seus clubes e mesmo em relação à mídia, sob cuja perspectiva a relação das TOBR em SP e RJ foi significativamente distinta: no Rio de Janeiro, o *Jornal dos Sports* não somente foi simpático ao movimento das torcidas jovens como ofereceu também apoio logístico e publicitário para suas ações contestadoras em relação a seus respectivos clubes; em São Paulo, a *Gazeta Esportiva* se afastou das associações de torcedores, e abriu um espaço que foi preenchido pela *Folha de São Paulo*, um veículo de tendência política progressista que simpatizou com as TOBR de perfil contestador.

A consolidação das torcidas jovens de perfil contestador entre o fim dos anos 1960 e o início dos anos 1970 representou uma importante ruptura com o discurso estadonovista para o esporte, que havia se mantido hegemônico não somente nas arquibancadas, mas em boa parte da imprensa esportiva até então.

É pertinente a observação de que o declínio da moral estadonovista nas arquibancadas – que gerou um impulso a seu declínio também em alguns setores da mídia esportiva – se deu de forma paralela ao declínio das instituições de Futebol de Estado estadonovistas nos *governing bodies* do esporte nacional. Uma importante evidência disso são os vários passos dados pela CBD – principal ator na gestão do esporte brasileiro após o suicídio de Getúlio Vargas – na direção do Mercado entre o final da década de 1950 e o início dos anos 1960, sendo João Havelange, seu presidente, um dos principais artífices desse deslocamento.

Sob a gestão de Havelange os atores do esporte brasileiro voltaram a ter autonomia sobre as decisões relativas a seus próprios assuntos, o que possibilitou a clubes e federações a ação com vistas ao lucro e ao sucesso esportivo institucional, não mais vinculados aos propósitos do Estado.

Nesse movimento surge a Taça Brasil, primeiro torneio de dimensões nacionais

organizado pela CBD. Na mesma esteira, alguns anos depois surge o RGP, organizado a princípio pelas federações estaduais e RJ e SP, e depois adotado pela CBD a pedido das duas primeiras.

A mudança na estrutura política dos *governing bodies* do esporte brasileiro se deu, portanto, em meados dos anos 1950. Os reflexos dessa mudança começaram a aparecer em nível macro ainda no final dessa década com a conquista da primeira Copa do Mundo de Futebol, em 1958 – uma decorrência do investimento maciço realizado por Sylvio Pacheco na seleção de futebol da CBD – e com a implementação da Taça Brasil, o primeiro torneio de futebol de alcance nacional, no ano de 1959.

Num segundo estágio, essa mudança possibilitou aos clubes de futebol com mais recursos a movimentação para a criação de um torneio de acesso restrito, de alto nível técnico e alto retorno financeiro, que tomou corpo no RGP.

Por fim, no terceiro e último estágio, a desestruturação do poder estadonovista no esporte atingiu o nível dos torcedores de futebol ao final dos anos 1960 e início dos anos 1970, quando uma geração de torcedores que não conheceu o regime de Futebol de Estado varguista começou a frequentar os estádios e se tornou componente fixo dos jogos de futebol, dando vazão a uma moral espontânea e passiona! que se contrapunha à moral educadora e disciplinada característica do Estado Novo.

O final dos anos 1960 apresentava, portanto, *governing bodies* e clubes de futebol que orientavam suas atividades para a obtenção de lucros, uma mídia esportiva relativamente dividida entre a moral estadonovista que caminhava para a obsolescência e a moral polemista ou contestadora, catalisada pela ação do *Jornal dos Sports* no Rio de Janeiro e pelo surgimento das primeiras TOBR da segunda geração. Nesse período, portanto, com exceção de alguns setores conservadores da mídia esportiva e das torcidas oficiais que viviam seus últimos dias de existência, a moral de Futebol de Estado varguista havia sido superada e substituída.

Não somente a moral, mas também os quadros remanescentes do regime de Futebol de Estado varguista foram substituídos no final dessa década: nas arquibancadas, a primeira geração de TOBR estava perdendo espaço para a segunda geração, mais plural, contestadora e descentralizada; na mídia esportiva, os dois comunicadores mais importantes da era estadonovista faleceram: Mário Filho, em setembro de 1966, e Thomaz Mazzoni, em janeiro de 1970; nos *governing bodies*, o CND perdeu a centralidade do comando dos esportes nacionais para CBD.

A mudança mais importante para o futebol brasileiro na década de 1970 não foi, porém, nenhuma das mencionadas no parágrafo anterior, pois não diz respeito ao esporte, mas sim ao

Estado. O Governo Militar iniciado em 1964 exerceu grande influência nos rumos tomados pelo esporte brasileiro na década de 1970. Foi sob o Regime Militar que o Brasil conquistou sua terceira Copa do Mundo e nesse mesmo período vigorou pela segunda vez um regime de Futebol de Estado no país.

O regime de Futebol de Estado instaurado pelos militares teve características muito distintas do regime de Futebol de Estado varguista. Isso se deu pelos distintos propósitos políticos aspirados por cada um desses governos por meio da instrumentalização política do esporte.

Para que seja possível compreender as ambições dos governantes com o uso do esporte, é pertinente uma apresentação do contexto no qual os militares passaram a se interessar por esporte e por futebol. A isso será dedicada a próxima seção deste capítulo.

3.4. As novas bases do Estado e da Mídia brasileira

3.4.1. As bases do Regime Militar brasileiro

É comum que analistas de política e futebol no Brasil tomem a Ditadura Militar como um período em que a influência do Estado sobre o futebol foi homogênea. Trata-se de um erro. Os militares brasileiros assumiram o poder em 1964, mas não possuíam de partida um projeto pronto para o futebol: este acabou por ser desenvolvido em função das circunstâncias políticas e sociais que envolveram seu governo.

O início do Regime Militar foi um tanto incerto, inclusive para os militares: nem eles mesmos tinham certeza sobre quanto tempo ficariam no poder. O *Ato Institucional* é a maior evidência disso. Ele foi editado sem numeração – depois ficou conhecido como AI-1 – e com um prazo de validade: janeiro de 1966. Constitucionalmente, portanto, a previsão era que o regime não duraria mais do que dois anos. O presidente eleito pelos militares para ocupar o lugar que era de João Goulart representava a chamada “linha legalista” das Forças Armadas³²⁷, isto é, o setor dos militares que se preocupava com a manutenção da legalidade e o respeito às instituições democráticas durante o regime. Foi por essa razão que, em 1965, apesar da pressão no sentido contrário, Castello Branco bancou as eleições para governos estaduais mesmo tendo às mãos poder suficiente para impedi-las.

Esta atitude custou caro a Castello, pois alguns de seus aliados políticos mais importantes (Magalhães Pinto, em Minas Gerais e Carlos Lacerda, na Guanabara) advogaram francamente pela não realização das eleições estaduais em 1965, com receio de perderem seus cargos para concorrentes da oposição. Eles não foram ouvidos pelo presidente e acabaram efetivamente sendo derrotados por opositores do regime³²⁸.

Diante do revés no pleito estadual, Lacerda e Magalhães Pinto deram início a uma movimentação cuja finalidade era depor Castello Branco da Presidência da República. O principal articulador dessa movimentação foi o ex-governador do estado da Guanabara, que tinha a pretensão de suceder Castello nas eleições presidenciais previstas para 1966. Castello gastou muito de sua energia política para negociar com os setores da chamada “linha-dura”

³²⁷ Cf. KINZO, Maria D’Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB 1966-1979*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1988.

³²⁸ Cf. Kinzo, op. cit., p. 24.

militar e manter-se no poder até o final de seu mandato.

Entre os resultados da negociação entre as partes esteve a aceitação de Castello em relação à edição de medidas que ampliassem unilateralmente seus próprios poderes em detrimento do Congresso e das forças políticas da oposição. O resultado concreto dessa mudança de atitude foi a edição do Ato Institucional nº2 (AI-2) em outubro de 1965. Entre outras coisas, o AI-2 aboliu os partidos políticos existentes, dava ao presidente poder para fechar o Congresso, para governar por decreto e para cassar mandatos de deputados. Além disso, o segundo Ato Institucional estabeleceu eleições indiretas para presidente³²⁹. A única limitação de poder prevista pelo AI-2 residia em sua limitada validade: o dia 15 de março de 1967, data na qual também estava previsto o término do mandato de Castello Branco. Até lá, o país seria – e foi – governado por um presidente com poderes excepcionalmente grandes em relação ao Congresso e às forças de oposição.

Assim foi até o dia 15 de março de 1967, quando Castello passou a faixa presidencial para Artur da Costa e Silva. Essa transição representava, para os setores mais crédulos da sociedade, a volta das liberdades públicas, das instituições representativas e da autoridade da magistratura³³⁰.

Embora o discurso apresentado por Costa e Silva fosse o de buscar uma reaproximação com a sociedade civil brasileira e a população em geral, seu governo já começou turbulento. Em outubro de 1966, antes ainda de sua posse, Carlos Lacerda fundou um movimento chamado *Frente Ampla*, que fazia oposição ao regime fora dos limites do MDB. Entre outras demandas, exigia eleições diretas e reforma partidária³³¹.

Iniciado em 1966, o movimento ganhou corpo em 1967, quando todos os exilados políticos foram anistiados e retornaram ao Brasil. Nesse tempo, Lacerda já tinha conseguido costurar alianças com figuras como João Goulart e Juscelino Kubitschek, de modo que seu movimento se tornou definitivamente um estorvo para o Regime Militar em 1968. No mês de abril do mesmo ano foi editada a Portaria nº 177 do Ministério da Justiça³³², que determinou o fim do movimento.

A essa altura, porém, o espírito contestador da Frente Ampla já havia se difundido pela sociedade, de modo que os protestos contra o Governo Militar se davam em diversos setores

³²⁹ Cf. Kinzo, op. cit., p. 27.

³³⁰ Cf. Kinzo, op. cit., p. 105.

³³¹ Cf. MARCHI, Edivaldo Batista. *Frente Ampla (1966 - 1968) – aliança, contradições e limites. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais*. PUC-SP, 2001, p. 112.

³³² Cf. Marchi, op. cit., p. 102.

da população, inclusive alguns que nada tinham a ver com a Frente Ampla de Lacerda.

O ano de 1968 foi marcado por diversas manifestações de rua contra o regime, que respondia a elas aumentando a repressão e a truculência policial mesmo contra civis sem vínculos institucionais com a política nem com quaisquer partidos ou movimentos de oposição.

O próprio Congresso, que ainda era composto em sua maioria por civis, já apresentava uma postura pouco receptiva aos atos repressivos adotados pela gestão Costa e Silva em nome da *ordem* e da *segurança nacional*. O deputado Moreira Alves, do MDB, que havia acusado em Plenário as Forças Armadas de serem um “valhacouto de torturadores”³³³, ganhou a simpatia dos emedebistas e mesmo de alguns civis arenistas. Por ofender as Forças Armadas, acabou sofrendo um processo para ter seu mandato cassado, mas acabou absolvido contando inclusive com votos de arenistas civis que já se sentiam incomodados com a pressão sobre eles exercida pelos governantes militares.

Diante do capítulo da absolvição de Moreira Alves, que contou com o apoio de parte dos políticos da base de apoio do próprio governo, os militares se viram diante de um dilema: ou manter o respeito às instituições democráticas (o Congresso Nacional, nesse caso) e reconhecer a absolvição de Moreira Alves, sendo portanto indiferentes à traição perpetrada por deputados arenistas (que ou se ausentaram ou votaram a favor do emedebista) e reconhecendo o direito de civis de vituperar publicamente a honra das Forças Armadas, ou mudar a postura e abandonar a submissão às instituições democráticas, ampliando seus próprios poderes de forma unilateral para adquirir um controle quase absoluto das decisões políticas do país, aumentando os níveis de repressão policial, acabando com o caráter provisório da intervenção militar e estabelecendo um plano próprio e estável para o futuro político e econômico do país.

A decisão dos militares diante desse dilema foi a de se colocarem acima da Lei; foi a de se tornarem, eles próprios, a Lei. Juridicamente, o que oficializou essa mudança foi a edição do Ato Institucional nº5 (AI-5), editado em 13 de dezembro de 1968. Entre outras coisas, o AI-5 autorizou o presidente da república a fechar o Congresso e outras casas legislativas, intervir em estados e em cidades, cassar ou suspender direitos políticos de quaisquer cidadãos, suspender garantias constitucionais para liberdade de reunião e associação, censurar imprensa, correspondências, telecomunicações e diversões públicas³³⁴.

³³³ Cf. GASPARI, Elio. *A Ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 316.

³³⁴ Cf. CRUZ, Sebastião C. Velasco E.; MARTINS, Carlos Estevam. *De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da 'abertura'*. In *Sociedade e Política no Brasil pós-64*, organizado por Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida. Editora Brasiliense, 1984. P. 16.

A edição do AI-5 marcou definitivamente o abandono da busca, por parte dos militares, da obtenção de legitimidade política por meio da submissão às instituições democráticas. O quinto Ato Institucional fechou o Congresso brasileiro por dez meses³³⁵. Durante este tempo, foram cassados 33 deputados da própria Arena³³⁶, e 40% dos deputados do MDB³³⁷.

Depois do AI-5, veio em fevereiro de 1969 o AI-6, que retirava da Suprema Corte Federal a competência para interferir em decisões tomadas pela Corte Militar no julgamento de civis³³⁸. No mesmo mês, o AI-7 suspendeu a realização de eleições para cargos executivos e legislativos³³⁹.

A edição de decretos por parte do governo federal não foi interrompida nem mesmo após a saída de Costa e Silva da Presidência da República, por ter adoecido. A Junta Militar, que assumiu o comando do país na sucessão de Costa e Silva, em 31 agosto de 1969, publicou em cinco setembro seu primeiro Ato Institucional, o AI-13, que autorizava o banimento de qualquer cidadão brasileiro que pudesse ser considerado perigoso para a Segurança nacional³⁴⁰. Em dez de setembro, foi publicado o AI-14, que introduzia a pena de morte³⁴¹.

Além de todos os decretos editados para o controle das forças de oposição e de cidadãos insatisfeitos com o regime, os militares se preocuparam em estabelecer novamente o controle de imprensa, implementado por meio da censura prévia³⁴² em todos os veículos de comunicação, que exerceram um papel de fundamental importância tanto para a estabilidade política do Regime Militar como um todo quanto ao sucesso de uma série de políticas idealizadas e executadas por esse governo, inclusive no que diz respeito ao futebol. Por essa razão, dedicaremos a próxima subseção do capítulo à descrição da trajetória da Rede Globo de Televisão, o veículo de comunicação mais importante do Regime Militar, e da relação estabelecida pelo dono dessa companhia, Roberto Marinho, com os governantes militares.

³³⁵ Cf. KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB 1966-1979*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1988, p. 121.

³³⁶ Cf. Grinberg, op. cit., pp. 141-2.

³³⁷ Cf. CRUZ, Sebastião C. Velasco E.; MARTINS, Carlos Estevam. *De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da 'abertura'*. In *Sociedade e Política no Brasil pós-64*, organized by Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida. Editora Brasiliense, 1984, p. 37

³³⁸ Texto completo em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-06-69.htm

³³⁹ Texto completo em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-07-69.htm

³⁴⁰ Texto completo em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-13-69.htm

³⁴¹ Texto completo em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/AIT/ait-14-69.htm

³⁴² Cf. Kinzo, op. cit., p. 128.

3.4.2. Televisão e comunicação no Regime Militar

A televisão foi trazida para o Brasil no ano de 1950, mas nesse período os aparelhos televisivos eram caros, poucos os canais e a estrutura tecnológica requerida para a execução das transmissões ainda era incipiente. A programação exibida pelas emissoras de TV nesse período era composta basicamente por adaptações de programas do rádio, dado que a categoria “entretenimento televisivo” ainda sequer existia enquanto tal no país.

A primeira emissora de TV do país, a *TV Tupi*, era propriedade de Assis Chateaubriand. Nascido na Paraíba, Assis radicou-se na cidade de São Paulo, e nela fundou a sua TV em 18 de setembro de 1950. A primeira cidade a receber uma filial da emissora foi o Rio de Janeiro, capital federal, em janeiro de 1951. Considerando que o sinal da *TV Tupi* era difundido para as duas cidades mais importantes do país com pouquíssima concorrência durante toda a década de 1950, não é exagero dizer que a emissora de Assis Chateaubriand foi a mais influente rede de televisão do Brasil durante esta década.

Em seus primeiros anos de atividade, a *TV Tupi* viveu de adaptações televisivas de programas oriundos da rádio Tupi, também propriedade dos *Diários Associados*, império da comunicação brasileira comandado por Chateaubriand. Os *Diários Associados*, nos anos 1950, chegaram a ser avaliados como o conglomerado de mídia mais importante da América Latina. Os ativos utilizados por Chateaubriand para a estruturação da TV Tupi eram da ordem de US\$ 5 milhões³⁴³, uma soma de dinheiro astronômica sugerindo que a hegemonia de Chateaubriand nas mídias impressas e de rádio se estenderia também para a televisão.

O domínio de Chateaubriand sobre a produção televisiva no Brasil foi colocado à prova na primeira metade da década de 1960, quando Roberto Marinho, proprietário do Grupo Globo, visando expandir seus negócios da mídia impressa e radiofônica para o âmbito da TV, articulou-se com empresários e representantes do grupo de mídia norte-americano *Time-Life*³⁴⁴.

A parceria entre Roberto Marinho e os americanos possibilitou um investimento da ordem de US\$ 5 milhões³⁴⁵ nas instalações físicas planejadas para receber os estúdios de televisão do empresário carioca. Ao saber dos planos de Marinho para constituir uma rede de

³⁴³ SILVA, Patrícia A.R. *TV Tupi, a pioneira na América do Sul*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2004, p. 15.

³⁴⁴ Time-Life Broadcast International Inc., uma empresa norte-americana de comunicações que veio ao Brasil para financiar e oferecer treinamento técnico à equipe que constituiria a Rede Globo em 1965.

³⁴⁵ Cf. DINIZ, Ângela M. C. *Uma História da TV Pública brasileira*. Tese de doutorado da Universidade de Brasília, UnB, 2013, p. 152. Acessível online pelo link http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15462/1/2013_AngelaMariaCarratoDiniz.pdf

televisão com capacidade de concorrer com a *TV Tupi*, Chateaubriand dedicou em seus jornais aproximadamente cinquenta artigos onde acusava o carioca de uma “ofensiva externa contra competidores internos”³⁴⁶.

Os fundamentos para a preocupação de Chateaubriand com os esforços de Marinho para montar seu próprio canal de TV eram variados: em primeiro lugar, muito embora os investimentos em estrutura física de ambas as redes de TV tenham sido praticamente idênticos³⁴⁷, a Rede Globo se aparelhava não somente com equipamentos de primeira linha, mas também com funcionários trazidos diretamente dos quadros da Time-Life, como Joe Wallach, que era diretor de televisão da empresa estrangeira nos Estados Unidos³⁴⁸ e foi trazido ao Brasil com a incumbência de auxiliar na montagem e estruturação do novo canal de televisão carioca. Isso significa que a Rede Globo de Televisão iniciou seus trabalhos com um *know-how* e suporte técnico que eram muito mais avançados em relação aos possuídos por quaisquer concorrentes brasileiros, inclusive a *TV Tupi*.

Além da disparidade de quadro de funcionários, no início dos anos 1960, o prestígio e a influência política de Assis Chateaubriand diminuíram, ao passo que a inserção de Marinho nos círculos de poder aumentou sensivelmente.

Nos anos 1930 e 1940, Chateaubriand era poderoso a ponto de influenciar figuras como o presidente da República a produzir legislação em seu benefício. Essa influência pode ser atestada por um caso que ocorreu no ano de 1943, quando Assis estava em meio a uma disputa judicial com Cora Acuña, pela guarda de Theresa Acunha, filha do casal que havia sido registrada apenas com o nome da mãe. As circunstâncias jurídicas da época tornavam impossível a conquista da guarda da filha por parte de Assis, antes de mais nada porque a lei da época impedia o reconhecimento posterior de filhos tidos fora de matrimônio, e depois porque o artigo 16 do Decreto-lei nº3200 (de 1941) atribuía a guarda de uma criança ao primeiro dos cônjuges que a reconhecesse como filha.

A pedido Chateaubriand, Vargas editou em 24 de setembro de 1942 um decreto-lei (nº 4737) que permitia o reconhecimento de filhos tidos fora do matrimônio após o desquite. Com essa medida, o governo abria a possibilidade para que Assis reconhecesse legalmente Theresa como sua filha, mas não gerava nenhuma possibilidade de retirada de sua guarda de Cora Acuña, sua mãe.

³⁴⁶ MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 167. Apud Diniz, op. cit., p. 153.

³⁴⁷ US\$ 5 milhões, de modo que o montante nominal teve variação inflacionária entre 1950 (Tupi) e 1962 (Globo).

³⁴⁸ Cf. <http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/joe-wallach/trajetoria.htm>, consultado em 30/01/2017.

Essa situação foi resolvida por outro decreto de Getúlio Vargas, que em 21 de janeiro de 1943 editou o decreto-lei 5213, que modificava o artigo 16 do decreto-lei 3200/41, o qual passava a prever que: “*O filho natural, enquanto menor, ficará sob o poder do progenitor que o reconheceu, e, se ambos o reconheceram, sob o do pai, salvo se o juiz decidir doutro modo, no interesse do menor*”.³⁴⁹

O decreto-lei 5213, escandalosamente produzido para satisfazer as necessidades circunstanciais de Assis Chateaubriand, aliado político de Getúlio Vargas, passou a ser conhecido como *Lei Teresoca*, uma referência ao nome da filha cuja guarda passou para as mãos do pai. O caso da Lei Teresoca evidencia o quão poderoso era Assis Chateaubriand no Brasil dos anos 1940. Por seus desígnios pessoais, o presidente da República editou não um, mas dois decretos-leis.

Contudo, da mesma forma que a estrutura estadonovista de poder durou pouco tempo após o suicídio de Vargas, a hegemonia de Assis Chateaubriand à frente da grande mídia brasileira também não resistiu ao fim do poder varguista.

Muito bem relacionado com todos os presidentes da República até a década de 1950, os militares já tomavam Assis como um *estorvo*³⁵⁰. Por outro lado, Roberto Marinho possuía ótima circulação e muito boas relações tanto com os presidentes militares quanto com representantes do governo dos Estados Unidos da América.

A proximidade de Roberto Marinho do poder dos EUA é atestada em alguns arquivos confidenciais do próprio Departamento de Estado dos EUA, que foram tornados públicos por ocasião do aniversário de 50 anos do Golpe Militar no Brasil. O texto abaixo reproduzido é de autoria do embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon, e tem como destino a sede do Departamento de Estado de seu país de origem.

1. This reports highly confidential luncheon conversation Friday with Roberto Marinho, bearing on presidential succession problem. Protection of source is essential.
2. For some months, Marinho has been convinced that maintenance of Castello Branco as president for a further term is indispensable to continuity of policies present government and avoidance disastrous political crisis here³⁵¹.

As palavras escritas pelo embaixador dos EUA sugerem que Marinho foi um dos principais idealizadores não somente da implementação do AI-2, mas também da extensão de mandato de Castello Branco, da instituição de eleições indiretas no país e mesmo da sucessão

³⁴⁹ Cf. texto integral disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5213-21-marco-1943-415231-publicacaooriginal-1-pe.html>

³⁵⁰ Cf. Diniz, op. cit., p. 152.

³⁵¹ Cf. Relatório do embaixador Lincoln Gordon ao Departamento de Estado norte-americano, datada de 14 de agosto de 1965. Conferir anexo.

de Castello por Costa e Silva. Todos esses assuntos eram pauta de Roberto Marinho, dos militares brasileiros e do embaixador norte-americano no Brasil já em meados de 1965. Diz Gordon:

3. [...] Although Castello did not indicate explicitly his acceptance of the logical conclusion, Marinho was definitely satisfied by end of the talk that Castello would no longer firmly oppose and would even cooperate with steps to make possible his reelection, probably through some form of indirect election.
4. On this basis, the group mentioned in Para two is devising a strategy involving two constitutional amendments. The first would shift the 1966 presidential election from direct popular to indirect congressional form. [...]
6. During July 31 talk with Castello, Marinho also raised question of general Costa e Silva's interest in the presidency. [...] ³⁵²

A boa circulação de Marinho entre os militares tornou-o o homem de confiança do governo americano em terras brasileiras. A opinião do próprio Gordon sobre Marinho, externada na última seção do Relatório ao Departamento de Estado dos EUA, é a seguinte:

While political gossip columns are full of speculation on many types of moves to modify regime, many inspired by politicians with own axes to grind, I regard Marinho's information as much more reliable than general run of such reports. ³⁵³

Gordon, embaixador norte-americano no Brasil à época do início do Regime Militar, foi um dos responsáveis pela criação e desenvolvimento da *Alliance for Progress*³⁵⁴, um programa do governo estadunidense que tinha por objetivo alinhar a América Latina aos Estados Unidos e evitar que a ameaça comunista ganhasse corpo no continente, como havia acontecido em Cuba.

Por meio dos relatórios de Gordon, hoje, sabe-se que às vésperas do AI-2 o dono das organizações Globo estava trabalhando em silêncio com Ernesto Geisel, chefe da Casa Militar, Golbery do Couto e Silva, chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI) e Luis Vianna, chefe da Casa Civil, na articulação para a prorrogação ou renovação de mandato de Castello Branco, com o objetivo de evitar que a oposição assumisse o poder em 1966, ano para o qual estavam previstas as eleições presidenciais³⁵⁵. Gordon sugere ainda que teria sido o próprio Marinho o

³⁵² Relatório do embaixador Lincoln Gordon ao Departamento de Estado norte-americano, datada de 14 de agosto de 1965.

³⁵³ Relatório do embaixador Lincoln Gordon ao Departamento de Estado norte-americano, datada de 14 de agosto de 1965. Conferir anexo.

³⁵⁴ Cf. HOROWITZ, David. *The Alliance for Progress*. Socialist Register, 2007. Disponível em: https://web.archive.org/web/20070928011625/http://socialistregister.com/socialistregister.com/files/SR_1964_Horowitz.pdf

³⁵⁵ Relatório do embaixador Lindon Gordon ao Departamento de Estado norte-americano, datada de 14 de agosto de 1965.

responsável por convencer Castello a permanecer no poder por mais tempo do que o previsto *a priori*, a despeito da relutância inicial do presidente em aceitar tal sugestão³⁵⁶.

O prestígio de Marinho junto à coalizão de poder que retirou João Goulart do poder em 1964 o credenciava para tornar-se o homem de mídia mais influente do Brasil. Para atingir tal posto, porém, teria que superar o prestígio e a força política de Assis Chateaubriand, estabelecido como referência na mídia brasileira desde a Era Vargas.

A discrepância de prestígio político entre Marinho e Assis dentro do Regime Militar indicava que a queda do império do último era apenas uma questão de tempo. Mesmo sabendo disso, Chateaubriand lutou até suas últimas possibilidades para induzir o projeto de Marinho ao fracasso e, assim, garantir sua hegemonia midiática em nível nacional.

Baseando-se em uma série de leis de inspiração varguista que lhe eram totalmente benéficas naquele momento, o primeiro movimento do paraibano foi atacar os investimentos estrangeiros que estruturaram fisicamente as instalações da *TV Globo* de Roberto Marinho. O artigo 160 da Constituição de 1946, abaixo transcrito, proibia a participação de grupos estrangeiros na gestão de grupos brasileiros de telecomunicações:

Art. 160 - É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a de radiodifusão, a sociedades anônimas por ações ao portador e a estrangeiros. Nem esses, nem pessoas Jurídicas, excetuados os Partidos Políticos nacionais, poderão ser acionistas de sociedades anônimas proprietárias dessas empresas. A brasileiros (art. 129, nº s I e II) caberá, exclusivamente, a responsabilidade principal delas e a sua orientação intelectual e administrativa.³⁵⁷

O ponto da ilegalidade do investimento do grupo *Time-Life* na empresa de Roberto Marinho foi o mais atacado por Chateaubriand. Segundo relato de Daniel Herz:

No dia 24 de julho de 1962, a recém constituída TV Globo Ltda. firmou com o grupo norte-americano Time-life, em Nova Iorque, dois contratos. O primeiro, denominado *Contrato Principal*, era uma conta de participação, uma "joint venture". O segundo era um *Acordo de Assistência Técnica* que tinha algumas de suas cláusulas vinculadas ao Contrato Principal. O assessor da Globo na elaboração desses contratos foi o advogado Luiz Gonzaga do Nascimento Silva, ligado a Roberto Campos, que foi ministro do Planejamento no governo Castelo Branco (1964-67) e um dos artífices da política de internacionalização da economia brasileira após a derrubada do governo constitucional, em 1964. Nascimento e Silva foi ainda presidente do Banco Nacional da Habitação (BNH) e, depois, ministro do Trabalho e da Previdência Social, no governo Castelo Branco, e ministro da Previdência no governo Geisel (1975- 79).³⁵⁸

³⁵⁶ Cf. Relatório de Gordon, op. Cit., p. 3. Anexo 2.

³⁵⁷ Artigo 160 da Constituição de 1946, que vedava a participação/controle de estrangeiros em meios de comunicação brasileiros.

³⁵⁸ HERZ, Daniel. *A história secreta da Rede Globo*. Rio Grande do Sul: Tchê!, 1989, p.106.

O argumento do dono dos *Diários Associados* e da *Rede Tupi* era – baseado no artigo 160 da constituição de 1946 – que o dinheiro da *Time-Life* colocou a *Rede Globo* numa situação de privilégio em relação às suas concorrentes que, constitucionalmente limitadas, tiveram que buscar financiamento em fontes nacionais.

Embora o acordo citado tenha sido costurado já no ano de 1962, foi somente no momento em que o Conselho Nacional de Telecomunicações tomou conhecimento dos documentos que atestavam a relação entre *Time-Life* e *Globo* que a questão explodiu. Isso ocorreu justamente no ano de Fundação da *TV Globo*, em 1965.

Quando o caso veio à tona, houve pressão para que a emissora carioca fosse investigada, e foi então instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para analisar essa questão. A influência de Assis sobre o Poder Judiciário brasileiro ainda era tão grande que o supervisor incumbido de fiscalizar o processo dirigido contra a *Rede Globo* foi o deputado João Calmon, um sócio de Chateaubriand nos *Diários Associados*³⁵⁹.

Acuado pelas manobras de Chateaubriand, Roberto Marinho foi, então, convocado a prestar esclarecimentos aos parlamentares. O dono das organizações *Globo* reconheceu que se relacionou com a empresa americana, mas argumentou que a relação entre elas não era uma sociedade, mas sim como *joint venture*, isto é, “*um contrato de financiamento aleatório, uma vez que não dá nenhum direito de direção ou de propriedade a uma empresa, apenas participando seu financiador dessa empresa de seus lucros e prejuízos.*”³⁶⁰

O argumento de defesa de Marinho era que o aporte financeiro da empresa americana não conferia a ela o direito de possuir ações de capital da *TV Globo* – o contrário disso configuraria *sociedade*, o que o tornaria culpado – e que a *Time* não possuía nenhuma interferência na administração da emissora³⁶¹. Segundo Marinho, sua emissora tinha total autonomia sobre as ações da TV que seria, portanto, livre de influências estrangeiras. O papel da *Time-Life* seria somente o de prestar assistência técnica, comprar mercadorias e financiar a estrutura da TV³⁶². O movimento jurídico do grupo de comunicação de Marinho era evidentemente o de descaracterizar tudo o que pudesse tomado como elemento constituidor de sociedade com o grupo *Time-Life*. Não foi suficiente.

Em agosto do mesmo ano, o parecer da CPI – cujo relator foi o deputado Djalma

³⁵⁹ Cf. Folha de SP, 11 de maio de 1966. Primeiro caderno, p. 6.

³⁶⁰ Declaração de Roberto Marinho à CPI que investigava sua emissora de TV, a Rede Globo, reportada pelo jornal *O Globo* em 25/04/1966, p. 10.

³⁶¹ Cf. *O Globo*, 25/04/1966, p. 10.

³⁶² Cf. *idem*.

Marinho – foi desfavorável à *Rede Globo*:

Os contratos firmados entre TV Globo e Time-Life ferem o artigo 160 da Constituição, porque uma empresa estrangeira não pode participar da orientação intelectual e administrativa de sociedade concessionária de canal de televisão; por isso, sugere-se ao Poder Executivo aplicar à empresa faltosa a punição legal pela infringência daquele dispositivo constitucional.³⁶³

O parecer da CPI entendeu que a *Time-Life* era copartícipe da orientação intelectual da *Rede Globo*, o que ia contra o artigo 160 da Constituição de 1946, vigente à época.

Tendo a CPI atribuído culpa a Roberto Marinho e à Rede Globo, Chateaubriand parecia ter, mais uma vez, logrado na tarefa de usar o sistema legislativo e judiciário federal para zelar por seus próprios interesses.

Contudo, contrariando as expectativas de Chateaubriand, a derrota na CPI não significou a morte das pretensões de Roberto Marinho para a conquista da hegemonia da mídia brasileira. Antes de que qualquer sanção decorrente da CPI pudesse ser aplicada, os legisladores brasileiros trataram de construir uma comissão legislativa com a finalidade de elaborar dispositivos legais que prevenissem o surgimento de outros casos nos mesmos moldes de *Time-Life* e *Globo*:

A mesa da Câmara dos Deputados criará, nos termos do Regimento Interno, uma Comissão Especial, interpartidária, para elaborar legislação específica sobre televisão (incluindo-se também rádio e jornal), para preservar a sua nacionalização, dada a presença de capitais estrangeiros nas organizações que exploram essa atividade.³⁶⁴

O resultado dos trabalhos desta comissão legislativa foi a publicação do Decreto-lei nº236, em fevereiro de 1967. Neste, Castello Branco promoveu a alteração da lei 4117 de 1962, aquela que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações³⁶⁵. O texto deste decreto-lei nº 236 proibia, sem reservas, a reincidência de um caso semelhante ao da *Rede Globo*, conforme podemos conferir em seu sétimo artigo:

Art. 7º É vedado às empresas de radiodifusão manter contratos de assistência técnica com empresas ou organizações estrangeiras, quer a respeito de administração, quer de orientação, sendo rigorosamente proibido que estas, por qualquer forma ou modalidade, pretexto expediente mantenham ou nomeiem servidores ou técnicas que, de forma direta ou indireta, tenham intervenção ou conhecimento da vida administrativa ou da orientação da empresa de radiodifusão.³⁶⁶

Como tal Decreto-lei não possuía efeito retroativo, não é exagerado afirmar que ele

³⁶³ Relatório da CPI da Rede Globo. Brasília, 22 de agosto de 1966. Apud Hertz, op. Cit., p. 183.

³⁶⁴ Relatório da CPI da Rede Globo. Brasília, 22 de agosto de 1966. Apud Hertz, op. cit., pp. 183-4.

³⁶⁵ Cf. Decreto-Lei 236, 28/02/1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0236.htm.

³⁶⁶ Artigo 7º do Decreto-Lei 236, 28/02/1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0236.htm.

produziu um benefício – e não um dano – à Rede Globo: além de não causar nenhum prejuízo à emissora ré, o decreto extinguiu qualquer possibilidade de surgimento de um canal de telecomunicações em condições de concorrer com a Globo. A quantidade de capital disponível nas fontes brasileiras não era sequer comparável à quantidade injetada pelos americanos da *Time-Life* no grupo carioca.

Essa foi a primeira vitória de Marinho sobre Assis. Só significaria algo, porém, se a condenação da CPI fosse revertida.

A despeito da derrota na CPI, após uma apelação judicial impetrada pelos advogados da *Rede Globo*, o caso foi parar nas mãos do presidente Castello Branco, que indeferiu³⁶⁷ o recurso em fevereiro de 1967. Roberto Marinho pediu novamente reconsideração do caso a uma semana da saída de Castello Branco da Presidência, no início de março de 1967. Com pouco tempo para decidir, o presidente passou a bola para seu sucessor, Costa e Silva³⁶⁸. É neste ponto que a história tem seu ponto de virada.

Como já foi afirmado, Roberto Marinho estava totalmente envolvido nas tratativas entre governo norte-americano e Regime Militar brasileiro. Assim, a despeito da influência de Assis Chateaubriand sobre as esferas do Poder Judiciário e Legislativo do país, Marinho sabia que contava com um porto seguro no Poder Executivo Federal.

Antes de ser dada sequência aos fatos, é pertinente ordená-los: a *Rede Globo*, graças ao investimento da *Time-Life*, obteve, entre fevereiro de 1963 e maio de 1966, um financiamento de mais de quatro milhões de dólares³⁶⁹. Em termos de estrutura física, era a emissora de TV melhor estruturada do Brasil, melhor do que a própria *Tupi*, líder brasileira dos anos 1950. Assis Chateaubriand ativou, então, todos seus contatos e exerceu a influência possível sobre os canais políticos que pudessem minar as aspirações de Roberto Marinho e da *Rede Globo*, que se pintavam como o principal concorrente dos *Diários Associados* e da *Rede Tupi*. Assis conseguiu que uma CPI declarasse Marinho culpado, mas não foi influente o suficiente para fazer com que Castello Branco executasse a punição.

Eis que Costa e Silva assumiu a Presidência da República tendo, em tese, o destino da *Rede Globo* de Televisão em suas mãos. Já condenada pela CPI, bastaria ao presidente manter-se alinhado à decisão da Comissão Parlamentar de Inquérito para que as atividades da emissora carioca fossem drasticamente prejudicadas.

O fato é que Costa e Silva havia sido indicado pelo próprio Roberto Marinho como

³⁶⁷ Cf. *Diário oficial da União*, 14/02/1967. Apud Hertz, op. cit., p. 185.

³⁶⁸ Cf. Hertz, op. cit., pp. 185-6.

³⁶⁹ Cf. Hertz, op. cit., p. 239.

sucessor de Castello Branco³⁷⁰, em agosto de 1965. O novo presidente da República não era exatamente um desconhecido do réu.

Sob a Presidência de Costa e Silva, portanto, o Banco Central e o Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel), partindo dos mesmos documentos que fundamentaram a decisão da CPI que declarou Roberto Marinho culpado, asseveraram a legalidade das operações realizadas com a *Time-Life*.³⁷¹ A decisão favorável à *Rede Globo* por parte do Contel e do Banco Central fundamentaram ainda outro parecer favorável à emissora carioca emitido pelo consultor-geral da república, Adroaldo Mesquita da Costa, em 20 de outubro de 1967.

Mesmo após a publicação do parecer favorável à emissora de Marinho, Costa e Silva não deu o caso por encerrado. O presidente da república manteve o “caso Globo” por algum tempo como um trunfo que poderia ser usado a seu favor a qualquer momento, já que ao final da década de 1960, a *Rede Globo* já se colocava como um dos meios de comunicação mais importantes do país.

De um lado, portanto, estava o crescente investimento estatal nas melhorias das telecomunicações nacionais, que trouxe novas tecnologias, como a Rede Básica de Micro-ondas³⁷², abrindo espaço para a difusão do sinal de televisão para todo o país. Isso poderia ser de extrema importância para o regime que queria fazer sua mensagem chegar à casa de todos os cidadãos. Do outro, havia uma emissora de TV equipada com estrutura e pessoal literalmente de primeiro mundo, com um dono próximo ao regime e íntimo da política norte-americana, com poder para intervir no governo nacional – por meio de seus contatos no estrangeiro –, mas também dependente deste para sobreviver enquanto empresa. No centro estava Costa e Silva, com a caneta na mão e pressionado por todos os lados para dar solidez ao projeto das Forças Armadas do país diante das ameaças à *Revolução* que se verificavam nas ruas, no Congresso e na própria Arena.

A crise política de 1968 fez com que o Regime Militar precisasse da *Rede Globo* da mesma forma que a emissora precisava da boa-vontade do Regime Militar. O casamento entre as duas partes seria o cenário perfeito para o governo brasileiro, que ganharia influência sobre uma rede de televisão com qualidade de primeiro mundo e potencial técnico-operacional para divulgar sua mensagem para o Brasil inteiro. Além disso, o governo se beneficiaria da

³⁷⁰ Cf. Relatório de Gordon, p. 4. Anexo 3.

³⁷¹ Cf. Hertz, op. cit., p. 190.

³⁷² Cf. ROSÁRIO, Eliane R. M. *As afiliadas da Rede Globo de Televisão no Território Brasileiro*. Revista Ateliê Geográfico v.2, n.2, UFG-IESA. Agosto 2008. P. 127. Disponível em <http://www.revistas.ufg.br/ateliê/article/viewFile/4727/3968?journal=ateliê>.

benevolência dos EUA ao possuir Marinho, homem de confiança do governo norte-americano, como aliado.

Do lado da *Rede Globo*, o cenário também seria perfeito: finalmente absolvida das acusações que a rondavam desde o início da década, desfrutaria de uma série de benefícios exclusivos do Estado para desenvolver seu alcance e sua programação, se tornaria hegemônica nas telecomunicações brasileiras e alcançaria lucros praticamente monopolistas com a exploração da estrutura e serviços fornecidos pela *Life-Time*.

Para o governo norte-americano, era o cenário perfeito para despreocupar-se do risco soviético-comunista no Brasil: os militares locais estavam alinhados com os interesses dos EUA e mantendo uma boa relação com seu homem de confiança, Roberto Marinho. Era, portanto, certo que as influências soviéticas seriam mínimas e facilmente controláveis, no caso brasileiro.

Rede Globo, governo militar brasileiro, governo norte-americano: todos se beneficiariam deste casamento. Então assim foi feito: no dia 23 de setembro, o presidente da República assinou o decreto que legalizou³⁷³ a *Rede Globo*, um dos aliados mais importantes do Regime Militar brasileiro.

O primeiro passo da aliança foi o avalizamento estatal para a compra pela *Rede Globo* da parte da *joint venture* que cabia à *Time-Life*. Ainda em 1968, o Banco do Estado da Guanabara avalizou um empréstimo de US\$ 3,8 milhões feito pelo Citibank a Roberto Marinho³⁷⁴, para que comprasse a parte da *Time-Life*. O contrato venceu em dois anos e não foi pago pela *Rede Globo*, que então apelou para um empréstimo do Banco Nacional³⁷⁵, de José Magalhães Pinto.

O grupo de Roberto Marinho tomou a *cara* desejada pelos governantes militares um ano após o acordo que selou o entendimento e o bom-convívio entre as partes:

A Rede Globo de Televisão foi definitivamente implantada a 1º de setembro de 1969, com a primeira transmissão do “Jornal Nacional”. Na ocasião, além da central no Rio de Janeiro, Roberto Marinho já havia comprado a emissora geradora de São Paulo (1966) e a de Belo Horizonte (1968). Com a compra da geradora de Brasília (1971) e, finalmente, Recife (1972), consolida-se, a apenas sete anos de sua inauguração, a maior rede nacional de emissoras de televisão, com mais de 36 filiadas e centenas de estações retransmissoras em todo o país.³⁷⁶

³⁷³ Cf. Hertz, op. cit., p. 293.

³⁷⁴ Cf. http://www.grupoglobo.globo.com/noticias/entrevista_50_anos_tv_globo.php . Entrevista de Roberto Irineu Marinho dada ao próprio grupo Globo.

³⁷⁵ Cf. idem.

³⁷⁶ Cf. KEHL, Maria Rita. *Eu vi um Brasil na TV*. In SIMÕES, Inimá (org). *Um país no ar*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1986. P. 190.

O Governo Militar tinha interesse em promover a *integração nacional* durante sua gestão. Seus líderes tinham ciência do quão importante as telecomunicações em nível nacional seriam para a obtenção de sucesso nesse aspecto. A criação e a sustentação de uma estrutura comunicativa eficiente que fosse capaz de levar a mensagem estatal para todas as regiões do país eram de total interesse do governo:

O projeto de integração nacional pretendido pela ditadura militar, um projeto levado a efeito por uma política cultural bem desenhada, uma das mais ambiciosas e mais bem-sucedidas da história do país, alcançou êxito graças à televisão. [...] [O Estado] espetou antenas em todo território brasileiro e ofereceu estrutura para que o país fosse integrado. Integrado via Embratel. O serviço foi executado pelas grandes redes, com a Globo na primeira fila³⁷⁷.

Nesse sentido, as ações da *Embratel* – estatal – e da *Rede Globo* – privada, mas com fortes vínculos com o Regime Militar – eram complementares do ponto de vista da estratégia comunicativa do governo: onde a *Embratel* chegava com a antena, a *Globo* chegava com a programação. Desse modo, os benefícios eram mútuos: o governo garantia que uma mensagem que lhe era conveniente seria entregue aos cidadãos que ligassem seus aparelhos de TV, além do ganho político que era levar a novidade da TV para uma cidade do interior do país; a *Rede Globo*, por sua vez, tinha acesso a um público cada vez maior, o que significava o aumento sequencial de seus consumidores potenciais e, portanto, de seu mercado e lucros.

O resultado dessa política de expansão das telecomunicações pelo país e do aproveitamento da *Rede Globo* deste movimento foi que, em 1977, a Globo chegava a 96% da população dos 325 municípios brasileiros com mais de 50 mil habitantes, o que representava 57 milhões de pessoas³⁷⁸. Espalhada por todas as cidades de grande porte do país, a Globo atingia 53% da audiência nacional³⁷⁹ no horário noturno durante o ano de 1979.

A partir dos números mencionados acima é possível afirmar que a *Rede Globo* se tornou hegemônica nos países já em meados da década de 1970. Não somente chegava a um grande número de lares, mas era assistida por mais da metade deles, durante o período noturno em nível nacional.

³⁷⁷ BUCCI, Eugênio. *Brasil em tempos de TV*. São Paulo-SP: Jinkings editores associados, 1996. P. 16.

³⁷⁸ *Mercado Global*. Publicação da Central Globo de Comercialização, SP, nº 37-8. Apud Kehl, op. cit., p. 193.

³⁷⁹ Cf. Kehl, op. cit., p. 219.

3.5. As bases para a restauração do Futebol de Estado pelo Regime Militar

Se as telecomunicações foram um dos componentes da política de integração nacional adotada pelos militares a partir do AI-5, o futebol certamente não foi um elemento menos importante nesse processo. Vale notar que o futebol veio a tornar-se um elemento caro ao Regime Militar apenas às vésperas de seu endurecimento, simbolizado pela edição do AI-5.

Entretanto, supor uma ação homogênea do Regime Militar em relação à instrumentalização política do futebol implicaria assumir que a implementação de um regime de Futebol de Estado por sua parte estava nos planos desde 1964, o que não se verifica. Até as vésperas da edição do quinto Ato Institucional, não há registros de interação sistemática entre atores do Estado e dos *governing bodies* do esporte brasileiro no sentido de produzir uma cooperação em benefício dos propósitos políticos dos governantes militares.

Contudo, na iminência da publicação do AI-5, esse quadro mudou. Poucos dias antes da edição do quinto Ato Institucional, Costa e Silva convocou uma reunião com João Havelange, presidente da CBD, Paulo Machado de Carvalho, vice-presidente da CBD, e Jerônimo Bastos, presidente do CND. Tratava-se, portanto, de um encontro entre o representante mais poderoso do Estado com os representantes mais poderosos dos *governing bodies* do esporte.

O assunto a ser tratado na referida reunião era a Copa do Mundo de futebol que seria realizada no México no ano de 1970. Direcionando suas palavras aos três dirigentes esportivos presentes, Costa e Silva afirmou que não aceitaria menos que a vitória naquele torneio³⁸⁰, previsto para acontecer ainda durante sua Presidência. Diz o presidente:

Eu acho, realmente, que o Brasil não pode perder este campeonato [a Copa de 1970]. Temos que dar um jeito, de qualquer forma [...]”³⁸¹. “Em 1970 o Brasil estará disputando a taça do mundo. Como presidente, gostaria que o povo brasileiro, ainda na minha gestão, festejasse a conquista.”³⁸² “Precisamos combinar bem tudo isso, pois afinal de contas em 1970 eu ainda estarei no governo e não vou gostar nada de ter perdido esse campeonato”³⁸³.

É muito sintomático que a reunião de Costa e Silva com os dirigentes dos mais

³⁸⁰ Cf. GE, 05/12/1968. p. 8.

³⁸¹ A *Gazeta Esportiva*, 04/12/1968, p. 7. Fala de Costa e Silva publicada no jornal.

³⁸² A *Gazeta Esportiva*, 05/12/1968, p. 8. Outro trecho da fala de Costa e Silva. Grifos nossos.

³⁸³ *Folha de S. Paulo*, 04/12/1968. 1º Caderno, p. 15. Fala de Costa e Silva a João Havelange e outros representantes do esporte brasileiro. Grifos nossos.

importantes *governing bodies* do esporte brasileiro tenha se dado exatamente em meio ao pico da crise política de 1968. O fechamento político do Estado aliado a um aumento da repressão policial nas ruas aumentou a preocupação entre os militares brasileiros de que o futebol brasileiro funcionasse bem, visando assim colher os frutos políticos que o esporte lhes podia gerar.

Esse encontro marca o momento em que o esporte brasileiro, representado pelas figuras de Havelange, Paulo Machado de Carvalho e Jerônimo Bastos, voltaria a ser colocado a serviço dos propósitos do Estado, representado pelo presidente Costa e Silva. Trata-se, portanto, da primeira ação do Regime Militar no sentido de constituir seu próprio regime de Futebol de Estado.

Os primeiros esforços do Estado e dos dirigentes dos *governing bodies* seriam canalizados exclusivamente para o sucesso na Copa de 1970. O primeiro passo a ser dado nesse sentido era, portanto, a criação de uma fonte de recursos para financiar a preparação do time brasileiro para o torneio do México. A solução encontrada para atender a essa demanda foi a criação da Loteria Esportiva, que foi concebida durante a própria reunião entre Costa e Silva e João Havelange³⁸⁴ em fins de 1968, mas entrou efetivamente em operação apenas no início do ano 1970.

Não é descabido imaginar que por trás do esforço dos militares em politizar a disputa da Copa de 1970 estava a inspiração do uso político feito pelo regime de GV da Copa de 1938 que foi também, à época, um dos gatilhos para a constituição do regime de Futebol de Estado varguista e para o investimento massivo das energias do Estado na instrumentalização política do futebol.

A ideia dos militares era usar a Seleção Brasileira de futebol desde sua preparação para a Copa até a disputa efetiva do torneio na América do Norte como forma de unir o país ao redor esporte. A seleção de futebol serviria, portanto, ao propósito de *integração nacional*.

A ideia de *integração nacional*, essa sim, era algo que estava no projeto dos militares desde seu ingresso no poder. Uma das principais ferramentas para promover esse ideal foi o estabelecimento de comunicações entre as partes mais centrais e as mais isoladas do país. Nesse sentido, além de comunicações terrestres (estradas), foram investidos muitos recursos em telecomunicações, de modo a fazer com que o fluxo de informações que chegava aos grandes centros chegasse também à periferia do país. Foi com tal propósito que a Embratel – estatal responsável pelas telecomunicações em nível nacional – foi fundada em 1965, e o Ministério

³⁸⁴Folha de S. Paulo, 04/12/1968. 1º Caderno, p. 15.

das Comunicações – o órgão estatal que regularia as telecomunicações – em 1967.

Não é possível saber se a absolvição jurídica e a aliança comercial e política com a *Rede Globo* de Roberto Marinho estava também nos planos dos militares, mas esta foi concluída e formalizada no ano de 1968.

O investimento estatal em telecomunicações desde 1964 possibilitou que no ano de 1970, pela primeira vez na História brasileira, estivessem reunidas as condições técnicas necessárias para que fosse possível a transmissão televisiva dos jogos da Copa do Mundo ao vivo e forma direta do país-sede para o Brasil.

A possibilidade do acompanhamento dos jogos da seleção ao vivo pela televisão mudou a forma de interação dos brasileiros com o time. A experiência de uma Copa do Mundo, desde o Estado Novo vinculada ao rádio e à experiência auditiva, pela primeira vez ganhou caráter visual.

A exemplo da ditadura varguista, que em 1938 investiu para que a Copa do Mundo fosse transmitida ao vivo *via* rádio, durante o ápice da Ditadura Militar pôde-se acompanhar às partidas não somente por áudio, mas também por imagens, cujo apelo é muito maior do que a narração desacompanhada delas.

Por meio da Loteria Esportiva, que passou a operar apenas alguns meses antes do torneio de 1970, o governo pode patrocinar os custos de direitos de transmissão (US\$ 715 mil) e despesas de transmissão (US\$ 435 mil) para que a *Rede Globo*, a *Rede Associada* e a *Rede de Emissoras Independentes* (REI) transmitissem e retransmitissem as partidas por todas suas afiliadas³⁸⁵.

A necessidade política do governo brasileiro de transmitir os jogos da Seleção Nacional para todo o país se evidencia nos valores pagos pelo governo de Médici (o sucessor de Costa e Silva, que por problemas médicos teve que abandonar o cargo) para a transmissão do evento em comparação com os valores pagos pela Inglaterra para os direitos de transmissão do mesmo evento: a Inglaterra, país possuidor – à época – de quatro vezes mais televisores que o país sul-americano, pagou US\$ 500 mil pela transmissão da Copa do Mundo³⁸⁶.

Esse dado aponta que o governo brasileiro aceitou pagar praticamente 50% a mais do que os ingleses, para transmitir a Copa do Mundo ao vivo para a sua população, possuidora de apenas 25% da quantidade de televisores existente na Inglaterra. Além da alta soma despendida

³⁸⁵ Cf. *Revista Veja*, 03 de Junho de 1970, p. 36. Apud Magalhães, Livia G. *Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina*, p. 100. Tese de doutorado, UFF, 2013. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2013_LIVIA_GONCALVES_MAGALHAES.pdf.

³⁸⁶ Cf. *Revista Veja*, op. cit., p. 36.

somente com os direitos de transmissão, o governo brasileiro ainda gastou US\$ 435 mil para arcar com os custos técnicos de transmissão. Antes disso, já havia investido US\$ 1,5 milhão para a instalação da antena de Itaborai³⁸⁷.

Nenhum governo do mundo gasta tantos recursos por “amor ao esporte”. Era evidente que os militares, ao garantir que os jogos da Copa do Mundo de futebol de 1970 seriam transmitidos ao vivo para todo território nacional, tinham um propósito em mente.

A consequência mais automática do fato de o próprio Governo Federal ser o dono dos direitos de transmissão da Copa era lhe caber a propriedade do horário publicitário mais nobre da transmissão futebolística, que são os cinco minutos imediatamente anteriores ao início do jogo.

Dessa forma, antes do início de cada jogo de futebol da Copa do Mundo, quando todos já estavam diante da TV, aguardando o início da partida, o governo veiculava propagandas da Loteria Esportiva e da Caixa Econômica Federal – que, formalmente, eram as entidades compradoras do espaço. Além da publicidade oficial das empresas estatais que financiavam a transmissão, o governo veiculava também “filmes de propaganda indireta da Revolução”, que eram *tapes* curtos que exaltavam o otimismo, o respeito aos velhos e o trabalho em equipe³⁸⁸.

O esforço do regime era o de promover a Seleção de futebol como o principal elemento de representação do *Brasil Grande*, que era a autoimagem que o Regime Militar possuía de sua gestão. As peças de propaganda estatal exibidas antes das partidas de futebol objetivavam passar a mensagem de que todo o Brasil, governo, população, time de futebol, mídia estava reunido em “um só coração”, de forma que o sucesso da equipe significava o sucesso de todos os brasileiros na construção de um país melhor.

A aproximação simbólica do Poder Executivo Federal ao redor da Seleção Brasileira de futebol não se limitou, porém, apenas ao período em que a Copa do Mundo foi disputada.

Emílio Garrastazu Médici esforçou-se desde o início de seu governo para atrelar sua imagem à do time de futebol que foi representar o país no México. Em um dos primeiros atos de sua gestão, recebeu Pelé em Brasília por ocasião de seu milésimo gol como jogador de futebol³⁸⁹. Durante 1970, foi mais de uma vez ao estádio para assistir a Seleção – uma vez esteve no Beira-Rio³⁹⁰ e outra, no Maracanã – e, não raro, se deixava fotografar com um rádio

³⁸⁷ Cf. *Revista Veja*, 03 de junho de 1970, p. 35.

³⁸⁸ Cf. *Revista Veja*, 03 de junho de 1970, p. 36.

³⁸⁹ Cf. *GE*, 26/11/1969. p. 9.

³⁹⁰ Cf. *GE*, 10/03/1970. P. 3.

de pilha colado ao ouvido, como um autêntico *presidente-torcedor*³⁹¹.

Antes que os jogadores embarcassem para a América do Norte, onde o torneio seria disputado, Médici os recebeu por mais de uma vez em Brasília para banquetes³⁹² e conversas informais. Durante o torneio, decretou que as partidas da Seleção teriam prioridade de exibição na Televisão, inclusive sobre o noticiário da Agência Nacional³⁹³, o que permitiria que todas as partidas pudessem ser acompanhadas, sem restrições, por todos aqueles que tivessem um aparelho televisor.

A conquista do tricampeonato mundial pela Seleção Brasileira em 1970 foi a coroação do projeto do Regime Militar para o futebol, iniciado poucos dias antes da edição do AI-5. Toda a publicidade feita ao redor do evento, além do sentimento nacionalista que já vinha sendo cultivado desde Vargas, criaram um ambiente praticamente hipnótico sobre os jogos da seleção nacional, cuja conquista foi politicamente aproveitada sem reservas pelos governantes militares.

Em primeiro lugar, Médici decretou feriado nacional no dia em que os jogadores retornaram do México para o Brasil, com o argumento de que “*todos os brasileiros devem ter a oportunidade de celebrar condignamente a vitória de nosso selecionado e o regresso ao nosso país dos campeões do mundo*”³⁹⁴. Na chegada dos jogadores à capital federal, o jornal estimou que 200 mil pessoas foram saudar os campeões mundiais nas ruas da capital.

Na cerimônia de exibição da Taça, o presidente foi às lágrimas³⁹⁵, declarando que os jogadores da Seleção eram o “*melhor do Brasil*”³⁹⁶, que a Seleção “*simbolizava o progresso do povo brasileiro*”³⁹⁷, e que, por meio das esplendorosas apresentações no México, havia “*divulgado o Brasil para o mundo*”³⁹⁸, de modo que, logo após a conquista, o presidente norte-americano Richard Nixon enviou um telegrama a Médici congratulando-o pelo tricampeonato³⁹⁹.

Um dia depois da festa em Brasília, parte dos jogadores tricampeões foram a São Paulo

³⁹¹ A *Gazeta Esportiva*, diante das frequentes aparições de Médici em eventos relacionados à seleção, por mais de uma vez (27/05/1970, capa; 23/04/1970, p. 5), se refere ao próprio como torcedor-presidente.

³⁹² Cf. *GE*, 29/04/1970. P. 16.

³⁹³ Cf. *GE*, 27/05/1970, capa.

³⁹⁴ Decreto Presidencial que declarou feriado nacional no dia de retorno dos campeões do mundo ao Brasil. Cf. *GE*, 23/06/1970.

³⁹⁵ Cf. *GE*, 24/06/1970, p. 4.

³⁹⁶ Cf. *GE*, 24/06/1970, capa.

³⁹⁷ Cf. *GE*, 24/06/1970, capa.

³⁹⁸ Cf. *GE*, 24/06/1970, capa.

³⁹⁹ Cf. *GE*, 23/06/1970, capa.

e, mesmo sob chuva, uma multidão foi celebrar os jogadores que se fizeram presentes⁴⁰⁰. Diante da comoção social e da movimentação popular ao redor da ideia de “*Brasil Grande, o país que vai pra frente*”, o governo teve a certeza de que o futebol era, de fato, a forma mais efetiva de gerar empatia entre regime e população civil.

A forma como os governantes militares receberam em Brasília os jogadores que conquistaram o tricampeonato mundial de futebol no México foi muito sugestiva: uma série de protocolos foi quebrada e houve um genuíno esforço para fazer com que uma multidão acompanhasse de perto a homenagem do presidente da República aos jogadores responsáveis pela conquista.

Nesse contexto cabe lembrar que, imediatamente após a edição do AI-5, tornaram-se raras as situações em que multidões se reuniam, com exceção dos jogos de futebol. O fantasma de 1968 ainda assustava os governantes militares. O fato de Médici ter aberto a Praça dos Três Poderes para que o povo pudesse se congregar com os jogadores e com o próprio presidente da República é muito significativo.

70.000 pessoas estavam concentradas desde cedo na Praça dos Três Poderes. Quando o General Médici começou a subir a rampa, cercado por Dona Scylla, suas noras, seus filhos e netos, teve que se voltar, erguendo os braços num gesto largo e instintivo, para agradecer os aplausos que vinham da multidão da praça, que respondia com cadenciadas salvas de palmas. Ao chegar ao patamar do palácio, o general estava sorridente. Nunca um presidente revolucionário fôra tão aplaudido pelo povo da capital.⁴⁰¹

A Copa do Mundo de 1970 gerou uma onda de otimismo para o país; resgatou a autoconfiança popular. O esforço das entidades de governo em atrelar a imagem de Médici à da Seleção de futebol foi tão grande, que o sucesso da seleção de futebol foi totalmente vinculado ao presidente da República.

Na verdade, hoje se sabe que a publicidade e propaganda ao redor da Presidência da República era um plano dos militares desde Costa e Silva, sob cujo governo foi criada a Assessoria Especial de Relações Públicas, AERP, instituída⁴⁰² no dia 15 de janeiro de 1968.

A AERP foi criada com o propósito de levar mensagens positivas que inspirassem confiança na população brasileira, tanto no governo quanto em si própria. A ideia era trazer o otimismo em relação à pátria para os corações e mentes dos brasileiros que assistissem às

⁴⁰⁰ Cf. *GE*, 25/06/1970, capa.

⁴⁰¹ *Revista Veja*, 1º de Julho de 1970, p. 19.

⁴⁰² *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 16/1/1968, P. 504 (Publicação Original). Decreto 62.119, 15 de janeiro de 1968.

campanhas na TV. Esse movimento é registrado pela revista semanal *Veja*:

Agora, os espectadores estão sentindo o ataque da propaganda otimista. Os objetivos: criar um clima nacional de otimismo, chamar a atenção para os aspectos humanos e patrióticos do dia-a-dia nacional, fazer a catequese da Revolução desvinculada de pessoas, retirar de fatos corriqueiros o seu significado real para a vida brasileira e mostrar que a alegria, individual ou não, leva à união das coletividades.⁴⁰³

Como se sabe, o futebol foi um elemento massivamente utilizado pela AERP para promover suas campanhas publicitárias.

No aparelho de TV, Tostão recebe a bola de Edu, passa por dois venezuelanos, mas é agarrado. Ele se livra e chuta. É gol. Em seguida, um locutor de voz agradável começa um texto que se poderia chamar de filosofia do otimismo: diz que o futebol imita a vida, e o sucesso de todos depende da participação de cada um. [...] O talento de Tostão está a serviço do governo federal, e aparece em um dos cinco filmes com o mesmo fundo patriótico e esperançoso que são exibidos diariamente nas TVs de todo o país.⁴⁰⁴

Outro trecho registrado pela revista *Veja* em que fica evidente o uso do futebol como forma de produzir otimismo em relação ao país e promover a harmonia entre governo e população civil é o seguinte:

No Palácio do Planalto estava claro que a razão e o denominador comum da concentração popular daquela tarde ensolarada era a vitória da equipe brasileira no México. Mas os aplausos ao presidente tinham também outro significado: o povo reconhecia e aceitava como cabeça e símbolo da imensa e exaltada torcida em que o país havia se transformado. “Em termos de comunicação de massas”, disse à VEJA uma assessor Presidencial “isso significa muito para um governante que não despreza a popularidade”.⁴⁰⁵

Desde o ingresso de Castello Branco no poder, em 1964, a relação entre governo e população brasileira se deteriorou, tendo esse processo chegado a seu auge em 1968. Até então, a ferramenta utilizada pelos militares para conquistar algum grau de apoio popular era o respeito às instituições democráticas.

A tentativa de manutenção do respeito às instituições democráticas durou pouco mais de um ano sob a gestão de Castello Branco (intervalo entre a edição do AI-1 e a do AI-2) e aproximadamente um ano e meio sob a gestão de Costa e Silva (intervalo entre seu ingresso no

⁴⁰³ Cf. *Revista Veja*, 25 de março de 1970, p. 84. Apud FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

⁴⁰⁴ *Revista Veja*, 25 de março de 1970, p. 84.

⁴⁰⁵ *Revista Veja*, 1º de Julho de 1970, p. 19.

poder e a edição do AI-5).

Desde a instituição do AI-5, a relação entre Governo Militar e população brasileira havia tomado contornos de antipatia da segunda em relação ao primeiro, e de repressão do governo em relação aos setores populares que contra ele se manifestavam.

A conquista da Copa do Mundo de 1970, apoiada em toda a campanha midiática feita pelo governo para promover o êxito do futebol brasileiro como um êxito de toda a *Nação*, trouxe aos militares, após um mês de jogos, o apoio popular que o regime não tinha conseguido por meio das tentativas de cultivo de instituições democráticas em seis anos.

A referência do Regime Militar à Seleção Brasileira de futebol como representante-mór do país, de importância superior inclusive à Presidência da República – lembremo-nos que o próprio presidente era apresentado como o *presidente-torcedor* – uniu os brasileiros ao redor do time, a despeito da política. O futebol foi convertido em métrica para avaliação do sucesso do país. O “*Brasil Grande*” era um objetivo que se colocava acima de todos os brasileiros, incluindo o presidente da República.

O expediente publicitário utilizado pelos militares em relação à seleção de futebol e ao futebol brasileiro era o de ocultar a identidade de seu governo por trás da narrativa nacionalista, produzida com muita propaganda e censura nos meios de comunicação.

[A propaganda da Aerp/ARP] fundou-se em mitos e estereótipos clássicos da “brasilidade”, mas, diferindo dos tipos clássicos, não referiu tal material a um partido ou a um ditador: pretendeu dirigir-se à “alma nacional”, sem recorrer a esses “intermediários”, transparecendo assim um caráter não-oficial.⁴⁰⁶

As publicidades oficiais de cunho político que seguiram a conquista do tricampeonato não eram referentes ao Regime Militar e nem mesmo à Revolução de 1964. Seu referencial simbólico era o Brasil. O Regime Militar se escondia por trás do culto à Nação, cujo principal alicerce simbólico, a partir de 1970, foi o próprio futebol brasileiro.

Como já vimos, a posição de destaque político que o futebol passou a ocupar na vida social e política brasileira não decorreu de um processo espontâneo, mas sim de um sistemático planejamento de Estado, iniciado praticamente dois anos antes da disputa no México, ainda sob a Presidência de Artur da Costa e Silva.

Naquele contexto, o plano dos militares era colocar o futebol em destaque, e utilizá-lo como forma de exaltar o país, dando a ele mais peso político no plano simbólico do que a própria política nacional, extremamente autoritária de 1969 em diante. A conquista no México e os efeitos sociais em escala nacional que dela decorreram levou os militares à conclusão de

⁴⁰⁶ Fico, op. cit., p. 146.

que a instrumentalização política do futebol deveria ser sistematizada e rotinizada, para que gerasse efeitos políticos de forma perene e independente da realização de Copas do Mundo.

A consequência prática do desejo dos militares em obter frutos políticos de forma sistemática a partir do futebol foi a instituição do regime de Futebol de Estado, a que se dedicará a próxima seção deste capítulo.

3.6. O regime de Futebol de Estado do governo militar

A conquista da Copa de 1970 foi o gatilho para que o Regime Militar brasileiro passasse a ter interesse na exploração política do futebol de forma constante. O objetivo era que o *mood* de culto à Nação trazido pelo tricampeonato mundial fosse estendido pela maior quantidade de tempo e pelo maior espaço possível.

A consequência prática dessas disposições foi a instalação definitiva de mais um regime de Futebol de Estado no Brasil. Com vistas à *rotinização* da euforia nacionalista trazida do México por Pelé, Gérson, Tostão e companhia, a primeira ordem do regime de Futebol de Estado militar no Brasil foi a criação de um *Campeonato Nacional* de clubes.

Não é novidade que o torneio que mais se aproximava de algo como um Campeonato Nacional, no ano de 1970, era o torneio Roberto Gomes Pedrosa (RGP). O RGP era, na verdade, o único campeonato de futebol disputado no Brasil de alcance supra-estadual, já que a Taça Brasil – sua precursora – havia sido abandonada ainda em 1968.

O RGP, em sua estrutura, possuía um direcionamento para o Mercado. Como dissemos anteriormente, sua criação partiu do desejo dos maiores clubes de SP e RJ de fazerem um torneio com poucos e grandes clubes, que fosse jogado em alto nível técnico e produzisse bons resultados financeiros.

Por ter sido pensado sob essa concepção, o RGP era totalmente autossustentável do ponto de vista financeiro. Todos os clubes participantes possuíam grandes torcidas, que geravam grandes rendas, que – por sua vez – eram suficientes para pagar salários, premiações e custos de organização dos jogos.

Embora no ano de 1970 o RGP fosse disputado por clubes de sete estados diferentes do país – a saber: SP, RJ, MG, RS, PR, BA e PE – ele nunca teve a pretensão de ser um torneio *nacional*, no sentido territorial da palavra. Seu propósito, como dito acima, era reunir clubes de grandes torcidas, que produzissem grande interesse e, por consequência, grandes rendas.

Desenhado com propósitos de Mercado, o RGP não possuía o formato ideal de um torneio de Futebol de Estado. Os anseios dos militares em relação ao futebol não residiam na rentabilidade dos torneios, mas sim na sua capilaridade em território nacional e, portanto, sua contribuição para a integração nacional *via* futebol, o substituto da política para a conquista de apoio popular ao regime.

A favor dos clubes do RGP, pesava o fato de terem desenvolvido um torneio economicamente autossustentável, independente de aportes estatais. A favor dos militares

pesavam as receitas geradas pela Loteria Esportiva, instrumento criado para financiar a seleção de 1970, e que continuou em franca atividade após a Copa do Mundo.

Como a Loteria Esportiva foi mencionada no capítulo anterior, cabe uma explicação mais aprofundada sobre tal dispositivo. Ela foi criada após o pacto entre Costa e Silva e Havelange, realizado às vésperas do AI-5, em 1968. Entrou em operação no início de 1970, e com poucos meses de atividade já movimentava⁴⁰⁷ dezenas de milhões de cruzeiros em SP e RJ.

O dinheiro produzido auferido pelo jogo lotérico não ia, porém, diretamente para os cofres da CBD. Na realidade, nominalmente a CBD não tinha nenhum direito aos proventos da Loteria Esportiva⁴⁰⁸, que eram divididos entre Ministério da Educação e Cultura – MEC – Legião Brasileira de Assistência – LBA – e Conselho Nacional de Desportos – CND, a entidade estatal para gestão dos esportes brasileiros –, que seria o responsável para fazer o repasse apropriado à CBD.

O dinheiro que ingressava no CND a partir da Loteria Esportiva era utilizado, em sua maioria, para financiar atividades esportivas de interesse político do governo. A primeira e mais intuitiva delas era a participação da Seleção Brasileira nas Copas do Mundo: o CND financiava todos os gastos provindos da preparação do time de futebol que representaria as cores brasileiras perante o mundo⁴⁰⁹.

Mas o que fazer com os recursos produzidos para a preparação da Copa do Mundo em anos que não havia tal competição?

A Seleção Brasileira, foco das políticas esportivas do Regime Militar entre o AI-5 e a Copa de 1970, ficaria fora de ação em grandes torneios até que chegasse a hora da Copa de 1974. Até lá, era necessário encontrar um outro mecanismo para fazer o futebol e sua magia chegarem à população brasileira.

Como já foi indicado, esse mecanismo era o Campeonato Nacional de clubes. É importante dar destaque para o significado da palavra “Nacional” no vocabulário dos militares brasileiros: os militares tinham na “Integração Nacional” um de seus principais motes políticos. Fazia parte do plano de integração nacional dos militares a construção de estradas, portos, vias de transporte e usinas de energia para que o país pudesse crescer de forma unida e integrada.

A partir do momento em que o regime de Futebol de Estado passou a vigorar também sob o Governo Militar, a integração nacional passou a ser também o mote do futebol

⁴⁰⁷ Cf. *GE*, 09/08/1970, p. 6.

⁴⁰⁸ Cf. *GE*, 08/10/1971, p. 2.

⁴⁰⁹ Cf. *GE*, 30/01/1974, p. 3.

brasileiro⁴¹⁰: não era de interesse do governo que o futebol de clubes, elemento importante para sua legitimação perante a população, estivesse nas mãos dos dirigentes dos grandes clubes e/ou das federações estaduais mais ricas (as de SP e RJ, nesse caso) do país.

Tal como ocorreu com Getúlio Vargas algumas décadas antes, o Regime Militar percebeu a necessidade de centralizar o controle do futebol brasileiro e, nesse caso específico, do campeonato nacional de clubes (RGP, até então). Num cenário em que os clubes não tinham interesse em abrir mão do formato de campeonato vigente, os militares fizeram-lhes não uma ameaça, mas uma proposta de acordo: em troca da delegação da organização do Campeonato Nacional ao Estado, os clubes contariam com o financiamento estatal – via Loteria Esportiva – das passagens aéreas⁴¹¹ para as viagens feitas para a disputa do torneio. O subsídio estatal para passagens aéreas garantiria aos clubes participantes do “Nacional” a possibilidade de gozar integralmente das rendas auferidas a cada jogo.

A partir de 1971, portanto, o RGP mudou de nome: passou a se chamar Campeonato Nacional, e a ser gerido por João Havelange em consenso com os governantes militares, de forma que os clubes muito pouco, ou quase nada, podiam apitar no processo das escolhas relativas ao torneio.

O Campeonato Nacional foi assim batizado porque seu mote foi nacionalizar a disputa do futebol, tanto em termos políticos – colocando-o sob o poder do governo nacional – quanto em termos territoriais – levando sua disputa para diversas partes do território nacional.

A preocupação política em levar o futebol para todos os campos do país foi tão grande que o governo, além de arranjar vagas para novos clubes, por vezes financiava também a montagem do time de futebol desses clubes. Essa possibilidade passou a ficar aberta a partir de 1972 – o segundo ano de disputa do Campeonato Nacional – quando foi aberta a possibilidade de que clubes de menor orçamento pudessem fazer empréstimos junto a bancos estatais⁴¹² para montarem suas equipes para a participação no Nacional.

A possibilidade de tomar um empréstimo junto a um banco estatal para montar um time não implicava, por exemplo, na análise da saúde financeira deste mesmo clube antes que o empréstimo com dinheiro público fosse realizado. Poderia acontecer que, a despeito do empréstimo tomado, o clube não conseguisse honrar seus pagamentos, ficando assim endividado tanto com os jogadores e funcionários quanto com o Estado. Isso aconteceu, por

⁴¹⁰ Cf. Entrevista com Aurélio Castelo Branco, superintendente das Loterias da Caixa Econômica Federal, concedida ao *GE* de 23/09/1970. p. 6.

⁴¹¹ Cf. *GE*, 30/01/1974. P. 3, também 28/01/1974. p. 4, também 23/08/1974. p. 8.

⁴¹² Cf. *GE*, 23/08/1972. p. 7.

exemplo, no ano de 1973, quando a equipe do C.S. Sergipe conseguiu a vaga no Nacional, fez um empréstimo para montar sua equipe, mas pouco tempo depois acabou afundando-se em dívidas e pediu sua retirada do torneio em meio à disputa⁴¹³.

O caso do C.S. Sergipe ilustra de forma precisa o que se tornou o futebol no Brasil após o ingresso definitivo dos militares em seu controle: houve uma política expansionista em relação à participação dos clubes no torneio. O número de participantes saltou de 17, no RGP de 1970, para 40 clubes, no Nacional de 1973. Critérios técnicos eram praticamente inexistentes, e problemas econômicos dos clubes podiam simplesmente ser resolvidos com empréstimos do governo, fosse na dimensão federal, fosse na estadual.

De 1971 em diante, a sustentabilidade financeira do torneio, sua primazia técnica, ou mesmo sua funcionalidade para encontrar talentos para compor a Seleção Brasileira – o que era, inclusive, um interesse do Estado – perderam espaço em detrimento da “Integração nacional”, a palavra mágica para o futebol brasileiro de 1970 em diante.

A expansão do Campeonato Nacional não ocorria, porém, de forma aleatória. Diante da publicidade positiva e da relevância social adquirida pelo campeonato, a conquista de uma vaga para sua disputa passou a ter muito valor político. O juízo final em relação à concessão ou não de vagas para a disputa do Campeonato Nacional cabia a João Havelange, presidente da CBD.

Dos governantes militares, Havelange recebera a incumbência de levar a disputa do torneio para a maior quantidade de unidades federativas possível. Dos clubes do eixo Rio-SP, Havelange recebia a pressão por escolher lugares com condições minimamente aceitáveis do ponto de vista logístico para a realização de uma partida de futebol, como a existência de um grande hotel na cidade, uma pista de pouso para aviões *jet* e um estádio com capacidade mínima para 40 mil pessoas⁴¹⁴.

Dentro dos parâmetros colocados pelo Estado e pelos clubes ricos, Havelange ainda possuía alguma margem de manobra para atender a seus próprios interesses. Dentre todos os interessados elegíveis para o *Nacional*, o dirigente escolhia aqueles clubes cujos dirigentes ou patrocinadores lhes fossem mais amigáveis⁴¹⁵.

A posição de Havelange à frente da CBD, entre 1970 e 1974, representa a mescla de uma série de interesses e atores distintos. Por um lado, representa os interesses do Estado em

⁴¹³ Cf. *GE*, 22/11/1973, p. 3.

⁴¹⁴ Cf. *GE*, 16/04/1974, p. 5. Entrevista com João Havelange.

⁴¹⁵ Cf. *GE*, 27/07/1972, p. 6, e também *GE*, 12/04/1973, p. 7.

manter na posição de comando do futebol brasileiro uma figura (ele próprio, JH) comprovadamente competente para gerir o regime de Futebol de Estado. Representa também uma concessão de seu regime de Futebol de Estado aos clubes que disputavam o RGP, ao manter no comando do futebol de clubes o mesmo homem que geriu de forma competente os torneios de 1969 e 1970. Por outro lado, representava os interesses do próprio Havelange que, ao presidir a CBD nos primeiros anos de vigência pela do regime de Futebol de Estado dos militares, teve acesso a recursos que lhe possibilitaram fazer uma campanha política firme e ousada para a Presidência da FIFA, na qual foi bem-sucedido e acabou eleito, em 1974. Nesse mesmo ano, o Regime Militar decidiu que Havelange não mais deveria comandar a CBD.

Considerando que Havelange possivelmente foi um dos dirigentes esportivos mais bem-sucedidos do mundo, sua dispensa da CBD por parte dos militares é um fato que gera curiosidade quanto às motivações.

Nesse sentido, pode-se dizer que uma das principais causas – se não a principal – da saída de JH da CBD foi a perda da Copa do Mundo de 1974. De acordo com a métrica dos militares brasileiros, para efeitos de apoio popular doméstico, melhor do que uma Copa do Mundo, somente duas Copas do Mundo. Um tetracampeonato na Alemanha, em 1974, representaria mais fôlego ainda para o regime de Futebol de Estado vigente no país, cujas consequências políticas são inimagináveis. O insucesso nesse torneio arranhou a reputação de competência gozada pelo dirigente ante os governantes do país.

A segunda causa para a saída de Havelange foi sua eleição para a Presidência da FIFA, ocorrida às vésperas do início da disputa da Copa do Mundo. Tendo se tornado o dirigente de futebol mais poderoso do mundo, JH passaria a ter uma série de assuntos extra-Brasil para administrar, o que aos olhos do governo brasileiro não era algo interessante. Os governantes queriam alguém que pudesse se dedicar totalmente ao crescimento e ao sucesso do regime de Futebol de Estado no país.

A terceira causa da saída de JH da CBD está relacionada aos meios utilizados pelo dirigente para conseguir a eleição. Como foi examinado no artigo “*Playing for power*”⁴¹⁶: *João Havelange’s path to FIFA 1958-1974*”, durante sua campanha JH usou uma alta quantidade de recursos da CBD para conseguir os votos de que necessitava⁴¹⁷ para conseguir sua eleição na FIFA, em 1974. Além do uso de dinheiro da Loteria Esportiva (que era a fonte de recursos da

⁴¹⁶ CHAIM, Aníbal R.M.. *Playing for power: João Havelange’s path to FIFA 1958-1974*. In: *Journal of Sport Science and Physical Education*, nº 70, 2016. Pp. 80-92. Acessível em: https://www.icsspe.org/system/files/Bulletin70-May2016_0.pdf

⁴¹⁷ Cf. Chaim 2016, pp. 87-8.

CBD) para benefícios eleitorais alheios à CBD, JH também desobedeceu a ordem dada por militares brasileiros para não defender o ingresso da China da FIFA. Essa defesa foi a gota d'água.

Ao agir contra as prescrições dos militares, Havelange se tornou automaticamente inelegível para a missão de tocar adiante os propósitos de Estado para o futebol brasileiro. Com a derrota na Copa de 1974 e a perda da maioria absoluta das cadeiras no Congresso, o Regime Militar entendeu que precisaria mais do que nunca de um homem de confiança na gestão do futebol brasileiro.

Foi nesse contexto de derrota eleitoral da Arena e crescimento dos ímpetos oposicionistas do MDB que Havelange foi substituído no cargo de comando máximo do esporte brasileiro pelo almirante Heleno Nunes, um militar propriamente dito. A missão de Nunes à frente da CBD era bastante simples: fazer com que a máquina do Futebol de Estado continuasse a trabalhar, levando adiante o projeto de Integração Nacional por meio do futebol, de forma a obter o maior retorno político possível de suas decisões.

Ao contrário de Havelange, que era simpático a práticas de Mercado no esporte, Heleno Nunes nada tinha a ver com o Mercado: tratava-se, sem nenhuma tentativa de maquiagem, de um homem do Estado à frente do futebol brasileiro. Se o poder de JH no futebol teve origem nos clubes profissionais e depois foi incorporado pelo governo no regime de Futebol de Estado, Heleno Nunes nunca esteve próximo dos clubes de futebol do Brasil; sua principal ferramenta de sustentação política à frente da entidade foi a conquista do apoio de federações estaduais de futebol da periferia do país, tão interessadas quanto o próprio Regime Militar na expansão do *Campeonato Nacional* de futebol.

O último Campeonato Nacional organizado por JH foi disputado por 40 clubes em 1974. A Copa Brasil, instituída por Heleno Nunes, em 1976, foi disputada por 54 clubes, sendo que este número atingiu os 74, em 1978, e inacreditáveis 94 clubes, em 1979.

Os critérios esportivos para participação na Copa Brasil eram praticamente inexistentes. A escolha dos times se dava de acordo com a conveniência política ao governo ou ao presidente da CBD.

Um exemplo que evidencia essa dinâmica é o caso do ingresso da Ponte Preta de Campinas-SP na disputa, em 1976. A atribuição de uma vaga ao clube campineiro se deu porque alguns homens do partido do governo enxergaram nesse ato uma forma de gerar palanque e publicidade política para o então presidente do clube, Lauro Moraes Filho, que tinha acabado de se desligar do MDB para se filiar à Arena, partido pelo qual disputaria a eleição para a prefeitura da cidade.

Como forma de turbinar a candidatura de seu mais novo componente à prefeitura de uma cidade tradicionalmente eleitora de candidatos do MDB, Heleno Nunes decidiu agradecer o clube de futebol do qual Lauro era presidente com uma vaga na Copa Brasil. O discurso de Moraes no período do ingresso do clube no torneio é digno de nota:

Ponte-pretanos! A vitória é de vocês! (aplausos) Não tomamos o lugar de ninguém, o lugar já era nosso. Nunca fomos pequenos. Sempre fomos grandes. Quero agradecer aos homens que me ajudaram. Quero agradecer à ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL. (aplausos) Viva o presidente Geisel! (demorada ovação)” [Depois assumiu o microfone Feres Salim, ex-vereador da Arena:] “Acabaram de ouvir o presidente da AAPP, Lauro Moraes Filho, futuro prefeito de Campinas!”⁴¹⁸

Além da vaga no torneio Nacional, êxito discursivamente vinculado ao ingresso do presidente ponte-pretano no partido do regime – a Arena –, fez parte da campanha de Lauro Moraes para a Presidência da cidade a doação de 15 mil ingressos para um jogo entre Ponte Preta e Santa Cruz, além do aluguel com dinheiro do próprio bolso de 106 ônibus para levaram a torcida do clube a São Paulo para uma partida diante da Portuguesa⁴¹⁹.

Tanto as medidas populistas tomadas pelo presidente do clube campineiro quanto os discursos arenistas em torno de sua candidatura – citados acima – evidenciam que não havia o menor pudor por parte dos políticos da época em associar publicamente seus sucessos no esporte com suas pretensões na política e, além disso, usar o prestígio público adquirido no clube para se alçar a cargos eletivos na política nacional.

No caso da Ponte Preta, a inclusão do clube na Copa Brasil serviu de pretexto até para exaltar a figura do então presidente Ernesto Geisel.

Cabe mencionar que, da mesma forma como o governo se aproveitava do prestígio popular dos clubes para tentar conquistar ganhos políticos, os dirigentes de clubes – tomados individualmente – também se utilizavam do prestígio de suas respectivas instituições para alcançar cargos de poder na política nacional. Nos clubes paulistas esse movimento é muito evidente: Wadih Helu, presidente do SCCP, foi deputado federal pela Arena muitas vezes graças ao clube; Laudo Natel foi nomeado por Médici para o governo de São Paulo, quando era presidente do SPFC; Athiê Jorge Coury foi eleito deputado federal por diversas legislaturas, enquanto foi presidente do SFC. Isso sem contar o próprio Lauro Moraes Filho, presidente da Ponte Preta mencionado no parágrafo anterior.

Apesar de uma série de políticos – boa parte deles pertencentes aos quadros da Arena – ocupar o cargo de Presidência de importante fatia dos clubes de futebol nacional, o Governo

⁴¹⁸ *Revista Placar*, 30/07/1976, pp. 22-4.

⁴¹⁹ Cf. *Revista Placar*, 10/12/1976, pp. 42-4.

Militar entendia que não era interessante para seu regime de Futebol de Estado que os clubes tivessem grande poder decisório no âmbito do principal *governing body* do futebol brasileiro, a CBD.

Os clubes de futebol, embora passíveis de ser instrumentalizados politicamente em regime de Futebol de Estado, são entidades que – quando livres e autônomas para tomar suas próprias decisões – tendem a caminhar no sentido do Mercado. Tanto o caso de Arnaldo Guinle e a FBF, na década de 1930, quanto o caso da organização do torneio RGP, nos anos 1960, corroboram esse argumento.

As ambições e propensões para o Mercado não são bem-vindas num regime de Futebol de Estado. Por essa razão, ainda no primeiro ano da gestão de Heleno Nunes à frente da CBD, foi publicada a lei de nº 6.251, em outubro de 1975, que reduzia drasticamente o poder dos grandes clubes sobre a CBD e hipertrofiava o poder das federações estaduais de futebol sobre o órgão⁴²⁰.

A ação do Estado para a produção de um aumento do poder das federações locais em detrimento dos clubes de futebol se constituía em uma via de duas mãos. Por um lado, os dirigentes de federações de futebol estaduais se comprometiam a agir de modo a garantir a aprovação de tudo o que fosse de interesse do governo nas pautas que envolvessem o esporte brasileiro, especialmente o Campeonato Nacional. Por outro lado, o governo daria liberdade praticamente absoluta para os dirigentes no uso das verbas da entidade, muitas vezes provenientes de recursos obtidos pelo próprio Estado, por meio da Loteria Esportiva.

O descalabro em relação aos recursos das federações estaduais foi denunciado nos anos 1980 pelo repórter Marcelo Rezende, da *Revista Placar*, que fez uma devassa nas contas e registros das federações estaduais do país. Entre outras dezenas de casos, Rezende conta que Dilson Cavalcanti, presidente da Federação Pernambucana de Futebol, promoveu reformas em casas particulares, consertos de carros privados, compra de quilos e quilos de lagosta, material escolar para seu filho, entre outros diversos abusos com o dinheiro da federação, e depois queimou os documentos contábeis da entidade⁴²¹.

Na Paraíba, o presidente de federação, Juraci Pedro Gomes – eleito com o apoio do governador do estado, Tarcísio Burity –, teve como seu primeiro ato de gestão a transferência de 485 mil cruzeiros da conta da federação para sua conta pessoal e ordenou toda a compra de artigos esportivos para a federação na loja que tinha em sociedade com sua esposa⁴²². O caso

⁴²⁰ Cf. Sarmento, op. cit., p. 141.

⁴²¹ Cf. *Revista Placar* 08/03/1985, p. 34.

⁴²² Cf. *Revista Placar* 08/03/1985, p. 35.

chegou a ser denunciado, mas nada se investigou.

No Piauí, Jofre do Rego Castelo Branco usou o dinheiro enviado pela CBF à federação de seu estado para comprar uma casa para si⁴²³. No RJ, a federação estadual foi a principal financiadora da campanha de seu presidente, Octávio Guimarães, para a Presidência da CBF⁴²⁴. Rubens Hoffmeister, presidente da federação do RS, usou do dinheiro da federação para comprar camisolas, sutiãs e calcinhas⁴²⁵.

Há ainda, na matéria mencionada, relatos de corrupção de diversas outras federações estaduais, vinculadas ao CND e à CBD. A reportagem deixa claro que as contabilidades das federações são elementos absolutamente figurativos e desprovidos de qualquer valor analítico para as atividades da entidade, já que em praticamente todas há desvios e gastos que não constam nos relatórios.

Fica ainda evidente na reportagem de Marcelo Rezende que boa parte dos presidentes de federações estaduais são apadrinhados de políticos importantes de seus respectivos estados, que usam de sua influência e poder para colocar pessoas de sua preferência no cargo e então tirar proveito dessa situação.

O CND, uma entidade estatal de abrangência nacional, tinha jurisdição para investigar todos os desmandos ocorridos nas federações estaduais que – no limite – estavam a saquear um dinheiro que era destinado ao esporte brasileiro, um dos focos de sustentação do próprio Regime Militar. No entanto, mesmo possuindo competência e poder para produzir punições ao mau uso de recursos de origem pública – Loteria Esportiva, nesse caso –, o CND nada fez.

O arranjo institucional produzido pelo governo militar em seu regime de Futebol de Estado fez que homens de pouca ou nenhuma relevância política nacional, ao terem comando sobre as federações de futebol de seus respectivos estados, assumissem o controle de vastos recursos do esporte brasileiro e sobre os destinos dos maiores clubes de futebol do país. As federações pequenas se tornaram hegemônicas em relação às grandes, e o preço de sua lealdade eram benesses do governo federal.

Neste ponto cabe uma comparação da política esportiva dos militares com a política esportiva de Vargas. Getúlio Vargas usou de seu poder ditatorial para interferir diretamente na composição dos quadros diretivos dos clubes e federações de interesse durante o Estado Novo: no início dos anos 1940, o presidente da República substituiu todos os dirigentes sobre os quais pudesse recair a suspeita de subversão, fechando, inclusive, clubes que não estavam de acordo

⁴²³ Cf. *Revista Placar* 08/03/1985, p. 38.

⁴²⁴ Cf. *Revista Placar* 08/03/1985, pp. 46-7.

⁴²⁵ Cf. *Revista Placar* 08/03/1985, p. 50.

com os princípios do *Brasil Novo* que fundamentavam a filosofia do governo.

Os militares da década de 1970 utilizaram de seu poder ditatorial para hipertrofiar o poder de seus aliados de federações pequenas, e assim não necessitaram intervir de forma abrupta em nenhum momento no funcionamento do campo esportivo que lhes era contemporâneo. Não intervieram nas atividades de nenhum clube, nem estavam interessados em suas vidas internas.

A diferença de postura do Governo Militar para o Governo Vargas no que diz respeito à política esportiva em nível nacional pode ser explicada pela perspectiva que cada governo possuía em relação ao esporte nacional, inclusive sob o ponto de vista normativo.

O Governo Vargas possuiu uma visão *moral* do esporte em geral. O presidente do Estado Novo sustentava a ideia de que o esporte deveria servir para o desenvolvimento das capacidades físicas de um povo, para o desenvolvimento eugênico da “raça”, para a criação de disciplina tanto no campo da política quanto no campo do trabalho. Vargas via o esporte como elemento de progresso humano, e por isso deu, do começo ao fim de sua gestão, muita ênfase ao esporte amador, que em sua visão era mais importante para a *Pátria* do que o esporte profissional.

A ideia de Vargas era possuir uma Nação de praticantes de esporte, já que seu governo reconhecia uma função *moralizadora* e *disciplinadora* na prática esportiva. A preparação física do povo como um todo era algo de interesse das próprias Forças Armadas nos anos 1940, conforme foi desenvolvido em capítulos anteriores.

O Governo Militar possuiu uma visão *amoral* do esporte em geral. Não havia aqui a noção de que o esporte deveria produzir *bons efeitos* na sociedade, no sentido moral da expressão. A preocupação com a função *eugênica* do esporte nunca esteve no horizonte dos militares, tampouco a sua capacidade *moralizadora*. A preocupação dos militares foi o esporte – principalmente futebol – como instrumento de legitimação e apoio político popular.

Com isso, não se quer insinuar que Vargas não estivesse interessado no apoio político que o futebol poderia lhe trazer. Afirma-se, ao contrário, que os objetivos esportivos do Estado Novo transcendiam tal aspiração e enxergavam o esporte como *prática física saudável* muito mais do que como *entretenimento politicamente conveniente*, daí sua predileção pelo esporte amador em detrimento do profissional, por exemplo. Os militares invertem essa lógica, e se interessam no esporte principalmente por sua capacidade de promover a *integração nacional* e entreter a população, mas não por suas capacidades moralizadoras e disciplinadoras.

As diferentes perspectivas em relação ao esporte produziram relações totalmente distintas do Estado em relação a clubes e federações: ao passo que o Estado Novo fez questão

de moldar clubes e federações de futebol da forma como julgou mais conveniente para seus propósitos, o Regime Militar premiava seus dirigentes aliados com a impunidade e com critérios contábeis absolutamente frouxos e benevolentes.

A convivência do Regime Militar com o mau uso de verba pública por parte de dirigentes de federações estaduais é compreensível somente até certo ponto. Embora saiba-se que a base política de apoio do Regime Militar no esporte brasileiro tenha sido fornecida exatamente pelos dirigentes de federações estaduais aliados, soava totalmente contraproducente para os próprios objetivos de um Regime de Futebol de Estado que os recursos destinados à promoção do esporte fossem clamorosamente desviados de sua função pelos dirigentes e que eles não sofressem nenhum tipo de sanção por parte do governo. O saque de recursos do esporte, num regime de Futebol de Estado, é prejudicial aos propósitos do Estado com o futebol.

É intrigante que a despeito dos prejuízos políticos potencializados pelas pérfidas práticas protagonizadas por presidentes de federações estaduais de futebol, o Regime Militar nada tenha feito no sentido de contê-las ou reprimi-las, quando efetivamente tinha muito a perder com isso.

Sendo as federações estaduais de futebol livres de qualquer tentativa de controle ou moralização por parte do governo federal num período de vigência plena de um regime de Futebol de Estado, a próxima seção dedicar-se-á à análise da interação entre Estado, mídia e torcedores nesse mesmo período.

3.7. A era de ouro da segunda geração das TOBR, e sua lua de mel com a mídia esportiva e o Estado

A primeira geração de TOBR, também referida em seções anteriores como “torcidas oficiais”, “Charangas” ou “Torcidas Uniformizadas” gozou de prestígio unânime e ininterrupto perante a mídia esportiva que lhe foi contemporânea. O apoio dos jornais esportivos às TOBR da primeira geração é intimamente relacionado com o regime de Futebol de Estado instalado por Getúlio Vargas a partir de 1941, em cuja vigência foram criadas as primeiras TUs, na cidade de São Paulo, e as primeiras Charangas, na cidade do Rio de Janeiro. Thomaz Mazzoni, editor-chefe da GE, foi protagonista no surgimento das TUs paulistanas por meio de seu concurso de torcida. Da mesma forma, o destaque atribuído por Mário Filho às *Charangas* cariocas também foi essencial para sua difusão e consolidação no Rio de Janeiro durante a década de 1940.

A simbiose entre as TOBR e os principais veículos da mídia esportiva persistiu após o fim do Estado Novo e existiu também no regime de Futebol de Estado dos militares, mas ganhou novos contornos nesse último período porque a segunda geração de TOBR possuía um formato distinto em relação ao de suas antecessoras da Era Vargas. Embora houvesse periódicos (como a *Folha de São Paulo*, *O Globo* ou *Correio da Manhã*) cujos cronistas projetavam expectativas tipicamente estadonovistas para as TOBR da segunda geração, também houve setores da imprensa esportiva que abraçaram com entusiasmo a característica contestadora e politizada que caracterizava as novas associações de torcedores de futebol no início dos anos 1970.

Um desses veículos foi o próprio *Jornal dos Sports*, agora dirigido por Júlio Rodrigues, o filho de Mário Filho, que assumiu a chefia da redação do *JS* após a morte de sua mãe, Célia Rodrigues, ocorrida em 1967. Júlio foi o responsável pela guinada editorial do jornal, que teve como principais características o apoio às mobilizações juvenis e/ estudantis, inclusive em suas manifestações contra o Regime Militar em 1968, a criação do suplemento *O Sol*, dedicado ao público jovem, e o apoio aos movimentos dos jovens torcedores dos clubes cariocas, que se organizavam para protestos políticos em seus respectivos clubes e formavam uma via alternativa às *torcidas oficiais* nas arquibancadas.

Sob o comando de Júlio, o *JS* adquiriu traços de contestador do *status quo* e estimulador de mudanças não somente no futebol, mas também na sociedade brasileira como um todo. A contestação política era, portanto, bem-vinda nas páginas do *JS*, que sistematicamente colocava suas páginas a serviço das causas políticas das associações de jovens torcedores em seus

respectivos clubes.

Além de Júlio com o *JS*, outro veículo que ficou marcado pelo exercício de um jornalismo esportivo de caráter progressista⁴²⁶ e contestador foi o paulistano *Jornal da Tarde*, que esteve sob a direção de Mino Carta⁴²⁷ a partir de 1966.

Dadas as características apresentadas pela nova geração de TOBR que se formava entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970 e dadas as características editoriais das redações esportivas do *Jornal da Tarde* e do *JS* que lhes eram contemporâneas, é evidente que a relação de empatia ideológica entre as duas partes se dava de forma praticamente automática. Cabe pontuar, entretanto, que mesmo veículos não necessariamente alinhados à linha esquerdista, progressista e contestadora, como a própria *GE* apresentavam também uma abordagem simpática às TOBR da segunda geração.

De modo geral, ao apoio dos veículos de imprensa esportiva às TOBR da segunda geração no início dos anos 1970 podem ser atribuídas algumas explicações.

A primeira explicação que se pode atribuir ao apoio dos veículos de imprensa esportiva à segunda geração das TOBR é que o público-alvo tanto de *A Gazeta Esportiva* quanto do *Jornal dos Sports* era majoritariamente composto por torcedores de futebol. Assim, em termos comerciais seria absolutamente contraproducente que um jornal esportivo tecesse linhas críticas a associações compostas por pessoas que se interessavam por esporte (as TOBR, nesse caso). Seria como usar as páginas de um veículo de comunicação para atacar a seu próprio público consumidor.

A segunda explicação diz respeito à finalidade de uma associação de torcedores no contexto do regime de Futebol de Estado do Regime Militar: as atividades dessas agremiações se davam principalmente ao redor da preparação e/ou da execução das festas nos estádios, passando por elementos como a produção de bandeiras de bambu, papel picado, faixas, músicas e todos os elementos que pudessem servir para celebrar o time que ia a campo. Especialmente no início dos anos 1970, a violência entre TOBR era algo fora do radar da mídia esportiva, que em suas pautas sobre torcedores – inclusive os de TOBR – enfatizava preferencialmente elementos como a passionalidade e a abnegação dos indivíduos ou de uma associação de indivíduos por seus respectivos clubes.

A terceira explicação pela qual jornais esportivos como a *GE* e o *JS* não apresentavam

⁴²⁶ Cf. RIBEIRO, André. Os donos do espetáculo: histórias da imprensa esportiva do Brasil. São Paulo: Terceiro Nome, 2007, pp. 197-9. Apud UNZELTE, Celso D.. *Futebol em revista no Brasil: dos primeiros títulos à resistente Placar*. Dissertação de Mestrado, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo-SP, 2015. Disponível em <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/11/CELSO-DARIO-UNZELTE.pdf>, p. 122.

⁴²⁷ Cf. Ribeiro, idem.

abordagens críticas às TOBR até meados dos anos 1980 era o fato de que, além de terem o foco de suas atividades direcionado para a celebração de seus respectivos times nos estádios, as TOBR dos anos 1970 eram muito menores em escala do que algumas décadas depois. A Gaviões da Fiel, provavelmente a maior torcida organizada do Brasil, tinha em 2014 cem mil associados⁴²⁸. Em 1977, após oito anos de sua formação, tinha apenas cinco mil associados⁴²⁹. Sendo esta torcida a única para a qual se tem registros minimamente confiáveis a respeito de número de associados pela história, ao tomá-la como parâmetro de comparação pode-se dizer que as TOBR, em fins dos anos 1970, possuíam não mais do que 10% do tamanho que possuíam quatro décadas depois.

A quarta e última explicação é que nenhum veículo de imprensa esportiva enxergava nas TOBR dos anos 1970 uma entidade de espírito divergente, contrário e/ou independente em relação aos outros torcedores do mesmo clube. Pelo contrário, as associações de torcedores eram retratadas como entidades fisiologicamente integradas à coletividade torcedora de seus respectivos times de futebol, sintonizadas com as paixões, preocupações e expectativas de todos aqueles que vestiam a camisa de um mesmo clube. Por possuírem um corpo institucional, uma ordem hierárquica interna, por serem presença constante nas partidas e as maiores responsáveis pelos rituais de celebração de seus respectivos times de futebol, as TOBR eram pauta constante de matérias jornalísticas cujo foco era a rotina, os sentimentos ou as práticas dos torcedores em geral.

Até meados dos anos 1980, portanto, da perspectiva da mídia esportiva, os torcedores de futebol eram tratados indistintamente de forma positiva – e, não raro, *romantizados* – independentemente do pertencimento a TOBR ou não.

A *romantização* da figura do torcedor de futebol, especialmente aquele de origem humilde e proletária, era um expediente comum nas páginas do *Jornal dos Sports* já antes da instauração do regime de Futebol de Estado pelo governo de Getúlio Vargas. N'A *Gazeta Esportiva*, essa linha de referência aos torcedores humildes tomou corpo após o final da ditadura varguista.

De certo modo é, portanto, correto afirmar que a tendência à *romantização* do torcedor de futebol no Brasil por parte da mídia esportiva é algo que teve início nos anos 1930 com Mário Filho e teve sequência com diversos veículos de mídia até meados dos anos 1980. Nessa perspectiva, os frequentadores de estádios eram apresentados como pessoas que, a despeito da

⁴²⁸ Cf. *O Gavião*, nº 60, Junho/Julho de 2014, Capa.

⁴²⁹ Cf. César, op. cit., p. 23 da versão impressa ou 31 da versão digital.

ausência de vínculo associativo com seus respectivos clubes, não viam problema em acordar cedo, depender de transporte público ruim (ou inexistente) para atravessar a cidade, chegar ao estádio sem sequer saber se iam conseguir comprar ingresso, assistir ao jogo de pé, embaixo do sol e colados corpo-a-corpo com uma multidão, sem condições de higiene mínimas e tampouco segurança, tendo ainda por fazer um longo trajeto para voltar para casa, correndo o risco de fazer todo esse investimento para ver seu time do coração ser derrotado.

Elementos como *sofrimento*, *abnegação*, *fé* e *passionalidade* estiveram presentes no discurso midiático sobre torcedores de futebol durante todo esse período. A diferença da *romantização* feita pela mídia esportiva sobre a figura do torcedor humilde até meados dos anos 1960 para a *romantização* que foi feita sobre essa mesma figura a partir dos anos finais dessa década é que, no último período, boa parte dos veículos de comunicação passou a agregar virtudes de cunho político à figura do torcedor de futebol.

Diante de um cenário em que novas associações de torcedores possuíam um caráter *contestador* que as diferenciava das associações de torcedores tradicionais, elas passaram a ser o veículo preferido de meios de comunicação de ideologia esquerdista e progressista para destacar elementos como mobilizações contra o *status quo*, união de indivíduos contra a corrupção ou más práticas de gestão (no universo político dos clubes de futebol, claro), entre outras coisas.

O *Jornal dos Sports*, administrado a partir de 1967 pelo filho de Mário Filho, Júlio Rodrigues, foi um dos primeiros veículos de imprensa esportiva a adotar uma postura de apoio político e incentivo às mobilizações de jovens torcedores tanto contra as torcidas oficiais de seus respectivos clubes quanto contra as práticas de gestão de determinados dirigentes. Como Júlio veio a falecer em 1972 e o diário teve sua linha editorial alterada de forma abrupta após a assunção da chefia de redação esportiva por parte do coronel Geraldo Magalhães, muitos dos tradicionais colaboradores do jornal acabaram por abandoná-lo, o que abriu espaço para que outro veículo assumisse o protagonismo no jornalismo esportivo de contestação e defesa de ideias progressistas na mídia brasileira.

Essa lacuna foi preenchida exatamente pela da revista semanal *Placar*, publicada pela primeira vez em março de 1970, na esteira da preparação da Seleção Brasileira de futebol para a Copa do Mundo daquele ano. Em 1972, *Placar* acabou por absorver alguns dos quadros que abandonaram o *JS* após a morte de Júlio Rodrigues.

Em termos de divulgação, a principal diferença da *Placar* em relação a todos os meios de comunicação esportiva anteriormente mencionados (*GE*, *JS*, *Jornal da Tarde*, etc) é que ela não vinculava a produção de seu conteúdo a uma cidade /ou estado específico, pois sua

pretensão era ser uma revista esportiva de alcance nacional.

Além de se apresentar como um canal de comunicação esportiva nacional, *Placar* era composta, em sua redação, por quadros que eram francamente opositores do Regime Militar vigente no país a partir de 1964. A direção da revista, como aponta Juca Kfourri, era composta em sua totalidade ou por membros do Partido Comunista ou por simpatizantes da ideologia comunista.

A revista era dirigida por membros do Partido Comunista Brasileiro, Milton Coelho da Graça [em 1971] e Jairo Régis [de 1971 a 1979]. O Hedyl [Hedyl Valle Junior, chefe de reportagem] achava que o Partido Comunista era um partido de bundões, o Hedyl era um radical de esquerda. O Alfredo Lobo, que era o editor de texto, era do Partidão. O João Rath, que depois substituiu o Hedyl, era do Partidão. Quer dizer: a cúpula da revista. [...] A redação de Placar era muito politizada.⁴³⁰

Em meados dos anos 1970, *Placar* consolidou-se como uma das referências mais importantes para o jornalismo esportivo brasileiro. Caracterizada por uma linha editorial progressista e contestadora que caminhava no limite do que um veículo com essas características poderia ser sob a vigência do AI-5, foi nessa revista que foram publicadas as matérias mais interessantes sobre política, futebol, torcidas e torcedores.

Placar era um dos poucos veículos da mídia esportiva – quiçá o único – que, além de produzir cobertura sobre dos acontecimentos dos campos de jogo e bastidores do esporte, ainda fazia esforços de jornalismo investigativo nas instâncias de administração tanto dos *governing bodies* do esporte quanto do próprio Estado, na medida em que isso era possível. Recuperando um exemplo citado na subseção anterior, foi a revista *Placar* a responsável por escancarar, por exemplo, as práticas corruptas de administração que ocorriam dentro das federações estaduais de futebol por quase todo o país.

O lema da revista, “sempre ao lado do torcedor”⁴³¹, implicava, na perspectiva de seus editores, na denúncia de todos os elementos presentes no futebol brasileiro que gerassem transtorno ou injustiças em relação àqueles que eram apresentados como o lado mais fraco e vulnerável no regime de Futebol de Estado vigente.

A denúncia das más práticas de gestão esportiva cometidas por dirigentes de futebol – independentemente do nível no qual atuassem – certamente era um dos destaques da revista. Além disso, outra linha frequentemente ativada nas páginas da revista eram as denúncias das condições às quais os torcedores de futebol eram submetidos nos estádios e fora deles, durante partidas de futebol. Exemplos disso não faltam.

⁴³⁰ KFOURI, Juca. Entrevista concedida a Unzelte, op. cit., p. 132.

⁴³¹ Cf. *Revista Placar*, 16/10/1981, p. 3.

Em abril de 1979, a Revista denunciou um caso de superlotação de estádio ocorrido na cidade de Pelotas-RS. A superlotação do estádio fez com que, num momento de pânico da multidão, um homem fosse pisoteado e um menino tivesse sua coluna vertebral fraturada⁴³². Outros exemplos de denúncias da Revista, em relação ao tratamento destinado aos torcedores de futebol, estão concentrados numa matéria especial publicada em janeiro de 1981 sobre os problemas dos estádios brasileiros, num trabalho que registrou as mazelas das praças esportivas brasileiras⁴³³.

Sobre o maior palco de futebol do Brasil, o Maracanã, a Revista abordou a desproporção existente entre o estacionamento do estádio e a capacidade de público da instalação: 200 vagas para uma capacidade máxima de 200 mil pessoas, à época. Além do problema com estacionamento, há o registro de que, especialmente nos banheiros femininos dos estádios, por vezes, havia casos em que travestis entravam armados para assaltar as mulheres. Por fim, não era raro a ocorrência de arrastões na Geral do estádio⁴³⁴.

No maior estádio de Minas Gerais, o Mineirão, a reportagem averiguou que o maior problema era o acesso à praça esportiva, que distava treze quilômetros do centro da cidade, e frequentemente não havia oferta de ônibus para o transporte dos espectadores após o final dos jogos⁴³⁵.

No estádio do Morumbi, em São Paulo-SP, o transporte também era um problema: em dias de jogo, os ônibus circulavam com baixa frequência, lotadíssimos e cobrando o triplo da passagem de um dia normal. Além disso, verificava-se problemas com bilheteria, filas intermináveis para a compra de ingresso, a ação livre de cambistas e a ausência de qualquer tabelamento dos preços dos produtos vendidos nos estádios⁴³⁶.

A Revista enfatizava não somente os problemas estruturais dos estádios, como a falta de cobertura para a proteção de chuva ou de banheiros em condições mínimas de uso, mas também a hercúlea logística que envolvia o comparecimento ao estádio para assistir a uma partida de futebol no Brasil dos anos 1970 e 1980: muitas vezes, os ônibus da cidade ou não circulavam ou circulavam com baixíssima frequência em dias de jogo, as filas para compra de ingressos eram intermináveis e cambistas agiam sem nenhuma restrição extorquindo torcedores de todas as formas possíveis. Além disso, não havia nenhuma vigilância sobre as comidas

⁴³² Cf. *Revista Placar*, 06/04/1979, pp. 21-2.

⁴³³ Cf. *Revista Placar*, 23/01/1981, pp. 46-9.

⁴³⁴ Cf. *Revista Placar*, 23/01/1981, pp. 46-9.

⁴³⁵ Cf. *Revista Placar*, 23/01/1981, pp. 46-9.

⁴³⁶ Cf. *Revista Placar*, 23/01/1981, pp. 46-9.

vendidas nos estádios, e sequer havia lugares marcados no cimento da arquibancada. Todos esses seriam, na ótica de *Placar*, elementos inaceitáveis que eram dirigidos por parte do Estado aos torcedores de futebol.

Enquanto o regime de Futebol de Estado, em seus esforços publicitários e em suas comunicações sobre futebol, buscava associar a imagem do torcedor e elementos como a *felicidade* e o *patriotismo*, a *Revista Placar* denunciava o descaso do Estado com o torcedor não somente no âmbito dos estádios, mas também no âmbito administrativo, onde as más práticas de gestão dos *governing bodies* lesavam a dignidade e a integridade daqueles que se interessavam por futebol.

Portanto, por um lado, veículos como *A Gazeta Esportiva*, que possuíam uma linha editorial ou neutra ou pró-regime, também possuíam uma abordagem positiva das TOBR da segunda geração durante a vigência do regime de Futebol de Estado dos militares. Embora em suas páginas os elementos destacados fossem os mesmos de outrora (anos 1950 e 1960), como a abnegação e a passionalidade dos torcedores, as pautas mais polêmicas e controversas sobre o tema achavam pouco ou nenhum espaço nesse diário esportivo paulista. Por outro lado, a *Revista Placar* fazia a crítica à imagem idealizada do futebol que era produzida e fomentada pelo Estado e pelos veículos alinhados ao Governo Militar. Além disso, apontava os elementos sujos – como corrupção, subornos, esquemas de arbitragem, descaso com o torcedor, benefícios indevidos a dirigentes, e etc – presentes no futebol brasileiro, que eram negligenciados ou omitidos pelo Estado.

Como foi dito anteriormente, o expediente da *romantização* da figura do torcedor de futebol estava presente na mídia esportiva brasileira desde os primeiros anos do *JS* de Mário Filho (anos 1930) e também na *GE* de Thomaz Mazzoni após regime de Futebol de Estado varguista (de 1946, em diante). Esse expediente persistiu tanto na *GE* quanto no *JS* contestador de Júlio Rodrigues, entre 1967 e 1972, e também na *Revista Placar* desde 1970 até meados dos anos 1980, embora com uma roupagem distinta nesses dois últimos: ao passo que a *GE* manteve a abordagem tradicional à figura dos torcedores de futebol, tanto Júlio Rodrigues quanto os redatores de *Placar* conferiam sentido político à agência dos torcedores e também às TOBR da segunda geração.

Os torcedores de futebol (TOBR, inclusive) eram apresentados pela mídia esportiva progressista não somente como indivíduos dedicados e abnegados em relação a seus respectivos clubes, mas também como representantes de uma mobilização que transcendia o mundo do futebol, que pendia para a mudança do *status quo*, para o progresso social e para o questionamento de instituições sociais e figuras públicas reputadas danosas ou inúteis.

No que se refere especificamente às TOBR, a abordagem a elas direcionada destacava, no início, sua dinâmica inovadora e contestadora em detrimento do continuísmo e alegada subserviência das *torcidas oficiais* à estrutura administrativa dos clubes, já que as TOBR da primeira geração tinham, via de regra, suas atividades financiadas pelas diretorias de seus respectivos clubes, o que alegadamente colocava-as em uma situação de dependência política e financeira dos dirigentes.

Já a segunda geração de TOBR se destacava por sua independência política e financeira em relação às diretorias de seus respectivos clubes. Possuíam uma estrutura interna de comando horizontal, onde as funções como Presidência, patrimônio e tesouraria eram divididas e rotativas. Não raro, a escolha de líderes se dava por meio de eleições internas. Por fim, estavam se constituindo em um período em que um Campeonato Nacional também tomava corpo, o que tendia a tornar as atividades da torcida fora de sua cidade ou estado muito mais frequentes.

Além de todas as inovações institucionais e de estrutura física no esporte brasileiro, como a construção ou a reforma de grandes estádios por todo o território nacional⁴³⁷, a criação da Loteria Esportiva e a criação do Campeonato Nacional⁴³⁸, no plano simbólico o Governo Militar produzia insistentemente mensagens que associavam a prática e a torcida pelo futebol brasileiro como rituais de pertencimento à “Nação”. Essa foi uma seara em que a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) do Governo Federal, por exemplo, investiu muita energia e recursos.

Não é descabido, portanto, afirmar que existiam uma série de elementos que convidavam os indivíduos a constituírem associações de torcedores na sociedade brasileira entre o final da década de 1960 (quando o regime de Futebol de Estado passou a ser idealizado pelos governantes militares) e o início da década de 1980 (quando as estruturas desse regime de Futebol de Estado começaram a entrar em desuso).

O primeiro elemento que deve ser mencionado nesse contexto é o arranjo político produzido pelo Estado brasileiro no contexto da vigência do Ato Institucional nº 5: um dos poucos tipos de livre associação civil permitidos entre 1969 e 1979 (enquanto o AI-5 vigeu) era exatamente a associação de torcedores. Devido ao regime de Futebol de Estado vigente, as TOBR eram um dos poucos tipos de associação civil cuja fundação e funcionamento eram permitidos pelo Estado.

⁴³⁷ Entre esses podem ser mencionados o Mineirão (MG), o Morumbi (SP), a Fonte Nova (BA), o Beira-Rio (RS), o Couto Pereira (PR), entre outros.

⁴³⁸ Em substituição ao RGP, como informado anteriormente. O primeiro ano de disputa do Campeonato Nacional foi 1971.

Um segundo elemento a ser lembrado é que, especialmente no início dos anos 1970, o ato de fundar uma associação de torcedores implicava, necessariamente, em estabelecer uma via alternativa à *torcida oficial* do clube⁴³⁹. Num momento político em que a contestação política era vedada em praticamente todos os níveis da sociedade, a contestação da figura (eventualmente autoritária ou antiquada) do chefe de torcida tornou-se uma tendência. Mais do que contestação a lideranças antigas, a perda de prestígio das *torcidas oficiais* abria uma vaga para o protagonismo social de um torcedor ou um grupo de torcedores que assumisse seu lugar nas arquibancadas.

O terceiro elemento diz respeito a uma afinidade entre os interesses políticos do Regime Militar com o Futebol de Estado e os interesses dos torcedores em formarem associações: as TOBR contribuía para o espetáculo do futebol com suas bandeiras, faixas, cânticos, lendas, e etc.; eram elas que geravam a magia do esporte para o torcedor que frequentava o estádio. Se as TOBR eram um elemento que contribuía para a geração de interesse social no futebol em meio a um regime de Futebol de Estado, não é descabido afirmar que as TOBR exerciam um papel de interesse do Regime Militar.

Ao mesmo tempo em que exerciam nas arquibancadas um papel conveniente para o Regime Militar – o papel da celebração nos estádios –, as TOBR não representavam nenhuma ameaça ao poder estabelecido no Estado do ponto de vista político. Essa é a principal razão pela qual os militares não estabeleceram nenhum tipo de controle sobre essas associações. As afinidades entre as TOBR e o Regime Militar eram muito mais relevantes que os descompassos entre essas duas partes.

O contexto de instituição de um regime de Futebol de Estado por parte do governo militar somado ao incentivo de alguns novos setores dessa mídia à formação de novos grupos de torcedores em oposição às *torcidas oficiais*, somado à relativa exclusividade do direito associativo gozado pelas TOBR durante o período de vigência do AI-5, bem como à possibilidade de contestação política em relação a dirigentes, treinadores e jogadores do clube por meio da participação em uma TOBR, geraram as condições para que em apenas três anos houvesse uma explosão das associações de torcedores.

Como se pode notar na *Tabela 2* abaixo, de 1969 a 1972 surgiram 17 novas associações de torcedores em cinco diferentes estados de três diferentes regiões do país.

⁴³⁹ Neste ponto cabe um esclarecimento: uma herança da Era Vargas no futebol foi que todos os clubes tinham uma torcida oficial, isto é, uma torcida com vínculo com o clube. Nesse sentido, formar uma associação dissidente da oficial representava uma afronta ao establishment político do clube.

Tabela 2: Segunda geração de TOBR, por data de fundação

<i>Nome da Torcida</i>	<i>Clube correspondente</i>	<i>UF</i>	<i>Data de fundação</i> ⁴⁴⁰
Torcida Jovem do Flamengo	Flamengo	RJ	06/12/1967
Dragões da Força Atlética de Ocupação	Atlético	MG	28/01/1969
Torcida Jovem da Ponte Preta	Ponte Preta	SP	23/03/1969
Gaviões da Fiel	Corinthians	SP	01/07/1969
Torcida Jovem do Botafogo	Botafogo	RJ	09/09/1969
Torcida Jovem do Santos	Santos	SP	26/09/1969
Camisa 12	Internacional	RS	12/10/1969
Força Jovem do Vasco	Vasco	RJ	19/02/1970
Torcida Jovem Cruzeiro	Cruzeiro	MG	07/09/1970
Torcida Organizada Força Flu	Fluminense	RJ	25/11/1970
Torcida Uniformizada do Palmeiras	Palmeiras	SP	29/11/1970
Torcida Young Flu	Fluminense	RJ	12/12/1970
Torcida Inferno Rubro	América	RJ	12/04/1971
Camisa Doze	Corinthians	SP	08/08/1971
Leões da Fabulosa	Portuguesa	SP	26/02/1972
Torcida Tricolor Independente	São Paulo	SP	17/04/1972
Torcida Bafo do Leão	Sport Recife	PE	**/**/1972

Tabela elaborada a partir de dados retirados do site <http://www.organizadasbrasil.com>, em consulta realizada no dia 29/01/2013

As torcidas apontadas na Tabela 2 possuem um viés de seleção, pois todas são, sem exceção, instituições que sobreviveram até o final da década de 2010. Além dessas, houve uma diversidade de associações de torcedores surgidas no mesmo período para as quais, infelizmente, não há registros.

A fundação de novas associações de torcedores encontrava em veículos como o *JS* e a *Placar*, palavras de fomento e incentivo. Nas páginas desses veículos, as atividades das novas associações de torcedores eram frequentemente objeto de publicidade positiva e de destaque social. A Revista *Placar*, em particular, possuiu por alguns anos em suas páginas uma seção que era destinada justamente ao exercício da comunicação entre diferentes torcedores, fossem eles membros de TOBR ou não. Existia na revista uma seção que se chamava *Camisa 12*, que operou por algum tempo como um ponto de encontro de torcedores de diversos clubes e estados⁴⁴¹.

Levando em conta a autonomia que a segunda geração das TOBR teve para emergir e estabelecer-se como uma matriz de comportamento dominante nos estádios brasileiros, e por

⁴⁴⁰ Disponível em: <http://www.organizadasbrasil.com>, em consulta dia 29/01/2013

⁴⁴¹ Há, inclusive, na seção Camisa 12 do de 17/12/1982 um convite da recém-formada torcida Cearamor – hoje a maior do Ceará Sporting Clube – a torcedores interessados em juntar-se à agremiação.

outro lado a ausência de controles do Estado sobre a gestão de recursos públicos feitas pelos dirigentes de futebol enquanto vigeu o regime de Futebol de Estado no governo militar, é possível concordar com Florenzano⁴⁴² quando este afirma que, durante os anos mais repressivos do Regime Militar, o futebol se tornou o último círculo de liberdade remanescente no Brasil. Matizando um pouco a compreensão do autor, é possível sugerir que essa *liberdade* existente no futebol brasileiro durante os “*anos de chumbo*” possuiu dois significados diferentes e coexistentes, como será desenvolvido nos parágrafos abaixo.

Pelo lado da gestão esportiva, houve *liberdade* no sentido da ausência de qualquer vigilância e controle do Estado sobre seu bom-funcionamento e sobre os dirigentes que comandavam os *governing bodies* do futebol, o que possibilitou que as mais vergonhosas falcaturas fossem feitas de forma escancarada e os responsáveis não fossem sequer incomodados pelo governo; quando muito, a imprensa – *Placar* – os buscou, mas as denúncias nunca foram adiante.

Em contraposição a isso, pelo lado das TOBR, houve *liberdade* no sentido do livre exercício das preferências dos cidadãos enquanto membros desse tipo de associação: numa época caracterizada por diversas proibições relativas à vida civil, o que se relacionava ao futebol possuiu praticamente um *passé livre* para existir e ganhar destaque social – e eventualmente político –, já que a atribuição de publicidade positiva à maioria das manifestações populares ligadas ao esporte – futebol – era do interesse do governo e seu regime de Futebol de Estado.

Da mesma forma que os dirigentes não tinham sobre si nenhum controle sensível por parte do Estado em relação às suas atividades, também as associações de torcedores tiveram liberdade total para desenvolverem suas atividades e crescerem institucionalmente enquanto entidades no período.

O único risco que poderia ameaçar a liberdade de associação e atividades de uma TOBR no período de vigência do Futebol de Estado dos militares era que o governo desconfiasse que, além das atividades relacionadas a futebol, algum grupo de torcedores decidisse usar a institucionalidade da entidade para gestar tentativas de prejuízo ou subversão ao Regime Militar. Isso é verificado na obra de César⁴⁴³ sobre os ‘Gaviões da Fiel’, na qual o autor entrevista Flávio de La Selva, o fundador da torcida, que afirma que apesar de sua torcida nunca ter sido pressionada ou investigada diretamente pelo DOPS, “*se sabia da presença infiltrada*

⁴⁴²Florenzano, op cit, p. 73.

⁴⁴³ CÉSAR, B. T. *Os Gaviões da Fiel e a águia do capitalismo*: ou o duelo. Campinas: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social / UNICAMP, 1981. Apud Hollanda, op. cit, p. 21.

de membros da polícia política na torcida”⁴⁴⁴.

Diante de tudo o que foi apresentado nesta seção sobre os veículos da mídia esportiva entre o final dos anos 1960 ao início dos anos 1980 e o regime de Futebol de Estado do Governo Militar, não é equivocado afirmar que o surgimento e o crescimento da segunda geração das TOBR, ocorrido nesse período, encontrou amparo em ambas as partes (Mídia e Estado).

Por um lado, o regime de Futebol de Estado se viu beneficiado com o progresso de instituições cujas atividades incidiam 100% sobre o futebol e em nada atrapalhavam as políticas lideradas pelos governantes. Além de serem politicamente inofensivas ao Estado, constituíram-se num polo de promoção do regime de Futebol de Estado, o que indiretamente favorecia todos os propósitos possuídos em mente por aqueles que, ao final da década de 1960, projetaram o segundo regime de Futebol de Estado no Brasil. Não havia, enquanto vigeu o regime de Futebol de Estado no Regime Militar, nenhuma razão para que o Estado coibisse a livre organização e promoção das atividades das associações de torcedores, mesmo que internamente possuíssem características mais questionadoras e contestadoras em relação às torcidas oficiais cunhadas na Era Vargas e que persistiram nas arquibancadas de forma hegemônica até a primeira metade da década de 1960.

Por outro lado, a característica de protesto e contestação apresentada pela segunda geração de TOBR foi um prato cheio para os novos veículos da mídia esportiva que começaram a ganhar força no fim da década de 1960 e se consolidaram nos anos 1970. Diante da censura midiática estabelecida pelo AI-5, os canais de protesto e contestação na mídia foram objeto de importantes limitações, de modo que o setor esportivo foi um dos que menos sofreu com o controle de informações do Estado. Dessa forma, além de se converter em espaço onde uma ideologia progressista e contestadora podia ser defendida com menos restrições, a mídia esportiva converteu-se num dos polos incentivadores da cultura de contestação e de defesa da população civil – os torcedores, nesse caso – contra os descuidos, as omissões e a repressão do Estado.

Por razões totalmente distintas, as TOBR da segunda geração acabaram por se tornar um ponto consensual entre o regime de Futebol de Estado e a mídia progressista; a despeito da divergência ideológica praticamente absoluta entre esses dois setores, ambos eram capazes de enxergar virtudes e vantagens na existência de torcidas organizadas de futebol pelas cidades do país.

A conclusão desta seção é que a Era de Ouro das TOBR da segunda geração aconteceu,

⁴⁴⁴César, op. cit., pp. 99 e 102. Apud Hollanda, op. cit., p. 21.

em âmbito nacional, durante a vigência do regime de Futebol de Estado do Governo Militar. Nesse período, tanto o Estado quanto a mídia esportiva (tanto em seus setores conservadores quanto em seus setores progressistas) eram entusiastas de sua existência e agência nos estádios brasileiros, sendo as associações de torcedores um dos poucos consensos positivos entre o Estado repressor e a Mídia censurada. Essa situação durou até que o regime de Futebol de Estado dos governantes militares chegasse ao fim. É sobre este tema que o próximo capítulo desta tese se dedicará.

3.8. Conclusão do capítulo

Este capítulo tratou de três períodos distintos: 1) o regime de Futebol de Estado varguista; 2) o colapso deste regime de Futebol de Estado e a inserção de algumas práticas de Mercado no futebol brasileiro, e; 3) a constituição de outro regime de Futebol de Estado algumas décadas depois, sob o governo militar.

Os primeiros quinze anos após a morte de Getúlio Vargas foram marcados por uma inédita distância das instâncias administrativas do esporte brasileiro em relação ao Estado. Foi exatamente neste período que emergiu, na administração dos esportes brasileiros, a figura de João Havelange, dirigente de apurado tino comercial que promoveu uma série de mudanças na operacionalização do futebol de clubes e na logística de atividades de seleção brasileira de futebol.

Havelange entrou na presidência da Confederação Brasileira de Desportos, CBD, em 1958, e nela ficou até 1974. Exatamente no ano de 1968, Havelange, por meio da entidade que presidia, era o organizador dos dois principais torneios de clubes do Brasil; além disso, gozava do prestígio trazido das duas conquistas de Copa do Mundo em 1958 e 1962. Dessa forma, este dirigente ocupava uma posição chave no esporte brasileiro no momento em que os governantes militares passaram a se interessar por futebol, ao final dos anos 1960.

Ao passo que Getúlio Vargas e seus colaboradores elaboraram por anos um plano para o esporte brasileiro, que ganhou corpo com o CND em 1941, o governo militar simplesmente delegou a João Havelange a operação dos esportes e deu-lhe recursos (especialmente por meio da Loteria Esportiva, criada no fim dos anos 1960) e estrutura (estádios de futebol pelo país) suficientes para fazer com que o futebol atendesse aos propósitos dos governantes, que eram a geração de prestígio político, coesão social e apoio popular ao regime.

Do ponto de vista dos *governing bodies*, portanto, a despeito da existência formal do CND como órgão superior de administração esportiva, era a CBD a entidade que comandava o esporte brasileiro, e João Havelange o homem que tomava as decisões mais importantes nesse campo. Esse quadro só foi alterado quando o dirigente foi eleito para a presidência da FIFA, em 1974, e então substituído na presidência da CBD por um militar carreirista, Heleno Nunes.

Do ponto de vista da mídia esportiva, a censura praticada pelos governantes militares era significativamente mais frouxa do que aquela praticada por Getúlio Vargas algumas décadas antes. Essa é a única explicação para o fato de que, especialmente nos anos 1970, importantes quadros de publicações esportivas diárias ou semanais do país eram homens

filiados ou simpatizantes ao Partido Comunista.

A imprensa esportiva do final dos anos 1960 e início dos anos 1970 gozou de liberdade para dar voz a contestadores de alegadas *ditaduras* nos clubes de futebol, como foi o caso de Júlio Rodrigues ao denunciar os dirigentes de Flamengo e Fluminense em seu *Jornal dos Sports* ao final da década de 1960. Foi também durante os anos 1970 que a revista *Placar*, de orientação política francamente progressista e opositora ao governo militar, tornou-se um dos principais veículos de comunicação esportiva do país.

Do ponto de vista das torcidas, os anos 1960 e 1970 foram um período de profundas mudanças. O perfil estadonovista, desenhado por Lyra Filho nos anos 1940, começou a ser fortemente questionado por jovens torcedores, e a dinâmica da contestação passou a tornar-se dominante nas arquibancadas em detrimento da dinâmica do respeito e da disciplina, vigente até então.

É nesse movimento que surge a segunda geração de TOBR, também chamada de *Torcidas Jovens*, que tem como marca distintiva não somente a contestação das autoridades do clube (dirigentes) e do desempenho de seus representantes em campo (técnico e jogadores de futebol), mas também a contestação da passividade política das TOBR de perfil estadonovista que predominavam nas arquibancadas dos estádios de futebol até então.

Possuidoras de um perfil político que se define pelo questionamento e contestação de autoridades, a segunda geração de TOBR é caracterizada pela independência política e econômica em relação aos clubes de futebol para quem torcem, pela ruptura do monopólio da organização das atividades nas arquibancadas, possuído até então pelas TOBR oficiais – o que, num segundo momento, acarretou na fundação de uma miríade de novas TOBR por todos os clubes de futebol –, por uma estrutura de poder interna mais horizontal, burocratizada e rotativa, e pela desvinculação de uma moral *cívica* em suas atividades nos estádios.

Ao passo que as torcidas estadonovistas carregavam em seu DNA a função de conter e prevenir a ocorrência de xingamentos indecorosos, apupos ostensivos, manifestações de baixo calão e todos tipos de violência física por parte das plateias nos estádios de futebol, as torcidas jovens não reivindicavam para si essa missão. A principal crítica das torcidas jovens a suas antecessoras estadonovistas nas arquibancadas era justamente que essas últimas advogavam pelo bom comportamento nas arquibancadas em detrimento do sucesso esportivo de seus respectivos clubes. Tratava-se, portanto, de um modelo de conduta enxergado como conformista, que – segundo a ideologia dos jovens torcedores – deveria ser abandonado e substituído por uma nova e mais ativa postura nas arquibancadas.

CAPÍTULO 4. AS TOBR NUM REGIME DE FUTEBOL PARA MERCADO

Os últimos anos da década de 1970 foram marcados pelo início de um certo *abrandamento* do Regime Militar. Isso colocou o futebol brasileiro numa situação dúbia: por um lado, a estrutura institucional criada durante o regime de Futebol de Estado dos militares continuou influenciando nas decisões dos atores; por outro lado, conforme essa estrutura institucional foi perdendo o amparo estatal, as chances de sucesso de iniciativas de rebeldia partidas de atores, cujos interesses não eram plenamente atendidos no estado de coisas vigente, aumentaram significativamente.

Os principais marcos do referido abrandamento do Regime Militar foram o fim⁴⁴⁵ do AI-5 e a anistia⁴⁴⁶ aos atos considerados criminosos dentro do âmbito daquele Ato Institucional, bem como dos seguintes. Isso se deu no ano de 1979.

Da mesma forma que a edição do AI-5, no fim de 1968, e a consequente radicalização da repressão policial e do controle político da sociedade brasileira foram o gatilho para a preparação do regime de Futebol de Estado no Brasil, que tomaria corpo a partir do tricampeonato mundial no México, em 1970, os sinais de abrandamento do Regime Militar e a sinalização dos militares em promover uma gradual retomada das instituições democráticas fizeram com que o interesse do Estado no futebol e a sua disposição para investir altas quantidades de energia política e recursos nesse esporte diminuísse sensivelmente. Do ponto de vista institucional, a principal mudança decorrente disso foi a dissolução da CBD e a criação de uma nova entidade esportiva desvinculada do Estado em seu lugar, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF, daqui em diante), fundada em setembro de 1979.

Do ponto de vista da formação institucional da entidade, a CBF era formalmente tão independente do Estado quanto a CBD era nos anos 1920. A principal diferença entre a CBD dos anos 1920 e a CBF de 1979 é que esta última tomou corpo após a vigência de dois regimes de Futebol de Estado distintos na história brasileira. Ao passo que a primeira refletia o regime de Esporte em Sociedade Civil praticado em clubes da elite nacional sem vínculo com o Estado, a última se assentava – por influência dos militares e da Lei nº 6251 – em uma estrutura de poder totalmente vinculada a um regime de Futebol de Estado, a despeito de sua formal

⁴⁴⁵ Cf. Artigo 3º da Emenda Constitucional nº11, de 13 de outubro de 1978, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc11-78.htm

⁴⁴⁶ Cf. Artigo 1º da Lei nº 6683, de 28 de agosto de 1979, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm

independência em relação ao Estado.

A entidade mais importante para a gestão do futebol brasileiro se encontrava, no início da década de 1980, no seguinte cenário: de um lado, autonomia; do outro, dependência de uma estrutura institucional herdada de um regime de Futebol de Estado.

Como foi afirmado no capítulo anterior, a moeda de troca do Governo Militar para assumir o comando do esporte brasileiro no primeiro ano da década de 1970 foi a oferta de dinheiro estatal – oriundo da Loteria Esportiva – para clubes e federações de futebol. No início dos anos 1980, os recursos da Loteria Esportiva começaram a diminuir, o que significa que o aporte de dinheiro estatal no futebol brasileiro diminuiu a despeito da permanência de uma estrutura institucional constituída durante o regime de Futebol de Estado dos militares.

Entretanto, a maior vantagem possuída por *governing bodies* do esporte e por clubes de futebol em um regime de Futebol para Mercado é a autonomia para a tomada de decisões mais vantajosas a partir das próprias perspectivas, independentemente dos interesses do Estado em relação a essas matérias. No entanto, a permanência da estrutura institucional herdada pela CBF do regime de Futebol de Estado dos militares impedia que os interesses de Mercado fossem perseguidos de forma livre no futebol brasileiro.

A soma desses dois fatores significa que não havia, no início da existência da CBF, nem a autonomia para a tomada de decisões no sentido do Mercado, por parte dos atores, nem o suporte financeiro estatal característico do regime de Futebol de Estado dos militares.

4.1. Giulite Coutinho e os primeiros anos da CBF

A transição do poder no futebol brasileiro dos militares para os civis foi tutelado pelos militares. Isso significa que não houve, após a criação da CBF, a realização de uma eleição para a nomeação do novo presidente da entidade. O que houve, isso sim, foi a nomeação por parte dos próprios militares do homem que se tornaria o responsável pela condução dos rumos do futebol brasileiro a partir daquele momento.

O homem nomeado chamava-se Giulite Coutinho. Coutinho já havia trabalhado para os esportes brasileiros a partir do CND, órgão estatal de gestão esportiva herdado da Era Vargas, entidade da qual era presidente⁴⁴⁷ ainda no ano de 1979. Coutinho era um homem de perfil absolutamente distinto em relação a Heleno Nunes, seu antecessor na – então extinta – CBD. Nunes era um militar encarregado de dirigir um regime de Futebol de Estado, subordinado a governantes também militares, que esperavam retornos políticos de diversas ordens a partir do esporte – futebol. Coutinho, por sua vez, nada tinha a ver com o Exército: seu ramo original de trabalho era o de comércio exterior. Era uma figura importante neste campo, inclusive, chegou a ser presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

Por se tratar de um momento de transição de um regime de Futebol de Estado para um regime de Futebol para Mercado, o período dos anos 1980 possui algumas semelhanças com o final dos anos 1940, quando também o regime de Futebol de Estado varguista começou a perder vigor e dar lugar a algumas das práticas de Mercado, que acabaram por não evoluir para um regime de Futebol para Mercado. Uma comparação entre esses dois momentos de transição de Futebol de Estado é pertinente neste ponto da narrativa.

O regime de Futebol de Estado varguista perdeu vigor em 1945 com o final do Estado Novo e a saída de Getúlio Vargas da Presidência da República. A despeito disso, a estrutura institucional construída durante esse regime manteve-se relativamente estável pelos cinco anos (1946-1950) em que o presidente gaúcho esteve ausente da Presidência. Seu retorno ao poder garantiu a manutenção desta estrutura institucional no esporte até 1955 (ou seja, dez anos após o fim do regime de Futebol de Estado varguista) quando, após seu suicídio, os quadros ligados a GV finalmente saíram dos postos de poder da CBD para a entrada de novos quadros desvinculados do Estado e da influência de Getúlio Vargas.

Da mesma forma que a estrutura institucional do regime de Futebol de Estado

⁴⁴⁷ Cf. *Revista Placar*, 23/03/1979, p. 29.

construída por Getúlio Vargas perdurou por uma década inteira após o final do Estado Novo, a estrutura institucional construída no esporte brasileiro durante o regime de Futebol de Estado do Governo Militar também foi mantida após a extinção da CBD, ocorrida em 1979. A manutenção da estrutura de poder erguida para o esporte brasileiro nos anos 1970 se deveu especialmente à Lei nº 6251, que garantia o poder do futebol brasileiro às federações estaduais em detrimento dos grandes clubes de futebol, como foi mostrado no capítulo anterior.

Dessa forma, a comparação entre as gestões de Sylvio Pacheco e de Giulite Coutinho à frente da CBD e CBF, respectivamente, se dá nos seguintes termos: Pacheco assumiu a Presidência da entidade em 1955, um ano após o suicídio de Getúlio Vargas, que era o último sustentáculo da estrutura de Futebol de Estado montada no início dos anos 1940. Após o suicídio de GV, os constrangimentos estatais sobre a entidade foram praticamente reduzidos a níveis pré-1930. Dessa forma, o presidente da entidade teve autonomia para gerir o esporte nacional à sua maneira. Foi exatamente esta autonomia o que lhe possibilitou investir de forma massiva na Seleção Nacional em detrimento dos esportes olímpicos, o que levou a equipe de futebol à conquista da primeira Copa do Mundo de 1958.

Três décadas depois, Giulite Coutinho, embora investido de poder pelos governantes militares e – supostamente – sem a obrigação de dar satisfações ao Estado acerca de suas decisões sobre o esporte, tinha abaixo de si uma estrutura institucional herdada do regime de Futebol de Estado dos militares, o que limitava em muito as suas possibilidades de promover grandes mudanças no futebol nacional, reivindicadas principalmente pelos grandes clubes de futebol do país, que clamavam por uma urgente redução no número de participantes do torneio nacional – que foi disputado por nada menos que 94 clubes em 1979 –, visando menos viagens, melhor qualidade técnica dos clubes participantes e, conseqüentemente, melhores rendas nos jogos.

Giulite apresentava um discurso sensível⁴⁴⁸ às demandas dos grandes clubes, que eram advogadas também pela *Revista Placar*⁴⁴⁹, que propunha um torneio de características similares ao RGP de 1967, com apenas 14 clubes⁴⁵⁰ dos estados de SP (05), RJ (04), MG (02), RS (02) e PR (01). Contudo, a despeito do discurso amigável aos interesses dos grandes clubes do país em relação à mudança no torneio nacional de futebol, o dirigente não deu nenhum passo nessa direção e tampouco promoveu alguma alteração na estrutura institucional de poder da CBF.

⁴⁴⁸ Cf. *Revista Placar*, 17/06/1983, p. 4.

⁴⁴⁹ Cf. *Revista Placar*, 17/06/1983, p. 4.

⁴⁵⁰ Cf. *Revista Placar* 10/06/1983, p. 4.

Em seu sexto ano à frente da entidade, 1985, Giulite Coutinho teve sua melhor chance para exonerar de seus respectivos cargos uma série de dirigentes corruptos de federações estaduais de futebol, cujas práticas lesivas ao patrimônio da entidade foram denunciadas na *Revista Placar* em 1985 pelo repórter Marcelo Rezende⁴⁵¹. Essa matéria apresentou documentos atestando que a gestão das federações estaduais era calamitosa, e que os registros contábeis eram ou inexistentes⁴⁵² ou inconclusivos.

O fato de um escândalo de corrupção envolvendo justamente as federações estaduais – o maior entrave para a execução de ideias reformistas no âmbito da CBF – ter estourado representava a conjunção de fatos mais propícia para a promoção de uma limpeza no comando das federações estaduais de futebol, de modo a designar-lhes pessoas simpáticas à ideia do Esporte para Mercado, e então promover a superação definitiva da estrutura institucional de Futebol de Estado remanescente na CBF.

A despeito da chance de romper com a maior herança do Regime Militar na CBF, Coutinho e seus aliados optaram por não assumir os custos políticos de um processo que envolveria a retirada de poder, prestígio e – eventualmente – até a prisão de muitas pessoas influentes na sociedade brasileira. Nesse contexto, a manifestação do vice-presidente de Coutinho na CBF, José Ermírio de Moraes, foi a seguinte:

A CBF não tem ingerência nas federações, mas admito que elas são muito mal-administradas. Já conversei várias vezes com o presidente Giulite Coutinho e ele tem a mesma opinião. Mas as Federações têm seus próprios Conselhos Fiscais, que não enviam sequer seus balancetes a nós. Portanto, nós não podemos fazer devassas. [...]

⁴⁵³

Além do vice-presidente José Ermírio de Moraes, também André Richer, o diretor de assuntos jurídicos da CBF, concedeu uma entrevista na qual, em vez de atacar a corrupção e defender a exoneração dos dirigentes praticantes de ilícitos dentro de seus respectivos cargos, afirmava a si próprio e à entidade como incapazes de solucionar a corrupção no futebol nacional:

Não podemos fazer nada porque há um círculo vicioso. Só haverá alguma investigação numa Federação se um clube filiado pedir apurações ao Conselho Regional de Desportos do seu Estado. Este pode pedir intervenção do CND, que repassa a missão à CBF, que por sua vez fica limitada a ratificar o que os conselhos fiscais e as assembleias gerais aprovam. Em resumo, o próprio acusado apuraria a irregularidade e isso não levaria a nada, não é mesmo?⁴⁵⁴

⁴⁵¹ Cf. *Revista Placar* 08/03/1985, p. 34.

⁴⁵² Cf. *Revista Placar* 08/03/1985, p. 34.

⁴⁵³ Fala de José Ermírio de Moraes, vice-presidente da CBF, à *Revista Placar*, 15/03/1985, p. 29.

⁴⁵⁴ Fala de André Richer, diretor jurídico da CBF, à *Revista Placar*, 22/03/1985, p. 54.

A passividade de Giulite e de seus aliados diante dessa situação possivelmente se deveu ao cálculo de que, enquanto a estrutura institucional de poder instaurada no esporte brasileiro sustentada pela Lei nº 6.251/1975 seguisse em vigor, nada poderia ser alterado à revelia da vontade das federações estaduais.

A capitulação de Giulite em relação aos malfeitos de alguns dos – agora comprovadamente – corruptos dirigentes do futebol brasileiro gerou munição para que seus adversários políticos na CBF o acusassem de ser conivente com a corrupção nas federações filiadas à entidade, e incompetente para organizar um torneio de clubes que atendesse aos desejos dos “grandes”.

O principal detrator de Coutinho, nesse contexto, foi seu opositor Márcio Braga⁴⁵⁵, que era dirigente do Flamengo e aspirava à Presidência da CBF. Aproveitando-se da passividade de seu adversário político diante de um clamoroso caso de corrupção dentro da entidade, Braga acusava Coutinho de corrupção e de destinar verbas a federações estaduais sem nenhum plano de aplicação, caracterizando assim a pura compra de votos⁴⁵⁶. A proposição de Braga era a realização de uma “devassa”⁴⁵⁷ nas contas da CBF. Os atos de Braga e da oposição a Coutinho na CBF não foram suficientes para prejudicar a gestão do dirigente, mas acabariam vedando sua candidatura para mandatos posteriores na entidade.

Influente nas ações para impedir o avanço de profundas mudanças no âmbito do futebol de clubes, as federações estaduais não interferiam tanto quando o assunto era a gestão das atividades da Seleção Brasileira de futebol, que era o mais importante ativo às mãos de Coutinho, durante sua Presidência na CBD, devido a seu grande apelo nacional e internacional, herdados ainda do tricampeonato mundial. O apelo comercial da Seleção Brasileira fazia com que não fosse difícil para Coutinho encontrar empresas interessadas em associar suas marcas ao time da CBF em contratos de patrocínio.

Dessa forma, o primeiro acordo comercial costurado por Coutinho à frente da CBF foi o acerto de um patrocínio com o Instituto Brasileiro do Café (IBC)⁴⁵⁸, celebrado poucos meses após seu ingresso na Presidência da entidade. Pouco tempo depois, o dirigente firmou outro contrato publicitário com a fabricante de materiais esportivos *Topper*⁴⁵⁹. Além do

⁴⁵⁵ Márcio Braga era deputado federal pelo PMDB. Braga era aliado de Nabi Chedid e Otávio Guimarães em oposição a Giulite Coutinho na eleição para a CBF.

⁴⁵⁶ Fala de Márcio Braga, opositor de Giulite Coutinho na CBF, à *Revista Placar*, 03/02/1986, p. 10.

⁴⁵⁷ Fala de Márcio Braga, opositor de Giulite Coutinho na CBF, à *Revista Placar*, 03/02/1986, p. 10.

⁴⁵⁸ Cf. Sarmento, op.cit, p. 146.

⁴⁵⁹ Cf. Declaração de Coutinho à *Placar* edição do dia 17/02/1984, p. 18.

estabelecimento de contratos de publicidade, Coutinho também elaborou mecanismos para coibir a comercialização de produtos que usavam a marca da CBF de forma não-autorizada e, na outra ponta, produziu contratos de licenciamento para uma série de produtos com a marca da entidade. Com essas iniciativas, a CBF conseguiu tornar o futebol de sua seleção autossustentável e independente de aportes estatais para o desenvolvimento de suas atividades⁴⁶⁰.

⁴⁶⁰ Cf. Sarmiento, *op.cit*, p. 146.

4.2. A ruptura dos grandes clubes com a CBF

Ao mesmo tempo em que a estrutura institucional de poder herdada da CBD impediu Giulite Coutinho de dar uma orientação para Mercado ao futebol de clubes à frente da CBF, essa mesma estrutura institucional não foi um obstáculo para a implementação de práticas de Mercado no tocante à gestão das atividades da Seleção Brasileira de futebol.

No tocante às acusações de corrupção, além da alegada conivência em relação aos desmandos administrativos praticados por dirigentes de federações estaduais de futebol, a gestão de Coutinho também ficou marcada por duas *viradas de mesa* para garantir a participação ou a não-eliminação de clubes grandes nos torneios nacionais de organização da CBF, como será narrado nos parágrafos abaixo:

Entre 1980 e 1985, o torneio com *status* de campeonato nacional era a Taça de Ouro da CBF. O critério para a participação neste torneio era a classificação nos torneios estaduais do ano anterior. Todos os estados da federação onde o futebol era jogado de forma profissional tinham vaga assegurada. No caso de SP e RJ, classificavam-se os seis primeiros colocados do estado de São Paulo e os cinco primeiros colocados do estado do Rio de Janeiro.

Seguidos os critérios estabelecidos, o Santos F.C., nono colocado do Campeonato Paulista de 1982, deveria ser alocado na disputa da Taça de Prata – uma divisão inferior à Taça de Ouro – de 1983. Da mesma forma, o Vasco da Gama, sétimo colocado do Campeonato Carioca de 1983, deveria ter sido alocado na Taça de Prata de 1984. Santos e Vasco nunca disputaram a Taça de Prata porque, a despeito de seu fraco desempenho técnico, a CBF os convidou para a disputa da Taça de Ouro, violando os próprios regulamentos.

A adoção de medidas extra-regulamentares para garantir os interesses de Santos e Vasco são evidências da postura de Giulite em evitar animosidades não somente em relação aos comandantes das federações estaduais, mas também em relação aos grandes clubes de futebol. Tal postura conciliadora e apaziguadora de conflitos lhe rendeu, por um lado, a pecha de corrupto e incompetente na vocalização de seus adversários políticos, mas, por outro lado, garantiu-lhe o exercício de dois mandatos completos com relativa estabilidade à frente da entidade.

Em 17 de janeiro de 1986, Giulite Coutinho saiu da Presidência da CBF e deu lugar a dois de seus principais adversários políticos: Otávio Pinto Guimarães, vinculado à Federação do estado do Rio de Janeiro, e Nabi Abi Chedid, da Federação Paulista, ambos apoiados por Márcio Braga. Os dois primeiros assumiram, respectivamente, a Presidência e a vice-

Presidência da entidade garantindo que sob seu mandato não mais seriam permitidas mudanças casuístas para acomodação de interesses nos regulamentos de competições nacionais, como foi comum na gestão de Giulite⁴⁶¹.

Criou-se, com efeito, a expectativa de que as relações de força do futebol brasileiro seriam definitivamente alteradas em benefício dos clubes, que tinham a esperança de finalmente disputar um torneio lucrativo e conduzido de forma correta.

A nova gestão da CBF instituiu a Copa Brasil em substituição à Taça de Ouro, em 1986. A Copa Brasil foi planejada para ser disputada por 44 clubes, mas, ao final, foi disputada por 80, de modo que os grandes clubes atravessaram os mesmos problemas que julgavam superados sob a nova gestão da entidade: jogos desinteressantes realizados em lugares distantes contra times inexpressivos e de pouca qualidade técnica, que geravam grandes custos e pouca renda.

Além de apresentar os mesmos defeitos de fórmula que os campeonatos da Taça Ouro dos anos anteriores, a Copa Brasil de 1986 também registrou uma mudança casuística de regulamento após um caso de *doping* que envolveu a equipe do Sergipe⁴⁶² e causou uma grande batalha jurídica, cuja solução levou a CBF a decidir classificar para a segunda fase do torneio quatro clubes que já haviam sido eliminados na primeira fase.

A Copa Brasil de 1986, jogada no primeiro ano de gestão de Otávio Guimarães, já sinalizou que a nova gestão muito pouco ou nada mudaria no futebol brasileiro em relação ao que foi praticado por Giulite Coutinho: campeonatos inchados, desinteressantes e deficitários manchados por mudanças casuístas de regulamento. Os problemas no torneio nacional da CBF não eram reconhecidos somente pelos grandes clubes, mas também por dirigentes da própria CBF. Ainda em 1986, o diretor de marketing da entidade, Onaireves Moura disse que os maiores beneficiados do torneio nacional não eram os clubes, mas sim os hotéis e as companhias aéreas:

Atualmente, quem tem ganhado com a realização dos Campeonatos Nacionais são as empresas aéreas e os hotéis. Os clubes, que realmente fazem o espetáculo, não estão tendo resultado financeiro satisfatório. Então nós queremos através de uma política de marketing fazer com que nossos clubes possam participar de uma competição lucrativa.⁴⁶³

As possibilidades para mudanças estruturais no futebol brasileiro em 1986 já eram, porém, sensivelmente maiores do que eram em 1980, o primeiro ano de funcionamento da

⁴⁶¹ Cf. Sarmiento, op.cit, p. 152.

⁴⁶² Cf. Sarmiento, op.cit, p. 152.

⁴⁶³ Fala do diretor de marketing da CBF, Onaireves Moura, reportada por *A Gazeta Esportiva*, no dia 06/02/1986. P. 7.

CBF. A política brasileira mudou significativamente nesse período de seis anos: o Réveillon de 1985 para 1986 foi o primeiro, desde 1964, em que o país não era governado por um militar. Muito embora boa parte das estruturas de poder construídas pelos militares tivessem persistido para além do governo que as criou, em 1986 já não havia nenhuma influência militar para fiar qualquer arranjo de seu interesse tanto na sociedade quanto no esporte.

Da mesma forma que as estruturas institucionais do regime de Futebol de Estado varguista ainda estavam presentes em 1955, mas sem o lastro político do próprio Getúlio Vargas, as estruturas institucionais do regime de Futebol de Estado dos militares também estiveram presentes durante a década de 1980, sendo que em 1986 perderam seu lastro político, o próprio Regime Militar.

No ano de 1980, a Loteria Esportiva ainda operava com certo vigor e gerava receitas para serem investidas no futebol nacional. Além disso, o país ainda era governado pelos militares, cuja permanência no poder projetava por pelo menos mais cinco anos, o que desestimulava iniciativas de caráter reformista no esporte nacional.

Em 1986, a Loteria Esportiva ainda operava, mas de forma muito prejudicada pelo escândalo de manipulação de resultados deflagrado pela *Revista Placar*⁴⁶⁴ em outubro de 1982. O financiamento das atividades da Seleção Brasileira já era integralmente oriundo de fontes privadas, e o Governo Militar que dava sustentação à estrutura institucional de seu regime de Futebol de Estado não mais ditava as regras no país.

Os grandes clubes de futebol depositaram suas esperanças de mudança primeiramente em Giulite Coutinho e, depois, em Otávio Guimarães. Ambos frustraram suas expectativas. Cansados de esperar por uma iniciativa da diretoria da CBF, em 1987, eles decidiram criar sua própria liga de futebol, cujas premissas seriam a seletividade na participação, a busca pelo lucro e a priorização do alto nível técnico da disputa.

As tendências de Mercado presentes nos desejos dos grandes clubes brasileiros para a constituição de seu próprio torneio de futebol, em 1987, tornam a comparação deste período com o período da instituição do RGP inevitável: como foi discutido nos capítulos anteriores, a primeira edição do RGP, em 1967, foi organizada pelas federações de futebol dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo que a CBD e as outras federações estaduais pouco ou nenhum poder possuíam para interferir nos rumos tomados pelo torneio. Em 1968 a CBD acabou por centralizar o controle do torneio devido a desentendimentos ocorridos entre os dirigentes das Federações de RJ e de SP. Isto não significou, porém, que a CBD, por meio de seu presidente

⁴⁶⁴ Cf. *Revista Placar*, 29 de Outubro de 1982.

– João Havelange –, tenha se tornado a “dona” do torneio. Tratava-se apenas de uma representante de consenso entre RJ e SP, que tinha a função de evitar atritos entre as partes.

O RGP seguiu um formato de Mercado até o ano de 1970 quando, após a conquista do tricampeonato mundial, o Governo Militar decidiu por instaurar um regime de Futebol de Estado no país. Para tanto, hipertrofiou os poderes da Presidência da CBD – ocupada por João Havelange à época – e diminuiu o poder dos clubes.

Com poderes ampliados e sem ter que dar satisfações aos clubes de RJ e SP (os conceptores do torneio), Havelange pôde converter o RGP em Campeonato Nacional e fazer com que esse torneio operasse da forma mais conveniente possível ao Estado.

Com tal mudança, os clubes do RGP, que eram autônomos tanto financeira quanto politicamente (em relação às decisões tomadas sobre seu torneio), foram submetidos à força da CBD, que em contrapartida passou a financiar – por meio da Loteria Esportiva – o Campeonato Nacional, inclusive as passagens aéreas para sua disputa.

Os militares não somente alteraram o nome, a fórmula e a quantidade de clubes participantes do RGP, mas também a estrutura institucional existente por trás dele. Já sob o mandato de Heleno Nunes foi aprovada a Lein° 6.251/75, que hipertrofiou o poder de clubes e federações da periferia do país em detrimento dos clubes componentes do núcleo do RGP, o que obstruiu de forma permanente a influência dos grandes clubes sobre as decisões da federação.

A estrutura institucional que foi criada no esporte brasileiro por meio da Lein° 6251 tinha a função de preservar nas mãos de Heleno Nunes e dos homens vinculados ao Governo Militar – responsável pela maior parte das nomeações nas federações estaduais – o controle do futebol brasileiro. Com a saída de Heleno Nunes do comando do esporte nacional e com a dissolução da CBD, porém, a estrutura institucional criada para dar suporte ao representante do regime de Futebol de Estado passou a perseguir seus próprios interesses em detrimento dos interesses dos clubes sem produzir nenhum benefício para esses últimos, que se submeteram a ela enquanto o Governo Militar durou, mas em 1986 atingiram o limite da espera.

Tendo Otávio Guimarães mostrado que sob seu comando nada mudaria na CBF, os grandes clubes decidiram, em 1987, criar seu próprio torneio à revelia da entidade. Este torneio seria gerido não pela CBF, mas sim por uma liga dos clubes, que foi batizada de “Clube dos 13”. Faziam parte do Clube dos Treze as seguintes agremiações: Flamengo, Vasco, Fluminense e Botafogo (RJ), Corinthians, Palmeiras, São Paulo, Santos (SP), Cruzeiro, Atlético (MG), Grêmio, Internacional (RS) e Bahia (BA).

A fundação do Clube dos 13 (daqui em diante, também C-13) foi uma grande inovação

institucional no futebol brasileiro. Tratava-se de uma tentativa de sanear, no nível do futebol de clubes, todos os vícios do regime de Futebol de Estado vigente até o final dos anos 1970 e herdados pela CBF nos anos 1980. Além de uma ruptura com a CBF, possuidora de uma estrutura institucional herdada do regime de Futebol do Estado, o C-13 representava o enquadramento dos clubes de futebol do país em uma lógica de Mercado, com orientação claramente para a obtenção de lucro e ganhos financeiros.

Da perspectiva da CBF, a criação do C-13 representou uma afronta às posições políticas de seus dirigentes, que sabiam que a saída dos principais clubes do Brasil da entidade representaria uma grande perda em termos de alcance, prestígio e rentabilidade. Por essa razão, a CBF lutou até o final contra a realização de um torneio nacional de futebol organizado pela entidade concorrente.

4.3. O Clube dos 13 e a eleição de Ricardo Teixeira para a CBF

A criação do C-13 se deu com vistas à realização de um campeonato de abrangência nacional mais competitivo e comercialmente mais interessante do que todos os torneios organizados pela CBD e CBF desde 1971. De formato mais enxuto, reunia somente clubes de grandes torcidas e com elencos qualificados, o que excluía a possibilidade de jogos enfadonhos ou irrelevantes do ponto de vista técnico.

Ao romper com a CBF, os fundadores do C-13 passaram a ser, eles próprios, os proprietários dos seus direitos comerciais, o que conferia ao C-13 a propriedade dos direitos comerciais de seu torneio, livre da influência da CBF ou de qualquer outro *governing body* do esporte brasileiro. Para que seu torneio fosse financeiramente sustentável, bastava que fosse encontrado um parceiro comercial disposto a explorar comercialmente a liga do C-13.

Foi nesse contexto que entrou em ação aquele que se tornaria o ator mais importante do futebol brasileiro nas décadas seguintes: a *Rede Globo*. Ela negociou diretamente com o Clube dos 13 um contrato para o televisionamento da liga do C-13 de 1987, que foi batizada de “Copa União”, e nele se dispôs a pagar a soma de US\$ 3,4 milhões para cinco anos de televisionamento⁴⁶⁵.

Tendo a exclusividade de transmissão do torneio, a *Rede Globo* decidiu que o futebol ocuparia uma posição de destaque na grade da emissora, com um jogo transmitido nas noites de sexta-feira, outro nas tardes de sábado e outro nas tardes de domingo. Especulou-se à época que marcas importantes disputavam o espaço publicitário na TV transmissora da Copa União ao preço de US\$ 1,3 milhão para um tempo de 15 segundos durante toda a duração do torneio⁴⁶⁶.

A entrada da *Rede Globo* como fiadora do torneio do Clube dos 13 alterou de forma definitiva as relações de poder no futebol brasileiro, pois o poderio econômico do grupo de comunicação de Roberto Marinho representava um substituto à altura do Estado que, em processo de redemocratização, já não tinha interesse em manter o futebol sob seu domínio.

O fato de o C-13 ter sido mais eficiente do que a própria CBF na missão de encontrar amparo financeiro para o futebol profissional do Brasil colocou a instituição presidida por Otávio Guimarães em uma posição delicada, pois reconhecer a autonomia do C-13 para gerir o futebol de clubes no Brasil – da mesma forma que Luiz Aranha fez com a FBF de Arnaldo

⁴⁶⁵ Cf. *Revista Placar*, 14 de setembro de 1987, p. 21.

⁴⁶⁶ Cf. *Revista Placar*, 14 de setembro de 1987, p. 21.

Guinle em 1937 – significaria abrir mão de boa parte do poder que possuía nas mãos até então. Por outro lado, permitir que a Copa União fosse disputada à revelia da própria CBF, além de mostrar fraqueza política, implicaria em tornar o torneio da CBF desinteressante, já que não contaria com nenhum dos grandes clubes do país. Por fim, impedir que a Copa União fosse disputada – o que chegou a ser cogitado – produziria um problema ainda maior, já que a CBF não tinha nem recursos próprios para oferecer aos clubes do C-13 algo melhor em relação ao que eles já tinham costurado por si, nem amparo estatal para barrar a disputa da Copa União.

Mesmo assim, a CBF ainda produziu um torneio paralelo à Copa União de 1987 e reconheceu o campeão deste torneio como campeão brasileiro. Nesse caso, foi o Sport Club Recife. O campeão da Copa União foi o Flamengo, que até hoje não conta com o reconhecimento oficial da CBF como campeão brasileiro de 1987.

A despeito dos desentendimentos jurídicos entre CBF e C-13, a Copa União de 1987 foi lucrativa, teve jogos de bom nível técnico que foram transmitidos ao vivo por uma emissora que arregimentou uma série de patrocinadores para sustentar financeiramente o evento. O sucesso da Copa União forçou a CBF a mudar suas posições.

A exemplo do que aconteceu em 1968, quando o RGP se tornou a competição nacional da CBD em substituição à Taça Brasil, vinte anos depois, a CBF reconheceu a liga criada pelo C-13 como o torneio nacional de clubes oficial da entidade. Tanto em 1968 quanto em 1988 a entidade dirigente do futebol nacional (CBD e CBF, respectivamente) assumiu a administração de um torneio criado por privados. A partir de 1988, portanto, a organização do torneio nacional de futebol passou a caber à CBF, mas a negociação dos direitos comerciais era feita pelo Clube dos 13. A principal consequência disso foi uma drástica redução nas receitas destinadas a federações e clubes pequenos, o que fez desmontar a base política de Otávio Pinto Guimarães na CBF, de modo que ele sequer candidatou-se à reeleição, em 1989.

Para a substituição de Guimarães despontava, em fins da década de 1980, o nome de Ricardo Teixeira, genro de João Havelange e bem-sucedido empresário carioca. Para ganhar a Presidência da CBF, Teixeira usou a mesma estratégia que seu sogro utilizou para chegar à Presidência da FIFA: buscou os votos da periferia. Com tal propósito, antes das eleições para a Presidência da CBF, Teixeira realizou uma excursão na qual visitou as Federações estaduais de futebol de Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe e Ceará e doou material esportivo. Alguns setores da imprensa interpretaram este ato como uma tentativa de compra de votos, ao que Teixeira respondeu: *“As federações já apoiavam minha candidatura antes mesmo de eu ajudá-las. [...] Doar material esportivo para clubes pobres não é suborno, mas sim uma forma de*

ajudar o desenvolvimento do futebol.”⁴⁶⁷

Além das visitas pessoais do novo candidato à Presidência da entidade, o primeiro vice-presidente de Teixeira, Alfredo Nunes, da Secretaria de Educação à Distância (SEED) do MEC em Brasília, enviou 2700 Cruzados Novos em dinheiro para cada uma das seguintes Federações: Amapá, Amazonas, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Santa Catarina, Espírito Santo, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pará e Roraima. Como se pode notar, foi usada verba de um órgão público para impulsionar a candidatura da chapa de Teixeira à Presidência da CBF⁴⁶⁸.

Dentre as Federações de RJ, SP, MG, RS e PR, as maiores do país e mais envolvidas com a Copa União, nenhuma foi alvo da generosidade de Ricardo Teixeira. Além das doações que lhe propiciariam votos, Teixeira também costurou um acordo com o presidente em exercício da CBF, Otávio Guimarães, para que esse não atrapalhasse sua candidatura: Guimarães foi convidado para ser o diretor do Conselho Fiscal da CBF durante a gestão de Teixeira. Isso tornaria Guimarães o responsável pela aprovação das contas de sua própria gestão à frente da entidade⁴⁶⁹. Otávio, após uma gestão desastrosa que destruiu toda sua base de apoio, aceitou o plano, não lançou a candidatura, e contribuiu para que Teixeira fosse eleito por aclamação para a Presidência da entidade⁴⁷⁰.

Uma das primeiras medidas de Teixeira à frente da CBF foi a criação da Copa do Brasil, um torneio de abrangência nacional que traria de volta à disputa futebolística todos os clubes que foram marginalizados pela Copa União. Era a primeira parcela do pagamento aos pequenos por sua eleição.

A Copa do Brasil possuía um formato diferente da “Copa Brasil”, nome dado aos campeonatos nacionais disputados entre 1975 e 1980 e, depois, entre 1984 e 1988 (em 1987 foi a concorrente oficial da CBF à Copa União). Em vez de reunir as equipes em grupos, foram feitas chaves eliminatórias de *playoff* (o conhecido *mata-mata*).

Percebendo a manobra de Teixeira para satisfazer sua base eleitoral, os grandes protestavam. Afirmavam, primeiramente, que a Copa do Brasil não dava lucro⁴⁷¹. Depois, movimentaram-se para fazer com que as eleições da CBF englobassem, além das federações, os 40 maiores clubes do país⁴⁷². Nenhuma das tentativas dos clubes do C-13 para alterar as medidas tomadas

⁴⁶⁷ Palavras de Ricardo Teixeira à *Revista Placar*, 27 de Janeiro de 1989, p. 13.

⁴⁶⁸ Cf. *Revista Placar*, 27 de Janeiro de 1989, p. 13.

⁴⁶⁹ Cf. *Revista Placar*, 27 de Janeiro de 1989, p. 11.

⁴⁷⁰ Cf. *Revista Placar*, 27 de Janeiro de 1989, p. 10.

⁴⁷¹ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 23/08/1989, p. 6.

⁴⁷² Cf. *A Gazeta Esportiva*, 23/03/1990, p. 6.

pelo novo presidente da CBF surtiram efeito. Sustentado pela mesma estrutura política que amparou Havelange, Heleno Nunes, Coutinho e Guimarães, Ricardo Teixeira conseguiu manter seu poder na CBF de forma praticamente inabalada.

A principal marca da gestão de Ricardo Teixeira foi o desvencilhamento da CBF das instituições estatais às quais a entidade se prendia desde o Regime Militar. O Conselho Nacional de Desportos – herança institucional da Era Vargas – foi o primeiro a ser deixado de lado por Teixeira: “Pretendo conversar com o Tubino [Manoel Tubino, o presidente do CND], desde que ele respeite a CBF. Venho da iniciativa privada – e o empresário não gosta da intromissão governamental.”⁴⁷³

Ao marginalizar o CND e anunciar publicamente sua rejeição à interferência estatal no esporte, Ricardo Teixeira deu um claro sinal de que sob sua gestão os interesses de Mercado no futebol teriam prioridade em relação aos interesses do Estado. A criação da Copa do Brasil foi uma forma de atender aos interesses de sua base eleitoral e de gerar estabilidade no poder para tocar adiante o processo de inserção do futebol brasileiro em um regime para Mercado, cuja maior expressão foi o Campeonato Brasileiro, que teve uma fórmula de disputa similar à da Copa União e tornou-se o suprassumo comercial do futebol de clubes nacional.

Para fins de coordenação de dois torneios nacionais, Ricardo Teixeira desenhou um novo calendário para o futebol brasileiro. Além de estabelecer um novo calendário, a CBF estabeleceu regras de acesso e descenso e garantiu que essas regras fossem cumpridas entre 1988 e 1992. Todas essas mudanças trouxeram credibilidade aos torneios nacionais, o que gerou ainda mais interesse midiático.

A fim de garantir a eficácia e credibilidade desse calendário, a CBF tomou todo o cuidado para que o Campeonato Brasileiro e a Copa do Brasil obedecessem ao regulamento e para que se respeitassem as regras de promoção e rebaixamento das equipes que disputavam o Nacional. Também em atendimento a uma antiga reivindicação dos clubes, a CBF redefiniu o modelo de negociação dos contratos televisivos referentes às transmissões de partidas da Copa do Brasil e elaborou um novo plano de marketing e comercialização dos produtos e marcas da Confederação.⁴⁷⁴

O interesse midiático trouxe o investimento de patrocinadores. Com patrocinadores, os torneios se tornaram financeiramente autossustentáveis, e o Campeonato Brasileiro se tornou a galinha dos ovos de ouro do futebol nacional.

Além das melhorias realizadas para a comercialização do Campeonato Brasileiro,

⁴⁷³ Fala de Ricardo Teixeira, presidente da CBF, reportada por *A Gazeta Esportiva*, em 17 de janeiro de 1989, p. 4.

⁴⁷⁴ Sarmiento, op.cit, p. 157.

Ricardo Teixeira também buscou acordos comerciais mais lucrativos para a Seleção Brasileira. Ainda em 1989, a CBF fez um acordo comercial de US\$ 1 milhão com a *Pepsi* envolvendo patrocínio ao selecionado brasileiro de futebol masculino.

O ano de 1989 marcou, portanto, o ingresso definitivo das práticas de Mercado na CBF em detrimento da estrutura institucional herdada do regime de Futebol de Estado do Governo Militar. A mudança de perfil do principal *governing body* do esporte brasileiro gerou mudanças no papel desempenhado pelos torcedores de futebol. À posição do torcedor numa estrutura de Futebol para Mercado se dedicará a próxima seção.

4.4. O torcedor sob uma perspectiva de Mercado

Embora partissem de ideologias diferentes, Getúlio Vargas e o Regime Militar olhavam para o futebol como uma *ferramenta política*: o objetivo de Getúlio Vargas ao instituir o regime de Esporte de Estado era colocar os cidadãos brasileiros “a serviço da Pátria”; o propósito dos militares com o seu regime de Futebol de Estado foi a conquista do apoio popular e da legitimidade política de uma forma alternativa à submissão às instituições democráticas, abandonadas a partir de 1968, com a edição do AI-5.

Apesar de hoje se saber que Roberto Marinho foi figura muito influente na política brasileira durante quase toda sua vida, inclusive durante o Regime Militar, a *Rede Globo* é uma entidade de Mercado, uma empresa de comunicação que visa o lucro e o ganho financeiro.

Como empresa comercial que visa lucro, os propósitos da *Rede Globo* em relação ao futebol brasileiro são bastante distintos em relação aos dois regimes de Futebol de Estado que a precederam no controle do esporte nacional: uma empresa de comunicação não tem interesse em colocar os cidadãos brasileiros “a serviço da Pátria”, e também não tem a necessidade de usar o futebol como meio para a obtenção de apoio popular – no sentido político da expressão.

A *Rede Globo* está interessada na exploração de seu mercado consumidor, na construção de acordos com uma vasta rede de patrocinadores que sustentem financeiramente suas atividades; está interessada, em suma, em lucro.

A busca por lucro por parte de uma entidade de Mercado, que passou a controlar as operações do futebol brasileiro a partir dos últimos anos da década de 1980, colocou a figura do torcedor de futebol sob uma perspectiva inédita.

Aos olhos de um governante num regime de Futebol de Estado, o torcedor é um cidadão sob seu governo. O conjunto de cidadãos performa a população, o povo e o eleitorado de um Estado. O governante está interessado no apoio político dos cidadãos, pois é por meio deste apoio que ele consegue estabilidade para o exercício de seu poder e – eventualmente – legitimidade para continuar exercendo seu poder.

Aos olhos de uma empresa comercial que visa lucro, o torcedor é um consumidor em potencial. O conjunto de consumidores constitui o mercado consumidor, do qual as empresas extraem seu lucro e sua sustentação financeira. Uma empresa está interessada na expansão de sua base de consumidores, pois esta é a maneira mais eficiente de auferir mais lucros, razão de sua existência.

Até que a *Rede Globo* assumisse o controle das operações do futebol brasileiro, os

interesses de Mercado no futebol sempre tiveram sua trajetória interrompida pela instituição de regimes de Futebol de Estado: o regime de Futebol de Estado varguista se aproveitou do bom funcionamento do futebol profissional (uma prática de Mercado) no Brasil para promover o nacionalismo na ocasião da Copa de 1938, cujo sucesso foi um dos fatores inspiradores para a implementação do regime de Futebol de Estado em 1941.

O Regime Militar também se aproveitou da estrutura pronta do RGP para fazer o Campeonato Nacional, a partir de 1971, que foi uma ferramenta para estender o efeito nacionalista de apoio ao Governo Militar causado pela conquista do tricampeonato mundial de futebol, em 1970.

A assunção do controle das operações do futebol brasileiro por parte da *Rede Globo*, nos anos finais da década de 1980, marcou a inauguração de uma perspectiva de Mercado em detrimento de uma perspectiva de Estado em relação aos torcedores de futebol, pois ao passo que a perspectiva de Estado enxerga no torcedor uma *cidadania com potencialidades políticas*, a perspectiva de Mercado enxerga no torcedor apenas um *potencial de consumo*. Tal diferença é decisiva.

4.5. O destaque às causas exógenas de tumultos no futebol

Conforme mencionado no capítulo anterior, nos dois regimes de Futebol de Estado brasileiros os torcedores eram tratados pela mídia como uma categoria uniforme e relativamente homogênea em termos sociais. Sob abordagens distintas, os torcedores eram uma figura romantizada tanto por mídias de tendência política esquerdista/progressista, a exemplo da *Revista Placar*, quanto por mídias de tendência política direitista/conservadora, a exemplo d'A *Gazeta Esportiva*.

Os veículos de imprensa de tendência à esquerda descreviam as plateias de futebol como aquelas que se manifestavam livremente e de forma independente em relação ao Estado ditatorial. Os veículos de tendência mais à direita descreviam-nas como uma representação do amor pela Pátria e uma demonstração de brasilidade, de união do *povo* com suas tradições e – no limite – com seu governo.

Sendo consenso entre toda a mídia esportiva que as arquibancadas eram um retrato de um *povo* sofrido, devotado e abnegado, quando ocorriam tumultos nas plateias de jogos de futebol, a tendência da mídia era sempre inocentar a *torcida* e buscar causas exógenas para a explicação dos incidentes.

Nas páginas abaixo, examinar-se-á uma série de reportagens nas quais se pode notar o caráter concessivo e benevolente com o qual a mídia esportiva paulista – independentemente de sua linha ideológica – trata a “torcida brasileira”. O foco aqui é a maneira como os tumultos entre torcedores ocorridos nos estádios brasileiros eram abordados pela mídia esportiva. Para transmitir da forma mais fiel e menos enviesada possível a forma como isso se deu, optou-se pela transcrição de matérias inteiras. A transcrição de matérias jornalísticas inteiras será expediente frequente neste capítulo até seu final.

O primeiro caso digno de nota é também o mais antigo de que se tem notícia de tragédia em estádios de futebol no Brasil. Aconteceu na Vila Belmiro, Santos-SP, no ano de 1964, poucos meses após o início do Regime Militar:

Uma tarde sem sol: o futebol também chora

Sete minutos apenas de futebol. E de um futebol que prenunciava grandes coisas, grandes emoções. Mas o destino escreveu tudo diferente e, inclusive, tinha marcado alguns daqueles milhares e milhares de torcedores que, com enormes sacrifícios, tinham descido a serra para acompanhar o espetáculo sensacional. De repente, um estrondo, à direita das sociais da Vila Belmiro. Todas as vistas se voltaram para ali e um “frio de morte” desceu sobre o estádio: o alambrado em quase toda extensão por trás da meta onde estava o santista Gilmar, caía sobre o gramado, levado pela pressão do público numeroso, que se acotovelava para ver a peleja.

Uma rampa, de madeira, que servia para levar torcedores a um dos novos lances de arquibancadas da Vila, tinha cedido ao peso de milhares de espectadores enquanto, naturalmente, os que se espremiavam adiante devem ter pensado num desastre de maiores proporções, forçando em todas as direções e, então, acontecendo a pressão sobre a rede de arame. Vendo a queda, temeu-se pelo pior, pois, além dos que saltavam dos lances superiores, houve a corrida sobre o gramado. Mas houve calma, felizmente. Foram se vendo passar rapazes e crianças nos braços de policiais e até jogadores, uns sangrando e outros desacordados. Os médicos de Santos e Corinthians atenderam imediatamente e socorros foram requisitados enquanto como que uma debandada geral, no alto do novo lance onde ocorrera o desastre, com algum perigo, pois os torcedores corriam sobre outros torcedores, invadindo as arquibancadas ao lado. Felizmente, nada mais houve a registrar.

Ficou, porém, o choque emocional em todos.

A partida não poderia mesmo continuar. O árbitro Armando Marques, apesar da pressão que sofreu, manteve a decisão de interromper a partida, decisão acertadíssima, que a torcida, que permanecia no Estádio, recebeu silenciosamente, sem reclamações, compreendendo que o espetáculo não poderia mesmo continuar.⁴⁷⁵

A notícia acima fala de uma partida entre Santos e Corinthians no estádio da Vila Belmiro, marcada para o dia 20 de setembro de 1964. Essa partida marcaria a inauguração de um setor do estádio que esteve em construção até três dias antes do jogo em questão⁴⁷⁶.

A Federação Paulista de Futebol autorizou que a partida fosse realizada no estádio, e o Santos FC, dono do estádio e organizador da partida, permitiu o ingresso de mais de 30 mil pessoas.

Após apenas sete minutos de jogo, aconteceu que uma rampa de madeira que servia de acesso para a ala recém-construída cedeu ao peso de milhares de torcedores, o que causou pânico e fez com que os torcedores situados mais à frente forçassem o alambrado de arame, que cedeu à superlotação. Para desvencilhar-se da aglomeração, torcedores passaram por cima do alambrado caído e abrigaram-se no próprio campo de jogo. Houve, desespero, correria, pisoteamentos e mais de uma centena de feridos. Foi uma tragédia.

A cobertura midiática do acidente não colocou seus holofotes sobre os torcedores, mas sobre todos os outros os atores envolvidos na organização desse evento: os projetistas e executores da obra, que colocaram uma rampa de madeira com vigor insuficiente para sustentar uma multidão de pessoas; o clube, que não testou devidamente suas novas instalações antes de abrigar um grande público nelas; a federação, que consentiu com a realização de um evento deste porte num estádio não testado; e o clube (e federação) que venderam ingressos em maior quantidade que a capacidade do estádio, inclusive para o setor recém-reformado.

O caso da Vila Belmiro, em 1964, é importante por se tratar de um caso de acidentes

⁴⁷⁵ *A Gazeta Esportiva*, 21 de setembro de 1964, p. 9.

⁴⁷⁶ Cf. *GE*, 18/09/1964, p. 3.

ocorridos em estádios de futebol envolvendo torcedores e que se deu ainda fora do regime de Futebol de Estado dos militares. A parte a se destacar é que, em nenhum momento, a reportagem d'A *Gazeta Esportiva* sugeriu o dolo de torcedores como a causa do acidente.

A tendência notada em *A Gazeta Esportiva* em 1964 no caso da Vila Belmiro de atribuição de responsabilidade pelos acidentes acontecidos em meio às torcidas e torcedores a fatores exógenos à torcida e torcedores se repete em outros veículos de mídia para outros casos além do acima referido.

Após um incidente ocorrido no estádio do Morumbi, no ano de 1977, a *Revista Placar* questiona os procedimentos adotados pelo Coronel Erasmo Dias, responsável pelo policiamento de um jogo entre Corinthians e Palmeiras. A revista alega que a Polícia Militar estava ou em número muito pequeno ou ausente no estádio após uma hora e meia da abertura dos portões; a ausência de policiamento gerou as condições para que as torcidas dos dois clubes entrassem em confronto:

O secretário de segurança de São Paulo, coronel Erasmo Dias, passou a tarde de quarta-feira da semana passada explicando, frente aos microfones de diversas rádios, como seria o policiamento na partida Corinthians e Palmeiras, na decisão do segundo turno do campeonato Paulista. Falou tanto que esqueceu de mandar a PM mais cedo para o Morumbi: os portões foram abertos às 5 da tarde, e às 6 e meia começou a batalha das torcidas na arquibancada, sem que houvesse um único guarda no estádio. Com os torcedores armados de rojões, garrafas e longos mastros de bandeira, foi pura sorte não acontecer uma tragédia.⁴⁷⁷

Deve-se destacar que, a despeito da batalha entre torcidas – que, nas palavras da própria revista, por pouco não acabou em tragédia –, a *Revista Placar* questiona o Coronel Erasmo Dias, responsável pelo policiamento da partida, e não os próprios torcedores ou as torcidas envolvidas na briga pelo acontecido.

Além do caso do Morumbi, em 1977, há também o caso ocorrido em 1981, numa partida disputada entre Santos FC e Portuguesa, realizada no estádio do Canindé, São Paulo-SP:

Houve um anti-espetáculo patrocinado por soldados da PM que agrediram com requintada violência torcedores indefesos. [...] Soldados derrubavam torcedores santistas a golpes de cassetete, chutando-os com todo o vigor de suas botas. Cosme Damião, diretor da Torcida Jovem, foi literalmente lançado dez degraus abaixo. Quando parou de rolar, continuou a ser agredido por outros soldados. Companheiros seus que conseguiram vê-lo, após os incidentes, ficaram chocados com seus ferimentos. O repórter fotográfico Jorge Araújo, da *Folha de São Paulo*, documentou o massacre, mas não saiu ileso do espetáculo. Censores conscientes de sua própria maldade, os PMs arrancaram-lhe a máquina das mãos, só devolvendo-a ao final da partida. Logicamente, sem o filme operado.⁴⁷⁸

⁴⁷⁷ Cf. *Revista Placar*, 09 de setembro de 1977, p. 53.

⁴⁷⁸ Cf. *Revista Placar*, 21 de agosto de 1981, p. 06.

Esse caso é importantíssimo para os propósitos desta tese não somente pelo fato de apresentar uma situação em que violentos soldados da PM agrediram a “*torcedores indefesos*”; para além disso, a notícia de 1981 evidencia o porquê de tanta empatia da mídia esportiva brasileira com as torcidas e os torcedores de futebol: os jornalistas da mídia esportiva estavam numa situação de opressão tão evidente quanto os torcedores de futebol durante o Regime Militar. Pelas palavras da revista, ambos apanhavam dos representantes do Estado sem distinção, em casos de tumultos nos estádios.

Desse modo, pode-se dizer que, mais do que uma relação comercial de produção e venda de conteúdos esportivos, a relação entre torcedores e mídia esportiva se dava do lado civil, que se opunha a um Estado repressor. Da mesma forma como o Estado reprimia violentamente incidentes nas arquibancadas de estádios, o Estado também reprimia setores da mídia que pudessem denunciar essa situação (ou noticiar conteúdos com implicações negativas para o regime).

Enquanto a figura do Estado resiste como um inimigo que é comum à imprensa e aos torcedores que vão aos estádios de futebol, a relação de empatia entre as duas últimas partes persiste.

4.6. A tolerância da mídia esportiva com atos violentos de torcedores

O que há em comum entre os casos ocorridos no Estádio da Vila Belmiro, em 1964, do Morumbi, em 1977, e do Canindé, de 1981, é a identificação, por parte da mídia esportiva, de uma falha de algum ator exterior e independente dos torcedores, que causou – ou contribuiu para causar – um tumulto nas arquibancadas, a saber: no caso da Vila Belmiro, o jogo foi realizado num estádio recém-reformado, que não foi testado e com superlotação; no caso do Morumbi, não havia policiamento presente no estádio depois da abertura dos portões, o que possibilitou o conflito de torcedores dentro do estádio; no caso do Canindé é destacada a violência com a qual a Polícia Militar agride os torcedores no estádio.

Esses três casos são pontos fora da curva na cobertura jornalística do futebol nos anos 1960, 1970 e primeiros dois anos da década de 1980, no Brasil. Não é possível saber se por influência da censura nas redações dos jornais e revistas, ou se pelo simples fato de os tumultos nas arquibancadas efetivamente serem mais raros nesse período, mas o fato é que não é possível encontrar muitos registros de tumultos em estádios brasileiros nesse período. Quando eles se deram, é notável que a violência dos torcedores não esteve no centro da análise, muito embora em pelo menos dois deles (1977 e 1981) haja fortes indícios de que tenha sido justamente o comportamento violento de torcedores a causa do tumulto nas arquibancadas.

As ocorrências acima citadas representam aquelas circunstâncias em que a agência dos torcedores para a causa de tumulto nos estádios foi abstraída pela cobertura midiática dos eventos esportivos. Abaixo, serão apresentadas algumas situações em que a mídia esportiva não ignorou a agência de torcedores de futebol em tumultos ocorridos em estádios. A primeira notícia a ser apresentada nesse sentido diz respeito a um caso ocorrido no Estádio Palestra Itália, em 1973:

A noite da tragédia: reconstituição⁴⁷⁹

Um garotinho de 11 anos, carregado pelo pai, que enrolava a camisa na cabeça toda ensanguentada do filho, é um dos primeiros a dar entrada no Departamento Médico do Palmeiras.

Um senhor aposentado de 50 anos é amparado por dois amigos. Não podia andar, seu tornozelo está quebrado. Ele gemia de dor.

Um preto alto e forte, com a perna direita dobrada, procura não tocar o chão. Está amparado por um amigo e um policial militar.

Um senhor de 40 anos carrega, ajudado por outro mais jovem, uma menina de 12

⁴⁷⁹ *Folha de S. Paulo*, 6 de abril de 1973, p. 18.

anos, que chora de dor pelo braço quebrado. O homem mais velho também chora. É sua neta.

Um grupo de quatro jovens carrega um outro, mais velho. Este vem sorrindo apesar da perna quebrada. Parece satisfeito com o empate.

Um japonêsinho, de uns 15 anos, acompanhado por dois amigos de sua idade, vem mancando com uma mão enfaixada, pulou uma grade de 3 metros de altura, que separa o campo da piscina, e furou a mão em uma ponta de ferro. Seu tornozelo está bastante inchado.

Estas são apenas seis das 60 vítimas da tragédia de quarta-feira no Parque Antártica, no jogo entre Corinthians e Palmeiras. Segundo os médicos do Palmeiras, foram atendidos os seguintes casos: duas fraturas expostas; mais de 20 luxações sérias nos pés e calcanhares; 20 casos de escoriações generalizadas; cinco luxações totais de tornozelos (pés completamente virados para trás); duas pernas quebradas, dois braços quebrados, e duas pessoas com costelas trincadas. Os casos mais graves foram encaminhados para o Pronto-Socorro municipal da Prefeitura (Barra Funda) e, de lá, alguns foram libertados, outros internados em hospitais do INPS e no Municipal (da Prefeitura).

As versões: houve vaias dadas pelos torcedores, guardas, repórteres, etc. Uma delas, que inclusive fez parte do noticiário das rádios de ontem, era:

Depois do gol de empate, marcado por Alfredo, veio o de Fedato, que o juiz invalidou, baseado na marcação do bandeirinha. No lance, um torcedor corintiano teria dito: “Esse cara só faz gol na banheira e não adianta reclamar, desta vez não é o Armando Marques”.

Um palmeirense ao seu lado, que alguns dizem ser da polícia, saiu em defesa do seu time. Violentemente sacou de um revólver berrou: “Vai engolir o que disse!” Imediatamente, alguém por trás, com um pau da bandeira, deu-lhe uma pancada na mão que segurava o revólver. E a briga teria começado aí.

Outra versão: depois do gol de empate, a torcida corintiana, revoltada, começou a xingar os palmeirenses. E em determinado momento, tomaram e queimaram a bandeira de um torcedor do Palmeiras. Foi o que bastou para começar o tumulto.

Na polícia: as autoridades do 23º Distrito Policial, informavam ontem à tarde que não haviam instaurado inquérito sobre a briga do Parque Antártica, porque nenhum policial levou a ocorrência ao distrito. “A Polícia só tomou conhecimento do fato através do investigador de plantão no Pronto Socorro da Barra Funda”, comentou um investigador. Na delegacia de Perdizes foi registrado apenas o boletim de ocorrência, apesar de o Pronto Socorro da Barra Funda ter fornecido o nome de 18 torcedores que sofreram ferimentos e fraturas.

Os torcedores feridos foram levados do Parque Antártica para o Pronto-Socorro da Barra Funda em carros fretados pelo Palmeiras e Corinthians. Segundo informações de algumas vítimas, a polícia não conseguiu intervir logo no início do tumulto porque a maioria dos torcedores que corriam se colocaram junto à murada bloqueando assim a passagem.

Depois de terminada a briga nas arquibancadas, uma viatura da Polícia Militar apareceu no Parque Antártica e os policiais prenderam vários torcedores, que foram deixados em pontos diferentes da cidade. O último foi libertado na avenida Indianópolis e baleado na perna por um dos PMs. Socorrido por populares, o torcedor logo em seguida registrou queixa no 15º Distrito contra os policiais, que fugiram.

Ainda no Pronto Socorro da Barra Funda, o 23º Distrito recebeu, do investigador de plantão naquele PS, a informação de que foram mais de 56 feridos que passaram por lá. A maioria das vítimas não apresentava sintomas graves, e depois de medicadas

eram dispensadas. Os 18 casos mais graves, geralmente de fraturas, depois dos primeiros cuidados foram encaminhados a diversos hospitais.

Como no caso da Vila Belmiro em 1964, a primeira reação da mídia esportiva foi a de questionar as condições do estádio que recebeu o jogo, da organização e venda de ingressos por parte do clube mandante e da Federação estadual de futebol, e outros atores exógenos.

Ainda nas primeiras 24 horas de apuração do caso, a Federação Paulista se manifestou dizendo que um engenheiro tinha vistoriado o estádio em nome da entidade (FPF), em dezembro de 1970. O laudo emitido por este engenheiro autorizava o clube a receber até 31.704 pessoas em seu estádio.

A referida partida teve a presença de 30.585 pagantes, mais 385 menores de idade⁴⁸⁰, o que soma um total de 30.970 espectadores. Tendo sido o estádio vistoriado pela FPF e tendo a lotação máxima do estádio sido respeitada pelo clube mandante, ficou evidente que as circunstâncias deste tumulto foram bastante distintas em relação às que envolveram o tumulto na Vila Belmiro, em 1964, quando o descaso das autoridades competentes com a organização do jogo foi evidente.

A notícia da *Folha de São Paulo* menciona duas diferentes hipóteses para o começo do tumulto, que foi seguido por um confronto entre torcedores nas arquibancadas; ambas referem-se à provocação entre torcedores dos diferentes clubes que redundou em agressão física e num confronto de grandes proporções, que envolveu e feriu centenas de pessoas.

Isso significa que a única explicação para o incidente do Palestra Itália em 1973 são o clubismo e a violência partida dos próprios torcedores, que iniciaram um conflito que acabou por tomar grandes proporções.

A reportagem sobre o caso de 1973 é um dos raros registros do modo pelo qual, no ápice do regime de Futebol de Estado dos militares, a mídia se referia aos torcedores de futebol e às TOBR quando a agência desses era evidente, num caso em que houve muitos feridos.

Não existe na notícia transcrita acima nenhuma menção à TOBR, nem do SCCP, nem da SEP. Um leitor que baseasse sua opinião sobre o assunto apenas no que é reportado na notícia da *Folha de São Paulo* entenderia que as associações de torcedores nada tiveram a ver com o conflito do Palestra Itália, em 1973. Os feridos são de todas as idades, raças e sexos, sugerindo que pessoas aleatórias acabaram machucadas no evento.

O jornal levanta hipóteses para explicar a causa do tumulto, mas conclui a reportagem

⁴⁸⁰ Cf. *Folha de S. Paulo*, 06 de abril de 1973, p. 18.

sem apontar um culpado. Seguindo a linha que ficaria clara nas páginas da *Revista Placar* que reportaram o conflito do Canindé, em 1981, o único ato de violência cujo perpetrador é identificado teria sido justamente um praticado por um policial militar, acusado de ter atirado na perna de um torcedor desarmado após transportá-lo pela cidade.

Embora as associações de torcedores não sejam sequer mencionadas pelo jornal, elas são o alvo da punição do Estado pelo ocorrido no jogo. Após a briga, a Polícia Militar decidiu suspender temporariamente a entrada de todos os materiais de torcida nos estádios. Isso englobava bandeiras, instrumentos musicais, papel picado, serpentinas, entre outros⁴⁸¹.

Além das restrições a materiais, o policiamento ordenou que as baterias das torcidas somente tocassem antes do jogo, durante o intervalo ou depois do gol⁴⁸². Por fim, decidiu-se também que as torcidas já não mais poderiam colocar-se aleatoriamente em qualquer posição no estádio, mas deveriam posicionar-se no setor previamente definido em acordo com as autoridades. Além das punições dirigidas às TOBR, a consequência mais importante desse tumulto foi que, desde então, nunca mais um Derby paulista foi disputado no estádio da Sociedade Esportiva Palmeiras⁴⁸³. Toda as sanções impostas pelo Estado às TOBR levam a crer que o primeiro atribuiu às últimas a responsabilidade pela situação ocorrida no Parque Antártica no mês de abril de 1973.

Um mês após o incidente, o coronel Ernani do 29º Batalhão da Polícia Militar convidou os presidentes das TOBR de São Paulo para uma reunião. Nessa reunião entre Poder Público – representado pela PM – e representantes das TOBR de SP estiveram presentes Nilson Clemente da TUSP, SPFC; Antônio Carlos da TUP, SEP; Cláudio Faria da Camisa 12, SCCP; Edson, Santos FC; Flávio La Selva da Gaviões da Fiel, SCCP; Ricardo Rappi da Torcida Independente, SPFC⁴⁸⁴.

O caso de 1973 evidencia que o Estado já dedicava muito mais atenção aos atos de violência praticado pelas associações de torcedores do que a própria mídia esportiva, que tendia a eximir os torcedores e as TOBR da culpa por acidentes e tumultos em estádios de futebol, colocando-as como pertencentes ao contexto onde se davam os incidentes de violência, mas não as apontando como protagonistas ou responsáveis por esses mesmos acontecimentos.

Em 1973, a cobertura foi feita de modo a destacar uma série de outros fatores presentes

⁴⁸¹ Cf. *GE*, 20/05/1973, p. 4.

⁴⁸² Cf. *GE*, 20/05/1973, p. 4.

⁴⁸³ Houve ainda um jogo de um torneio menor, a Taça Governador do Estado de São Paulo, jogado por SCCP e SEP no Estádio Palestra Itália no dia 21 de Janeiro de 1976. Depois dessa data, os dois clubes só voltaram a se enfrentar no estado no ano de 2015, após o estádio ser reformado e rebatizado para Allianz Parque.

⁴⁸⁴ Cf. *GE*, 20/05/1973, p. 4.

no incidente, mas diminuir a agência das TOBR. Outro expediente utilizado pela mídia esportiva brasileira para não produzir uma conexão forte entre TOBR e violência era uma “folclorização” da violência praticada por essas associações. Um caso onde isso fica evidente é a reportagem feita em 1976 pela *Revista Placar* com alguns torcedores da Ponte Preta. O primeiro entrevistado, Pára-Quedas, descreve as dificuldades envolvidas em alugar um ônibus para acompanhar o time em lugares distantes de Campinas:

Existe um problema para alugar ônibus, porque as empresas sempre ficam com medo de haver um apedrejamento. E até para fazer uma parada na estrada em algum restaurante está difícil, porque os proprietários ficam com medo de que a gente vá fazer alguma desordem.⁴⁸⁵

Pára-quedas relata o temor de empresas de transporte para conduzir torcedores da Ponte a lugares distantes, porque frequentemente eram recebidos a pedradas por torcidas rivais. Contudo, ao mesmo tempo em que os pontepretanos eram maltratados quando se dirigiam a estádios de adversários, tampouco recebiam de forma pacífica os torcedores dos clubes que iam jogar contra seu clube, em Campinas. Diz Brandão que “*quando a torcida do adversário vem com paz e a Ponte ganha o jogo, não tem pau.*”⁴⁸⁶.

A fala de Brandão leva a crer que eram poucos os jogos em que não havia enfrentamento entre torcidas, fosse em Campinas, fosse fora da cidade. Quando em situação de visitantes, os pontepretanos eram recebidos com pedradas; quando na situação de mandantes, somente não havia briga se a torcida adversária viesse em paz e se a AAPP ganhasse o jogo. A partir das falas de Pára-Quedas e Brandão, imagina-se que havia briga de torcidas em praticamente todos os jogos jogados pela Ponte Preta.

A despeito dessa situação, a *Revista Placar* não assume uma postura condenatória perante os dois torcedores que entrevista. Pelo contrário, colocam-nos numa matéria cujo título é “*A Ponte para o povo*”.

A menção a situações de violência nas quais Brandão, Pára-quedas e sua torcida são protagonistas não é um problema para *Placar*. Mais importante que situações de violência ou não, a imagem que se produz desses atores é de abnegação, patriotismo e lealdade, em suma, sempre atributos positivos. Mesmo que haja violência, mesmo que haja tragédias nos estádios do país, mesmo que haja mortos e feridos por conta da violência – como de fato houve –, eventos negativos nunca tinham destaque em relação às virtudes dos torcedores.

⁴⁸⁵ Fala do torcedor [vulgo] Pára-quedas à *Revista Placar*, 10 de Dezembro de 1976, pp. 42-4.

⁴⁸⁶ Fala do torcedor Brandão à *Revista Placar*, 10 de Dezembro de 1976, pp. 42-4.

Simpática à figura do torcedor, seu principal consumidor, a mídia esportiva do final da década de 1970 e início da década de 1980 não possuía nenhum tipo de restrição com as TOBR. Muito pelo contrário, aliás, a mídia progressista olhava para as associações de torcedores como atores contestadores da autoridade – dos clubes, no caso – e lhes davam suporte político na luta contra dirigentes.

Em setembro de 1977, por exemplo, a *Revista Placar* dirige-se nominalmente à torcida Gaviões da Fiel, do Corinthians, para denunciar um acordo do presidente Vicente Matheus com a Loja da China Comércio de Enfeites Ltda., no qual o representante do clube dava à concessionária o direito de exclusividade na exploração da imagem do emblema do clube – o que englobava bandeiras e acessórios usados por torcedores, inclusive: “*Atenção Gaviões!!! Com a grana dessa mamata [o acordo entre SCCP e Loja da China], o [presidente Vicente] Mateus deve estar equipado para comprar até o Zico. Pena que vai sobrar aporrinhção para a torcida.*”⁴⁸⁷

Também no ano de 1977, a revista publica em suas páginas uma carta de protesto da Torcida Jovem do Santos, na qual é dirigida uma contestação ao então presidente do clube, Modesto Roma:

A Torcida Jovem, por exemplo, como as demais torcidas organizadas do Santos, deve comparecer, mas não quer que sua presença seja interpretada como uma forma de apoio aos atos da administração do clube e à própria maneira de atuar do time. Sem deixar de ir aos estádios, as torcidas organizadas pensam em uma forma de protesto. E vai ser triste ver as arquibancadas tomadas por uma gente sem estímulo para gritar, para agitar suas bandeiras.⁴⁸⁸

De meados dos anos 1970 até o início dos anos 1980, a *Revista Placar* era uma convicta entusiasta das TOBR. Ela cobria boa parte de suas atividades, desde os blocos carnavalescos⁴⁸⁹ organizados pelas TOBR, até o movimento por eleições diretas, conhecido como “Diretas Já!”, em cujas passeatas as torcidas Gaviões da Fiel e Torcida Jovem do Santos tiveram protagonismo⁴⁹⁰.

Além do incentivo e do fomento de muitos setores da mídia esportiva, durante toda a década de 1970, as TOBR gozaram de uma liberdade associativa rara no país devido ao fato de constituírem-se em associações civis cuja atividade era interessante do ponto de vista do regime

⁴⁸⁷ *Revista Placar*, 23 de setembro de 1977, p. 66.

⁴⁸⁸ *Carta aberta ao senhor presidente*. Autoria desconhecida. Publicada pela *Revista Placar* em 28 de outubro de 1977, p. 33.

⁴⁸⁹ Cf. *Revista Placar*, 23 de fevereiro de 1979, pp. 12-4.

⁴⁹⁰ Cf. *Revista Placar*, 03 de fevereiro de 1984, p. 27.

de Futebol de Estado vigente nessa década. No entanto, a condescendência do Regime Militar com as TOBR não significa que os militares (por meio da PM) não adotassem posturas violentas e abusivas contra as TOBR em certas circunstâncias.

Ademais de um Estado relativamente apoiador da ação das TOBR, até a primeira metade da década de 1980, elas contaram com certo apoio ideológico dos setores da mídia esportiva brasileira que as enxergavam como uma expressão da população civil reprimida contra o Estado Militar opressor. Maculá-las implicava, automaticamente, em legitimar um discurso que favorecia a violência policial e a brutalidade das Forças Armadas, que tratava torcedores e jornalistas opositores ao regime da mesma forma.

4.7. O torcedor como consumidor

A sintonia entre mídia esportiva e TOBR se manteve com vigor até a metade da década de 1980, quando algumas importantes mudanças aconteceram no cenário político e esportivo brasileiro.

Possivelmente o marcador mais importante é a saída de João Figueiredo, o último dos presidentes militares, da Presidência da República no dia 15 de março de 1985. Como se viu em capítulos anteriores, a saída dos militares do Poder Executivo implicou o fim do lastro político para a sustentação das estruturas institucionais erguidas pelo Regime Militar.

Para os propósitos desta tese, a mais importante das estruturas de governo dos militares que ficou sem lastro, a partir da segunda metade dos anos 1980, foi a estrutura de Futebol de Estado que comandou o esporte brasileiro até então, mas a partir desse momento passou a caminhar no sentido do Mercado tanto no âmbito da Seleção Brasileira quanto no âmbito do futebol de clubes.

Sobre as TOBR, é possível argumentar que elas cresceram vertiginosamente entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980. Boa parte desse crescimento pode ser atribuída à publicidade positiva que era conferida às TOBR pela imprensa esportiva nesse período. A própria Gaviões da Fiel, que em 1969 – ano de sua fundação – não reunia sequer uma centena de associados, no ano de 1983 já possuía mais de dez mil sócios⁴⁹¹.

O fim do Regime Militar trouxe consigo a volta dos direitos civis e das liberdades individuais em sua plenitude, algo que não era vivenciado no país há duas décadas. Da perspectiva da mídia, a maior mudança trazida pelo fim do Governo Militar foi o retorno da liberdade de imprensa e o fim da repressão policial aos jornalistas.

Diante disso, a relação entre torcedores e jornalistas esportivos também foi alterada em seu fundamento: enquanto o Regime Militar esteve em vigor censurando a imprensa e controlando a quase totalidade das atividades sociais realizadas em território brasileiro, estabeleceu-se nas mentalidades dos cidadãos a seguinte dicotomia: de um lado, os que pertencem ao Estado, isto é, os militares e uma pequena elite civil; do outro lado, os que não pertenciam ao Estado, que era a esmagadora maioria dos civis.

Quando levada para o esporte, essa dicotomia colocava, de um lado, torcedores, jornalistas e jogadores; de outro, todos aqueles que compunham a estrutura administrativa do regime de Futebol de Estado dos militares. Era exatamente essa dicotomia a raiz da união entre

⁴⁹¹ Cf. *Revista Placar*, 15 de julho de 1983, p. 50.

torcedores e mídia esportiva que se verifica na matéria da *Revista Placar* no caso do incidente Canindé em 1981:

É verdade que antes a PM agredia, com igual furor, jornalistas que testemunhavam seus massacres. Agora, limita-se a velar seus filmes, e isso não deixa de ser um progresso. Quem sabe, um dia, um oficial mais sensato ordenará a seus soldados que não espanquem gente indefesa.⁴⁹²

No excerto da *Revista Placar*, pode-se tomar o termo “*gente indefesa*” como algo que envolve tanto torcedores de futebol quanto jornalistas esportivos, que estavam sujeitos à violência policial durante um jogo de futebol. Em tempos de repressão dentro e fora dos estádios, fazia muito sentido que jornalistas estivessem do mesmo lado que os torcedores.

Nesse sentido, o fim do Estado repressor, em 1985, significou a morte de uma entidade hostil tanto a torcedores quanto a jornalistas esportivos. Além do fim da existência do “inimigo comum” a jornalistas e torcedores, o consequente deslocamento do futebol brasileiro para um regime para Mercado promoveu uma mudança na função exercida pela imprensa em geral no esporte brasileiro, notadamente o futebol.

Em tempos de Futebol de Estado, a mídia esportiva cumpria o papel de mediadora entre Estado e torcedores, tomados por este último como cidadãos e/ou eleitores; encerrado o regime de Futebol de Estado, a mídia se tornou, ela própria, a principal operadora do futebol brasileiro. A partir do momento em que a mídia – por meio da *Rede Globo* – se tornou a proprietária dos direitos comerciais do futebol brasileiro, torcedores e mídia esportiva passaram a estar em lados opostos. A mídia se tornou a proprietária e a produtora do espetáculo do futebol, ao passo que os torcedores assumiram – perante a *Rede Globo* e a mídia esportiva em geral – o papel de *consumidores*.

O futebol brasileiro passava, portanto, por um processo de simultânea despolitização – decorrente do fim do regime de Futebol de Estado – e mercantilização – decorrente da transformação do futebol em um *produto* sob a égide do C-13 e da *Rede Globo*.

Tendo perdido grande parte do significado político construído a seu redor por dois regimes de Futebol de Estado (o varguista e o militar) e cinco décadas de existência de uma estrutura estatal de poder para a gestão do esporte em nível nacional – cujo maior expoente era o CND – o futebol passava a ser controlado por uma empresa capitalista (a *Rede Globo*), cujo objetivo era tornar o esporte em um produto lucrativo.

Essa transição afetou diretamente a relação dos torcedores com o esporte por uma razão

⁴⁹² *Revista Placar*, 21 de agosto de 1981, p. 06.

simples: ser torcedor de futebol durante o Regime Militar não significava necessariamente apoiar o governo ditatorial, mas sim estar vinculado afetivamente com uma atividade que era gerida pelo Estado e que carregava uma mensagem de nacionalismo e patriotismo que era interessante aos propósitos do regime. Num contexto em que o futebol frequentemente ocupava o posto de representante da Nação, em substituição, inclusive, ao próprio governo, a passionalidade exacerbada dos torcedores era não somente tolerada, mas incentivada, tanto pelas campanhas do Estado *via* AERP quanto pela mídia esportiva.

Os estádios construídos, nesse período, foram desenhados para receber enormes quantidades de gente – e, de fato, recebiam –, a despeito das péssimas condições de higiene, transporte, alimentação e organização. Estádios cheios e o fomento da passionalidade futebolística dos torcedores eram, portanto, elementos fundamentais para que os objetivos de legitimação visados pelos governantes militares por meio do Futebol de Estado fossem alcançados.

Entretanto, do ponto de vista do Mercado nenhum desses elementos é fundamental para que seus objetivos com o controle das operações do futebol fossem alcançados. Em primeiro lugar, porque o Mercado não atribuía mesma importância que o Estado à intensidade do vínculo possuído pelo torcedor com seu clube ou com sua Seleção Nacional. Os publicitários de empresas como *Volkswagen*, *Coca-Cola*, *Bradesco* e *Unilever*, em suas decisões sobre o quanto investir em cotas de patrocínio para futebol, não estão interessados em quão apaixonados os torcedores são por seus respectivos clubes, mas na quantidade de espectadores atingidos por suas peças publicitárias. Com efeito, a qualidade da mensagem será veiculada para tornar a maior parte de espectadores em consumidores dos produtos oferecidos por sua empresa.

Nesse processo, o futebol deixa de ser dedicado ao torcedor apaixonado e passa a ser direcionado para o espectador de futebol que possui algum poder de consumo e, portanto, potencial para produzir retorno financeiro aos investimentos dos patrocinadores.

4.8. A ruptura entre mídia esportiva e TOBR

Enquanto os interesses de Mercado no futebol brasileiro se articulavam com uma intensidade inédita, as TOBR continuavam gozando da benevolência do Estado em relação a suas associações e atividades.

Sabe-se que, desde o AI-5 até os anos 1980, as TOBR gozaram de forma praticamente exclusiva de uma liberdade associativa que não era concedida nem a sindicatos e partidos políticos e nem a uniões de estudantes, por exemplo. Além da permissividade do Estado, sabe-se que a mídia esportiva tampouco condenava torcedores e/ou associações de torcedores, preferindo atribuir eventos de violência que as envolviam a causas contextuais, estruturais ou exógenas, mesmo quando a agência violenta dos torcedores era, evidentemente, a causa do problema em questão.

O quadro no início dos anos 1980 era, portanto, o seguinte: a violência entre torcedores já era relativamente frequente nos estádios. O Estado – *via* Polícia Militar – reprimia o que conseguia ver, mas não agia no sentido de controlar as ações das TOBR. A mídia esportiva de tendência progressista e de esquerda olhava com simpatia para as TOBR pelo fato de essas serem compostas por civis que eram tão reprimidos pela Polícia Militar quanto os próprios jornalistas. Muitas vezes davam espaço em seus veículos para a divulgação das atividades ou dos encontros das TOBR.

A publicidade dada às TOBR pela mídia esportiva aliada à carga normativa positiva atribuída a elas pelo regime de Futebol de Estado fizeram com que a quantidade de associados das TOBR aumentasse significativamente entre o fim dos anos 1970 e o início dos 1980. Além disso, a ausência de controle nos conflitos entre torcedores nesse período fez com que a relação entre as TOBR ficasse cada vez mais conflituosa com o passar do tempo. Os confrontos entre torcedores se tornaram mais frequentes a partir do final dos anos 1970. Como a maioria dessas brigas se dava em grupos, o desenvolvimento de uma lógica de defesa a ataques de torcidas rivais acabou por se tornar uma questão de sobrevivência individual e institucional no mundo das TOBR pelo fato de um grupo organizado tender a levar vantagem sobre um grupo desorganizado numa ocasião de batalha entre ambos.

A consequência disso foi que a preparação para a violência acabou por entrar, gradualmente, na rotina das TOBR. Em algum momento dos anos 1980, passou a ser uma das funções da torcida organizada a de unir e proteger seus componentes de ataques de torcidas rivais em situações de jogo. Aqueles que não se unissem para combater as agressões externas

estariam vulneráveis ao domínio físico de uma torcida organizada rival. Quanto mais intensos e frequentes os conflitos, maior a necessidade de organização para a defesa. Quanto mais feridos por uma torcida, durante uma briga em estádio, maior a vontade de vingança da outra torcida, no jogo seguinte.

A organização se tornou então um imperativo entre torcedores, inclusive no sentido de autopreservação. Em parágrafos anteriores, citou-se os números da torcida Gaviões da Fiel, mas o crescimento em número de associados não foi exclusividade da torcida corintiana: todas as associações de torcedores passaram por um crescimento de associados muito significativo entre o fim da década de 1970 e o início dos anos 1980. Em meados dos anos 1980, a maior parte delas já estava consolidada e com um grande número de associados.

As menções a brigas de torcidas em jornais dispararam durante a década de 1980. É interessante notar, porém, que a abordagem midiática dada a esse tipo de incidente, a partir de 1985 – quando o Regime Militar já havia acabado –, mudou radicalmente em relação ao que era feito até então.

Os anos de 1984 e 1985 marcaram o fim da lua de mel entre imprensa e associações de torcedores. Por um lado, conforme foi mencionado, os confrontos se tornavam mais violentos e as associações mais moldadas para o enfrentamento físico contra outros grupos de torcedores. Por outro lado, a escalada da violência entre associações de torcedores acabou fazendo com que, por vezes, membros da própria imprensa fossem também alvos de agressão. Foi também nesse período que algumas TOBR começaram a se mostrar mais beligerantes do que o aceitável nos limites da *romantização* do torcedor.

O primeiro caso de destaque em relação à violência das torcidas organizadas aconteceu em agosto de 1985. A Polícia Militar apreendeu com associados de uma TOBR, a Torcida Uniformizada do Palmeiras (TUP), bombas de fabricação caseira. Essas bombas teriam por finalidade ingressar no estádio do Pacaembu num jogo contra o Corinthians, e possivelmente se destinavam para ser lançadas na direção da torcida adversária. O caso das bombas da TUP foi o primeiro que mereceu atenção especializada da mídia em relação à violência praticada por uma torcida específica, muito embora o ato não tenha se consumado por conta da intervenção da Polícia Militar. Esse capítulo acendeu o sinal de alerta da imprensa em relação aos torcedores:

A ideia de um grupo uniformizado, organizado para torcer por um time é absolutamente salutar. Mas, infelizmente, o espírito está inteiramente distorcido. E não é de hoje. Ontem, novamente, a PM conseguiu provar que esses grupos (a maioria) formam verdadeiros pelotões de choque, preparados para o combate [...] atuam e agem armados com facas, revólveres, canos de ferro, pedaços de pau e por

incrível que pareça: com bombas poderosas [...] a PM, responsável pela segurança nos estádios, precisa articular desde já um plano para aniquilar com esses arsenais, sob pena de num jogo tenso, nervoso, a arquibancada explodir.⁴⁹³

Nos meses seguintes, a relação entre imprensa e associações de torcedores só piorou.

Em setembro do mesmo ano, após um jogo entre Guarani e Palmeiras, em Campinas, houve briga entre as torcidas dos dois clubes. A essa altura, isso já não era novidade para ninguém. A novidade foi que, encerrado o confronto entre torcedores, um grupo de torcedores palmeirenses invadiu o vestiário do clube com um ferido, e exigiu que o ônibus do clube o levasse ao hospital. Eduardo Luiz, o repórter da Bandeirantes, foi perguntar ao médico do clube o que havia ocorrido, e os torcedores não gostaram do interesse do repórter pelos assuntos da torcida. Conta-se que, então, dois torcedores o agrediram. No processo, o jornal percebeu que os torcedores envolvidos nesse caso eram os mesmos que estavam implicados no caso das bombas do Pacaembu⁴⁹⁴.

A associação dos mesmos torcedores a dois casos de violência ocorridos em dois meses seguidos com a agressão a um membro da imprensa estremeceu a relação entre as partes. A violência contra funcionários de veículos de comunicação também serviu para aguçar sua percepção e, conseqüentemente, sua avaliação do fenômeno. Dois dias depois desse episódio, a *Gazeta Esportiva* publicou o seguinte editorial:

Não podemos mais permitir que a festa do futebol se transforme numa guerra. Não podemos aceitar que a beleza plástica do futebol seja substituída por selvagens socos e pontapés. Enfim, precisamos iniciar uma cruzada pela paz. Dentro e fora de campo. A partir de hoje, a “Gazeta Esportiva” coloca suas páginas à disposição daqueles que têm ideias e sugestões objetivando por um fim na violência em nossos estádios. Pelo bem do futebol, esporte Rei deste país.⁴⁹⁵

No mesmo dia, a Associação dos Cronistas Esportivos do Estado de São Paulo (Aceesp) escreveu uma carta à própria Sociedade Esportiva Palmeiras na qual se queixava da falta de segurança de profissionais de imprensa em dias de jogos do clube, de modo que três repórteres já haviam sido ameaçados e um – Eduardo Luiz Ligeirinho – efetivamente agredido⁴⁹⁶.

Ainda nesse período, o corintiano Cláudio Ribeiro, presidente da torcida Coração, do SCCP, tentou agredir o jornalista Severino Pereira Júnior, do *Popular da Tarde*, por uma nota publicada no jornal em que era acusado de ser um torcedor profissional, isto é, que tirava seu

⁴⁹³ A *Gazeta Esportiva*, 19 de agosto de 1985, p. 4.

⁴⁹⁴ A *Gazeta Esportiva*, 24 de setembro de 1985, p. 5.

⁴⁹⁵ Editorial de A *Gazeta Esportiva*, 24 de setembro de 1985, Capa.

⁴⁹⁶ Cf. A *Gazeta Esportiva*, 24 de setembro de 1985, p. 2.

sustento do clube⁴⁹⁷.

Além de Eduardo Luiz, da *Bandeirantes*, e de Severino Pereira Júnior, do *Popular da Tarde*, o radialista Pinheiro Neto, da cidade de Santos, também foi agredido por um torcedor: por ocasião de um jogo entre Santos e Marília, realizado na Vila Belmiro, o presidente da torcida *Sangue Santista*, Alberto Oliveira Júnior, deu dois socos no radialista que acusava-o de não trabalhar e de tirar seu sustento do clube por meio de sua torcida⁴⁹⁸.

Como se não bastassem os casos acontecidos no estado de São Paulo, ainda em setembro de 1985, um cinegrafista da *Rádio Globo*, do Rio de Janeiro, Dadá, foi agredido por um membro de uma torcida organizada do Flamengo⁴⁹⁹.

Somente no mês de setembro de 1985, portanto, há o registro de quatro agressões a membros da imprensa esportiva perpetrados por membros de TOBR. A partir do momento em que a violência das TOBR – até então relegada a segundo plano ou tratada pela imprensa como um exotismo desse tipo de associação civil – passou a vitimar também membros da própria imprensa esportiva, a lua de mel entre as partes acabou. Desse momento em diante, as abordagens contextual e estrutural deram lugar a uma abordagem direcionada para a agência dos torcedores, que agora passavam a ser apontados como responsáveis e culpados pelos atos de violência nos estádios de futebol.

N’A *Gazeta Esportiva*, a primeira reação a isso se deu logo no mês seguinte: em outubro de 1985, o jornal lançou a campanha “Pela Paz no Futebol”, caracterizada pela separação de uma seção do jornal diário para a publicação da opinião de leitores interessados em fazer propostas para pacificar o ambiente nos estádios brasileiros.

A criação da seção “Pela Paz no Futebol”, na *GE*, em outubro de 1985, é um atestado histórico de que, em outubro de 1985, a violência de torcidas organizadas em estádios de futebol já era uma questão para a imprensa esportiva.

Ao passo que a imprensa esportiva passou a associar a maioria dos casos de violência nos estádios à presença das TOBR, três mudanças essenciais na relação entre mídia esportiva e torcidas de futebol foram produzidas.

A primeira delas é que as TOBR passam a ser dotadas de *agência social*: se até então as explicações para entreveros acontecidos dentro do público de uma partida de futebol possuíam um viés exógeno, a partir da constatação de que as TOBR e seus membros eram os principais responsáveis pelos incidentes nos estádios, a imprensa passou a nomeá-los e

⁴⁹⁷ Cf. *Revista Placar*, 13 de setembro de 1985, p. 24.

⁴⁹⁸ Cf. *Revista Placar*, 13 de setembro de 1985, p. 25.

⁴⁹⁹ Cf. *A Gazeta Esportiva*, 24 de setembro de 1985, p. 20.

responsabilizá-los em vez de dirigir a crítica à estrutura que envolveu o evento ou sua organização. As causas para os conflitos passaram a ser compreendidas de forma endógena às TOBR.

A segunda é que a violência perpetrada pelas TOBR nos estádios passou a ter destaque nos jornais, o que não ocorria até então. Conforme mostramos anteriormente, enquanto a imprensa tomava a *torcida brasileira* como uma categoria homogênea que era a genuína representante do *povo brasileiro*, era um sacrilégio dirigir qualquer tipo de crítica a essa gente, que se submetia a todos os tipos de dificuldades para acompanhar uma partida de futebol. As críticas direcionavam-se principalmente a dirigentes de clubes, dos *governing bodies* ou mesmo a agentes do Estado – policiais militares, na maioria das vezes. Quando a violência das TOBR atinge setores da própria imprensa, a violência das TOBR é deslocada das margens para o centro da pauta jornalística esportiva.

A terceira e mais importante é que a *torcida brasileira*, até então tomada de forma homogênea, unívoca e idealizada passou a ser categorizada e dividida pela mídia. Essa divisão foi consagrada por Juca Kfourri, editor da *Revista Placar*, em 30 de agosto de 1985. De um lado foi colocado o *torcedor comum*, o *verdadeiro torcedor*⁵⁰⁰. Do outro, foram colocados os torcedores organizados.

O jornalista trata as duas categorias como opostas e irreconciliáveis, de forma que os primeiros se sentem inseguros e ameaçados nos estádios pela presença dos segundos. No título de sua matéria, o autor fala “é preciso desorganizar a torcida”⁵⁰¹. Este artigo de Kfourri é o marcador de uma mudança de postura dos veículos de imprensa em geral em relação aos torcedores e torcidas. Cria-se o estereótipo da *boa torcida*, que é recheado de reminiscências da compreensão estadonovista ligada à descrição de João Lyra Filho e Thomaz Mazzoni, e que também possuía vigor em setores mais conservadores da imprensa esportiva durante a ditadura militar, em oposição ao estereótipo da *má torcida*, ápodo atribuído às TOBR, de 1985 em diante.

O construto da *torcida brasileira*, quando usado durante a Era Vargas ou durante o Regime Militar, se referia à grande massa torcedora presente nos estádios, e muitas vezes era usada em sinonímia com a expressão “povo brasileiro”. As ações do regime de Futebol de Estado dos militares se destinavam à tal *torcida brasileira*, que aos olhos da mídia esportiva daquele tempo era alegre, patriota, abnegada, altruísta, resistente, apaixonada. Era uma

⁵⁰⁰ Cf. *Revista Placar*, 30 de agosto de 1985, p. 15.

⁵⁰¹ Cf. *Revista Placar*, 30 de agosto de 1985, p. 15.

categoria que refletia exatamente a imagem que o governo queria construir em relação ao “povo brasileiro”.

Do ponto de vista analítico, porém, a principal característica do constructo da *torcida brasileira* é a *passividade*. A massa torcedora não se importava em tomar chuva, tomar sol, ter que caminhar dezenas de quilômetros, ficar sem ingresso – ou ter que pagar um valor mais caro que o anunciado – perder horas na fila para comprar ingresso e para entrar no estádio. A massa torcedora não tem *agência*. Nem mesmo para revoltar-se. Aos olhos da mídia esportiva, até a década de 1980, nem mesmo as brigas entre torcedores que aconteciam nas arquibancadas por motivos clubistas tinham sua causa atribuída à agência dos torcedores e TOBR, mas sim a fatores exógenos, preferencialmente a Polícia Militar ou a organização dos eventos.

A característica analítica que opõe as TOBR à *torcida brasileira* é justamente a sua capacidade de agência. Torcidas organizadas possuem um nome próprio, um símbolo próprio, um presidente próprio, uma estrutura política interna própria e, certamente, interesses próprios. Elas não se confundem nem com seus respectivos clubes nem com a *torcida brasileira* e fazem questão de ter seu nome conhecido e registrado como algo distante da aglomeração referida como *homogênea* das arquibancadas. Além disso, elas têm no protesto e na cobrança seus principais mecanismos de ação em relação a seus clubes e a entidades vinculadas ao campo futebolístico, como as federações e a própria CBF.

Num primeiro momento, a agência política das torcidas organizadas foi muito bem recebida pelos veículos de comunicação, especialmente a *Revista Placar*, que identificou nessas associações um viés político contestador e progressista ausente na própria sociedade brasileira dos anos 1970.

Ocorreu, porém, que a agência das associações de torcedores não parou nas ações politizadas contra dirigentes corruptos e jogadores e técnicos indolentes. O clubismo, razão de existência de um torcedor ou de uma TOBR enquanto tal, levou a conflitos – físicos, inclusive – entre torcedores de diferentes clubes. Dessa forma, as associações de torcedores adquiriram uma característica suplementar à politização, que com o passar do tempo acabou por se tornar ainda mais definidora de seus respectivos perfis associativos: a preparação para a violência e o conflito físico com outras associações de torcedores.

Enquanto a imprensa estava com as TOBR e torcedores contra o Regime Militar, a característica do conflito ou foi omitida ou tratada como uma excentricidade, ou mesmo como uma virtude. Quando a violência das torcidas se voltou contra a própria imprensa, o discurso se inverteu: onde, antes, se via virtudes passou a se ver vícios.

A cisão da categoria *torcida brasileira* em duas – a saber: os membros das TOBR,

violentos, e os outros todos, pacíficos – feita pelo editor da *Revista Placar* é uma evidência de que mesmo a imprensa esportiva progressista já não olhava para as arquibancadas dos estádios de futebol sob a mesma perspectiva de outrora.

Havia, em meio ao *povo*, causadores de desarmonia, desentendimentos e violência. Esses eram os torcedores organizados. O uso da expressão “*desorganizar a torcida*” por parte de Kfoury é sintomático, pois deflagra o anseio do colunista e de significativa parte da imprensa esportiva que lhe foi contemporânea pela volta da *torcida brasileira* como ela era enxergada até o início dos anos 1980: homogênea, unívoca e abnegada em relação a seus clubes e à Seleção Brasileira de futebol.

O discurso do colunista aponta para algo que não era percebido pela imprensa esportiva em geral – inclusive, a *Revista Placar* – em anos anteriores: a heterogeneidade presente na *torcida brasileira* nos estádios de futebol.

A categoria *torcida brasileira* – construída como um sinônimo de *povo brasileiro*, como explicado anteriormente – era um recurso, uma construção bastante útil para a própria imprensa esportiva – tanto progressista quanto conservadora – enquanto vigeu o regime de Futebol de Estado dos militares.

Sabe-se, contudo, que desde o momento em que os públicos de futebol deixaram de ser compostos exclusivamente por associados dos clubes, entre os anos 1910 e 1920, o conjunto de pessoas que comparecia aos campos de futebol nunca mais foi homogêneo. A primeira geração das TOBR, surgida durante o regime de Futebol de Estado varguista, nos anos 1940, com o propósito de *educar* os assistentes não-associados, foi criada para dar *distinção* aos torcedores associados em meio à massa torcedora, que deveria tomá-los como modelo de comportamento nos estádios. A simples existência da primeira geração das TOBR já era, em si, uma afirmação da heterogeneidade na *torcida brasileira*.

Para os propósitos políticos de um regime de Futebol de Estado que quer promover o nacionalismo, não é interessante destacar as diferenças, mas a harmonia. O conceito da *torcida brasileira* é algo que exprime um *dever* compartilhado pelo regime de Futebol de Estado e a mídia esportiva que lhe foi contemporânea. Entretanto, tal coisa nunca existiu no mundo real.

A diferença entre o período pré-1985 e o período pós-1985 é que, no primeiro, a imprensa esportiva se referia à *torcida brasileira* como se ela de fato existisse de forma homogênea e harmônica, marginalizando, ocultando ou atenuando quaisquer fatos que pudessem depor contra esse construto. No período pós-1985, quando a imprensa em geral se vê definitivamente livre da censura e das ameaças do Estado e passa a ser ameaçada e agredida por gente das próprias TOBR – que, não custa lembrar, até então eram tratadas com simpatia –

sua forma de referir a elas é drasticamente alterada.

Em questão de 30 meses, as associações de torcedores deixam de figurar nos quadros de “vítimas do Estado repressor”, no qual os jornalistas também se enquadravam à época, e passam a compor a lista de “ameaças ao Estado de Direito”. A partir do momento em que as TOBR passaram a ser enxergadas como entidades possuidoras de interesses próprios e de uma agenda que divergia da de todos os outros atores do esporte brasileiro, passou a existir um esforço da mídia esportiva em registrar todos os confrontos que envolviam as TOBR:

E a confusão começou por volta das 14 horas. Alguns ônibus de torcedores do Palmeiras e do São Paulo se aproximaram. Motoristas? Amigos, mas os ‘passageiros’ grandes inimigos. Agressivos, violentos, torcedores desceram dos ônibus e partiram para uma verdadeira batalha. Pedras, pauladas, socos e pontapés. Alguns torcedores resolveram até pintar o rosto, bem ao estilo Rambo quando em ação nos fantasiosos filmes produzidos pelos norte-americanos. Os policiais militares não foram capazes de apaziguar os ânimos. Chamaram os cavalos. E, montados, os animais subiram a rampa principal do Morumbi afugentando os manifestantes. Tricolores para um lado, palmeirenses para o outro. Mas em pontos isolados do estádio as brigas continuaram e dezenas foram detidos. Ônibus quebrados e alguns vidros de automóveis danificados, além de vários personagens machucados depois das brigas.⁵⁰²

Da notícia acima, reportada de um jogo entre SEP e SPFC, em 1987, cabe sublinhar o seguinte trecho: “os policiais militares não foram capazes de apaziguar os ânimos”. É sintomático como a abordagem dada a este evento é diametralmente oposta à dada aos acontecimentos do jogo Palmeiras e Corinthians no Morumbi, em 1977. Naquela ocasião, a mídia criticava a organização do policiamento da partida, que não destacou homens suficientes para a realização da segurança e, portanto, era responsável pela ausência de controle sobre a briga de torcidas que se verificou antes do jogo. Para o caso do jogo entre Palmeiras e São Paulo no Morumbi, a avaliação da imprensa é que os policiais militares estavam em uma posição de incapacidade de ação diante do nível de selvageria dos torcedores rivais. São abordagens opostas para dois casos bastante parecidos.

É evidente que, para ambos os casos, pode-se questionar o quão impotente o Estado efetivamente é – ou foi – para conter conflitos entre torcedores. Para os propósitos da tese, entretanto, é importante destacar que, independentemente da capacidade estatal em garantir segurança para seus cidadãos, a mídia esportiva agora colocava o Estado numa posição de incapaz, o que não ocorrera dez anos antes. A ausência de agência, que até 1985 era atribuída à *torcida brasileira*, de 1985 em diante passou a ser atribuída ao Estado.

A agência social se desloca do Estado para as torcidas. Aos olhos da mídia, já não são

⁵⁰² A *Gazeta Esportiva*, 20 de julho de 1987, p. 42.

mais o governo ou as autoridades do esporte os responsáveis pela violência no futebol, mas os próprios torcedores. Muitos exemplos de eventos violentos passam a ganhar destaque na mídia e a ser atribuídos às torcidas organizadas. Em novembro de 1987, há um incidente que envolve uma TOBR do Corinthians, uma das poucas torcidas poupadas pela imprensa progressista até então:

Não há dúvida de que as facções chamadas ‘organizadas’ de alguns clubes querem se impor pela força. O direito de não ir ao estádio ou de frequentar as praças esportivas e aplaudir ou vaiar é de todos, mas ontem novamente parte dessa torcida se excedeu. Quando o Atlético [MG] marcou o segundo gol, um grupo de torcedores desceu e passou a forçar o alambrado para invadir o campo. Como seria óbvio, a polícia tentou impedir essa ação, e gerou ainda mais violência. O que não se justifica é que alguns maus policiais tentaram impedir as emissoras de TV de registrar o fato, cerceando os direitos da imprensa. Os ânimos só se acalmaram com a chegada do capitão Rezende.⁵⁰³

Ao estabelecer um padrão de “boa torcida” como parâmetro do que deveriam ser as TOBR e então apresentá-las como uma corrupção deste *devoir*, a imprensa esportiva passou a conferir não somente agência, mas também visibilidade social a atores que jamais seriam visíveis se não fosse pelo futebol e por uma torcida de futebol. Essa publicidade ao redor das TOBR, mesmo que negativa, serviu de combustível para que elas explodissem ao final da década de 1980, reunindo cada vez mais jovens dispostos a lutar, literalmente, por seus clubes e suas torcidas.

⁵⁰³ A *Gazeta Esportiva*, 13 de novembro de 1987, p. 3.

4.9. A violência das TOBR se torna notícia

Os anos 1980 foram marcados, da perspectiva das TOBR, pela explosão dos registros e da repercussão midiática das ocorrências violentas entre distintas associações.

No anos finais dessa década, especificamente em 1988, ocorreu a primeira morte decorrida da rivalidade entre distintas TOBR. O caso em questão é de especial importância, porque envolve a morte do líder de uma das TOBR mais importantes do estado de São Paulo e do Brasil, a Mancha Verde:

Chefe da Mancha Verde é morto a tiros na sede⁵⁰⁴

O chefe da torcida uniformizada Mancha Verde, Cléo Sóstenes Rentes da Silva, 22, foi morto por dois homens na noite de segunda-feira.

Segundo o boletim de ocorrência registrado na 23ª delegacia, o torcedor estava em frente à sede entidade, na Lapa, quando recebeu dois disparos na altura do pescoço e abdômen. Levado por dois amigos ao Hospital Sorocabana, já chegou morto. Testemunhas afirmaram ter visto dois homens fugirem em um Escort branco chapa 6842, roubado no domingo de Pedro Minoro Ido. Parte das pessoas presentes ao velório, no Cemitério do Araçá, levantou a hipótese de o homicídio ter sido resultado de vingança de torcida adversária.

Estiveram presentes ao velório ontem, no cemitério do Araçá, o presidente Nelson Duque e os jogadores Lino, Zetti, Ivan e Márcio.

Os assassinos de Cléo nunca foram encontrados, mas célebres torcedores da própria Gaviões da Fiel como Chico Malfitani⁵⁰⁵ e Dentinho⁵⁰⁶ dão a entender que muito provavelmente os que mataram Cléo realmente pertenciam à TOBR corintiana.

O primeiro jogo realizado pelo Palmeiras, após a morte de Cléo, coincidentemente ou não, é o primeiro em que se produziu um registro televisivo⁵⁰⁷ de um confronto de diferentes torcidas organizadas dentro de um estádio. Foi realizado, no estádio do Palestra Itália, na cidade de São Paulo, o jogo entre Palmeiras e Cruzeiro, no dia 22 de outubro de 1988. Antes do início do jogo, fez-se um minuto de silêncio em homenagem à morte do presidente da Mancha Verde. Foi justamente durante o minuto de silêncio em homenagem a Cléo que ocorreu o estopim para

⁵⁰⁴ *Folha de S. Paulo*, 19 de outubro de 1988, Esportes, p. 2.

⁵⁰⁵ Cf. Entrevista de Chico Malfitani ao projeto *Territórios do Torcer*, concedida no dia 31/10/2014.

⁵⁰⁶ Cf. Entrevista de Dentinho ao projeto *Territórios do Torcer*, concedida no dia 05/02/2015.

⁵⁰⁷ Cf. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=677Q5FoaVwM>, consultado de 24/03/2017.

o desentendimento entre as TOBR de Palmeiras e Cruzeiro: “A *torcida Mancha Verde* achou que os cruzeirenses haviam vaiado o minuto de silêncio em homenagem ao seu presidente, assassinado no início da semana passada. Por isso, partiram para a briga.”⁵⁰⁸

A briga entre palmeirenses e cruzeirenses, registrada pelas câmeras de TV e difundidas em rede nacional, foi a primeira ocasião na qual a violência das TOBR acabou por ser exposta nacionalmente com um registro audiovisual. Até este momento, o que havia eram matérias de jornal que descreviam confrontos entre torcedores nas arquibancadas ou eventualmente fotos de torcedores feridos após os conflitos torcidas rivais. O registro de uma câmera de TV elevou a questão a novas dimensões e conduziu a um discurso ainda mais firme da mídia contra as TOBR:

Lamentavelmente, as campanhas em nome da paz parecem não sensibilizar. Da mesma forma, os apelos da imprensa e as recomendações do policiamento não são ouvidas [...] o que se viu no domingo, no Palestra Itália, por ocasião do jogo entre Palmeiras e Cruzeiro foi, se não a pior, uma das mais selvagens demonstrações de que a irracionalidade do torcedor pode mesmo levar à transformação do futebol num instrumento de morte e dor [...]. [Foi] a mais patética confusão vista dentro de uma praça esportiva nos últimos dez anos, pelo menos⁵⁰⁹.

O capítulo da morte de Cléo aliado ao da briga entre palmeirenses e cruzeirenses, no Palestra Itália, fez com que *A Gazeta Esportiva*, outrora entusiasta das torcidas uniformizadas, declarasse guerra a este tipo de associação. Ainda em outubro de 1988 o jornal lançou a campanha “*Cartão Vermelho para a Violência*”⁵¹⁰, cujo mote era: “*mostre que sua torcida organizada não é uma gangue organizada*”⁵¹¹. Nos anos seguintes, porém, o quadro só se agravou.

Em outubro de 1989, a torcida Mancha Verde da SEP foi nomeada como a mais violenta do país, após confrontos com a Polícia do RJ e com torcedores do Fluminense nos arredores do Maracanã:

Geralmente com os rostos pintados de verde e branco, os torcedores da facção palmeirense denominada *Mancha Verde* estão manchando o futebol brasileiro com cenas de violência e vandalismo, como as que foram verificadas no Rio de Janeiro, por ocasião da partida FFC x SEP, no Maracanã.

Desta vez, a sede de violência da torcida *Mancha Verde*, numa rara semelhante aos *hooligans* ingleses, não se limitou à arquibancada do Maracanã, onde a polícia teve sérias dificuldades para conter os brigões. Antes de a bola rolar, nas imediações do Maracanã, o grupo que [atenção] já tem a fama de torcida organizada mais violenta

⁵⁰⁸ *Revista Placar*, 28 de outubro de 1988, pp. 2-3.

⁵⁰⁹ Editorial de *A Gazeta Esportiva*, 25 de outubro de 1988, p. 2.

⁵¹⁰ Cf. *GE*, 8,9,10,11,12,13 e 14 de novembro de 1988, p. 5.

⁵¹¹ Cf. *GE*, 10 de novembro de 1988, p. 5.

do país quebrou vidros e amassou a lataria de um ônibus municipal e ainda feriu uma mulher.⁵¹²

Ainda no ano de 1989, a torcida organizada Coração Corinthiano, do Corinthians, apedrejou o ônibus do time com os jogadores dentro, após uma derrota de seu time para o Grêmio em RS⁵¹³. Em agosto do ano seguinte, um membro da Gaviões da Fiel agrediu o jogador Viola, do próprio Corinthians com um soco na boca, e foi apoiado por seus colegas de entidade na agressão⁵¹⁴.

Quatro dias depois da agressão a Viola, torcedores da Mancha Verde depredaram a sala de troféus da própria SEP após uma eliminação⁵¹⁵.

No mês seguinte, Torcida Uniformizada do Palmeiras (TUP) e Torcida Tricolor Independente se encontraram na estrada num final de semana no qual Palmeiras e São Paulo jogaram na cidade do Rio de Janeiro. As duas torcidas se enfrentaram na cidade de Resende-RJ, e informou-se que, além de luta física, houve tiros durante o confronto⁵¹⁶. Sabe-se que pelo menos três torcedores foram parar no hospital⁵¹⁷.

A escalada da violência era sensível. Em um dos eventos de violência envolvendo torcidas, entrevistou-se um policial que não quis se identificar, cujas palavras em relação aos torcedores de futebol foram as seguintes:

Faço policiamento em campo de futebol há mais de dez anos e nunca vi coisa igual. Antigamente os policiais conseguiam disciplinar os torcedores. Agora isto é impossível. Eles não respeitam ninguém. Arremessam pedras no gramado, esquecendo-se que podem ferir um profissional, um pai de família.⁵¹⁸

A fala do policial em questão é uma expressão da preocupação não somente de um agente do Estado, mas também da mídia esportiva que reporta sua fala, em relação às ações das TOBR nos estádios brasileiros. Diversos setores envolvidos com futebol notam que a violência entre as TOBR cresceu significativamente nos últimos anos.

Em 1992, ocorreu a segunda⁵¹⁹ e a terceira⁵²⁰ morte causadas por briga entre TOBR.

⁵¹² GE, 25 de outubro de 1989, p. 10.

⁵¹³ Cf. GE, 28 e novembro de 1989, p. 3.

⁵¹⁴ Cf. GE, 13 de agosto de 1990, p. 9.

⁵¹⁵ Cf. GE, 18 de agosto de 1990, capa.

⁵¹⁶ Cf. GE, 20 de outubro de 1990, p. 2.

⁵¹⁷ Cf. GE, 08 de outubro de 1990, p.5.

⁵¹⁸ Fala de policial não-identificado à *Gazeta Esportiva*, 06 de agosto de 1990, p. 3.

⁵¹⁹ Trata-se do torcedor Rodrigo Gásperi, de 13 anos de idade, atingido por uma bomba na cabeça num jogo entre SCCP e SPFC. Cf. *Folha de S. Paulo*, 29 de janeiro de 1992, Esporte, p. 4.

⁵²⁰ Trata-se de Sérgio Vivaldini, torcedor do Palmeiras e sócio da Mancha Verde, morto após uma briga contra torcedores da Independente Cf. *Folha ABCD-SP*, 1º de outubro de 1992, p. 1.

Em anos seguintes, os registros de mortos e feridos no Brasil, em decorrência de enfrentamentos entre TOBR, não parou de aumentar.

Conforme os registros de conflitos entre torcedores foram se multiplicando, a abordagem da imprensa sobre os eventos de tumultos em estádios e confrontos entre torcedores alterou-se de forma drástica: ao passo que, no início dos anos 1980, os eventos que envolviam tumultos em estádios e confrontos entre torcedores tendiam a ter suas causas atribuídas a fatores exógenos às TOBR, no início da década de 1990, a responsabilidade dos mesmos eventos passou a ser creditada majoritariamente às próprias TOBR, como se os fatores exógenos – outrora tomados como a raiz da violência no esporte – simplesmente não existissem mais.

4.10. O destaque midiático para a agência das TOBR

Os fatores exógenos que eram apontados como a causa da violência nos estádios e dos incidentes durante os jogos de futebol, até o início dos anos 1980, ainda estavam todos presentes no início dos anos 1990. A diferença é que, nesse último período, o foco da imprensa esportiva não mais incidia sobre eles, mas sobre a agência das TOBR.

O objetivo dessa seção é colocar em evidência o caráter multicausal das principais tragédias envolvendo as TOBR, na década de 1990, enfatizando a agência de atores que foram negligenciadas pela mídia esportiva à época, com destaque para a deficiente organização dos eventos esportivos e para a ausência de políticas adequadas para lidar com torcedores de futebol.

O primeiro caso ilustrativo do modo pelo qual a imprensa esportiva dos anos 1990 tendia a atribuir a responsabilidade de casos de tragédias em estádios de futebol brasileiros prioritariamente às TOBR do que a eventuais causas exógenas aconteceu em julho de 1992, na final do Campeonato Brasileiro, disputada entre Flamengo e Botafogo, no estádio do Maracanã.

Grade do Maracanã cai; 88 ficam feridos⁵²¹

O rompimento de uma grade de segurança da arquibancada do Maracanã, às 16h40, 20 minutos antes do início de Flamengo e Botafogo, provocou ferimentos em 88 pessoas. A pressão de torcedores, principalmente da facção Raça Rubronegra, causou o rompimento de 30 metros de grade, provocando a queda de diversos torcedores de uma altura de sete metros.

Os torcedores caíram em cima das cadeiras especiais do estádio. Dois garotos com 12 anos tiveram traumatismo craniano. Houve casos de fraturas e pequenas contusões. A grade de proteção das arquibancadas tem quatro barras horizontais de ferro e barras verticais a cada um metro e meio.

[...] Deram entrada no [Hospital] Souza Aguiar 52 feridos, outros 13 foram levados ao Hospital do Andaraí e mais 23 ao Miguel Couto.⁵²²

Acontecida a tragédia e confirmada a existência de alguns feridos em estado grave, o primeiro ator a tornar-se suspeito antes que qualquer informação fosse apurada foi justamente uma das TOBR do Flamengo, a *Raça Rubro-negra*.

⁵²¹ O vídeo do acontecimento está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=CXQx4NSZ_wo

⁵²² *Folha de SP*, 20 de julho de 1992, Esporte, p. 4.

Márcio Braga, presidente do Flamengo e da Suderj⁵²³, quando questionado sobre a causa do incidente, afirmou que

[...] houve superlotação do estádio, que recebeu um público superior a 120 mil pessoas. O presidente da Suderj contou ter ouvido de um jovem torcedor ferido que a confusão teria começado quando um homem tentou soltar uma bomba onde estava a torcida Raça Rubronegra.⁵²⁴

A fala de Márcio Braga é muito importante nesse contexto. Além de reconhecer a superlotação do estádio, ele levanta a suspeita sobre a ação da TOBR de seu próprio clube, a *Raça Rubro-negra*.

Márcio Braga era não somente o presidente da administradora do estádio onde a partida se realizou, mas também acumulava este cargo com o da Presidência do Flamengo, um dos clubes que tomou parte na partida. Sabendo dessas informações preliminares, não parece injusto afirmar que ele possuía algum grau de responsabilidade para evitar que o estádio não ficasse superlotado, pois se o gestor do estádio, que também é gestor de um dos clubes disputantes da partida – dentro de cuja torcida o incidente se deu, aliás –, não era capaz de controlar os ingressos vendidos para uma partida de futebol, quem o seria?

Para responder à questão sobre quem foi o responsável pela tragédia que vitimou três pessoas na final do Campeonato Brasileiro de 1992, foram contratados o Instituto de Criminalística Carlos Éboli, juntamente com o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea) e o Clube de Engenharia. Essas três entidades, em conjunto, emitiram um laudo sobre o rompimento da grade no Maracanã:

Obra irregular causou tragédia no Rio⁵²⁵

Peças corroídas, irregularidades na execução das obras de instalação e sobrecarga humana foram as causas do rompimento da grade de proteção das arquibancadas do Maracanã no último domingo. Uma pessoa morreu e 87 ficaram feridas.

A conclusão é do Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE), que divulgou no final da tarde de ontem o laudo sobre o rompimento da grade. Além dos peritos do ICCE, um representante do Crea e outro do Clube de Engenharia assinaram o documento. [...]

A grade foi instalada em 1979 em projeto da Incal Indústria e Comércio de Alumínio. Na avaliação dos peritos do ICCE, o projeto estava perfeito, com

⁵²³ Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro, responsável pela administração do estádio do Maracanã.

⁵²⁴ *Folha de S. Paulo*, 21 de julho de 1992. Cotidiano, p. 5.

⁵²⁵ *Folha de S. Paulo*, 24 de julho de 1992, Cotidiano, p. 4.

precauções corretas na previsão de carga sobre a grade e segurança.

Mas a execução da instalação da grade não seguiu a recomendação do projeto, segundo os peritos do Instituto. As placas de apoio para fixação das grades foram utilizadas em menor número que o previsto, “diminuindo a segurança do sistema”, conforme o relatório.

As barras verticais da grade não estavam fixadas no solo corretamente, havia parafusos com comprimento menor do que o indicado e ausência de porcas. Todas as placas de fixação estavam permanentemente imersas, por falta de drenagem correta, segundo relatório dos peritos. A ferrugem dos parafusos e porcas da grade não poderia ser detectada em vistoria externa, segundo Ricart.

O presidente da Suderj, Márcio Braga, disse que o problema da manutenção é técnico. “Eu sou um homem político”. Braga afirmou que não havia qualquer documento indicando o risco da grade de proteção que desabou. Ele disse que deve ter havido algum tipo de erro na execução do projeto da grade. O diretor da empresa Incal não foi encontrado pela Folha.

Tendo a perícia concluído que a causa da tragédia era a forma equivocada como a grade rompida havia sido instalada no estádio, os holofotes do caso foram todos direcionados para a empresa responsável pela instalação das referidas grades, a Incal, que logo divulgou uma nota na qual dizia que a responsabilidade pela manutenção do estádio cabia à Suderj que, portanto, era a culpada pela tragédia⁵²⁶.

A nota pública emitida pela Incal somada à avaliação da perícia indicava que, ao contrário do que havia sido especulado *a priori*, a verdade era que, se havia um ator que nada tinha a ver com o incidente, este ator era justamente as TOBR do Flamengo. Portanto, aqueles que eram responsáveis pela organização e estruturação do evento não cumpriram com seu dever, expondo assim algumas centenas de torcedores ao risco de morte.

O descaso da Suderj com a administração de seu estádio e a integridade estrutural de suas instalações ganha contornos ainda mais graves quando se descobre que, apenas duas semanas antes da tragédia, a Suderj – representada por seu presidente, Márcio Braga – estava disputando na justiça o direito da administração das rendas do Maracanã contra a Federação de Futebol do Rio de Janeiro⁵²⁷.

O fato de a entidade gestora do Maracanã, representada por seu presidente, estar mais preocupada com a administração das rendas do estádio do que com deixá-lo em condições minimamente aceitáveis de manutenção – de modo que os eventos realizados no estádio

⁵²⁶ *Folha de S. Paulo*, 25 de julho de 1992, Esporte, p. 4.

⁵²⁷ Cf. *Folha de S. Paulo*, 07 de julho de 1992, Cotidiano, p. 4.

oferecessem segurança para os espectadores – e controlar a venda de ingressos de modo a evitar a superlotação do estádio diz muito sobre as circunstâncias que envolveram a explosão de violência das torcidas organizadas no Brasil dos anos 1990.

A postura indiferente ao conforto e ao bem-estar dos torcedores em estádios de futebol nesse período não era uma exclusividade dos dirigentes de clubes e de estádios cariocas, pois, em São Paulo, a situação não era diferente.

Durante a década de 1980, os grandes jogos da cidade de São Paulo eram disputados no estádio do Morumbi, propriedade do São Paulo FC. Esse estádio situa-se num lugar afastado do centro da cidade, e o acesso a ele requeria, obrigatoriamente, transporte rodoviário. O serviço de transporte para a ligar o centro da cidade ao estádio era de incumbência da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC).

O fato é que a quantidade de ônibus operada pela CMTC em dias de jogos era invariavelmente menor do que o necessário para atender às altas demandas. Resultava disso a superlotação de ônibus, o surgimento de diversas formas de transporte coletivo alternativas e irregulares, como os chamados “*perueiros*”.

Para um jogo entre Corinthians e Palmeiras realizado em abril de 1989, *A Gazeta Esportiva* relata uma Kombi na qual foram juntadas 42 pessoas para fazer o trajeto da Avenida Tiradentes até o estádio do Morumbi⁵²⁸. Além das Kombis superlotadas para transporte não-regulamentado, as pessoas também se arriscavam subindo nas caçambas dos caminhões para conseguirem transporte. Nos poucos ônibus que chegavam, havia gente pendurada até nas janelas⁵²⁹ para não perder o evento.

Chegando nos estádios, era comum haver uma infinidade de ingressos nas mãos de cambistas, que se aproveitavam da deficiência de organização dos clubes para esgotar os ingressos nas bilheterias e revendê-los com um ágio de duas ou três vezes o valor de face do bilhete⁵³⁰. Se ainda houvesse ingresso nas bilheterias, era necessário pegar outra fila que duraria horas para comprá-lo a um preço justo. Isso normalmente fazia com que o torcedor só conseguisse entrar no estádio no segundo tempo do jogo.

Mesmo após o fim da ditadura e após a devolução do poder do futebol aos civis, os torcedores ainda eram submetidos a virtualmente todo o tipo de abuso para ver seus times jogarem; tinham de lutar arduamente para conseguir transporte, comprar ingresso, entrar no estádio, encontrar um lugar, conseguir algo para comer a um preço justo, voltar para casa sem

⁵²⁸ *GE*, 17 de abril de 1989, p. 9.

⁵²⁹ *GE*, 17 de abril de 1989, p. 9.

⁵³⁰ Cf. *GE*, 03 de julho de 1989, p. 5.

transporte público.

A despeito de tal situação, nenhum dos obstáculos a ser superados pelos torcedores de futebol para acessar um estádio de jogo era objeto de preocupação dos dirigentes. O caso do Maracanã, em 1992 – onde o desprezo de dirigentes esportivos com as condições estruturais do estádio que receberia a decisão do Campeonato Brasileiro daquele ano causou uma tragédia –, foi o primeiro de uma série de incidentes ocorridos nas arquibancadas de estádios brasileiros nos anos 1990, cuja responsabilidade foi atribuída parcial ou totalmente às TOBR, quando, na verdade, o Estado, os clubes e os *governing bodies* eram tão ou mais responsáveis pela tragédia do que as próprias TOBR.

Um fator essencial para a atribuição às TOBR da responsabilidade por incidentes trágicos ocorridos em estádios de futebol é o aumento da importância da televisão para o futebol brasileiro. Nos anos 1980, conforme o controle das operações do futebol se deslocou do Estado para o Mercado – personificado, no caso brasileiro, pela Rede Globo de Televisão –, a divulgação de vídeos e conteúdos audiovisuais sobre futebol atingia níveis inéditos.

Nesse sentido, cabe uma comparação com o efeito midiático causado por incidentes de grandeza semelhante ocorridos em tempos nos quais a cobertura midiática sobre o comportamento de torcedores não era feita de forma profunda: os incidentes ocorridos na Vila Belmiro, em 1964, e no Palestra Itália, em 1973, foram muito graves. Nos registros acerca desses incidentes, fala-se em aproximadamente uma centena de feridos em cada um. Se esse número for verdadeiro, não é exagero dizer que esses incidentes figuram entre os mais graves da história do futebol brasileiro, perdendo possivelmente apenas para a tragédia do Maracanã, em 1992, e para a Batalha do Pacaembu, em 1995. Contudo, como foram reportados apenas pela mídia impressa e os registros mais elaborados que se têm a respeito são fotos tiradas depois que as pessoas já estavam feridas, é necessário um exercício de imaginação por parte do interlocutor para reconstruir as imagens do ocorrido.

Os incidentes do Palestra Itália, em 1988, e do Maracanã, em 1992, os primeiros registrados pelas câmeras de TV, tiveram um apelo midiático de escala muito maior em relação aos primeiros. Uma das razões para isso é que o registro em vídeo do incidente permite sua exibição e reexibição *ad infinitum* é uma forma mais eloquente de apontar um responsável pela violência nos estádios do que textos condenatórios nas páginas dos jornais.

Quando o foco das câmeras de televisão é colocado sobre os torcedores, sua agência é elevada à enésima potência. A partir do momento em que o comportamento dos torcedores é acompanhado pelas câmeras de TV, todos os fatores de ordem estrutural, conjuntural e contextual – outrora utilizados para explicar os incidentes nos estádios – tornam-se estéreis. A

verdade das imagens torna-se hegemônica em relação a qualquer outra narrativa possível.

O inconveniente trazido pela incontestabilidade das imagens para a avaliação dos fatos é que, a partir do momento em que – em situações de conflitos nos estádios – todas as câmeras de TV passaram a estar apontadas para as TOBR, todos os outros atores envolvidos no futebol brasileiro (como Estado, clubes e *governing bodies*) passaram a ter sua responsabilidade pelos atos de violência ocorridos nos estádios ou matizada ou reduzida, ou ainda, negligenciada pela mídia esportiva.

Tal tendência será apresentada por meio da análise dos três casos de morte de torcedores em estádios de futebol aos quais a mídia esportiva brasileira mais dedicou tempo e energia nos anos 1990. Esses casos têm em comum, além das mortes, uma repercussão difamatória em relação às TOBR e a abstenção da missão de verificar os fatores exógenos às TOBR envolvidos em cada caso no calor dos acontecimentos.

O primeiro caso é o do torcedor Rodrigo Gásperi, torcedor do Corinthians, morto numa partida disputada entre Corinthians e São Paulo em janeiro de 1992. O segundo caso é o de Sérgio Francisquini, torcedor do Corinthians, morto numa partida disputada entre Guarani-SP e Corinthians em outubro de 1994. O terceiro e último caso é o de Márcio Gasparin, torcedor do São Paulo, morto numa partida disputada entre São Paulo e Palmeiras, em agosto de 1995. Aos casos:

Enterro de torcedor vira protesto corintiano⁵³¹

Gaviões responsabilizam torcedores do São Paulo; duas mil pessoas comparecem ao Cemitério de Caieiras

O torcedor Rodrigo Gásperi, 13, foi enterrado ontem pela manhã no Cemitério Municipal de Caieiras. Ele trabalhava como *office-boy* em uma ótica em Perus. Cerca de duas mil pessoas compareceram à cerimônia, segundo estimativa do padre Dom Estevão Maurício Vasquez, 57. O caixão do menino foi coberto com a bandeira do Corinthians.

A presidenta do Corinthians, Marlene Matheus, compareceu ao enterro e responsabilizou as autoridades pela morte de Rodrigo. “Hoje foi um garoto e pode ser um filho deles a próxima vez”, declarou. O clube pagou as despesas do enterro. Representantes da torcida organizada Gaviões da Fiel participaram da cerimônia. Eles protestaram contra a violência e culpam a torcida do São Paulo pela morte.

O menino morreu anteontem pela manhã, depois de ser atingido por uma bomba caseira enquanto assistia partida entre São Paulo e

⁵³¹ *Folha de S. Paulo*, 29 de Janeiro de 1992, Cotidiano, p. 5.

Corinthians pela Taça São Paulo na última quinta-feira, dia 23. Houve briga de torcidas depois que o São Paulo marcou um gol na prorrogação.

O presidente da Gaviões da Fiel, Alex Simão Luís Araújo, afirmou que se a polícia quisesse, seria fácil achar quem atirou a bomba que atingiu Rodrigo. “O torcedor comum não leva bomba para o estádio. Eu tenho certeza que foi coisa de torcida [organizada].

No dia 23 de janeiro de 1992, enfrentaram-se no Estádio Nicolau Alayon, situado na cidade de São Paulo, Corinthians e São Paulo pela fase semifinal da Copa São Paulo de Juniores. O jogo acabou empatado e foi para a prorrogação, onde o SPFC marcou um gol e saiu classificado para a disputa da final do torneio contra o Vasco da Gama, marcado para o dia 25 de janeiro, data do aniversário da capital paulista. Após a marcação do gol por parte dos são-paulinos houve invasão de campo por parte das duas torcidas, e iniciou-se a briga. Em meio ao confronto, foi lançada uma bomba de fabricação caseira na direção da torcida do SCCP. A explosão da bomba feriu gravemente a Rodrigo Gásperi, que não resistiu aos ferimentos e faleceu alguns dias depois. A repercussão midiática à morte do jovem torcedor corintiano foi imediata.

A morte de Gásperi gerou um clamor pelo fim ou pelo controle das TOBR. Dalmo Pessoa, colunista da *GE*, clamou por um “expurgo geral”⁵³² nas TOBR, além de apontar a ligação dessas associações com o tráfico e o consumo de drogas⁵³³. Do ponto de vista analítico, possivelmente a reação mais interessante foi a de Jorge Moreira Fernandes, também colunista da *GE*. Ele escreve:

Esse São Paulo que nos anos 1940 foi o precursor das torcidas uniformizadas, quando seus integrantes iam para o Pacaembu com as suas alegorias, seu alegre grito de guerra e tinham patronos do estirpe e elegância de um Manoel Raimundo Paes de Almeida, um general Porfírio da Paz.

Era uma torcida alegre, vistosa, que coloria o estádio com suas bandeiras, a sua alegria, a sua confraternização. Ninguém pagava mensalidade, ninguém ia para o estádio com sentido belicoso. O futebol era diversão, espetáculo, emoção e naquele lance central da chamada geral os são-paulinos evoluíam com seus cartazes de incentivo ao time, de exaltação do Clube da Fé. Era um espetáculo dentro do espetáculo. Era uma expressão vibrante de quem amava o futebol e o seu clube.

O tempo passou, aquela alegria findou e a velha uniformizada deixou de existir. Ficou naturalmente sempre a fidelidade ao clube, a exaltação ao esporte.

Mas o mundo mudou. A alegria de ontem, aquela rivalidade sadia de confrontos de gritos de incentivo, transformou-se numa arena de gladiadores, cada qual querendo ser mais macho que o outro. Síndrome de uma violência que mancha de negro as manchetes de tantos e tantos incidentes nas arquibancadas dos estádios de todo o mundo.

[...]

⁵³² Cf. *GE*, 01/02/1992, p. 4.

⁵³³ Cf. *GE*, 01/02/1992, p. 4.

Não é possível que os clubes, indiretamente, pactuem com essas facções que se dizem uniformizadas, ganham vantagens dos clubes para a compra de ingressos, e ainda cobram mensalidades dos que lhe são filiados. É uma indústria de aviltamento, paralela ao futebol. São especuladores de um clubismo que se torna agressão.⁵³⁴

As palavras sugerem que Jorge Fernandes era uma pessoa que vivenciou pessoalmente a época das TOBR estadonovistas, e estava chocado com o que essas instituições haviam se tornado cinquenta anos depois. Ele é o retrato de um jornalista de ideologia esportiva cunhada na moral do Futebol de Estado varguista que se incomoda profundamente com a mudança de registro no qual as torcidas de futebol passaram a operar.

As críticas de Dalmo Pessoa e de Jorge Fernandes, dirigidas aos torcedores organizados do SPFC, prováveis responsáveis pela morte de Rodrigo Gásperi, não mencionam outros fatores que podem ter contribuído para a morte do garoto, o que será feito nos parágrafos seguintes abaixo.

O primeiro fato a ser mencionado é o de que um jogo eliminatório entre dois clubes rivais da cidade de São Paulo, possuidores de torcidas numerosas, foi alocado para acontecer em um estádio desproporcionalmente pequeno em relação à grandeza dos dois clubes em questão. A justificativa dada pela Secretaria Municipal de Esportes para a não utilização do Pacaembu – estádio de propriedade do município – foi que, devido à realização do festival *Hollywood Rock*, encerrado três dias antes da realização da partida, o gramado não estaria em condições para receber a partida.

Diante dessa dificuldade, em vez de deslocar a partida para o Morumbi, Canindé ou Palestra Itália – estádios melhor estruturados para receber um jogo dessa importância – a Federação Paulista, possivelmente para diminuir custos, levou a partida para o acanhado estádio do Nacional-SP.

Além da irresponsabilidade da Federação em levar um jogo dessas proporções para tal estádio, percebe-se que a revista de torcedores ou não existiu ou foi muito malfeita, já que um torcedor do SPFC conseguiu entrar no estádio com uma bomba. Nesse sentido, não é exagero lembrar que a PM possuía *expertise* para isso, já que, em 1985, havia flagrado bombas caseiras com a TUP, do Palmeiras, antes de um jogo contra o Corinthians jogado no Pacaembu.

Além dos dois erros acima, entende-se que a separação de torcidas não foi executada da forma devida, já que um torcedor do SPFC conseguiu aproximar-se o suficiente da torcida rival para lançar-lhe uma bomba. Por fim, ainda se deve mencionar a falta de policiamento no estádio, já que houve invasão de campo por parte das duas torcidas após o fim do jogo.

⁵³⁴ Jorge Moreira Fernandes, em coluna na *GE* do dia 02/02/1992, p. 8.

A cobertura midiática sobre esse incidente atribuiu pouca ou nenhuma atenção a elementos exógenos às TOBR. Pelo contrário, o movimento gerado foi o de *caça ao assassino* – o atirador da bomba –, de modo que os responsáveis pelo jogo ter sido realizado em condições tão precárias tiveram sua agência ocultada, minimizada ou marginalizada.

A morte de Gásperi teve grande repercussão na mídia por se tratar de um jovem de 13 anos, sem vínculos com o crime e a malícia que envolvia as TOBR. Além disso, Gásperi foi o primeiro torcedor a morrer em um estádio de futebol no Brasil em razão de confronto de torcidas. Cléo, o presidente da *Mancha Verde*, já havia morrido quatro anos antes, porém fora do estádio e em decorrência de uma execução.

Para efeitos de análise da repercussão social, é importante pontuar que tanto para o caso de Cléo quanto para o caso de Gásperi não há registros audiovisuais das querelas que resultaram em suas mortes. Isso não é verdadeiro para os próximos dois casos a serem apresentados.

Em outubro de 1994, veio a óbito Sérgio Francisquini, torcedor do Corinthians. Sérgio foi a Campinas para assistir uma partida de seu clube contra o Guarani FC em partida válida pelo Campeonato Brasileiro daquele ano.

Corintiano pisoteado morre em Campinas⁵³⁵

O torcedor corintiano Sérgio Francisquini, morreu ontem às 12h40, de parada cardíaca no Hospital Irmãos Penteados, em Campinas. Desde as 12h de anteontem os médicos já haviam constatado morte cerebral.

Francisquini foi pisoteado durante uma briga de torcidas e a PM no jogo entre Guarani e Corinthians pelo Campeonato Brasileiro no último dia 12, no estádio Brinco de Ouro da Princesa, em Campinas.

Segundo os médicos, ele sofreu um edema cerebral, uma fratura no osso temporal direito e escoriações pelo corpo. Os médicos informaram que Francisquini chegou ao hospital sem respirar e que a falta de oxigênio no cérebro causou o edema. Logo depois, ele sofreu uma parada cardiorrespiratória e foi internado na UTI do hospital. O diretor-clínico, Murilo Moraes de Almeida, 40, disse que depois de consumada a morte cerebral, os outros órgãos vão morrendo gradativamente.

A família não vai doar os órgãos. Segundo um irmão do torcedor, Sidney, quem decidiu foi a mãe. Para Sidney, o caso é revoltante. “Nós não queremos nenhuma bandeira da Gaviões da Fiel nem ninguém da torcida no velório e no enterro”.

Sidney disse que acha um absurdo o comentário feito pelo presidente da torcida da Gaviões, José Cláudio de Almeida Moraes, o Dentinho, aos jornalistas.

“O Dentinho disse que esse caso não vai ser o primeiro nem o último no futebol. Eu faço um apelo para que façam como um amigo meu que rasgou a camisa da torcida. Torcida organizada dá lucro, ela não vai acabar”.

Sidney disse que os pais ainda não sabem se vão entrar na justiça para punir os possíveis culpados. “Nós vamos procurar a Justiça, precisamos punir e isso é uma questão moral”.

⁵³⁵ *Folha de S. Paulo* – Sudeste, 21 de outubro de 1994, página 3.

O presidente da Gaviões, Dentinho, disse que a culpa por essa tragédia é do clube, da CBF e da PM.⁵³⁶

Esse enfrentamento possui registro audiovisual⁵³⁷.

A principal cena deste jogo é a briga que ocorre entre torcedores do Corinthians, do Guarani e a Polícia Militar. Na reportagem do *Globo Esporte* do dia seguinte, é feito o registro do momento em que Sérgio é socorrido por outros torcedores no estádio Brinco de Ouro da Princesa. A selvageria do confronto salta aos olhos de quem assiste a essas cenas, e a mensagem passada pela análise das imagens é a de um ataque inescrupuloso da torcida do Guarani, em maior número, a um pequeno grupo de torcedores do Corinthians.

As imagens são muito eloquentes, mas ocultam uma série de erros logísticos e mesmo contravenções à lei perpetradas por representantes do Estado, clubes e *governing bodies*.

O principal ponto que deve ser levantado é que a torcida do Corinthians não deveria estar ali; não deveria sequer ter sido conduzida pela Polícia Militar para aquele setor. A arquibancada superior do estádio Brinco de Ouro da Princesa, todos sabem, é o setor onde ficam os torcedores organizados do Guarani FC, o dono do estádio. Levar torcedores organizados de uma equipe adversária para *aquele* setor é uma temeridade na perspectiva da segurança pública.

A pergunta que fica, desse modo, é a seguinte: o que os torcedores do Corinthians estavam fazendo ali?

A primeira coisa que deve ser dita é que a Federação Paulista de Futebol liberou para venda mais de 10 mil ingressos para além da capacidade do estádio⁵³⁸. A maioria desses ingressos foi adquirida pela torcida do SCCP, que se deslocaria da capital do estado para Campinas para assistir à partida. Disse o presidente do clube campineiro: “Nós reservamos as arquibancadas que ficam atrás dos dois gols para a torcida do Corinthians, pois acreditávamos que 10 mil corintianos viriam a Campinas. Acontece que acabamos nos surpreendendo, porque foram mais de 25 mil.”⁵³⁹

É evidente que o presidente do Guarani tem interesse na construção de uma narrativa que isentasse a ele e a seu clube de punições pela tragédia. Há, contudo, outros atores que confirmam a superlotação do estádio para esta partida: “Disseram-me que teríamos 26 mil

⁵³⁶ O vídeo desta briga está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L85oh6moKa8>

⁵³⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3vc92gpG-bI>

⁵³⁸ Cf. Afirmação do presidente do Guarani, Beto Zini, em *A Gazeta Esportiva*, dia 13 de outubro de 1994, pp. 6-7.

⁵³⁹ Palavras do presidente do Guarani, Beto Zini, à *Gazeta Esportiva*, dia 14 de outubro de 1994, p. 9.

peças, sendo que apenas 10 mil corintianas. O borderô apontou a presença de 36 mil, mas eu conheço o Brinco desde criança e tenho certeza que lá estavam mais de 50 mil torcedores.”⁵⁴⁰

Ainda no início da partida, os responsáveis pelo policiamento perceberam que a área reservada à torcida do SCCP seria insuficiente para abrigar a grande quantidade de torcedores do clube que foram a Campinas. Diante desta situação, a Polícia Militar optou por conduzir o excedente de torcedores corintianos ao único setor no qual ainda sobrava algum espaço: o “Tobogã”, anel superior do estádio destinado exclusivamente a torcedores do Guarani⁵⁴¹.

Essa foi a primeira vez que uma torcida adversária entrou no setor exclusivo da torcida bugrina. Em tom de justificativa, o capitão da PM, Flávio Hélio Costa, afirmou: “*Não tínhamos outra opção. Não havia outro lugar*”⁵⁴². A torcida local estava em maior número nessa parte do estádio e se sentiu afrontada com o ingresso da torcida visitante em *seu* setor. Partiu, portanto, para a agressão. *A priori*, somente oito policiais militares faziam o cordão de isolamento entre as torcidas⁵⁴³. Os poucos policiais militares presentes não conseguiram evitar o enfrentamento, do qual dezenas de torcedores saíram feridos.

Este capítulo deflagra uma série de descabimentos cometidos pelas autoridades do Estado, dos *governing bodies* do esporte e dos clubes de futebol contra os torcedores. O primeiro ponto diz respeito à Federação Paulista de Futebol: ela podia emitir quantos ingressos quisesse? Não há nenhuma instância de controle para os ingressos emitidos para uma partida? Como é possível que a Federação venda – por baixo – uma dezena de milhar de ingressos a mais que a capacidade do estádio que receberia o evento?

O segundo ponto diz respeito ao clube mandante: a Federação não informou a quantidade de ingressos vendida para os torcedores corintianos? Como pode haver surpresas em relação à quantidade de pessoas presentes se as entradas foram vendidas de forma antecipada? O clube campineiro não informou à Federação qual a quantidade máxima de ingressos a ser vendida para a torcida adversária?

Apesar de os dirigentes do clube campineiro quererem atribuir a responsabilidade do evento à Polícia, nesse caso entende-se que os homens do Estado não teriam o que fazer. Ou se proibia a entrada de milhares de torcedores com ingresso comprado – o que seria uma afronta

⁵⁴⁰ Palavras do coronel Luiz Aylton Casertani, responsável pelo policiamento no dia da tragédia, à *Gazeta Esportiva*, dia 14 de outubro de 1994, p. 9.

⁵⁴¹ Cf. *Folha de S. Paulo*, Edição Folha Sudeste, quinta-feira, 13 de outubro de 1994, caderno Cidades, página 7.

⁵⁴² Fala do capitão da PM-SP Flávio Hélio Costa à reportagem da *Folha de S. Paulo*, Edição Folha Sudeste, quinta-feira, 13 de outubro de 1994, caderno Cidades, página 7.

⁵⁴³ Cf. *Folha de S. Paulo*, Edição Folha Sudeste, quinta-feira, 13 de outubro de 1994, caderno Cidades, página 7.

a seus direitos – para o jogo, ou se tentava acomodá-los num espaço não previsto. Qualquer uma das duas poderia resultar em conflito.

O que, sim, é possível questionar, é a baixa quantidade de policiais designados para fazer a proteção dos torcedores corintianos que foram deslocados para o setor do Guarani. A separação entre as duas torcidas requereria um número grande de policiais, levando-se em conta a novidade da entrada de torcedores – organizados, inclusive – rivais no setor exclusivo da torcida local. Um maior número de policiais certamente acalmaria os impulsos da torcida local em agredir com tanta voracidade a torcida adversária.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a briga entre torcedores e a enorme quantidade de feridos foi consequência de uma série de desleixos, omissões e irresponsabilidades das autoridades competentes, tanto do Estado quanto do clube mandante quanto da Federação estadual de futebol.

A briga entre as duas torcidas só aconteceu porque parte da torcida visitante foi deslocada para o setor da torcida mandante; essa parte da torcida visitante só foi deslocada, porque lhe faltou espaço nos setores destinados à torcida visitante; o espaço para a torcida visitante só faltou porque os organizadores do evento venderam muito mais ingressos do que poderiam. Todos os torcedores presentes a essa partida foram colocados em risco pelos responsáveis pela organização do jogo.

A morte de Sérgio Francisquini, seguida de nenhum inquérito ou investigação sobre a responsabilidade da superlotação do estádio ou sobre a venda de mais ingressos do que o apropriado para a torcida visitante, demonstra que, finda a Ditadura Militar, ainda não existiam direitos civis nas arquibancadas dos estádios brasileiros. A FPF, que lucrou com milhares de ingressos vendidos indevidamente para a partida do Brinco de Ouro, não foi sequer questionada sobre seus atos. A briga de torcedores e as TOBR eram o bode expiatório perfeito para a incompetência e a sanha por lucro dos dirigentes esportivos paulistas. Custou a vida de um torcedor. A família de Sérgio Francisquini tinha ciência do que havia matado seu menino: *“Colocaram mais ingressos à venda do que suporta o Brinco de Ouro. Houve uma superlotação, que originou o tumulto e tudo o que aconteceu naquele dia.”*⁵⁴⁴

A falta de organização do jogo entre Guarani e SCCP, que resultou na morte de Sérgio Francisquini, não entrou em questão por parte da mídia esportiva. Dirigentes de federações e clubes pouco foram questionados, tal como o comando da Polícia Militar. Passadas algumas

⁵⁴⁴ Fala de Sidney Francisquini, irmão de Sérgio, após a morte de seu irmão, reportada por *A Gazeta Esportiva*, 21 de outubro de 1994.

semanas de comoção popular com o caso, tudo seguiu exatamente da mesma forma como estava antes.

A mídia esportiva, antes atenta a todo e qualquer fator exógeno às torcidas e torcedores para explicar confrontos nos estádios, parecia então estar totalmente anestesiada nesse sentido.

O caso que resultou na morte de Márcio Gasparin em 1995 é ainda mais grave.

Morre torcedor vítima de batalha entre uniformizadas no Pacaembu⁵⁴⁵

Márcio Gasparin da Silva, 16, morreu ontem no Hospital das Clínicas, em São Paulo. É a primeira vítima fatal da briga entre torcidas uniformizadas de São Paulo e Palmeiras, dia 20, na final da Supercopa de Juniores no Pacaembu.

Torcedor do São Paulo, Gasparin estava internado desde o dia 20, em coma. Sua morte cerebral foi decretada às 16hs. Ele será enterrado hoje, no Cemitério Chora Menino, em Santana.

Gasparin sofrera múltiplos traumatismos cranianos, provocados por agressões durante a briga de torcidas no Pacaembu. Uma pneumonia agravou seu estado nos últimos dois dias. Ester Gasparin da Silva, mãe de Márcio, estuda processar possíveis responsáveis pela morte, como a Prefeitura de São Paulo (que cuida do Pacaembu) e o Estado de São Paulo (responsável pelo policiamento no jogo).

“Meu filho foi morto pela inconsequência de muitas pessoas. Foi morto pelo Estado, que não garantiu a segurança necessária para que se evitasse essa tragédia, e pelo município, que, irresponsavelmente, abriu ao público um estádio cheio de paus e pedras”, afirma nota entregue à imprensa por Gomes e assinada por Ester.

A briga no Pacaembu aconteceu após a final da Supercopa de Juniores – um dos maiores torneios para menores de 21 anos no país. Após a vitória do Palmeiras por 1 a 0, as duas torcidas invadiram o gramado, fazendo 102 feridos.

Este enfrentamento possui registro audiovisual.⁵⁴⁶ Gasparin saiu de casa no dia 20 de agosto de 1995 para assistir à partida entre São Paulo – seu clube – e Palmeiras pela final da Supercopa de Juniores no Estádio do Pacaembu, em jogo que seria iniciado às 10h00. O jogo em questão foi realizado com portões abertos, isto é, sem a cobrança de ingressos. Os portões abertos são uma tradição para jogos entre equipes de base em torneios disputados em São Paulo. No ano anterior, por exemplo, a Taça SP de Juniores teve sua disputa centralizada na cidade de São Paulo, invariavelmente com entradas gratuitas nos estádios.

O fato de o torneio de 1994 ser disputado com portões abertos e restrito à cidade de São Paulo potencializou a circulação de torcedores e seus encontros nas ruas. A Polícia Militar, que

⁵⁴⁵ *Folha de S. Paulo*, 29 de agosto de 1995, Esporte, p. 1.

⁵⁴⁶ Conferir vídeo completo do confronto no link <https://www.youtube.com/watch?v=me3EvyW3n6k>

não tinha nenhum poder de interferência no que diz respeito ao calendário dos jogos, se manifestou por meio de seu comandante interino, o major Gerson Rezende, que gostaria de participar da elaboração dos calendários de jogos⁵⁴⁷, pois houve um dia em que foi marcado um jogo do São Paulo FC, às 13 horas, no Pacaembu, um da SE Palmeiras, às 17 horas, no Palestra Itália, e um do Corinthians, às 20 horas, no Pacaembu⁵⁴⁸. A distância entre Palestra Itália e Pacaembu é de apenas três quilômetros em caminhada. A marcação de jogos de três rivais para um mesmo dia, sendo dois deles no mesmo estádio, era uma temeridade do ponto de vista da segurança pública, e a Polícia Militar, por meio de seu major, demonstrou ter ciência deste risco.

A preocupação nesse sentido se dava porque no final de semana anterior, quando também houve jogos dos três grandes clubes da cidade, houve problemas no Parque São Jorge, no Palestra Itália e no Pacaembu. Depredação e vandalismo em estações de metrô próximas a estádios, apedrejamento de ônibus, danos a carros de particulares, além de enfrentamento entre torcedores⁵⁴⁹. Palmeirenses e corintianos se encontraram na estação Barra Funda do metrô e houve briga entre as torcidas. Palmeirenses apedrejavam ônibus que suspeitavam ser de rivais que passavam por perto do Palestra Itália; em São Caetano do Sul, um ônibus da torcida corintiana Camisa 12 foi detido após agredir pessoas em seu caminho⁵⁵⁰.

Cinco dias depois, quando da eliminação de seu clube no torneio, alguns torcedores da Mancha Verde foram presos por roubar as camisas de torcedores do São Paulo que encontravam no caminho⁵⁵¹.

Segundo o jornal, a situação apenas melhorou após os organizadores da Taça SP de 1994 decidirem começar a cobrar ingresso para os jogos da competição, o que levou a uma presença menor do público e a uma sensível diminuição na violência entre as torcidas. A situação do início de 1994 sugere, portanto, que não era recomendável o agendamento de jogos envolvendo as equipes grandes de SP num mesmo dia numa mesma cidade, já que as movimentações de torcedores ampliariam sensivelmente o risco de alguma tragédia.

Aparentemente, os organizadores da Super Copa de Juniores de 1995 não aprenderam nada com a Copa SP do ano anterior. Além da situação entre as torcidas que tomava forma em relação ao jogo entre São Paulo e Palmeiras, em agosto de 1995, outra questão logística

⁵⁴⁷ Cf. *GE*, 14 de janeiro de 1994, p. 8.

⁵⁴⁸ Cf. *GE*, 14 de janeiro de 1994, p. 8.

⁵⁴⁹ Cf. *GE*, 12 de janeiro de 1994, p. 8.

⁵⁵⁰ Cf. *GE*, 14 de janeiro de 1994, p. 8.

⁵⁵¹ Cf. *GE*, 19 de janeiro de 1994, p. 6.

potencialmente problemática dizia respeito ao próprio estádio onde o jogo seria jogado, o Pacaembu.

Pouco menos de dois meses antes da referida partida, o Departamento de Controle do Uso de Imóveis da cidade de São Paulo (Contru) havia interditado o setor do “Tobogã” do estádio sob a alegação de que a carga de torcedores neste setor fazia as casas do entorno do estádio tremerem⁵⁵². A interdição de parte do Pacaembu foi o que motivou o deslocamento das finais do Campeonato Paulista de 1995 para a cidade de Ribeirão Preto, cujo estádio Santa Cruz tinha capacidade para 50 mil torcedores, quase o dobro do Pacaembu sem o Tobogã⁵⁵³. A previsão do Contru era a interdição do estádio municipal por 90 dias para a realização das adequações necessárias.

Nesse aspecto, a menção às semelhanças com o caso que resultou na morte de Rodrigo Gásperi, no Estádio Nicolau Alayon, em janeiro de 1992, é inevitável.

Estando o Pacaembu em reformas, era evidente que esta não era a melhor arena para a realização de um jogo que envolvia duas torcidas rivais. Diante desse cenário, em vez de deslocar a partida para o Palestra Itália, para o Morumbi ou mesmo para algum estádio no interior do estado de SP, a Federação Paulista de Futebol – organizadora do torneio – manteve sua decisão de realizar o jogo no Pacaembu em reformas.

Desse modo, o jogo entre Palmeiras e São Paulo pela final da Supercopa de Juniores de 1995 acabou mesmo por ser marcado para acontecer no Pacaembu, ainda em obras. Pedacos de madeira, barras de ferro, pedras, entulho, todo tipo de material usado em construção civil estava ali, nas arquibancadas do Tobogã, que foi isolado para a realização da partida.

O jogo acabou com a vitória do Palmeiras na prorrogação. Os torcedores desceram das arquibancadas para comemorar o título no campo, em frente aos do São Paulo, que estavam perto do Tobogã. Sentindo-se diminuídos, os torcedores tricolores moveram-se da arquibancada lateral para o Tobogã, onde encontraram todo tipo de munição para iniciar um ataque aos palmeirenses. Uma vez no setor do Tobogã, os são-paulinos não tiveram nenhuma dificuldade em derrubar parte do alambrado que os separava do campo de jogo, onde os palmeirenses ainda comemoravam a vitória.

A derrubada do alambrado possibilitou a entrada de centenas de são paulinos armados no campo de jogo. O que aconteceu daí em diante foi o maior confronto entre torcidas

⁵⁵² Cf. *GE*, 10 de junho de 1995, p. 9.

⁵⁵³ Cf. *GE*, 10 de junho de 1995, p. 9.

organizadas já registrado por uma câmera de televisão no Brasil. A batalha durou aproximadamente dez minutos, e houve centenas de feridos.

Este capítulo, que resultou na morte de Márcio Gasparin, marcou também o fim das liberdades das torcidas organizadas de futebol no estado de São Paulo e o início da legislação do próprio Estado no sentido de restringir suas organizações. Devido a esse capítulo, as torcidas *Mancha Verde* e *Tricolor Independente*, principais protagonistas da batalha, foram extintas.

No caso da Batalha do Pacaembu, em 1995, as imagens são ainda mais impactantes que as do Brinco de Ouro, em 1994. No estádio paulistano, os torcedores saíram das arquibancadas, invadiram o campo de jogo armados com materiais de construção de diversas ordens e se digladiaram por alguns minutos, sem trégua.

Mancha Verde e *Tricolor Independente*, as maiores TOBR de seus respectivos clubes, foram, de fato, as mais importantes protagonistas de uma batalha sangrenta e mortal. Ao promoverem uma batalha campal perante as câmeras da própria TV Globo, perderam qualquer chance de defender a manutenção do funcionamento de suas respectivas entidades perante a opinião pública.

Possivelmente, a Batalha do Pacaembu é o caso onde as causas exógenas para o confronto de torcidas foram mais negligenciadas, embora possivelmente tenha sido também aquele em que as causas exógenas às TOBR estiveram mais presentes.

O primeiro elemento exógeno que deve ser apontado refere-se às regras de acesso ao jogo. Já sabemos que, no ano anterior, houve uma série de conflitos entre TOBR nas ruas da cidade de SP, num torneio de futebol de juniores. Um dos motivos alegados para isso, à época, era a ausência da cobrança de ingressos para assistir às partidas. Se a experiência de 1994 estava cronologicamente próxima daquele episódio de 1995 e envolveu a mesma Federação Paulista, então por que se permitiu a realização de um jogo com portões abertos entre duas equipes rivais sem a mobilização de um contingente policial proporcional?

O segundo elemento exógeno a ser apresentado refere-se às condições do estádio do Pacaembu para receber aquela partida: como pôde a FPF permitir a realização de um jogo envolvendo tanta rivalidade num estádio em obras, que dispunha de um arsenal de armas praticamente ilimitado para torcedores em caso de enfrentamento entre torcidas?

Ainda sobre as condições do Estádio do Pacaembu: como pode ter sido tão fácil para a torcida do São Paulo se deslocar de seu setor para o Tobogã, supostamente “isolado” em razão das obras que recebia? Como pode ter sido tão fácil para a torcida do São Paulo derrubar o alambrado que a separava do campo, onde estava a torcida do Palmeiras?

O terceiro elemento exógeno refere-se à escala de jogos no próprio Pacaembu no dia da tragédia. É sabido que para este mesmo dia, além do jogo entre SPFC x SEP pela Supercopa de Juniores, estava também marcada uma partida entre Corinthians e Bragantino válida pelo Campeonato Brasileiro profissional de 1995, a ser disputado a partir das 16h00.

Considerando que a partida entre Palmeiras e São Paulo poderia ser levada à disputa por pênaltis, o que poderia fazê-la durar até 13 horas para definir o campeão, que certamente passaria mais um tempo no estádio comemorando o título, era praticamente certo que alguma – ou as duas – das torcidas podiam encontrar-se com a do Corinthians, que já estaria na porta do estádio esperando para entrar para o seu jogo. Com os portões do estádio abertos, aliás, seria possível inclusive que a torcida do Corinthians entrasse no estádio ainda durante o jogo de seus dois rivais, o que tornaria a situação do dia 20 de agosto de 1995 ainda mais caótica do que de fato foi. Por fim, o último elemento exógeno: onde estava a Polícia Militar nesse tempo todo? Por que não foram designados homens suficientes para fazer a segurança de um evento que, sabia-se, tinha um alto potencial para ocorrer uma briga entre torcidas?

4.11. As TOBR da perspectiva das TOBR

Como esta é uma tese de Ciência Política, a perspectiva que orientou o argumento até aqui foi a perspectiva do Estado em relação às TOBR, o que teve por objetivo esclarecer o modo pelo qual a agência do Estado, articulada com a mediação de estruturas como a mídia esportiva, os clubes de futebol e os *governing bodies* do esporte, foi relevante para a constituição das TOBR, seu crescimento institucional e a escalada da violência como prática constante em seu mundo.

No entanto, da mesma forma que o Estado, a mídia esportiva, os clubes de futebol e os *governing bodies* do esporte são entidades que possuem uma perspectiva própria e interesses próprios em relação ao mundo, também as TOBR e os torcedores de futebol possuem uma perspectiva própria e interesses próprios em relação ao mundo.

Sendo esta uma tese que se propõe a oferecer uma perspectiva histórica das TOBR em relação ao Estado, é de fundamental importância que seja também apresentada qual era a perspectiva daqueles que viveram no interior dessas associações todo o processo que foi descrito no presente e nos anteriores capítulos desta tese. Dessa forma, as próximas páginas serão dedicadas à reconstituição da trajetória das TOBR dos anos 1960 em diante a partir de fontes de informação e atores internos a elas, isto é, os próprios torcedores organizados.

A narrativa, a seguir, foi construída a partir de uma série de entrevistas realizadas com pessoas que foram lideranças de TOBR em algum momento entre as décadas de 1960 e 2000. Essas entrevistas foram realizadas numa parceria entre o Museu do Futebol de São Paulo e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/SP) da Fundação Getúlio Vargas, num projeto chamado “*Territórios do Torcer: Uma análise qualitativa e quantitativa das associações de torcedores de futebol da cidade de São Paulo*”, cujo pesquisador responsável foi Bernardo Borges Buarque de Hollanda. As entrevistas desse projeto foram realizadas entre os anos de 2011 e 2015. Isso significa que, ao contrário de todas as outras fontes primárias usadas até aqui, nesse caso trata-se de fontes primárias não-coevas.

Entre os entrevistados pelo projeto comandado por Hollanda estão:

- Hélio Silva, líder da Torcida Uniformizada do São Paulo (TUSP) nos anos 1970 e 1980;
- Adamastor (apelido de Reginaldo de Souza), líder da Torcida Tricolor Independente nos anos 1990;
- Danilo Zamboni, fundador da Torcida Tricolor Independente;
- Chico Malfitani, fundador da Gaviões da Fiel;

- Dentinho (apelido de José Cláudio Moraes), líder da Gaviões da Fiel, na década de 1990;
- Vila Maria (apelido de Cláudio Faria Romero), fundador da Camisa 12;
- Matheus Rodak, líder da Torcida Uniformizada do Palmeiras (TUP), no início dos anos 1980;
- Marcelo Lima, líder da Torcida Uniformizada do Palmeiras (TUP), nos anos 1990 e 2000;
- Paulo Serdan, fundador da Mancha Verde;
- Cosme Damião Assis, fundador da Torcida Jovem do Santos.

Além de líderes e fundadores de torcidas paulistas, há também o registro de entrevistas realizadas com líderes de torcidas cariocas, sumarizado na obra *A voz da Arquibancada – Narrativas de lideranças da Federação de Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro*⁵⁵⁴. Nessa obra, foram colhidos os depoimentos de lideranças da Fúria Jovem do Botafogo, da Young Flu, da Torcida Jovem do Flamengo, e da Força Jovem do Vasco. Antes de dar início à análise, é pertinente observar que os líderes de torcidas cariocas entrevistados pertencem a gerações mais novas de torcedores, com atividade relevante em suas respectivas torcidas até os anos 2010. Entre os paulistas entrevistados, há desde fundadores de TOBR nos anos 1960 até lideranças atuais. Diante desse cenário onde as informações mais antigas se concentram em SP, esta seção iniciará sua narrativa em SP e incluirá o Rio de Janeiro conforme as narrativas se convergirem em relação ao tempo.

A fala dos líderes de torcidas paulistas deixa evidente que a força motriz da fundação das TOBR bandeirantes após o AI-5 foi justamente o engajamento político de seus componentes, o que aparece de forma destacada nos líderes da Torcida Jovem do Santos e a Gaviões da Fiel, que depois acabou por ter uma dissidência, a Camisa 12. A Torcida Jovem do Santos e a Gaviões da Fiel foram oficialmente fundadas em 1969. A Camisa 12 foi oficialmente fundada em 1971.

Cosme Damião, líder da Torcida Jovem do Santos, era filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e participou da União Nacional dos Estudantes⁵⁵⁵ (UNE). Dentinho, liderança

⁵⁵⁴ HOLLANDA, MEDEIROS, TEIXEIRA (org.). *A voz da Arquibancada – Narrativas de lideranças da Federação de Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

⁵⁵⁵ Cf. Entrevista de Cosme Damião ao projeto *Territórios do Torcer*, concedida no dia 29/10/2011.

da Gaviões da Fiel, foi diretor de sindicato⁵⁵⁶. Chico Malfitani⁵⁵⁷, fundador da Gaviões da Fiel, foi secretário de comunicação de Luiza Erundina (PT) na prefeitura de São Paulo entre 1990 e 1991. Vila Maria, fundador da Camisa 12, era ligado ao PCdoB⁵⁵⁸. Além desses, sabe-se também que Flávio La Selva, fundador e ideólogo da Gaviões da Fiel, também era politicamente ativo, tendo sido inclusive assessor político na câmara dos vereadores de São Paulo⁵⁵⁹.

O perfil dos torcedores acima mencionados é bastante claro: jovens, com ideologia de esquerda e/ou comunista, politicamente ativos e engajados nas atividades de seus respectivos clubes. Especialmente no que se refere aos torcedores do Corinthians, o engajamento político funcionava como uma ferramenta de atuação na política interna do clube, que no ano de 1970 era presidido por um homem que possuía íntimas relações com o Governo Militar: Wadih Helu, que inclusive era deputado federal pelo partido dos governantes militares, a Arena.

Helu havia assumido a Presidência do clube em 1961, e não o levou a nenhuma conquista esportiva relevante até 1969, quando os Gaviões se reuniram com o objetivo de retirá-lo do poder do clube e substituí-lo por outra pessoa mais comprometida com as conquistas esportivas.

Segundo os corinthianos entrevistados, Wadih Helu não era exatamente um democrata, e possuía capangas que eram ordenados a atacar os torcedores que protestassem contra o dirigente nos estádios ou dentro do clube. Pelos depoimentos de Malfitani, Vila Maria e Dentinho, as primeiras batalhas físicas enfrentadas pela Gaviões da Fiel não foram contra outras TOBR, mas sim contra os capangas de Helu que, afirma-se, frequentemente agiam no sentido de desmobilizar a Gaviões da Fiel como força de oposição a seu mandato.

A campanha contra Helu promovida pela Gaviões da Fiel contribuiu para que em 1971 o arenista perdesse o cargo para Miguel Martinez, que festejou a vitória eleitoral com muitos dos membros da torcida.

Pouco tempo depois da eleição de Martinez, a Gaviões rachou. Neste ponto, é interessante observar que cada uma das partes acusa a outra de *peleguismo* e traição. Segundo Chico Malfitani⁵⁶⁰, que continuou na Gaviões, os fundadores da Camisa 12 abriram mão de sua independência ideológica em nome dos benefícios que lhes foram concedidos por Miguel

⁵⁵⁶ Cf. Entrevista de Dentinho ao projeto *Territórios do Torcer*, concedida no dia 05/02/2015.

⁵⁵⁷ Cf. Entrevista de Chico Malfitani ao projeto *Territórios do Torcer*, concedida no dia 31/10/2014.

⁵⁵⁸ Cf. Entrevista de Vila Maria ao projeto *Territórios do Torcer*, concedida no dia 09/03/2015.

⁵⁵⁹ Cf. Entrevista de Dentinho ao projeto *Territórios do Torcer*, concedida no dia 05/02/2015.

⁵⁶⁰ Cf. Entrevista de Chico Malfitani ao projeto *Territórios do Torcer*, concedida no dia 31/10/2014.

Martinez, a quem continuaram fiéis. Segundo Vila Maria⁵⁶¹, que dissidiu e fundou a Camisa 12, foram os Gaviões que abriram mão de sua independência ideológica para usufruir dos benefícios políticos de uma aliança com Vicente Matheus, outra figura importante na política do clube.

Independentemente de qual é a versão verdadeira, o fato é que, a partir de então, Gaviões e Camisa 12 entraram em conflito. Malfitani fala de agressões físicas entre membros das duas TOBR corintianas já nos anos 1970 devido à cisão ideológica entre as duas.

A despeito do engajamento político de Cosme Damião, líder da Torcida Jovem do Santos, não há nos depoimentos colhidos muita informação sobre a atuação política de sua TOBR junto ao Santos FC em seus primeiros anos de atividade. Nesse sentido, o que há é um depoimento de Paulo Serdan⁵⁶², fundador da Mancha Verde, onde este afirma que até os anos 1980, as TOBR que prevaleciam no cenário paulista eram a Gaviões da Fiel e a Torcida Jovem do Santos. Diz Serdan:

O que acontecia é assim: você tinha, aqui no estado de São Paulo, na cidade de São Paulo, você tinha duas torcidas que mandavam – uma mais, e a outra, um pouco menos, mas mandavam –, que era os Gaviões e a Jovem. [...] Aqui, a gente acabou perdendo o material, uma vez, para a Jovem do Santos, aqui; os Gaviões vira e mexe afrontavam a torcida do Palmeiras... Uma vez eles alugaram o Parque Antártica para fazer um jogo lá, e na saída, depois do jogo, invadiram a sede da TUP lá, o quartinho da TUP, e roubaram mais de 80 bandeiras. [...] A TUP tinha uma outra mentalidade, uma outra ideologia. Até é uma frase que a TUP usava muito, “levamos mais paz aos estádios” e tudo mais.⁵⁶³

A predominância da Gaviões e a Torcida Jovem do Santos, no estado de São Paulo durante os anos 1970 e início dos anos 1980, é também asseverada por Dentinho, líder da Gaviões da Fiel nos anos 1980 e 1990:

Na época, a grande torcida de rivalidade não era nem Palmeiras, nem São Paulo, era o Santos. A grande força de torcida que surgiu logo após a Gaviões foi a Torcida Jovem do Santos. A TUP, na época surgiu, era uma coisa mais ligada ao clube. A Independente não existia na época, existia a TUSP, do Hélio Silva, então, era uma torcida também ligada ao São Paulo. A Independente veio depois.⁵⁶⁴

As falas de Serdan e Dentinho sugerem que até o final dos anos 1970, portanto, havia dois perfis distintos de torcida em SP. Por um lado, havia as torcidas politicamente ativas,

⁵⁶¹ Cf. Entrevista de Vila Maria ao projeto *Territórios do Torcer*, concedida no dia 09/03/2015.

⁵⁶² Cf. Entrevista de Paulo Serdan ao projeto *Territórios do Torcer*, concedida no dia 19/01/2015.

⁵⁶³ Paulo Serdan, ex-presidente da Mancha Verde, em entrevista ao projeto *Territórios do Torcer*, concedida no dia 19/01/2015.

⁵⁶⁴ Dentinho, ex-presidente da Gaviões da Fiel, em entrevista ao projeto *Territórios do Torcer*, concedida no dia 19/01/2015.

contestadoras e independentes de seus respectivos clubes, entre as quais os principais expoentes eram Gaviões da Fiel e Torcida Jovem do Santos. Por outro lado, havia as torcidas de Palmeiras (TUP) e São Paulo (TUSP), que eram menos politizadas, possuíam ligação intensa com as diretorias de seus respectivos clubes e condenavam a prática de violência por parte de seus integrantes.

No que diz respeito à condenação da violência dentro de algumas das TOBR paulistas nos anos 1970, um personagem importante é o líder da TUSP, Hélio Silva:

Eu fazia muita questão que os pais fossem com os filhos. [...] A Tusp foi a única torcida que ia jogar no interior, eu fiz uma faixa oficial “A Tusp parabeniza seus adversários”. Então a gente dava uma volta olímpica, eu pegava o presidente da torcida adversária, com as bandeiras misturadas, dava uma volta olímpica, e no meio eu pegava uma moça que dava um ramallete de flor para o capitão da torcida, fiz tudo isso aí, essa época romântica, gostosa. Queria que o público visse, pô, os dois estão juntos, porque vamos brigar? Eu era desse jeito, fazia isso. Tinha muita gente que me criticava, achava que tinha que ser adversário, tinha que brigar, eu sempre tive essa linha.⁵⁶⁵

A fala de Hélio Silva, líder da TUSP, evidencia que ele prezava pela presença dos pais de jovens torcedores em sua associação e que possuía uma ideologia pacífica, de promoção da confraternização entre torcedores de distintas equipes e de condenação à prática de violência entre TOBR. Além de Hélio Silva, o único entre todos os entrevistados das cidades de SP e RJ que assume uma postura francamente condenatória em relação à violência entre TOBR e o confronto em estádios é Matheus Rodak, líder da TUP no início dos anos 1980:

A conduta que a gente tinha a primeira coisa é que não podia brigar. Se tivesse violência, briga, a pessoa era afastada da torcida. [...] A conduta tinha que ser impecável. Nós estávamos no estádio para torcer e fazer festa.⁵⁶⁶

As falas de Hélio Silva e Matheus Rodak, respectivamente líderes de TUSP e TUP, evidenciam o perfil estadonovista dessas associações em meados dos 1970, e início dos anos 1980. Elementos como disciplina, cordialidade e respeito ao adversário estão presentes em suas falas.

Especialmente no que diz respeito à TOBR palmeirense liderada por Rodak, ela não somente era pacifista como também era de composição deliberadamente limitada. Seu ex-presidente afirma que, à sua época, o número de componentes da torcida era restrito a 300 e, alcançado esse número, para que um novo componente pudesse ingressar, um componente teria que sair:

⁵⁶⁵ Hélio Silva, ex-presidente da TUSP, em entrevista ao projeto *Territórios do Torcer*, concedida no dia 11/02/2015.

⁵⁶⁶ Matheus Rodak, ex-presidente da TUP, em entrevista ao projeto *Territórios do Torcer*, concedida no dia 09/09/2014.

A gente para se organizar, nós tínhamos um número limitado que eram 300 associados. Depois disso só podia entrar um se outro saísse. Então todo ano havia uma renovação de inscrição. Isso fez com que a torcida se tornasse organizada, porque tinham 300 pagantes, tinha uma mensalidade que você pagava, e nós fornecíamos ingresso em todos os jogos. Tínhamos 300 associados e só podia entrar um se o outro saísse, isso fez com que a gente se organizasse, criasse um conselho, uma diretoria.⁵⁶⁷

A fala de Rodak evidencia que a ideologia da TUP era completamente distinta das TOBR de Corinthians e Santos, por exemplo. Além de ser avessa a brigas e não possuir lideranças politizadas⁵⁶⁸, a TOBR palmeirense contava com “teto” de componentes, o que com o passar do tempo acabou por se tornar um problema:

Mas quando chegou no fim dos anos 70, não dava mais, tinha muita gente querendo entrar. E aí começou a surgir outras torcidas do Palmeiras. [...] A TUP quando a turma brigava, punha o pessoal para fora. Esse pessoal começou a se organizar, esse pessoal tirado, se ajuntar, tal. Eu não encarava eles como inimigo porque eram palmeirenses como nós. Fizemos muita coisa em conjunto, eu tinha um diálogo muito bom com eles, não tinha problema nenhum. Só não queria misturar, esse negócio de amizade com briga, para brigar com terceiros, isso eu não aceitava mesmo. Era questão de covardia, não sei que; não, é nossa questão de princípio.⁵⁶⁹

A avaliação do caso da TUP é essencial para os propósitos desta tese. Isso se dá assim porque foi exatamente seu perfil estadonovista o responsável por sua derrocada e superação como TOBR dentro de seu próprio clube, o Palmeiras. Um dos fatores decisivos para essa derrocada foi justamente a limitação do número de componentes. Outro fator relevante é o de que a torcida do Palmeiras e, especialmente a TUP, era uma torcida muito reprimida pelas outras TOBR nos estádios, o que é reconhecido inclusive por líderes de TOBR rivais do Palmeiras, como Dentinho, líder da Gaviões da Fiel

E a torcida do Palmeiras era uma torcida muito – eu até reconheço – era muito reprimida. Todo mundo gostava de tirar uma casquinha da torcida do Palmeiras. Porque a TUP era a Torcida Uniformizada do Palmeiras, era ligada ao Palmeiras, recebia ingressos, parte de ingressos. Eles entravam pelo Morumbi, por dentro ali do portão principal. Então, a torcida do Palmeiras sempre foi tirada assim, como torcida.⁵⁷⁰

Ao passo que as lideranças da TUP se mantinham firmes na ideia de limitar o número de integrantes da torcida e não ceder às violentas provocações e agressões de TOBR rivais, os

⁵⁶⁷ Matheus Rodak, ex-presidente da TUP, em entrevista ao projeto *Territórios do Torcer*, concedida no dia 09/09/2014.

⁵⁶⁸ Segundo Rodak, a TUP foi a única entre as grandes TOBR de SP a não participar dos eventos pelas eleições diretas no país em 1984 por não querer envolver os assuntos da torcida com política.

⁵⁶⁹ Matheus Rodak, ex-presidente da TUP, em entrevista ao projeto *Territórios do Torcer*, concedida no dia 09/09/2014.

⁵⁷⁰ Dentinho, ex-presidente da Gaviões da Fiel, em entrevista ao projeto *Territórios do Torcer*, concedida no dia 19/01/2015.

torcedores palmeirenses que estavam do lado de fora da principal TOBR do clube eram cada vez mais numerosos do que os que estavam do lado de dentro.

No início dos anos 1980, portanto, foi se formando uma série de TOBR palmeirenses com menos participantes que a TUP. Entretanto, tais torcidas possuíam uma ideologia que já não era pacifista. Após algum tempo algumas dessas pequenas TOBR se uniram e formaram a Mancha Verde, cuja ideologia era trazer equilíbrio ao jogo de forças das TOBR, em São Paulo. Na ideologia de fundação da Mancha Verde, o equilíbrio de forças em relação a outras TOBR somente poderia ser alcançado por meio da equiparação ou da superação do grau de violência apresentado por suas rivais, especialmente Gaviões da Fiel e Torcida Jovem do Santos, costumeiras algozes da torcida do Palmeiras e da TUP.

Ao mesmo tempo em que a Mancha Verde negava o formato estadonovista de TOBR característico da TUP, a nova TOBR palmeirense tampouco possuía em sua fundação líderes politicamente engajados, como era o caso das TOBR de Corinthians e Santos à época de suas respectivas fundações, em 1969. A ideologia da Mancha era restabelecer o respeito pela torcida do Palmeiras nas arquibancadas por meio do revide da violência sofrida até então.

Dessa forma, ao passo que as TOBR de Santos e Corinthians tiveram propósitos políticos relativos à política interna de seus respectivos clubes à época de sua fundação, a nova TOBR do Palmeiras foi fundada com o propósito de medir forças com as TOBR de clubes rivais.

A partir do momento em que a Mancha Verde se consolidou como uma torcida que era “boa de briga” a ponto de equiparar forças com as duas maiores TOBR paulistas até então, o São Paulo Futebol Clube passou a ser o único entre os grandes clubes de SP a não possuir uma agremiação de torcedores capaz de encarar em condições de igualdade as torcidas adversárias.

Foi nesse contexto que a Torcida Tricolor Independente, uma dissidência da TUSP datada de 1972, acabou por incorporar a preparação para o confronto com torcidas rivais em suas práticas e preocupações. A preocupação em “trazer respeito” para a torcida do SPFC é perceptível na fala de Adamastor, um dos principais responsáveis pela mudança de perfil na Torcida Tricolor Independente nos anos 1980:

Eu olhava para o lado, 99% dos caras (da torcida do São Paulo) eram branquinho, burguesinho e tal, não tinha aqueles negão, não tinha nego forte, não tinha nada, a torcida era diferente. Aí você fala, como eu vou buscar, pegar isso e vou legar o respeito? E a gente conseguiu. Aos trancos e barrancos conseguiu, e eu me lembro como se fosse um marco, depois de um acontecimento teve uma briga com a Mancha, eu chamei os moleques na época, falei, olha, o meu objetivo foi cumprido, daqui para frente está na mão de vocês, não vão fazer besteira agora.⁵⁷¹

⁵⁷¹ Adamastor, líder da Independente, em entrevista ao projeto *Territórios do Torcer*, concedida no dia 17.11.2014.

A Independente se consolidou como a principal TOBR do São Paulo FC apenas a partir do final dos anos 1980, quando, liderada por Adamastor, ganhou força por se preparar para o confronto com outras TOBR, algo que era rechaçado peremptoriamente por Hélio Silva, o presidente da TUSP. De um ponto de vista analítico, a trajetória da Independente e da TUSP como torcidas do São Paulo é muito similar à trajetória de Mancha Verde e TUP como torcidas do Palmeiras, respectivamente.

Com a consolidação da Independente, entre o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, o círculo das grandes TOBR em São Paulo estava fechado: os quatro grandes clubes do estado passaram a estar dotados de ao menos uma torcida que reunia milhares de torcedores preparados para a defesa em eventuais confrontos.

A primeira consequência da hegemonia das TOBR preparadas para as brigas foi que a lógica estadonovista para organização de TOBR foi definitivamente enterrada e substituída por uma lógica de afrontas e combates entre TOBR. A principal ilustração desse processo é a perda de protagonismo de torcidas como a TUSP e a TUP.

A formação de TOBR como a Mancha Verde e a Independente foi uma espécie de adaptação associativa dos torcedores de Palmeiras e São Paulo à demanda de preparação para o enfrentamento com outras TOBR dentro e fora dos estádios, o que já existia entre os torcedores de Corinthians e Santos desde o início dos anos 1970.

Uma segunda consequência do prevalecimento da lógica do enfrentamento no círculo das TOBR foi o estabelecimento de algo como uma “ética do enfrentamento”, que pode ser notada no discurso de alguns dos torcedores entrevistados. O próprio Adamastor, representante da guinada para o enfrentamento na Torcida Tricolor Independente, afirma que:

A Mancha Verde quando surgiu que era grande, na esquina de casa, os caras saíam com 50 caras ali, na rua debaixo saía o Gaviões da Fiel, e a Independente não tinha núcleo nenhum no meu bairro. Eu saía da minha casa com a camisa da Independente, passava no meio dos caras, “bom dia, boa tarde”, todo mundo me respeitava, pegava meu ônibus, ia, nunca sofri nenhuma covardia, pela relação da troca do respeito. Isso sempre esteve comigo presente desde quando fui de torcida organizada; foi uma herança que eu vim trazendo.⁵⁷²

Adamastor é uma figura que, ao contrário de Hélio Silva, por exemplo, não possui pudores em contar os capítulos de enfrentamentos com outras TOBR, fosse dentro ou fora dos estádios. Na fala de Adamastor é perceptível que a violência não era tomada como um problema para os torcedores participantes daquele meio, mas como um componente de um jogo de rivalidades, combates e estratégias de ataque e defesa que passou a permear invariavelmente a rotina daquelas pessoas que pertenciam a associações de torcedores em São Paulo nesse período da

⁵⁷² Adamastor, líder da Independente, em entrevista ao projeto *Territórios do Torcer*, concedida no dia 17.11.2014.

história. No excerto abaixo, Adamastor narra uma briga entre Independente e Mancha Verde, que ele entende ser o ponto de virada para que sua torcida passasse a ser respeitada no meio das TOBR:

A gente teve um jogo para o Rio de Janeiro, a gente ia jogar com o Botafogo e acho que o Palmeiras ia jogar com o Vasco, resumindo, a gente sabia que a Mancha ia estar na estrada e a gente ia estar na estrada. Cara, a gente foi de fato preparado, mas não querendo acreditar que poderia ter o confronto. A petulância dos caras era tão grande com a gente, que num momento da estrada a gente foi passar, eles estavam num posto de gasolina do outro lado, tipo, eu não esqueço a cena, os caras tudo de braço cruzado, tipo assim, “e aí, seus trouxas?” Estava eu e mais quatro ônibus, eu falei para o motorista, para. Parou. A hora que parou os ônibus, os caras já tinham atravessado... parou a Dutra, essa briga foi épica, os caras atravessaram a pista e veio... Porque os caras tinham muita certeza do que estavam fazendo, porque, “os bunda mole da Independente...”, por relação, não sei do medo, da vontade de pegar os caras, a gente fez os caras correrem. [...] E aí foi ali que foi o marco do respeito, falou, “opa, agora o buraco é mais embaixo, Mancha, você está vendo? Segura a onda”. Então ali, como briga de torcida organizada, independente da forma que foi ou não, a gente parou, enfrentou e melhor, tomou a melhor. Para a torcida, aquele marco da estrada foi a virada.⁵⁷³

Adamastor pertence à mesma geração de torcedores que foram entrevistados por Hollanda, Medeiros e Teixeira⁵⁷⁴ no Rio de Janeiro em *A voz da arquibancada*. Nos depoimentos dos torcedores cariocas, há também uma série de narrativas que podem ser comparadas às histórias de fundação da Mancha Verde e da Torcida Tricolor Independente em São Paulo. São histórias que falam sobre uma situação de opressão de um grupo de torcedores por parte de uma TOBR rival que foi resolvida por meio do revide e do aumento da violência. Nesse sentido, Noy, líder da torcida Fúria Jovem do Botafogo afirma que:

Antes da minha geração, há uma intermediária e o símbolo dela é o Russão. Uma pessoa pouco vibrante e líder de uma torcida sem chegada. A minha turma – nascida a partir de 1970 e pouco – foi a que botou pé firme. Antigamente, sabíamos que o pessoal do Botafogo ficava na área do Bar da 18 apanhava dos flamenguistas e ia embora com o rabo entre as pernas. Até que a molecada reagiu e falou: – “Eu não vou sair daqui”.⁵⁷⁵

Além de Noy, torcedor do Botafogo, João Luiz, torcedor do Vasco e líder da torcida Força Jovem do Vasco conta a história de afirmação de sua torcida por meio da violência:

No Maracanã, cada torcida ocupava uma sala. Ficávamos lá deitados e o pessoal do Flamengo vinha para tentar pegar as nossas faixas, bandeiras. Eu era moleque, eles davam cascudos e ordenavam: – “Saia daqui!”. [...] Tempos depois, em um Vasco e Flamengo, houve uma “Noite das garrafadas”. Os bares da região do Maracanã estavam fazendo reposição de estoque e muitas garrafas estavam nas calçadas do lado

⁵⁷³ Adamastor, líder da Independente, em entrevista ao projeto *Territórios do Torcer*, concedida no dia 17.11.2014.

⁵⁷⁴ HOLLANDA, MEDEIROS, TEIXEIRA (org.). *A voz da Arquibancada – Narrativas de lideranças da Federação de Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

⁵⁷⁵ Noy, líder da Fúria Jovem do Botafogo, em entrevista a HOLLANDA, MEDEIROS, TEIXEIRA (org.). *A voz da Arquibancada – Narrativas de lideranças da Federação de Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015, pp. 32-3.

de fora. Planejamos: – “O pessoal do Flamengo vai chegar por cima”. Demos a volta no estádio correndo atrás deles e arremessando os cascos. A partir desse dia, eles pararam de tentar invadir nossa sala. Concluíram: – “Os caras não são mais bobos, não dá mais para irmos lá...”⁵⁷⁶

Para essa geração de torcedores, a violência é um componente inerente à vida em uma TOBR. João Luiz, líder da Força Jovem do Vasco, afirma que “*os conflitos entre organizadas eram uma forma de socialização, meio Clube da Luta*”⁵⁷⁷.

A referência ao filme de David Fincher⁵⁷⁸ ganha ainda mais vida na fala de Zé Maria, líder da Torcida Jovem do Flamengo, que diz: “*Havia uma prática comum que fazíamos com os praças do GEPE. Dávamos um dinheiro para eles fazerem vista grossa e montávamos uma espécie de rinha, na qual brigávamos um contra um.*”⁵⁷⁹

Apesar de serem os principais responsáveis pela conversão da violência de algo excepcional para algo corriqueiro na rotina das TOBR, tanto os líderes de torcida de SP quanto os do RJ afirmam a existência de um regramento sobre a forma como a violência entre TOBR deveria ocorrer.

É perceptível, dentro do discurso de algumas lideranças, que existe algo que se possa chamar de violência “legítima”. Essa violência legítima diz respeito à defesa da honra da própria TOBR e à humilhação simbólica da TOBR rival, que costumeiramente passava pelo roubo de camisas e materiais de torcida. Isso é perceptível na seguinte fala de Chico Malfitani, fundador da Gaviões da Fiel:

No meu tempo de garoto, a gente brigava, saía na rua brigava, mas nunca presenciei durante anos da minha vida um fato de você pegar um palmeirense, um são-paulino, coitado, caído no chão e dez pessoas ficarem chutando, batendo no cara. Não existia isso. Ao contrário, tirava a camisa, dava uns tapas... Tirava a camisa, tirava a bermuda, para deixar o cara ir de cueca para casa, era uma coisa mais adequada a época.⁵⁸⁰

A simbologia do roubo da camisa de um membro de uma TOBR rival em meio a uma briga é algo que também é mencionado por Adamastor, da Independente:

Tipo, como naquele dia, ficou um ou outro, o cara caiu no chão... olha só a viagem, sabe qual era o nosso prêmio? Quando o cara caía no chão ou coisa parecida, sabe

⁵⁷⁶ João Luiz, líder da Força Jovem do Vasco, em entrevista a HOLLANDA, MEDEIROS, TEIXEIRA (org.). *A voz da Arquibancada – Narrativas de lideranças da Federação de Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015, p. 105.

⁵⁷⁷ João Luiz, líder da Força Jovem do Vasco, em entrevista a HOLLANDA, MEDEIROS, TEIXEIRA (org.). *A voz da Arquibancada – Narrativas de lideranças da Federação de Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015, p. 112.

⁵⁷⁸ *Fight Club*, filme dirigido por David Fincher em 1999. Estados Unidos, 139 minutos.

⁵⁷⁹ Zé Maria, líder da Torcida Jovem do Flamengo, em entrevista a HOLLANDA, MEDEIROS, TEIXEIRA (org.). *A voz da Arquibancada – Narrativas de lideranças da Federação de Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015, p. 97.

⁵⁸⁰ Chico Malfitani em entrevista ao projeto *Territórios do Torcer*, concedida no dia 31/10/2014.

qual era a primeira reação de qualquer pessoa? Tomar a camisa. O prêmio da briga era tomar a camisa do cara da torcida organizada, o troféu.⁵⁸¹

Além do roubo de camisas e materiais de TOBR rivais, outra prática comum às TOBR no final dos anos 1980 e 1990 eram as brigas de grandes grupos, onde o objetivo era vencer a torcida adversária numa disputa que não envolvesse o uso de quaisquer tipos de arma, como afirma Zé Maria, da Torcida Jovem do Flamengo:

O interessante para nós, em tempos mais recentes, era invadir o esqueleto – entrada do Botafogo, Vasco e Fluminense – e botar os caras para correrem. Se algum caísse e desmaiasse, dizíamos: – “Ah, apagou? Então, deixa esse merda aí”. Queríamos dar uma surra, hoje em dia querem matar. A cabeça do rival é um troféu.⁵⁸²

Os líderes de TOBR dos anos 1980 e 1990 afirmam que a violência experimentada por eles, regrada por uma ética que transcendia a rivalidade, acabou por sair de controle. Existe um relativo consenso de que os líderes de torcida mais recentes não possuem poder suficiente para conter a prática de violência “não-legítima” por parte de alguns setores de suas torcidas.

A percepção é que a violência ganhou autonomia em relação à ideologia que dava suporte à violência legítima entre distintas TOBR em períodos anteriores. Esse elemento é perceptível na fala de Kunta, da Fúria Jovem do Botafogo:

Hoje em dia, as pessoas querem se matar. É diferente. A gente gostava de brigar, porém tínhamos ideologia. Defendíamos aquilo porque achávamos que o Botafogo era a coisa mais importante na nossa vida. Uma coisa é você chegar ao estádio: – “Vamos entrar por aqui e pegar os caras”. – “Para quê?” – “Para mostrar quem nós somos”. Outra, bem diferente, é sair de casa assim: – “Estou com meu armamento aqui. Vamos metralhar ônibus, matar...”. Isso é bandidagem.⁵⁸³

Além da “perda de ideologia”, outro elemento apontado como potencializador de mortes nos confrontos entre TOBR é o seccionamento do comando das TOBR em pequenos poderes locais, como diz Dentinho, da Gaviões da Fiel:

A partir do momento em que você começou a criar esses núcleos fora, esses grupos dessas torcidas começaram a crescer dentro de certos bairros. Aí ou você acompanha esse lance ou você... É o que acontece, a lei da vida das torcidas é isso hoje, você não pode perder essa guerra por fora. “Ah se lá tem o grupo x, tem que ter o grupo dos Gaviões, se não, nós estamos apanhando lá todo dia”. Sabe esses assuntos? Chega lá na quadra “Oh meu, os caras lá em Itapevi estão com um grupo lá, estão pegando tudo quanto é corintiano lá”. Tem que gritar um ponto de encontro lá em Itapevi para não tomar prejuízo lá, entendeu? Foi assim que começou a crescer.⁵⁸⁴

⁵⁸¹ Adamastor, líder da Independente, em entrevista ao projeto *Territórios do Torcer*, concedida no dia 17.11.2014.

⁵⁸² Zé Maria, líder da Torcida Jovem do Flamengo, em entrevista a HOLLANDA, MEDEIROS, TEIXEIRA (org.). *A voz da Arquibancada – Narrativas de lideranças da Federação de Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015, p. 85.

⁵⁸³ Kunta, líder da Torcida Jovem do Flamengo, em entrevista a HOLLANDA, MEDEIROS, TEIXEIRA (org.). *A voz da Arquibancada – Narrativas de lideranças da Federação de Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015, p. 137.

⁵⁸⁴ Dentinho, ex-presidente da Gaviões da Fiel, em entrevista ao projeto *Territórios do Torcer*, concedida no dia 19/01/2015

No mundo das TOBR, existe então um relativo consenso de que as subdivisões de bairro e o fim da ideologia que colocava um limite à “violência legítima” entre torcedores de TOBR rivais fez com que os atos de violência praticados sob o manto das TOBR saísse do controle de suas próprias lideranças, ganhando significados e implicações que transcendem o futebol, os clubes e a disputa esportiva, razão pela qual as TOBR foram originalmente criadas.

4.12. Conclusão do capítulo

O acontecimento de maior relevância trazido pelo quarto capítulo é a saída deliberada do Estado do controle institucional do futebol brasileiro, e a consequente transferência do controle de suas operações para o Mercado, nesse caso corporificado pela Rede Globo de Televisão. Essa transferência significou o fim do regime de Futebol de Estado e o início do regime de Futebol para Mercado no Brasil.

Do ponto de vista dos *governing bodies*, a principal mudança foi que a CBD, entidade cujo nome e reputação ficaram profundamente associados ao regime militar, foi dissolvida, e em seu lugar foi criada a Confederação Brasileira de Futebol, CBF, uma entidade declaradamente civil para comandar o esporte brasileiro. Após a saída dos militares do governo e o fim do interesse orgânico do Estado no futebol, não demorou muito para que o grupo de Havelange, que ocupava o poder na entidade antes da interferência militar, voltasse ao comando. Isso aconteceu em 1989, quando Ricardo Teixeira, o genro de João Havelange, assumiu a presidência da entidade.

De característica tão mercadológica quanto seu sogro, Ricardo Teixeira se encarregou de articular-se com a Rede Globo de Televisão de modo a tornar o futebol brasileiro o mais rentável possível tanto para a maior emissora de televisão do país quanto para a própria CBF.

Um dos principais efeitos da entrada definitiva da Rede Globo com uma lógica de Mercado no comando das operações do futebol brasileiro foi o substancial aumento da transmissão de jogos pela televisão, a busca por patrocinadores para os eventos, e a rotinização da transmissão televisiva de jogos, visando a criação de um público consumidor cativo para o futebol brasileiro.

Do ponto de vista da Rede Globo – ou de qualquer emissora de TV que detenha direitos econômicos de uma liga de futebol –, o consumidor final do futebol não é aquele que vai ao estádio, mas sim aquele que assiste ao jogo a partir da televisão. Dessa forma, com a saída do Estado e o ingresso do Mercado no controle das operações do futebol brasileiro, o torcedor deixa de ser tomado como cidadão / eleitor, e passa a ser abordado como consumidor.

Boa parte da mídia esportiva progressista enfatizava a contribuição das TOBR na luta social por direitos e cidadania desde fins dos anos 1960 até os anos 1984 e 1985, os últimos do regime militar. Era uma mídia esportiva politicamente militante, que tomava os torcedores de futebol como potenciais contestadores do regime militar e transformadores da realidade social, na direção progressista.

Com o fim do governo militar, o ativismo político da mídia esportiva – especialmente em relação às TOBR – perdeu a razão de ser. Simultaneamente a este processo, principalmente pelo aumento de transmissões televisivas de partidas de futebol, foram multiplicados os registros audiovisuais de brigas de torcidas em estádios.

Entre o fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, o cenário era o seguinte: o Estado já havia aberto mão do controle institucional do futebol, cujas operações passaram para uma instituição de Mercado, a Rede Globo. Ao mesmo tempo, a violência entre torcedores atingia níveis inéditos, e incidia inclusive sobre membros de setores da mídia esportiva que, até então, eram simpáticos às TOBR.

Com a saída dos militares do Poder Executivo e a extinção da CBD, a CBF e seus dirigentes civis tocaram o processo de conversão do futebol brasileiro de ferramenta política para produto comercial, o que, em nossa conceituação, significa o início do regime de Futebol para Mercado, cuja principal característica é a não-interferência estatal nas instituições do esporte, de modo a permitir que os atores persigam a seus interesses de forma livre.

Ao serem deixados livres para exercer suas próprias escolhas, clubes, federações e grupos de mídia optaram pelo lucro, e perceberam que as TOBR eram um obstáculo à realização do ganho ótimo com a exploração comercial dos eventos esportivos, especialmente pela violência que traziam com cada vez mais frequência às praças esportivas.

Desamparadas por Estado e por mídia esportiva, e violentas como nunca antes, as TOBR foram, a partir do início dos anos 1990, retratadas pelos principais veículos de comunicação como o mal a ser extirpado do futebol brasileiro. As cenas de violência entre elas, registradas com cada vez mais frequência a partir de então, acabaram por se tornar um argumento inapelável para a legitimação do processo de repressão liderado pelo Estado sobre elas.

Mais de duas décadas após 1995, algumas lideranças de TOBR reconhecem que, pelo crescimento de suas respectivas organizações, e também pela pulverização do poder da entidade em “sub-sedes” de bairro ou de cidades metropolitanas, a contenção da violência entre associações de torcedores se tornou uma missão muito difícil, inclusive para os próprios líderes de TOBR.

CONCLUSÃO DA TESE

O interesse do Estado no esporte é uma variável fundamental para a compreensão do fenômeno das TOBR. Em nível mundial, os primeiros Estados Nacionais a interessarem-se por esporte foram Alemanha e Itália, pouco tempo após o fim da Primeira Guerra Mundial.

A prática esportiva na Alemanha já era bastante difusa no fim da década de 1910 e acontecia em diversos níveis da sociedade civil desse país, independentemente de classe social, religião ou gênero. Nos anos 1920, o que se estabeleceu na Alemanha não foi um regime de Esporte de Estado, mas um Estado que fomentava a prática esportiva em Sociedade Civil. Nesse período, já existia a ideologia de que o esporte era uma forma de servir à sociedade e à Nação. Isso ganhou contornos diferentes, quando o governo nazista assumiu o poder, em 1933, e passou a associar a prática esportiva a uma forma de prestar serviço ao Estado, o Estado nazista.

A noção de Esporte a serviço do Estado já estava presente na Itália desde a década de 1920, uma vez que os fascistas assumiram o governo do país em 1922. O regime de Futebol de Estado nesse país foi iniciado em 1926 e uma de suas principais consequências foi a centralização do poder esportivo em uma só entidade (o CONI, em nível geral, e a FIGC, para o futebol), cujos comandantes eram alinhados ao fascismo.

As práticas que caracterizaram os regimes de Futebol de Estado na Alemanha e na Itália foram a censura da mídia esportiva, a concentração do poder esportivo em nível nacional em uma só entidade, comandada por um homem ideologicamente alinhado ao governo, o modelamento dos clubes de futebol de acordo com os propósitos do regime, a nacionalização do esporte, o fomento ao vínculo dos cidadãos com a Pátria por meio do esporte e a colocação dos principais atletas de um país como os representantes das virtudes físicas e competitivas da Nação.

As Copas do Mundo e os Jogos Olímpicos disputados entre 1934 e 1938 mostraram para o mundo como um regime de Esporte de Estado poderia ser eficiente na tarefa de elevar a autoestima de um povo e como ferramenta de propaganda política tanto em nível doméstico quanto em nível internacional.

Especificamente no que diz respeito a torcedores de futebol, os regimes de Esporte de Estado europeus não foram eficientes a ponto de criar um lugar institucional para os torcedores, de modo que os comportamentos desviantes nas arquibancadas eram frequentemente contidos com base na repressão policial ou de milícias.

Ao contrário dos países europeus citados, no Brasil dos anos 1910 e 1920, a prática esportiva era restrita a uma pequena fatia da população, pois o acesso a instalações esportivas era bastante escasso. Nesse contexto, o futebol chegou ao país e se constituiu como uma prática de elite, que se dava dentro do amadorismo, característico do regime de Esporte em Sociedade Civil.

O amadorismo no futebol brasileiro começou a sofrer os primeiros abalos nos anos 1920, quando, para obter benefícios na disputa futebolística, alguns clubes passaram a contratar jogadores que provinham de estratos sociais mais humildes para atuar em seus quadros por compensações financeiras feitas de forma escondida e secreta. Com o passar do tempo, o ingresso de jogadores de origens humildes nos campos de futebol mediante o pagamento de compensações financeiras foi ficando cada vez mais comum, e então o profissionalismo se tornou uma questão candente no futebol nacional.

A oposição entre amadorismo e profissionalismo no esporte brasileiro resultou no Dissídio Esportivo, em 1933, que durou por quatro anos e foi encerrado quando o principal defensor do esporte profissional no país, Arnaldo Guinle, chegou a um acordo com Luiz Aranha, presidente da CBD, sobre a aceitação do profissionalismo no futebol de clubes brasileiros. Cabe pontuar que, em 1937 – ano que terminou o Dissídio Esportivo –, o governo brasileiro já possuía um firme interesse na gestão dos esportes, o que fica ainda mais evidente pelo fato de ter enviado um informante para avaliar os efeitos políticos dos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936.

O profissionalismo no esporte brasileiro conviveu pacificamente com os interesses do Estado até o ano de 1941, quando Getúlio Vargas instituiu o CND e colocou todos os esportes brasileiros sob o comando do Estado, o que marcou o início do regime de Esporte de Estado no Brasil.

Por influência de João Lyra Filho, o idealizador do regime de Esporte de Estado no Brasil, a estrutura institucional do Futebol de Estado brasileiro levou em conta não somente clubes de futebol, mídia esportiva e *governing bodies*, mas também os torcedores de futebol. É por essa razão que, em parceria com *A Gazeta Esportiva*, de Thomaz Mazzoni – entusiasta do regime de Futebol de Estado italiano –, foram criadas as primeiras Torcidas Uniformizadas de Futebol no início dos anos 1940.

As primeiras TOBR eram basicamente compostas pelos sócios dos clubes de futebol, e cumpriam com a função prescrita por Lyra de ordenar o comportamento dos torcedores nos estádios de futebol, especialmente daqueles que não eram sócios dos clubes – os chamados “*assistentes*” – que, costumeiramente provinham de estratos sociais mais humildes. As TOBR

foram a principal invenção do regime de Futebol de Estado varguista, e persistiram no estádios de futebol após o fim do Futebol de Estado estadonovista – mesmo após a saída definitiva de GV da Presidência da República, ocorrida de forma definitiva após seu suicídio em 1954.

Findo o regime de Futebol de Estado varguista, a partir dos anos 1950, as TOBR passaram a ser comandadas por pessoas oriundas das classes populares, que muitas vezes não possuíam vínculo associativo com seus clubes. O perfil das TOBR criadas durante o Estado Novo se manteve praticamente constante até a primeira metade dos anos 1960: eram associações pacíficas, de perfil ordenador e disciplinador, constituídas ao redor de um líder que possuía boas relações com os dirigentes do clube – que, em boa parte das vezes, financiavam as atividades das TOBR – e era reconhecido como referência pelos torcedores e também pelos policiais encarregados do serviço de segurança nos jogos de futebol.

Ao passo que o formato institucional das TOBR foi mantido de forma praticamente integral entre os anos 1940 e o início dos anos 1960, a estrutura de poder dos *governing bodies* do esporte brasileiro foi bastante alterada após a morte de GV.

O CND continuou existindo, porém sem o amparo político necessário para exercer o domínio institucional exercido nos anos 1940. Com efeito, nos anos 1950 a CBD reassumiu o controle sobre as operações do esporte brasileiro.

João Havelange assumiu o comando da CBD, em 1957, e sob sua gestão o esporte brasileiro adotou – por influência dos grandes clubes do futebol nacional – práticas de Mercado, que aos poucos foram se tornando predominantes em relação às práticas orientadas para o Estado, herdadas da estrutura esportiva erguida durante a Era Vargas. Sob a gestão de Havelange foram disputados os primeiros torneios de futebol de clubes de alcance nacional, que em 1969 e 1970 já eram tomados como os mais importantes campeonatos de futebol do país.

O Governo Militar foi iniciado no Brasil em 1964 e passou por alguns anos de instabilidade, até que em 1968 foi decidido que a submissão às instituições democráticas seria abandonada. Isso tornaria necessário o estabelecimento de fontes alternativas para a reivindicação de legitimidade política e de apoio popular. O futebol exerceu papel fundamental nesse contexto e, antes mesmo que o AI-5 fosse editado, o presidente Costa e Silva teve uma reunião com João Havelange, na qual foi decidido que o Governo Federal criaria novas fontes de financiamento para o futebol visando a conquista da Copa do Mundo de 1970. Nesse contexto, foi criada a Loteria Esportiva, que financiou a preparação da Seleção Brasileira, tricampeã do mundo, bem como a maioria das atividades futebolísticas do país nos anos 1970.

O tricampeonato mundial de futebol foi o gatilho para a instituição de um novo regime de Futebol de Estado, que tomou corpo por meio da definitiva subordinação da CBD e de João Havelange aos propósitos dos governantes militares, da implementação do Campeonato Nacional de Futebol, da construção e reforma de uma série de estádios públicos pelo Brasil e da retirada do poder institucional da CBD das mãos dos clubes e Federações de RJ e SP e sua pulverização nas mãos dos presidentes de todas as Federações estaduais de futebol, majoritariamente alinhadas aos governantes militares.

A concentração do poder da CBD nas Federações estaduais garantiu que Heleno Nunes, militar que sucedeu Havelange na Presidência da entidade, entre 1974 e 1979, conseguisse aprovar todas as medidas que achasse necessárias no esporte nacional, inclusive a decisão de promover um campeonato nacional disputado por 94 clubes, o que aconteceu no último ano de sua gestão, em 1979, quando também foi encerrado o regime de Futebol de Estado do Governo Militar.

Foi durante o início do Regime Militar que as TOBR passaram por sua mais importante mudança: tanto no RJ como em SP as TOBR com perfil estadonovista foram sucessivamente substituídas por *torcidas jovens*, que possuíam um formato associativo mais horizontal, um comportamento menos disciplinado e um posicionamento político mais contestador.

A atividade das TOBR se deu de forma livre e solta durante o tempo em que vigeu o regime de Futebol de Estado no Brasil, de modo que, em meados dos anos 1980, quando os militares começaram a se retirar do poder, as torcidas eram uma das raras instituições que contavam com a simpatia tanto do Governo Militar quanto da mídia esportiva progressista, que se demonstrava mais entusiasmada com as atividades de protesto, contestação e celebração do futebol promovida pelas associações de torcedores.

As estruturas institucionais do regime de Futebol de Estado do Governo Militar perduraram por alguns anos após a extinção da CBD (ocorrida em 1980) e a inauguração da CBF (também em 1980), mas sofreram um abalo em 1987, quando os maiores clubes de futebol do país se organizaram no Clube dos 13 e promoveram seu próprio torneio nacional à revelia da CBF e venderam seus direitos de transmissão televisiva para a *Rede Globo*.

A criação do C-13 e a entrada da *Rede Globo de Televisão* como protagonista no futebol brasileiro são marcadores da transição do futebol brasileiro do regime de Estado para o regime para Mercado, que perdurou por praticamente toda a década de 1980. Nessa transição o governo deixou de ser o principal financiador do esporte, posição assumida por empresas de comunicação, como a *Rede Globo*, e por patrocinadores de diversos setores interessados na exposição de suas marcas no televisionamento de eventos esportivos.

Num regime de Futebol de Estado, os torcedores de futebol não são olhados da perspectiva política, que os enxerga como *cidadãos* e *eleitores*. Num regime de Futebol para Mercado, os torcedores são olhados de uma perspectiva comercial, que os enxerga como *consumidores*.

A violência passou a ser o elemento mais relacionado às TOBR pela imprensa esportiva justamente quando o futebol brasileiro estava abandonando a estrutura institucional erguida no regime de Futebol de Estado do Governo Militar e começava a se enquadrar nos moldes desenhados pela *Rede Globo*, outros grupos de comunicação e outras grandes empresas num regime de Futebol para Mercado.

Com o progresso técnico e o cada vez mais frequente televisionamento das partidas de futebol, os conflitos entre TOBR passaram também a possuir registros audiovisuais. Isso contribuiu para fortalecer a narrativa de que as TOBR traziam violência para os estádios brasileiros e converteram-se em um mal a ser extirpado no futebol brasileiro.

Do lado das próprias TOBR, cabe a menção à avaliação de seus próprios líderes, segundo a qual, a partir dos anos 1980, a violência passou a fazer parte do divertimento inerente às atividades das TOBR. A partir de suas narrativas, é possível notar que houve uma escalada da violência no mundo das TOBR, que começou em torcidas como a Gaviões da Fiel e a Torcida Jovem do Santos e foi crescendo, de modo a tornar-se a preparação para o combate com outras TOBR, uma questão de sobrevivência no próprio mundo das TOBR. Isso acabou por instituir uma hegemonia das TOBR com perfil violento sobre aquelas de perfil estadonovista, que diminuíram de forma abrupta.

O ponto alto desse processo de substituição de TOBR de perfil estadonovista por TOBR orientadas para o combate se deu em fins dos anos 1980, quando todos os grandes clubes paulistas já contavam com ao menos uma TOBR adaptada ao contexto de enfrentamento estabelecido pelas pioneiras nos anos 1960, fazendo com que os confrontos entre TOBR se tornassem ainda mais frequentes.

Sobre a violência entre TOBR, vale lembrar que, embora a grande mídia tenha deslocado seus holofotes de forma decisiva para essa temática apenas na segunda metade dos anos 1980, ela já estava presente pelo menos desde a primeira metade dos anos 1970. A diferença é que, durante o Governo Militar, os jornalistas consideravam estar no mesmo lado (o lado dos civis oprimidos) que os torcedores de futebol, de modo que clamar por intervenção policial em conflitos de torcida significava clamar por um Estado ainda mais repressor, o que poderia virar contra a própria classe dos jornalistas. Com o fim do Regime Militar e do “Estado repressor”, inimigo comum a torcedores e imprensa esportiva, passou a predominar a

abordagem que destacava as TOBR como o foco de violência a ser combatido no futebol brasileiro.

Por fim, é importante mencionar que o foco midiático na violência das TOBR ofuscou, especialmente nos anos 1990, uma série de erros logísticos, desmandos administrativos e mesmo crimes cometidos por dirigentes de clubes de futebol, de administradores de estádios e de *governing bodies* do esporte estadual ou nacional contra os torcedores de futebol nos estádios.

É inegável que as TOBR são hoje entidades muito maiores e mais complexas do que eram na Era Vargas. Se o Estado reconhece que a violência entre elas seja uma questão de segurança pública – o que parece correto –, não parece razoável pensar que isso possa ser resolvido com políticas públicas direcionadas exclusivamente para elas, enquanto a vigilância sobre o comportamento e as práticas de gestão em clubes de futebol e *governing bodies* do esporte nacional praticamente não existem.

Quase 40 anos após a extinção da CBD, o poder do esporte brasileiro ainda é concentrado em mãos que não são somente despreparadas, mas muitas vezes também corruptas. Além disso, não existe no Brasil algo a que se possa dar o nome de “política esportiva”.

Desse modo, parece ser surreal imaginar que as TOBR adotarão uma conduta moralmente exemplar nos estádios e fora deles ao passo que nenhum dos outros atores envolvidos no futebol brasileiro – clubes de futebol, mídia esportiva, *governing bodies*, e também o Estado – parece estar disposto (e nem pressionado) a fazer o mesmo.

NOVAS QUESTÕES TRAZIDAS POR ESTA TESE

Nossa tese traz uma série de elementos novos. Um deles é que existiu uma correlação entre regimes políticos autoritários e protagonismo das TOBR. Tanto no Estado Novo como no regime militar existiram esforços sistemáticos por parte do Poder Executivo no sentido de tornar o esporte em uma ferramenta política do Estado.

Outro elemento novo trazido por nossa tese é o viés político da atuação da mídia esportiva. Muitas vezes tomada como inofensiva e apolítica, a mídia esportiva exerceu desde os anos 1930 (com Mário Filho e Thomaz Mazzoni) até os anos 1990 (com a revista *Placar* e a Rede Globo de Televisão) um papel político de fundamental importância não somente para a significação dotada pelo futebol em nível nacional, mas também do papel social desempenhado pelos torcedores de futebol – organizados ou não – na sociedade brasileira.

A politização do conteúdo produzido pela imprensa esportiva é importante para nossa tese porque, especificamente no que diz respeito à abordagem dada à violência praticada por/entre TOBR, essa só passou a ser moralmente condenada nos meios de comunicação a partir do momento em que nenhum setor da mídia – nem mesmo o progressista – tinha interesse político em defender a reputação ou atuação dessas associações. Até meados dos anos 1980, quando algumas TOBR contribuíram para a campanha das “*Diretas Já!*”, muito pouco se escrevia de forma condenatória sobre a violência e as brigas envolvendo TOBR, que já existiam e já eram conhecidas da mídia, como mostramos no capítulo 4.

É fato que a abordagem apresentada pela mídia especializada em esportes às TOBR mudou nos últimos anos do regime militar; passou de um padrão militante e/ou enaltecedor das TOBR para um padrão moralista condenador de atos de violência. Sabe-se que um dos fatores explicativos dessa mudança de abordagem é o fim do regime de Futebol de Estado e o início do regime de Futebol para Mercado.

No regime de Futebol para Mercado, iniciado no fim dos anos 1980, os veículos de mídia voltaram a gozar de liberdade editorial, não mais estiveram sob censura estatal e, em alguns casos (como o da Rede Globo), se tornaram os donos do espetáculo. Em nossa tese, foi dado foco à abrupta mudança do discurso midiático em relação às TOBR.

As TOBR, foco desta tese, são um entre os diversos atores envolvidos no processo de transição do regime de Futebol de Estado para o regime de Futebol para Mercado. Não se aprofundou, por exemplo, na relação travada pela mídia e pelos clubes de futebol num regime de Futebol para Mercado. Houve alguma mudança nessa relação? Se sim, qual? E em relação

aos *governing bodies* do esporte? - Sabe-se que em meados dos anos 1980, por exemplo, *Placar* patrocinou uma série de esforços no sentido de desvelar casos de corrupção e fraudes nas atividades da CBD/CBF e federações estaduais. É possível imaginar que a mídia esportiva possa ser tão combativa em relação à corrupção no esporte quando é a própria mídia – ou alguns setores dela – quem comanda a operação comercial do esporte?

Outro ator cuja agência não foi plenamente avaliada por nós nessa tese devido ao foco dado às TOBR são os *governing bodies*. Sabe-se que, num regime de Futebol de Estado, a principal missão dos *governing bodies* é converter o esporte em uma ferramenta política útil aos propósitos do Estado. Foi assim tanto sob o Estado Novo quanto sob o regime militar. No entanto, num regime (de Futebol para Mercado) onde a própria mídia é a representante dos interesses do Mercado, os *governing bodies* do esporte deixam de responder ao Estado, e passam a responder àqueles que financiam o espetáculo. A pergunta que surge a partir deste novo arranjo é: como se dá a relação entre mídia e *governing bodies* do esporte num regime em que a própria mídia – por meio de grandes conglomerados de comunicação – é quem financia as atividades dos *governing bodies*? É possível imaginar que os *governing bodies* do esporte sirvam, hoje, aos grandes conglomerados de mídia da mesma forma que serviam aos governos durante regimes de Esporte de Estado?

Partindo do pressuposto que a relação entre Estado, *governing bodies* e mídia mudou após a instauração de um regime de Futebol para Mercado, quais são as consequências trazidas por este novo arranjo para o mundo dos torcedores de futebol? E para as TOBR?

As TOBR contaram com apoio estatal e de boa parte da mídia enquanto vigoraram regimes de Futebol de Estado; havia um consenso positivo em relação a essas associações. No regime de Futebol para Mercado, nem Estado nem mídia dão amparo à ação das associações de torcedores; o consenso possuído em relação às TOBR, outrora positivo, passou a ser negativo. Como as TOBR sobrevivem a despeito disso? Quais são os mecanismos que adotam para manter suas atividades apesar das desavenças com mídia esportiva e Estado? Qual foi o efeito da mudança de regime de Futebol (de Estado para Mercado) nas TOBR? Elas cresceram? Diminuíram? Mantiveram-se estáticas? O que mudou em sua sociabilidade? E em sua organização política interna? E em sua relação com o público geral e a sociedade?

Sendo evidente o desencaixe entre o formato possuído pelas TOBR e o papel atribuído aos torcedores de futebol em um regime de Futebol para Mercado, as últimas perguntas desta tese são as seguintes: é possível que o torcedor de futebol ocupe, num regime de Futebol para Mercado, uma posição que não a de *consumidor*? Quais são as alternativas que o Estado democrático pode oferecer aos torcedores (especialmente aos membros de TOBR) que estejam

descontentes com a posição de *consumidores* que lhes é atribuída pelo regime de Futebol para Mercado?

FIM

REFERÊNCIAS:

Arquivos:

Acervo do E. C. Pinheiros, SP, Brasil

Archivio Centrale dello Stato

Arquivo Público do Estado de São Paulo

Coletânea de entrevistas “*Territórios do Torcer: Uma análise qualitativa e quantitativa das associações de torcedores de futebol da cidade de São Paulo*”, resultado de uma parceria entre o Museu do Futebol de São Paulo e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV/SP) da Fundação Getúlio Vargas, sendo Bernardo Borges Buarque de Hollanda o pesquisador responsável

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (CPDOC-FGV), RJ, Brasil

Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade, SP, Brasil

Museu do Futebol, SP, Brasil

Cartas:

Carta de João Lyra Filho a Gustavo Capanema, ministro da Educação e responsável pelo CND. Datada de 28 de dezembro de 1943. Disponível no acervo do CPDOC-FGV, microfilme. Rolo 42, foto 645.

JORNAIS E REVISTAS:

A Gazeta Esportiva, SP

Boletín Oficial de la Delegación Nacional de Educación Física y Deportes, Espanha

Correio da Manhã, RJ

Der Kicker, Alemanha

Diário de Pernambuco, Brasil

Diário Oficial do Estado de São Paulo

Diário oficial da União, Brasil

El Alcazar, Espanha

Folha da Manhã, SP
 Folha da Noite, SP
 Folha de S. Paulo, SP
 Il Popolo d'Italia, Itália
 Il Resto del Carlino, Itália
 Jornal dos Sports, RJ
 Körper und Geist, Alemanha
 L'Assalto, Itália
 La Voce Sportiva, Itália
 Makkabi Chai, Alemanha
 Marca, Espanha
 O Estado de São Paulo, SP
 O Gavião, SP
 O Globo, RJ
 Revista Placar, Brasil
 Revista Veja, Brasil

Áudio-visual:

Briga entre as torcidas de Palmeiras e Cruzeiro no jogo que sucedeu à morte do presidente da Mancha Verde, Cléo: <https://www.youtube.com/watch?v=677Q5FoaVwM>

Queda da grade de proteção da arquibancada do Maracanã com a torcida do Flamengo, em 1992: https://www.youtube.com/watch?v=CXQx4NSZ_wo

Briga entre as torcidas de Guarani e Corinthians, em 1994: <https://www.youtube.com/watch?v=L85oh6moKa8>

Briga entre as torcidas de Palmeiras e São Paulo no Pacaembu em 1995: <https://www.youtube.com/watch?v=me3EvyW3n6k>

Filmes:

Die elf Teufel. Dirigido por Zoltan Korda e Carl Boese. Alemanha, 1927, 1h38.

Der König der Mittelstürmer. Dirigido por Fritz Freisler. Alemanha, 1927, 1h35.

Fight Club. Dirigido por David Fincher.. Estados Unidos, 1999, 2h19 minutos.

O Corintiano. Dirigido por Milton Amaral. Brasil, 1966.

Sites na internet:

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CR%C3%8DTICA.pdf>

http://www.grupoglobo.globo.com/noticias/entrevista_50_anos_tv_globo.php

<http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/joe-wallach/trajetoria.htm>

<http://www.organizadasbrasil.com>

Leis e decretos pertinentes:

Decreto 4166 de 11 de março de 1942, publicação original. Disponível em

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4166-11-marco-1942-414196-publicacaooriginal-1-pe.html>, em consulta realizada dia 09/11/2015.

Artigo 160 da constituição de 1946, que vedava a participação/controlado de estrangeiros em meios de comunicação brasileiros. Disponível em

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>

Decreto-Lei 236, 28/02/1967. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0236.htm.

Artigo 7º do Decreto-Lei 236, 28/02/1967. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0236.htm

Bibliografia:

- [autor desconhecido]. *Relatório sobre a situação esportiva do Brasil*. Documento endereçado a Getúlio Vargas em 03/01/1937. Na apresentação diz-se tratar de um estudo requerido pela própria presidência da República. Disponível no acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (CPDOC-FGV-Rio). Arquivo de Gustavo Capanema em microfilme. Rolo 41, foto 821.
- ACKERMANN, Jürg. *Fußball und Nationale Identität in Diktaturen - Spanien, Portugal, Brasilien und Argentinien*. Alemanha: Lit Verlag, 2013.
- ACKERMANN, Jürg. *Zwischen politischer Instrumentalisierung und Eskapismus: Der spanische Fußball während des weiten Weltkriegs*, in Herzog, Markwart & Brändle, Fabian (org): *Europäische Fussball während des zweites Weltkriegs*, 2015, pp. 111-127.
- BEZERRA, Eliseu. *Futebol: paixão, violência e segurança*. Rio de Janeiro: MW Comunicação, 2014.
- BILLMANN, Otto. “Deutscher Volkssport”. Berlin, 1928.
- BOLLMANN, Hans. *Vom Werdegang der Sportpresse*. Frankfurt a.M., 1938.
- BOSCO, Andrea: Carosio, una voce in campo. Modena, 1991.
- BOWEN, Wayne H. *Spain during World War 2*. Columbia/London 2006.
- BRAGA, Jorge Luiz Medeiros. *As Torcidas Uniformizadas (Organizadas) de Futebol no Rio de Janeiro nos anos 1940*. In *Esporte e Sociedade*, ano 5, nº 14, mar.2010/jun.2010.
- BUCCI, Eugênio. *Brasil em tempos de TV*. São Paulo-SP: Jinkings editores associados, 1996.
- CAMPOS JR, Celso de. *1942: O Palestra vai à Guerra*. Santos-SP: Realejo Edições, 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Página 83.
- CASTRO, Rui. *Anjo Pornográfico*. A vida de Nelson Rodrigues. São Paulo: Companhia das Letras, 1992
- CÉSAR, B. T. Os Gaviões da Fiel e a águia do capitalismo: ou o duelo. Campinas: Dissertação de Mestrado em Antropologia Social / UNICAMP, 1981.
- COUTINHO, Renato Soares. *Um Flamengo grande, um Brasil maior: o clube de Regatas do Flamengo e o imaginário político nacionalista popular (1933-1955)*. Tese de

- doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013. P. 31. *Apud* Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 15/11/1912
- CRUZ, Sebastião C. Velasco E.; MARTINS, Carlos Estevam. *De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da 'abertura'*. In *Sociedade e Política no Brasil pós-64*, organizado por Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida. Editora Brasiliense, 1984.
- CUNHA, Fábio Aires da. *Torcidas no futebol: espetáculo ou vandalismo?*. São Paulo: Scortecci, 2006.
- DAMO, Arlei Sander. *Futebol e identidade social: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- DINIZ, Ângela M. C. *Uma História da TV Pública brasileira*. Tese de doutorado da Universidade de Brasília, UnB, 2013
- EGGERS, Erik. *'Deutsch wie der Sport, so auch das Wort' – Zur Scheinblüte der Fussballpolitik im Dritten Reich*. In Herzog, Markwart (Hrsg.). *Fussball zur Zeit des Nationalsozialismus*. Stuttgart: Verlag W. Kollhammer, 2008.
- FERNANDEZ SANTANDER, Carlos. *El fútbol durante la guerra civil y el franquismo*, Madrid, 1990.
- FICO, Carlos. *Reinventando o Otimismo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FLORENZANO, José Paulo. “A democracia corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro”. São Paulo: Editora PUC-SP, 2010.
- FREI, Norbert & SCHMITZ, Johannes. *Journalismus im Dritten Reich*. Munique, 1989.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GIRULATIS, Richard: *Fussball, Theorie, Technik, Taktik*. Berlin, 1919.
- GOEBBELS, Joseph. Diário pessoal, citado em HAVEMANN, Nils. “Fussball unterm Hakenreuz – Der DFB zwischen Sport, Politik und Kommerz”. Frankfurt/New York: Campus Verlag, 2005. MARTIN, Simon. “Football and Fascism – The national game under Mussolini”. New York: Berg, 2004,
- GÖPEL, Rolf H. *Die deutsche Sportfachpresse 1932-1934*, p. 38. Editora Triltsch, 1937.
- GUARRESCHI, Pedrinho A. *O Direito Humano à Comunicação – pela democratização da mídia*. Petropolis: Editora Vozes, 2013.
- HAVEMANN, Nils. “Fussball unterm Hakenreuz – Der DFB zwischen Sport, Politik und Kommerz”. Frankfurt/New York: Campus Verlag, 2005. MARTIN, Simon.

- “Football and Fascism – The national game under Mussolini”. New York: Berg, 2004.
- HERZ, Daniel. A história secreta da Rede Globo. Rio Grande do Sul: Tchê!, 1989
- HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. *O clube como vontade e representação: o jornalismo esportivo e a formação das torcidas organizadas de futebol do Rio de Janeiro (1967-1988)*. Tese. Departamento de História PUC-RJ. Rio de Janeiro, 2008.
- HOLLANDA, Bernardo Buarque Borges de. *O cor-de-rosa: ascensão, hegemonia e queda do Jornal dos Sports entre 1930 e 1980*. In: *O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil*. Bernardo Borges Buarque de Hollanda e Victor Andrade de Melo (org.). Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora Ltda, 2012.
- HOLLANDA, MEDEIROS, TEIXEIRA (org.). A voz da Arquibancada – Narrativas de lideranças da Federação de Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015
- HOROWITZ, David. *The Alliance for Progress*. Socialist Register, 2007.
- IMPIGLIA, Marco. *Fussball in Italien in der Zwischenkriegszeit*. In Koller, Christian & Brändle, Fabian (org.): *Fussball zwischen Kriegen - Europa 1918-1939*. Deutschland: Lit Verlag, 2010.
- KEHL, Maria Rita. *Eu vi um Brasil na TV*. In SIMÕES, Inimá (org). *Um país no ar*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1986.
- KINZO, Maria D’Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB 1966-1979*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1988.
- LOPES, Felipe Tavares Paes. Discursos sobre violência envolvendo torcedores de futebol: ideologia e crítica na construção de um problema social. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- LYRA FILHO, João. *A função social dos desportos*. RJ, 1941.
- MAGALHÃES, Livia G. *Com a taça nas mãos: sociedade, Copa do Mundo e ditadura no Brasil e na Argentina*, p. 100. Tese de doutorado, UFF, 2013. Disponível em http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2013_LIVIA_GONCALVES_MAGALHAES.pdf.
- MANHÃES, Eduardo Dias. *Política de Esportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MARCHI, Edivaldo Batista. Frente Ampla (1966 - 1968) – aliança, contradições e limites. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. PUC-SP, 2001.

- MARTIN, Simon. "Football and Fascism – The national game under Mussolini". New York: Berg, 2004.
- MAZZONI, Thomaz (sob o pseudônimo *Olimpicus*). *O Esporte a Serviço da Pátria*. São Paulo: A Gazeta, 1941.
- MAZZONI, Thomaz (sob o pseudônimo *Olimpicus*). *Problemas e aspectos do nosso futebol*. São Paulo: A Gazeta, 1939.
- MICHAEL, Raphael. *Entre derrotas e vitórias: a guerra das torcidas*. Barueri: Novo Século, 2010.
- MONTEIRO, Rodrigo de Araújo. *Torcer, lutar, ao inimigo massacrar: Raça Rubro-Negra*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- NAPOLEÃO, Antônio Carlos. *História das Ligas e federações do Rio de Janeiro (1905-1941)*. In: *Memória Social dos Esportes II - Futebol e Política: a Constituição de uma identidade nacional*. Editora Mauad, Faperj. Rio de Janeiro, 2006.
- NERY, André Luís. *Violência no futebol: mortes de torcedores na Argentina e no Brasil*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.
- OSWALD, Rudolf. "Fussballvolksgemeinschaft" - Ideologie, Politik und Fanatismus im deutschen Fussball 1919-1964. Frankfurt Main: Campus Verlag, 2008.
- PALHARES, Marcelo Fadori Soares; SCHWARTZ, Gisele Maria. *Não é só a torcida organizada: o que os torcedores organizados têm a dizer sobre a violência no futebol?*. São Paulo: Edunesp, 2015.
- PAVAN FILHO, Hélio. *Torcidas organizadas: reflexões e a violência no futebol*. Campinas: Edição do Autor, 2000.
- PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. *Torcidas organizadas de futebol – Violência e autoafirmação – Aspectos da construção das novas relações sociais*. Editora Vogal, Taubaté, 1997.
- REIS, Heloísa H. Baldy. *Futebol e violência*. Campinas: Autores Associados, 2006.
- RIBEIRO, André. *Os donos do espetáculo: histórias da imprensa esportiva do Brasil*. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.
- RODRIGUES FILHO, Mário. *O negro no foot-ball brasileiro*. Rio de Janeiro: Irmãos Pognetti, 1947.
- ROSÁRIO, Eliane R. M. *Revista Ateliê Geográfico* v.2, n.2, UFG-IESA. Agosto 2008. P. 127. Disponível em <http://www.revistas.ufg.br/atelie/article/viewFile/4727/3968?journal=atelie> .

- SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- SHAW, Duncan. *Fútbol y Franquismo*, Madrid 1987.
- SHAW, Duncan. *The political instrumentalization of profesional football in francoist Spain, 1939-1975*. PhD Thesis, University of London, 1988, p. 29. Disponível online pelo link <https://qmro.qmul.ac.uk/xmlui/bitstream/handle/123456789/1899/SHAWPoliticalInstrumentalization1988.pdf?sequence=1> .
- SILVA, Elisabeth Murilho da. *As torcidas organizadas de futebol: violência e espetáculo nos estádios*. Dissertação de mestrado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). 1996.
- SILVA, Marcelino Rodrigues da. *Mil e uma noites de futebol: O Brasil moderno de Mário Filho*. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2006.
- SILVA, Patrícia A.R. *TV Tupi, a pioneira na América do Sul*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2004.
- SOUZA, Denaldo Alchorne de. *O Brasil entra em campo! – Construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947)*. São Paulo: Annablume, 2008.
- SOUZA, Eduardo Araripe Pacheco de. *Paixão perigosa: uma etnografia das torcidas organizadas de futebol de Recife-PE*. Olinda: LivroRápido, 2014
- TEIXEIRA, Rosana da Câmara. “Os perigos da Paixão: visitando as torcidas jovens cariocas”. São Paulo: Annablume, 2003.
- TOLEDO, Luiz Henrique de. *Lógicas do Futebol: dimensões simbólicas de um esporte nacional*. Tese de Doutorado, disponível online em http://www.ludopedio.com.br/rc/upload/files/115801_Tese_completa.pdf.
- TOLEDO, Luiz Henrique de. *Torcidas Organizadas de Futebol*. Editora Autores Associados, São Paulo-SP, 1996.
- UNZELTE, Celso D.. *Futebol em revista no Brasil: dos primeiros títulos à resistente Placar*. Dissertação de Mestrado, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo-SP, 2015, p. 132. Acessível online em <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2015/11/CELSO-DARIO-UNZELTE.pdf>
- WAHL, Alfred. “Fußball und Nation in Frankreich und Deutschland”, in: FRANÇOIS / SIEGRIST / VOGEL (Hg), *Nation und Emotion*. Göttingen, 1995, pp. 342-352.

ANEXOS

Anexo 1: Relatório do embaixador Lindon Gordon ao Departamento de Estado norte-americano, datada de 14 de agosto de 1965.

INCOMING TELEGRAM *Department of State* *BR*

7 (3) CONFIDENTIAL POL 15 BRAZ

Action: NNNNESA979SIF469 CONTROL: 10491

RR RUEHCR August 14, 1965

DE RUESUA 405 2260130 12:30 a.m.

ZNY CCCCC

Info: R 132359Z

FM AMEMBASSY RIO DE JANEIRO

TO SECSTATE WASHDC 340

STATE GRNC

EST

CONFIDENTIAL

LIMDIS

1. THIS REPORTS HIGHLY CONFIDENTIAL LUNCHEON CONVERSATION FRIDAY WITH ROBERTO MARINHO, PUBLISHER GLOBO, BEARING ON PRESIDENTIAL SUCCESSION PROBLEM. PROTECTION OF SOURCE IS ESSENTIAL.

2. FOR SOME MONTHS, MARINHO HAS BEEN CONVINCED THAT MAINTENANCE OF CASTELLO BRANCO AS PRESIDENT FOR A FURTHER TERM IS INDISPENSABLE TO CONTINUITY OF POLICIES PRESENT GOVERNMENT AND AVOIDANCE DISASTROUS POLITICAL CRISIS HERE. HE HAS BEEN WORKING QUIETLY WITH GROUP INCLUDING GENERAL ERNESTO GEISEL, CHIEF MILITARY HOUSEHOLD PRESIDENCY, GEN. GOLBERY, CHIEF NATIONAL INFORMATION SERVICE, LUIS VIANNA, CHIEF CIVIL HOUSEHOLD, DEPUTY PAULO SARAZATE, ONE OF PRESIDENT'S MOST INTIMATE FRIENDS, AND

PAGE TWO RUESUA 405 C O N F I D E N T I A L

OTHERS WITH ABOVE END IN VIEW. EARLY IN JULY, AT GROUP'S REQUEST, MARINHO HAD PRIVATE LUNCHEON TALK WITH PRESIDENT, IN WHICH HE FOUND CASTELLO STRONGLY RESISTANT TO ANY FORM OF CONTINUATION OF MANDATE OR REELECTION, BUT WILLING PROMISE NOT MAKE EVEN FIRMER STATEMENTS, SUCH AS THREAT TO RESIGN IF REELECTED, THAN HE HAD ALREADY MADE. MARINHO ALSO GOT AUTHORITY TO SOUND OUT AMB. JURACY MAGALHAES WHILE IN WASHINGTON ON JURACY'S WILLINGNESS RETURN AS MINISTER OF JUSTICE, WHICH HE INDICATED WOULD DO AFTER OCTOBER ELECTIONS. PURPOSE THIS MOVE IS TWO FOLD: TO HAVE JURACY HANDY AS POSSIBLE ALTERNATIVE CANDIDATE AND TO IMPROVE FUNCTIONING OF THIS POLITICALLY IMPORTANT MINISTRY WHOSE PRESENT HEAD MILTON CAMPOS IS HIGHLY RESPECTABLE BUT ENTIRELY OUTMODED OLD GENTLEMAN.

3. ON JULY 31, MARINHO HAD SECOND INTIMATE LUNCHEON TALK WITH PRESIDENT IN WHICH HE PRESSED POINT THAT DIRECT PRESIDENTIAL ELECTIONS IN 1966 WITHOUT CASTELLO HIMSELF AS CANDIDATE WOULD RUN

CONFIDENTIAL REPRODUCTION FROM THIS COPY IS PROHIBITED UNLESS "UNCLASSIFIED"

DECLASSIFIED

Authority NND 959000

RIO 340
8-14-65

CONFIDENTIAL

-2- 340, August 13, from Rio de Janeiro

GRAVE RISK OF TURNING COUNTRY'S DESTINIES OVER TO THE DISGRUNTLED FORMER SUPPORTERS OF GOULART, KUBITSCHER, AND GUADROS, PROBABLY EMBODIED IN PERSON OF CARVALHO PINTO, OR TURNING THEM OVER TO LACERDA, WHOM MARINHO CHARACTERIZED AS A MADMAN. IT WAS

PAGE THREE RUESUA 405 C O N F I D E N T I A L
ALL VERY WELL TO THINK OF JURACY MAGALHAES OR BILAC PINTO AS SUCCESSORS, BUT THEIR ELECTION CERTAINLY COULD NOT BE GUARANTEED, AND THE CURRENT EXPERIENCE IN GUANABARA WITH THE PTB NOMINATION OF MARSHAL LOTT ON A FRANKLY ANTI-REVOLUTION PLATFORM AND WITH COMMUNIST SUPPORT WELL ILLUSTRATED THE DANGERS. MARINHO HAD TOLD PRESIDENT HE SYMPATHIZED WITH CASTELLO'S DESIRE MAINTAIN PROMISE RELINQUISH MANDATE BY EARLY 1967 AND RETIRE TO WELL EARNED REST, BUT IF THIS DONE AT COST OF REVERSION TO BRAZIL'S PAST, HE WOULD BE VIOLATING THE TRUST NATION HAD PLACED IN HIM. AS A GOOD STAFF OFFICER, CASTELLO SHOULD WEIGH THOSE ALTERNATIVES AND RISKS CAREFULLY. ALTHOUGH CASTELLO DID NOT INDICATE EXPLICITLY HIS ACCEPTANCE OF THE LOGICAL CONCLUSION, MARINHO WAS DEFINITELY SATISFIED BY END OF TALK THAT CASTELLO WOULD NO LONGER FIRMLY OPPOSE AND WOULD EVEN COOPERATE WITH STEPS TO MAKE POSSIBLE HIS REELECTION, PROBABLY THROUGH SOME FORM OF INDIRECT ELECTION.

4. ON THIS BASIS, THE GROUP MENTIONED IN PARA TWO IS DEVISING A STRATEGY INVOLVING TWO CONSTITUTIONAL AMENDMENTS. THE FIRST, WHICH WOULD BE VOTED BEFORE THE OCTOBER 1965 STATE GOVERNOR ELECTIONS, WOULD SHIFT THE 1966 PRESIDENTIAL ELECTION FROM DIRECT POPULAR TO INDIRECT CONGRESSIONAL FORM. THE SECOND, WHICH WOULD BE SUBMITTED AND VOTED BETWEEN THE STATE ELECTIONS

PAGE FOUR RUESUA 405 C O N F I D E N T I A L
AND THE EXPIRATION ON JANUARY 31, 1966 OF THE CONSTITUTIONAL AMENDMENT FEATURES OF THE INSTITUTIONAL ACT (PERMITTING AMENDMENTS TO BE VOTED BY ABSOLUTE MAJORITY OF BOTH HOUSES INSTEAD OF TWO-THIRDS) WOULD MAKE CASTELLO BRANCO ELIGIBLE TO RUN IN SAID INDIRECT ELECTION. SOME THOUGHT HAS BEEN GIVEN TO A SIMPLE FURTHER EXTENSION OF CASTELLO'S TERM, BUT THIS IS AT PRESENT LESS LIKELY THAN INDIRECT ELECTION. THERE HAS ALSO BEEN DISCUSSION WHETHER INDIRECT ELECTION SHOULD BE BY THE PRESENT CONGRESS OR ITS SUCCESSOR ELECTED IN NOVEMBER 1966; IT IS RECOGNIZED THAT THE LATTER WOULD BE MORE CORRECT AND DEMOCRATIC, BUT THE RISKS WOULD BE GREATER AND PRESENT TENDENCY OF GROUP IS TO PREFER USING THE EXISTING CONGRESS.

CONFIDENTIAL

DECLASSIFIED

Authority NND 959000

CONFIDENTIAL

-3- 340, August 13, from Rio de Janeiro

5. THE UNEXPECTED NOMINATION OF LOTT BY THE PTB IN A RIGGED CONVENTION WHERE COMMUNIST INFLUENCE FROM THE SIDELINES WAS VERY EVIDENT HAS BEEN AN EYE OPENER TO THE PRESIDENT HIMSELF AND TO MANY OTHER SUPPORTERS OF THE REVOLUTION. IT HAS CAST DOUBT ON THE EARLIER STRATEGY OF SECURING BROAD CONSENSUS ON CENTRIST CANDIDATES, AND ILLUSTRATED BOTH THE STRENGTH AND THE DARING OF THE ANTI-REVOLUTIONARIES.

6. DURING JULY 31 TALK WITH CASTELLO, MARINHO ALSO RAISED QUESTION OF GENERAL COSTA E SILVA'S INTEREST IN THE PRESIDENCY. CASTELLO WAS INCLINED TO DISCOUNT ITS IMPORTANCE, BUT AFTER DISCUSSION AGREED THAT SOME OF HIS INTIMATES SHOULD DISCUSS

PAGE FIVE RUESUA 405 C O N F I D E N T I A L
WITH THE WAR MINISTER THE DANGERS THAT MIGHT BE RUN BY THE REVOLUTION UNLESS A MEANS WERE FOUND TO REELECT CASTELLO HIMSELF. THIS TASK WAS UNDERTAKEN EARLY THIS WEEK BY DEPUTIES COLONEL COSTA CAVALCANTI AND PAULO SARAZATE. THEY REPORTED THAT COSTA E SILVA WAS AT FIRST MOST LOATHE TO GIVE UP THE IDEA OF HIS OWN CANDIDACY, BUT SHOWED MUCH SOFTENING IN FACE OF THE ARGUMENT THAT IN A DIRECT ELECTION HE MIGHT LOSE EITHER TO CARVALHO PINTO OR TO LACERDA, FOR BOTH OF WHOM HE HAS LITTLE RESPECT.

7. NEXT STEPS IN THIS STRATEGY ARE TO WIN OVER CERTAIN KEY MEMBERS OF CONGRESS, SUCH AS PEDRO ALEIXO, EILAC PINTO, FELINTO MULLER, AND OTHER PSD LEADERS. MARINHO EMPHASIZED THAT MANY UNEXPECTED OBSTACLES COULD ARISE IN CARRYING THROUGH THE STRATEGY, WHICH WILL OF COURSE BE OPPOSED BY LACERDA ON THE ONE SIDE AND THE ANTI-REVOLUTIONARY FORCES ON THE OTHER. HE NEVERTHELESS FEELS THAT AT PRESENT IT HAS A BETTER THAN EVEN CHANCE OF SUCCEEDING.

8. COMMENT. WHILE POLITICAL GOSSIP COLUMNS ARE FULL OF SPECULATION ON MANY TYPES OF MOVES TO MODIFY REGIME, MANY INSPIRED BY POLITICIANS WITH OWN AXES TO GRIND, I REGARD MARINHO'S INFORMATION AS MUCH MORE RELIABLE THAN GENERAL RUN OF SUCH REPORTS.

GP-3. GORDON
BT

CONFIDENTIAL

DECLASSIFIED

Authority NND 959000

Anexo 2: João Lyra Filho. *A Função Social dos Desportos*. Secretaria da presidência da República, 03 de maio de 1941.

niencia de aproximar-se o Governo das massas, por intermédio dêsse prestigioso instrumento de animação, educação e organização das multi-ões.

Caso possa ter a preciosa dádiva de merecer uma rápida leitura de V.Ex., atestará o Grande Presidente que procurei servir, mais uma vez, com respeito e dedicação, ao seu governo, tão constante na seleção das medidas que preparam o bem comum dos brasileiros.

Atenciosas saudações.

João Lyra Filho

GC21936.04.22

Três deza Li

A FUNÇÃO SOCIAL DOS DESPORTOS

=====

-:-:-:-
-:-:-
-:-

VII-5A

O último quartel do século 18 surpreendeu o mundo com uma nova civilização, fundada na indústria. Os estádios anteriores haviam perseguido a definição de uma vida social menos animada pelo esforço conjugado das atividades militantes. Individualizava-se o destino da vida na vontade de cada um.

A máquina ainda não havia aprumado o sentido da ordem que prevaleceu. De então por diante, passou a interessar, na concentração do seu trabalho, o destino da humanidade, pelo menos em razão deste período subsequente da História.

Teria sido ela a causa geradora da solicitada reorganização material do mundo, refletindo-se na sua fisionomia moral e social. Pela preponderância da sua colaboração, na produção da riqueza, a vida ganhou em intensidade o que vem perdendo no sentido da sua extensão.

O homem subordinou-se a exigências mecânicas, com sacrifício da conduta própria, que reflete uma determinante de ordem moral. Desloca-se, com prejuízo do seu procedimento social anterior, adquirindo modelo de outra feição. Não subjuga a máquina ao seu talante; não a orienta a seu feitio. A máquina o governa, o escraviza, o domina, impondo-lhe a própria atitude física, situando-o em lugar fixo, sedentário, muitas vezes em contradição com a expectativa da vontade ou com as predileções do desejo.

A civilização industrial deslocou o eixo clássico da vida em comum e marcou diretrizes diferentes à ordem social da vida. A máquina gerou a concentração dos capitais, de um lado, e associou, por outro, os interesses e os sentimentos do trabalho, repartindo, entre duas fronteiras, princípios remarcados e autônomos, instalando forças distintas, que se observam em posição pouco amistosa.

- A TERCEIRA RAZÃO -

Aos responsáveis pela ordem social dos povos não passou despercebida a tremenda contradição aí nascente, animadora involuntária ou prevenida de perturbações, de tal forma radicais, que podem desmerecer o sentido cristão da vida em comum.

- 2 -

Eis porque todo esforço dos bem intencionados é no sentido do adiamento, sinão do esparecimento das razões que porventura possam determinar a separação irreconciliavel dessas duas forças operantes, através de obras de govêrno, empenhado no propósito louvavel de dissuadir, dirimir, amainar prevenções, para conjugar, associar e jungir, em proveito comum, as poderosas alavancas que, de um lado e de outro, constróem a garantía da paz duradoura que a vida reclama.

A complexidade da politica em condição de assegurar harmonia entre os elementos fundamentais da produção de utilidades inspira o imperativo de predispôr-se o Estado a uma ordem de tal fôrma densa e compacta, pela associação de todos os índices de sua vitalidade, que o alhêamento de um dêsses índices, radicado ao conjunto, não derive para plano diverso o interesse de situar-se em comum, no mesmo plano, a defêsa da humanidade.

Eis porque a máquina transformou a fisionomia moral, política, jurídica, econômica e social da vida e solicitou o reajustamento de suas expressões, com os reparos e os retóques que sempre ha mister fazer.

Processa-se o serviço de restauração, com o vagar e a prudência que o desconhecimento dos efeitos inspira a quem toma a seu cargo o trabalho de reajustar.

Para dispersar, de um lado e de outro, possiveis surtos violentos, com efeito de absorção, que sintômas periódicos denunciavam, no processamento de causas correlatas, ha de se pensar na instituição de uma terceira razão, equidistante da razão do trabalho e da razão do capital, que, pela severidade pacífica dos seus fundamentos e pelo sentido de solidariedade e harmonia que sugere, tenha capacidade para intervir, para acomodar, para conciliar, para congregar, ainda que dilatando o seu domínio, incursionando nos campos das forças que se defrontam.

Aceita-se, por isso, que toda manifestação de vida em comum adquiere expressão social e interessa ao Estado, no senti-

- 3 -

do de orientá-la, sobretudo si dela participa, como de ordinário acontece, ainda que remotamente, movimento de trabalho ou de capital.

A política social que define as tendências mais compatíveis à vida dos povos sugere a necessidade de revisão dos processos que compõem os fatos, de modo que estes determinem fenómenos de superestrutura, em consonância com o sentido da ordem que se procura reajustar.

Das atividades sociais subtrai o Estado os fundamentos de sua vida orgânica, parecendo curial pretender-se que elas se associem, nos seus efeitos, objetivando uma realidade mais condizente com as aspirações da vida coletiva, geradoras do bem estar humano.

A moda, o livro, o cinema, o desporto, o teatro, o jornal, refletem uma política, uma moral, um direito que interessam, profundamente, à vida social, ao sentimento e à razão das coletividade, e indicam as diretrizes a que deve subordinar-se a vida em conjunto.

A vida do espirito, como a do sentimento ou a do instinto, reparada do ponto de vista individual, já não reflete a realidade socialmente retratada. No seu processo de transformação intervem a colaboração do Estado, com o propósito de resguardar os fundamentos da ordem de que participam os indivíduos em sociedade.

- A INTERVENÇÃO do ESTADO -

Quando a iniciativa particular transcende ao interesse coletivo, sobretudo com a preponderância de uma animação, acalentada pelas massas, o contingente de fatores, que colaboram no êxito ou no insucesso do trabalho privado, impõe o dever do disciplinamento, que só pôde ser exercido pela autoridade dos órgãos de equilíbrio, que constituem o governo.

A iniciativa privada já concedeu aos desportos a benemerência de que é capaz. Mobilizou recursos, energias e ati-

- 4 -

vidades, na conjugação do trabalho que o sentimento e o ideal inspiram.

A difusão dos desportos, a multiplicidade dos setores que avivam, os sentimentos que despertam e as atividades que arregimentam, já não podem ser controlados pela ação de núcleos isolados, clubes ou entidades, dado que reclamam reservas, que não estão ao alcance, sinão, do Poder Público.

A animação e os reflexos que projetam, não se circunscrevem ao âmbito dentro do qual se praticam os desportos. Exuberam, transfundem-se, generalizam-se, distribuindo emoções, que se aligeiram ou constrengem, na exaltação ou na angústia, por causa da expansão ou por culpa do recolhimento moral.

Ao lado do espírito político, do espírito jurídico, do espírito religioso, situa-se o espírito desportivo, que, como todos os outros, estabelece sistema de pesos e medidas, para exigir que, nêle, se pondere o senso próprio, que serve de índice para a sua expressão peculiar.

- O RELÉVO SOCIAL dos DESPORTOS -

Os desportos já não se confinam nas divisas de suas próprias fronteiras, além das quais não deva ir a iniciativa privada. Prolonga-se, ramifica-se no meio da vida, no alvoreço dos interesses coletivos e necessita de leito próprio, por onde possa prosseguir, sem atropelar o curso dos outros caminhos, de cujo conjunto a vida social subtrai a expressão e a beleza de cada momento.

Todavia, não é só por isso que os desportos estão em condição de ser dominados pelo exame do Poder Público, com força atuante que colabora nessa expressão social da vida. Eles já constituem movimento, já encenam espetáculo, já disputam o interesse das massas e também o das elites, instituindo, por essa forma, a prova de fogo da sua vitalidade.

No meio dos espetáculos desportivos, faz-se o reparo do gesto, observa-se a explosão do instinto, sente-se a manifestação da vontade, que levanta e associa multidões, que arregi-

- 5 -

menta movimentos, que escancara, aquem do espírito e aquem do sentimento, a animalidade recalcada do instinto.

Como escola, os desportos educam os indivíduos e preparam os cidadãos. Como espetáculo, animam as multidões, enchem a vida de seiva e geram tendências, que se adensam para a ordem do bem ou para a ordem do mal.

O movimento social da rua ou do campo, a serviço dos desportos, é capaz de personalizar gestos que se elevam à redenção ou recuam ao aniquilamento.

Numa época como a dêste espraiar de século, tão agigantada pela densidade que a indústria saturou, trabalhada pelas atitudes, pelas imagens, pelas visagens, onde, no dizer de Gregório Maranon, o gesto, e não as idéias, é o veículo da emoção coletiva, interessa ao Estado regular o sentido dêsse gesto, para disciplinar as emoções a que dá causa, de modo que sirva de retempero às energias necessárias à vida e não de força negativa, geradora do desencanto e da dispersão, que preparam a desordem moral e dão causa à desordem social.

Pelos sinais, que se movimentam, propagam-se e perpetuam-se doutrinas e religiões, ritos e cultos, idéias e sentimento. Eles indicam, através dos tempos, o sentido social dos povos que trabalham o itinerário do coração ou do espírito, nessa ou naquela etapa da civilização.

Do profundo movimento religioso, que a Igreja propagou, no tempo e no espaço, ainda hoje se recolhe o gesto animador da sua crença, no sinál da santa cruz. Quando o homem se farda e se aproxima, dentro ou fóra do quartel, do superior em comando, o sinál de continencia ainda é um gesto que traduz a disciplina secular do sentimento militar, como o sinál da cruz revela o seŕcular sentimento da disciplina religiosa.

O gesto é conduto de que se servem os dominadores das massas, na projeção do seu poderío ou na animação contagiante do entusiasmo, a serviço das causas que desfraldam nas bandeiras

- 6 -

partidárias.

Freud escreveu que o característico da organização é criar, nas massas, as faculdades precisamente típicas do indivíduo, perdidas em consequência de sua absorção pela multidão. O indivíduo despe-se do gesto arbitrário e pessoal e adquire o gesto comum que o nivela aos outros indivíduos, dentro da organização.

Nos espetáculos desportivos, os povos de civilização primária retratam a desorganização que os invade na congerie de sinais, gestos, movimentos, atitudes e exclamações, que não encontram padrão na manifestação social de nenhuma das camadas de que se constituem as massas populares.

- O SINAL das MULTIDÕES -

Durkheim fixou a expressão dos fatos sociais, de que se derivam as organizações políticas dos povos, assinalando o interesse de estudar-se a psicologia popular, através das explosões do instinto, no meio dos densos conglomerados, vistos nos espetáculos. Referiu-se ao Carnaval.

Então, talvez, fosse esse o espetáculo dominante, de animação coletiva, que pudesse servir como índice de verificação. Mas o próprio Carnaval se despiu do entono que lhe dava expressão peculiar, diluindo-se numa distribuição de festejos que, ao envez de juntar, separa, hoje, os povos, de acôrdo com as suas inclinações, rurais ou urbanas, do passeio ou do salão.

No Brasil, mais do que o Carnaval, fenomeno periódico e artificializado, que previne o povo, antes de suprendê-lo, o football, por exemplo, desporto das multidões, reúne, ordinariamente, expressões de todas as camadas, que se nivelam ao pé dos mesmos degraus, para a observação de um espetáculo ao ar livre.

Entretanto, a verificação de que a promiscuidade das camadas degenera o sentido do movimento social aí nascente é fácil de ser apurada, na seleção negativa da frequência, de que são causa vários fatores, cuja depuração só poderá dar-se pela transferencia

- 7 -

do problêma para as pautas de govêrno, onde se estudam, em comum, os assuntos do povo, dado que se considere a função social que os desportos encarecem.

Si as leis e os regulamentos que disciplinam as atividades desportivas pôdem presidir aos espetáculos, dentro do campo, escapa ao seu domínio o disciplinamento necessário, fóra dêle, referente à concorrência feita de manifestações menos trazidas do sentimento do que do instinto social.

A iniciativa privada não tem meio de reprimir os excessos que o contágio social, nivelado em índice baixo, provoca, nem de suprir os desfalques da apatía, do descaso, do desânimo, que também contagiam e são igualmente nocivos à expressão social do espetáculo.

Os instrumentos applicaveis, no processo de educação social das multidões, estão ao alcance do Poder Público e não devem ser utilizados à feição dos interesses individuais.

Sobrevivem as doutrinas de govêrno, marcadas por ideologias próprias, quando se difundem as místicas inspiradoras da ação que imprimem, como resistem as religiões, no movimento das crenças que as alimentam. Funda-se a propagação da crença no movimento das massas. De igual sorte, elas animam a mística das doutrinas ocorrentes na definição dos Estados Modernos.

- OS DESPORTOS, INSTRUMENTO de ANIMAÇÃO -

Os desportos constituem, na realidade, a fonte propulsora dos ideais que as doutrinas propagam, servem de ambiente à vida social e são praticados em função do meio social. Eles devem ser vistos como meio e não fim, como preparo e não carreira, como prescrição da higiene e da eugénia e não como profissão.

Ninguém se aposenta, nas atividades da vida, por haver consumido as energías físicas que habilitam, profissionalmente, à prática dos desportos.

Não ha desporto tão rico que favoreça o atleta com a realização de meios que lhe permitam ir ao fim da vida, sem necessi-

- 8 -

dade do trabalho. E ainda que isso acontecesse, que interesse poderia reconhecer a Sociedade à vida dos que se aposentassem, antes de amadurecer, porque já não correm sem cansar, porque já não movimentam os braços sem preguiça, porque já não exercitam os músculos, sem enfado ?

Ha sete anos corridos, em livro de ensaios, havíamos já nos detido na apreciação dêste tema.

Dizíamos, então, que a escravização do atleta à prática de qualquer desporto, sobretudo o football, é susceptível de deturpar o sentimento humano, além de viciá-lo, dentro de limites escassos, como os do gramado, onde se pratica êsse referido desporto. A impressão da liberdade dos movimentos é precária, porque, no curso da vida, obstina-se o atleta em limitar a sua visão e a sua mobilidade aos ângulos apertados do campo das competições.

A vida do atleta profissional corre em função das linhas de goal, das linhas de outside, das linhas de corner.

E, ainda que êle alongue a sua imaginação, fóra do campo, prendendo-a a outros cenários, ainda é essa lembrança acanhada que o persegue, desvirtuando o expansionismo jovem que o atleta deve cultivar, em louvor da sua formação moral e intelectual.

Eis porque, talvez, seja admissível considerar-se a necessidade de semear-se, no destino dos atletas escravizados à respectiva profissão, outras fontes de beleza e de energia, que a juventude desabrolha com potencial inexaurível.

E' preciso fazer com que o atleta estude, adquira conhecimentos, mobilize a sua visão para mais alto, de modo que seu destino não se restrinja a um campo gramado e uma bola de couro.

E' certo que o Poder Público não está indiferente à sorte dos que encontram nas competições desportivas um meio precário de vida. As próprias inclinações amadoristas da juventude desportiva interessam ao controle do Poder Público.

- 9 -

- O INTERESSE do ESTADO -

O Estado subtrai das manifestações públicas, produzidas nos espetáculos desportivos, índices de verificação psico-social, que servem ao conhecimento das tendências da juventude e instruem as diretrizes nacionais a que se predispõe.

A sua penetração, no domínio das atividades educacionais, generaliza-se, interferindo o prestígio da sua sugestão na ordem privada e no preparo do próprio sentimento individual.

Todos sabemos que não é muito remota a sua intervenção na ordem privada da educação dos sentimentos e da vontade. Não se trata de fato que a História tivesse registrado, quer na Antiguidade, quer na Idade Média.

No próprio período do Renascimento, o Estado não se interessou, preponderantemente, na formação dos estudos superiores, que, sobretudo na França, serviram à arregimentação dos princípios que constroem a propaganda da Igreja.

E' verdade que o Colégio de França, instituto de amparo oficial, decorreu da necessidade de neutralizar-se a força eclesiástica da Sorbonne e que a Refórma, na Inglaterra, como na Alemanha, refletiu o desejo de intervir o Poder Público nas Universidades e nas Escolas Primárias.

As iniciativas esporádicas, a esse propósito verificadas, extremavam um sentimento de revide às influencias do papalismo e não se radicaram, com fundamentos duradouros.

O que importa acentuar é que a intervenção do Estado na ordem educativa, como nos demais setores, decorreu do industrialismo, com sentido próprio, isto é, de defesa e satisfação às necessidades sociais, sem que fosse inspirada pelo sentimento de neutralizar a interferencia anterior e exclusivista da Igreja.

O que interessa ao Estado é fazer sentir à juventude a conveniencia de adquirir conhecimentos e, para esse efeito, as manifestações sociais, que os espetáculos entre multidões refletem, recolhem razão de alta importância.

Os espetáculos desportivos possibilitam o exame di-

- 10 -

reto da realidade social que o Estado cultivava no programa de defesa da juventude nacional.

- CULTURA, NÃO, APENAS, FÍSICA -

A tendência da cultura, em nossos tempos, acerca-se da ciência, com prejuízo da arte e da literatura. A tradição literária do Renascimento, sem finalidade prática, dispersou-se no meio da utilidade necessária, que se procura derivar dos conhecimentos ministrados.

Dá-se relêvo ao aprendizado que faz o homem apto ao governo da sua personalidade. A Arte passou a constituir privilégio das castas.

O dinheiro que se gastou na construção da Igreja de S. Paulo, - advertiu Bertrand Russell, - poderia haver traído a vitória da Inglaterra sobre os Holandêses. Ao tempo de Carlos II, dava-se mais importância à Igreja de S. Paulo.

As necessidades emocionais, que, antes, eram satisfeitas em formas mais estéticas e dignas de admiração, encontram, agora, derivativos mais acessíveis ao interesse do maior número. Entre estes, os espetáculos desportivos. A decadência da arte, pelo menos nesta fase da vida, é manifesta, sendo fácil encontrar a justificativa ^{de uma vida} ~~da sua~~ decadência no modo mais utilitário com que os homens preferem viver a vida.

Bertrand Russell profetizou que, dentro de alguns anos, qualquer pessoa medianamente educada saberá uma boa quantidade de matemáticas, alguma coisa de biologia, e muito sobre construção mecânica. A educação se generalizará, neste sentido, ficando o conhecimento metafísico ou romântico para a minoria dos que desejam continuar pensando ou sentindo.

Mas essa tendência para a profundidade, em vez de para a extensão, para o mergulho, em vez de para as braçadas, saturou o homem de emoções compactas e lhe impôs derivativos, sucessivos e intensos, que estabelecem o descarregamento emocional.

E' o que não se dava, no luxo da cultura sem utili-

- 11 -

dade aplicada, na arte, feita de estilos, no trabalho escandido do pensamento, que, já por si, traduzia evasão. Para contrapor-se à concentração, que explora conhecimentos úteis, ter-se-á que pensar na evasão, que produz retemperos necessários.

Quando as multidões se aglomeram, nos espetáculos desportivos, encontram um momento de evasão, que é capaz de desafiá-las até ao próprio instinto, impondo ao Estado o dever de regular as suas manifestações sociais, por meio de processos educativos, que não deturpem o sentido das diretrizes a que se propõe. Eis porque o cético inglês já encontrava, no football e no cinema, como se lê no seu "Ensaio sobre algumas considerações não de todo otimistas", os dois fulcros que sustentam as alavancas necessárias ao poder do Estado para orientar as tendências dessas manifestações sociais, cultivadas no meio das multidões.

- A AÇÃO BENÉFICA da MÚSICA -

A música anda estranhamente divorciada dos espetáculos desportivos.

Entretanto, para desmerecer as provocações do instinto, para atenuar a força das ondas que se destemperam na linguagem e nas manifestações do explosivo, do indignado, do rebelde, susceptível de generalizar estados mórbidos de paixão, a música é o prestígio que adoça, suaviza, enleva, faz subir a alma à projeção onde ela pôde espalhar-se para o bem.

No intervalo dos espetáculos desportivos, a música é uma parada da alma, que não se contrafaz, que se expande, que se escancara à sugestão da calma, do contentamento, do enlevo envolvente do espírito.

Anima e reanima. Apura e depura. Sufoca emoções contrariadas. Retempera a animação e nivela todos os espectadores num crescendo sem ímpetos, que, afinal, é o fastígio da evasão, sacudindo-se como expressão de uma própria contingência psico-social.

Eis porque admitiríamos a necessidade de juntar-se aos espetáculos desportivos o concurso da música, que sacode os nervos, que aligeira os ambientes carregados, que enche de frenesi

- 12 -

as ânsias apavoradas em prelúdio de revoltas, de conflitos e de motins.

Para disciplinar os espetáculos desportivos, faz-se mister educar o público, que se divide de conformidade com as tendências das simpatias em razão dêsse ou daquele competidor.

Nos jogos de football, a presença dos orientadores das torcidas é tão útil quanto a do maestro diante da orquestra sob sua regência.

Ao se defrontarem dois partidos, ou várias correntes partidárias, para os amigos ou inimigos eventuais dessa ou daquela equipe, a presença dos orientadores de torcidas cria um ponto de referência útil, que regra e pondera as ondulações do entusiasmo, sem perdê-lo na frouxidão comprometedora do instinto.

A torcida arregimentada, explodindo em uniforme manifestação, contida pelo sentimento da disciplina, daria beleza e vida aos espetáculos, além de ordem.

Seria uma competição ainda mais emocionante do que a que se desenrola dentro do campo. A luta pacífica e educada das torcidas, desfazendo-se em arroubos, desmanchando-se em alegria, em animação, em alacridade, descarregando-se das emoções compactas de uma semana de concentração no trabalho.

De um lado, ao sinal do leader, uma multidão partidária, deixando-se levar pelo ritmo dos mesmos gestos, das mesmas palpitações, das mesmas manifestações a favor do seu Club. Em represália, do outro lado, o mesmo quadro, armando uma luta de torcidas, cada qual das correntes disputando ser mais dextra, mais apurada, mais viva, na maneira de imaginar e definir a vitória honesta de uma torcida sobre a outra.

Si nós experimentássemos o concurso da música e a arregimentação das torcidas, talvez se perdessem, no esquecimento, as expansões de ditos malvados, que ferem e desvirtuam o sentimento e explodem o instinto nos espetáculos desportivos.

Acresça-se a tudo o sentimento de propaganda que os desportos oferecem em louvor do país.

- 13 -

Imagine-se, no estrangeiro, uma representação desportiva adestrada na técnica, e na fôrma, no sentimento e no valôr atlético, a empolgar multidões e a surpreender opiniões.

Não se argumente, em desproveito da ação benéfica do Poder Público, com a fôrma ínsita da natureza humana, incapaz de subordinar-se às tendências sociais que o Estado rege, dado que a ciência já nos advertiu de que nove décimos dessa natureza correm por conta da educação. O que se chama natureza humana é suscetível de troca pela educação. Da juventude interessam ao Estado o desenvolvimento dos impulsos construtivos e as aptidões da sua arregimentação, quando sejam adultos os que a integram.

- A DERROTA DO PESSIMISMO -

Entretanto, outras razões existem, que transferem as manifestações desportivas para o estudo do Poder Público, como assunto de relevancia social.

Os países em formação, com possibilidades ainda a explorar, ou os que se debatem nos apuros agudos das crises economicas, conduzem a juventude a clima de inquietação, que o pessimismo das crises de crescimento ou de penúria adensa, conformando todas as classes num ambiente apático, frouxo, diluido, sem animação.

A psicologia social de todos os povos documenta êsse estado sem graça, que o pessimismo gera, como reflexo de aniquilamento, desânimo ou desencanto. Eis quando ao Estado assiste o dever de estimular a juventude, de reanimá-la, de revigorá-la, para que a sua realidade de alguns anos a vir não seja sacrificada pelo contágio amortecente, que sacrifica a alma e esteriliza o espirito.

O mundo está cheio de pessimistas. Os países novos devem animar a juventude, para que não se degenera pelo pessimismo.

Quem não repara que a juventude já não se enamora do prazer, que não sente a alegria pela necessidade de alegrar-se,

- 14 -

já não se diverte, já não tem como evadir a alma de tantos transe continuados de inquietação ou de receio ?

O prazer da alegria artificializa-se em ambiente de luxúria e de alcool. Já não ha prazer, sem vício.

Ao cabo de um dia de trabalho ou de estudo, a irresistível necessidade de arejar, de sacudir, de esquecer os cansaços do trabalho ou as fadigas do estudo conduz a juventude para a taberna, que é o itinerário de caminhos ainda mais devassos.

Já rarêa a alegria do bom humor, a esperança do bem estar, o reconforto da satisfação completa dos sentidos. A embriaguês, suicídio temporário, serve de razão a alegrias fisiologicamente necessárias.

Entretanto, o mar, fonte geradora das alegrias boas, que estabelece a conciliação entre o espirito e a alma, anda ermado de embarcações onde se comprazeria a juventude, no transbordamento saudavel das alegrias exuberantes.

Os campos, tão accessíveis à prática de tantos desportos, andam ao desarrimo da juventude e os domingos servem ao namoro do tédio, ao enfado, à desvitalização moral dos mais caros ambientes da vida.

Eis porque os desportos precisam interessar a juventude, como instrumento de saúde, de prazer, de retempero, de restauração.

Para que se viva com felicidade é essencial uma certa capacidade para suportar o enfado. Eis uma cousa que se deve ensinar à juventude, exclamou Bertrand Russell.

- DIVERSÕES ATIVAS e PASSIVAS -

Um dos meios mais accessíveis, para êste efeito, é o de estimular-se a diversão ativa, isto é, a que interessa ao jovem pela participação do seu esforço e da sua energia. O desporto, por exemplo.

As diversões passivas, como o teatro e o cinema, como as boas comidas e os jogos de carta, nas quais a alma de quem

- 15 -

se diverte não concorre no seu processamento e o espirito não trabalha, não se agita, dado que a diversão decorre sem o concurso dêle, pôdem ser até nocivas ao bem estar da juventude.

Os prazeres úteis são os que dependem do esforço de quem se diverte. São os que dependem da saúde da energia, da colaboração da inteligência e da vontade.

Não são próprias da juventude as diversões que excitam, muito parecidas com as drogas que, cada vez mais, exigem doses maiores. A passividade física, durante a excitação, é contrária ao instinto.

A juventude precisa divertir-se com a colaboração da inteligência e da vontade, do espirito e da alma, com esforço ativo, com interesse próprio.

Os desportos proporcionam um campo útil à prática das diversões ativas, necessárias à formação física e moral da juventude. Para que se divirta, a juventude precisa contar consigo mesma.

Os desportos, dado que concentram a atividade da juventude, que dêles participa com interesse, diluem as preocupações imediatas, infundem o gosto pelo alheamento do derredor, espalham as inquietações, transferem os pensamentos que trituram preocupações. A preocupação é uma forma de medo, como lembrou Bertrand Russell, e as formas de medo produzem fadiga. Mocidade preocupada é mocidade enferma. Eis, no tópico exposto, o que se subtrai do pensamento do mestre de tantas gerações.

Um ensaísta entendido em assuntos desportivos, Philippe Tissié, classificou os desportos em quatro grupos: - Os que se praticam individualmente, ao ar livre, sem o concurso de apetrechos, como a marcha, o alpinismo, a corrida, a natação; os que se praticam individual ou coletivamente, com a intervenção de um elemento de locomoção, de sangue ou mecânico, como a equitação, o polo, o remo, a patinação, o ciclismo, o automobilismo; os que se praticam ao ar livre, individual ou coletivamente, com objetivo próprio, como o football, o golf, o tenis, a pelota, o volley e, finalmente, os desportos individuais ou coletivos que se realizam em local fechado, com ou sem apetrechos, como a esgrima, a dança, o bilhar.

Henrique Feinmann, famosa autoridade em matéria de

- 16 -

educação sexual e física, confirmou que o football é o desporto mais popular, encabeçando os que constituem o terceiro grupo, na classificação de Tissié.

Na realidade, apesar das críticas que levanta, pelos frequentes acidentes que ocasiona, possui êle vantagens compensadoras. A par do seu valor ginástico individual, sem dúvida apreciável, reflete, na coletividade, a imagem acabada da luta pela vida. Reune as vantagens de todos os desportos; realiza-se ao ar livre, importa exercícios respiratórios, obriga a caminhar, correr e saltar. Requer destreza, equilíbrio e decisão. Tão pronto é de astúcia como de força.

E, acima de tudo, creia um espirito de solidariedade com os companheiros de grupo, que instituem um verdadeiro treinamento moral, para o exercício social da vida. O que êle reclama é medida, é regularidade, é ambiente, é clima, físico, moral e social.

A variedade dos desportos, seu valor higienico e moral provêm dos distintos ambientes geográficos, climatéricos, étnicos e históricos que os determinam. São um fenomeno sociológico, como todos os demais, que nascem de uma aspiração comum de aperfeiçoamento e progresso.

E' um treino, na luta pelo êxito, que nós outros confundimos, muitas vezes, com a luta pela vida.

- SINTÔMAS de VITALIDADE ou DEGENERESCÊNCIA -

A preponderância dos aspétos agora repassados, que compõem as atividades funcionais dos desportos, em razão de cada momento sociológico, não exclue outros sintômas de vitalidade ou degenerescência, susceptíveis de indagação e reparo.

Dentre êsses, talvez encontre prioridade o sentido preventivo de retificação dos índices deficitários, que provocam reações negativas na personalidade humana, em formação.

Os desportos colaboram na retificação dêsses índices, como terapeutica eugénica e como restivo de ordem moral, sobre-

- 17 -

tudo em função da juventude.

O alhêamento, a ociosidade, o snobismo, o desregramento, a lassidão, com reflexo profundo na seára da criminalidade infantil, que os vícios estimulam, pôdem ser neutralizados com a activa participação do interesse coletivo da juventude na prática desportiva.

A difusão dos playgrounds, os parques desportivos, os campos de competição, onde quer que se desenvolvem núcleos industriais, constituem imperativo de ordem social, sobretudo agóra, quando a aplicação da lei do salário mínimo aguça o interesse da indústria em seleccionar, entre os jovens, o mais eficaz e barato pugilo proletário, menos oneroso ao custo da produção.

Já é clássica a demonstração de Gabriel Tarde, que, através de estatísticas, apurou a certeza referente a que a criminalidade é mais consideravel na classe industrial.

Desconhecemos a existência de estatísticas nacionais de delinquentes, distribuidos por ordem profissional de atividades. Sinão, talvez fosse fácil obter-se a confirmação do fundamento exposto pelo vulgarizado tratadista.

Que meio acessível possúe a juventude proletária para retemperar-se da fadiga diária do trabalho ? O cinema e o teatro, além de constituírem condenaveis diversões passivas, não pôdem alimentar interesse ao alcance das suas disponibilidades pecuniárias.

A juventude proletária espairose as fadigas com os condenaveis prazeres que excitam e favorecem a abertura dos caminhos que conduzem à degenerescência, quer sejam prazeres do corpo, quer do espirito, proliferando, a miudo, os vícios de toda ordem.

A boemía, acesa no bar, entre o alcool e o fumo, no relaxamento afetivo da linguagem, deturpada pela gíria, pelo anedotário reles, pelos hábitos extremos e desvitalizantes das longas paradas estereis na praça pública, no bas-fond, nas vielas escusas à beira das sargetas, em torno da degradação e da penúria moral, me-

- 18 -

dra, floresce e ramifica-se.

O alcool reanima, momentaneamente, a fadiga, mas degenera a conduta e aviva tendências do instinto, que a educação social tem o dever de decompôr, diluir e crestar.

Tanto mais premente é a necessidade da excitação quanto mais se desagregue, em fraquezas orgânicas, a saúde do proletário.

- O BINOMIO "SAÚDE E DESPORTO" -

O binomio "saúde e desporto" retrata, com fidelidade, um programa de política social.

Ha que se pensar, por interesse público, na difusão de parques desportivos, na política de interessar a juventude nos desportos, radicando-a à prática de uma vida restauradora das fadigas prematuras que a fatalidade economica justifica, ao mesmo passo que constrôe a personalidade do homem, organizada para a ordem e para o bem.

A curva dos índices da criminalidade infantil tenderá à queda, quanto mais ativa a participação dos jovens, sobretudo os jovens proletários, nas competições desportivas, do campo ou do mar.

O Estado, sem dúvida, não negará os meios a isso necessários, que não estão ao alcance da iniciativa privada.

E como seria proveitoso, si a portaria de cada parque desportivo fosse um gabinete médico-odontológico, ainda que o povo custeasse, com a sua ajuda, a manutenção, dêsse serviço, embora com o onus de pagar mais um centil no preço dos seus ingressos aos espetáculos desportivos.

Como padece a saúde dos jovens de tantas classes, pela deficitária condição orgânica, que as moléstias de fundo odontológico expõem, sem remédio.

Charles Feré, ha muito tempo, em Degenerescência e Criminalidade, advertiu e provou que os interessados pela saúde pública, não em razão subtraída do sentimentalismo, sem base objetiva,

- 19 -

têm o dever de reparar esse problema.

A prática eugénica modera a marcha progressiva da decadência física e moral. A má higiene geral, a insuficiência da alimentação, a aeração precária, exigem medidas preventivas e a mais imediata delas se funda na necessidade de sanear-se a moral do jovem, não a afundando no ceticismo de quem se conforma, antes reanimando-a no ambiente que envolve a atenção do espirito, para aliviar a inquietação da alma.

Tanto como a escola, o refeitório, a enfermaria, e a crèche, o Estado precisa obrigar, pelo menos com a colaboração de várias empresas, dentro de um mesmo parque industrial, a instalação de praças desportivas, em razão de uma determinada proporção de operários.

Interessar a mocidade na vida recreativa dos desportos é aplicar-se processo de educação, no caminho do bem, e colir-se processo de devassidão, no caminho do mal, à mesa dos cafés, nas ródas do bar, à porta dos casinos e na própria orgia deshonestas dos lupanares.

Entretanto, faz-se mister regular a prática desportiva, para que as atividades que dela participam não preponderem obstinadamente, deturpando a formação moral da juventude, alheando-a de trato e do preparo necessário a problemas de solução seguinte, no trabalho de assegurar, com dignidade, a independência moral e material.

Evidentemente, no aligeirado conjunto destas notas, que abririam distancia a trabalho de indagações mais objetivas, não tive tempo de minuciar, em razão de depoimentos de autoridades e de fatos, o exato teor que reponta no enunciado do tema.

Todavia, quero supôr, com as indulgências do auditorio, que pude ensaiar os lineamentos do assunto, através do qual remataremos com os princípios que espelharam o sentido da dissertação.

- 20 -

- PREMISSAS PARA UMA TÊSE -

Os desportos interessam ao Estado como fonte indagadora do sentido da animação ou desencanto das massas.

Interessam, no plano social das atividades conjugadas, como espetáculo, que é capaz de restaurar as energias e os entusiasmos desfalcados no consumo das angústias, recalcamientos, inquietações, neutralizando do marasmo e do pessimismo as mais saudáveis palpitações da juventude.

Os desportos constituem instrumento útil ao Poder Público, para acordar o sentimento de confraternização social e situar o nivelamento das camadas populares, além de propagar a sua própria organização.

Afugentam o desânimo, diluem preocupações nocivas, combatem o tédio, o desencanto, o desinteresse pela vida. Despertam a animação da juventude, irmanam e conjugam ambientes de entendimento, que fecundam a cordialidade necessária ao trabalho social.

Por meio deles, o Estado observa as tendências dos dirigidos, orientando e governando o movimento de suas predileções. Com a sua ajuda, documenta o estado emocional das camadas que constituem o povo, anima o milagre do poder moral da redenção, no meio das angústias que o ambiente utilitário da vida material condensa na preocupação e no desasossêgo de todas as classes.

E se isso não bastasse, mais do que isso, o relêvo da sua expressão social importará a certeza de que eles arregimentam os sentimentos da juventude, que se prepara para a compreensão cívica de que as energias que os desportos vitalizam e os entusiasmos que retemperam são captados, em aura de otimismo fecundo e confiança espontânea, para a defesa da Pátria, que a juventude também trabalha, de alma sacudida na esperança, espírito mobilizado no ideal e corpo treinado para os embates de qualquer luta !

-:-

Anexo 3: Informante JA. Relatório sobre a Situação Esportiva no Brasil. Gabinete do Ministro Gustavo Capanema, 03 de janeiro de 1937.

DNE - Divisão Ed. Física

PROTOCOLO
N. 37.754

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
SECRETARIA DE ESTADO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
RIO DE JANEIRO, D.F.

GC 5936.04.22

ASSUNTO
N. _____

SECÇÃO _____ 1937 7

ASSUNTO Projeto de Decretos - Leis sobre Educação Física

INTERESSADO Secretaria Geral do Conselho Superior de Segurança Nacional

ANEXOS _____

MOVIMENTO DO PROCESSO

DESTINO		DATA		DESTINO		DATA	
1	Gab. do Ministro	24	12	37	19		
2					20		
3					21		
4					22		
5					23		
6					24		
7					25		
8					26		
9					27		
10					28		
11					29		
12					30		
13					31		
14					32		
15					33		
16					34		
17					35		
18					36		

I-3

GCg 3936 04.22

A Div. de Ed. Física
Z. D. 37
W. B. B. B.

Exmo Sr. Dr. Getulio Vargas

Dando desempenho da missão que me foi confiada e que muito me honra, apresento a V.Exa. um relatório sobre a situação esportiva no Brasil e os graves problemas que della decorrem. Junto ainda um ligeiro esquema de organização de um Departamento centralizador das actividades desportivas no Brasil. Esse esboço poderá ser desenvolvido com detalhes e um programma definitivo. Como porem e' resultado de uma opinião pessoal e de convicção individual não me e' possível traçar uma linha definitiva de um ante projecto que depende essencialmente da forma pela qual V.Exa. receberá as conclusões de meus estudos sobre a materia. A missão que me foi confiada era o estudo do problema. Desta eu me desempenho com o relatório annexo. A solução do problema exige, antes de mais nada que as conclusões do estudo sejam approvadas. E' portanto um caso em que cabe a V.Exa. decidir e não a mim suggerir.

Profundamente grato pela honra que me foi concedida aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exa. os protestos de minha estima e consideração.

Ata de Janin 3 a Janin a 1937
Jo. B. B.

I-3

O esporte surgiu, desde os tempos historicos, com finalidade politica, no seu mais amplo sentido, visando nitidamente a formação do espirito nacional dos povos do Occidente e a afirmação occidental sobre o fatalismo oriental. Outra não é a significação historica das Olympiadas.

Organizaram-se essas festas nacionaes, na Grecia, para robustecer, sempre mais, os laços espirituaes, de sangue e de civilização entre os povos das varias cidades hellenicas. As Olympiadas se tornaram, assim, a expressão maxima do nacionalismo na Grecia e tiveram uma função social e historica definitiva na vida do Occidente. Não só qual crystallização exponencial da raça, como ainda pelo facto de serem as manifestações da pujança de uma civilização que tinha como ali-cerce o pensamento de reacção contra o fatalismo oriental. Não deve ser, portanto, de extranhar, o facto de se incorporarem ás Olympiadas, verdadeiras joias da litteratura grega demonstrando-se assim, a verdade de que somente em estado physico perfeito é que se poderia obter o desenvolvimento intellectual para a criação de uma nova era.

As canções olympicas coordenaram o espirito do povo grego numa expressão nacionalista, immortalizando litterariamente os jogos e revelaram, ao mundo, a transformação da humanidade que, passando do Oriente para o Occidente, na nova terra adquiriria a consciencia de sua existencia, do dever de acção abandonando a mythologia determinista e affirmando o homen, na Terra, como poder e capacidade de realização, libertando-o da theocracia e, ao mesmo tempo, transformando-o com a modificação das pequenas cidades em expressões nacionaes numa

concepção maravilhosa que deu força aos gregos para a conquista mediterranea e a defeza contra os Egypcios antes e os Persas mais tarde. A civilização moderna é um caudaloso rio cujas nascentes se encontram em Olympia.

O resurgimento do culto olympico na vida moderna nada mais é do que a necessidade imperiosa que todos os estadistas sentem de recorrer ás fontes historicas do nacionalismo occidental para effectuar a missão de dar aos povos a consciencia de si mesmos. A consciencia nacional surgiu na Grecia e se manteve durante seculos, através das olympiadas. Foi o esporte que diminuiu as tensoões politicas e as rivalidades economicas das varias regioões olympicas, restabelecendo periodicamente os laços federativos e o orgulho nacional da Grecia. A preponderancia das Olympiadas foi de tal ordem, na vida politica da Grecia que o calendario hellenico parrou a ser constituido pelas datas em que se celebravam esses jogos. Toda a historia grega recorda os jogos nacionaes e todos os grandes fastos da civilização, que tambem é nossa, se inscrevem como pertencentes ou occorridos nesta ou naquella Olympiada. Não se torna mister desenvolver a these da importancia decisiva que o esporte tem na vida nacional, quando todos os povos comprehenderam o phenomeno e, na vida moderna, os governos, acentuadamente, dedicam ao problema o melhor de seus esforços, prestando assim relevantissimos serviços ás Nações.

Espirito Olympico e espirito universitario.

A restauração feita pelas universidades inglezas do espirito olympico é a c nfirmiação desse sentido historico do nacionalismo esportivo. Tomando-se em consideração o phenomeno da concentração de toda a cultura dos povos nas Universidades que, desde o anno 1.000 surgiram nas grandes cidades europeas, pode ser observado ainda que, ate o periodo do "enascimento, era impossivel, historicamente, a reconstrução olympica, uma vez que o espirito universal do Imperio não permittira a formação de Nações e jun-

tamente com o espirito universal da Igreja obstaculava, por completo toda e qualquer tendencia nacionalista. As Universidades surgiram como expressões culturais desse espirito universal e, somente depois da Renascença e, em modo especial depois da Reforma e que se procurou a libertação espiritual do universalismo fazendo-se renascer o espirito politico das Olympiadas como elemento decisivo para a formação de novas nacionalidades.

E, portanto, sempre o espirito politico que orienta a coordenação esportiva. As Nações se consolidam o espirito nacional de sua gente através do esporte. Quer seja o das disputas olympicas quer o da lucta romana, quer ainda o da nobre arte de cavallaria. Na idade media e o esporte municipal que mantem o espirito de burgo, transformando em Nações pequenas cidades. E se observam competições esportivas em todos os centros populosos da Europa de então, desde o "giuoco della palla" ou "il pallio" de Viena ate o jogo do pau, no Porto, ás regatas de Genova e de Veneza e, finalmente, os torneios de Nurenberg. As justas, as liças, os torneios, não manifestações esportivas caracteristicas da idade media e não apenas tinham como competidores elementos da aristocracia ou componentes da nobreza das varias cortes, como se revestiam de um aspecto popular nas partidas de varios jogos em que se requeria força e agilidade e que constituíam os divertimentos tradicionaes do povo ate hoje, com outros aspectos.

Fixada a formula da "mens sana in corpore sano", as Universidades inglezas, compreendendo a importancia do problema, lançam as bases da primeira organização regular de jogos athleticos nos tempos modernos, crystallizando o que já era uma tradição interna. Estavam politicamente constituídas as grandes Nações. O anno de 1848 foi celebre na Europa pelas suas transformações revolucionarias, pois trouxe a renovação dos problemas sociaes enquadrados dentro da realidade economica. Enquanto a Allemanha se agitava nessa revolução, a Italia entrava no processus de formação nacional, a Inglaterra consolidava o espirito britannico

em suas Universidades, restabelecendo a tradição classica do espirito Olympico com uma concepção politica altamente elevada e que explica perfeitamente a formação nuclear do Imperio.

A Real Academia de Woolwich, em 1849, realizava a primeira organização regular dos jogos athleticos nos tempos modernos. Em 1850 o Collegio Exeter, de Oxford, iniciava as competições esportivas que, ate'hoje, não soffreram solução de continuidade. Finalmente, em 1864, devido a'iniiciativa das Universidades de Oxford e Cambridge, foram acertadas as regras sobre as competições inter-universitarias. O movimento, ja'em franco progresso, em pouco empolgava todas as Universidades do mundo anglo-saxão, determinando um surto maravilhoso do espirito olympico na mocidade de raça não latina.

Nos paizes sem vida universitaria, a progressão foi, porem, muito lenta. A'iniiciativa individual de pessoas educadas nas universidades americanas ou europeas deve-se a origem do athletismo entre nós e alhures onde não existe educação universitaria. entregue a seus proprios recursos, sem uma preparação conveniente no seio da mocidade, o esporte tem que vencer enormes difficuldades, que retardam ou desvirtuam o seu desenvolvimento.

Um novo acontecimento, porem, veio acelerar a marcha ja'victoriosa dos esportes e concorrer decisivamente para sua diffusão em todo o mundo. Em Junho de 1894 o barão Pierre de Coubertin concebeu o grandioso projecto de reunir e entrelaçar a mocidade esportiva do mundo e, congregando em Paris delegados de diversas Nações,rennovou a pratica dos jogos hellenicos.

A constituição do esporte na vida internacional

No entanto, essas competições periodicas não bastavam para o entrelaçamento mundial dos esportes. Pouco a pouco orgãos especializados nos varios ramos esportivos se foram constituindo em organizações permanentes, com a finalidade de garantir um funcionamento continuo nas relações esportivas internacionaes.

Hoje duas formações bem distintas governam essa materia:

- 1º) O Comité Olympico, com acção periodica, tendo como finalidade exclusiva a realização dos jogos olympicos de 4 em 4 annos.
- 2º) As Federações especializadas que reúnem, separadamente, em ramos de esportes, as organizações congêneres de cada paiz, de modo a regular e disciplinar as competições esportivas internacionais.

Cada paiz tem, portanto, um representante do Comité Olympico que é delegado do Comité Geral e entidades esportivas com filiação internacional. Si bem que as duas organizações sejam independentes, em face dos ultimos entendimentos havidos entre o Comité Olympico e as Federações Esportivas Internacionais, ficou deliberado que só tomarão parte nos jogos olympicos os amadores pertencentes, em cada paiz, ás organizações filiadas ás Federações Internacionais.

Nos Estados Unidos existem varias entidades independentes que coordenam os esportes, alem do Comité Olympico. Mas la' nenhuma facção pretende a direcção suprema dos esportes e o Comité Olympico e' só Comité Olympico e não entidade esportiva de modo que sempre se estabelece uma estreita collaboraçaõ sem diminuição das entidades locais que comprehendem o Comité' como orgão de coordenação.

A importancia das competições internacionais.

O ultimo acontecimento esportivo de Berlim veio por em realce os esportes e demonstrar ao mundo a importancia das competições olympicas bem como o partido que dellas se pode tirar para a affirmacão das Nações não só no consenso mundial, como ainda na sua vida interna. O Governo allemão, precursor desse novo movimento, mobilizou a Nação inteira e conseguiu apresental-a, victoriosa, na grande reuniaõ esportiva, considerando o esporte como caso nacional mostrando assim que como tal deve

ser estimado, mesmo nos paizes de tradição liberal.

O governo allemão, precursor deste novo movimento, mobilizou a Nação inteira e apresentou-a, victoriosa, no grande meeting esportivo, mudando, inteiramente, a face do problema, que, então, passou a ser um caso nacional mesmo para os paizes de tradição esportiva liberal.

Quem quer que tenha assistido a demonstração de força e organização que a Allemanha preparou para as Olympiadas de Berlim não terá duvida sobre o papel historico que do esporte. E esta nova orientação é a actuação directa dos governos nos esportes, proporcionando-lhes toda uma efficiencia mal conhecida até agora, Abrangendo todos os sectores da vida nacional a causa dos esportes confunde-se mesmo com a vida associativa da Nação inteira. E o esporte como factor eugenico. A preparação esportiva da creança, do adolescente até o adulto, com processos racionais e dentro dos preceitos de hygiene e medicina esportiva. O fortalecimento da raça com o crescimento individual, sob o controle de órgãos especializados. E o esporte concorrendo decisivamente para a formação social dos povos. E um novo horizonte aberto para a educação das massas no sentido da cooperação e desprendimento individual em beneficio da causa commun. E a formação esportiva preparando a formação militar e economisando-lhe um tempo precioso. As organizações esportivas da Allemanha e da Italia são verdadeiras formações para militares. A unidade de conjuncto, tão laboriosamente obtida nos exercicios de ordem unida, a resistencia á fadiga e a adaptação á vida simples, a rusticidade que demanda uma preparação cuidadosa e demorada, são problemas de defesa nacional resolvidos automaticamente pela preparação esportiva nacional.

E o esporte um dos mais poderosos meios de propaganda de que se tem noticia, pois effectua a demonstração pratica do valor de uma Nação perante o mundo inteiro, ostentando suas

suas qualidades de raça, intelligencia, valor associativo e disciplina. A espectacularidade das ceremonias de abertura e encerramento das Olympiadas de Berlim excedeu a todos os acontecimentos do mundo contemporaneo. A simples apresentação dos atletas vale por um juizo sobre o valor real de cada uma das Nações representadas. Umas após outras desfilam as delegações com suas bandeiras nacionaes desfraldadas, a passo firme, postando-se em formação, quadrada no meio do campo para prestar o juramento olympico, que vale por um credo grandioso e simples. Nesse quadrado de duas ou tres mil pessoas estavam representadas todas as principaes Nações do universo, as raças mais variadas, desde os gigantes louros do Norte, finlandezes e suecos, até os minusculos japonezes. Tanto os volumosos allemães, campeões de peso e martello como os magrissimos hindús, atletas mediocres. Uma verdadeira para humana, á qual todas as nações terão fatalmente que comparecer, seja para affirmar suas qualidades seja para confessar suas fraquezas.

O problema no Brasil

Poucos paizes poderão, como o Brasil, apresentar, no estado actual, materia prima mais favoravel para uma organização nacional dos esportes. Enquadrando os quatros sectores de acção social moderna: Eugenia, Educação Social, Defesa Nacional e Propaganda, os esportes, pela sua importancia, justificam uma acção especial dos poderes publicos, com razões muito maiores que o motivo do dissidio que a toda hora é invocado.

a) No ponto de vista eugenico temos um campo quasi inexplorado. O alnaphabetismo é certamente um problema serio. Mas, avultando-lhe em importancia está o desenvolvimento organico da creança. Só se pôde obter bons cidadãos com alimentação, hygiene e esporte. Num paiz como o nosso, de fartura e grande variedade alimente, a educação esportiva representa um coefficiente

bem maior de aproveitamento e melhoramento individual do que se possa suppor. O habito dos esportes adquirido na infancia predispõe para o trabalho e individuo e corrige-lhe muitos vicios.

b) Não menos importante é a influencia dos esportes na educação social de um povo. O habito da competição esportiva em conjuncto imprime ao individuo um sentimento de solidariedade extraordinario. Tanto a moderação na victoria como a resignação na derrota são sentimentos que só se adquirem com longa preparação esportiva. O inglez ou americano do norte quando querem appellar para o sentimento de cavalheirismo e educação social dizem: be a good sport.

c) Sob o ponto de vista da Defeza Nacional o esporte assume importancia definitiva. Quando recebemos nos corpos de tropa sorteados ou engajados vindos do interior do paiz ou das pequenas cidades do littoral, a primeira impressão é desoladora. O cuidado inicial do instructor é tirar o aspecto bisonho do recruta. Semanas a fio de educação physica para ensinar-lhes a marchar sem corcunda e proporcionar elasticidade aos musculos para movimentos rapidos. A tarefa não é facil e foi necessario ao Exercito crear uma especialidade no officialato e uma escola de educação physica para preparo de monitores, iniciativa de resultados praticos extraordinarios, cujos fructos são assaz conhecidos e a qual o athletismo deve muito de seu exito. Alem da tarefa de preparação individual os esportes collaboram com as classes armadas nos exercicios de conjuncto nas demonstrações collectivas, em verdadeiras formações para-militares. Afora o conhecimento technico da arma um athleta é um homem perfeitamente mobilisavel.

d) Por fim podemos encarar o aspecto de propaganda nacional hoje tão em evidencia no mundo inteiro. Esta é importantissima na verdade, mas só pode vir como coroação do esforço desenvolvido. Uma verdadeira demonstração de aproveitamento. Perante uma multidão de 120 mil pessoas, com irradiação para todo o mundo,

filmagem cinematographica, um milheiro de jornalistas, annunciava-se em Berlim a victoria de cada competiçaõ . " solemnidade da cerimonia, hymno nacional do Paiz victorioso, bandeiras içadas vagarosamente perante uma multidão silenciosa, coroaçaõ do athleta, toda uma solemnidade adrede preparada para uma impressãõ profunda, polarizavam o ambiente. Uma victoria nas Olympiadas e' uma affirmaçãõ nacional que leva o nome do Paiz vencedor ao mundo inteiro e revela sua capacidade de preparaçaõ, bem como as virtudes essenciaes de sua raça.

A questãõ nacional.

Mas, alem de todas as vantagens que o desenvolvimento do esporte determina no campo da eugenia, educaçaõ social, defeza nacional e propaganda, existe a questãõ da formaçaõ nacional, da mentalidade brasileira para a qual o esporte , no momento actual, antes de ser um elemento constructor , e' fonte de desagregaçaõ pelos seus antecedentes e pela sua propria formaçaõ.

O esporte no Brasil, em sua forma moderna, surge como creaçaõ das classes liberaes estrangeiras e do commercio, localizadas definitiva ou provisoriamente em nossas cidades. em modo especial do commercio e' que partem os nucleos primitivos de nosso esporte. Tomando em observaçaõ as duas grandes cidades, Rio de Janeiro e S. Paulo os dois centros desportivos de maior projecçaõ, encontramos nelles os seguintes phenomenos:

- a) constituiçaõ nuclear de elementos estrangeiros
- b) mecenatismo.

Nãõ ha no esporte mentalidade olympica. Nãõ e' positivamente nosso esporte, eixo ou base de cultura physica. Em toda sua posiçaõ se afasta da concepçaõ nacionalista ou mesmo da finalidade eugenica. Passa a ser nãõ ja' o " mens sana in corpore sano", mas taõ somente centro de diversoẽs, mais ou menos mercantilizado.

No Rio de Janeiro o esporte surge do commercio portuguez. As grandes casas lusitanas, como regra geral, davam casa, comida roupas e assistencia medica aos seus associados. Como se tornasse

necessario um divertimento barato e, ao mesmo tempo um pouco de vida ao ar livre, se constituíram as primeiras associações esportivas para gymnastica, natação e regatas. Assim surgiram o Club Gymnastico Portuguez, o Vasco da Gama, o Club Internacional de Regatas, o Boqueirão do Passeio e outros. O Fluminense teve sua origem de elementos brasileiros educados na Europa, associados a estrangeiros de outras raças diversas da portugueza, em cheque com a mentalidade lusitana predominante nos clubes existentes. Já o mecenatismo se fazia sentir com a proteção financeira dispensada pelos chefes das grandes firmas commerciaes portuguezas aos seus clubes. O Flamengo surgiu de uma dissidencia social do Fluminense. Em outros bairros se constituíram clubes com finalidade social e festiva, so tomando character desportivo, como o S. Christovam, depois da organização e vulgarização do foot-ball. O esporte no Rio e em suas origens marittimo. O athletismo e modernissimo. Em S. Paulo o surto obedece ao mesmo criterio da influencia estrangeira. O Germania, o Palestra Italia, a Portugueza e o Syrio Libanez são provas incontestaveis do que affirmamos. O esporte surge como tendencia natural de associação dos elementos estrangeiros entre si. E a resistencia a diluição do espirito estrangeiro na vida nacional. Cada Nação tem praticamente o seu clube. A mocidade se dirige para essas associações de acordo com os laços de sangue. As directorias são constituídas quasi sempre de elementos ligados a essas colonias. O mecenatismo e de origem estrangeira, observando-se tambem uma imitação por parte dos nacionaes, registada e acentuada mais para fins de projecção social do que propriamente desportivos. E desse mecenatismo que surgem as installações modernas e luxuosas. Mas se observa sempre a preocupação dos associados em festividades não esportivas, denotando-se um desinteresse sempre mais critico e grave da mocidade pelo esporte em si, dando origem ao phenomeno do profissionalismo que se explica como necessidade mercantil das associações subordinadas ou em reação ao mecenatismo, necessidade essa colligada com a preocupação pelas festas por parte da sociedade brasileira caracte-

risticamente despida de qualquer interesse activo pelo esporte, limitando-se a cooperar apenas com a presença a um espectáculo e não com a sua energia a uma obra de finalidade social e eugenica.

Observando o surto do esporte no Brasil, facilmente verificaremos que não apresenta a menor característica nacional. É criação colonial pura. E as consequências do agrupamento da mocidade em associações despidas de toda e qualquer finalidade nacionalista redunda no culto natural a mentalidade que as originou. Esse culto está em antagonismo com as necessidades nacionais. Não se verifica clara e decisivamente. Mas actua de forma profunda no sub consciente dos associados que repetem, na competição esportiva, os recalques raciaes e historicos de seus antepassados, originando-se, assim, rivalidades que acabam fomentando os regionalismos e os bairrismos tão prejudiciaes a formação do espirito de brasilidade que é dever de todo Governo incentivar e desenvolver.

Toda e qualquer competição local so deve ser levada a effeito como preparação para a affirmação internacional do povo. Ora, no ambiente esportivo, positivamente não existe essa mentalidade. As competições internacionaes se transformam em oportunidades para triumphos de facções na luta interna. São portanto meios quando deveriam ser fim. A ausencia da mentalidade nacionalista determina esse phenomeno. O caso, portanto, é bem mais grave do que parece a primeira vista. A situação actual do esporte brasileiro é consequencia natural de sua origem. Erram os que attribuem a crise desportiva causas pessoasas ou rivalidades individuais. Nos estudamos a questão a fundo e observamos as causas não nos limitando a registar acontecimentos que são consequências. Temos opiniaõ firmada sobre a impossibilidade de serem removidas as consequências lamentaveis das disputas e dos choques que se registam, sem que se afastem as causas de origem essencial na constituição do esporte no Brasil. Eliminando a responsabilidade individual nos acontecimentos que são do dominio publico, agimos

com absoluta imparcialidade e não nos desviamos do verdadeiro problema que deve ser o da constituição do espirito olympico no Brasil. Para se alcançar esse objectivo existem varias formulas. E' necessario porem, antes de mais nada, a constituição de um centro de gravidade, de um nucleo central de acção que sirva de elemento coordenador das actividades desportivas no Brasil.

A formula e a solução do problema

Para se determinar com nitidez o problema , torna-se indispensavel tomar em consideração os seguintes factos:

- a) O Brasil e' uma republica democratica federativa.

Tal situação politica impossibilita a solução do problema esportivo nos moldes em que foi resolvido pela Alemanha e pela Italia, onde o regimen monopartidario e totalitario do nazismo e do fascismo deu forma pratica, rapida e efficiente.

- b) O esporte e' praticado em associações que são pessoas juridicas de direito civil, na maior parte amparadas pela legislação actual, com liberdade e plena autonomia, respondendo apenas pela execução dos seus estatutos na conformidade da lei.

Esse facto elimina toda e qualquer possibilidade de solução directa do problema uma vez que, dentro dos termos da Constituição não se pode cercar a liberdade. A propria legislação social não conseguiu determinar a obrigatoriedade da disciplina syndicalista. Não e' possivel, dentro da lei estabelecer coação contra as associações esportivas de forma directa. Nem tampouco determinar subordinação immediata. E' necessario encontrar formulas intermediarias com uma legislação que se adapte a' mentalidade actual e prepare o terreno para a evolução.

- c) Não pode ser aconselhada a intervenção directa nas asso-

ciações esportivas. Além de antagonica ao regimen e contraproducente pela repercussão de impopularidade pois, projectada sem preparação, encontraria a resistencia de todos os associados de todas as associações desportivas.

- d) Além dos problemas de ordem moral que impossibilitam a intervenção, existem os de ordem patrimonial que se relacionam com os bens das associações desportivas, bens pertencentes aos socios ou cedidos com finalidade especial. Teríamos como consequencia uma serie interminavel de disputas e questões legais que poriam em cheque o Governo pois a legislação actual ampara as associações esportivas.

In bona fide so é aconselhavel portanto a coordenação official dos esportes. Nenhuma intervenção. O Governo pode avocar a si a representação do Brasil official esportivo no estrangeiro e coordenar officialmente a preparação desses atletas. É mais do que um direito um verdadeiro dever e toda a opinião publica acompanhara a solidariedade com o Governo tal orientação. Creado o Departamento de Esportes sem obrigatoriedade de filiação para os effeitos internos, esse Departamento porem sera o unico representante do Brasil no exterior. A filiação das associações ou Federações existentes não sera obrigatoria. Mas so será reconhecimento como clube ou associação desportiva e portanto de interesse publico o que estiver filiado. As demais associações serão consideradas como organismos de diversões. Nadamais do que são realmente quando chegarmos a conclusão de que o esporte, nos grandes clubes não é praticado com dois por cento de seus associados. Uma especial legislação fiscal daria ao Departamento posição essencial para consolidar seu prestigio. Mas a finalidade da criação official não deve ser já demolir ou destruir o que já existe e sim crear o que não existe, isto é o esporte no interior, onde, devido ao facto de não existirem recursos não é possível fornecer campos de esporte ou piscinas a mocidade, nem tampouco educadores esportivos e monitores. So assim sera possível realizar uma obra nacional e digna do Governo da Revolução.